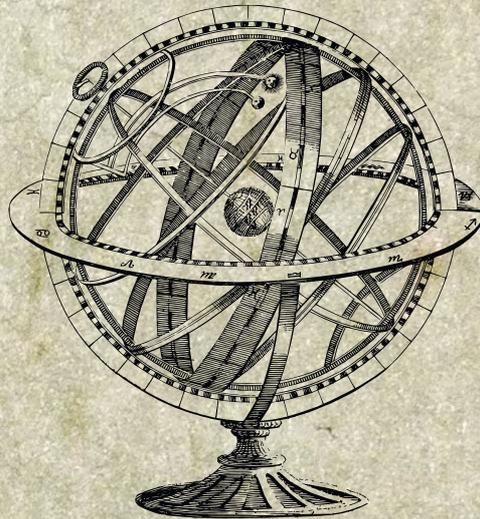


Luís Miguel Bernardo

**SOBRE AS CAUSAS
DO ATRASO
CIENTÍFICO
EM PORTUGAL**

**UMA DIGRESSÃO
HISTÓRICA**



UMinho Editora

Luís Miguel Bernardo licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e obteve os graus de Mestrado e Doutoramento em Física na Universidade *Virginia Tech* nos EUA. Foi membro do Departamento de Física da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto onde ensinou, investigou e exerceu atividades administrativas até à sua aposentação como professor catedrático em 2012. Realizou investigação em áreas como processamento ótico, holografia e ótica não linear e ultrarrápida. Interessou-se pelas aplicações da ótica na medicina e indústria, pela museologia bem como pela história e divulgação da ciência. Foi diretor do Museu de Ciência da Universidade do Porto de 2004 a 2015. É autor e coautor de numerosos artigos científicos. Escreveu textos didáticos e é coautor de duas patentes e dois catálogos de exposições científicas: *Dois Séculos — instrumentos científicos na história da Universidade do Porto* (2011) e *250 Anos da Criação da Aula Náutica do Porto* (2012, 2021). É autor dos livros *Histórias da Luz e das Cores* (3 vols., 2005-2010), *Cultura Científica em Portugal: Uma perspectiva histórica* (2013), *Visão, Olhos e Crenças* (2018) e *Luz, Vida e Saúde* (2020).

SOBRE AS CAUSAS
DO ATRASO
CIENTÍFICO
EM PORTUGAL

UMA DIGRESSÃO
HISTÓRICA



UMinho Editora

AUTOR

Luís Miguel Bernardo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

DESIGN e PAGINAÇÃO

Tiago Rodrigues

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Gráfica Diário do Minho

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2021

DEPÓSITO LEGAL 485372/21

ISBN digital 978-989-8974-36-5

ISBN impresso 978-989-8974-35-8

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.28>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

UNIVERSIDADE DO MINHO

SOBRE AS CAUSAS
DO ATRASO
CIENTÍFICO
EM PORTUGAL

UMA DIGRESSÃO
HISTÓRICA

Luís Miguel Bernardo

2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
I. A CIÊNCIA PORTUGUESA	19
Introdução	19
A Ciência em Portugal durante a Expansão Marítima	24
A Ciência Antiga – Continuidade ou Ruptura (Séculos XVI e XVII)	42
O Perigo da Ciência Moderna (Século XVII)	49
Opção pela Ciência Moderna (Século XVIII)	56
Dificuldades de Introdução da Ciência Moderna no Século XIX	84
Dificuldade de Implementação de uma Política Científica no Século XX	93
Tentativas de Explicação do Atraso Científico Português	101
II. CAUSAS ENDÓGENAS	125
Frustrações Antigas	127
Desmotivação e Cansaço	129
Fatores Raciais, Genéticos, Culturais e Temperamentais	137
Preguiça, Inveja e outros Defeitos	183
Improvisação e Aparências	218
Tendência para o Amor Romântico e para a Poesia	233
III. CAUSAS EXÓGENAS	247
Grau de Inteligência e Condições Gerais de Vida	252
Geografia, Clima e Recursos Naturais	267
Política, Poder, Liberdade, Religião e seus Agentes	274
Papel da Inquisição	302

SUMÁRIO

Má Fama da Ciência e dos Cientistas	319
Falta de Tradição Científica, Desinteresse pela Ciência e Entraves da Burocracia	329
Desprezo pela Educação Científica	338
IV. CAUSAS DE NATUREZA ECONÓMICA	345
Investimentos na Ciência depois da II Guerra Mundial	346
Investimentos no Ensino Superior e nas Universidades	355
Investimentos Públicos na Investigação Científica	375
Investimentos Privados na Investigação Científica	380
Exíguo Mecenato Científico	383
Debilidade da Indústria Portuguesa	399
V. CAUSAS LIGADAS AO SISTEMA EDUCATIVO	423
Deficiente Educação Escolar e Científica em Portugal	428
Influência dos Jesuítas	448
Insucesso Educativo no Século XX	467
Exíguo Mecenato Educativo	480
Problemas na Universidade	492
Inadaptação do Ensino Universitário e Inconformismo dos Estudantes	510
Falta de Cultura no Ensino Universitário	525
Mau Desempenho dos Professores Universitários e Con- dições de Trabalho Deficientes	529
Má Preparação Básica e Pouca Motivação dos Estudantes	538
Ambiente Estudantil Propício à Irresponsabilidade e à Ignorância	545

Boémias, desordens e desacatos	546
Atos meritórios de alguns estudantes	556
Conduta superficial, pouco estudo, diplomas e empregos	562
Reduzido interesse pela cultura	567
VI. CAUSAS ASSOCIADAS AO SISTEMA CIENTÍFICO	573
Debilidade dos Centros e Institutos de Investigação	574
Debilidade das Academias, Sociedades e Associações Científicas	582
Academia das Ciências de Lisboa	589
Instituto de Coimbra	608
Academia de Ciências de Portugal	614
Sociedade de Geografia de Lisboa	620
Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências	627
Outras Sociedades e Associações	644
VII. CONCLUSÃO	657

PREFÁCIO

Desde os primórdios da nacionalidade até à época dos Descobrimentos, Portugal acompanhou, modestamente, o movimento cultural europeu. No entanto, durante o período da expansão marítima¹ dos séculos XV e XVI o conhecimento das ciências náuticas^{2,3}

1 Na opinião de alguns historiadores, o espírito de conquista que acompanhou os Descobrimentos nada teve de ação criadora, limitando-se apenas a uma atividade guerreira para a qual o saque era o principal objetivo; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 147.

2 Juan Pimentel, “Señores de los Siete Mares, Náutica y Técnicas de Navegación”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 28–33; Luís de Albuquerque, *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983.

3 Distinguiram-se neste período vários cosmógrafos ibéricos, como Pedro Nunes, Francisco Faleiro, Pedro Medina, Diogo Ribeiro, Alonso de Chaves, Martín Cortés, Zamorano, Cedillo, García de Palacio, García de Céspedes, Alonso de Santa Cruz e Lavanha; v. Juan Pimentel, “Señores de los Siete Mares, Náutica

(navegação, geografia, oceanografia, cartografia, astronomia e instrumentação náutica) foi cultivado intensamente em Portugal, proporcionando o desenvolvimento de novos conhecimentos das ciências naturais e sociais⁴ e revelando as debilidades da ciência medieval.⁵ Nesta época, a ciência portuguesa era essencialmente prática e utilitária. A reserva⁶ e o sigilo⁷ que a envolveram⁸ impediram a sua disseminação e dificultaram o surgimento de homens que fizessem um trabalho de abstração, síntese e teorização, como foi o caso excepcional do matemático e cosmógrafo-mor Pedro Nunes. O sigilo — encarado como dever de Estado — impediu, além disso, o reconhecimento público de homens empenhados na ciência nacional. Numa atitude de grande responsabilidade cívica e de plena liberdade,⁹ homens como Pacheco Pereira e D. João de Castro, sacrificaram ao interesse nacional a divulgação das suas descobertas e a

y Técnicas de Navegación”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 28–33; Mariano Cuesta Domingo, *Tres Cartógrafos Portugueses en la Corte de España — Ribeiro, Lavanha, Teixeira*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2010. Os “Almanaques Astronómicos de Madrid” — o *Almanaque Perdurável* (do início século XIV) e o *Almanaque Perpétuo de Abraão Zacuto* (escrito entre 1473 e 1478) —, bem como o *Regimento de Munique* (séculos XV ou XVI), são alguns exemplos de obras científicas portuguesas dessa época.

4 Para um resumo sobre a história da ciência em Portugal até meados do século XX, com relevância para o período dos Descobrimentos, v. Luís de Pina, *A Ciência em Portugal (Bosquejo Histórico)*, separata do livro *Portugal*, Lisboa, 1946.

5 Fernando Nogueira, “Os Descobrimentos, o Renascimento e o Mundo Actual: Feitos Marítimos Espanhóis, Subprodutos do ‘Brain Trust’ Português”, em *História*, nº 82, agosto 1985, pp. 70–94.

6 Havia nesta época uma séria e preconceituosa reserva relativa à transmissão e divulgação do conhecimento. Muitos homens guardavam zelosamente a sua ciência, e quando a revelavam faziam-no com tão grande opacidade que ninguém os entendia. Eram tempos em que a grandeza de um filósofo se media pela obscuridade das suas exposições. No século XVIII, Bento Morganti reconhecendo ainda a existência deste anacronismo cultural no nosso país, defendia que a divulgação do conhecimento devia ser feita de forma clara e compreensível, de acordo — segundo afirmava — com o pensamento dos “autores modernos”; v. “Como se deve comunicar a ciência”, em Marie-Hélène Piwnik, *O Anónimo, journal portugais du XVIII^e siècle (1752–1754)*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, p. 332.

7 O sigilo dos assuntos relativos aos Descobrimentos tornou-se historicamente mais evidente a partir do reinado de D. João II, embora se praticasse já no tempo do Infante D. Henrique; v. Jaime Cortesão, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos nos Tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Coleção Henriquina, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

8 Carlos Coimbra pensa que não há provas nem qualquer justificação para a política de sigilo relativamente às terras descobertas, pois “ia contra as conveniências de governo.” “Além de não oferecer a mais pequena vantagem, [tal política] podia ainda provocar complicações internacionais.” Este historiador admite, no entanto, que tivesse havido uma política de sigilo relativamente aos conhecimentos náuticos, visto que “a nossa vantagem consistia exactamente em que fossem conhecidos os descobrimentos que íamos fazendo e evitar que estrangeiros soubessem lá ir e por isso se guardava o maior segredo sobre a técnica de navegação, roteiros, etc.”; v. Carlos Coimbra, *Sobre o sigilo oficial dos descobrimentos*, conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1933, pp. 23–24.

9 Jaime Cortesão, *Cartas à Mocidade*, Seara Nova, Lisboa, 1940, pp. 80–81.

fama que elas lhes poderiam oferecer. As suas obras conservaram-se inéditas durante séculos e esta circunstância talvez possa ajudar a explicar a decadência da ciência náutica portuguesa que começou a verificar-se após a perda da independência em 1580.

O “conhecimento da experiência feito” preencheu a vida cultural portuguesa e espanhola durante os Descobrimentos e criou um ambiente propício a mudanças do paradigma científico¹⁰. No entanto, a necessidade mais do que a curiosidade intelectual constituiu, nessa época, o motor do desenvolvimento científico ibérico. As necessidades económicas e o proselitismo da missionação conduziram ao desenvolvimento das ciências naturais (geográficas e geológicas) e sociais (linguísticas, antropológicas e etnográficas). Os imperativos das conquistas levaram ao desenvolvimento das artes e ciências que eram úteis à navegação e à guerra¹¹. Depois de perdida a hegemonia marítima e suficientemente satisfeitas aquelas necessidades, deixou de haver motivações para a busca de novos ou mais aperfeiçoados conhecimentos e muito menos para criar uma nova ciência que aliás, nos séculos XV e XVI, teria sido uma tarefa quase impossível. Nem os países ibéricos nem qualquer outro estavam preparados para ela. Essa mudança ocorreria apenas no decorrer do século XVII pela ação de homens geniais como Galileu Galilei (1564–1642), Johannes Kepler (1571–1630), René Descartes (1596–1650), Francis Bacon (1561–1626), Robert Boyle (1627–1691), Cristiaan Huygens (1629–1695), Robert Hooke (1635–1703), Isaac Newton (1643–1727) e outros.

Dada a história científica dos Descobrimentos, a integração de Portugal e Espanha no movimento da ciência moderna seria perfeitamente natural, mas a verdade é que não ocorreu. Enquanto outros países aproveitavam a abertura mental e as vantagens trazidas pela

10 Esta atitude não foi exclusiva dos ibéricos. Por essa Europa fora, muitos homens começaram a dar muito mais valor ao conhecimento obtido pela experiência. Contam-se entre eles os italianos Leonardo da Vinci (1452–1519) e Vannocio Biringuccio, (1480–c.1539); os alemães Georgius Agricola (1494–1555) e Leonhart Fuchs (150–1566); o bruxelense Andreas Vesalius (1514–1564); os franceses Bernard Palissy (1510–1589) e Ambroise Paré (1510–1590) e o inglês William Turner (1508–1568); v. Augusto Abelaira, “Carácter internacional da ciência quinhentista”, em *Scara Nova*, Ano XXXVII, nº 1360, fevereiro 1959, pp. 37, 44–45.

11 As nações mais poderosas fazem grandes investimentos na ciência e na tecnologia com o claro objetivo de aumentar as suas capacidades bélicas.

ciência moderna, os países ibéricos, desafortunadamente, mantiveram-se fiéis à ciência medieval cujos conhecimentos tinham ampliado mas cuja metodologia anacronicamente preservaram. Para além de não reconhecerem à ciência moderna qualquer benefício, atribuíram-lhe riscos de instabilidade religiosa e social que era imperioso evitar a todo o custo. Assim, poucos portugueses se interessaram pela nova ciência, e muitos responsáveis políticos e religiosos criaram obstáculos ou embaraços ao seu estabelecimento em território nacional¹². Até ao século XVIII, Portugal, desatento e orgulhosamente só, continuou entorpecido pelas ideias e métodos da filosofia escolástica, tendo aflorado alguns leves sinais de mudança apenas nas elites intelectuais que se encontravam mais expostas à influência estrangeira. No século XVIII, durante os reinados de D. João V (1707–1750) e de seu filho D. José (1750–1777), a elite portuguesa começou paulatinamente a tomar consciência do atraso científico e técnico da nação. Vários homens começaram a proclamar que o país prosseguia por um caminho errado e que era necessário realizar uma autêntica “revolução cultural.” Muitos deles eram chamados “estrangeirados¹³” por viverem ou terem vivido durante períodos relativamente longos no estrangeiro, como Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693–1743)¹⁴, António Nunes Ribeiro Sanches (1699–1783)¹⁵, Luís António Verney (1713–1792)¹⁶

12 O único homem de ciência espanhol que teria contribuído para a ciência universal no século XVII terá sido Jerónimo de Ayanz, com uma patente de um engenho a vapor semelhante ao que foi construído cem anos mais tarde por Savery; v. Antonio Lafuente, “Hablemos de Nuestra Ciencia”, em *May Especial*, nº 53, verão 2001, p. 15.

13 No século XVIII, este termo era usado num tom de ironia e desprezo por portugueses que nunca tinham saído do país.

14 Martinho de Mendonça conviveu com Christian Wolff, na Saxónia, e com W. Gravesand, na Holanda, e com eles estudou as ideias de Leibnitz e Newton. É o autor de *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre* (1734); v. Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 27–28.

15 António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, 2 Vols., Por Ordem da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1959 e 1966; Ribeiro Sanches, *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*, Vitor de Sá (org.), Editorial Inova limitada, Porto, 1971, p. 75. É extensa a bibliografia sobre Ribeiro Sanches; v. João Rui Pita, Ana Leonor Pereira, “Escritos Maiores e Menores sobre Ribeiro Sanches”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 18, novembro 2004, Castelo Branco, pp. 30–39.

16 Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, 5 Vols., ed. António Salgado Júnior, Livraria Sá da Costa — Editora, Lisboa, 1949–1952; A. A. Banha de Andrade, *Verney e a Projecção da sua Obra*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Cultura e da Ciência, Lisboa, 1980; Carlos de Passos, *Luiz Antonio Verney, Secretário Régio em Roma*, separata da *Revista História*, Vol. 10, Typ. da Empr. Literaria e Typographica, Porto, 1921; L. Cabral de Moncada, *Um iluminista português de século XVIII: Luiz António Verney*, Coimbra, 1941; António Alberto de Andrade, “Luiz António Verney, crítico e primeiro historiador português da Filosofia”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 421–441; Luís Albuquerque, “O «Verdadeiro Método de Estudar» e Luís António Verney”, em *Vértice*, Vol. III, nº 45, abril 1947, pp. 358–362; “Número comemorativo do segundo centenário da publicação do Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney”, *Secara Nova*, nº 1016–7, 25 janeiro 1947, pp. 35–54.

e Jacob Castro Sarmiento (1691–1762)¹⁷. O esforço reformista destes homens concentrou-se no ensino, cuja reforma foi concretizada pelo Marquês de Pombal. Em 1759, os jesuítas, os principais agentes do ensino em Portugal¹⁸, foram expulsos do país e desde então estabeleceu-se obrigatoriamente o ensino da ciência moderna, primeiro no ensino secundário¹⁹ e depois no ensino superior com a reforma universitária de 1772.

No entanto, a reforma pombalina — mais imposta do que desejada — não deu os frutos ambicionados. Para este insucesso apontam-se várias razões. A reestruturação do ensino pré-universitário foi demasiado demorada e, por falta de meios humanos e materiais, o novo ensino nunca atingiu níveis aceitáveis de qualidade. Prevendo a apatia e resistência dos lentes, o Marquês, com o apoio do Rei, empenhou-se pessoalmente na implementação da reforma da Universidade: despediu os lentes que julgou inaptos e colocou homens da sua confiança nas cátedras mais importantes das novas Faculdades de Filosofia²⁰ e de Matemática²¹. A reforma do ensino universitário acabou por se fazer

17 Maximiano Lemos, *Jacob de Castro Sarmiento*, Typ. da Encyclopédia Portuguesa Illustrada, Porto, s/d.

18 Em 1759, ano da expulsão da Companhia, os jesuítas possuíam, no continente, 23 colégios e 17 casas de residência; no Brasil, 17 colégios e seminários, 25 residências e 36 missões; v. Eduardo Brazão, “Pombal e os Jesuítas”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 354–355. De acordo com o escritor e político Manuel Múrias (1900–1960), os jesuítas chegaram a dirigir em Portugal a Universidade de Évora, 27 colégios na metrópole, 10 na província de Goa, 14 na província do Malabar, 7 na província do Japão, 5 na vice-província da China, 13 na província do Brasil e 4 na vice-província do Maranhão; os jesuítas fundaram 27 colégios e seminários, depois de 1832; v. “Os Jesuítas Portugueses”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, p. 695.

19 António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários*, 2 Vols, 3 tomos, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1981–1984.

20 Entraram para o corpo docente da Faculdade de Filosofia o físico Giovanni Antonio Dalla Bella (1730–c.1823) e o químico e naturalista Domenico Vandelli (1730–1816), que tinham sido inicialmente contratados como professores do Colégio dos Nobres. Sobre a vinda, estadia e atividade de Dalla Bella em Portugal, v. Giovanni Costanzo, “Un Insigne Físico Italiano del Settecento in Portogallo”, em *Petrus Nonius*, Vol. II, Fasc. 3, Lisboa, 1939, pp. 201–213.

21 D. Francisco de Lemos indicou, a medo, o ex-jesuíta José Monteiro da Rocha ao Marquês de Pombal, que, em face da sua competência, logo o aceitou para colaborar no processo da Reforma, acabando por nomeá-lo, mais tarde, lente da Faculdade de Matemática. Em 1795, Monteiro da Rocha seria nomeado diretor perpétuo da Faculdade de Matemática e do Observatório Astronómico. Outro lente de Matemática escolhido pelo Marquês foi José Anastácio da Cunha, que viria a ser denunciado à Inquisição por Monteiro da Rocha, diretamente ou através de José Jacinto de Sousa e José Joaquim Vaz Preto. Esta denúncia originou a demissão e condenação de Anastácio da Cunha pelo Santo Ofício. O núcleo intelectual de Valência, desenvolvido em torno de militares da respetiva fortaleza, onde Anastácio da Cunha tinha tido os primeiros contactos com as ideias iluministas, foi também atacado pela Inquisição tendo sido condenados os seus membros com penas mais ou menos pesadas; v. Luís A. de Oliveira Ramos, *Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII — Princípios do Século XIX)*, Braga, 1977, pp. 8–9. O competente matemático Anastácio da Cunha viria mais tarde a ensinar matemática no colégio de S. Lucas da Real Casa Pia e a publicar *Princípios Mathematicos* (1790), obra que foi traduzida para francês em 1816 por J.M. de Abreu com o título *Princípios de Mathématiques de Feu Joseph-Anastase da Cunha*. Para um resumo biográfico de Monteiro da Rocha, v. Gurmésindo Sarmiento da Costa Lobo, “Doutor Monteiro da Rocha”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IV, nº 3, 1934, Universidade de Coimbra, pp. 192–202.

completamente à margem dos lentes e da Universidade. Por sua vez, a aristocracia, acossada pelo poder absolutista, os clérigos, desconfiados das intenções do Marquês, e o povo, atrasado e inculto, mostravam-se contrários ou, no mínimo, indiferentes a mudanças tão radicais. Nesta época, os mecanismos mentais da sociedade portuguesa eram inibidores do desenvolvimento que o Marquês delineara e tentara implementar²².

Após a morte de D. José, o Marquês de Pombal foi afastado por D. Maria I e muitos dos seus inimigos políticos foram libertados das prisões. Deu-se a reviravolta política, popularmente conhecida como a “viradeira”, que pôs travão às reformas pombalinas. Porém, as reformas do ensino e da ciência não sofreram reveses significativos. No início do novo reinado, foi fundada a Academia Real das Ciências sob proposta do Duque de Lafões²³ — tio da rainha e emigrante forçado durante o regime pombalino — e criaram-se vários estabelecimentos de ensino médio e superior, o que perspetivava uma evolução positiva para a ciência portuguesa. As perturbações causadas pelas Invasões Francesas, entre 1807 e 1810, a Guerra Peninsular, que durou até 1814, a perda do Brasil²⁴, em 1822, e a guerra civil, de 1832 a 1834, designada como “época de terror²⁵”, foram acontecimentos que condicionaram dramaticamente o arranque do desenvolvimento científico em Portugal. Além do atraso da ciência, acentuou-se a decadência social e moral de toda a nação.

Contra a clamorosa ausência de progresso, levantaram-se, no século XIX, movimentos intelectuais, como a Geração de 70 e os

22 Em cada época há mecanismos mentais favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento das sociedades. Na época do Marquês de Pombal, o ambiente social em Portugal ainda não era propício a mudanças.

23 Um resumo biográfico do Duque de Lafões pode ler-se em Bento Carqueja, “O Segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal”, em *Boletim da Segunda Classe*, Vol. XIX, 1924-1925, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 407-599.

24 Não deixa de ser significativo que a perda das colónias americanas pela Inglaterra não tenha tido na economia inglesa o impacto negativo que a perda do Brasil teve na economia portuguesa. Na Grã-Bretanha, a perda desse mercado colonial foi temporariamente compensada pelo crescimento do mercado interno e pela criação de mercados alternativos; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 149.

25 “Terror por parte dos homens, terror por ocasião da epidemia” — assim se exprimia o poeta João António dos Santos; v. João António dos Santos, *Ensaíos Poéticos*, Imprensa de Candido Antonio de Silva Carvalho, Lisboa, 1836, p. 9.

positivistas, que tudo fizeram para promover uma dinâmica favorável ao desenvolvimento cultural, social, político e científico da nação²⁶. Tais esforços foram parcialmente infrutíferos, porque a sociedade mantinha-se conservadora e vivia mergulhada na ignorância e na apatia, cultivando valores morais e sociais retrógrados.

Com o advir do século XX e a implantação da República, renasceu a esperança de que finalmente Portugal iniciaria um período de progresso alicerçado no conhecimento científico. Para concretizar essa esperança trabalharam homens como Bernardino Machado (1851–1944), Francisco Gomes Teixeira (1851–1933), António Joaquim Ferreira da Silva (1853–1923), Ricardo Jorge (1858–1939), Egas Moniz (1874–1955), António Sérgio (1883–1969), Aureliano de Mira Fernandes (1884–1958), Abel Salazar (1889–1946), Cyrillo Soares (1883–1950), Aurélio Quintanilha (1892–1987), Mário Silva (1901–1977), Bento de Jesus Caraça (1901–1948), José Augusto de Sant’Anna Dionísio (1902–1991), Manuel Valadares (1904–1982), Rui Luís Gomes (1905–1984), Orlando Ribeiro (1911–1997), Armando Gibert (1914–1985), José Antunes Serra (1914–1990) e muitos outros. Pelas mais variadas razões, como veremos, os esforços destes homens apresentaram resultados globais bastante limitados.

Em todas as épocas, desde o século XVII até ao século XX, reconheceu-se que Portugal estava cientificamente atrasado relativamente a muitos outros países. Esta ideia foi expressa por autores nacionais e estrangeiros e a literatura científica produzida em Portugal mostra que efetivamente os poucos cientistas portugueses raramente estiveram na linha da frente da investigação científica. Muito se tem escrito sobre as causas que levaram a este atraso. A bibliografia é extensa e as abordagens são numerosas. Vários pensadores procuraram identificá-las e entendê-las — desde os homens que delinearão a reforma pombalina aos liberais e revolucionários do século XIX, muitos republicanos do século XIX e XX e ensaístas contemporâneos como Eduardo Lourenço (1923–2020), José Gil ou Onésimo Almeida. Demonstraram que algumas causas surgiram de acontecimentos, factos ou movimentos

26 Enquanto o século XVI foi considerado, na história portuguesa, o século da criação, o século XIX foi apontado como o século da crítica e revisão de valores; v. “Remorso pela morte de Antero, por J. Cortesão”, (recensão) em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, p. 221.

sociopolíticos e culturais muito específicos e bem localizados; que a importância relativa de outras causas variara com as condições sociopolíticas do país; que algumas tinham tido uma duração limitada, acabando por extinguir-se definitivamente, ou então por renascer das próprias cinzas; que novas e insuspeitadas causas começavam entretanto a surgir. Fácil é concluir que houve causas conjunturais, mas também causas estruturais que se foram mantendo e consolidando. Para nossa desventura, existiram sempre muitos factores que actuaram durante demasiado tempo e impediram o nosso avanço científico. Para justificar o fracasso da ciência na Grécia, Roma e no Ocidente durante a Idade Média, Francis Bacon apresentava, no início do século XVII, as seguintes causas: a ignorância do método experimental e da forma de interrogar a natureza; a ausência de um ensino metódico da ciência e de um corpo de sábios influentes e respeitados; e a falta de interesse do Estado pelas coisas científicas²⁷. As duas últimas causas poderão aplicar-se ao caso português.

Neste livro descrevem-se as causas, reais ou imaginárias, do atraso científico em Portugal, expressas por pensadores e analistas portugueses e estrangeiros, juntamente com o estado do desenvolvimento científico nacional, desde o século XVI à atualidade. Presentemente, algumas dessas causas parecem caricatas, anacrónicas, ou ofensivas para o orgulho nacional, mas há outras que assentam em realidades históricas ainda atuais, justificando por isso uma análise mais elaborada. Com este livro, pretende-se contribuir para a eliminação definitiva do complexo histórico sobre a ciência, que tem condicionado os portugueses durante séculos, e para esconjurar alguns fantasmas do passado, remover escolhos considerados inultrapassáveis e resolver os reais problemas que ainda comprometem o desenvolvimento científico de Portugal.

No capítulo 1 apresenta-se uma visão introdutória sobre as várias fases do estado científico do país, destacando alguns acontecimentos históricos marcantes e referindo as atitudes dos portugueses perante a ciência em vários períodos históricos: o apego à ciência antiga no século XVI; o desprezo pela ciência moderna no século XVII; o despertar para o valor da ciência moderna na segunda metade do século XVIII; as

27 A.C. Crombie, "La révolution scientifique devant l'histoire", em *Endeavour*, Vol. XIX, nº 73, janeiro 1960, p. 12.

dificuldades de integrar a ciência moderna na vida nacional durante o século XIX; as expectativas de uma política científica nacional no século XX; as tentativas de vários pensadores para explicar o atraso científico português e as ações daqueles que procuraram contrariá-lo.

No capítulo 2 abordam-se as causas do atraso científico nacional, denominadas intrínsecas, supostamente ligadas às características pessoais e temperamentais dos portugueses. Pela sua natureza, a ciência exige dos seus praticantes um conjunto de qualidades que poderão não existir na cultura ou na base genésica de uma nação. Tentaremos esclarecer que não é por razões intrínsecas, genéticas ou outras, que se verificou o atraso científico de Portugal.

No capítulo 3 descrevem-se as causas extrínsecas associadas aos condicionalismos de natureza geopolítica e sociocultural. Serão analisados os factores geográficos, climatéricos, de recursos naturais, políticos, sociais e religiosos, bem como os factores ligados à educação que, na opinião de alguns analistas, poderão ter condicionado o percurso científico do nosso desenvolvimento. Neste capítulo, encontram-se muitas causas que poderão explicar o histórico atraso científico português e podem também apreciar-se as muitas soluções que foram sendo propostas para transformar esse atraso em progresso.

No capítulo 4 prossegue a descrição das causas extrínsecas de natureza económica, relacionadas com a falta de investimento direto na ciência e o fraco desenvolvimento industrial do país. Mostra-se que o investimento na ciência, tanto financeiro como económico, é um dos factores mais relevantes — se não o mais relevante — para o desenvolvimento científico. Mostra-se ainda que os desenvolvimentos industrial e científico-tecnológico crescem conjuntamente, de forma interdependente e mutuamente benéfica.

No capítulo 5 abordam-se as causas ligadas à educação em todos os graus e categorias de ensino. Mostra-se que, em Portugal, a educação sempre foi sujeita a condicionalismos que impediram o seu pleno desenvolvimento, travando tanto o desenvolvimento científico-tecnológico como o desenvolvimento económico e social.

No capítulo 6, discutem-se as causas resultantes da relativa ineficácia das instituições portuguesas que foram sendo criadas para a promoção da ciência nas vertentes da investigação e da divulgação. É o caso

de academias, sociedades e outras instituições similares, criadas com esses objetivos. Finalmente, no último capítulo, apresentam-se algumas conclusões e considerações finais.

Algumas palavras são necessárias para justificar as opções tomadas sobre a apresentação formal deste livro. É mantida a grafia original dos textos citados, não só como forma de facilitar a sua contextualização temporal mas também para oferecer ao leitor a oportunidade de apreciar o estilo linguístico das várias épocas. As imagens apresentadas em variadas formas, incluindo caricaturas, têm por objetivo acompanhar o leitor nesta digressão histórica matizada de passagens graves e inspiradoras, repugnantes e desprezíveis, hilariantes e caricaturais.

Após a leitura deste livro, compreender-se-á que o atraso científico em Portugal, um facto verificado e quase unanimemente reconhecido, não se deveu a causas inevitáveis nem a um destino fatal, mas apenas a circunstâncias desfavoráveis que poderiam ter sido alteradas pela vontade dos portugueses. Os tempos atuais têm mostrado que em Portugal se pode fazer ciência de qualidade internacional, desde que sejam disponibilizadas condições de trabalho que favoreçam a criatividade e inteligência dos portugueses e alimentem a perseverança, qualidade indispensável ao trabalho científico.

Porto, abril de 2021.

I. A CIÊNCIA PORTUGUESA

Introdução

No século XVI, com os movimentos religiosos da Reforma (1517) e da Contra-Reforma (1560) deu-se uma cisão no mundo cristão. O primeiro foi um movimento de rutura e oposição ao poder papal; o segundo, um movimento de reação a esta fractura, que pugnou pela continuidade dogmática da Igreja romana e pelo reforço do poder papal. Perante esta cisão religiosa, os reis e príncipes europeus do norte optaram genericamente pela Reforma; os do sul pela Contra-Reforma²⁸. Iniciou-se, assim, um processo de divergência religiosa e cultural que

²⁸ As fronteiras europeias, que vieram a separar posteriormente duas culturas bem distintas, coincidem com as fronteiras entre os países da Reforma e os da Contra-Reforma, com exceção da França, ao norte do Loire; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 59, 172.

originou o aparecimento de uma clara descolagem do progresso económico-social dos países do norte da Europa relativamente aos países do Sul. Posteriormente, as diferenças acentuaram-se e, ainda hoje, se notam em muitos aspetos da vida moderna, particularmente, no acentuado desenvolvimento socioeconómico e científico dos países do Norte em comparação com os países do Sul.

No século XVII, quando surgiu e começou a desenvolver-se a ciência moderna — que representava claramente uma rutura com a ciência medieval —, colocou-se aos povos europeus a questão de optarem por uma ou por outra. A situação cultural dos povos ibéricos era distinta da dos outros povos europeus. Durante a época dos Descobrimentos, os povos peninsulares ganharam uma experiência científica única que tentaram integrar na cultura medieval existente. Desenvolveram os seus impérios no paradigma civilizacional da Idade Média, tendo atingido notável riqueza e prosperidade²⁹. Com o sucesso da evangelização nas novas terras onde iam chegando, conseguiram igualmente concretizar um plano de missão universal. No período áureo dos seus impérios coloniais, Espanha e Portugal elevaram a ciência medieval a um nível de desenvolvimento superior ao dos outros povos europeus³⁰. A rutura com a cultura medieval, sobre a qual tinham construído os seus impérios, não era, portanto, uma necessidade. O mesmo não se passava com os outros povos europeus, que não tinham beneficiado da experiência científica direta dos Descobrimentos nem tinham realizado o esforço intelectual de adaptação dos povos ibéricos. Para os povos do centro e norte da Europa, a rutura com a tradição medieval arcaica que dominava a sua cultura era intelectualmente mais fácil e

29 Beatriz Helena Domingues, “O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano”, *Revista Estudos Históricos*, Vol. 10, nº 20, 1997, pp. 195–216.

30 Com algum exagero patriótico, Luís de Pina afirmava que “certas Ciências, como a Botânica, a Zoologia, a Geologia e a Mineralogia, a Antropologia, a Etnologia e a Etnografia nasceram em Portugal na Era dos Descobrimentos. A Medicina, na especialidade da Patologia e da Terapêutica exóticas, foram os Portugueses que larga e valiosamente a ensinaram e explicaram ao resto do Mundo”; v. Luís de Pina, “Ensaio bibliográfico da história da Zoologia em Portugal no século XVI”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa, 1941, publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1942. O antropólogo Mendes Corrêa e Carlos França, médico do Instituto Bacteriológico e naturalista do Museu Bocage, publicaram vários estudos sobre a atividade científica relacionada com temas ultramarinos dos portugueses do século XVI; v. João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, 1958, pp. 7–17.

estrategicamente mais útil. Para além deste fator de natureza cultural, há a considerar um outro de natureza político-económica relacionado com a divisão europeia causada pela dinâmica dos descobrimentos ibéricos e pelo movimento da Reforma. Perante a descoberta da América (1492) e após a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1493) caucionada pelo Papa, os príncipes cristãos do centro e norte da Europa sentiram-se prejudicados nos seus interesses. Não podiam, naturalmente, conformar-se com a partilha do mundo entre Portugal e Espanha³¹, e não hesitaram em apoiar Lutero na sua luta contra o papado³². O estabelecimento de dois blocos políticos distintos que competiam pelos mesmos interesses económicos favoreceu o desenvolvimento de opções culturais distintas e uma atitude divergente perante a ciência moderna.

A Reforma e a ciência moderna transformaram-se em movimentos fracturantes, embora com importância sociocultural diferente — a primeira era um movimento religioso verdadeiramente relevante; a segunda, apenas um movimento filosófico. O homem seiscentista — tanto católico como protestante — valorizava muito mais a religião do que a filosofia ou a ciência moderna. As críticas severas contra as novas teorias científicas — como, por exemplo, o sistema heliocêntrico — eram inicialmente provenientes tanto de meios católicos como protestantes³³. Em casos de conflito, a Bíblia representava, para todos, a fonte de conhecimento revelado, cujo valor era absoluto e indiscutível.

31 Nas palavras de Artur de Magalhães Basto, Francisco I teria afirmado que só reconhecia “a legalidade da bula de Alexandre VI e do Tratado de Tordesilhas, se lhe mostrassem a cláusula do testamento de Adão que, em proveito de Espanha e de Portugal, deserdara a França e os outros Estados da partilha do globo”; v. Artur de Magalhães Basto, “O Portuense Braz Cubas”, em *Terra de Vera-Cruz*, Boletim do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, Portucalense — Editora, Porto, 1944, p. 54.

32 Carlos Sanz, “Consequencias del descubrimiento de America deducidas de la bibliografía, y tomando como eje los descubrimientos geográficos”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XXXIX, 1967, Universidade de Coimbra, p. 327.

33 Melancthon achava que o sistema heliocêntrico de Copérnico apresentado em *De Revolutionibus Orbium Coelestium* era uma fantasmagoria que significava o desabar das ciências. Lutero manifestou-se violentamente contra o referido sistema pois acreditava que a passagem da Bíblia contendo o relato da paragem do Sol ordenada por Deus, a pedido de Josué, era uma realidade que não podia ser contrariada. O prefácio de *De Revolutionibus Orbium Coelestium* escrito por Andreas Osiander, um predicante luterano, desvirtuou a ideia original de Copérnico, transformando a hipótese física em hipótese matemática, porque — comentavam os católicos — os luteranos não aceitavam a teoria heliocêntrica; v. “Quarto centenário de Copérnico” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVII, 1943, pp. 89–90. Lutero — a quem chamavam “o revolucionário infinitamente conservador” — cultivava uma cosmovisão totalmente medieval, tendo amaldiçoado espíritos modernos como Copérnico, Sebastian Franck e Erasmo; v. Johannes Hessen, *Lutero visto pelos católicos*, Coleção Studivm, Arménio Amado, Editor, Coimbra. 1951, p. 42.

Porém, tanto a Reforma como a ciência moderna representavam uma ideia de rutura com o passado e de esperança de progresso no futuro. Os países do norte e centro da Europa optaram maioritariamente pela Reforma e adotaram a ciência moderna, embora inicialmente com diferentes graus de entusiasmo. Os países católicos ibéricos optaram pela Contra-Reforma e ignoraram ou guerrearam a nova ciência que os rivais cada vez mais apreciavam.

Durante o século XVII, o estabelecimento do capitalismo³⁴ e a extraordinária atividade científica nos países protestantes criaram — de acordo com Max Weber (1864–1920) — a ética protestante que se transformaria no motor do desenvolvimento científico e tecnológico³⁵. Todavia, os desenvolvimentos científicos neste período ocorreram também em regiões dominadas pelo catolicismo. Na catolicíssima Florença, por exemplo, um grupo de intelectuais reunido em torno de dois irmãos Medici, Fernando II (1610–1670) e Leopoldo (1617–1675), fundou a Academia del Cimento (1657–67), que muito contribuiu para o desenvolvimento universal da ciência³⁶. Porém, em Portugal e Espanha manteve-se bem viva a antiga “modernidade” quinhentista, medieval, escolástica e contra-reformista³⁷. Cultivava-se o estudo de ciências como a filosofia, a moral, o direito, as matemáticas, a medicina, a tática, a economia, a erudição e a história, mas combatiam-se as novas ciências que lidassem com teorias ímpias ou pudessem conduzir à heresia.

34 O capitalismo moderno nasceu em 1447, quando a cidade italiana de Génova adotou o padrão ouro. A corrida ao ouro intensificou-se, e todos os descobridores e aventureiros o procuraram com avidez.

35 Jean-Louis de Lanessan, que usava o pseudónimo Malvert, considerava o protestantismo como o último estágio do desenvolvimento religioso. Atribuída-lhe a responsabilidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e dava como exemplos a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Suíça e a Holanda; v. Malvert, *Sciencia e Religião*, trad. Heliodoro Salgado, Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, Lisboa, 1903.

36 James B. Conant, *On Understanding Science*, Geoffrey Cumberlege, Oxford University Press, 1947, p. 62.

37 Os efeitos nefastos da Contra-Reforma atingiram igualmente a Itália. Desde 800 até 1600, a Itália teria contribuído entre 25 a 40% para as inovações realizadas no Ocidente; a decadência cultural italiana acelerou no século XVII e, de 1726 até aos nossos dias, a sua contribuição passou para apenas 3%. O caso da católica Polónia é igualmente paradigmático. Depois de alguns anos de enorme pujança económica e cultural no fim do século XVI, este país iniciou um período de acentuada decadência no princípio do século XVII, logo após a instalação da Contra-Reforma, regressando quase ao regime feudal da Idade Média. Nesta época, a nobreza polaca orgulhava-se de desprezar a instrução. No castelo dos Branicki havia 200 cavalos e 170 livros!... v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 59, 176.

Perante uma cultura nórdica desconhecida — contestatária da tradição, da autoridade e da religião católica —, os povos ibéricos convenceram-se que estavam no percurso civilizacional certo³⁸, mais condizente com a sua cultura e fé — e não estavam sós nesta visão de Deus e do universo. Os jesuítas, com uma influência crescente em todo o mundo católico e, principalmente, na Península Ibérica, pensavam exatamente o mesmo. O seu objetivo era “restaurar, no homem, a harmonia entre a fé e a ciência, entre a natureza e a graça, entre o indivíduo e a comunidade, entre a matéria e o espírito, entre as aspirações sociais e a solidariedade ecuménica³⁹”.

A Companhia de Jesus foi fundada na época da Contra-Reforma por sete graduados da Universidade de Paris: o basco Inácio de Loyola, o francês Pedro Fabro, os espanhóis Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez e Nicolau de Bobadilla, e o português Simão Rodrigues⁴⁰. Inácio de Loyola escreveu as constituições jesuítas, que foram adotadas em 1554 e transformaram a Companhia numa instituição muito bem organizada e altamente disciplinada⁴¹. Inteligentes, pertinazes e, sobretudo, obedientes⁴², os jesuítas encontraram, na Península Ibérica e nas novas terras descobertas e colonizadas pelas nações ibéricas, um terreno propício para o seu desenvolvimento e expansão, cumprindo a sua missão de evangelizar e educar⁴³. Os relatos do que viram e viveram nas novas terras contribuíram para

38 Beatriz Helena Domingues, “O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano”, em *Estudos Históricos 1997–20*, 49.º Congresso Internacional de Americanistas, Quito, Equador, 1997, pp. 195–216.

39 Domingos Maurício Gomes dos Santos, *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549–1760)*, separata de *Brasília*, Vol. IX, Coimbra, 1955, p. 3.

40 Francisco Rodrigues, “Simão Rodrigues, Estudante de Teologia na Sorbona (Pergaminho do século XVI)”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, pp. 606–608; J. Moreira Fragata, “Simão Rodrigues e a sua interferência na actividade missionária de Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXI, 1940, pp. 382–395.

41 Segundo algumas opiniões, Inácio Loiola ter-se-á inspirado nas congregações muçulmanas para estabelecer a organização, os princípios, as normas e as regras da sua Companhia; v. João Paulo Freire (Mário), *Quem são os jesuítas! — A Origem Muçulmânica da Companhia de Jesus*, Edição do Autor, Tip. e Enc. Domingos de Oliveira, Porto, 1945.

42 Para os jesuítas a obediência era considerada uma virtude capital. Era “inculcada no noviciato segundo três graus ascendentes de perfeição: subordinação da vontade pessoal à do superior, identificação completa com ela, substituição não só da vontade como até do pensamento próprio, para total sintonia com aquele cuja voz é entendida como a voz de Deus”; v. “O Padre António Vieira e a Escravatura dos Negros”, em Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul, a Norte — Estudos Luso-Brasileiros*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 2005, pp. 325–326.

43 É de notar que os jesuítas chegaram a Portugal em 1540, mas só 15 anos mais tarde iniciaram a sua atividade como educadores.

uma percepção mais correta de muitas áreas do conhecimento⁴⁴: história natural⁴⁵ (botânica⁴⁶, zoologia,⁴⁷ mineralogia e geologia), antropologia, etnologia, etnografia e geografia. Hernâni Cidade reconhecia ser enorme “o inventário de quanto os missionários jesuítas trouxeram para a curiosidade da Europa⁴⁸”.

A Ciência em Portugal durante a Expansão Marítima

Portugal, um pequeno recanto da Península Ibérica, foi sempre culturalmente dependente dos outros povos hispânicos por razões de proximidade geográfica e intensas relações político-sociais. Os estados de progresso ou regressão em que uns se encontravam influenciavam, com pequenos desfasamentos, todos os outros. Nos períodos de quezílias e guerras com Castela, Portugal — geograficamente isolado — tentou estabelecer por via marítima contactos privilegiados com outras nações europeias, como a Itália, a Flandres, a Inglaterra e a França. No século XIV, por exemplo, vários portugueses professaram nas universidades europeias⁴⁹. No reinado

44 Luiz de Pina, *Os Homens da Igreja na Ciência Nacional*, separata da *Brotéria*, Vol. XXIII, Fasc. 2–3, agosto–setembro 1936; Luiz de Pina, “Os Portugueses e o Conhecimento Científico da Etiópia (séculos XVI e XVII)”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXIII, nº 2, 1938, pp. 105–114; Luiz de Pina, “As Ciências na História do Império Colonial Português (séculos XV a XIX)”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXIV, n.º 1, 2, Vol. XXVI, nº 2, Vol. XXVII, n.º 3, 4, Vol. XXVIII, nº 2, 1939, 1941, pp. 43–64, 88–122; pp. 121–128; pp. 189–192, 249–255; pp. 117–128; D.M., “Ecos e Comentários: II. — A actividade intelectual dos Jesuítas portugueses, do século XVI ao século XVIII”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXI, 1940, pp. 522–533; Luís de Pina, *A Ciência em Portugal (Bosquejo Histórico)*, separata do livro «Portugal», Edição do S. N. I., Lisboa, 1946, pp. 278–283.

45 Luís de Pina, *Para a história da história natural brasileira*, Coimbra Editora, Limitada, Coimbra, 1942.

46 Maximiano Lemos Junior, Estudos Históricos sobre a História das Ciências em Portugal, A Botânica: Parte I (Da Constituição da Monarquia á Reforma Pombalina)”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 1, 1 janeiro 1883, pp. 21–30; 3º Ano, nº 4, 1 abril 1883, pp. 173–179; José E. Mendes Ferrão, “A influência portuguesa na difusão de plantas no mundo”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda*, nº 6, janeiro/março 1984, pp. 71–80.

47 Balthazar Osorio, “Historia da Sciencia: Zoologia Portugueza Antiga”, em *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, Sociedade Carlos Ribeiro, Vol. III, Casa Editora M. Lugan, Successor, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Typographia Occidental, Porto, 1895, pp. 97–116; Luís de Pina, “Ensaio bibliográfico da história da Zoologia em Portugal no século XVI”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro III: Comunicações Livres — Secção C: Mineralogia, Geologia e Paleontologia — Secção D: Zoologia e Pecuária, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 682–690.

48 Hernâni Cidade, *Lições sobre a Cultura e a Literatura Portuguesa*, 3ª ed., Vol. I, Coimbra, 1951, p. 296.

49 Luiz de Pina, *Portugueses Mestres no Estrangeiro*, separata de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1937, pp. 20–21.

de D. Afonso V (1432–1481), existiu um interessante intercâmbio cultural com a Itália que durou até ao reinado de D. Manuel I. A aristocracia portuguesa procurava instrução nas cidades italianas, e alguns dos seus melhores mestres vinham a Lisboa ensinar os príncipes portugueses. Através destes contactos, Portugal pôde directamente usufruir do renascimento italiano dos séculos XIV e XV⁵⁰. De acordo com o filósofo Joaquim de Carvalho (1892–1958), “tudo o que no século XV teve renome europeu, na literatura, clássica ou contemporânea, na história e na ciência, encontrou um eco de simpatia em Portugal⁵¹”. Porém, este movimento cultural não produziu frutos duradouros nem ganhou raízes profundas no país. Por falta de condições internas, vários portugueses cultos ou com desejo de se cultivarem tiveram de sair para o estrangeiro, onde acabaram por se distinguir como estudantes e professores. Joaquim de Carvalho afirmou que “a actividade filosófica dos portugueses medievais deve procurar-se mais no estrangeiro que em Portugal, e se alguns regressaram à Pátria, muitos morreram fora dela, na Inglaterra, na França, na Itália e na Espanha⁵²”.

No século XV, deu-se particular importância às ciências marítimas na corte portuguesa⁵³ porque os monarcas pretendiam concretizar uma política expansionista ultramarina. Ligados às primeiras viagens de exploração, estiveram ao serviço do Infante D. Henrique (1394–1460) “o mestre Jacome (Jaime), maiorquino, cartógrafo e fabricante de instrumentos náuticos e mestre Pedro, cartógrafo, pintor de mapas onde representava a fauna e a flora das regiões

50 António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, pp. 18–19.

51 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Período Medieval”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II – *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 219.

52 Joaquim de Carvalho, “Cultura Filosófica e Científica — Período Medieval”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II – *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 283. Sobre a atividade de mestres portugueses no estrangeiro, v. Luiz de Pina, *Portugueses Mestres no Estrangeiro*, separata de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1937.

53 Na Universidade de Coimbra, a ciência escolástica era absolutamente dominante, como, aliás, nas outras universidades europeias. A atração intelectual de qualquer homem inteligente era ainda a teologia, e não as ciências da natureza.

descobertas⁵⁴). O infante D. Pedro (1392–1449)⁵⁵, o das quatro partidas do mundo⁵⁶, irmão de D. Henrique, trouxe da sua viagem europeia, que durou doze anos, o livro de Marco Polo⁵⁷, os livros de George Purbach e os mapas de Valseca. O Infante D. Henrique (Fig. 1) conhecia as navegações dos antigos⁵⁸ e, através de Purbach, teria contactado com as ideias de Regiomontano⁵⁹, o tradutor e comentador do *Almagesto* de Ptolomeu. Parece ter-se instruído em todas as matérias que diziam respeito aos descobrimentos marítimos que intentava realizar⁶⁰. D. João II (1455–1495) (Fig. 2) convidou sábios estrangeiros como D. Diogo Ortiz de Vilhegas⁶¹, conhecido como “licenciado ou bispo de Calçadilha”⁶², que foi bispo de Ceuta e de Viseu, os judeus Moisés, José e Rodrigo, Martin da Boémia (Martin Behaim)⁶³, o rabi

54 Luís C. Nozes Tavares, *O Infante D. Henrique e os descobrimentos, sua prioridade, a protecção à Universidade, o “Príncipe do Mar” e a Igreja, algumas conclusões*, Edições Nozes Tavares, Braga, 1960, p. 47.

55 D. Pedro, homem culto e viajado, defensor do saber e avesso à ignorância, traduziu, entre outros trabalhos, o *De Officiis*, de Cícero, e parte do livro de Marco Polo. Escreveu a *Virtuosa Beneficentia*, um tratado político-moral, decalcado no *De Beneficiis*, de Séneca, que foi impresso apenas em 1940; v. Miguel Reale, “Cristianismo e Razão de Estado no Renascimento Lusitano”, em *Revista Filosófica*, dir. Joaquim de Carvalho, Ano 8º, nº 22, maio 1959, Atlântida, Coimbra, p. 103; Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1961. Seu filho D. Pedro, o condestável de Portugal (1429–1466), é reconhecido como um bom escritor erudito e antiquário; v. J.A. Albuquerque, “Consulta sobre a adopção de um meridiano universal”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 2, 1 fevereiro 1883, pp. 91–92.

56 Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1961; *O Livro do Infante D. Pedro*, uma brochura da autoria de Gomes de Santo Estevão do qual houve muitas edições, parece ser o resultado das “muitas composições populares e anónimas que sobre o infante corriam”; v. Marquês de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 12.

57 Este livro manuscrito, juntamente com um mapa explicativo, teria sido oferecido a D. Pedro, duque de Coimbra, pela República de Veneza quando ele por ali passou; *idem*, pp. 34, 60.

58 *Idem*, p. 23.

59 “Regiomontano”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, pp. 213–214.

60 Marquês de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 26–27.

61 D. Diogo Ortiz, exilado de Castela, veio para Portugal no reinado de D. Afonso V, tendo-se integrado completamente na sociedade portuguesa como cosmógrafo, orador sacro, teólogo, bispo, tutor de príncipes e conselheiro real; v. Alexandre de Lucena e Vale, *O Bispo de Viseu D. Diogo Ortiz de Vilhegas, o Cosmógrafo de D. João II*, Oficinas da Sociedade Editorial Pátria, Lda., Gaia, 1934.

62 Pedro José da Cunha, *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal*, Exposição Portuguesa de Sevilha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, p. 13.

63 Este alemão foi o autor do famoso globo de Nuremberga; v. Sousa Viterbo, *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes nos Seculos XVI e XVII, Parte I Marinbaria*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1898, p. 5; E. G. Ravenstein, *Martin Behaim, his life and his globe*, George Philip & Son, Ltd., London, 1908; J.M. Pereira de Oliveira, *Martin Behaim*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto 1940.



Fig. 1 Infante D. Henrique (*Arquivo Pittoresco*, 1866).



Fig. 2 D. João II (gravura de Pedro Perret, 1603).

Abraão⁶⁴ e Diogo Rodrigues Zacuto⁶⁵. Estes homens, escolhidos entre os mais sábios, possuíam os conhecimentos científicos mais atualizados. O bispo de Calçadilha em colaboração de José e Rodrigo e com o apoio real, presidiu, na casa de Pedro de Alcaçova, ao estabelecimento de cartas ou mapamundos que serviram a Pero da Covilhã e a Afonso de Paiva para a viagem de exploração terrestre ao reino do Pretes João, realizada à ordem de El-Rei, em 1487. Pertenceu ainda ao conselho de sábios que recomendou a D. João II para não aceitar a proposta de Colombo de chegar à Índia pelo Ocidente⁶⁶.

O esforço científico necessário para o projeto nacional era realizado por matemáticos e astrólogos estrangeiros, muitos deles de origem judaica, contratados pelo Rei. Infelizmente, a contribuição da Universidade de Coimbra para este esforço nacional parece ter sido nula, por falta de competência dos lentes. Nem o Rei nem os jovens que desejavam instruir-se pareciam manifestar qualquer apreço pela sabedoria dos mestres conimbricenses. Quando surgiram vagas nas cátedras da Universidade, o monarca ordenou que se provesses com lentes de Salamanca; os estudantes procuravam adquirir no estrangeiro as competências que a Universidade de Coimbra lhes não dava, sendo até apoiados com bolsas de estudo oferecidas pela coroa⁶⁷.

Com a expulsão dos judeus por D. Manuel I, em 1496–97, desapareceu muita da competência científica que então existia no país⁶⁸.

64 Abraão Zacuto (1450–1522), matemático e astrólogo, que serviu durante seis anos D. João II e D. Manuel I, foi o autor do *Almanach Perpetuum*; v. Raby Abraham Zacuti, *Almanach Perpetuum Celestium Motuum*, facsimile do exemplar da Biblioteca de Augsbourg, Leiria, 1496.

65 António Ribeiro dos Santos, “Memórias Historicar Sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas”, em *Memórias de Literatura Portuguesa*, Vol. VIII, Academia Real de Sciencias de Lisboa, Officina da mesma Academia, Lisboa, 1812, pp. 161–166; Gastão Tissandier, *Os Heroes do Trabalho*, tradução e adaptação de Ricardo Jorge, Livraria Moderna de Alcino Aranha & C^o, Editores, Porto, pp. 124–126.

66 Rodolpho Guimarães, “Les Mathématiques en Portugal”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 51^o, 1904, p. 420.

67 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura – Período Medieval”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II – *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 185.

68 Numa carta dirigida a Teófilo Braga, Presidente da Academia de Ciências de Portugal, o encarregado de negócios de Portugal em Constantinopla afirmava que “Os Judeus Portuguezes, intellectualmente superiores aos *Ashkenazim* ou Judeus Alemães ou Polacos, tiveram sempre em toda a Europa uma grande reputação de riqueza, integridade e tacto comercial. Tal foi a opulenta e industriosa classe de cidadãos que o Rei D. Manuel consentiu em banir dos seus domínios”; v. António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1^a Série, tomo V, Coimbra, 1917, p. 438.

Esta expulsão — que beneficiou do apoio e agrado geral da população portuguesa⁶⁹ — revelou uma enorme intolerância sobre uma minoria económico-religiosa que contribuía efetivamente para o progresso económico e cultural da nação. Mas não foi apenas a ciência que sofreu prejuízo: muitas outras atividades, tão necessárias para o país, foram igualmente atingidas^{70,71}. O Rei tentou remediar o prejuízo causado nas ciências através de reformas na Universidade e concedendo bolsas de estudo no estrangeiro a jovens inteligentes e promissores⁷².

No reinado de D. João III (Fig. 3) surgiram em Portugal alguns homens de talento, como Pedro Nunes, um matemático teórico,⁷³ D. João de Castro⁷⁴ e Pacheco Pereira⁷⁵, com conhecimentos práticos, que se dedicaram às ciências da navegação. Nesta época

69 Nos meios políticos mais bem informados e responsáveis, rapidamente se concluiu que a expulsão dos judeus tinha sido um erro político, mas o ambiente cultural não favoreceu a divulgação pública desse reconhecimento. No período da Restauração, o Pe. António Vieira foi acusado de defender o regresso dos judeus a Portugal, o que agravou a sua frágil posição perante o Tribunal do Santo Ofício.

70 O mesmo se passou em Espanha com a expulsão dos judeus e mouros em 1492, o ano em que Colombo chegou à América; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 146.

71 Opinião distinta tinha o historiador Lúcio de Azevedo que — referindo-se aos judeus que fugiram para Amsterdão — chegou a afirmar que “não fizeram cá falta nenhuma [...] porque não levaram as indústrias que não existiam [...], nem tão pouco eram agricultores [...], alguns eram medicastro, e o resto usurários, ou negociantes, cuja função ordinariamente é a de parasitas”; v. “Bibliografia. I. — Portuguesa: Colerus, João. — Vida de Bento Espinosa”, (recensão) em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, p. 205. Pelo menos desde a dinastia de Avis, era esta a opinião mais comum entre a população cristã portuguesa. A atitude da nação portuguesa perante os judeus pode ler-se em: J. A. Pires de Lima, *Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa*, Extracto das Actas do Congresso Nacional de Ciências da População — Vol. II, Pórtó, 1940, p. 12–29; Maria Antonieta Garcia, “Médicos cristãos-novos, no século XVII — Olhares”, em *Medicina na Beira Interior*, nº 19, novembro 2005, pp. 73–78.

72 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Período Medieval”, em *Obras Completas de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 185.

73 Rodolphe Guimarães, “Sur la Vie et l’Oeuvre de Pedro Nunes”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. IX, n.º 1, 2, 4, Vol. X, n.º 1, 1914, pp. 54–64, 96–117, 210–227, pp. 20–36; D. Pacheco de Amorim, “Doutor Pedro Nunes”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IV, nº 3, 1934, Universidade de Coimbra, pp. 168–191; A. Fontoura da Costa, “Quarto centenário da publicação do Tratado da Sphera, de Pedro Nunes”, em *Petrus Nonius*, Vol. I, Fasc. 4, Lisboa, 1938, pp. 337–356; Manuel Sousa Ventura, *Vida e obra de Pedro Nunes*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985; João-Maria Nabais, “Pedro Nunes (1502–1578), sua Vida e Obra”, em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 124ª, n.º 1–12, janeiro–dezembro 2006, pp. 25–36.

74 2º Visconde de Santarém, *Mémoire sur les Connaissances Scientifiques de D. Jean de Castro*, Imprimerie de Bourgogne et Martinet, Paris, 1838, em *Opusculos e Esparsos*, coord. João de Freitas, Vol. I, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1910, pp. 309–321.

75 João de Castro Osório, *A Revolução da Experiência: Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro*, Edições SNI, Lisboa, 1947; Joaquim Barradas de Carvalho, *As Fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1982; Joaquim Barradas de Carvalho, *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.



Fig. 3 D. João III (*O Occidente*, 30 julho 1902).

distinguiu-se igualmente o médico e filósofo António Luís (?–1565), bem como o médico Garcia de Orta (c. 1500–c. 1568)⁷⁶, que se dedicou à botânica medicinal e foi o primeiro médico europeu que, na sua obra *Colóquios dos Simples* — traduzida, ou melhor, resumida para latim, italiano e francês⁷⁷ — apresentou estudos sobre a gastroenterite (a “cólera morbus”)⁷⁸. Alguns médicos portugueses do século XVI contavam-se entre os mais notáveis da Europa e dos que melhor conheciam as doenças e as curas da Índia e do Novo Mundo⁷⁹. No capítulo II do seu livro *As Revoluções das Orbes Celestes* (1543), Copérnico, ao discutir o problema de “como a terra forma um só globo com a água”, invoca a experiência dos portugueses e espanhóis, que contrariava as teorias pteripatéticas segundo as quais a totalidade das águas era dez vezes superior à das terras⁸⁰. Foi notável a contribuição dos portugueses, durante o pe-

76 Foi professor de Filosofia Natural na Universidade de Lisboa antes de esta ser definitivamente transferida para Coimbra. Era médico de El-Rei D. João III antes de embarcar para a Índia, em 1534, como médico pessoal de Martim Afonso de Sousa; v. Jayme Walter, “Garcia de Orta, relance da sua vida”, em *Garcia de Orta*, Vol. 11, nº 4, Lisboa, 1963, pp. 619–622; João Nabais, “Garcia de Orta, um contemporâneo de Amato — [Médico Naturalista do século XVI: cerca 1500–1568]”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 18, novembro 2004, Castelo Branco, pp. 47–52.

77 A primeira tradução latina comentada dos *Colóquios* foi feita por Charles de Lécluse (L'Écluse ou Clusius) em 1567. Mais do que uma tradução é um resumo ou epítome. A chamada tradução italiana de Annibal Briganti e a francesa de António Colin são versões do resumo de Clusius e não do texto original de Orta. Sobre Lécluse e a sua obra, v. Augusta Faria Gersão Ventura, “Clúsius, Portugal e os Portugueses nas suas Obras”, em *Petrus Nonius*, volume único, Imprensa Nacional, Lisboa, 1937, pp. 30–57. Uma análise da obra de Orta pode ler-se em Irene Maria Ferreira, “Os Colóquios dos Simples, A Natureza per speculum in aenigmatē”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda*, nº 6, janeiro/março 1984, pp. 29–50. A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa pediu autorização ao Governo para fazer uma reimpressão dos *Colóquios* que foi autorizada, em 1841, mas que nunca se efetivou. Em 1872, Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, fez uma impressão dos *Colóquios* em Lisboa mas, de acordo com o Conde de Ficalho, com “numerosos erros e incorrecções”; v. Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu Tempo*, reprodução fac-similada da 1ª edição, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 389. O naturalista português Christovam da Costa utilizou muita da informação dos *Colóquios* para o seu *Tractado de las Drogas y Medicinas de las Indias Orientales* (1578); v. José María López Piñer, “Acosta y las especies orientales”, em *La Aventura de La Historia*, Ano 2, nº 21, julho 2000, pp. 92–93; Luís Filipe Barreto, “Da medicina renascentista: O lugar de Cristovão da Costa na leitura dos Colóquios de Garcia de Orta”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 6, janeiro–março 1984, pp. 51–70.

78 Manuel Pinheiro Chagas, *Descobrimientos dos Portugueses na África, Segunda Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 22.

79 Luiz de Pina, “A Medicina Portuguesa de Além Mar no Século XVI”, em *Cursos e Conferências*, Vol. I, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, pp. 173–204; Luiz de Pina, “Contribuição dos Portugueses Quinhentistas para a História da Medicina do Oriente”, em *Petrus Nonius*, Vol. I, Fasc. 4, 1938, Lisboa, pp. 380–404; Benedito Dias, “Medicina Portuguesa através dos Séculos”, em *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, nº 9, Coimbra, 1979, pp. 73–86.

80 Nicolau Copérnico, *As Revoluções das Orbes Celestes*, trad. A. Dias Gomes e Gabriel Domingues, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, pp. 21–23.

ríodo dos Descobrimentos, para o desenvolvimento de muitos ramos das ciências naturais⁸¹. De acordo com Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, o 2º Visconde de Santarém (1791–1856), — citado por Silva Correia (1888–1967) — a Europa deve aos portugueses dessa época: “12 gramáticas, 17 dicionários de línguas orientais e 221 estudos sobre Geografia, Etnografia e História Natural dos diferentes povos asiáticos, africanos, americanos e da Oceânia⁸²”.

Por influência de conselheiros muito viajados e conhecedores do movimento reformista europeu, D. João III fundou colégios⁸³, contratou professores estrangeiros para a Universidade — quase todos provenientes de Salamanca e de Paris⁸⁴ — e para o Colégio das Artes em Coimbra⁸⁵, ao mesmo tempo que reforçava o seu apoio para a formação de bolseiros no estrangeiro⁸⁶. Estas medidas, sensatas e iluminadas, faziam antever um futuro promissor para a nação. Segundo algumas

81 Luís de Pina, *Portugal e as Ciências na sua Epopeia Marítima*, Extrato do tomo VIII das publicações do Congresso Luso-Espanhol do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943; Artur Moreira de Sá, *Contribuição dos Portugueses para o Desenvolvimento Científico do Brasil*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XV, 2ª Série, nº1, Lisboa, 1949.

82 Alberto C. Germano da Silva Correia, *Os Portugueses na Índia no século XVI*, Tipografia Rangel, Bastorá, Índia Portuguesa, 1936, p. 14.

83 Foram fundados por D. João III os seguintes colégios: de S. Tomás, da ordem dominicana; de Nossa Senhora da Graça, da ordem de Santo Agostinho; de S. Boaventura, da ordem franciscana; da Companhia de Jesus; de S. Jerónimo; de Nossa Senhora do Carmo; de S. Pedro; de S. João Evangelista; do Espírito Santo, da ordem de Cister; da Conceição de Nossa Senhora, da ordem de Cristo; de S. Paulo; v. Alfredo Pimenta, *D. João III*, Porto, 1936, pp. 288–289.

84 Uma lista destes professores e respetivas cadeiras pode ler-se em Fr. Manoel de Mealhada, *Promptuario Historico*, Parte VII: Seculo XVI, Officina de Luis Secco Ferreira, Coimbra, 1764, p. 160.

85 O Colégio das Artes de Coimbra, fundado em 1547, entrou em funcionamento em 1548 e foi entregue aos jesuítas em 1555. Em 1561, uma carta régia integrava-o na Universidade, juntamente com o Colégio de Jesus (fundado em 1542), passando todo o seu pessoal e alunos a gozar do elevado número de regalias e privilégios universitários; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 69; A. da Rocha Brito, “Os primeiros alunos”, em *Cursos e Conferências*, Vol. I, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, pp. 49–51. Entre as regalias de que gozaram professores, alunos e oficiais da Universidade desde a publicação dos Estatutos de 8 de junho de 1597, impressos em 1654, encontra-se o direito de alugar qualquer habitação na cidade e arredores para seu uso por um preço definido pela Universidade, mesmo que estivesse já alugada a outra pessoa sem ligação à Universidade; v. “Aposentadorias”, em *O Conimbricense*, Ano 56º, nº 5767, 3 março 1903, p. 1. Sobre os mais variados privilégios concedidos à Academia desde a fundação da Universidade por D. Dinis, v. “Antiga Legislação Académica”, em *O Antiquario Conimbricense*, nº 8, fevereiro 1842, pp. 62-64; *Idem*, nº 9, março 1842, pp. 68-70.

86 Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 1, janeiro 1919, pp. 64–66.

opiniões, a Universidade de Coimbra chegou a criar, nessa época, um corpo de professores, portugueses e estrangeiros, de elevada craveira intelectual: teólogos, legistas, canonistas, médicos, matemáticos, cosmógrafos, humanistas e cultores de línguas clássicas (grego, latim e hebraico) que ensinavam a um grande número de estudantes que acorriam de toda a parte⁸⁷.

Pedro Nunes, como professor de matemática e cosmógrafo-mor do Reino, fazia parte dessa elite e publicou um *Tratado da Esfera* (1537), inspirado em Sacrobosco, e vários estudos náuticos sugeridos por problemas práticos de navegação. Porém, o maior número de obras de navegação foi da autoria de homens que não estavam ligados à Universidade, e muitas delas nunca foram impressas, circulando sob forma manuscrita⁸⁸: uma ou várias edições, ainda desconhecidas, do *Regimento do Astrolábio e do Tratado da Esfera*, de Munique, anteriores à data (1509?) da edição conhecida⁸⁹; *Tratado da Agulha de Marear*⁹⁰ (1514), de João de Lisboa, incluído no *Livro de Marinharía*; *Tratado da Esfera e Regimento do Astrolábio*, de Évora (1518); *Esmeraldo de Situ Orbis* (anterior a 1521?), de Duarte Pacheco Pereira; *Repertório dos Tempos* (1521), de Valentim Fernandes, cuja primeira edição é de 1518 (desconhecida); *Tratado del Esphera y del Arte de Marear* (1535), de Francisco Faleiro, português ao serviço de Espanha; *Roteiros* (1538–1541), de D. João de Castro; *O Livro de Marinharía* de Manuel Álvares⁹¹; *O Livro de Marinharía* de Bernardo Fernandes⁹²; *O Livro de Marinharía* de Pedro Vaz Fragoso⁹³, e muitos outros tratados que foram sendo publicados até

87 A. Tavares de Sousa, “A Transferência da Universidade para Coimbra em 1537 e o Ensino da Medicina”, em *Actas do Simpósio Internacional A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*, IV Centenário da Morte de João de Ruão, Epartur, Coimbra, 1982, p. 187.

88 Joaquim Bensaúde, *Regimento do Astrolábio e do Quadrante, Tractado da Sphera do Mundo, Reprodução fac-similê do seul exemplaire connu appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich*, Carl Kuhn, Munich, 1914, pp. 8–9.

89 *Idem, Ibidem*.

90 Luís de Albuquerque, *O “Tratado da Agulha de Marear” de João Lisboa; reconstituição do seu texto, seguida de uma versão francesa com anotações*, Série Separatas CL, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Coimbra, 1982.

91 Luís Albuquerque, *O Livro de Marinharía de Manuel Álvares*, Lisboa, 1969.

92 *Livro de Marinharía de Bernardo Fernandes*, prefácio e notas de A. Fontoura da Costa, Lisboa, 1940.

93 Luís de Albuquerque, *O Livro de Marinharía de Pedro Vaz Fragoso*, Secção de Coimbra, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Coimbra, 1977.

meados do século XVII⁹⁴. Verifica-se ainda que é significativo o número de obras europeias do século XVI sobre as ciências náuticas (Fig. 4) que eram cópias ou adaptações de obras portuguesas⁹⁵.

Apesar destas evidentes manifestações de interesse pelo saber por parte de alguns ilustres portugueses, o país continuava a dar sinais preocupantes de ignorância que vinham não só da classe popular, mas também do clero e da nobreza rural. No século XVI, ainda havia fidalgos que consideravam que o manejo das armas deveria ser a sua única ocupação, que o cultivo das letras deveria ser deixado aos homens da Igreja e que o trabalho manual era uma atividade exclusiva da gente do povo⁹⁶. Frei Luís de Sousa afirmava que os nobres se davam “tanto às armas e tão pouco às letras, como se fora verdade que a pena embotasse a lança⁹⁷”. Tudo leva a crer, no entanto, que os fidalgos nem às armas eram totalmente devotos; quando as refregas se tornavam mais acesas, o fidalgo empurrava o soldado, filho do povo, para as dirimir⁹⁸.” A descrição da batalha de Alcácer Quibir⁹⁹ por Pedro de Alpoem¹⁰⁰ representa um verdadeiro labéu para o brio bélico dos fidalgos portugueses:¹⁰¹

94 Luís de Albuquerque, *Portuguese Books on Nautical Science from Pedro Nunes to 1650*, Série Separatas 168, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Coimbra, 1985.

95 Alberto C. Germano da Silva Correia, *Os Portugueses na Índia no século XVI*, Tipografia Rangel, Bastorá, Índia Portuguesa, 1936, p. 8.

96 De acordo com a opinião de alguns estudiosos, como Ramón y Cajal, esta atitude da aristocracia pre-valetia também em Espanha; v. Onésimo Teotónio Almeida, “Sant’Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, Vol. 3, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 1725–1726. No entanto, de acordo com alguma tradição cristã e ao contrário da pagã, o trabalho manual era uma atividade dignificante para o homem; v. Leonel Franca, S.J., *A Crise do Mundo Moderno*, Lisboa, 1945, pp. 316–325. Os calvinistas e, em geral, todos os protestantes fizeram o elogio das virtudes do trabalho, dando-lhe um caráter nobilitante e dignificador em contraste com o caráter de sacrifício e de punição divina dominante na cultura cristã da Idade Média; v. H.M. Phillips, “Investir na educação: novas concepções do desenvolvimento económico”, em *Vértice, revista de cultura e arte*, Vol. 24, n.º 254–255, novembro–dezembro 1964, p. 643.

97 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 35.

98 *Idem*, p. 36.

99 “Alcacer-Quibir — afirmava-se em 1916 — não é somente um destino: tem a lógica da necessidade. Era tarde já para reparar o erro. Os perfumes da Índia tinham transformado a vida moral da Raça”; v. Luís de Almeida Braga, *O Mar Tenebroso*, França Amado, Editor, Coimbra, 1918, pp. 141–142. Se o padre pregador Angelo Paciuchelle tinha razão, para esta calamidade nacional terá igualmente contribuído “o exercito de ruins mulheres” que acompanhavam os combatentes; v. Manoel Bernardes, *Nova Floresta*, segundo tomo, Regia Officina Sylviana, Lisboa, 1759, p. 315.

100 *Carta de Pedro Alpoem para o duque de Bragança* (1581).

101 *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de

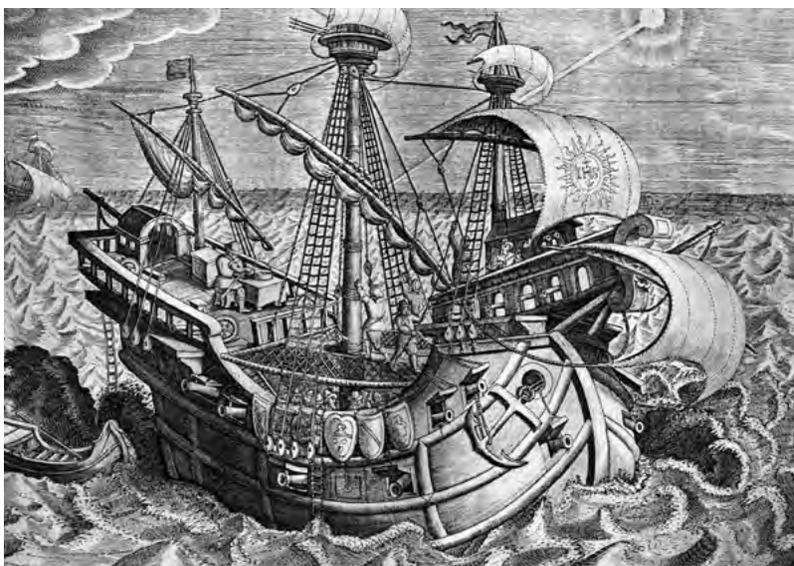


Fig. 4 Nau do século XVI equipada com instrumentos de navegação (gravura de Johannes Stradanus (1523–1605).

Como estes senhores não sabiam mais que rasgar sedas, lograr perfumes da Índia, aguas estiladas, passear as damas, inquietar donas virtuosas e honestas, andar com a barba no ar, soberbos mais do que Lucifer, cuidando que nisso estava o ponto e ser da fidalguia, indo armados nesta côr e tenção mais para bodas que para brigas: em vendo o campo do Moluco, arraias calmosos, e armas pesadas e desacostumadas, logo esmoreceram, caindo-lhes o coração aos pés. Pelo que, ao primeiro *Santiago* que se deu, eles foram os primeiros que mostraram as costas aos moiros, voltando á rédea solta com tanta desordem e cobardia que o esquadrão dos aventureiros, ou desventurados, de pé á custa da vida lhes deu lugar, e eles deram principio a todo o mal e destruição que logar se seguiu.

Eram comuns os atos de prepotência da nobreza sobre as classes populares¹⁰²:

Efectivamente os nobres, pela sua educação e linhagem, abusavam constantemente da sua situação de classe privilegiada e exigiam, dos moradores dos lugares por onde passavam, que lhes fornecessem o pão, a carne, o peixe, o vinho e outros artigos, com manifesto desprezo pelos interesses locais. Além disso, pretendiam geralmente adquirir os artigos por preços ínfimos e não contentes com obrigarem as classes populares a fornecer-lhes a caça, a moer-lhes os cereais e a executar-lhes outros trabalhos, muitas vezes, chegavam ao cúmulo de não pagarem estes serviços ou aqueles comestíveis. Também, pediam dinheiro emprestado aos moradores dos lugares onde residiam ou que atravessavam em suas jornadas; e se as pessoas requeridas para fazer esses empréstimos a tal se recusavam, levavam-nas presas para os seus castelos, até que lhes fossem entregues as importâncias solicitadas.

António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, p. 40.

102 J.A. Pinto Ferreira, *O Porto e a Residência dos Fidalgos, Subsídio para a sua História*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XI, Fascs. 3–4, Edições Marânus, Porto, 1949, pp. 27–28.

Conta-se que, numa das festas reais, D. João IV terá elogiado o fausto exibido pelos seus fidalgos ao embaixador Thomé Pinheiro da Veiga e que este terá respondido: “os fidalgos de V. Magestade fazem o que devem, e devem o que fazem¹⁰³”, uma alusão clara às bolsas de paupereadas da fidalguia nacional.

Porque a distinção e a honra¹⁰⁴ não estavam nas letras mas apenas na ociosidade e na exploração do trabalho alheio¹⁰⁵, o analfabetismo de um fidalgo tornava-se honroso¹⁰⁶. O exercício das artes mecânicas ou qualquer atividade comercial manchava igualmente a dignidade e a honra de um brasonado português ou espanhol¹⁰⁷. A hierarquia dos

103 “El Rei D. João 4º, e Thomé Pinheiro da Veiga”, em *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, 2ª Série, Vol. 1, nº 15, p. 182.

104 Entre nobres, a honra era frequentemente defendida com duelos, uma prática que se estendeu a todas as classes sociais e se prolongou até ao século XXI!... V. Artur Portela, *Os Grandes Duelos em Portugal*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1946. Já no século XIX, havia quem achasse que era um disparate esta forma de defender a honra. Em 1845, foi prévia e largamente anunciado um duelo entre Camilo Castelo Branco e António de Freitas Barros, que chegaram no dia marcado e ao local aprazado, devidamente preparados para “morrer ou matar”... Vinham honrosamente montados em jumentos, mas foram impedidos de realizar o seu intento pela polícia, que acabou por prendê-los... O objetivo dos dois jovens estudantes não era realizar um duelo a sério, mas apenas ridicularizar a aguda “duelite” que tão vulgar era na época; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 10, outubro 1962, p. 313. Este episódio não esmoreceu, porém, o brio dos homens honrados, mesmo daqueles que possuíam uma educação superior e, curiosamente, nem o próprio Camilo, que teve um duelo com Ricardo Browne, no qual terá levado uma estocada numa perna!... Em 1904, no Porto, ocorreu um duelo à espada entre o Prof. Dr. Duarte Leite e Ricardo Malheiros e um outro, neste caso à pistola, entre o Dr. Eduardo de Sousa e o Dr. João Lopes Martins. Em 29 de janeiro de 1909, deu-se um outro duelo à espada entre o conselheiro Venceslau de Lima, Ministro dos Estrangeiros, e o conselheiro José de Azevedo Castelo Branco, por causa de um artigo que este publicou no *Popular* e que o primeiro considerou ofensivo para a sua honra. Em outubro de 1909, Manuel Lopes, oriundo de Ermesinde, e Eleutério Alves, natural de Rio Tinto, resolveram uma divergência de opinião sobre a legalidade do fuzilamento de Ferrer num duelo a murro!... Em nenhum dos casos aqui relatados houve mortes, mas em todos eles foi lavada a honra do ofendido... Morto foi o deputado José Júlio de Oliveira Pinto num duelo com o oficial de cavalaria Miguel de Sá Nogueira, na sequência da discussão da reforma administrativa imposta pelo governo em 1867; v. “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano X, nº 3, julho 1954, p. 89; *Idem*, Ano XIV, nº 9, janeiro 1959, p. 287; *Idem*, Ano XV, nº 6, outubro 1959, p. 191; Adriano de Sá, “O que foi a Janeirinha em vários pontos do País e especialmente no Porto”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 10, fevereiro 1949, p. 231. Também no estrangeiro os duelos eram comuns. O 2º Visconde de Santarém faz até referência a duelos entre mulheres, a propósito da cobertura feita a este assunto num dos números do jornal republicano francês *L’Estafette* de 1835; v. 2º Visconde de Santarém, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 71. Os duelos, que eram muitas vezes puras encenações, foram frequentemente ridicularizados; v. José Cândido de Carvalho, “O Duelo”, em *Cultura: Educação Popular, revista portuguesa de educação popular*, Ano III, nº 18, novembro/dezembro 1958, pp. 30–32.

105 António de Oliveira, “Estrutura Social de Coimbra no século XVI”, em *Actas do Simpósio Internacional A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento, IV Centenário da Morte de João de Ruão*, Epartur, Coimbra, 1982, pp. 60, 66.

106 Na primeira metade do século XVII, o número de analfabetos na Europa protestante andava entre 55 e 65% da população adulta; na Europa católica era maior, entre 70 e 85%; v. Carlo Cipolla, *Literacy and Development in the West*, Pelican, Baltimore, 1969, p. 73.

107 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 233–236.

ofícios, estabelecida por S. Tomás de Aquino, colocava os artífices e os comerciantes no fim da escala social. Tarefas inferiores não deviam ser realizadas por uma classe que se considerava superior. O resultado desta mentalidade levava a que o trabalho manual fosse executado exclusivamente pelos escravos¹⁰⁸, que abundavam em Portugal e ocupavam “os lugares dos moços de servir, que ficando sem commodo, se entrega[va]m á ociosidade e se precipit[av]ão nos vícios¹⁰⁹”. Quando a indústria e o comércio começaram a desempenhar um papel relevante no progresso económico e social das nações, as mentalidades portuguesas tiveram dificuldade em se adaptar à nova realidade, o que esteve na origem de desajustamentos e atrasos no desenvolvimento nacional. No entanto, na segunda metade do século XVIII, surgiram alguns sinais de mudança. Na sequência do terramoto de Lisboa de 1755, o Marquês de Pombal retirou privilégios aos comerciantes ingleses, pondo todos os comerciantes nacionais e estrangeiros em igualdade perante a lei¹¹⁰, e ordenou que o comércio fosse declarado profissão nobre (1770)¹¹¹. Mandou ainda expulsar do país as cantoras do Teatro da Ópera do Tejo que “faziam andar à roda a cabeça dos fidalgos jovens^{112,113}”. Conforme relato de Jacome Ratton, se à sala do Marquês “concorriam Fidalgos e Negociantes para lhe falar em negocios, atendia primeiro estes dizendo que o tempo lhes era muito precioso, e que, geralmente falando, vinham trazer, entretanto que aqueles vinham comumente buscar e tinham pouco em que ocupar o seu tempo¹¹⁴”.

108 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, pp. 30–31.

109 Texto da lei de 19 de setembro de 1761 que proíbe a importação dos escravos negros das possessões ultramarinas para a metrópole, citado em Luís A. de Oliveira Ramos, *Pombal e o Esclavagismo*, separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, Vol. II, 1971, Porto, 1972, p. 7.

110 Carlos Estorninho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, pp. 25–28.

111 Teresa Bernardino, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777–1810)*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1986, p. 44.

112 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata do nº 274 da *Revista Labor*, Lusitânia, Aveiro, 1969, p. 15.

113 Já no tempo de D. João V se observava este fenómeno, a que o próprio rei não era imune; v. Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V – Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pp. 221–235.

114 Carlos da Silva Lopes, “À margem duma Lenda — A Nobilitação dos Comerciantes”, in *Museu, Revista de Arte Arqueologia Tradições*, Vol. IV, nº 10, dezembro 1945, p. 198.

Numa atitude de alguma abertura cultural, o humanismo cristão do século XVI traçado por Erasmo integrou as ciências profanas clássicas, embora com o objetivo de fortalecer a Teologia¹¹⁵. As ideias erasmitas entraram em Portugal mas, a partir de certa altura, foram condenadas e proscritas¹¹⁶. As ciências profanas, que constituíam o quadrívio — aritmética, geometria, música e astronomia — constituíam um perigo potencial, a não ser que o teólogo — assim o afirmava Frei Jorge de Évora em 1542 — “seguisse pelo caminho direito e não se desviasse da rota, pois, como estou persuadido, nunca aquele diabo matreiro apanhou na rede com as suas armadilhas tantas almas dos literatos como com estas quatro ciências e com a depravada interpretação delas¹¹⁷”. Por tudo isto, os eclesiásticos portugueses do século XVI e XVII pensavam que a “verdadeira” ciência era a teologia, pois era através dela que se podia garantir a salvação da alma, o grande objetivo de qualquer ser humano na Terra¹¹⁸. Poderiam tolerar-se as ciências humanas, mas as ciências da natureza não deviam merecer a atenção prioritária de quem temia a Deus¹¹⁹. As ciências profanas — como a matemática, a astronomia¹²⁰, a astrologia, a medicina¹²¹ e até o direito — eram atividades próprias de

115 Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 131–191.

116 A influência de Erasmo em Espanha pode ler-se em Miguel Aviles, “Corrientes de espiritualidade en España en la época de los Descubrimientos”, em *Congreso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. V: Espiritualidade e Evangelização*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 139–156.

117 Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 160–161.

118 Esta ideia continuava ainda viva no seio da Igreja e das mentes de muitos portugueses no século XIX; v. Fr. José da Sacra-Família, *Sermão de Acção de Graças*, Real Imprensa da Universidade, 1824.

119 Perante o inegável sucesso da ciência moderna, este discurso da hierarquia eclesiástica mudou — o conhecimento das ciências naturais tornava-se útil, porque demonstrava a admirável obra de Deus.

120 Mário de Vasconcelos e Sá, *A Ciência Náutica dos Portugueses e Espanhóis na Época das Descobertas*, Livraria Chardron de Léo & Irmão, Lda., Porto, 1922, p. 8.

121 Desde há muito se tem questionado sobre a natureza técnica ou científica da medicina... Atualmente, a medicina é considerada uma técnica cada vez mais fundamentada na ciência. Para Henrique de Barahona Fernandes, “a Medicina é na verdade a integração «humana» das várias ciências anclares — física, química, biologia, psicologia, sociologia, etc. — a utilização das suas diferentes «técnicas» ao serviço do Homem são e do Homem doente”; v. Henrique de Barahona Fernandes, “Novas Perspectivas da Medicina, Discurso da Sessão Inaugural da 8ª secção Ciências Médicas e Biológicas”, em *XXIII Congresso Luso-Espanhol, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1956, p. 200. Não virá longe o tempo em que a medicina será simplesmente mais uma ciência aplicada.

judeus ou cristãos-novos¹²², e por isso nunca deveriam ocupar a atenção um bom cristão¹²³. Tal como as atividades comerciais e financeiras — igualmente praticadas por judeus —, as ciências profanas eram encaradas, no mundo católico, como atividades, no mínimo, moralmente duvidosas.

A preferência dos judeus peninsulares pela atividade intelectual, durante a Idade Média e a Idade Moderna, proporcionou-lhes um predomínio na “filosofia, na medicina, na matemática, na astronomia, quer em importantíssimos trabalhos originais, quer em numerosas traduções e comentários¹²⁴”. O professor liceal Mário de Vasconcelos e Sá justificava essa preferência como “um consolo e um lenitivo” para “os sofrimentos, as perseguições e as guerras” de que eram vítimas¹²⁵. A prática da medicina exigia conhecimentos de astrologia, matemática e botânica, pois o médico diagnosticava observando o movimento dos astros e tentava curar receitando os “simples” da sua farmacopeia. Por isso os médicos judeus eram igualmente matemáticos e astrólogos.

Quando, em 1575, a peste assolou Portugal, os médicos eram todos cristãos-novos. D. André de Noronha, que foi bispo de Portalegre e Placência, acreditava na existência de uma conspiração organizada pelos médicos judeus com o objetivo de exterminar os cristãos por meio de “tratamentos” médicos¹²⁶. Tinha tido acesso a cartas, supostamente trocadas entre judeus, onde era concertada essa

122 Esta afirmação pode ser facilmente justificada depois de analisar a nacionalidade e a genealogia dos homens que mais se destacaram em Portugal na prática destas disciplinas durante a Idade Média e o Renascimento.

123 No final do século XVIII, Pina Manique tentava promover o estudo da medicina e da cirurgia criando colégios para estudantes, tanto na Universidade de Coimbra como nas universidades estrangeiras; A. Aurelio da Costa Ferreira, *Cirurgiões portugueses em Inglaterra no século XVIII*, separata da *Medicina Contemporânea*, 1915, Typographia Mendonça, Lisboa, 1916. Ao dirigir-se ao ministro Seara da Silva, Pina Manique afirmava referindo-se à medicina e à cirurgia: “estas ciências só as procuram os pobres, e a falta que actualmente experimenta o reino e as suas colónias são bem manifestas”; v. José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 105.

124 Mário de Vasconcelos e Sá, *A Ciência Náutica dos Portugueses e Espanbóis na Época das Descobertas*, Livraria Chardron de Léo & Irmão, Lda., Porto, 1922, p. 6.

125 *Idem, Ibidem*.

126 Quando a medicina grega se começou a expandir em Roma, Catão (234 a.C.–149 a.C.) protestou e acusou os gregos de terem feito juramento de matar todos os bárbaros (incluindo naturalmente os romanos...) com a ajuda da medicina; v. L. Laurand, *Manuel des Études Grecques et Latines, Appendice I: Les Sciences dans l'Antiquité*, Auguste Picard, Éditeur, Paris, 1923, p. 48.

conspiração e disso deu conta a El-Rei D. Sebastião. Terá sido por causa destas suspeitas e ainda porque alguns médicos judeus, torturados pela Inquisição^{127,128}, tinham confessado ter provocado com as suas “curas” a morte de cristãos-velhos¹²⁹, que D. Sebastião ordenou que trinta jovens cristãos-velhos fossem estudar Medicina¹³⁰ para a Universidade Coimbra, com bolsas de estudo retiradas das rendas da própria Universidade. O controlo da prática médica exercida pelos judeus foi igualmente uma política de Filipe II de Espanha¹³¹, que, depois de tomar a coroa de Portugal, aumentou para trinta e três o número das referidas bolsas¹³². Estas medidas, porém, não terão alterado o panorama geral da supremacia dos judeus na classe médica¹³³, que era aliás uma tradição. Desde há muito que os médicos dos reis portugueses eram judeus: Mestre Moisés, médico de D. João I; Abraão Guedelha, de D. Duarte e D. Afonso V; Mestre Leão, de D. João II; Mestre Diogo de Alfaro, Tomás de Torres e Mestre Filipe, de D. Manuel¹³⁴.

127 Em 1811, o inglês Robert Southey definiu a Inquisição portuguesa como “uma associação para queimar pessoas por causa de reaes ou pretendidas opiniões ou costumes judaicos, tendo em mira apoderar-se da fortuna d’ellas”; v. Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Allemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, p. 25.

128 As torturas realizadas pelos homens da Inquisição eram acompanhadas por médicos, que decidiam até que ponto podiam ser levadas, sem causar a morte; v. Maria Antonieta Garcia, “Doentes nos cárceres da inquisição”, em *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao século XX*, Cadernos de Cultura, nº. 12, novembro 1998, pp. 37–42.

129 Maria Antonieta Garcia, “Médicos cristãos-novos, no século XVII — Olhares”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 19, novembro 2005, Castelo Branco, pp. 73–78.

130 P. José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique*, União Gráfica, Lisboa, 1942, pp. 86–87.

131 David C. Goodman, *Power and Penury: Government, technology and science in Philip II's Spain*, Cambridge University Press, Cambridge, 1988, pp. 219, 215–230.

132 A. da Rocha Brito, “Os primeiros alunos”, em *Cursos e Conferências*, Vol. I, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, pp. 73–74.

133 Maria Antonieta Garcia, “Médicos cristãos-novos, no século XVII — Olhares”, em *Medicina na Beira Interior*, nº 19, novembro 2005, pp. 73–78.

134 Maximiano Lemos Junior, *A medicina em Portugal até aos fins do século XVIII: dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto*, Imprensa Commercial, Porto, 1881, p. 33.

A Ciência Antiga — Continuidade ou Rutura (Séculos XVI e XVII)

Em determinada altura, a já referida política de modernização educativa iniciada por D. João III foi significativamente alterada. A Inquisição¹³⁵ — tão desejada pelo Rei¹³⁶, estabelecida em Portugal em 1536¹³⁷, interrompida depois pelo Papa em 1544 e restabelecida por bula papal de 16 de julho de 1547¹³⁸ — começou a realizar as primeiras perseguições a professores que tinham vindo ensinar para Coimbra¹³⁹, acusados com razão, na maioria dos casos, de luteranismo¹⁴⁰, pondo-os em fuga ou na cadeia.¹⁴¹ A heresia dos reformadores e o judaísmo¹⁴² eram os alvos principais da perseguição inquisitorial. Os “infames¹⁴³” autos de fé iniciaram-se em

135 O Tribunal da Inquisição foi estabelecido em 1231 pelo papa Gregório IX, tendo encarregado os dominicanos de o gerirem. A obra de referência sobre a Inquisição em Portugal foi escrita por Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal (1854–1859)* e reeditada pela Bertrand em 1975. Há alguns anos, foi publicado um excelente livro sobre a Inquisição em Portugal, Espanha e Itália da autoria de Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores, 1994. Outros livros e muitos artigos foram escritos em Portugal sobre a Inquisição.

136 B.C., “Sobre a verdadeira época do estabelecimento do Santo Officio da Inquisição em Portugal”, em *Revista Litteraria*, tomo 3º, 2º Ano, Porto, 1839, pp. 224–239.

137 Era antigo o desejo de estabelecer a Inquisição em Portugal. Ficou conhecida a posição contrária do bispo de Silves Fernando Coutinho, humanista que estudou em Itália no final do século XV; v. António Domingues de Sousa Costa, “Estudos superiores universitários em Portugal no reinado de D. João II”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. V: Espiritualidade e Evangelização*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 679–680.

138 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 13.

139 O Tribunal da Inquisição em Coimbra foi instalado em 1541 por iniciativa e empenho de Fr. Bernardo da Cruz, futuro reitor da Universidade. Dois reitores foram Inquisidores Gerais; muitos lentes foram igualmente inquisidores ou estiveram ligados de alguma forma à Inquisição, tendo alguns pregado em autos de fé... Por imposição do cardeal regente D. Henrique, a Universidade jurou a Profissão de Fé Católica de Pio IV, decretada pelo Concílio de Trento; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 33, 49–52, 71.

140 Em Portugal, o luteranismo era, apesar de tudo, mais tolerado do que outros movimentos protestantes.

141 Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, 2 vols., Por Ordem da Universidade, 1948–1969.

142 Sobre as práticas religiosas e sociais dos judeus, v. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A religiosidade judaica”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. V: Espiritualidade e Evangelização*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 369–380.

143 Esta é uma apreciação moderna historicamente descontextualizada. Nessa época, os autos de fé eram considerados pela grande maioria dos portugueses como atos de justiça e de grande utilidade para a conservação e reforço da fé, bem como um ato necessário à manutenção da ordem social; v. A.R., “II Inquisição”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVI, 1943, pp. 207–208.

1540¹⁴⁴, tendo sido queimadas 23 pessoas no dia 29 de setembro desse mesmo ano¹⁴⁵. Ao longo de mais de dois séculos, tanto pobres diabos como homens de grande valor — intelectuais, empresários e comerciantes — foram arruinados pela Inquisição¹⁴⁶ para gáudio e proveito de muitos cristãos-velhos¹⁴⁷. Enquanto ela durou, uma parte da sociedade portuguesa viveu receosamente extasiada; a outra, atemorizada.

O estabelecimento da Inquisição em Portugal resultou de um movimento reacionário novo, antiprotestante, e de outro, com origem mais antiga, antijudaico¹⁴⁸. Desde há muito, D. João III solicitava ao Papa a convocatória de um concílio que definisse estratégias para corrigir as heresias protestantes que ameaçavam o catolicismo¹⁴⁹. Tais pedidos, igualmente feitos por outros príncipes

144 O primeiro e único auto de fé realizado no Porto ocorreu a 11 de fevereiro de 1543, dois anos depois de o Tribunal do Santo Ofício ter sido instalado na cidade pelo bispo D. Baltazar Limpo, por ordem de D. João III. Tendo sido muito bem recebido na sua chegada à cidade em 1537, o bispo começou a ter problemas com as gentes do Porto depois de 1541, por causa das suas atividades inquisitoriais bem como da arrecadação de rendas a que se achava com direito mas que os portuenses consideravam abusivas. Numa carta dirigida ao rei, o bispo queixava-se dos portuenses, dizendo: “como aqui não podem viver fidalgos, cada um deles o é”. O Tribunal do Santo Ofício na cidade do Porto foi extinto pela bula de Paulo III, datada de 16 de julho de 1547; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 1, janeiro 1962, p. 32; A.C. de Barros Basto, “De como a Câmara do Porto tratou o bispo D. Frei Baltazar Limpo antes e depois de ser inquisidor”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 12, abril 1949, pp. 271–272; A.C. de Barros Basto — (Ben-Rosh), “Para a História da Inquisição no Porto: O auto-de-fé de 11 de fevereiro de 1543”, em *O Tripeiro*, Ano I, nº 11, março 1946, p. 249. Um estudo abordando o contencioso entre os cidadãos do Porto e os fidalgos sobre a proibição de residência destes na cidade, que só terminaria em finais do século XVI, pode ler-se em J. A. Pinto Ferreira, *O Porto e a Residência dos Fidalgos, Subsídio para a sua História*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XI, Fascs. 3–4, Edições Marânus, Porto, 1949.

145 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 53.

146 Ver descrições detalhadas em Anselmo Braamcamp Freire e José Maria da Silva Pessanha, *Arquivo Histórico Português (1910–1916)*, edição fac-similada, Câmara Municipal de Santarém, 2001.

147 Alexandre Herculano, *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal. Tentativa Histórica*, Vol. I, Livro III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854, pp. 262–263.

148 António Gonçalves Rodrigues (1906–1999), historiador e professor universitário, justificava a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no século XVI como forma de defender e consolidar “a unidade moral da nação, poupando-a ao caos religioso e permitindo-lhe entregar-se de todo à grande empresa da expansão ultramarina”; v. A.G. Rodrigues, *O Protestante Lusitano*, Ed. Biblos, Coimbra, 1940, pp. 196–197.

149 Esta era uma solicitação assídua da maioria dos príncipes europeus que desejavam, por um lado, que se desse uma verdadeira reforma na igreja romana e, por outro, que se encontrassem respostas para os problemas doutrinares e sociais levantados pelos movimentos protestantes. O papado, com receio de perder o controlo da situação, sempre levantou fortes objecções à realização de um concílio; depois de convocar o Concílio de Trento, tudo fez para que fracassasse, tentando interrompê-lo definitivamente várias vezes. Este concílio iniciou-se em 1545 e terminou em 1563, abrangendo o pontificado de três papas: Paulo III, Júlio III e Pio IV. Teve por objeto principal de discussão o luteranismo, o calvinismo e outras “heresias” que então grassavam na Igreja. Ocupou-se igualmente da restabelecimento da disciplina eclesiástica. Contra todas as expectativas, o papado conseguiu um poder muito mais efetivo sobre toda a Igreja após o Concílio de Trento.

católicos¹⁵⁰, foram finalmente atendidos. Paulo III, que governou Roma entre 1534 e 1549, autorizou a criação da Companhia de Jesus, em 1540, a qual surgiu como braço intelectual da luta contra a Reforma. Estabeleceu a Inquisição romana, em 1542, como braço repressor¹⁵¹, e promulgou, em 1544, a bula que convocava o Concílio de Trento¹⁵² para definir estratégias e doutrinas para a manutenção do papado. As diretivas que iam saindo das sessões do concílio — que se iniciou em 1545 e terminou apenas em 1563 — foram de imediato tomadas à letra pela estrutura da igreja romana e por todos os príncipes fiéis à autoridade papal. Os jesuítas orientaram igualmente toda a sua ação missionária¹⁵³ e educativa¹⁵⁴ na defesa e implementação dessas diretivas.

Recesso do movimento reformista do Norte — que ameaçava propagar-se a Portugal e pôr em perigo a santa fé católica —, D. João III rodeou-se de jesuítas e acabou por entregar-lhes o Colégio das Artes¹⁵⁵ em 1555, pondo fim a uma experiência de ensino independente tão promissora como curta¹⁵⁶:

Quando D. João III cometeu a burrice de depositar o ensino na mão dos inicianos, a cultura portuguesa ficou imediatamente arredada da crítica, da análise e do debate franco e aberto das novas ideias.

150 Entre eles, contava-se o imperador Carlos V que temia que o seu império hispano-germânico se desagregasse devido à adesão da Alemanha ao movimento protestante luterano.

151 As diferenças de procedimentos das Inquisições romana e peninsulares, expressas por António Nunes Ribeiro Sanches no seu *Jornal* ou *Diário*, podem ler-se em Maria Helena Carvalho dos Santos, “Ribeiro Sanches e a Questão dos Judeus”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 129–137.

152 É de salientar que foi nesta época, mais concretamente em 1543, que Copérnico publicou *De Revolutionibus Orbium Coelestium* em Nuremberga, o livro que concretizava a primeira grande rutura com a ciência medieval.

153 Depois de ter sido iniciada por outras ordens religiosas, a missão do Ultramar foi prosseguida com grande vigor pelos jesuítas; v. Barão de Vilalva, “As missões religiosas no Ultramar”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 148–160.

154 A. Rocha, “Pedagogia e Jesuítas”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 521–528.

155 Não deixa de ser curioso que o edifício do Colégio das Artes tenha sido mais tarde sede do tribunal da Inquisição.

156 José Carlos Vilhena Mesquita, “O ensino universitário antes das reformas pombalinas”, em *História*, nº 52, fevereiro 1983, p. 78.

Com esta “burrice¹⁵⁷”, D. João III depôs igualmente nas mãos dos jesuítas o destino científico do país. Depois de comentar a boa atmosfera científica que antes desta mudança do Rei se vivia em Portugal, Teófilo Braga afirma¹⁵⁸:

A corrente científica estava bem representada em Portugal, mas todos estes elementos foram improficuos, porque Don João III deu aos Dominicanos o poder de terrorisarem as consciencias com os Autos de Fé, e aos Jesuítas o privilegio de imbecilisarem as intelligencias.

No dizer de José Timoteo da Silva Bastos (1852–1939), “com estas duas valentes cintas de ferro passar-se-ia agora a comprimir o cérebro da nação¹⁵⁹”. Ora tudo isto aconteceu, na opinião de Arnaldo Cândido Veiga Pires — um dos fundadores do Partido Socialista Português —, por influências nefastas vindas de Espanha¹⁶⁰. Depois de se referir ao espírito científico¹⁶¹ que, em sua opinião, tinha rodeado o movimento dos Descobrimentos, escreveu¹⁶²:

Todavia, a partir de meados do século XVI, influências obscuras, vindas de Espanha, orientaram-nos subrepticamente

157 Não é consensual a adjetivação desta atitude como “burrice.” Ao comentar a tese de Mário Brandão, intitulada *Colégio das Artes* (1924), o futuro cardeal Gonçalves Cerejeira opinou sobre o processo da transferência do Colégio das Artes para os jesuítas, considerando que tinha sido um ato de boa gestão; v. Gonçalves Cerejeira, “O Colégio das Artes e os Jesuítas”, em *Brotéria*, Série II, Vol. I, 1925, pp. 448–453.

158 Theofilo Braga, “História da Pedagogia em Portugal — III. Crise do Ensino na Europa, determinada pela Renascença”, em *Revista de Estudos Livres*, tomo II, nº 11, 1884–1885, p. 535.

159 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 27.

160 Talvez se quisesse referir à ascensão da Companhia de Jesus, que tivera como fundadores vários espanhóis, ou então ao movimento anti-protestante que, em Espanha, ganhava corpo nos últimos anos do reinado de Carlos V e nos primeiros anos do reinado de seu filho Filipe II. Este rei presidiu, em 1557 e 1558, aos autos de fé onde vários protestantes foram processados e condenados à fogueira; v. Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 36.

161 A par dos que defendiam a existência do espírito científico dos navegadores e descobridores portugueses, houve sempre quem a negasse tanto no estrangeiro como em Portugal; v. Manuel Pinheiro Chagas, *Descobrimentos dos Portugueses na África, Segunda Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 2, 28–32.

162 Arnaldo Cândido Veiga Pires, *A Ciência como Factor da História Portuguesa*, edição do Rotary Club do Porto, Imprensa Social, Porto, 1959, p. 6.

em sentidos bem diferentes. Invadiu-nos uma nova escolástica¹⁶³: um crepúsculo medieval entenebreceu-nos, — no momento em que a Europa ascendia a um esplendor jamais conhecido —, e por sua influência esta pobre nação sofreu, durante gerações, desastres e perdas irreparáveis.

Nada mudou a seguir à morte de D. João III, ocorrida em 1557, nem durante as regências de D. Catarina ou do cardeal D. Henrique, nem no curto reinado de D. Sebastião¹⁶⁴. Na regência de D. Henrique, ex-Inquisidor Geral nomeado em 1539, foi imposto aos diplomados da Universidade de Coimbra, por carta régia de 1564, o juramento de obediência às doutrinas do Concílio de Trento¹⁶⁵, tal como aconteceu nas universidades estrangeiras sob autoridade papal¹⁶⁶. D. Sebastião, convencido da sua condição de eleito de Deus e primeiro responsável da Cristandade, constantemente rodeado de frades e jesuítas, nunca promoveu uma política culturalmente progressista para o país. Todos os seus pensamentos e atos convergiam para a expansão imperial da fé cristã e para a destruição dos infiéis. Com a trágica batalha de Alcácer-Quibir, todos os seus sonhos megalómanos desabaram, e as forças vivas do país ficaram sepultadas nos desertos do Norte de África. Porém, já antes da perda da nossa independência a favor de Espanha, a Contra-Reforma, a Inquisição e os jesuítas, protetores fiéis do catolicismo, eram os pilares em que assentava toda a vida cultural e intelectual portuguesa — e assim

163 Bernardino Machado entendia que “a escolastica foi o gymnasio onde a intelligencia se temperou para as conquistas modernas”, mas que, depois de realizadas estas conquistas, se transformou num “systema de ignorância artificial”, como bem referiu o Marquês de Pombal na carta de ratificação dos Estatutos da Universidade; v. Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, Typographia F. França Amado, Coimbra, 1905, p. 28.

164 D. Sebastião sucedeu no trono a seu avô D. João III que tinha assistido à morte prematura dos seus nove filhos legítimos e à de um filho bastardo, Duarte de Portugal (1523–1543), que foi arcebispo de Braga; v. M. Gonçalves Cerejeira, “O Senhor D. Duarte, filho de D. João III e arcebispo de Braga”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Ciências-Letras, Vol. II, 1926, pp. 117–125.

165 Mal terminou o concílio de Trento, em 1563, o regente cardeal D. Henrique mandou imprimir, no ano seguinte, em Lisboa, Braga e Coimbra, os *Decretos, Determinações do Sagrado Concílio Tridentino, q deue ser notificadas ao povo, por serem de sua obrigação, E se hão de publicar nas Parochias. Por mandado do serenissimo Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Lisboa* (1564).

166 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 43.

continuaram durante o domínio filipino. Manuel Bernardes Branco (1832-1900), autor da obra *Portugal e os Estrangeiros*, depois de enumerar as obras notáveis realizadas pelos portugueses de quinhentos na literatura, nas ciências naturais, na matemática e na linguística, concluiu: “e Deus sabe até onde chegariam se a inquisição e os jesuítas não lhes tivessem atalhado voos tão arrojados¹⁶⁷”.

Aparentemente inspirado pelos jesuítas, Filipe I aprovou novos estatutos para a Universidade de Coimbra, mas durante a dominação filipina o restante sistema educativo português manteve-se quase inalterado, tal como aliás aconteceu em Espanha¹⁶⁸. Gozando da confiança dos sucessivos Filipes, a Companhia de Jesus dominou por completo o ensino em Portugal. Todo o ensino jesuíta obedecia a um plano de estudos cuidadosamente elaborado¹⁶⁹, baseado na ciência escolástica superficialmente atualizada com alguns conhecimentos modernos. Este plano foi aperfeiçoado através da *Ratio Studiorum* (a “Ordem dos Estudos”) de 1599, pensada e preparada no Colégio das Artes de Coimbra por jesuítas portugueses¹⁷⁰ e estrangeiros. Com a reforma assente neste plano, pretendia-se salvar a ciência escolástica perante a ameaça da ciência moderna. Estabeleceram-se programas de estudo e elaboraram-se manuais que constituíram o

167 Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, tomo I, Livraria de A.M. Pereira, Lisboa, 1879, p. XVI.

168 Em 1559, Filipe II de Espanha tinha promulgado uma lei que proibia os súbditos de sair dos seus reinos, não os autorizando nem a “estudar nem ensinar, nem a aprender nem a estar nem a residir em universidades, estudos nem colégios fora de estes reinos.” O rei dava um prazo de quatro meses a todos os que já se encontravam no estrangeiro nessas condições para regressarem a Espanha; v. Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 36. O objetivo desta lei terá sido o de evitar a sangria intelectual do país. A verdade, porém, é que, ao impedir os espanhóis de manterem contatos internacionais, esta medida contribuiu para que o nível da ciência em Espanha estagnasse no baixo nível em que já se encontrava; v. Gino Loria, “Le matematiche in Spagna, ieri ed oggi. Parte Iª: Dal secolo XVI ala metà del XIX”, em *Scientia (Rivista di Scienza)*, Ano XIII, Série II, Vol. XXV, nº LXXXV-5, 1-III-1919, p. 357; trad. francesa, *Idem*, Suplemento, p. 83.

169 Miguel Corrêa Monteiro, *Os Jesuítas e o Ensino Médio*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2011.

170 Distinguiram-se os jesuítas portugueses Pedro da Fonseca, conhecido como o Aristóteles Português, e Manuel de Góis, autor da maior parte dos volumes que constituem o *Curso Conimbricense*; v. Mário Santiago de Carvalho, “Notícia sobre um Projecto no Âmbito da História da Filosofia em Portugal”, em *Revista Filosófica de Coimbra*, nº 23, 2003, pp. 215-224; Domingos Maurício, “Os Jesuítas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII: I. As origens — Pedro da Fonseca”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 257-266; Domingos Maurício, “Os Jesuítas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII: II. Os Conimbricenses — Suarez — Molina”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 310-329; Domingos Maurício, “Os Jesuítas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII: III. Os manualistas — Baltazar do Amaral — Baltazar Teles”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, pp. 394-410. Ainda sobre a vida e obra de Pedro da Fonseca, v. José d’Oliveira Dias, “Um centenário: O Pe. Pedro da Fonseca ou Pero de Affonseca da Companhia de Jesus (1528-1928)”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Sciência-Letras, Vol. VII, 1928, pp. 136-147, 205-272, 343-355; António Alberto de Andrade, “A Renascença nos Conimbricenses”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVII, 1943, pp. 271-284, 480-501; “Pedro da Fonseca S.J., filósofo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 91-93; “Ratio Studiorum”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, p. 562.

Curso Conimbricense, universalmente adotado nos colégios jesuítas de todo o mundo. A propósito deste *Curso*, Joaquim de Carvalho comentou o seguinte¹⁷¹:

Não foi uma peripécia casual a iniciação do nosso século XVII com os *Comentários dos Conimbricenses* à obra de Aristóteles, monumento de erudição e subtileza, o qual representa a nossa mensagem suprema ao saber europeu da época, tão lembrada nos nossos dias pela influência no pensamento de Descartes¹⁷². Grandiosa e notável foi sem dúvida; mas a sua monumentalidade aparatosa continha no íntimo o anacronismo e um vício radical que impossibilitava a actividade científica no sentido moderno.

Com o decorrer do século XVII e perante o sucesso imparável da ciência moderna, a *Ratio Studiorum* começou a revelar algumas fragilidades, mas os superiores da Companhia de Jesus decidiram mantê-la em vigor, redobrando a vigilância sobre os companheiros que manifestavam algum tipo de inclinação para as teorias modernas. Só na 16ª Congregação Geral (1730–1731) os dirigentes mostraram alguma abertura para incorporar nos programas de ensino certos aspetos da ciência moderna. Mais tarde, avançaram ainda um pouco mais, através da reforma delineada no *Elenchus Quaestionum* (1754), que já não tiveram oportunidade de implementar em Portugal devido à expulsão da Companhia em 1759¹⁷³.

Não restam dúvidas que os jesuítas acompanharam o desenvolvimento da ciência moderna e até contribuíram parcialmente para

171 Joaquim de Carvalho, “O Ideal Moderno da Ciência”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. V, *História e Crítica Literárias — História da Ciência (1925–1975)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pp. 302–303.

172 Descartes, por sua vez, terá começado a ser conhecido em Portugal através das obras dos mesmos jesuítas designadamente do *Cursus Philosophicus* (1649) do Pe. Francisco Soares Lusitano; v. Domingos Maurício, “A primeira alusão a Descartes em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 177–187. No entanto, as ideias e os livros de Descartes poderão ter chegado a Portugal alguns anos antes, através do matemático Pe. Ciermans, que se correspondia com Descartes, e do engenheiro militar João Gilot, a quem Descartes considerava “o primeiro e quase único discípulo” e a pessoa que melhor conhecia o seu método; v. Manuel Moraes, *Cartesianismo em Portugal — António Cordeiro*, Braga, 1966, p. 66.

173 Lei de 3 de setembro de 1759.

ele. Porém, em termos metodológicos, todo o trabalho científico que realizaram durante o século XVII foi simultaneamente um trabalho de resistência à ciência moderna. Das obras que publicaram — designadamente as que se destinavam ao ensino da juventude —, ressalta a preocupação constante de adaptar à velha ciência os novos e inegáveis conhecimentos, tentando evitar sempre a rutura definitiva com a tradição escolástica.

Na opinião de Fidelino de Figueiredo, citado por Veiga Pires, o século XVII em Portugal foi dominado por um conjunto de ideias que paralisaram intelectualmente a nação: “misticismo religioso, profetismo sebastianista, culteranismo literário e académico, filosofismo tomista e cabalista, isolamento defensivo e carência de crítica¹⁷⁴”. Foi sob a influência deste século que o Pe. António Vieira publicou a sua famosa *História do Futuro* (1715)¹⁷⁵, criando a utopia do *Quinto Império*¹⁷⁶ que tem alimentado a imaginação de várias gerações de portugueses.

O Perigo da Ciência Moderna (Século XVII)

O ambiente político, social e religioso que se foi desenvolvendo ao longo do século XVII levou a que a ciência moderna começasse por ser rejeitada, depois temida, e finalmente desprezada como inútil. Se a explicação de tudo o que ocorria na Terra e nos céus resultava da vontade de Deus, porquê procurar outra explicação? De acordo com a tradição cultural herdada da Idade Média, conhecer o funcionamento da natureza e, mais ainda, dominá-la e ultrapassá-la pela técnica eram atitudes desnecessárias, impróprias e até moralmente desajustadas¹⁷⁷. No entanto, a descrição do que se achava na natureza poderia ser aceitável e até virtuosa, porque com ela se poderia enaltecer a obra divina da criação. Como bem salientou Camilo Castelo Branco, a apologia da ignorância era comum

174 Veiga Pires, “A crise do séc. XVIII em Portugal”, em *Portugale, Revista de Cultura*, 3ª Série, Vol. I, nºs 1–2, 1951–52, p. 18.

175 Antonio Veyra, *Historia do Futuro*, Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa Occidental, 1718.

176 “V Império”, (vários ensaios) em *Tempo Presente, revista portuguesa de cultura*, II ano, n.º 17–18, setembro–outubro 1960.

177 R. Hooykaas, “La Nature et l’art”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XXXIX, 1967, Universidade de Coimbra, p. 161.

nos escritos cristãos, tornando-se bem evidente no famoso e popular livro, *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis (c.1380–1471)¹⁷⁸.

No “Sermão nas Honras do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio, que fez o reverendo cabido da Santa Sè do Porto em 28. de Junho de 1653, pregado pelo doutor Jerónimo Ribeiro de Carvalho¹⁷⁹, lente de Sagrada Teologia da Universidade de Coimbra, e publicado a custa de António Gomes de Moura mercador de livros, morador na Cidade do Porto”, pode ler-se, a propósito da morte prematura do saudoso príncipe, o seguinte¹⁸⁰:

Hum dos maiores engenhos deste seculo, aduertio primeiro que eu o considerasse, bem que o tinha eu já considerado, não antes delle o ter aduertido, mas antes de nelle o ter lido, aduertio, que no paraíso dera frutos de morte a aruore da sciencia, & que na aruore da sciencia puzera Deos os frutos da mortalidade. De nouo vos aduirto eu, que no dia em que se come a sciencia, se comeo a morte. [...] Se se não morre na mesma hora em que se come a sciencia, morresse no mesmo dia; não podem os sabios contar dous dias bõs, hum em que saibam, outro em que viuão, nem ainda hum em que viuão, & saibão, se não, que já não viuem no dia em que sabem no dia em que alcanção a sciencia, nesse dia os alcãça a morte. Todas as cousas comidas sabem ao que são: a sciencia comida sabe á morte, sabe ao que não he, se he de sciencia o mājtar, he da morte o sabor; comese sciencia, gostase morte. A aruore da sciencia, era da sciencia do bem, & mal, porque no mesmo pomo se comia o bem da sciencia, & o mal da morte. Lá comeo o Propheta

178 Camillo Castello Branco, *Carga Terceira: Tréplica ao Padre*, Questão da Sebenta: IX, Livraria de Ernesto Chardron, Porto, 1883, pp. 19–21.

179 O Pe. Jerónimo Ribeiro de Carvalho (1609–1679) nasceu em Braga e morreu em Valdeflores (Vila Flor) em Trás-os-Montes. Foi professor e pregador, tendo sido muito elogiado pelo Pe. António Vieira em virtude dos seus dotes oratórios. Jesuíta durante 30 anos, desligou-se da Companhia, onde tinha professado em 1623. Foi nomeado cónego magistral da Sé de Braga, foi lente de Sagrada Escritura e condutário (professor sem cátedra) na Universidade de Coimbra. Passou os últimos anos da sua vida, retirado, em Valdeflores, onde pretendeu fundar uma casa de missionários. Deixou um elevado número de sermões que se encontram impressos.

180 Jerónimo Ribeiro de Carvalho, *Sermão nas Honras do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio*, Ofic. Thome Carualho, Coimbra, 1653, pp. 14–16.

Euangelico em seu Apocalypse hum volume, & amargou-lhe no estomago: amaricatus est venter meus. Comei lá os liuros, que ao comer dos liuros, se seguem amarguras de morte. [...] Antipatias tem entre si a sciencia, & a vida. [...]. Se tomastes o atalho da sciencia, ahi achareis hum spiritu [querubim] sabio, que vos atalhe a vida... [...]. Vem a ser o melhor remedio pera viuer muito o entender pouco: quão vitas são os nescios! Que mortaes os entendidos! Como vi Theodosio muito entendido, logo o sospeitei muito mortal, a sua muita discrição lhe foi julgada mui pouca vida.

E aqui está a razão da morte precoce deste jovem príncipe: o ser, ou querer ser, sábio... Afirmção semelhante¹⁸¹ foi feita por outro pregador¹⁸², Frei Álvaro Leitão (?–1676), no sermão de exéquias do mesmo príncipe¹⁸³:

Na sciencia a morte? Si: que vem a ser o mesmo aspirar hum homem a ser sabio, que aspirar a ser morto. [...] Porque viuem tanto os necios, & tão pouco aos sabios? He, a meu ver, a causa, que nossa alma como limitada não nos dá mais que ha vida; porem essa dá com differença: aos sabios dá muita vida de juizio, & assi não pode darlhes a da idade; aos necios nenhuma vida dá de entendimento, & assi dalhes infinita de tempo.

Embora não atribuisse diretamente à ciência uma atividade mortífera, o Pe. António Vieira, o pregador português mais famoso de todos os tempos, afirmava¹⁸⁴:

181 O pintor e poeta William Blake (1757–1827), querendo realçar o valor da arte comparado com o da ciência, escreveu o seguinte: “A Arte é a árvore da vida... A Ciência a árvore da morte” — uma clara alusão à interpretação que se dava da árvore da ciência do bem e do mal, de que Adão provou o fruto... O misticismo de Blake foi analisado em J. Vaneuse, “William Blake, peintre et poète mystique”, em *L’Écho du Merveilleux*, 18º Ano, n.º 408, 1 janeiro 1914, pp. 12–13.

182 Frei Alvaro Leitão, *Sermão nas Exéquias do Sereníssimo Príncipe Dom Theodosio nosso Senhor, que Deos tem*, Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1654, pp. 27–30.

183 *Idem*, pp. 27–29.

184 Pe. António Vieira, “Sermão das Exéquias do Sereníssimo Príncipe de Portugal D. Theodosio de saudosa memoria”, em *Obras Completas do Pe. António Vieira*, Vol. XV, Livraria Lello & Irmão, Editores, Porto, 1948, p. 298.

Por que se perdeu Adão e o mundo? Porque quis saber mais do que lhe importava. [...] O saber com demasia, é como o beber com demasia, que nunca deixa o juízo em seu lugar.

A ciência não mataria, mas embriagava. Tomada em excesso durante períodos prolongados, levaria, tal como o vinho, à degradação da saúde e à morte... Parece que se tinha instalado, nesta época, a ideia de que os sábios viviam menos tempo, o que efetivamente não correspondia à verdade. Era bem mais curta a vida de um camponês “nésco” sujeito a privações, doenças e trabalho duro, de sol a sol. Não era isto, porém, o que se pregava em muitas igrejas portuguesas.

Com a demonstração da incompatibilidade entre ciência e vida — tão cabalmente obrada por ilustres pregadores como o teólogo da Universidade de Coimbra, o frade “Mestre em Sancta Theologia & Prégador de sua Magestade” ou o famoso Pe. António Vieira — qual dos ouvintes desejaria dedicar-se ao estudo das ciências ou teria defendido o seu ensino? O mesmo perigo não corria a ciência escolástica devido à sua aliança com a “verdadeira ciência”, a teologia, que Deus tinha revelado aos homens como auxílio para a salvação das almas.

Décadas mais tarde, Fr. Manoel de Gonveia (1659–1730) partilhava da mesma opinião de Frei Álvaro Leitão, ao afirmar¹⁸⁵:

No Paraiso sabemos poz Deos a vida da sciencia na vida de huma maçã; quiz que vissemos que assim como era breve a vida de hum pomo, assim era a vida de hum sabio.

Muito se escreveu sobre as árvores da vida e da ciência do bem e do mal. Alguns pensavam que tudo o que aparecia na Bíblia sobre estas árvores era alegórico. Para outros, era certo que quem comesse os frutos da árvore da vida ficava imortal, embora se discutisse se esse poder era natural ou sobrenatural. Três efeitos teria esta árvore na vida: “1. Era fazella robusta, e forte. 2. Constante, e não exposta a enfermida-

185 Fr. Manoel de Gouvea, *Sermoens Varios, e discursos predicaveis, politicos, panegyricos, e moraes*, Terceira Parte, Oficina de Juam Bautista Lerzo, Lisboa, 1742, p. 377.

des, ou velhice. 3. Fazella alegre, e aprazível, porque expellia do coração as naturaes occasioens da tristeza, e attrahia humor de alegria, e contentamento¹⁸⁶. No seu livro *Arbor Vitae* (1650), o médico Duarte Madeira Arraes defende que a árvore da vida existiu realmente. Outros autores concluíram que os frutos da árvore da ciência do bem e do mal tinham “a virtude natural de communicar ciencia, e huma grande penetração de espirito a todos aquelles, que comessem os seus frutos” mas alguns defendiam que não, que ao comerem os seus frutos os nossos primeiros pais apenas “começaraõ a conhecer practicamente o bem, que perderaõ pela sua dezobediencia, e a mizeria, em que cahiraõ; e deste conhecimento futuro he, que procedeo o chamar Moizes a aquella planta do Paraizo *arvore da ciencia do bem e do mal*¹⁸⁷”. Depois do pecado mortal, Adão e Eva ter-se-iam coberto com folhas de figueira e, talvez por isso, houve muitos que pensaram ser a figueira a árvore da ciência, do bem e do mal¹⁸⁸. Outras hipóteses foram igualmente defendidas: “Disseraõ alguns, que a arvore da sciencia era a vinha, outros o trigo, outros o pessego¹⁸⁹...” A macieira foi igualmente proposta, visto que o texto bíblico diz “que Heva, vendo o pomo, lhe pareceu regalado para o gosto, fermoço, e deleytavel para a vista; e à maçá quadram melhor estas qualidades, que tem na cor, cheyro, figura, e saybo; motivo talves, porque a idèa dos Pintores costuma pòr esta fruyta na bocca da serpente, e não o figo, que nada tem de agradavel aos olhos¹⁹⁰”. Contra a figueira, havia o facto de Adão se ter coberto com uma das suas folhas e certamente o não teria feito se esta fosse a árvore que tanto mal lhe causou¹⁹¹. O diplomata e embaixador José da Cunha Brochado (1651–1733) pensava que, de acordo com a “força da expressão de Moysés”,

186 Fr. João Pacheco, *Divertimento Erudito para os Curiosos de Noticias Historicas, Escolasticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas e Profanas*, tomo I, Officina Augustiniana, Lisboa Oriental, 1734, p. 422.

187 Manoel Alvares, *Historia da Creação do Mundo conforme as ideas de Moizes e dos Filozofos*, Officina de Francisco Mendes Lima, Porto, 1762, pp. 273–280.

188 Manoel Bernardes, *Nova Floresta*, quinto tomo, Regia Officina Sylviana, Lisboa, 1759, p. 178.

189 Felix Joseph de Soledade [pseud. de José da Cunha Brochado], *Auto da Vida de Adão, Pay do Genero Humano, Primeiro Monarca do Universo*, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1784, p. 15.

190 Pe. Manoel Conciencia, *Academia Universal de Varia Erudição Sagrada e Profana*, Officina de Mauricio Vicente de Almeyda, Lisboa Occidental, 1732, p. 63.

191 *Idem, ibidem*.

as árvores da vida e da ciência “eraõ verdadeiras, e naturaes arvores, não eraõ symbolos, ou allegorias de seus significados” e que a árvore da vida “não conferia naturalmente immortalidade, mas podia estender largamente a vida.” Sobre a árvore da ciência entende que assim se chamou não “porque tivessem alguma virtude natural para illustrar o espirito, inspirando-lhe a distincão do bem, e do mal, mas foi assim denominada por causa do acontecimento, porque Deos privia que Adam, comendo daquelle fructo, contravindo o seu preceito, aprenderia a differença do estado, a que passaria, á do estado, em que entãõ estava, e que perderia; e nesta rebelde contravenção estava toda a sciencia, e conhecimento do bem, e do mal; do bem perdido, e do mal presente¹⁹²”. Havia quem pensasse que só por ironia se chamava árvore do bem e do mal e que o nome que lhe convinha era “arvore da morte, que introduzio em todo o genero humano¹⁹³”. Estranhas ideias ainda se publicavam em Portugal na última metade do século XVIII, quando em França já se publicava a *Encyclopedie* (1751–1780)! ...

O discurso clerical anticientífico agradava aos poderes instituídos, porque desde o seu aparecimento a ciência mostrou ser uma atividade inovadora e, portanto, perigosa para a desejada estabilidade política, social e religiosa. Não está provado que tenha existido um conluio entre os poderes eclesiástico e civil, mas a verdade é que o ataque à ciência moderna interessava a ambas as partes. Para divulgar os malefícios da ciência, os meios mais eficazes eram o sermão, para os analfabetos; a censura dos livros, para os letrados e curiosos; e o controlo do ensino, para aqueles que aspiravam aos estudos¹⁹⁴.

A censura literária funcionava a par dos sermões. Já em 1480, vários bispos impunham a censura dos livros nas suas dioceses. Príncipes e senhores locais realizavam igualmente atos de censura, sempre que

192 Felix Joseph de Soledade [pseud. de José da Cunha Brochado], *Auto da Vida de Adaõ, Pay do Genero Humano, Primeiro Monarca do Universo*, 2ª ed., Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1784, pp. 15–16.

193 Pe. Manoel Conciencia, *Academia Universal de Varia Erudição Sagrada e Profana*, Officina de Mauricio Vicente de Almeyda, Lisboa Occidental, 1732, p. 64.

194 É de referir a existência de uma autorização especial, que era concedida diretamente pelo rei, para alguns poderem ler e possuir livros proibidos. Estes livros deveriam estar fechados à chave em estantes com rede de arame; v. José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 207–209.

tinham ou conseguiam autoridade para tal. Em 1501, o papa Alexandre VI impôs a censura a todos os povos submetidos à sua autoridade. O exame prévio das autoridades episcopais a tudo o que se publicasse na respetiva diocese foi decretado pelo concílio de Latrão em 1517¹⁹⁵. Nos seminários ou colégios, fundados no espírito do Concílio de Trento, não se podiam ler alguns tipos de livros. Por exemplo, nas regras dos estudantes da Confraria da Virgem Nossa Senhora da Anunciada da Universidade de Évora, afirmava-se: “Nam leam livros profanos, antes os que tiverem, que nam pertenserẽ a seu estudo, procurem que sejam espirituais, & devotos, por que possaõ aproveitar, & melhorarse no espirito, & nos pensamentos, quando por elles lerem¹⁹⁶”. Passado um século, mantinham-se as mesmas regras nos seminários de Espanha. Pelos regulamentos do Colegio de San Miguel de Orihuela, “não era permitido ter, nem ler Livros de Comedias, Novelas, nem outras composições semelhantes, improprias e fora do espirito e disciplina Eclesiastica, em que devem criar-se os Alunos¹⁹⁷”.

No mundo católico, o controlo do ensino era realizado particularmente pelos jesuítas em todos os graus de ensino, incluindo algumas universidades. Além dos assuntos relevantes para a cultura da época, discutiam-se as coisas mais extravagantes. Num livro antijesuítico do século XVIII, intitulado *La Monarchie des Solipses*, pode ler-se o seguinte a respeito das matérias filosóficas e teológicas ensinadas nos colégios da Companhia¹⁹⁸:

Eis as principais questões que eles [jesuítas] agitam em Filosofia: saber se os espíritos estão contidos em pontos matemáticos; se as aberturas do corpo são os suspiros da Alma; se o latir dos cães provoca as manchas na Lua... e várias outras [questões] desta natureza que eles ensinam e defendem

195 *Idem*, p. 11, nota 1.

196 *Regras dos Estudantes Congregados da Virgem N.S. da Anunciada. Na sua confraria sita na Universidade de Evora da Cõpanhia de Jesu*, Oficina desta Universidade, Evora, 1662, p. 11.

197 *Descripcion, Constituciones, y Ordenanzas para el Regimen, y Gobierno del Colegio de dos Seminarios*, Oficina de Antonio Martin, Madrid, 1744, p. 160.

198 Melchior Inchofer (pseudónimo de Jules Clément Scotti), *La Monarchie des Solipses*, Amesterdão, 1754, pp. 47–48.

acaloradamente. Os Teólogos pelo seu lado examinam a possibilidade de navegar nos espaços imaginários; se a Inteligência chamada Barach tem a virtude de suportar o ferro; se as almas de Deus têm cor; se os excrementos dos Demónios podem servir de remédio para os homens; se as Inteligências gostam de ouvir o ruído dos tambores...

Com estas “úteis e relevantes” questões se entretinham muitos dos filósofos portugueses, enquanto na Europa mais evoluída já se discutiam as teorias especulativas de Descartes, mais ou menos modificadas; se refutavam as teorias arrojadas de Newton; se descobriam novos mistérios da natureza e se tentava colocar o conhecimento das novas ciências ao serviço da humanidade.

Opção pela Ciência Moderna (Século XVIII)

No princípio do século XVIII, havia ainda um grande desinteresse em Portugal pelo estudo da ciência moderna, mas começavam a surgir alguns sinais de mudança. No seu livro *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre* (1734), Martinho de Mendonça de Pina e de Proença faz a apologia da aritmética, geometria, trigonometria, álgebra, mecânica, ótica, astronomia¹⁹⁹, lógica e educação física, embora entenda que a física não merece sequer o estudo de duas horas²⁰⁰:

Mas tornando à interrompida serie dos estudos, depois da Mathematica se devia seguir a da Fisica, se nesta parte da Filosofia houvesse cousa, em que se assentar, ou systema Físico, com que se satisfazer: mas eu confesso, que exceptuando a parte historica, não vejo na Fisica cousa, que mereça o estudo de duas horas, nem livro, cuja lição me atreva a aconselhar com preferencia. A Fisica corpuscular, que intenta explicar os affectos naturaes dos corpos pelo movimento, e figuras das partes, he sem duvida, a que nos dá mais

199 Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental, 1734, pp. 309–318.

200 *Idem*, pp. 332–336.

clara noção das operações sensíveis: mas se entrarmos neste estudo sem prevenção de partido, quanto mayor noticia tivermos da historia da natureza, quanto mayores progressos fizermos com observações, e experiencias, tanto mayor embaraço acharemos para abraçar algum Systema, não bastando nenhum para taõ complicadas variedades. O Systema abstracto de Aristoteles, ou para melhor dizer dos Escholasticos, não tem cousa, que se perceba mais que a articulaçãõ das vozes, com que se querem explicar, ou talvez nos intentaõ confundir. O de Descartes tem o absurdo da indefinita extensaõ do Universo, e os vortices celestes, que o fizeraõ plausivel, estaõ hoje destruidos com as demonstrações das forças centrifugas. O de Gassendo padece a imperceptivel, ou chimerica noção do espaço vacuo, ou hum nada existente, e extenso. O de Newton, fundado só em huma induçãõ imperfeita na atracçãõ dos corpos, que he como as qualidades occultas, encobre com novos termos as cousas, que não percebe, e as razões fisicas dos movimentos celestes, em que a todos excede: suppoem como Gassendo o vacuo real, que he hum manifesto contradictorio. E deixando os mais antigos, o principio Hylarchico de More, a Natureza Plastica de Cudwort, as Monades speculares de Leybnitz, não são outra cousa mais que huma engenhosa liçãõ, e subtil novella para interter, e inutil para conhecer a verdade; com tudo será justo, que o Mestre guie ao Discipulo mostrandolhe esta encantada architectura de Systemas Fisicos; não só para entender a lingua, e desprezar a presumpçãõ dos que tem por inffalíveis as suas opiniões; mas para tirar a consequencia de que todas as cousas naturaes publicaõ a sabedoria infinita, e manifestaõ a grandeza omnipotente de primeira causa, que he só a verdadeira, certa, e demonstrada.

Num ambiente cultural repleto de dogmas e certezas, a existência de várias teorias para explicar os fenómenos naturais perturbava qualquer mentalidade, incluindo a do informado Martinho de Mendonça.

Outros personagens começavam a entender melhor a metodologia científica moderna e a apreciar os benefícios que a ciência poderia trazer para a religião. O Pe. Rafael Bluteau (1638–1734), um erudito francês que viveu muitos anos e morreu em Portugal, defendia que era só através das ciências que a obra do Onipotente podia ser admirada²⁰¹:

Como o homem foy creado para contemplar, e admirar as obras de Deos na fabrica do Mundo, e só por myeo das sciencias se consegue esse fim, parecia inutil a conservação de hum Mundo, em que por falta de Sciencias naõ havia contempladores da perfeição delle, para a gloria do Divino Architecto. [...] Graças a Deos, que nestas ultimas Eras se foraõ as Sciencias estabelecendo, e aperfeiçoando de sorte, que os que por meyo dellas contemplaõ, e admiraõ as obras de Deos, podem em certo modo ser fiadores da duração do Mundo.

Foi nas primeiras décadas do século XVIII que os monarcas ibéricos verificaram que as opções estratégicas dos seus antepassados relativamente ao estudo da ciência não tinham sido as melhores. Em Portugal, D. João V (Fig. 5) decidiu aperfeiçoar as ciências antigas e apoiar as novas, embora não sejam claras as razões que o motivaram — se o genuíno interesse científico ou a simples emulação dos soberanos estrangeiros numa euforia de novo-riquismo. A ambição de colocar a sua corte ao nível cultural das restantes cortes europeias²⁰² e o sentimento de emulação que nutria por Luís XIV, o Rei-Sol, valeram-lhe o cognome de *O Rei-Sol Português*, a que se juntou o de *O Magnânimo*, pela liberalidade com que distribuía os dinheiros públicos para benefício das igrejas²⁰³ e conventos, bem como para a realização de festas religiosas, ao

201 Rafael Bluteau, *Prosas Portuguezas*, Parte Primeira, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor das Academia Real, Lisboa Occidental, 1728, p. 39.

202 Sobre a atividade cultural no reinado de D. João V; v. Eduardo Brazão, “A Cultura Portuguesa no Reinado de D. João V”, em *Estudos Italianos em Portugal*, nº 2, Instituto de Cultura Italiana em Portugal, Lisboa, 1940, pp. 324-352.

203 Depois de ter sofrido em 10 de maio 1742 um ataque (íctus cerebral, seguido de hemiplegia) que o paralisou do lado esquerdo e de ter sentido uma ligeira recuperação, D. João V convenceu-se que as melhoras se deviam às orações dos seus vassallos e ao poder das imagens milagrosas que tinham sido depositadas no



Fig. 5 D. João V (*A Campanha*, órgão da campanha nacional de educação de adultos, junho 1956).

ponto de se ter afirmado que “não é possível fazer contas aos milhares e milhares de mil cruzados que na epocha de D. João V se consumiam annualmente em festividades religiosas, e no entanto não havia em Portugal n’aquelle tempo um só palmo de boa estrada.” Dizia-se que os gastos tinham sido de tal monta que “por occasião do fallecimento do rei não havia dinheiro para os funerais^{204,205}”.

Foi D. João V quem separou, em 1716, a diocese de Lisboa em duas —Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental²⁰⁶. “Em sua Real Capella fez o mesmo senhor [D. João V] a Santa Igreja Patriarchal, e Cathedral do Patriarchado de Lisboa Occidental, e a adornou com muytos, ricos, e preciosos Ornamentos, e enriqueceo com hum preciosissimo thesouro de Ouro, e Prata: e naõ contente o seu ardente zelo, e Real grandeza, com que o Rey da Gloria tivesse só aquelle culto, ordenou, que no dia do Corpo de Deos se fizesse hum Triunfo ao Santissimo Sacramento, em huma Solemnissima Procissão²⁰⁷”. Por esta real magnificência, foi por todos elogiado e aplaudido²⁰⁸. Em 1747, os rendimentos desta Igreja eram de 407:306\$669, uma quantia muito

seu palácio. Por isso, mandou distribuir “por todas huma grandissima somma de dinheyro por esmolla.” Não foi menos magnânimo para frades e freiras durante a viagem que fez — acompanhado por imagens de relíquias de santos — às termas das Caldas da Rainha em busca de cura. Foi generoso com pagamentos monetários a quantos o ajudaram nos seus tratamentos médicos durante a estadia nas termas e mostrou de novo a sua magnanimidade quando regressou a Lisboa, onde continuou aparentemente a melhorar com os contínuos tratamentos purgativos; v. Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V — Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pp. 235–242; Luiz Montez Mattozo, *Anno Noticioso e Historico 1742*, Maria Rosalina Delgado (edit.), Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996, pp. 225–226, 236–237, 279, 299. Por todo o país foram organizadas manifestações de ação de graças, incluindo atos de culto, versos, orações académicas, jogos e corridas; v. Ernesto Soares, “Acção de graças pela melhoras de D. João V em 1742”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 5, setembro 1953, pp. 138–139. Nos oito anos de doença que precederam a sua morte, o rei esteve num estado de grande fragilidade sofrendo de crises com perdas de conhecimento. Os negócios públicos, sem direção, vogaram, “nesses oito anos de interinidade do poder, ao sabor de ambições e intrigas palacianas desencadeadas”; v. Veiga Pires, “A crise do séc. XVIII em Portugal”, em *Portugale, Revista de Cultura*, 3ª Série, Vol. I, nºs 1–2, 1951–52, p. 20.

204 Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, pp. 37, 68–81, 183–192, 261.

205 Uma descrição resumida do funeral de D. João V pode ler-se em Armando de Lucena, “Há Duzentos Anos: Os Funerais de D. João V”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 35, 30 novembro 1950, pp. 3, 22.

206 O mesmo D. João V pediu ao Papa a união das duas jurisdições em 1741, o que lhe foi de imediato concedido nesse mesmo ano.

207 Fr. Manoel de Santo Antonio, *Escudo Benedictino ou Dissertação Historica, Escholastica, e Theologica*, Officina de la Viuva de Antonio Ortiz Gallardo, Salamanca, 1736, p. 1.

208 Rafael Bluteau, *Prosas Portuguezas*, Parte Primeira, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor das Academia Real, Lisboa Occidental, 1728, pp. 285–299.

elevada que provinha, na sua maior parte, do erário real. O serviço da Igreja empregava 421 pessoas!... A Santa Igreja Patriarcal com o título de Salvador do Mundo e Nossa Senhora da Assumpção acabou por ser totalmente destruída pelo terramoto de 1755²⁰⁹, um acontecimento trágico que teve repercussões em toda a Europa²¹⁰. A ação benemérita do rei foi muito elogiada pelo apoio que deu ao povo, durante uma epidemia que grassou em Lisboa em 1723, ao mandar “distribuir pelos Parocos grandes somas de dinheiro pelas Freguezias, Medicos, e Cirurgioens, e pelas casas de todos os necessitados enfermeiros, e enfermeiras, e tudo o de que podiaõ necessitar de viveres, de comodidades, de mantimentos, de remedios, e regalos²¹¹”.

Aos dois referidos cognomes dados ao Rei, juntou-se o de *O Freirático*, por causa dos seus amores com freiras do Convento de Odivelas²¹², de quem aliás teve filhos, conhecidos como “os meninos da Luz.” Três dos filhos bastardos — que D. João V adotou em 1742 e, como tal, foram reconhecidos por D. José em 1755 —, D. Gaspar, filho de D. Madalena de Miranda, dama de companhia da rainha, D. António, filho de mãe francesa, e D. José, filho da abadessa Paula Teresa da Silva,

209 Joaquim de Vasconcelos, “Centenário do Marquês de Pombal: As Ruínas do Terramoto”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º Ano, nº 5, 1 maio 1882, pp. 276–277.

210 “Hamburgo e o Terremoto de Lisboa do 1º de novembro de 1755”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 51º, 1904, pp. 53–59; Carlos Estorminho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, pp. 23–25. Cidadãos britânicos que residiam em Lisboa fizeram relatos do terramoto, os quais foram reunidos pela primeira vez em Maria Leonor Machado de Sousa, *O Terramoto de 1755, Testemunhos Britânicos — The Lisbon Earthquake of 1755, British Accounts*, The British Historical Society of Portugal, Lisóptima, 1990.

211 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 1º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, p. 147.

212 Este convento foi fundado por D. Dinis, tendo sido D. Urraca Pais a sua primeira abadessa. Os acontecimentos mais ou menos escandalosos nele ocorridos foram motivo de muitos comentários e numerosas especulações na literatura portuguesa; v. Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e litteraria*, Vol. 65, nº 10, outubro 1918, pp. 474–482; Vilhena Barbosa, “O Mosteiro d’Odivellas” em *Arquivo Pittoresco*, Vol. VI, 1863; Camilo Castelo Branco, *A Caveira da Martyr*, 3vols., Livraria Editora da Mattos & Compª, Lisboa, 1875–1876; Pinheiro Chagas, “Chronicas de Odivellas” em *Occidente*, Vol. IX, 1886; Manuel Bernardes Branco, *As Minhas Queridas Freirinhas d’Odivellas*, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1886; Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, *O Mosteiro de Odivellas — casos de reis e memorias de freiras*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889; Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892; Rocha Martins, “A Madre Paula” em *Os Grandes Amores de Portugal*, Vol. II, Fasc. IV, F.J.R. Martins, Lisboa, s/d.

ficaram conhecidos com o nome de “Meninos de Palhavã²¹³” por terem habitado o Palácio da Azambuja, dos Marqueses do Louriçal, na zona de Palhavã²¹⁴. D. Gaspar de Bragança (1716–1789) chegou a ser arcebispo de Braga, e viveu rodeado de tal luxo que a sua corte ombreava com a do rei, seu pai²¹⁵. Na sua biblioteca figurava a proscrita *Enciclopédia* francesa, o que revelava alguma independência de espírito e talvez interesse pelas novas ideias dos racionalistas franceses. Favoreceu o estabelecimento da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima²¹⁶. D. António (1714–1800) e D. José (1720–1801) doutoraram-se ambos em Teologia. João Mendes Sachetti Barboza (1714–1774) dedicou as suas *Considerações Medicas, Parte I* (1758) a D. António, a quem fez rasgados elogios. Na dedicatória, louva-lhe as qualidades de teólogo e os conhecimentos das artes e ciências incluindo a matemática:

V.A., como se tivera hum grande uzo do calculo, compreende, e discorre perfeitamente nas Mathematicas puras, no que tóca ao géral equilibrio do portentozo sistema do Universo; nas distancias, e movimentos deses remontados corpos planetarios, que fazem delicioza a Astronomia, e são o asombro da alma cogitante nesta admiravel sciencia. Pela Matematica mista, tem V.A. a mais clara compreensão dos varios sistemas, e demonstraveis Principios da boa, e sólida Filozofia.

A *Parte II* da obra de Sachetti Barboza nunca veio a lume, e a razão poderá ter sido o facto de o patrono ter caído em desgraça real juntamente com seu irmão, o inquisidor-mor D. José. O rei D. José I, por influência do Marquês de Pombal — contra quem D. António e D. José aparentemente conspiravam —, desterrou-os em 1760 para o

213 Para uma descrição mais detalhada, consultar Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V — Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pp. 131–138.

214 Santos Farinha, *O Palacio de Palhavan*, Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1923.

215 Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, pp. 38, 237–238, 241; José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 28.

216 Luís A. de Oliveira Ramos, *Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII — Principios do Século XIX)*, Braga, 1977, pp. 10–11.

Convento do Buçaco,²¹⁷ de onde regressaram apenas em 1778, após as mortes do rei e de Sachetti Barboza.

Não deixa de ser surpreendente que D. João V, o Rei Freirático²¹⁸, tenha legislado contra os atos imorais e pecaminosos que envolviam freiras com padres e civis, tendo ele próprio mandado punir alguns nobres mais abusadores²¹⁹. A polícia fazia rusgas nocturnas aos conventos, das quais resultavam prisões tanto de freiráticos como de freiras. Não só o flagrante delito era motivo de prisão; os prevaricadores eram muitas vezes presos em suas próprias casas, após os atos consumados²²⁰. As leis antifreiráticas de D. João V aplicavam-se tanto aos civis como aos religiosos. Num Aviso real enviado ao Vigário Provincial Fr. Manuel da Piedade, o monarca determinava que²²¹:

Os Religiozos que tiverem correspondencias illicitas nos Conventos das Freiras, fação hum termo de naõ hir mais ao Mosteiro de N. [nome] nem á sua Igreja, nem a outro algum Mosteiro, ou Igreja de Freiras, nem tenha trato communicação, ou correspondencia por si, ou por outra pessoa com Freiras, nem com pessoas, que se ache recolhidas em Mosteiro, nem parem defronte de qualquer Mosteiro de Freiras, nem para les faça sinal, ou asseno, nem ainda passe pelo dito Mosteiro de N. com as penas nelle declaradas.

Para além do rei, também a Igreja tentava combater os comportamentos impróprios ou pecaminosos envolvendo freiras. O bispo de Braga D. José de Bragança (1703–1756) — filho natural de D. Pedro II e, portanto, semi-irmão de D. João V, que tinha gostos

217 A. M. Simões de Castro, “Os meninos de Palhavã, desterro de D. José e de D. António no Bussaco”, em *O Instituto*, Vol. XV, nº 10, janeiro 1872, pp. 232-235.

218 Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V – Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pp. 131–146.

219 Castelo Branco Chaves, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, pp. 67, 113–114, nota 73; Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V – Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pp. 144–146.

220 Luiz Montez Mattozo, *Anno Noticioso e Historico 1742*, Maria Rosalina Delgado (edit.), Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996, pp. 280, 314, 320.

221 Ver manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, p. 8.

muito cortesãos²²² como o de jogar o pião no paço episcopal²²³ — mandou preso para Lisboa um dos seus pajens, José Caetano, “com culpas de Freyrático”, para ser entregue a seu pai, “que dizem haver sido Governador de huma Praça marítima ultramarina²²⁴”. Num edital de setembro de 1742, dirigido ao clero e aos fiéis da diocese de Santarém, o visitador José Dantas Barbosa, arcebispo de Lacedemónia, pedia para ser informado “se há alguma pessoa Eccleziastica, ou Secular, que, sem ligitima cauza, e licença frequente Mosteyros de Freyras, contra a forma dos Breves Apostolicos, que há nesta materia²²⁵”.

Estabeleceram-se punições para clérigos e outros religiosos que tivessem “barregans” (concobinas) ou para quem entrasse em mosteiros, tirasse as freiras, dormisse com elas ou as recolhesse em casa²²⁶. No princípio do século XVIII, um decreto de D. Miguel Angelo, arcebispo de Tarso e núncio em Portugal²²⁷, dirigido ao Ministro Provincial Fr. Damiaão da Cruz, estabelecia que “todos os Religiozos de hum, e outro Sexo, se abstenhaõ de receber tabaco nos seus Conventos, ou seja para ocultar, e reter em fraude dos direitos Reaes, ou para moer, vender, ou fazer vender, ainda que seja aos mesmos Regulares²²⁸”. D. João V, por meio de um aviso real ao Vigário Provincial Fr. Manuel da Piedade, informava “que os Religiozos, e Religiozas, especialmente os do Convento de Vialonga, estaõ vendendo tabaco dezencaaminhado, e para evitar este damno castigue os culpados²²⁹”. Numa pastoral circular, o arcebispo de Braga D. Jozé (1703–1756) ordenou que²³⁰:

222 Dominar o jogo do pião ou da malha, entre outros, era condição necessária para um cortesão modelar nas cortes de D. João II e D. Manuel; v. Fernando Calapez Corrêa, “Fernão da Silveira, Coudel-mor e Cortesão de D. João II”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, p. 72.

223 Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V — Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, p. 37.

224 Luiz Montez Mattozo, *Anno Noticioso e Historico 1742*, Maria Rosalina Delgado (edit.), Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996, pp. 358, 366.

225 *Idem*, p. 347.

226 Ver manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, p. 5.

227 Miguel Angelo Conti sucedeu ao papa Clemente XI com o nome de Inocêncio XIV.

228 Ver manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, p. 6.

229 *Idem*, p. 8.

230 *Idem*, p. 10.

Na Cidade, e Villas do Arcebispado, os Ecclesiasticos uzem de capa, e loba, ou abbatina tullar de baeta preta, crepe, ou lemiste e de outra qualquer fabrica de lã, mas não de seda, nem com chapas nos cabeçoens. Nas jornadas uzem de cazacas, ou roupetas da mesma cor, ou de outra honesta algum tanto mais curtas; sem canhoens, bolsos, e pregas. Nos lugares publicos não uzem de outros vestidos, que se encubra o habito Clerical. Nos chapeos não uzem de prezilha, mas com fita, ou prezilha singela. Não tragam polvilhos, pentes no cabelo, fitas nas camizas, pedras falsas, ou verdadeiras nas fivellas dos çapatos; nem uzem de cabeleiras, ou perucas sem sua licença, nem uzem de composições afectadas no cabelo. Nenhum Ecclesiastico, ou Secular ande de noite tocando viola, ou outro instrumento, nem vá a Serroens, fiadas, espadeladas, e outros ajuntamentos de mulheres. O Ecclesiastico de Ordens sacras, e Beneficiados, posto que as não tenhaõ, não se sirvaõ de criada, ou escrava que padeça infamia na honra, nem de mulher de boa fama de menos de 50 annos de idade, ainda que sejaõ filhas, ou mulheres de criados seus, excepto quando na caza houver mais familia feminina, como May, Irmãs, ou parenta dentro no segundo gráo, estas se poderaõ servir de moças de menos de 50 annos de idade, sendo de boa fama. [...] Não ouçaõ de confissão a mulher em caza, nem de noite, nem nos Coros, Sacristias, Capellas, ou Ermidas, mas só nas Igrejas, estando as portas abertas, e pelos ralos dos confessorarios.

Numa outra Pastoral, o Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão (1740–1805) mandava que²³¹:

Na Cidade e Villas do Arcebispado os Ecclesiasticos uzem de capa, e loba de baeta preta, crepe, ou lemiste [...] mas não de seda. Nos lugares menos populares uzaraõ de garnachas da mesma cór, ou de outra honesta algum tanto mais curta. E para andar a cavallo permite as cazacas mais compridas que as

231 *Idem, ibidem.*

dos Seculares. Não tragam polvilhos, nem pentes no cabelo nem fitas nas camisas.

Os hábitos dos clérigos chegaram a ser tão escandalosos, em termos de vestuário e de comportamento moral, que Pina Manique fez publicar editais tentando impedi-los²³². É de crer que todas estas limitações teriam como objetivo final evitar as tentações da carne mais do que conter excessos de luxo!

Manuel Bernardes Branco escreveu que, no reinado de D. João V, falecido com se sabe em 1750, era muito vulgar a fuga das donzelas para os mosteiros, “mas não eram estes n’aquelles tempos tão somente casa de oração e de penitencia. Eram também casa de vicio, casa de torpezas, casa de devassidão. Algumas freiras havia que se entregavam à vida mystica e penitente, porém muitas preferiam os conventos, só porque n’elles tinham incomparavelmente mais liberdade do que em casa de seus pais²³³”. Depois de ter analisado o estado do povo português no reinado de D. João V — quando “quase que em nada mais se pensava senão em cousas relativas á Egreja²³⁴” e tudo estava condicionado por um ambiente pesado de religiosidade supersticiosa e imoralidade generalizada — Manuel Bernardes Branco (1832–1900) comentava²³⁵:

Já se vê, que este estado de cousas devia retardar ou afugentar o progresso intellectual. Não se raciocinava, não se pensava, não se discorria, como já disse, não se olhava para o futuro, não se tratava de sahir do estado de incrível embrutecimento em que se achava o paiz. O homem estava reduzido a um automato, o qual gyrava ou se movia tão sómente na direcção que seus donos queriam.

232 Ernesto Soares, “A Propósito do Artigo ‘Modas de Ontem e Modas de Hoje’”, em *Feira da Ladra*, tomo I, 1929, pp. 145–150.

233 Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, p. 117.

234 *Idem*, p. 154.

235 *Idem*, p. 145.

Não era novo este fenómeno freiral²³⁶. Tinha surgido no fim do século XVI ou mesmo antes²³⁷ e continuou no século XVII, pois uma lei filipina determinava que aqueles que, “entrando em Mosteiros de Freiras de Religião, quebrantasse[m] a clauzura dellas, e cometesse[m] ou [se] provasse que cometeraõ alguma couza illicita com ellas, sejaõ prezos, e morraõ morte natural, e paguem 200 cruzados ao dito Mosteiro, pela afronta que nisso recebeo²³⁸”.

O fenómeno freiral atingiu, talvez, o auge no tempo de D. João V, estimulado, ou pelo menos tolerado pelo exemplo do próprio rei. As suas causas podem encontrar-se no facto de muitas meninas sem qualquer vocação religiosa serem enviadas para os conventos por imposição dos pais, bem como na pouca moralidade e muita hipocrisia que caracterizavam a sociedade portuguesa. O Pe. Manuel Bernardes (1644–1710), contrastava a pobreza da cela de Sta. Clara com a riqueza das celas que se viam nos mosteiros do seu tempo²³⁹:

Ver huma cella destas, que não saõ Santa Clara, he ver huma caza de estrado de huma noiva. Laminas, oratorios, cortinas, sanefas, rodapés, tomados a trechos com rozas de maravilhas, banquinhas de damasco, franjadas de seda, ou de ouro, pias de cristal, guardaroupas de Hollanda, caçoulas, espelhos, craveiros, mangericoens, ou naturaes, ou contrafeitos, passarinhos, cachorrinhos de manga, que se adoecem de puro mimo, se chama o mais perito na arte de os curar: jarras, ramalhetes, porçollanas, brinquinhos de sangria, figuras de alabastro, ou de geço, frutas escolhidas para coroar as molduras da alcoba, ou dos contadores, perfumes, alambiques, todo o genero de

236 Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V — Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892; Teixeira de Aragão, “Episódios da Decadência Monástica: Os freiraticos e as freiras devassas”, em *A Lanterna*, Ano I (II), nº 8 (48), 30 julho 1910, pp. 5–7.

237 Nos séculos XV e XVI observavam-se fenómenos de imoralidade sexual de monges, padres e bispos que foram descritos e reprovados em relatórios de visitantes e reformadores eclesiásticos; v. Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 19–20.

238 Ver manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, pp. 5–6.

239 Manoel Bernardes, *Nova Floresta*, quinto tomo, Regia Officina Sylviana, Lisboa, 1759, pp. 31–32.

arames para a fabrica dos doces, armarios para os recolher, criadas para o ministerio da caza, tecto da cella com taes pausagens, relevos, e pinturas, que passão para as mãos dos officiaes as bolsas dos parentes, e devotos mais ricos. Oh! que temos licença, e assim não violamos o voto.

Com o objetivo de amenizar ainda mais a vida das feiras nos conventos, organizaram-se os famosos “outeiros”, ou festas nocturnas nos pátios interiores dos conventos, onde havia doces e licores para todos e onde brilhavam os poetas, glosando os motes sugeridos pelas freiras^{240,241}.

Perante as veladas críticas de pessoas de bem²⁴² que os atos amorosos e pecaminosos do rei D. João V originaram, é de supor que não tivesse sido notável a credibilidade que outros atos reais despertaram na gente mais bem formada. A sua imagem nos meios intelectuais estrangeiros não seria igualmente muito lisonjeira, já que Voltaire (François Marie Arouet) afirmava a seu respeito que “quando apetecia frivolidades, ordenava procissões religiosas²⁴³; quando pensava em construir, mandava erguer mosteiros e igrejas; e, quando queria amantes, procurava as freiras nos conventos²⁴⁴”. É muito natural

240 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 102.

241 Estes “outeiros” continuaram a realizar-se nos conventos até meados do século XIX tendo terminado, muito provavelmente, entre 1863 e 1865. Na altura da eleição de D. Ermelinda Doroteia como abadessa do Convento de S. Bento da Ave-Maria no Porto, em outubro de 1862, fizeram-se três noites de festa “com música, doces, vinhos preciosos e galantes improvisos dos melhores poetas da época no adro do referido Convento”; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 10, outubro 1962, p. 313.

242 Estas críticas vinham de uma elite moralmente mais bem formada, visto que, nos meios religiosos e populares, aconteciam abusos semelhantes e não seria de esperar uma atitude de tal modo hipócrita que levasse à crítica dos defeitos alheios quando os próprios eram tão evidentes; v. Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 19–20, 25–26.

243 É de referir que as procissões no período joanino eram verdadeiros cortejos sociais, que incluíam música e danças, e onde até os escravos exibiam os seus símbolos identitários e instrumentos musicais. v. Maria da Conceição Rodrigues, *As “contas longas” de vidro como elemento de identidade dos africanos no passado histórico e cultural de Lisboa: de meados do século XV ao terramoto de 1755*, U. Porto Editorial, Universidade do Porto, Porto, 2014, p. 72.

244 Carlos Estorinho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, p. 8.

que o apoio do rei à ciência tenha sido encarado como mais uma extravagância ou capricho real, a que não deveria dar-se muita importância...

Apesar de tudo isto, havia em Portugal quem achasse que a ciência era uma atividade séria e relevante, como foi o caso do experiente diplomata e embaixador D. Luís da Cunha (1662–1749)²⁴⁵ — um dos homens que, provavelmente, teria influenciado o rei a apoiar a ciência moderna. Sabe-se que ele aconselhou D. José a escolher para seu ministro o Marquês de Pombal (Fig. 6) — que também tinha alcançado a graça da rainha-mãe D. Maria Ana de Áustria quando fora diplomata em Viena²⁴⁶ —, o homem que delineou a reforma do ensino da ciência moderna em Portugal. O *Testamento Político* de Luís da Cunha — redigido entre 1747 e 1749, mas só publicado em 1812–16 — é um texto notável, revelador da rica personalidade e elevada cultura do seu autor.

Independentemente das influências ou razões que motivaram o rei D. João V, o facto é que, por sua iniciativa, surgiu em Portugal algum interesse pela física experimental e um renascimento da astronomia, da medicina e da história natural através da criação de museus naturais e jardins²⁴⁷. Numa atitude incoerente, porém, o rei indeferiu um pedido que lhe foi dirigido em 1712 pelos professores do Colégio das Artes de Coimbra, solicitando autorização para introduzir uma alteração no Curso de Filosofia, que tinha por objetivo a modernização do estudo da física. Pedido idêntico, feito em 1746, foi igualmente recusado levando à publicação do famoso *Edital do Reitor do Colegio das Artes de Coimbra, de 7 de maio de 1746*²⁴⁸. Apesar destas atitudes de

245 Cavaleiro de Oliveira dizia que Luís da Cunha tinha um fraco pelas mulheres e suspeitava que era um lobisomen... Já com idade avançada, o embaixador vivia em Paris com a amante Madame Salvador de origem israelita. Esta, “com duas piruetas e uma ária de ópera, levava-o aonde muito bem lhe aprouvesse”; v. Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1982, pp. 127, 150–151.

246 Maria Alcina R.C. Afonso dos Santos, “A Vida Pública de Sebastião José de Carvalho e Mello em Viena de Áustria”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 29–39.

247 Eduardo Sequeira, *Adolpho Frederico Moller, Extrahido do J. de Horticultura Pratica, Vol. XXII, maio 1891*, Typographia Cruz Coutinho, Porto, 1891, pp. 5–7, nota 1.

248 Décio Ruivo, “Inácio Monteiro no contexto da cultura científica em Portugal até 1760”, em *Gazeta de Física*, Vol. 22, Fasc. 1, 1999, p. 19; Ricardo Vieira Martins e Carlos Filgueiras, “A Restauração de Portugal à Modernidade no Século XVIII”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, p. 163.



Fig. 6 Marquês de Pombal (*O Tripeiro*, maio 1957).

D. João V — em cuja época os espetáculos prediletos, tanto na corte como na rua, eram os autos de fé e as touradas²⁴⁹ —, muitos pensam que foi no seu “primoroso²⁵⁰” reinado que as ciências modernas começaram a ser efetivamente introduzidas no país²⁵¹. A sua proteção orientou-se igualmente para as letras, sendo de destacar a constituição da Real Academia de História (1720)²⁵² e das bibliotecas de Maфра²⁵³ e de Coimbra²⁵⁴, bem como o patrocínio de muitas academias literárias²⁵⁵. Subsidiou a publicação de obras de autores portugueses e estrangeiros²⁵⁶, bem como o trabalho de vários escrivães em Roma, na Biblioteca do Vaticano, para transcreverem as obras originais dos Santos Padres a fim de colocar as respetivas cópias na biblioteca real²⁵⁷.

249 Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V — Estudos Históricos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, p. 124.

250 J. da Costa Lima, “Primor francês”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 97–101.

251 Manuel Augusto Rodrigues, “A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial”, em *Revista da História das Ideias*, Vol. 12, 1990, pp. 91–93.

252 Depois da morte de D. João V, a Real Academia de História entrou em decadência, acabando por encerrar no último quartel do século XVIII. Viria a ser restaurada apenas em 1936.

253 A Biblioteca de Maфра fazia parte do grandioso Convento de Maфра que o rei mandou construir na sequência de uma promessa, recomendada pelo franciscano Fr. António de S. José e feita a Sto. António pelo casal real para terem um filho herdeiro, que tardava em chegar; v. Frederico Gavazzo Perry Vidal, “Maфра e Dom João V”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVII, 1933, pp. 117–136.

254 Sobre a história, descrição e espólio da Biblioteca da Universidade de Coimbra, v. Florencio Mago Barreto-Feio, *Memoria Historica e Descriptiva á cêrca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra e mais Estabelecimentos Annexos*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1857; Bernardo de Serpa Pimentel, *Breve noticia da livraria da Universidade de Coimbra*, em Visconde de Villa-Maior, *Exposição Succinta da Organização Actual da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1878, pp. 470–508; José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra: Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, tomo I, Coimbra, 1943, pp. 139–252.

255 Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, pp. 207, 270; José Lopes Dias, “Tópicos Ambientais e Humanos para a História Cultural e Política da Beira Baixa”, em *Anais*, II Série, Vol. 19, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1970, p. 121.

256 São algumas centenas as dedicatórias, os livros e opúsculos panegíricos a D. João V; v. *Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa*, Catálogo da Exposição, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1989, pp. 115–151.

257 A biblioteca terá tido cerca de 30 mil volumes, e quase tudo ficou destruído ou reduzido a cinzas no dia 1 de novembro de 1755. Desapareceu assim uma grande e seleta biblioteca com muitas obras raras, preciosas e únicas.

Protegeu ainda as artes²⁵⁸, incluindo a gravura^{259,260}, e mandou comprar livros e instrumentos matemáticos no estrangeiro, provavelmente aconselhado pelos seus astrónomos.

D. João V convidou para se fixarem em Portugal matemáticos italianos — os padres jesuítas Francisco Musarra, Domingos Capacce e João Baptista Carboni — e mandou instalar, por sua conta, o Observatório Astronómico do Colégio de Santo Antão²⁶¹. Aos oratorianos ofereceu 30 mil volumes para formação de uma biblioteca e variados instrumentos para equipar um gabinete de física²⁶². Em 1723, convidou o naturalista Charles-Frédéric de Merueilleux (?–1749) a permanecer temporariamente em Portugal para escrever uma história natural do reino — acontecimento que mereceu uma notícia na Gazeta de Lisboa²⁶³.

Os jesuítas estrangeiros admitiam que uma das causas para o atraso científico na província lusitana podia estar relacionada com a falta de instrumentos matemáticos. Tamburini, Geral da Companhia, escreveu em 1725 a Carboni exortando-o a incentivar D. João V para

258 Yves Bottineau, *Le Goût de Jean V: Art et Gouvernement*, separata da revista *Bracara Augusta*, Vol. XXVII, Fasc. 64 (76), 1973, Braga, 1974.

259 Vários gravadores estrangeiros de nomeada foram convidados por D. João V para se estabelecerem em Portugal. Theodore André Harrwyn, Jean Rousset e Rochefort, chegaram a Lisboa em 1726; v. Henrique de Campos Ferreira Lima, *O Dr. Xavier da Costa e a História das Belas-Artes Menores em Portugal*, V. N. Famalicão, 1943, p. 8; Luís Chaves, *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927, pp. 29–31. Convidaram-se ainda, e viveram em Portugal, vários pintores estrangeiros: Vincenzo Baccherelli (1672–1745), Giulio Cesare Temini, Giorgio Domenico Duprà (1689–1770), Pierre Antoine Quillard (1704–1733), bem como o escultor Alessandro Giusti (1715–1799) que morreu em Lisboa. O pintor Giovanni Battista Pacchini fixou-se no Porto, onde faleceu em 1740, depois de ter pintado, em 1737, o teto de masseira da grande sala capitular da Sé Catedral com uma representação de catorze alegorias morais, dispostas à volta de S. Miguel, patrono do Cabido; v. Yves Bottineau, *Le Goût de Jean V: Art et Gouvernement*, separata da revista *Bracara Augusta*, Vol. XXVII, Fasc. 64 (76), 1973, Braga, 1974, pp. 13–15.

260 De acordo com Luís Chaves, “a grande gravura portuguesa, avulsa e de livro, tem nesta época [reinado de D. João V], a sua idade de ouro”; v. Luís Chaves, *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927, pp. 29–31. D. João V adquiriu em Paris uma extraordinária coleção de gravuras que foi, pelo menos em parte, destruída pelo terramoto de Lisboa de 1755, e o resto foi disperso; v. Pierre-Jean Mariette, *Catalogues de la Collection d’Estampes de Jean V Roi de Portugal*, 3 vols., Fundação Calouste Gulbenkian (Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris), Bibliothèque Nationale de France, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, Paris, 2003–2006.

261 O edifício do Colégio de Santo Antão abriga atualmente o Hospital de S. José. Uma breve história da construção deste segundo edifício do colégio pode ler-se em Francisco Rodrigues, “O Colégio de Santo Antão de Lisboa”, em *Boletim Cultural e Estatístico*, Vol. I, nº 1, janeiro–março 1937, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 47–55.

262 Rómulo de Carvalho, *A física experimental em Portugal no séc. XVIII*, Biblioteca Breve, Ministério da Educação e das Universidades, 1982, p. 56.

263 *Gazeta de Lisboa*, 20 fevereiro 1924; *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, trad. Castelo Branco Chaves, Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, pp. 13–14.

que comprasse alguns desses instrumentos. Tais diligências poderão ter produzido o efeito desejado, já que o monarca mandou comprar em Paris e em Londres, entre 1724 e 1728, um quadrante mural com raio de 2,5 pés, um sextante com um raio ainda maior, de 3 pés, quatro telescópios (dos quais dois, pelos menos, eram refletores) e alguns relógios de precisão²⁶⁴. Em 1728, um pêndulo monumental de bronze foi comprado por D. João V em Paris, para oferecer como prenda de casamento ao filho, o príncipe do Brasil D. José que depois foi rei²⁶⁵.

O *Magnânimo* declarou-se protetor da Universidade, tendo aí mandado instalar a célebre Biblioteca Geral em 1716. Em 1732, convidou o médico italiano Bernardo Santucci (1701–1764)²⁶⁶ para ensinar anatomia no Hospital de Todos os Santos, em substituição do catalão Monravá e Roca. Santucci começou a reger o seu curso em 7 de julho de 1732, mas a 6 de fevereiro de 1739 foi instado a suspender as demonstrações em cadáveres e a limitar-se às aulas teóricas²⁶⁷. Nesse mesmo ano, Santucci publicou em português um compêndio elementar da sua especialidade, *Anatomia do Corpo Humano*²⁶⁸, com interessantes gravuras, que foi considerado um livro único entre nós, mas onde não faz qualquer referência à circulação do sangue descoberta por Harvey e divulgada em 1628²⁶⁹!... Além de

264 Ugo Baldini, “The Teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal from 1640 to Pombal”, em *The Practice of Mathematics in Portugal*, ed. Luís Saraiva e Henrique Leitão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, pp. 352–353.

265 François Souchal, *Les Slodtz, sculpteurs et décorateurs du Roi (1685–1764)*, Paris, 1967, pp. 609–610.

266 J.A. Pires de Lima, *Questões de Linguagem Científica — A nomenclatura anatómica portuguesa*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1942, pp. 63–76; Joaquim O. A. Pires de Lima, “Bernardo Santucci e a Nomenclatura Anatómica Portuguesa”, em *Estudos Italianos em Portugal*, nº 2, Instituto de Cultura Italiana em Portugal, Lisboa, 1940, pp. 310–323.

267 Santucci continuou a sua atividade como professor até 1747, ano em que regressou a Itália com uma licença ilimitada. Aí se manteve até 1750. Sabendo da morte de D. João V, regressou a Portugal para retomar o ensino da Anatomia, mas, mal cheguu, ficou surpreendido ao tomar conhecimento que o seu lugar tinha sido ocupado por Pierre Jazede Dufeu, protegido do Marquês de Pombal; v. Augusto de Castro, “Manoel Constançio, o Pareo Portuguez”, em *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, Nova Série, 9º Ano, nº 4, 10 agosto 1918, pp. 119–120.

268 Bernardo Santucci, *Anatomia do Corpo Humano, recopilada com doutrinas Medicas, Chímicas, Filosóficas, Mathematicas, com índices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano*, Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa Occidental, 1739. Foram impressos 2 mil exemplares desta obra e, por isso, não é considerado um livro raro nos meios bibliófilos nacionais.

269 Sobre o atraso na adoção da teoria da circulação do sangue em Portugal e na Europa, v. Ayres de Sousa, “A descoberta de Harvey e uma afirmação de Verney”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 39, Fasc. 1, janeiro–fevereiro 1967, pp. 17–26.

não estar cientificamente atualizado, o livro também não era original. Um estudo de 1929 revelou que as gravuras e a maior parte dos textos tinham sido copiados de uma obra, aliás citada, de Verheyen — um anatomista belga e professor em Lovaina no final do século XVII —, muito popular na Alemanha e na Itália²⁷⁰. Ao publicar este livro de anatomia — o primeiro do género escrito em português — Santucci contribuiu decisivamente para o estabelecimento da nomenclatura anatómica na nossa língua²⁷¹.

Com uma política de contratação de especialistas estrangeiros e de apoio financeiro a lentes e estudantes portugueses²⁷², associada à criação de instituições dedicadas à cultura e às ciências, D. João V introduziu e estimulou alguma modernização científica e cultural no país, como, aliás, é reconhecido pelos seus contemporâneos. Mais não terá feito pela ciência moderna porque, muito provavelmente, não havia no reino um número suficiente de súbditos que se interessassem por ela... Contavam-se, porém, entre eles, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes (1676–1733), 1º Marquês de Abrantes (e 3º Marquês de Fontes) — um homem muito dado ao estudo da matemática e da física —, que serviu D. João V em várias missões militares e diplomáticas e dele recebeu doações e títulos. Distinguiu-se ainda nesse tempo Manuel de Azevedo Fortes (1660–1749), um homem muito conhecedor das ciências exatas e da engenharia. Foi professor da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar e escreveu, com preocupações didáticas, o famoso livro *O Engenheiro Portuguez* (1728–29) — um tratado de fortificações, arquitectura e defesa de praças²⁷³ —, bem

270 Mário Carmona, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1954, pp. 306–307.

271 J.A. Pires de Lima, *Questões de Linguagem Científica — A nomenclatura anatómica portuguesa*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1942, pp. 63–76.

272 Em setembro de 1742, D. João V — que, devido a um ataque, continuava fisicamente limitado — renovou o subsídio de 20 mil réis ao lente de Anatomia Manuel Simões Pinheiro “com obrigação de estudar, e ensinar as doutrinas dos Anatomicos modernos.” A outros cinco médicos concedeu subsídios com a obrigação de “rezidir pelo tempo, que Sua Magestade for servido nas Universidades a que os mandar para se instruirem na Medicina moderna assistindo-lhe a Universidade com mezasdas competentes.” Determinou ainda que “ao Reformador ordenará a Meza, para que proponha 3 ou 4 sojoytos capazes para tambem hirem aprender Cirurgia, e Anatomia pratica”; v. Luiz Montez Mattozo, *Anno Noticioso e Historico 1742*, Maria Rosalina Delgado (edit.), Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996, pp. 353–354.

273 É de notar que as ciências militares de artilharia e engenharia (fortificações) representavam, desde a Restauração, e sobretudo desde o século XVIII, um estímulo para o estudo da Matemática.

como a *Lógica Racional Geométrica e Analítica* (1744)²⁷⁴, a primeira obra escrita em língua portuguesa sobre o tema.

Num sermão apoloético proferido nas exéquias de D. João V, o doutor Mathias António Salgado (c.1699-?) afirmou a propósito do mecenato de D. João V o seguinte²⁷⁵:

Assim como a sabedoria teve lugar tão distinto no seu throno, tambem procurou que dominasse no seu Reyno: para este fim instituiu a Academia Real de Historia, de quem foy Protector, e Mecenas, e será glorioso assumpto. Este mesmo dezejo manifestou nos dous claustros religiosos, que fundou em Mafra, e nas Necessidades, aonde estabeleceo outras tantas casas de sabedoria. Como conhecia que as livrarias são as officinas, em que a sabedoria costuma polir os engenhos, e aperfeiçoar os sabios, o seu mayor estudo foy ajuntar Bibliothecas. Para constituir o seu palácio da sabedoria, o ornou de uma Bibliotheca tão magnifica, como quem a ajuntou. A Mafra, e as Necessidades, que fundou, também enriqueceo com livrarias copiosas. Na Universidade de Coimbra mandou fabricar huma Bibliotheca publica tão magnifica, que em tudo corresponde á grandeza daquelle emporio das letras. Até nos estudantes de S. Antão fez Sua Magestade publico o amor, que tinha á sabedoria: para os promover na sciencia lhe introduzio novos estimulos no certame, e lhe fez huma occulta, e suave força com premios. Consignou rendas para que duas vezes no anno se publicassem composicoens, destinando se aos vencedores proporcionados premios em todas as classes. Por este meyo vio Sua Magestade o seu Reyno tão povoado de sabios, que no seu tempo teve a sabedoria em Portugal o seu império.

274 Manoel de Azevedo Fortes, *Logica racional, geometrica, e analitica, obra utilissima e absolutamente necessaria para entrar em qualquer sciencia, e ainda para todos os homens, que em qualquer particular, quizerem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas idéas por termos claros, proprios, e intelligiveis*, Offic. de Jozé Antonio Plates, Lisboa, 1744.

275 Mathias Antonio Salgado, *Monumento do Agradecimento, Tributo de Veneraçam, Oblisco Funeral do Obscquio, Relaçam Fiel das Reais Exequias que á defunta Magestade do Fidelissimo e Augustissimo Rey o Senhor D. Joaõ V dedicou o Doutor...*, Officina Francisco da Silva, Lisboa, 1751, p. 36.

De acordo com João Manuel Esteves Pereira (1872–1944), escritor e historiador da indústria, a atividade científica experimental teve também algum desenvolvimento no tempo de D. João V²⁷⁶:

Em Lisboa fabricavam-se e vendiam-se muitos instrumentos físicos. Nesta época as ciências tiveram grande desenvolvimento, especialmente a geodesia, por causa da demarcação do Brasil. Em Inglaterra e França se construíram também para Portugal, e até por operários portugueses, grande número de instrumentos de precisão. O principal fabricante em Lisboa era Manuel Ângelo Vila, professor operário dos ditos instrumentos, como ele mesmo se denominava. De todos estes aparelhos se publicou em 1735 uma extensa lista, avultando os relógios hidráulicos, de sol para algibeira, de madeira semelhantes aos de metal, etc.

Apesar de todas as diligências de D. João V, a Universidade de Coimbra, impávida e serena na sua letargia, mantinha-se alheia a estes movimentos modernizadores, apenas despertando, de quando em vez, para mostrar o seu desagrado pelas novidades que iam surgindo²⁷⁷. Também os jesuítas mantinham o seu Curso Conimbricense bem ativo, mostrando-se apenas um pouco incomodados pelo ensino da física experimental promovido, a partir de meados do século XVIII²⁷⁸, pelos seus concorrentes, os oratorianos, que se mostravam mais familiarizados com as teorias modernas²⁷⁹ de Leibniz²⁸⁰ e Newton^{281,282}. Enquanto

276 João Manuel Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa: Subsídios para a sua História*, Biblioteca de Economia, Guimarães & Cia., Editores, Lisboa, 1979, p. 133.

277 Num sistema cultural com origens, objetivos, convicções e princípios perfeitamente estáveis, a novidade é naturalmente estranha, inconveniente e perturbadora da estabilidade e da certeza, sendo, por isso, rejeitada.

278 António Alberto Banha de Andrade, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1982, pp. 414–415.

279 Esta afirmação foi sempre contestada pelos jesuítas, que viam no seu próprio ensino tanta ou mais modernidade; v. J. Pereira Gomes, “Perante novos sistemas e novas descobertas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, p. 392.

280 A. Queirós Ferreira da Silva, “Leibniz e o monadismo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, pp. 260–270.

281 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 12.

282 Obras de Newton eram vendidas pelos livreiros portuenses, Durand e Grouteau. V. António Cruz, “A Biblioteca Pública Municipal do Porto na Cidade e na Região”, *Bibliotheca Portuacalensis*, II Série, nº 3, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1988, p. 15.

a ciência moderna começava a contribuir para o progresso dos outros povos europeus em todos os domínios, quer materiais quer espirituais, em Portugal continuava a ensinar-se sobretudo a velha escolástica²⁸³. Referindo-se a esta situação, Sant'Anna Dionísio escreveu o seguinte²⁸⁴:

O ensino monstruoso dos pedagogos de Évora e o temor do livro negro eliminaram todas as condições que no alvorecer da Renascença preparavam o advento duma verdadeira cultura humanista. A especulação científica dum Pedro Nunes, a sagacidade crítica dum Francisco de Holanda; a intuição do verdadeiro critério histórico dum Damião Góis; o uso das liberdades cívicas já bem explícito na obra de um Gil Vicente — tudo isso foi amordaçado pelo Ratio e pela espionagem do Santo Ofício. Daí resultou que, enquanto na Europa se criavam os fecundos fermentos da cultura moderna, os Coimbrões, em pleno séc. XVIII, continuavam a mastigar Aristóteles...

Como veremos seguidamente, a política cultural e científica de D. João V foi reforçada no reinado de seu filho D. José²⁸⁵ e implementada pelo

283 É verdade que no colégio jesuíta de Sto. Antão se ensinavam com alguma extensão as matemáticas onde se incluíam as matemáticas aplicadas (astronomia, hidrostática, ótica, etc.) que atualmente fazem parte da física; v. J. Pereira Gomes, “Perante novos sistemas e novas descobertas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 378–396. No entanto, não existia ensino laboratorial e nem sequer se faziam demonstrações experimentais. O mestre limitava-se a afirmar que as experiências tinham sido realizadas e a sugerir aos alunos que as repetissem para confirmar as teorias apresentadas. Pela leitura das apostilhas dos cursos de matemática, que chegaram até nós, pode concluir-se que o ensino das matemáticas aplicadas tinha um carácter teórico e livresco. Os oratorianos terão rompido em parte com esta tradição. Houve naturalmente excepções entre os jesuítas. Sabe-se que no colégio de Sto. Antão foram contruídos telescópios pelos alunos, poucos anos depois de Galileu os ter construído e usado para perscrutar o céu.

284 Sant'Anna Dionísio, *Pensamento Invertebrado*, Renascença Portuguesa, Pórtio, 1931, p. 112.

285 Segundo Manuel Bernardes Branco, “os filhos de D. João V parece terem tido alguma educação litteraria, mas acanhada [...] e não podia deixar de ser acanhada a educação freiratica d'aquelle tempo”; v. Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, p. 249. O passatempo preferido de D. José era o teatro ou, mais concretamente, a ópera, tendo gasto muito dinheiro na soberba *Opera do Tejo* — inaugurada em 31 de março de 1755 e que era considerada, antes de ser destruída pelo terramoto em 1 de novembro, como a primeira do mundo. Aí os *castrati*, pagos principescamente, foram durante sete meses as suas estrelas favoritas. Nas cartas do abade António da Costa faz-se referência ao interesse do rei português pela ópera e os nomes de músicos e bailarinos que estavam a ser contratados em Roma para virem para Lisboa; v. Joaquim de Vasconcelos, “Centenário do Marquês de Pombal: As Ruínas do Terramoto”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º Ano, nº 5, 1 maio 1882, pp. 278–280; *Cartas do Abade António da Costa*, Introd. Fernando Lopes Graça, Cadernos da “Seara Nova”, Bibliotheca do Século XVIII, Lisboa, 1946, p. 38.

ministro plenipotenciário Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, que foi mais tarde Marquês de Pombal. Não se contentou este com medidas paliativas, e resolveu eliminar a causa que, no seu entender, tinha conduzido o país à decadência, decretando a expulsão dos jesuítas em 1759²⁸⁶. Na sequência de uma política verdadeiramente reformista, impôs alterações profundas em todos os graus de ensino, incluindo o universitário. Imitando o que de bom D. João III e D. João V tinham feito, contratou professores estrangeiros para ensinarem no recém-criado Colégio dos Nobres (1761) e na Universidade de Coimbra. Era devastadora a opinião do general francês Charles-François du Périer (1739–1823)²⁸⁷, mais conhecido por Dumouriez, sobre a Universidade de Coimbra, em 1766, no período pré-Reforma, quando afirmava que a Universidade portuguesa estava seis séculos atrás das partes iluminadas da Europa. “Nada se sabe aí mais que a filosofia de Aristóteles e as subtilezas teológicas, “tão indignas para a religião e para a inteligência humana. [...] Há nesta universidade 4 mil escolares que passam a vida em devassidão e ignorância. A sua principal ocupação é fazer pequenos pauzinhos de madeira para os dentes, a que chamam *palitos*”^{288,289}”.

Fora da Universidade, posições claramente favoráveis ao iluminismo começaram a ser tomadas por vários filósofos portugueses,

286 O número de jesuítas expulsos pelo Marquês de Pombal foi de 1092. A Companhia de Jesus foi posteriormente dissolvida em França em 1764, por Luís XV; os jesuítas foram expulsos de Espanha em 1767, por Carlos III, e a supressão global da Companhia foi realizada em 1773 por Clemente XIV, que tinha sido apoiado na sua eleição pelos aliados antijesuíticos. A política de modernização de Espanha realizada por Carlos III foi muito semelhante à de D. José. Os resultados foram igualmente semelhantes; v. John Lynch, *El Siglo de las Reformas: la Ilustración*, Historia de España, El País, S. L., Madrid, 2007; Juan Vernet Gines, *Historia de la Ciencia Española*, Instituto de España, Cátedra Alfonso X el Sabio, Madrid, 1976, pp.133–152; Eduardo Brazão, “Pombal e os Jesuítas”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 359–364.

287 Dumouriez, *État Présent du Royaume de Portugal, en L'Année MDCCLXVI*, Chez François Grasset & Comp., Lausanne, 1775.

288 Charles François Du Périer Dumouriez, *An Account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez*, London, 1797, p. 191.

289 Diz-se que o fabrico de palitos em madeira teve a sua origem no Convento de Lorvão no século XVII e que se estendeu à freguesia de Lorvão, Penacova, Coimbra, onde se desenvolveu uma importante indústria artesanal e mais tarde mecânica; v. Paula Cristina Ferreira Silva, *Os Palitos na Freguesia de Lorvão*, Câmara Municipal de Penacova, 2005, pp. 13–15.

como foi o caso do Pe. António Soares Barbosa (1734–1801) que publicou o *Discurso sobre o bom, e verdadeiro gosto na Filosofia* (1766) dedicado a Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras. Ao tratar da física, mostra ter uma posição muito favorável ao método científico moderno. O pensamento iluminista europeu do século XVIII ressalta das suas palavras claras e precisas²⁹⁰. Descreve assim a forma de obter o conhecimento da natureza²⁹¹:

O examinar com miudeza os objectos particulares, descompollos, e analysallos, fazer huma justa, e, quanto poder ser, completa collecção dos fenómenos, achar a verdadeira ordem destes, pela qual possamos subir áquelle, que he o tronco, e origem dos mais; divisar esta mutua dependencia, explicando huns pelos outros, sem pertender adivinhar com raciocínios arbitrarios, quando se vê interrompida a sua uniaõ, são as veredas custosas sim, porém seguras, que nos mostrarão sem engano aquillo que alcansamos, e o que ainda nos resta.

Relata a importância da matemática para o avanço da física²⁹²:

Seria certamente impossível, se a applicação da Algebra, e Geometria á Fysica não tivesse communicado ao entendimento huma extensaõ incrível, elevando-o com hum successo admiravel aos conhecimentos mais sublimes. Os progressos, que fez a Astronomia despois daquella applicação, como tambem a Optica, Catoptrica, e mais partes Fysico-Mathematicas da sciencia da natureza, convencem a sua utilidade, e necessidade para se indagar esta, e entenderem-se aquellas. Por isso a Fysica deve ser precedida de huns bons elementos de Algebra, e Geometria.

290 Pe. Antonio Soares, *Discurso sobre o bom, e verdadeiro gosto na Filosofia*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1766, pp. 47–67.

291 *Idem*, p. 60

292 *Idem*, p. 61.

Adverte para uma atitude precipitada na procura da verdade²⁹³:

A propensão de querer explicar tudo, talvez para persuadir que este seculo não he menos sabio, que os precedentes; a impaciencia, com que se soffre a escacez da natureza; o aborrecimento que ha para hum trabalho, que talvez nunca virá a dar credito, são as causas do excesso com que se pretende logo ampliar qualquer verdade, dando-lhe huma extensaõ, a que muitas vezes he contraria a mesma natureza.

É muito claro quanto à pedagogia que deve ser usada no ensino da física²⁹⁴:

Por isso para educar os principiantes na Fysica, no verdadeiro gosto de filosofar, seria muito vantajoso fazellos entrar no caminho que dirigio os inventores nos descobrimtos: o meio deveria ser, fazerlhes pinturas historicas do progresso do espirito humano, da circumspecção, timidez, e prudencia com que se houve nas invençoens: com que passos procedeu das suspeitas ás conjecturas, as analogias, e dahi a verdade: como evitou os impedimentos que lhe occorreraõ, como voltou sobre os seus passos quando se vio no engano, augmentando-lhe os tropeços as desconfianças, e cautelas: finalmete fazer-lhes ver quanto póde ser, ainda que de longe, esta estrada occulta, que seguiraõ os verdadeiros descobridores. Eis aqui o methodo, com que se deve estudar a Fysica.

O Pe. António Soares Barbosa foi um dos professores escolhidos, para lecionar na nova Faculdade de Filosofia criada na Reforma do Marquês de Pombal em 1772, como lente de Lógica, Metafísica e Ética, e em 1791 foi nomeado decano e diretor da mesma Faculdade.

293 *Idem*, p. 65.

294 *Idem*, *Ibidem*.

Apesar da diligência de Soares Barbosa e de outros homens, bem como de todos os esforços do Marquês, que recorreu a métodos duros e cruéis²⁹⁵ atualmente inaceitáveis²⁹⁶, não foram eliminados nem o atraso económico nem o atraso científico, técnico e cultural do país. É que as mentalidades — motor essencial ou obstáculo intransponível ao desenvolvimento — não foram alteradas e, em vez de motor, continuaram a constituir um obstáculo. A reforma do ensino pretendia transformar Portugal num país cientificamente robusto, mas tal desiderato nunca foi conseguido. Efetivamente, com a morte do rei D. José e o afastamento do seu ministro plenipotenciário, tudo “virou”, como dizia o povo!... Sobre este período da história portuguesa, Joaquim Pereira de Oliveira Martins (1845–1894) foi particularmente crítico²⁹⁷:

O reinado de D. Maria I veio demonstrar que o braço de ferro do marquez de Pombal não pudéra desviar, da carreira da decomposição, esta sociedade envenenada pela educação jesuíta. O ministro pôde exterminar a Companhia; mas não pôde extinguir o seu espírito, nem os seus discípulos, que eram em Portugal toda a gente, incluindo Pombal em pessoa. Pôde, á custa de vontade e dinheiro, forjar um Portugal aparente; não pôde alterar a indole, adquirida, do povo. Como charrua que revolve a gleba, exterminou as plantas visíveis, porém as raízes dos cardos e escarunchos ficarão e reverdecêrão. Logo que a morte do rei condenou o ministro ao exílio, rebentarão do chão os cogumelos, a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou o juizo, e veio a morrer doida. Nos seus quatro reis, a dynastia de Bragança contava já dois mentecaptos; Afonso VI e D. Maria I.

295 A.H. de Oliveira Marques, “O Governo do Marquês de Pombal”, em *História*, nº 49, novembro 1982, pp. 3–11.

296 Os métodos usados pelo Marquês de Pombal foram muitas vezes desumanos, mas têm sido desculpa-dos pelos seus admiradores — “Pombal n’um paiz de fanáticos ou de santos, como quizerem, só podia ser obedecido empregando o terror”; v. Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, p. 180.

297 Citado em F.A. do Amaral Cirne Junior, *Resumo da Historia da Pedagogia*, Livraria Universal, Porto, 1881, p. 79.

A propósito das alterações que a “viradeira” causou no ensino primário, Alves dos Santos escreveu o seguinte²⁹⁸:

Em 1779, um anno depois da morte do rei, apparecia a reforma primária de 16 de agosto, que, destruindo a organização pombalina, foi uma verdadeira catastrophe para a instrucção do povo. O regime do concurso foi substituido pelo arbitrio da eleição; das 720 escolas, que já existiam nessa epoca, muitas foram encerradas; e os respectivos professores, despedidos uns, outros aposentados, com metade do ordenado. A regência das restantes confiara-se a religiosos, que ficavam vencendo 40\$000 réis, anuaes. A victoria do obscurantismo não podia ser mais rápida, nem mais completa.

Para a sutentação do ensino universitário moderno implementado pelo Marquês, valeu o gesto do reitor-reformador D. Francisco de Lemos ao dirigir à rainha D. Maria I um relatório intitulado *Relação Geral do Estado da Universidade*, com o qual impediu que a Reforma Pombalina da Universidade fosse completamente extinta²⁹⁹. No fim do século XVIII e princípios do século XIX, chegavam a Portugal, vindos da Flandres e da Inglaterra, conselheiros de engenharia, juntamente com oficiais militares, porque continuavam a não existir, no nosso país, engenheiros militares competentes, apesar de funcionar em Lisboa uma Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho desde 1790³⁰⁰.

O impulso dado às ciências da natureza no período pombalino produziu alguns efeitos positivos, que propiciaram a criação

298 Alves dos Santos, “O ensino primário em Portugal”, em *Notas sobre Portugal*, Vol. I, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908, pp. 494–495.

299 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 33, 160.

300 Esta Academia foi criada depois de se verificar que, na Academia Real da Marinha, as aulas especiais previstas para cobrir estas matérias nunca mais funcionavam; v. *Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, Typografia Regia Silviana, Lisboa, 1790; Augusto Cordeiro Diniz Sampaio, “A Margem do Centenário da Fundação da Escola do Exército: a formação dos engenheiros militares, em Centenário da Escola do Exército”, em *Arquivo Nacional*, Ano VI, nº 261, 6 janeiro 1937, Lisboa, p. 41. A Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho viria a ser substituída, em 1837, pela Escola do Exército, antecessora da atual Academia Militar.

da Academia das Ciências de Lisboa durante o reinado de D. Maria I³⁰¹. Para os intelectuais mais esclarecidos desta época, o estudo e o cultivo da ciência moderna eram um imperativo nacional³⁰². Assim o pensava António Ribeiro dos Santos (1745–1818)³⁰³, que afirmou por volta de 1789³⁰⁴:

Em todos os reinos, maiormente nos impérios agricultores, comerciantes, marítimos, e com domínios e possessões remotas, como o nosso, é necessário exercitar os homens ao estudo das ciências naturais, que são as que mais servem para a agricultura e indústria nacionais, para as artes domésticas, para o comércio e navegação, para a mineralogia das colónias, e para a riqueza, sustentação e forças públicas do Estado, coisas que se não podem conseguir nem pela ciência teológica, nem pela ciência jurídica. É uma regra certa e reconhecida hoje dos políticos, que, na situação actual das nações, não pode haver nem grandes forças, nem verdadeira opulência naquele Estado em que se não trabalhar bem na física e na economia.

Houve alguns portugueses no estrangeiro que tudo fizeram para prestigiar a nova Academia das Ciências. É o caso de João Jacinto de Magalhães (1730–1790)³⁰⁵, que se distinguiu nas áreas da instrumentação científica em Londres, onde residia, e em Paris, para onde frequentemente viajava. Conhecia muitos dos cientistas mais famosos do seu

301 Mesmo tendo concordado com o projeto do Marquês de Pombal no respeitante à modernização do país, alguns dos que vieram posteriormente a ser membros fundadores da Academia das Ciências foram perseguidos, por ordem do ministro de D. José, e tiveram que emigrar mantendo-se fora do país por longos anos.

302 José Esteves Pereira, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII — António Ribeiro dos Santos*, Imprensa Nacional—Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 281–288.

303 A. de Magalhães Basto, “António Ribeiro dos Santos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 11, março 1959, p. 315.

304 José Esteves Pereira, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII — António Ribeiro dos Santos*, Imprensa Nacional—Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 288.

305 *Notícia de hum Sabio Português mais conhecido na Europa que na sua Patria (exemplo raro) e de seus Escritos*, Museu Litterario, Util e Divertido, nº XI, Impressão Regia, Lisboa, 1833, pp. 349–352; Berthelot, *Um Capitulo do Cêrcro de Paris, com prefácio de Baltasar Osório*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1918, pp. 30–34.

tempo³⁰⁶ e correspondia-se com muitos outros, desenhava e aperfeiçoava instrumentos matemáticos junto dos construtores londrinos seus amigos³⁰⁷, aconselhava cientistas, academias e universidades sobre as novas técnicas e tecnologias³⁰⁸ e nunca renegou as suas origens portuguesas. Alexandre Sousa Pinto escreveu sobre ele o seguinte³⁰⁹:

Não fez descobertas das que revolucionam a ciência ou lhe imprimem novo rumo. Mas, com o seu espírito inventivo e a habilidade experimental que o caracterizava, não se ocupava de um aparelho sem que o aperfeiçoasse nos seus detalhes, evitando causas de erro, facilitando leituras, permitindo meios de verificação, tornando mais rápidos ou cómodos os processos de trabalho.

Numa carta dirigida à Academia das Ciências de Lisboa, Jacinto de Magalhães incitava à observação de um cometa nos territórios portugueses da região equatorial, onde seria visível, para que “os estrangeiros vejam que os nossos Portugueses se acham já com os olhos abertos para a cultura das ciências e Artes úteis, que tão longo tempo têm estado como sepultadas no seu esquecimento³¹⁰”.

Dificuldades de Introdução da Ciência Moderna no Século XIX

Após a reforma pombalina surgiu um ambiente mais propício à ciência moderna, como atrás referimos, mas manteve-se viva uma forte

306 Contam-se entre eles Benjamin Franklin, William Jones, Josiah Banks, William Hunter e Mathieu Maty.

307 Como, por exemplo, Dollond, Adams e Jesse Ramsden.

308 Joaquim de Carvalho, “João Jacinto de Magalhães”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. V, *História e Crítica Literárias — História da Ciência (1925–1975)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pp. 679–709; Maximiano Lemos, “Amigos de Ribeiro Sanches: Jacinto de Magalhães”, em *Arquivo Histórico Português*, 2ª ed. fac-similada, Vol. IX, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 112–138; Joaquim de Carvalho, *Correspondência Científica dirigida a João Jacinto de Magalhães (1769–1789)*, Coimbra, 1952; Cruz Malpique, *No Signo dos “Estrangeirados” — João Jacinto Magalhães*, separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXXVII, Aveiro, 1971; Manuel Villas-Boas, *João Jacinto de Magalhães — Um empreendedor científico na Europa do século XVIII*, Fundação João Jacinto de Magalhães, Aveiro, 2000.

309 A. de Sousa Pinto, *A vida e a obra de J.J. Magalhães*, Porto, 1931, pp. 12–14.

310 Joaquim de Carvalho, “João Jacinto de Magalhães”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. V, *História e Crítica Literárias — História da Ciência (1925–1975)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p. 709.

resistência às novidades³¹¹ ideológicas nos meios sociais, tradicionalmente conservadores. Durante a primeira metade do século XIX, diversos acontecimentos de natureza política e social não ajudaram a que a ciência se desenvolvesse com a tranquilidade necessária. O país foi assolado pelas invasões francesas, envolveu-se na Guerra Peninsular e acabou submetido às exigências impostas pelos aliados ingleses. Entre 1826 e 1851, seguiu-se um período de lutas políticas, de guerra civil (1832–1834) entre cartistas e absolutistas, e de conflitos sucessivos, que criaram instabilidades comprometendo o progresso nacional³¹²:

Gastámos assim longos anos em pura perda, quando o nosso esforço era indispensável para acompanhar o movimento europeu da Revolução Industrial, que se prolongou de 1750 a 1850. A burguesia liberal venceu finalmente mas encontrou a nação exausta, inculta, sem rumo, nem planos.

Neste período de grande conflituosidade, foram muitas as vicissitudes por que passou a ciência em Portugal. Aos receios e perigos injustificáveis que ela despertara nos séculos anteriores, juntaram-se outros não menos perversos: segundo os seus detratores, a ciência era arrogante e inútil, representando uma fonte de corrupção e de decadência moral e tendo perigosas ligações com a ideologia liberal.

Em 1802, Fr. Manuel de Sant’Anna escrevia depreciativamente sobre o grande e inovador filósofo Espinosa: “A physionomia do monstro Spinosa era horrenda, a cor amarelada, atirando mais para o negro, e no rosto trazia o carácter de réprobo³¹³”. Com uma postura, ou intenção, claramente anticientífica, o Pe. José Agostinho de Macedo (1761–1831) escreveu (e muito provavelmente pregou...) o seguinte³¹⁴:

311 Para muitos eclesiásticos, novidade era sinónimo de falsidade e heresia.

312 Arnaldo Cândido Veiga Pires, *A ciência como factor da História portuguesa*, Rotary Club do Porto, Imprensa Social, 1959, pp. 8–9.

313 Ricardo Jorge, “Introdução da Philosophia Scientifica em Portugal — Luiz de Verney e a reforma pombalina”, em *Revista Científica*, 1º Ano, nº 5, maio 1882, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Porto, p. 223.

314 José Agostinho de Macedo, *Cartas Filosóficas a Attico*, 2ª ed., Impressão Regia, Lisboa, 1815, pp. 107–110. O Pe. Agostinho dedicou esta obra a uma freira, D. Joanna Thomazia de Brito Lobo de Sampaio, por quem morria de amores, mas que viria a ser preterida por uma outra, D. Maria Cândida do Vale, que acabou por acompanhá-lo durante a velhice; v. *Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo — Cartas e Opúsculos*, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. xx.

Bom he saber se a terra se move, se as Estrelas fixas são maiores que o Sol, e assim do mais: porém ninguém fora nem mais, nem menos feliz, ainda quando ignorára tudo isto. O Genero Humano não se constituiu melhor, depois que o systema de Copernico fez fortuna. Isto nos prova que a Physica, a pezar de toda a ostentaçãõ bella, que della fazemos, não he muitas vezes mais que hum simples objecto de curiosidade, inutil nesta vida, e muito mais na outra.

E advertia os seus leitores com estas palavras³¹⁵:

Deixai que a gravitação seja dos Ingleses [...]; deixai que Galileu perca os olhos em buscar novos astros, Flammeesteed em os contar, Herschel em os aumentar, Newton em os pesar; deixai que calculando se seque a medula oblongada a Euler e a d’Alembert; deixai que a loucura de fazer um Dicionário e a misantrópica reflexão assassinem de uma vez Voltaire e Rousseau [...] ³¹⁶; Deixai que Buffon faça o Mundo, [...]; não cureis se os corpos obedeçam aos vórtices, ou à atracção; se a luz eléctrica é triangular como o quer Franklin, ou se seja causa dos raios, dos trovões, e terramotos, e até do movimento [...]; se a luz solar obedeça a Rommer e os corpos celestes a Keppler ou a Halley. Não queirais saber nada do ar fixo, do inflamável, do flogístico, dos fósforos, dos sais, das pedras, dos bancos testaceos, das épocas do globo; deixai no vórtice de tanta confusão, sempre vária, sempre nova, sempre discorde, sempre incerta, os loucos que não podem sentir

315 José Agostinho de Macedo, *Cartas Filosóficas a Attico*, 2ª ed., Impressão Regia, Lisboa, 1815, pp. 107–110.

316 É de notar que Voltaire e Rousseau eram personagens odiados pelo clero, não só em Portugal como também em França. A propósito da reedição das obras completas destes autores — considerados “os dois maiores inimigos, que há tido o Christianismo, e dois maiores corruptores, que jamais teve o Genero humano” —, Etienne-Antoine de Boulogne (1747–1825) — bispo de Troyes, entre 1808 e 1825, e arcebispo eleito de Viena — publicou uma pastoral, que foi traduzida para português, manifestando-se contra a reedição dessas obras e considerando-as um atentado à religião cristã, à Igreja e ao Estado; v. *Pastoral do Bispo de Troyes sobre a impressão de máos livros, e nomeadamente sore a nova edição das obras completas de Voltaire e de Rousseau*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1823, p. 3. Em 1878, na *Revista Catholica*, lançava-se um anátema sobre aqueles que possuíam livros daqueles dois autores e lembrava-se-lhes que a elite francesa que os tinha possuído e lido no final do século XVIII tinha tido uma final infeliz; v. “Damnos dos maus livros”, em *Revista Catholica*, 1º Ano, nº 1, janeiro 1878, pp. 14–17.

o melhor, o mais sólido, o verdadeiro, ou por defeito orgânico, ou porque são forçados da insita vaidade a estas infrutuosas indagações. [...].

Sobre o papel dos jesuítas no desenvolvimento da ciência, o Pe. Agostinho de Macedo era bem claro em 1830, quando com eles se tinha já reconciliado e defendia o seu regresso a Portugal³¹⁷. Em sua opinião, se todas as obras que não tivessem sido escritas pelos jesuítas desaparecessem do mundo não fariam qualquer falta³¹⁸:

A Pergunta, que vou fazer e a resposta, que vou dar, levantará contra mim ametade do Mundo; mas, como a outra ametade ficará quieta, me deixará responder ao burborinho d'aquella, e por fim todos ficarão calados, porque todos ficarão convencidos. A pergunta excitará o clamôr; mas, ouvida a resposta, tornará o silencio.

Pergunta: Se todos os Livros quantos há, e se tem escripto sobre todas as Sciencias em geral, e sobre cada huma dellas em particular, perecessem, e se acabassem, não ficando desta universal conflagração, ou acabamento mais que os Livros, que os Jesuitas compozirão, imprimirão, e publicarão sobre todas as Sciencias em geral, e sobre cada huma dellas em particular, sentir-se-hia algum vácuo na extensissima Republica das Letras, ou necessitar-se-hia de alguma nova composição para se encher este vácuo, ou reparar esta perda na mesma extensissima Republica das Letras?

Resposta: Não.

Estas palavras foram escritas pelo Pe. Agostinho de Macedo no folheto *Os Jesuítas, e as Letras ou a Pergunta Respondida*³¹⁹, onde são justificadas com um resumo da atividade literária dos jesuítas em várias áreas,

317 José Agostinho de Macedo, *Os Jesuítas ou o Problema que Resolveu e ao Muito Alto, e Muito Poderoso Rei o Senhor D. Miguel I. Nosso Senhor Consagrou*, Impressão Regia, Lisboa, 1830.

318 José Agostinho de Macedo, *Os Jesuítas, e as Letras ou a Pergunta Respondida*, Impressão Regia, Lisboa, 1830, pp. 3, 5.

319 *Idem, ibidem.*

incluindo as ciências exatas³²⁰ sobre as quais, aliás, o autor manifestava o seu pouco apreço³²¹:

Sem Livros podemos nós passar, e viver: a Sciencia, rigo-
rosamente fallando, não faz o homem feliz, e ella foi huma
violenta tentação do nosso primeiro, e commum inimigo
— *Eritis sicut dii scientes bonum, et malum* [conhecendo o
bem e o mal, serás como Deus] — Com tudo eu não nego a
sua utilidade, ainda que me suspenda em decidir sobre a sua
absoluta necessidade.

A física experimental, cuja introdução em Portugal começara já no reinado de D. João V como já foi referido, merecia alguma atenção da própria Real Academia das Ciências de Lisboa. Uma das obrigações do diretor do Museu e dos Gabinetes de Física e Química da Academia³²² — que tinha por dever zelar pela conservação e guarda da biblioteca, do museu, do gabinete de física, do laboratório químico e da oficina — era “fazer annualmente demonstraçoens de Historia Natural, e de Fizica experimental no Muzeo, e Gabinete da dita Academia³²³”. No entanto, esta nova ciência merecia da parte do Pe. José Agostinho de Macedo uma crítica muito particular, tendo-a classificado como atividade de charlatães e saltimbancos. Na opinião deste polémico³²⁴ escritor — árcade da Nova Arcádia (1790–1794) com o cognome de Elmiro Tagideu, panfletário, pregador, estroina, mulherengo³²⁵ e frequentador fiel do medíocre

320 *Idem*, pp. 25–29.

321 *Idem*, p. 29.

322 Em 1795 ocorreu a nomeação régia do primeiro diretor do Museu e dos gabinetes de Física e Química da Academia das Ciências de Lisboa. O escolhido foi Alexandre António das Neves Portugal, cujo nome tinha sido indicado pela própria Academia; v. Pereira Forjaz, *Entre duas Rainhas*, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1960, documento fac-similado 3.

323 *Idem, ibidem*.

324 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 306–307.

325 Devido ao seu ímpeto sexual chegou a ser denunciado, em 1804, ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa por uma suposta vítima, soror Mariana Faustina da Purificação. Em 1807, foi acusado por uma antiga criada, Josefa Maria do Nascimento, por causa dos “torpes appetites” dirigidos a uma tal Domingas e de afirmações, que lhe eram atribuídas, de que “não avia inferno e que a gente em morrendo era como os animais que não tinham nada que sentir, que com a morte acabava o espírito.” As denúncias não tiveram nenhum

teatro da Rua dos Condes³²⁶ — aos portugueses estavam destinadas tarefas mais nobres e úteis³²⁷:

Não se dão muitos Portuguezes ás sciencias, porque a necessidade os não obriga a escolherem este meio de subsistencia. Só o gosto os determina; eis-aqui porque não tem havido em Portugal aquella alluvião de livros em que parece naufragão muitas nações da Europa. Desta não entendida causa tem nascido as estranhas invectivas contra a supposta incapacidade dos Portuguezes.

Porque razão ninguém vio ainda hum Portuguez, ou huma tropa delles, andar pelos reinos estranhos mostrando camaras opticas, cantando em coretos, fazendo bonecos de gesso, vendendo espelhos, escovas, voando em balões, etc. etc. etc. ?

Porque a pobreza os não tem obrigado a tanto...

Das palavras do Pe. Macedo, pode concluir-se que a física experimental era uma atividade própria de indigentes e não se coadunava com a riqueza e com os nobres gostos e superiores interesses do povo lusitano. O Pe. José Agostinho de Macedo continuava a velha tradição de cultura negativa “inquisitorial, balofa, estéril e intolerante³²⁸” que vinha do século XVII. Enquanto no início do século XIX todas as

efeito prático, porque o padre tinha, a par de inimigos, muitos amigos e, além disso, a Inquisição já estava em completa desagregação; v. António Baião, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, Vol. II, Álvaro Pinto editor (Anuario do Brasil), Rio de Janeiro, 1924, pp. 136–143. Em 1817, surgiu impresso um poema anónimo intitulado *Agostinbeida*, onde o autor (Nuno Álvares Pereira Pato Moniz) satiriza a vida do Pe. Agostinho de Macedo, os seus amores com freiras e o seu reacionarismo político; v. Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, *Agostinbeida, Poema Heroi-Cómico*, W. Flint, Old Bailey, Londres, 1817. Segundo se diz, quando chegou a hora da morte e recebeu os sacramentos, o padre Macedo arrependeu-se de todo o mal que fizera, pedindo contritamente “perdão dos excessos cometidos”; v. “Carlos Olavo — A Vida turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo”, (recensão) em *Brotéria*, revista mensal, Vol. XXXII, 1941, p. 223.

326 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 119. José Agostinho de Macedo era um bom conhecedor do meio teatral, como se pode ver da leitura do livro *As Pateadas de Theatro Investigadas na sua Origem*, onde afirma: “Pateada he hum movimento espontaneo de pés, bordões, cacheiras, taboas, assobios, feito na Platéa pelos Senhores espectadores, de que resulta huma assoada, açogaria, marinada, e ingresia confusa dada nas bochechas aos comicos, para se lhes dizer com toda a civilidade, que o que estão representando, ou acabão de representar, he huma completa parvoice, huma manifesta pouca vergonha, ou hum solemne destempero”; v. José Agostinho de Macedo, *As Pateadas de Theatro Investigadas na sua Origem*, Imprensa Régia, Lisboa, 1812, (Carta de Introdução).

327 José Agostinho de Macedo (coord.), *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, tomo I, Imprensa Régia, 1820, p. 5.

328 Na opinião de Egídio Namorado, os nossos ilustres Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões, Pedro Nunes, Pe. António Vieira, Verney, Garrett e Antero fariam parte da cultura positiva “viva, actuante, aberta e generosa”; v. Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaíos*, edição do autor, Textos Vértice, Tipografia da Atlântida, Coimbra, 1958, pp. 147.

nações livres do mundo progrediam nas ciências e indústrias, a maioria dos portugueses ainda rezava, pedinchando milagres e a salvação da alma... É que — como já dizia Frei Gaspar Barreto (1661–1727) — “crer aceleradamente em agouros, e milagres he vicio mui proprio dos Portugueses³²⁹”.

Afortunadamente nem todos os portugueses pensavam e agiam desta forma. Houve já nessa altura homens que levantaram bem alto o valor da ciência, estudando-a e praticando-a, apesar das dificuldades. Adrien Balbi (1782–1848)³³⁰, que viajou em Portugal por volta de 1820, comentava o seguinte a propósito do estado das ciências naturais³³¹:

Embora os Portugueses sejam uma das últimas nações que se entregaram ao estudo destas diferentes ciências, não é de crer que elas tenham sido ou que ainda sejam inteiramente desprezadas por eles. Se considerarmos quão pouco o governo os tem encorajado, e a falta total de motivos individuais próprios a empenharem os homens de génio a se entregarem a longas e penosas investigações que não deviam conduzi-los nem a honras nem a empregos lucrativos, há razão para nos admirarmos do número considerável de Portugueses que, sem outro estímulo que não seja o amor à ciência, se elevam até ao distinto grupo de naturalistas da Europa. É verdade que à excepção de Manoel Ferreira da Camara Betancourt, de João Antonio Monteiro, de José Bonifacio de Andrade, de Félix Avellar Brotero, de José Correia da Serra, pode dizer-se que Portugal quase não conta com qualquer outro naturalista que se possa chamar um grande praticante, embora haja vários que conhecem perfeitamente a parte teórica, na qual só aqueles podem suportar a comparação com os grandes homens das outras nações.

329 “Carta Política do Muito Reverendo Padre Mestre Frei Gaspar Barreto a seu sobrinho, sendo Enviado”, em *Museu Literário, Util e Divertido*, nº 1, Impressão Régia, Lisboa, 1833, p. 27.

330 Adrian Balbi foi professor de geografia, física e matemática, tendo ficado conhecido pelos seus trabalhos de geografia.

331 Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, tomo II, Chez Rey et Gravier, Librairies, Paris, 1822, Appendix a la Géographie Littéraire, p. XLVII.

Em 1842 publicou-se um *Jornal de Experiencias Physicas*, folheto onde se descreviam experiências particularmente de Ótica — observações com o microscópio solar e uma câmara escura — que aparentemente atraíam a atenção dos portugueses³³².

No século XIX, tal como noutros períodos históricos, o papel dos “estrangeirados” teve bastante relevância na cultura nacional. As lutas políticas da primeira metade do século XIX (1826–1851) levaram à emigração forçada de muitos patriotas que, em vários países da Europa, particularmente em França³³³, tiveram contacto com a cultura científica europeia. Entre eles, refiram-se Alexandre Herculano (1810–1877)³³⁴ (Fig. 7), Almeida Garrett (1799–1854)³³⁵ e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792–1847)³³⁶. Ao regressarem tentaram incutir no país a modernidade europeia, mas os resultados desses esforços foram bastante limitados. Embora politicamente aberta a mudanças³³⁷, a nação portuguesa encontrava-se mergulhada numa profunda crise moral, social, económica e financeira³³⁸ que se prolongou por muitas décadas.

Em 1871, Francisco Adolfo Coelho (1847–1919), que se distinguiu como pedagogo, antropólogo e etnógrafo, publicou uma carta aberta dirigida ao Marquês de Ávila e Bolama, então Ministro

332 C.M., “Maravilhas de há 90 anos”, em *Feira da Ladra*, tomo III, 1931, pp. 125–129.

333 A passagem habitual por França de intelectuais portugueses teve uma forte influência nas nossas instituições. Como afirmava Emydio Pereira da Cruz em 1879, “nós, os portugueses, quando se trata de questões relativas às sciencias, litteratura, artes e industrias, costumamos imitar a França, como se nada houvesse superior áquillo que lá se faz”; v. Emydio Pereira da Cruz, *Higiene das Escôlas*, Escola Medico-Cirurgica do Porto, Typographia Occidental, Porto, 1879, p. 53.

334 Agostinho Fortes, *Alexandre Herculano*, Edição da Empresa da Bibliotheca d’Educação Nacional, Lisboa, 1910; Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Alemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910.

335 João Baptista da Silva de Almeida Garrett, Visconde de Almeida Garret, *Garrett: biografia, exame critico e antologia*, ed. João Gaspar Simões, Livraria Tavares Martins, Lisboa, 1954; João Gaspar Simões, *Almeida Garret*, Editorial Presença, Lisboa, 1964.

336 Magda Pinheiro, *Luis Mousinho de Albuquerque, Um Intelectual na Revolução*, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey, Quetzal Editores, Lisboa, 1992.

337 Os oficiais napoleónicos ficaram surpreendidos por encontrar nas bibliotecas do interior de Portugal livros revolucionários franceses, cuja leitura era proibida aos portugueses; v. José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compreensão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 276.

338 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 188–193.

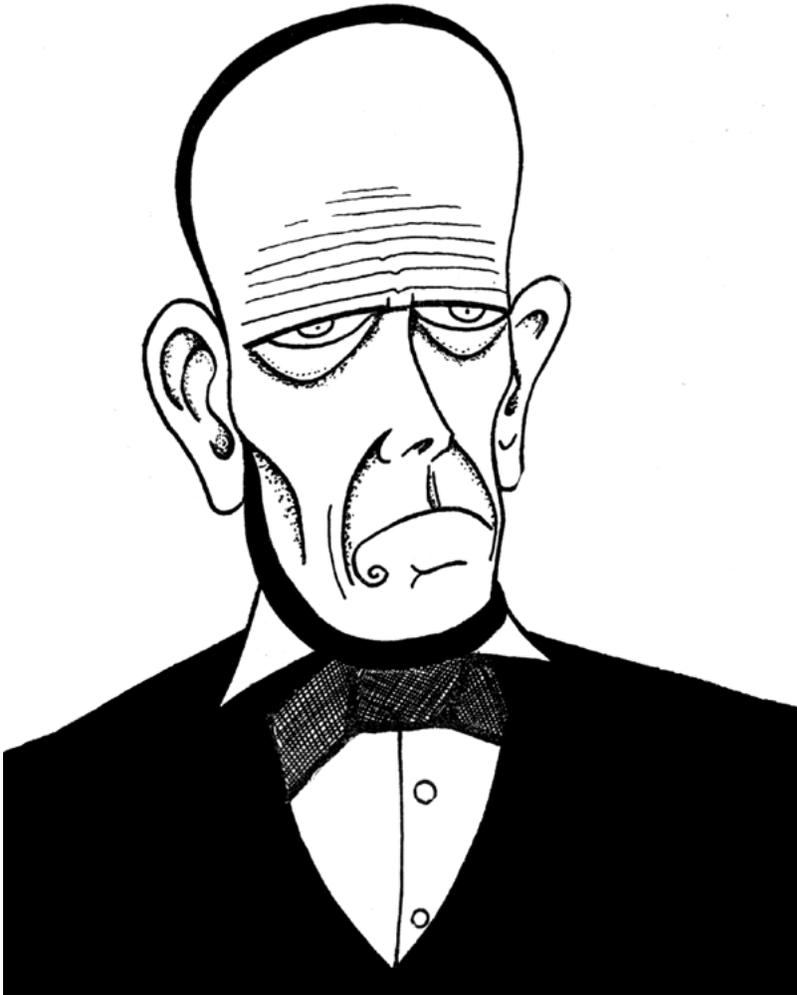


Fig. 7 Alexandre Herculano (*Maria Rita*, 26 novembro 1932).

do Reino, protestando contra a ordem de encerramento das “Conferências do Casino” que se destinavam a contribuir para a modernização das mentalidades nacionais. Nesta carta, fez uma análise da situação social e política do país, afirmando³³⁹:

Hoje os homens do nosso paiz dividem-se em tres grupos: os de consciencia pura que desesperam, e d’esses o numero é pequinissimo, os fanaticos reduzidos pelo clero ao idiotismo, que formam outra minoria mais consideravel que a primeira, e os hypocritas que formam a enorme maioria; d’aqui conclue-se que a formula do estado moral do nosso paiz é hypocrisia social, porque as formulas históricas baseam-se nas tendências das maiorias.

A ordem de encerramento das conferências só poderia compreender-se, na opinião de Adolfo Coelho, como “guerra aberta ao criticismo, às ideias scientificas” e como subjugação ao princípio do “respeito á autoridade académica e magistral³⁴⁰”.

Dificuldades de Implementação de uma Política Científica no Século XX

No início do século XX, havia em Portugal uma elite intelectual que tentava fazer ciência com recursos muito limitados e que pugnava pelo desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Se as condições tivessem sido mais propícias, o século XX poderia ter assistido ao ressurgimento científico português, o que efetivamente não aconteceu pelas mais variadas razões políticas e económicas³⁴¹.

Os republicanos pensaram que a forma mais eficaz de eliminar o atraso científico nacional seria através da melhoria do ensino em todos os graus — básico, secundário e superior —, mas este objetivo não

339 F. Adolpho Coelho, *A Portaria de 26 de junho proibindo as Conferências Democráticas, carta pública ao Ex.^{mo} Sr. Marquez d’Avila e Bolama, Ministro do Reino*, Typographia do Futuro, Lisboa, 1871, p. 6.

340 *Idem, ibidem.*

341 António Aguiar, “A História da Ciência em Portugal no século XX”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1412–1415.

foi globalmente conseguido, fundamentalmente por falta de recursos financeiros. A lei republicana de 1911 que reformou a Universidade de Coimbra e criou as Universidades de Lisboa e do Porto obrigava os professores a realizar investigação científica mas, durante décadas, nunca foram criadas as condições mínimas para que tal fosse possível³⁴². Segundo Eduardo Coelho³⁴³:

A reforma de 1911, fazendo aluir a estrutura antiquada do Ensino superior, estabelecendo cadeiras novas, instituindo as especialidades, as aulas práticas, objectivando o ensino com demonstrações, concedendo autonomia às Universidades e a liberdade do ensino, constituiu um notável progresso na pedagogia nacional. Mas impôs a investigação científica no papel, por decreto, sem laboratórios, sem o ambiente da sua formação, sem a mentalidade que a fomentasse, existindo apenas aqui e além raros casos isolados. Não escolheu os melhores diplomados recém-formados para os mandar para os centros científicos estrangeiros, como aconselhava Ribeiro Sanches no século XVIII.

A propósito do II Congresso de Electricidade organizado no Porto em 1924, o padre Joaquim da Silva Tavares escrevia na *Brotéria*: “Coisa rara são entre nós os congressos científicos, o que não é para estranhar num país pequeno como o nosso, falta de indústria e de matérias primas, e onde escasseiam os estudiosos, os cientistas e as sociedades científicas³⁴⁴”.

Uma tentativa para inverter esta situação desfavorável ao progresso da ciência foi a criação em 1929 da Junta da Educação Nacional (JEN) de que se falará mais adiante. Uma das primeiras medidas desta instituição foi conceder subsídios aos pobres e mal equipados

342 Celestino da Costa, “O espírito científico da medicina, Discurso na Sessão Inaugural da Secção das Ciências Médicas e Biológicas do Congresso”, em *Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1943, pp. 175–176.

343 Eduardo Coelho, *Da Problemática da Universidade, o seu sentido ecuménico e nacional*, Lisboa, 1961, p. 15.

344 J. S. Tavares, “O II Congresso de Electricidade”, em *Brotéria*, Série II, Vol. I, 1925, p. 103.

laboratórios³⁴⁵, enviar bolsheiros para o estrangeiro e apoiar a organização e a participação em congressos³⁴⁶. Em 1930, Luiz Simões Raposo, o 1º Secretário da JEN, afirmava³⁴⁷:

Ao iniciar os seus trabalhos a Junta encontrou os laboratórios e outros centros de estudo portugueses em situação muito precária sob o ponto de vista material. Até mesmo aqueles institutos que se tinham evidenciado por um labor científico intenso, haviam sido, desde há muitos anos, como todos ou quase todos os outros, submetidos a um regime orçamental de compressão de despesas tão exagerado que, em muitos, a verba concedida não chegava para a reparação do material que se deteriorava em serviço, quanto mais para a aquisição de novos instrumentos indispensáveis, ou de livros, para o sustento de animais de experiência ou para a assinatura de revistas da especialidade. Por êste caminho, havia-se chegado a um estado acentuado de penúria e de carência do que era indispensável para o mais singelo labor.

Sobre o Decreto nº 19.206 de 10–XI–1931, “que teve em mira intensificar a investigação científica”, Adriano Rodrigues afirmava que “não pode cumprir-se; a obrigatoriedade de produção científica dos Institutos de investigação que ele estabelece é impossível com as suas actuais condições de vida³⁴⁸”. Nos anos seguintes, foram apresentadas sugestões para o desenvolvimento da investigação científica nas universidades. Constituía um conjunto de medidas já há anos identificadas e discutidas, que nunca tinham sido implementadas nas universidades mas que melhorariam as condições de trabalho

345 Maria Emília Vaz Gomes, Augusto J.S. Fitas, Quintino Lopes e Fátima Nunes, “A Junta de Educação Nacional e o Apoio às Instituições Científicas”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, p. 1416 (sumário).

346 Quintino Lopes, Fátima Nunes e Augusto J.S. Fitas, “A Junta de Educação Nacional/(Instituto de Alta Cultura) — 1928/38 — e os congressos científicos: troca e circulação de saberes”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1399–1411.

347 *Relatórios, Propostas e Projecto de Orçamento, para o ano económico de 1930–1931*, Junta de Educação Nacional, Lisboa, 1930, p. 147.

348 Adriano Rodrigues, *A Universidade do Porto: actividade científica, acção social, aspirações, missão na vida nacional*, Porto, maio 1933, p. 36.

dos cientistas: apetrechamento de laboratórios e bibliotecas, aumento das remunerações, instituição de trabalho docente especializado, criação de um corpo de pessoal técnico e implementação do intercâmbio de estagiários entre as universidades e os laboratórios aplicados³⁴⁹.

A criação de bolsas para promover a investigação científica — uma iniciativa da Junta da Educação Nacional e também do Instituto da Alta Cultura (IAC) que lhe sucedeu em 1936 —, era uma prática comum na época em outros países europeus, como, por exemplo, a Bélgica. Entre nós, porém, teve um sucesso muito limitado, pois surgiram reações internas que dificultaram a sua implementação plena. Augusto Celestino da Costa (1884–1956) ia mais longe³⁵⁰:

As bôlsas de estudo no país foram ferozmente combatidas, combate que ainda não terminou e em que já houve baixas. Como causas psicológicas dessa oposição contam-se a inveja dos que não obtiveram ou não tinham ainda obtido bôlsas, a hostilidade inconfessada mas forte dos que nunca fizeram nem farão ciência, mas não suportam que outros a façam e a bem conhecida desconfiança lusitana.

Após a II Guerra Mundial, a facilidade de comunicação abriu fronteiras políticas e culturais aos portugueses. A ciência nacional teve uma boa oportunidade para crescer, mas o regime salazarista impediu esse crescimento com receio de que o país ficasse exposto a novas ideologias sociopolíticas que abalasses o sistema político vigente.

No final da década de 1950, Egídio Namorado (1920–1977)³⁵¹, depois de comentar o papel benéfico do Instituto para a Alta

349 C.F. Torre Assunção, F. Frade, A. Gonçalves da Cunha, “Investigação Científica”, em *Resumo de Relatórios, Sessões Plenárias, I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa, 1941, pp. 63–65.

350 Celestino da Costa, “O espírito científico da medicina, Discurso na Sessão Inaugural da Secção das Ciências Médicas e Biológicas do Congresso”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1943, p. 177.

351 Egídio Namorado (1920–1976) licenciou-se em Ciências Físico-Químicas na Universidade de Coimbra em 1945, tendo sido convidado para Assistente da Faculdade de Ciências de Coimbra. Porém, por razões políticas — pois era membro do Partido Comunista desde 1940 —, nunca pôde lecionar em instituições públicas ou privadas, tendo vivido dos proventos das explicações que dava a alunos universitários. De 1959 a 1963 dirigiu o Serviço de Documentação da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares e, em 1964,

Cultura (IAC), reconhecia que o impulso conseguido na investigação tinha sido pequeno, ou porque a duração das bolsas de estudo no estrangeiro era demasiado curta ou porque os bolseiros ao regressarem não tinham as mínimas condições para prosseguir os seus trabalhos científicos. Em face das eternas dificuldades financeiras envolvendo o programa de desenvolvimento científico do país, Egídio Namorado acrescentava³⁵²:

Poder-se-á objectar que tal programa comporta despesas incompatíveis com a exiguidade do nosso orçamento. Mas o argumento não é válido e só com cegueira suicida poderá adoptar-se e tentará impor-se. Os sacrifícios necessários para a realização de uma tarefa de tal modo *vital* que deverá atribuir-se-lhe prioridade absoluta, serão aceites, estamos certos disso, com o estoicismo habitual, pelo nosso povo cujo inquebrantável patriotismo, equilibrado bom senso e forte vontade de viver, estiveram sempre à altura das circunstâncias em que foram postas em causa as condições de sobrevivência nacional.

A propaganda do Estado Novo tentava contrariar a ideia do pouco apoio que se dava à ciência nacional, realçando o papel do IAC no desenvolvimento da educação nacional³⁵³:

Desde 1936 a 1945, a obra do Instituto para a Alta Cultura movimentou mais de novecentos contos, com representações em Congressos no País e fora dêle, e outras missões de estudo no estrangeiro; 624 investigadores beneficiaram de mais de 3482 escudos, como bolseiros.

ingressou na Fundação Calouste Gulbenkian, onde foi diretor-adjunto do Serviço de Ciência (1964–1966), subdiretor e depois diretor do Centro de Cálculo Científico (1971–1974). Foi colaborador da *Seara Nova*, *O Diabo*, *O Sol Nascente* e o *Vértice*, tendo defendido e divulgado as doutrinas do materialismo dialéctico e do marxismo-leninismo, bem como o valor da ciência. Foi um cultor da história e da filosofia das ciências. Quando era diretor-adjunto do Serviço de Ciência da Gulbenkian traduziu para português a *Física Atómica* (1965) da autoria do prémio Nobel de Física, Max Born.

352 Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaios*, edição do autor, Textos Vértice, Typ. da Atlântida, Coimbra, 1958, p. 145.

353 *A Revolução Nacional: 20 anos de Grandes Realizações (28 de maio de 1926 a 28 de maio de 1945)*, Edições SNI, Lisboa, pp. 29–30.

Em face das vozes críticas que se fizeram ouvir no pós-guerra, Amândio Tavares (1900–1974), Reitor da Universidade do Porto e Vice-Presidente do Instituto para a Alta Cultura, declarava, em 1947, “que se pode, hoje, falar de uma escola de ciência portuguesa, modesta, embora, mas séria, e em grande parte, cumpre confessá-lo, mercê da influência salutar do Instituto para a Alta Cultura, que tem estimulado e animado os cultores da investigação, melhorando as suas condições de trabalho, facilitado a publicação dos resultados obtidos e favorecido a preparação de mestres ao contacto dos grandes meios científicos estrangeiros, num ambiente por vezes bem diverso do que deixaram³⁵⁴”. Por influência, ou não, do Instituto de Alta Cultura, havia alguns, embora poucos, cientistas portugueses, como “Mira Fernandes, Egas Moniz, Quintanilha, Valadares, Marques da Silva, Rui Gomes, Hugo Ribeiro”, que, com “denodo e perseverança”, iam “vencendo todas as indiferenças e incompreensões”, esforçando-se “por ver alguma coisa de novo nas zonas problemáticas da sua preferência intelectual³⁵⁵”. Como é comum acontecer entre nós, os méritos científicos de alguns destes homens foram primeiro reconhecidos no estrangeiro e só depois em Portugal, mas a sua atividade não foi suficiente para projetar a ciência nacional.

Em 1961, na “oração de sapiência proferida ante o Claustro Pleno da Universidade de Lisboa na sessão de abertura do ano lectivo de 1961–1962”, Eduardo Coelho afirmava a propósito da baixa produtividade científica em Portugal³⁵⁶:

Quando comparamos a produção científica da Universidade portuguesa com a de outros países, com um total de habitantes muito próximo do nosso, como a Holanda, a Bélgica,

354 *Centro de Estudos Humanísticos — Anexo à Universidade do Porto — Breve notícia da sua criação, organização e inauguração solene*, Instituto para a Alta Cultura, Câmara Municipal do Porto, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1947, p. 10.

355 “A propósito dum prémio científico”, em *Seara Nova*, Ano XXVIII, n.º 1176–77, 22–29 julho 1950, p. 225.

356 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, p. 76; Eduardo Coelho, *Da Problemática da Universidade, o seu sentido ecuménico e nacional*, Lisboa, 1961, p. 26.

a Suíça, a Suécia, a Dinamarca, sentimo-nos diminuídos. Quando verificamos a nossa contribuição nos Congressos Científicos internacionais, temos a sensação de um vácuo dentro de nós e à nossa roda.

Em 1967, Orlando Ribeiro afirmava que “ainda se discute, a sério, que papel se deve conceder nas Universidades à investigação científica e se é indispensável que um docente pratique ou conheça a própria matéria que ensina; e quem o discute são as pessoas para as quais estas coisas deveriam ser indiscutíveis³⁵⁷”.

Embora o Estado Novo tivesse aumentado o orçamento da ciência, tentando assim promovê-la nas universidades e nos institutos de investigação, a verdade é que, por razões políticas, acabou por dificultar o seu normal desenvolvimento. Quando o regime político caiu em 1974, a ciência nacional encontrava-se num nível de desenvolvimento pouco melhor do que o descrito por Eduardo Coelho em 1961, com a exceção de alguns centros dirigidos por alguns, embora poucos, cientistas portugueses com doutoramento no estrangeiro³⁵⁸.

A democratização trazida pela revolução de 25 de abril abriu Portugal ao mundo e foram ultrapassadas algumas dificuldades internas que ainda impediam o progresso científico do país. A democracia trouxe a liberdade, mas faltaram os meios financeiros e humanos para a ciência se desenvolver de forma acelerada, como seria desejável e necessário.

A entrada de Portugal para a CEE em 1986, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1995, e a entrada para o euro em 2002 foram três marcos importantes na história recente de Portugal que tiveram o seu peso no desenvolvimento científico do país. Na década de 1990, com os fundos da União Europeia, iniciou-se um financiamento programado e regular da investigação científica, que tem crescido significativamente nos últimos anos. O número de doutores portugueses aumentou notavelmente nas últimas três

357 Orlando Ribeiro, *Variações sobre Temas de Ciência*, Sá da Costa, Lisboa, 1967, pp. 23–24.

358 Sobre a atividade científica em Portugal no século XX, v. *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3 vols., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992.

décadas. Em 1982 completaram o doutoramento 130 portugueses: 64 em Portugal, 66 no estrangeiro. Os doutoramentos realizados em Portugal ou no estrangeiro, reconhecidos pelas universidades portuguesas, foram 351 em 1992; 985 em 2002; 2232 em 2012; 2969 em 2015. Os doutoramentos em programas de mobilidade internacional foram: 272, em 2013; 336 em 2014; 777 em 2015; 466 em 2016; 497 em 2017; 601 em 2018³⁵⁹. Estes números mostram, por um lado, um aumento significativo das capacidades das universidades portuguesas para realizar doutoramentos, isto é, demonstram a existência de condições para realizar investigação científica no País, e, por outro lado, uma maior internacionalização. O número de investigadores a tempo inteiro (ETI) em Portugal era de 21 126 em 2005, 44 056 em 2011, baixou para 37 813 em 2013, crescendo desde então até 47 651 em 2018. O número de publicações científicas portuguesas em revistas internacionais era 308 em 1981; 1006 em 1990; 4487 em 2000; 7566 em 2005; 17 459 em 2011; 20 818 em 2013; 24 026 em 2018. Embora o número de investigadores em Portugal cresça todos os anos regularmente e os resultados científicos, traduzidos pela formação pós-graduada e pelo número de publicações, sejam significativos, a competitividade da investigação científica em Portugal é relativamente pequena comparada com a de países mais desenvolvidos. Há quem atribua esta falta de competitividades à excessiva burocracia administrativa, ao emprego científico precário e a um corpo de investigadores envelhecido. Por outro lado, os benefícios da investigação científica na economia e cultura nacionais ainda são relativamente modestos. É necessário fazer um esforço adicional significativo para que esta situação mude e para que a população portuguesa possa beneficiar diretamente da investigação científica que se faz no país.

Em geral, a sociedade portuguesa continua a reger-se por valores alheios à cultura científica, e a indústria parece ainda ignorar as muitas oportunidades que a ciência põe ao seu dispor. O Estado, por sua vez, não tem tido uma política científica de médio e longo prazo,

359 *Estado da Educação 2018*, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 2019, p. 68

variando as tendências ao sabor de governos e ministros. Em 2003 foi criado o Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação (CSCTI) para substituir o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia (CSCT), que tinha sido criado em 1986 e reformulado em 1996. O CSCTI é um órgão consultivo independente, com representação de várias comunidades e forças sociais, mas continua praticamente inativo, tal como o seu predecessor.

Presentemente, entre as causas que dificultam o desenvolvimento científico português, encontram-se algumas que são comuns a outros países com nível de desenvolvimento económico e social semelhante ao nosso: baixos níveis de educação científica, falta de planificação e escassez de investimento do Estado e das empresas.

Tentativas de Explicação do Atraso Científico Português

Durante o período dos Descobrimentos, os portugueses adquiriram e desenvolveram novos conhecimentos³⁶⁰ e novas atitudes filosóficas³⁶¹, mas, na opinião de alguns historiadores, surgiram igualmente determinados condicionalismos na sociedade portuguesa que viriam a impossibilitar a solidificação e o aprofundamento desses conhecimentos. Perante a desastrosa derrocada dos impérios peninsulares e a ausência de modernização científica em Portugal e Espanha, pensou-se que poderia haver nos povos ibéricos algum tipo de inaptidão para a ciência moderna.

Nos séculos XVII e XVIII, vários autores espanhóis e portugueses debruçaram-se sobre este sério problema³⁶². Juan Cabriada (1665–1714), que pertenceu ao grupo dos “novatores” espanhóis do fim do século XVII — homens que tentavam incorporar em Espanha a ciência moderna desenvolvida no estrangeiro³⁶³ —, fez a denúncia do atraso

360 Jorge Cañizares-Esguerra, “Iberian Science in the Renaissance: Ignored How Much Longer?”, em *Perspectives on Science*, Vol. 12, nº 1, 2004, The Massachusetts Institute of Technology, pp. 86–124.

361 Aurélio de Oliveira, *Nos Rumos da Modernidade*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999.

362 Onésimo T. Almeida, “Antero et les ‘Causes du Déclin des Peuples Ibériques’”, em *Actes du Colloque Antero de Quental et l’Europe*, Paris, 13–14 junho, 1991, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel de Paris, Paris, 1993, p. 123.

363 José María López Piñero, “La introducción de la ciencia moderna en España”, em *Revista de Occidente*,

científico espanhol e apresentou um programa de medidas concretas para o ultrapassar³⁶⁴. A análise de Cabriada foi clara e contundente³⁶⁵:

Que lastimosa e ainda vergonhosa coisa é termos de ser, como se fôssemos índios, os últimos a receber as notícias e luzes públicas que já se encontram espalhadas pela Europa. E ainda, que homens que deviam saber isto se ofendam com a advertência e se enfadem com o desengano. Oh, e certo é que a tentativa de separar o ditame [opinião fundamentada] de uma opinião antiquada é do mais difícil que se pretende nos homens³⁶⁶.

No século XVIII, um dos primeiros espanhóis a abordar de forma sistemática as causas do atraso científico em Espanha foi o famoso monge beneditino Benito Jerónimo Feijóo e Montenegro (1676–1764), que escreveu o seguinte³⁶⁷:

Não é apenas uma, meu senhor, a causa dos pouquíssimos progressos dos espanhóis nas disciplinas referidas [a Física e a Matemática], senão muitas; e tais que, ainda que cada uma isolada faria apenas pouco dano, o conjunto de todas constitui um obstáculo quase absolutamente invencível. [...] A primeira é o curto alcance de alguns dos nossos Professores. Há uma espécie de eternos ignorantes que precisam de saber sempre pouco, pela simples razão de pensarem que não há mais nada para aprender do que

Ano IV, 2ª época, nº 35, fevereiro 1966, pp. 133–156.

364 J. M. Lopez Piñero, V. Navarro Brotons e E. Portela Marco, *Materiales para la Historia de las Ciencias en España*, s. XVI–XVII, pp. 286–287.

365 José María López Piñero, “La introducción de la ciencia moderna en España”, em *Revista de Occidente*, Ano IV, 2ª época, nº 35, fevereiro 1966, p. 149.

366 Texto original: “Que es lastimosa y aún vergonzosa cosa que como se fuéramos indios, hayamos de ser los últimos en recibir las noticias y luces públicas que ya están esparcidas por Europa. Y asimismo, que hombres a quienes tocaba saber esto se ofendan con la advertencia y se enconen con el desengaño. Oh, y qué cierto es que el intentar apartar el dictamen de una opinión anticuada es de lo más difícil que se pretende en los hombres.”

367 Benito Jerónimo Feijóo, “Carta 16: Causas del atraso que se padece en España en orden a las Ciencias Naturales”, em *Cartas eruditas y curiosas* (1742–1760), tomo II (1745). Texto da edição de Madrid 1773, Imprenta Real de la Gazeta, tomo II (nova impressão), pp. 215–234.

o pouco que sabem. [...] A segunda causa é a preocupação que reina em Espanha contra toda a novidade. Muitos dizem que basta que as doutrinas tenham o rótulo de novas para as reprovar, porque as novidades no ponto de doutrina são suspeitas. [...] A terceira causa é o conceito errado de que tudo aquilo que os novos Filósofos nos apresentam se reduz a umas curiosidades inúteis. Esta nota prescinde de verdade, ou falsidade. Sejam em boa hora, dizem muitos dos nossos, verdadeiras alguma máximas dos Modernos, mas de nada servem; e assim, porque se há-de gastar o calor natural nesse estudo? [...] A quarta causa é a diminuta ou falsa noção que cá têm muitos da Filosofia Moderna, junta com a bem ou mal fundada preocupação contra Descartes. Ignoram quase completamente o que é a nova Filosofia; e tudo o que se coloca debaixo deste nome, julgam que é parto de Descartes. Como formaram uma ideia sinistra deste Filósofo estendem este mau conceito a toda a Física Moderna. [...] A quinta causa é um zelo, piedoso sim, mas indiscreto e mal fundado: um vão temor de que as doutrinas novas, em matéria de Filosofia, tragam algum prejuízo à Religião. [...] A sexta e última causa é a emulação (acaso se lhe poderia dar pior nome), já pessoal, já nacional, já faccional.

Resumindo, para o Pe. Feijóo, as causas do atraso científico espanhol eram, simultaneamente, o comodismo dos professores, o horror às novidades, a ideia da inutilidade da ciência moderna, o anticartesianismo, o perigo da ciência moderna para a religião e a emulação ou, mais precisamente, a inveja generalizada.

Luís António Verney e António Ribeiro Sanches foram dos primeiros autores portugueses a procurarem as causas do atraso científico português. O trabalho mais profundo foi, no entanto, realizado pelos homens que constituíram a Junta de Providência Literária³⁶⁸, criada em 1770 pelo Marquês de Pombal com o objetivo

368 Faziam parte desta Junta: o Marquês de Pombal, o Cardeal da Cunha, D. Fr. Manuel do Cenáculo, D. Francisco de Lemos, José Ricalde Pereira de Castro, Francisco António Marques Galdes, Manuel Pereira da Silva, João Pereira Ramos de Azeredo e José de Seabra da Silva; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 151.

de examinar as causas da decadência da Universidade e apresentar um plano para a sua reforma³⁶⁹. Luís António Verney pensava que uma das causas do nosso atraso cultural e social era “o gosto pelas agudezas e subtilezas na literatura, poesia e eloquência”, incutido na juventude pelos jesuítas, o que impedia o espírito de “trilhar o caminho da disciplina e rigor” próprios das ciências modernas. O gosto e a admiração dos portugueses pelos discursos formais e arrebatados, muitas vezes sem conteúdo, mostravam o adormecimento intelectual da nação portuguesa do século XVII e primeira metade do século XVIII³⁷⁰. Para Manuel do Cenáculo (1724–1814)³⁷¹, a lógica sofisticada e balofa, a falta de rigor mental, as abstrações vagas, as generalidades e as generalizações fáceis — vícios que se tinham entranhado na mente dos portugueses através do sistema de ensino jesuítico — constituíam o principal obstáculo para o progresso cultural do país³⁷². Todos estes homens concordavam que o ensino professado pelos jesuítas era a primeira causa do nosso atraso científico.

O problema do atraso português chamou também a atenção de alguns autores estrangeiros setecentistas³⁷³. Referindo-se ao atraso geral que tinha observado em Portugal em meados do século XVIII, o barão de Bielfeld escreveu o seguinte³⁷⁴:

As manufacturas são aí [em Portugal] de uma lamentável vulgaridade (pié), ou antes, não existem de todo. À excepção de alguns frutos secos ou conservas, de certas esteiras muito belas para tapetes de chão e outros usos, de algumas flores

369 Carta de Lei de 23 de dezembro de 1770.

370 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. II, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 208–209.

371 O elogio histórico de Fr. Manuel do Cenáculo foi feito na Academia das Ciências de Lisboa pelo Vice-Secretário da Academia, Francisco Manuel Trigozo de Aragão Morato; v. Francisco Manoel Trigozo d’Aragão Morato, “Elogio Histórico do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel do Cenaculo, Arcebispo de Evora”, em *História da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o anno de 1814*, pp. lxxiii-cxx.

372 Para Manuel do Cenáculo, a reforma do ensino superior deveria assentar não só no estudo da física, matemática e geometria, mas também no das humanidades: latim, grego, hebraico e retórica.

373 O mesmo aconteceu em Espanha. Na visão dos visitantes estrangeiros e autores nacionais, o ambiente cultural e o atraso dos países ibéricos eram, nos séculos XVII e XVIII, muito semelhantes; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 215–217.

374 Baron de Bielfeld, *Institutions Politiques*, tomo III, Chez Samuel et Jean Luchtmans, 1772, pp. 5–6.

artificiais e outras quinquilharias que se fazem nos conventos, não sai de Portugal nenhuma mercadoria que se produza no país. O génio do povo não se voltou de forma nenhuma para a indústria. Parece que o calor do clima, e a tirania da Inquisição, concorrem para lançar os portugueses numa indolência fatal e num embrutecimento envergonhado. A velha superstição torna-os tímidos, reservados, desconfiados, invejosos e misantropos. O clima dá-lhes uma tendência excessiva para a preguiça, o cavalheirismo, o amor romanesco e para todas as extravagâncias que ordinariamente conduzem a um género de vida ociosa. Por outro lado, não lhes falta génio; porque, sem querer aqui lembrar como uma prova desta verdade, o poema imortal de Camões e algumas outras boas obras que membros da academia de *Santara* [Santarém³⁷⁵] e da de Tomar, bem como vários outros sábios de Portugal, publicaram, o próprio povo tem imaginação e vivacidade. Vê-se em certas estações do ano grupos de jovens aldeões descer das montanhas, vestidos à espanhola, com uma curta capa sobre os ombros, um chapéu ornado de flores na cabeça, e guitarra na mão, a percorrer campinas e cidades, maravilhando toda a gente com as cantigas de que compõem as letras e a música e que acompanham com os seus instrumentos com todo o gosto que é possível. Mas ao entregar-se assim ao que é frívolo desprezam o sólido.

Entre meados do século XIX e meados do século XX, vários intelectuais e políticos portugueses debruçaram-se sobre o problema da decadência ibérica e, em particular, sobre a portuguesa. O próprio D. Pedro V (1837–1861) (Fig. 8), coroado rei de Portugal em 1855 e falecido muito novo³⁷⁶, manifestou as suas opiniões sobre as causas da

375 Em Santarém existiram a Academia dos Solitários de Santarém (1664-1???) e a Academia dos Laureados de Santarém que foi criada em 1721 mas que não durou mais do que um ano; v. Isabel Maria Gonçalves Claudino Santos, *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém*, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018, p. 154.

376 A causa da doença terá sido a febre tifoide contraída depois de uma viagem ao Alentejo, a qual também vitimou, num período de algumas semanas, outros membros da família real que fizeram a mesma viagem — o Infante D. Augusto recuperou da doença, mas os Infantes D. Fernando e D. João faleceram. O médico Bernardino António Gomes acompanhou a doença do rei e dos irmãos; v. Bernardino Antonio Gomes,

decadência nacional na correspondência epistolar privada trocada com seu tio Alberto³⁷⁷. Na famosa conferência intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* (Fig. 9), realizada na noite de 27 de maio de 1871 na sala do Casino Lisbonense, Antero de Quental (1842–1891) (Fig. 10) dissecou o problema do atraso cultural e científico português. Oliveira Martins abordou igualmente este assunto nos livros *Portugal Contemporâneo* (1881) e *História da Civilização Ibérica* (1885)³⁷⁸.

Imediatamente após a implantação da República, António Sérgio³⁷⁹ (Fig. 11), um dos fundadores da Renascença Portuguesa^{380,381}, debruçou-se sobre o mesmo assunto em *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares* (1913). O mesmo fez, décadas mais tarde, Sant’Anna Dionísio em *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência* (1941). Estes autores fizeram análises, enumeraram causas para o atraso ibérico e apresentaram propostas que lançariam Portugal na senda do progresso e da modernidade.

Na referida conferência do casino, Antero Quental associou as causas da decadência portuguesa a três “fenómenos capitais: um moral, outro político e outro económico³⁸²”:

Notícia da doença de que faleceu Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V e das que na mesma ocasião atacaram Suas Altezas os Senhores Infantes D. Fernando, D. Augusto e D. João no anno de 1861, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862. Depois da morte de D. João, espalhou-se o boato que todos teriam sido envenenados. Para verificar esta hipótese, foram feitas análises ao cadáver deste último infante, no Laboratório de Química da Escola Politécnica de Lisboa, pelos professores de Química Visconde de Vila Maior e Agostinho Lourenço, na presença das autoridades judiciais. Os resultados foram negativos; v. “Documentos para a história da toxicologia em Portugal. I. O caso do Infante D. João”, em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Vol. II, 2º Ano, 1906, pp. 294–305.

377 Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 169–182.

378 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 141–203.

379 Luís Filipe Barreto, “António Sérgio: A História e o conceito de Renascimento”, em *História*, nº 34, agosto 1981, pp. 56–74.

380 Ao promoverem os seus cursos, os movimentos da Renascença Portuguesa e da Universidade Popular tinham a intenção de “iniciar uma educação nacional, uma educação que crie portugueses autênticos, a qual, generalizando-se no país, será, dentro em algum tempo, um magnífico antídoto da venenosa educação estrangeirada que já vem do Constitucionalismo e nos pode levar à perda da nossa Independência. É tão ruinoso para nós, nos tempos de hoje, como o foi no passado, a partir de D. João III, a educação jesuítica”; v. Teixeira de Pascoas, *O Génio Português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, p. IV.

381 Sobre a história da Renascença Portuguesa, consultar Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa — Um Movimento Cultural Portuense*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1990.

382 Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Cadernos Peninsulares, Oficinas Gráficas de “Notícias da Amadora”, 1970, p. 28.



Fig. 8 D. Pedro V (Damião Peres, *D. Pedro V nas Páginas do seu Diário Íntimo*, 1945).

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

CAUSAS

DA DECADENCIA

DOS

POVOS PENINSULARES

nos ultimos tres seculos.

**Discurso pronunciado na noite de 27 de
Maio, na sala do Casino Lisbonense**

POR

Anthero do Oualal.

PORTO

NA TYPOGRAPHIA COMMERCIAL
rua de Bellomonte, 19

1871

Fig. 9 *Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares* de Antero de Oualal.



Fig. 10 Antero de Quental (*Scara Nova*, 7 maio 1949).



Fig. 11 António Sérgio (caricatura de João Abel Manta, *Prof. Francisco Gentil (1878-1964)*, 1978).

O primeiro é a transformação do catolicismo pelo concílio de Trento. O segundo o estabelecimento do absolutismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das conquistas longínquas.

Na opinião de Antero, o catolicismo era intolerante, às vezes alheio e, muitas vezes, adverso ao espírito científico moderno³⁸³; a monarquia absoluta, com o seu centralismo asfixiante, tinha amordaçado as liberdades e os movimentos regionais e municipais, promotores de inovação; as conquistas ultramarinas tinham estiolado toda a capacidade de produção e de progresso no país. Antero de Quental pensava que Portugal e Espanha³⁸⁴ tinham sofrido, mais do que qualquer outra nação europeia, os malefícios da Contra-Reforma e da monarquia absoluta e centralizadora³⁸⁵. Impedidos de manifestar livremente a sua iniciativa, os povos ibéricos tornaram-se desinteressados, indiferentes e apáticos³⁸⁶:

À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno, este adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX, que é quase a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa.

A política ultramarina, orientada prioritariamente para a exploração colonial sem qualquer preocupação de investimento produtivo nos terri-

383 Sobre as características próprias do espírito científico, v. Cruz Malpique, “O Doutor José Leite de Vasconcelos”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 207, dezembro 1961, pp. 155–157.

384 A questão do atraso científico espanhol foi muito discutida em Espanha desde o século XVIII até aos nossos dias. Muitas das causas apontadas pelos estudiosos espanhóis coincidem com as portuguesas; v. José María Albareda, “La aptitud investigadora y otros factores de la producción científica”, em *Arbor*, tomo XVII, nº 60, dezembro 1950, pp. 337–355; Juan José López Ibor, *El Español y su Complejo de Inferioridad*, 3ª ed., Ediciones Rialp, S. A., Madrid, 1954; Onésimo Teotónio Almeida, “Sant’Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3ª Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 1707–1731.

385 A descentralização parece estimular a inovação e o desenvolvimento cultural. Tudo leva a crer que o desenvolvimento que se tem observado em toda a Espanha está correlacionado com o aumento de autonomia das suas regiões.

386 Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Cadernos Peninsulares, Oficinas gráficas de “Notícias da Amadora”, 1970, p. 59.

tórios metropolitanos da península, designadamente no que respeita à produção industrial, foi um factor relevante para o atraso ibérico³⁸⁷. António Sérgio destacou os malefícios resultantes das conquistas: “o abandono da agricultura³⁸⁸, a incapacidade para o trabalho, a miséria e podridão por toda a parte³⁸⁹”. Já Alexandre Herculano tinha incluído nas consequências das conquistas ibéricas a corrupção dos costumes, a morte das indústrias nascentes, o despovoamento das terras, a propagação de vícios à custa de dinheiro fácil e manchado de sangue, o roubo e a perda de dignidade³⁹⁰.

Sabe-se como eram esbanjados em luxos e festas os proventos das especiarias da Índia e o ouro do Brasil³⁹¹ e da América, que chegavam e ficavam tanto em Portugal como em Espanha³⁹². Este desperdício luxuoso era um “pecado” que vinha de longe, como bem revela Thomé Pinheiro da Veiga no seu livro *Fastigimia*, ao descrever as celebrações que rodearam o nascimento do príncipe que viria a ser

387 Apesar da chegada de muitas especiarias da Índia e muito ouro de África, os anos de 1503 e 1504 foram em Portugal anos de fome, a que imediatamente se seguiu um ano de peste... Em 1521, a fome no país foi tão grande que os pobres, deslocando-se em bandos para Lisboa, morriam ao longo dos caminhos ficando sem sepultura; 1531, 1557, 1574, entre outros, foram anos de muita carestia de viveres e de fome; v. *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, pp. 31–32. No século XVIII, Ange Goudar (1708–1791), agente do governo francês em Lisboa, enviou para Paris um estudo sobre a pobreza em Portugal, atribuindo-a ao afluxo do ouro das colónias; v. Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 54.

388 O abandono da agricultura começou a ocorrer mesmo antes dos Descobrimentos. Através da lei das sesmarias, D. Fernando tentou estimular a atividade agrícola em Portugal, mas teve muito pouco sucesso. Os portugueses nunca se terão entusiasmado com o trabalho agrícola, vivendo numa constante crise de subsistência; v. *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, pp. 17–21.

389 António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, p. 16.

390 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana/Público, Lisboa, 2006, p. 72.

391 Oliveira Martins na sua *História de Portugal* (Vol. II, p. 122) faz um cálculo da enorme fortuna — em cruzados, moedas de ouro, marcos de prata, marcos d’ouro, ouro em pó e diamantes — que D. João V teria arrecadado com os negócios do Brasil. Perante a mesma situação, Manuel Bernardes Branco (1830–1900) comentou: “pois esta massa quase incalculável de riqueza não bastou para encher a voragem de luxo e da devoção do espavento e beato monarca”; v. Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Época de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, p. 131. A quantidade enorme de diamantes chegados do Brasil fez baixar o seu valor comercial. Em 1734, Fr. João Pacheco afirmava que “o rubi tem hoje estimação maior, que o Diamante, que antes a tinha maior”; v. Fr. João Pacheco, *Divertimento Erudito para os Curiosos de Noticias Historicas, Escolasticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas e Profanas*, tomo I, Officina Augustiniana, Lisboa Oriental, 1734, p. 259.

392 Assim que chegava a Lisboa, muito do ouro que vinha do Brasil era diligentemente remetido para Londres, para pagar as dívidas da coroa. Os lucros da expansão colonial espanhola, quando ocorriam, beneficiavam sobretudo os banqueiros genoveses, mas também os flamengos e holandeses, que exerciam um controlo quase total sobre o comércio com a América; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 117.

Filipe IV de Espanha e Filipe III de Portugal. O que sobrava destes desmandos era utilizado para adquirir bens essenciais no estrangeiro, já que a produção ibérica, tanto agrícola como industrial, era claramente insuficiente para satisfazer as necessidades do consumo interno. Para esta falta de produtividade contribuía as inúmeras festas religiosas que se multiplicavam por toda a parte. No século XVIII, os dias santos³⁹³ eram tão numerosos em Portugal e Espanha que o papa Bento XIV — cujo pontificado se iniciou em 1740 e terminou, com a sua morte, em 1758³⁹⁴ — se viu forçado a aconselhar a sua redução. O bispo de Toledo conseguiu eliminar alguns dias santos mas, mesmo assim, ainda ficaram 94 feriados gerais, mais os dias festivos das paróquias³⁹⁵.

Através da sua análise histórica, Antero pretendia mostrar que as causas da degradação cultural a que a nação portuguesa tinha chegado estavam identificadas e podiam ser remediadas. Ao mesmo tempo, pretendia despertar a consciência nacional para uma revolução de mentalidades que facilitasse a entrada da ciência e da cultura em Portugal. A discussão por ele iniciada provocou reações noutros intelectuais da sua geração e das gerações seguintes. Entre eles, encontra-se Oliveira Martins que considerava a análise de Antero de Quental “incompleta e insustentável à luz da história.” Com efeito, “o individualismo, o Jesuitismo e as conquistas” apontadas como “causas da desorganização da sociedade peninsular” tinham sido as mesmas que tinham conduzido ao período áureo do desenvolvimento nacional durante os Descobrimentos³⁹⁶.

Na vida dos povos existem ciclos de desenvolvimento: depois de um período áureo, segue-se um período de decadência³⁹⁷. No caso

393 Trabalhar, ou obrigar a trabalhar aos domingos e dias santos, era falta gravíssima que justificava a intervenção da Inquisição; v. Sousa Viterbo, *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos Seculos XVI e XVII, Parte I Marinbaria*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1898, pp. 337–339.

394 Bento XIV (1675–1758) foi denominado o “papa das luzes” e o “papa da abertura.” Adversário da escravatura, amigo de Frederico II da Prússia e admirado por Voltaire, mandou retirar do Index dos livros proibidos as obras de Copérnico, Kepler e Galileu; v. Philippe Testard-Vaillant, “Ces papes qui ont nourri la Science”, em *Les Cahiers de Science et Vie*, nº 102, dezembro 2007–janeiro 2008, p. 99.

395 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 141.

396 J.P. Oliveira Martins, *Historia da Civilização Ibérica*, 7ª edição, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1923, pp. 326–327.

397 Perante o declínio que se seguiu ao período áureo dos Descobrimentos, António Sérgio afirmava que Portugal “era uma promessa não cumprida.”

ibérico, a decadência após a época das Descobertas pode ter sido causada pelos mais diversos motivos, incluindo razões culturais preexistentes, como a desvalorização social da atividade comercial e industrial ou o desenvolvimento de um sistema social onde reinava a desconfiança e que fomentava a ignorância³⁹⁸. Uma dessas razões conjecturais poderá ter sido o esgotamento físico e moral causado pelo constante esforço para manter os impérios³⁹⁹.

Embora este argumento, facilmente aplicável a Portugal e Espanha, dificilmente se poderá aplicar à Holanda, um pequeno país que também construiu um grande império. Este começou com a pirataria⁴⁰⁰ e, depois de várias conquistas no Oriente, manteve as características de uma ação tipicamente capitalista, baseada em grandes companhias e servida por armadas de mercenários de várias nacionalidades. O objetivo dos holandeses era acumular riquezas no interior da Holanda. Após a Restauração de Portugal, em 1640, iniciou-se a queda do império holandês, com a reconquista portuguesa de posições estratégicas no Brasil e Angola e com as investidas dos Ingleses. Com a perda parcial do seu império, a Holanda não entrou em decadência profunda, como aconteceu com os reinos da Península Ibérica. Para além de um melhor aproveitamento das riquezas trazidas do ultramar, os holandeses já se encontravam integrados no movimento científico moderno, o que certamente contribuiu para o seu progresso posterior. É de ponderar ainda a teoria segundo a qual o florescimento da investigação científica na Holanda foi consequência da atividade comercial ultramarina no apogeu do seu império colonial. Com os comerciantes, viajavam académicos ambiciosos, farmacêuticos, botânicos, anatomistas e homens do mar que procuravam novas fontes de conhecimento. Desta forma, o povo holandês teria adquirido qualidades de objetividade, observação, descrição e

398 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 134–147.

399 Na decadência do império português, teve certamente um papel relevante a concorrência de outras nações com muito maior capacidade demográfica. Absorveram os nossos conhecimentos marítimos e comerciais, e desenvolveram-nos por meio da ciência moderna.

400 A pirataria a favor do Estado era uma prática antiga de todas as nações europeias, sendo a origem de frequentes conflitos políticos e comerciais.

metodologia⁴⁰¹. De certa forma, as condições de desenvolvimento da ciência na Holanda no século XVII teriam sido semelhantes às de Portugal no século XVI, embora num ambiente de maior avanço científico, maior liberdade e maior tolerância que o calvinismo tinha implantado na cultura holandesa⁴⁰². As consequências da queda dos impérios português e holandês foram, no entanto, bem diferentes. Enquanto Portugal permaneceu aprisionado à ciência de tradição medieval, a Holanda continuou a desenvolver-se⁴⁰³ com base nos princípios da ciência moderna.

A corrupção, o oportunismo, a desordem e a imoralidade generalizadas poderão igualmente ter contribuído para a decadência dos povos ibéricos. Oliveira Martins entendia que a identificação das causas da decadência de um povo “tem apenas o valor de significar as formas especiaes que a morte, necessaria e fatal, revestiu.” Em sua opinião, a decadência era uma fatalidade inevitável, e os condicionalismos históricos tinham sido mais consequências do que, propriamente, causas⁴⁰⁴:

Tanto assim é, tanto a causa primordial da decadência escapa a observação, que todas, todas as supostas causas, depois de bem analysadas, nos apparecem afinal como simples e necessarias consequencias. Assim a riqueza das Índias, assim a lúgubre e feroz estupidez da religião, assim a ridícula insipidez da instrucção.

Ao sintoma da “ridícula insipidez da instrucção” atribuía Oliveira Martins “um maior numero de consequências graves e fataes”, pois⁴⁰⁵:

401 Harold J. Cook, *Matters of Exchange: Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age*, Yale University Press, New Haven e Londres, 2007.

402 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 115–121.

403 O historiador e crítico francês Henri Taine (Hyppolyte Adolfe Taine) (1828–1893), citado por Alberto Pimentel (1849–1925), afirmava que, após a queda do seu império, “a Hollanda volta ao segundo papel, deixa o primeiro á Inglaterra, e se reduz a uma simples casa bancaria e comercial bem dirigida, bem administrada, sossegada, onde o homem pode viver á sua vontade, como burguez illustrado, isento de grandes ambições e comoções”; v. Alberto Pimentel, *Album de Ensino Universal*, nova edição, Officina Typographica de J. A. de Mattos, Lisboa, 1902, p. 307.

404 J.P. Oliveira Martins, *Historia da Civilização Ibérica*, 7ª edição, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1923, p. 329.

405 *Idem*, p. 330.

A instrução científica tinha-se já tornado na Europa o que em eras passadas fora a educação religiosa: a base do desenvolvimento do espírito colectivo. Medir o grau de elevação do saber em uma sociedade, era, já no século XVII, e tornou-se desde então cada vez mais, o mais seguro meio de avaliar o grau de elevação culta de um povo. Ora a Universidade de Salamanca resiste ás reformas de Carlos III, declarando que: «Nada enseña Newton para hacer buenos lógicos ó metafísicos; y Gassendi y Descartes no van acordes como Aristóteles com la verdade revelada».

Algumas décadas antes, o corpo docente desta mesma universidade tinha resistido ao projeto de criação de uma cadeira de matemática proposta pelo governo de Filipe V, tendo declarado um dos seus professores, o jesuíta Pe. Rivera, que “essa ciência não servia para nada e que os seus livros deviam reputar-se como coisa do diabo⁴⁰⁶.” Não há dúvida que o desprezo que as instituições universitárias peninsulares manifestavam pelas novas ideias científicas⁴⁰⁷ foi um sintoma — ou causa, dirão outros — do atraso ou decadência dos povos ibéricos.⁴⁰⁸ Hoje compreendemos que o imobilismo e o desprezo pelas novas ideias e pelos processos inovadores não poderiam ter conduzido a outro resultado.

Depois de Antero de Quental e Oliveira Martins, vários outros autores exprimiram as suas opiniões sobre o atraso científico e cultural de Portugal e Espanha⁴⁰⁹, como António Sérgio, que opinava em 1913 o seguinte⁴¹⁰:

406 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 229.

407 Foram também muito semelhantes vários aspetos da história política dos dois países; v. D. Jerónimo Becker, “El paralelismo de dos Historias — La colaboración hispano-portuguesa”, em *Congreso de Oporto, Tomo I: Discursos inaugural y de apertura*, Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, Imprenta de Eduardo Arias, Madrid, 1921, pp. 97–120.

408 É reconhecido que, nos outros países, o papel das universidades no desenvolvimento das várias áreas da ciência moderna, incluindo a própria medicina, foi também muito reduzido; v. Augusto da Silva Carvalho, *A Medicina Portuguesa no século XVII*, separata das *Memórias (Classe de Ciências tomo III)* Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1941, p. 113.

409 A revolução liberal espanhola ocorreu apenas em 1868.

410 António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, p. 14.

Muito se tem dito e escrito sobre as causas da decadência dos povos peninsulares. Dois grandes factos avultam no estudo dessa decadência: a educação guerreira e a purificação; ou, por outras palavras, a falta de actividade produtora (agricultura, fabricação) e o isolamento sistemático.

Maximiano Lemos, historiador da medicina portuguesa, escrevia em 1882⁴¹¹:

Os importantes sucessos que no meado do seculo XVI estorvaram o desenvolvimento das sciencias só depois vieram a produzir todo o mal que podiam causar. A expulsão dos judeus, a introdução dos jesuítas no ensino, o estabelecimento da inquisição foram, além de diferentes condições nocivas, outras tantas barreiras oppostas á marcha triumphante do espirito na conquista da verdade. Quando os ultimos annos do seculo se extinguiram, as sciencias, e nomeadamente a medicina, poucos cultores dedicados, credores de estima e consideração da posteridade, contavam em Portugal.

Em 1905, Bernardino Machado entendia que os portugueses não tinham sabido aproveitar as oportunidades que tinham criado com as Descobertas⁴¹²:

Em vez dessa exploração progressista, foi bem outra a que exercemos quasi sempre, barbara, esterilizadora. Desbaratámos tudo, e em consequência as nossas virtudes também. Uma fatalidade. [...]

E nós, que descerramos as caligens do mysterioso mar, nós que affrontamos o Adamastor, acabámos por ter medo a phantasmas, e, entrevecidos, supersticiosos, fomo-nos escondendo todos debaixo da roupeta do jesuíta, nós antigos cavalleiros e homens de armas! Ainda lá nos veio encontrar o marquês de Pombal.

⁴¹¹ "A Medicina em Portugal no século XVIII", em *Revista Scientifica*, Ano 1, nº 4, abril 1882, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Porto, p. 195.

⁴¹² Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, Typographia F. França Amado, 1905, pp. 15–16.

Numa tentativa de reconciliação e reabilitação nacional com a ciência moderna, vários estudiosos procuraram encontrar algum mérito científico e tecnológico nos nossos homens do Renascimento e da Idade Moderna. Sugeriu-se, justamente, que Francisco Sanches (1551–1623) fora pioneiro da filosofia de Descartes, que António Luís (?-1565) teria sido precursor da teoria da atração universal⁴¹³, e que, dois séculos mais tarde, o italiano Giovanni Dalla Bella (1730-c.1823), que professava em Portugal, tinha descoberto a lei da força magnética. A polémica passagem que, de acordo com algumas opiniões, daria a António Luís (ou mesmo a Duarte Pacheco Pereira) a prioridade da ideia da atração universal — que Newton mais tarde exprimiu sob forma matemática — encontra-se em *De Occultis proprietatibus* (1540, f.16): “em toda a natureza reina uma força atractiva que prende todos os seres com nexu indissolúvel, força que liga com invisíveis laços o mundo, fazendo que todas as suas partes, embora situadas a grandíssimas distâncias, se contenham em seus lugares e deles se não arredem⁴¹⁴”. Joaquim de Carvalho, com toda a razão, considerou incorreto interpretar este texto como a declaração da lei da atração universal⁴¹⁵. Francisco Sanches teve efetivamente alguma originalidade na sua aproximação filosófica ao método científico⁴¹⁶, mas nem António Luís nem Dalla Bella demonstraram mérito científico suficiente para ocupar as posições proeminentes em que alguns procuraram colocá-los⁴¹⁷.

413 A. da Rocha Brito, *Duas Assinaturas de António Luiz*, separata do *Jornal do Médico (O Lar do Médico)*, Costa Carregal, Porto, 1947, pp. 25–29.

414 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 219.

415 Joaquim de Carvalho, “Influência dos Descobrimentos e da Colonização na Morfologia da Ciência Portuguesa do século XVI”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 369; Joaquim de Carvalho, “O Pensamento Português da Idade Média e do Renascimento”, *idem*, p. 382; Mário de Vasconcelos e Sá, *A Ciência Náutica dos Portugueses e Espanhóis na Época das Descobertas*, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Lda., Porto, 1922, pp. 21–22; A. da Rocha Brito, *Duas Assinaturas de António Luiz*, separata do *Jornal do Médico (O Lar do Médico)*, Costa Carregal, Porto, 1947, p. 37.

416 As várias facetas da atividade de Francisco Sanches, como filósofo, psicólogo, médico e humanista, podem apreciar-se em *Francisco Sanches no IV Centenário do seu Nascimento*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1951. A influência que outros filósofos tiveram no seu pensamento e a que ele exerceu sobre filósofos posteriores pode ler-se em Artur Moreira de Sá, *Raízes e Projecção do Pensamento de Francisco Sanches*, separata das “Actas do I Congresso Nacional de Filosofia”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XI–II, Fasc. 3–4, Faculdade de Filosofia, Braga, 1955.

417 A. da Rocha Brito, *Duas Assinaturas de António Luiz*, separata do *Jornal do Médico (O Lar do Médico)*, Costa Carregal, Porto, 1947, pp. 29–30; Rómulo de Carvalho, “A pretensa descoberta da lei das acções magnéticas, por Dalla Bella, em 1781, na Universidade de Coimbra”, em *Revista Filosófica*, dir. Joaquim

Em face das novas atitudes respeitantes à ciência surgidas em Portugal no fim do século XIX, os intelectuais portugueses do início do século XX encontraram novos argumentos para justificar o atraso científico nacional. Em 1910, Raul Proença referia-se aos “vícios intelectuais” dos diplomados portugueses — entre os quais se encontrava uma “estreita e mesquinha percepção” da ciência, esperando dela “a eterna verdade, a explicação definitiva, a revelação dos mistérios⁴¹⁸” — para concluir que em Portugal não havia espírito científico. O país enfermava de “ausência de experimentalismo, de incapacidade para a meditação e de simulação do espírito científico.” A ausência de experimentalismo era consequência do ensino livresco⁴¹⁹. Preferia-se a leitura do livro à contemplação e ao estudo dos fenómenos, espetáculos e eventos da natureza. A incapacidade para a meditação resultava do nosso temperamento, da ignorância da ciência — que nos levava a confundir ciência, poesia e filosofia —, da nossa insuficiência cerebral e, finalmente, da nossa falta de carácter ou probidade⁴²⁰. O falso espírito científico era consequência direta da imitação da ciência que se não entendia⁴²¹, o que levava o escritor Manuel Cruz Malpique (1902–1992) a afirmar⁴²²:

A independência mental não é o forte do Português. Em filosofia e ciência, faltam-lhe qualidades criadoras. Quando se mete pelos domínios do saber filosófico e científico, não ultrapassa o nível do glosador, do imitador, do parafraseador.

de Carvalho, Ano 4º, nº 11, setembro 1954, Atlântica, Coimbra, pp. 103–138; Rómulo de Carvalho, “O Magnete Chinês do Museu Pombalino da Universidade de Coimbra”, em *Palestra: revista de pedagogia e cultura*, nº 40, Liceu Normal de Pedro Nunes, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1971, pp. 47–59.

418 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. IV, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, p. 283.

419 António Sérgio concretizou o significado de “livresco” ao conotá-lo com o ensino “abstrato”, desligado da realidade, da experiência e da vida. “O ensino é livresco sempre que o aluno encontra a ideia já feita, já pronta (quer no livro, quer na boca do mestre) em vez de a fazer o próprio aluno, convenientemente encaminhado, sobre o facto concreto manejado por ele. Na nossa escola, o aluno aprende a física sem primeiro analisar os simples factos quotidianos que são objeto de tal ciência”; v. António Sérgio, *O Ensino como Factor do Ressurgimento Nacional*, Tipografia da Renascença Portuguesa, Porto, 1918, pp. 27–28.

420 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. IV, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 283–285.

421 *Idem*, p. 286.

422 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 13.

Obras de fundo, nos signos da originalidade, não lhe couberam em quinhão.

Como refere Eduardo Lourenço, o jornalista e ensaísta Sampaio Bruno (1857–1915) (Fig. 12) achava que a inapetência filosófica dos portugueses era consequência de uma generalizada penúria da imaginação e acrescentava que “nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas; e a metafísica à nossa gente pareceu sempre ludíbrio fátuo de celebrações, senão já de raiz mórbidas, perturbadas, contudo, na normalidade clara duma pachorrenta irrigação sadia⁴²³”. À “indigência filosófica nacional” juntava Sampaio Bruno “a falta de poesia dramática e de romance novelesco na nossa produtividade literária; a nulidade do engenho lusitano na tecnologia, na mecânica industrial, na alfaia agrícola, no abastecimento inovante do gabinete de física, do laboratório químico⁴²⁴”. Em 1924, Fidelino de Figueiredo afirmava que a pouca qualidade da filosofia portuguesa era resultado da falta de cultura científica, visto que, em sua opinião, a especulação filosófica começa onde a investigação científica acaba, e as condições propícias à cultura científica, não sendo suficientes, são, no entanto, necessárias ao surto do pensamento filosófico⁴²⁵.

Era patente o estado de dependência em que se encontravam a ciência portuguesa e espanhola⁴²⁶ no fim do século XIX e princípio do século XX. Nos dois países ibéricos tentava imitar-se o que se fazia no estrangeiro sem preocupações de inovação, uma situação que nos causava embaraços e suscitava críticas mordazes dos estrangeiros. Já no princípio do século XIX se revelara essa tendência ibérica para o seguidismo, o que levou um escritor francês a dirigir-se a Espanha e a Portugal nestes termos⁴²⁷:

423 Eduardo Lourenço, “A Invenção da Filosofia como Praxis Cultural”, em *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, coord. Fernando Pernes, Edições Afrontamento, Porto, 2002, pp. 13–14.

424 Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Cadernos Inquérito, Série C, Editorial Inquérito, Lisboa, 1943, pp. 18–19.

425 *Idem*, p. 19.

426 No fim do século XIX e princípio do século XX, havia em Espanha uma falta de confiança popular nas capacidades científicas do país; v. Agustí Nieto-Galan, “The popularization of science in Spain around 1900: New sources, new questions”, em Arne Schirmacher (ed.), *Communicating Science in 20th Century Europe*, Max Planck Institute for the History of Science, 2009, p. 81.

427 J.P. Oliveira Martins, *Historia da Civilização Ibérica*, 7ª edição, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1923, p. 354.

Tudo depende do que quizerdes ser. Se vós, Hespanha e Portugal, só aspiraes a vegetar, podereis encontrar, na imitação do que nós (os francezes) fazemos, o meio-termo que vos deixará cair e afundar sem ruídos. Mas se quereis viver, o meio-termo não basta. Os nossos doutrinários ensinam-vos o statu quo e a inércia: dizei-me o que vale o statu quo para quem se submerge? Se nós dormimos, para que seguir-nos o exemplo? Que necessidade há de nos acompanhar, até na decadência?

Em 1884, o médico higienista Ricardo Jorge (Fig. 13), que era conhecido em Lisboa como “Camilo Castelo Preto” devido ao seu estilo literário bastante obscuro, referia-se deste modo às perspetivas de desenvolvimento da ciência ibérica⁴²⁸:

Saisset, o distinto philosopho, dizia que aos tres centros d’actividade scientifica — França, Inglaterra e Alemanha — se addicionaria mais um em breve na Italia, e quem sabe se outro na peninsula hispanica. A nação italiana viu brilhantemente realisada a prophesia do philosopho; mas, vós, oh nações ibericas, irmãs gêmeas de nascença e evolução, que hombraestes outrora na grandesa como emparelhaes hoje na decadencia, quem sabe quando entrareis de cabeça erguida na communhão intelectual do mundo civilizado?!

Era já evidente nesta época que um país tinha de contribuir para a ciência universal se queria plenamente fazer parte da comunidade das nações civilizadas. Ferreira Lapa (1823–1893), o pioneiro da agricultura científica em Portugal, afirmava já em 1870 que “no gremio dos povos civilizados só são contados e considerados os países que saibam tirar partido, por meio da sciencia e do *trabalho*, das suas condições naturaes⁴²⁹”. Santiago Ramón y Cajal (1852–1934), o cientista espanhol⁴³⁰ que foi Prémio Nobel de Fisiologia e Medicina de

428 Maximiano Lemos, *Annuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 1º Ano, 1883, Deposito Geral: Campos & Godinho, Porto, 1884, p. vi.

429 A.J. Ferreira da Silva, “A Importância e Dignidade da Sciencia e as Exigencias da Cultura Scientifica”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. VI, nº 4, 1911, p. 216.

430 Santiago Ramón y Cajal, *Recuerdos de mi vida: Historia de mi labor científica*, Alianza Editorial, Madrid, 1981.



Fig. 12 Sampaio Bruno (desenho de Manuel Monterroso, A. Sarmiento Beja, *Silhouettes*, 1914).



Fig. 13 Ricardo Jorge (*Maria Rita*, 9 julho 1932).

1906 e que estudou com grande profundidade as causas da decadência espanhola, afirmava que “não era legítimo o direito à vida de toda a raça que não tivesse colaborado no progresso científico e não tivesse sabido, por essa colaboração, fonte de progresso e bem-estar, fazer-se estimar e respeitar pelas outras Nações⁴³¹”. Com algum desapontamento lamentava: “muitos anos hão-de passar até que o culto pela ciência e pelos seus desinteressados sacerdotes, entre nós, tenha a aceitação que outros povos mais adiantados lhe consagram”. Em 1907, o famoso astrónomo espanhol José Comas achava que devia realçar “o extraordinário atraso científico do nosso país [Espanha], com o objetivo de exaltar o sentimento da cultura e o amor à ciência⁴³²”.

A pouca contribuição que os povos ibéricos tinham dado à ciência foi igualmente denunciada por Sant’Anna Dionísio, em 1941, desta forma⁴³³:

Os povos criadores de personalidades e condições que, nos últimos séculos, mais contribuíram para o andamento dessa obra [a ciência] podem reputar-se dignos de sobreestima porque na verdade a ciência já representa um inapreciável esforço de entendimento especulativo da existência. No número diminuto de tais povos, não podemos infelizmente incluir-nos a nós próprios, os ibérios. [...] Nenhum de nós pode evitar o sentimento amargo de não encontrar qualquer personalidade nascida no nosso solo ligada à formação de alguma noção, descoberta de algum princípio, formulação de hipótese, criação de processo ou utensílio de experiência.

Este pensador lamentava o estado cultural e científico a que Portugal e Espanha⁴³⁴ tinham chegado. Reconhecia que os percursos da decadência

431 A.J. Ferreira da Silva, “A Importância e Dignidade da Ciência e as Exigências da Cultura Científica”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. VI, nº 4, 1911, p. 216; Adriano Rodrigues, *A Universidade do Porto: actividade científica, acção social, aspirações, missão na vida nacional*, Porto, maio 1933, p. 30.

432 Agusti Nieto-Galan, “The popularization of science in Spain around 1900: New sources, new questions”, em Arne Schirrmacher (ed.), *Communicating Science in 20th Century Europe*, Max Planck Institute for the History of Science, 2009, p. 81.

433 Sant’Anna Dionísio, *A não-cooperação da inteligência ibérica na criação da ciência*, Cadernos da “Seara Nova”, Lisboa, 1941. pp. 25–26.

434 Para um resumo histórico da contribuição espanhola para a ciência universal desde o século XVI ao século XX, v. Antonio Lafuente, “Hablemos de Nuestra Ciencia”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 14–20. Para um elenco resumido dos principais cientistas espanhóis e sua obra, v. Victor Navarro Brotos,

de ambos os países tinham sido muito semelhantes e afirmava que, na base dessa decadência, deveriam estar causas ligadas à personalidade dos povos peninsulares.

Na opinião de Cruz Malpique, pouco tinha mudado no panorama científico espanhol no fim da década de 1960, afirmando mesmo: “em Espanha, fazer ciência não tem sido fácil tarefa. Por várias razões: uma delas a de falta de tradição científica, e, até a existência de uma ideologia anti-científica⁴³⁵”. Continuava a existir na camada intelectual espanhola um complexo de inferioridade no respeitante à produtividade científica e técnica⁴³⁶. Em 1980, o famoso médico e bioquímico espanhol Alberto Sols (1917–1989) ainda fazia esta afirmação: “o interesse e o apoio à investigação da nossa sociedade em geral e dos nossos governantes em particular estão baixando tanto, que nos estamos aproximando ao ponto de partida de Cajal, que iniciou as suas investigações faz justamente cem anos sem nenhum estímulo nem apoio⁴³⁷”. A opção errada tomada pelos povos ibéricos, no fim do século XVI e prosseguida nos séculos XVII e XVIII, continuava a manifestar os seus efeitos nefastos ainda no último quartel do século XX, apesar da vontade de mudança de alguns setores sociais culturalmente mais esclarecidos⁴³⁸.

Nas últimas décadas do século XX, vários pensadores portugueses concluíam que em Portugal continuava a existir a mesma atitude de sempre perante a ciência e, por isso, os portugueses mantinham-se alheados dos seus deveres de cidadania ecuménica de que falara Ramón y Cajal. Eduardo Lourenço afirmava que “no fundo,

Jesús Catalá e Cristina Cendra, “Diccionario de Científicos Españoles”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 47–65.

435 Cruz Malpique, *Egas Moniz: Um paradigma como professor-investigador universitário, considerações marginais*, Aveiro, 1969, p. 24.

436 Juan José López Ibor, *El Español y su Complejo de Inferioridad*, 3ª ed., Ediciones Rialp, S. A., Madrid, 1954, pp. 13–20.

437 Santiago Ramón y Cajal, *Recuerdos de mi vida: Historia de mi labor científica*, Alianza Editorial, Madrid, 1981, p. 16.

438 De acordo com alguma historiografia científica moderna espanhola, houve três episódios especialmente dramáticos que afetaram negativamente o desenvolvimento científico e cultural espanhol: a expulsão dos judeus em 1492 e posterior perseguição dos cristãos-novos, a perseguição aos liberais nas primeiras décadas do século XIX e, finalmente, a diáspora dos intelectuais depois da Guerra Civil (1936–1939); v. Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 34–39.

sentimo-nos bem no nosso país lírico, bucólico, de hortas e sardinha assada, com um suplemento de conforto importado do mundo onde se inventa e reinventa sem cessar esse futuro, aliás, caramente pago, mas inelutável⁴³⁹”. E prosseguia⁴⁴⁰:

Se exceptuarmos a poesia, não encontramos ao longo da nossa História um movimento religioso profundo, uma arte com grandeza, uma filosofia coerente. Será preferível não falar em ciência. Que significa isto, se não a prova de que não existe entre nós algo que possamos designar sem mentira por cultura portuguesa?

Como a cultura é o resultado de um trabalho coletivo, envolvendo um elevado número de participantes de várias gerações, não será apenas um pequeno número de bons cientistas, artistas ou filósofos que criará uma “cultura portuguesa” ou uma vanguarda lusitana na cultura universal.

439 Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1988, p. 12.

440 Eduardo Lourenço, *Europa ou o Diálogo que nos Falta (1949)*, *Heterodoxia*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1987, p. 8.

II. CAUSAS ENDÓGENAS

Pode enumerar-se um conjunto de atitudes que favorecem o desenvolvimento económico, social, cultural e científico de uma sociedade: a responsabilidade, a disponibilidade, a tolerância e a valorização da cultura, da descoberta e da invenção⁴⁴¹. A promoção destas qualidades, condicionada por fatores internos ou externos aos indivíduos ou às sociedades, facilita a aceitação e a expansão das novas ideias que constituem a base do progresso e, particularmente, do progresso científico.

Para analisar as causas do atraso científico português, é necessário, antes de mais, tentar classificá-las de acordo com algum critério que seja simples e coerente. Assim o fizeram alguns autores do século XIX que dividiram as causas em intrínsecas, interiores ou endógenas,

⁴⁴¹ Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 17.

emanando de uma condição individual ou interna, e extrínsecas, externas ou exógenas, que têm origem em condições exteriores. As primeiras estão associadas a características genéticas, temperamentais ou culturais profundas, e as segundas a condicionamentos ambientais, de natureza geográfica, climática, política ou social⁴⁴². Embora esta classificação apresente algumas limitações, será usada neste livro por conveniência de organização e de abordagem histórica.

Ao fazerem a análise do atraso cultural e científico dos portugueses, os filósofos José Augusto de Sant'Anna Dionísio⁴⁴³ e José Gil⁴⁴⁴ atribuem maior valor às causas intrínsecas. No entanto, estas teriam, em suas opiniões, uma natureza mais cultural do que genética, e estariam de tal forma entranhadas nos portugueses que poderiam considerar-se permanentemente transmissíveis. Sant'Anna Dionísio identificou-as como “inibições íntimas dos ibéricos para a ciência.” Revelavam-se na pouca dedicação e na falta de perseverança e de concentração, bem como na muita negligência e volúpia, na carência de “firmeza no ânimo” e na ausência de “virtudes de isenção e coragem oculta que definem as personalidades exemplarmente ascéticas da história da investigação livre⁴⁴⁵”. Existiria nos ibéricos uma dualidade de idealismo místico e de espírito prático e oportunista e, por consequência, “o culto da verdade pura, desinteressada, especulativa ou experimental, não encontra, no seu espírito, a propícia⁴⁴⁶”. O crítico e analista Jorge de Sena afirmava que “somos uma sociedade em que a cabeça não conta, a cultura não vale, a ciência não progride, e até a arte existe como um objecto abençoado e festivo que o artista emite babadamente às horas da flatulência sentimental⁴⁴⁷”.

442 Há, no entanto, algumas causas de difícil qualificação neste quadro, visto que têm uma origem extrínseca, embora se possam caracterizar como intrínsecas.

443 Sant'Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941.

444 José Gil, *Portugal Hoje — Medo de Existir*, Relógio d'Água, 2004.

445 Sant'Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941, p. 32, citado em Onésimo Teotónio Almeida, “Sant'Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3º Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 1711.

446 Sant'Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941, p. 38.

447 *Estrada Larga*, Antologia do Suplemento Cultura e Arte de *O Comércio do Porto*, organização de Costa

José Gil identifica ainda como características portuguesas a atitude do “deixa-andar”, conservadora e comodista, a “não-inscrição” e a falta de afirmação e de empenhamento. Se juntarmos a tudo isto a inveja, o queixume, o conformismo e a distorção da verdade, não é de crer que Portugal se venha a tornar alguma vez num país de ciência... O desconhecimento das regras de bem pensar⁴⁴⁸, ensinadas pela ciência, constitui um empecilho adicional para a concretização de tal desígnio.

Perante as exigências da atividade científica, é sempre possível definir um conjunto de características pessoais que sejam desfavoráveis à ciência. A atribuição dessas características ao tipo ou padrão médio de um ou vários países poderá até justificar-se, mas haverá sempre em tais países um número elevado de pessoas que não possuem essas características negativas. A escolha destas pessoas para constituir a elite científica bastaria para garantir o desenvolvimento da ciência, se a sociedade em que se integram o desejasse verdadeiramente. Nesta perspetiva, é relativamente débil a teoria segundo a qual as características internas de um povo possam explicar o seu atraso científico.

Frustrações Antigas

O antropólogo e arqueólogo catalão Bosch Gimpera (1891–1974) considerava que a colonização das costas litorais da Península Ibérica fora inicialmente conduzida por gregos e fenícios nómadas, vindos do mar. Mais tarde teriam chegado os celtas andarilhos, provenientes do interior, que, ao atingirem as costas lusitanas, foram obrigados a parar pela incapacidade de ultrapassar a barreira do mar oceânico. Em sua opinião, esta frustração criou profundas raízes. Apesar da aventura dos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, os descendentes dos celtas nunca conseguiram libertar-se do revés da primeira viagem interrompida⁴⁴⁹. Oito séculos de identidade nacional

Barreto, Vol. 3, Porto, s/d, p. 198, citado por Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 21.

448 Mário Gonçalves Viana, *A Arte de Pensar*, Coleção Didáctica, Editora Educação Nacional, L.^{da}, Porto, 1941.

449 Daniel Serrão, *Crise Institucional da Universidade*, Edição da Assembleia de Guimarães, Guimarães, 1979, p.14.

não teriam sido suficientes para que os portugueses criassem raízes profundas que os prendessem à terra e os fizessem meditar. Abandonar o país na primeira oportunidade, desdenhando o perigo, em busca da fortuna, parece ser o desejo mais profundo do verdadeiro português. Este velho anseio poderá explicar a improvisação que colocamos em tudo o que fazemos — “nada se faz para durar e tudo se acaba antes de estar concluído⁴⁵⁰”. Como bem se compreende, “as improvisações são perigosas; podem deslumbrar por momentos; mas em breve ruem⁴⁵¹”. A ausência de meditação e programação impediria estes descendentes de celtas de desenvolver plenamente o tipo de atividades que exigem concentração, reflexão e disponibilidade, como é o caso da atividade científica.

Em 1928, Manuel Ortigão Burnay, neto de Ramalho Ortigão, afirmava que “o português impregnado de sonhos e aventuras não se instala facilmente, acampa, à espera sempre de uma coisa maravilhosa que não tardará em chegar; e que se não chegar, ele irá demandar muito longe, no meio das maiores privações e perigos, se for preciso⁴⁵²”. A busca da fortuna e o impulso para a pilhagem foram intensos nas épocas da pimenta da Índia (século XVI) e do ouro (1699–1720)⁴⁵³ e açúcar⁴⁵⁴ do Brasil. Em tempos menos aventureiros, os portugueses satisfizeram-se com os despojos dos judeus condenados pela Inquisição⁴⁵⁵. Mais tarde, esperaram pela herança de um tio desconhecido que tivesse feito fortuna no Brasil ou em qualquer outro “El Dorado”, e agora aguardam o “jackpot” do “euromilhões”, ou a sorte da “raspadinha.” Para tempos de crise, os portugueses aprenderam a encontrar

450 Manuel Ortigão-Burnay, *Aspectos da Crise Portuguesa*, Edição do Autor, Lisboa, 1928, pp. 26, 30.

451 Cândido Duarte, *Ensino Agrícola no Império Colonial Português*, Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934, p. 7.

452 Manuel Ortigão-Burnay, *Aspectos da Crise Portuguesa*, Edição do Autor, Lisboa, 1928, p. 26.

453 Data de 1694 a primeira fundição de ouro em Taubaté no Brasil.

454 O açúcar foi outra importante riqueza produzida no Brasil durante este período: em 1670 foram exportados 2 milhões de arrobas; em 1710, 1,6 milhões, e em 1760, 2,5 milhões. A indústria açucareira do Brasil teve muita importância já no século XVI. Em 1570, existiam sessenta engenhos que produziam sessenta mil arrobas anuais; em 1583, o número de engenhos aumentara para 150, e a produção ultrapassava 350 mil arrobas.

455 *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, pp. 36–37.

soluções como aquelas, muito antigas, a que Alberto Sampaio (1841–1908) se referia em 1892⁴⁵⁶:

Ontem como hoje, tem sido sempre uma sociedade de aventureiros [...]. O que cada um deseja é que o deixem sair [...]. Por isso, quando aparecem estas situações de miséria e penúria, constantes na sua história, a população resigna-se a sofrer tudo; ou emigra, acostumada, como está à aventura. [...] Então a emigração é o último expediente para ele; silenciosa e resignadamente cada um vai partindo, sem talvez uma palavra de amargura. Os que ficam acalentam no fundo do coração sobre todas qualquer esperança que não dependa da actividade colectiva [...]. E todos esperam no meio de ruínas que volte a bonança para repetirem mais uma vez a mesma norma de vida do passado.

Perante uma nova crise nacional, como a crise financeira de 2010-2014, a austeridade, o empobrecimento, a resignação e a emigração foram, como sempre, as soluções indicadas pelos governos e paciente-mente seguidas pelo povo.

Desmotivação e Cansaço

Nos primeiros anos do século XVII, o povo português era ignorante e triste⁴⁵⁷ e não tinha ânimo para mudar fosse o que fosse. Durante todo esse século, houve da parte da classe culta portuguesa uma tendência para o isolamento que acabou por se transformar em autismo. Para tal, terão contribuído vários fatores, como “a indiferença e hostilidade de quase toda a Europa” e o “declínio do ensino e o decrescimento que se deu no número de portugueses que iam educar-se nas

456 Alberto Sampaio, *Hontem e Hoje, Estudos Históricos e Económicos*, Chardron, Porto, 1923, pp. 445–446, citado em António Machado Pires, “A decadência, ou interrogações de um Portugal hamletiano”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 15, abril–junho 1987, pp. 21–28.

457 Enquanto a ignorância tem sido combatida com algum sucesso nos últimos séculos, o mesmo não terá acontecido com a tristeza; v. Cruz Malpique, “Alguns Aspectos do Perfil Psicológico do Português: Tristeza, Romantismo, Saudade e Chalaça”, em *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 21, agosto 1974, pp. 3–51.

universidades estrangeiras, o que era agravado pela decadência a que chegara a Universidade de Coimbra⁴⁵⁸”.

Embora estivessem num estado sociocultural semelhante, os nossos vizinhos espanhóis revelavam, nessa época, uma postura diferente perante a adversidade. Thomé Pinheiro da Veiga (1570–1656), que foi embaixador em Espanha, realçava a diferença “da melancolia e nublado portuguez á bôa sombra e alegria castelhana: huns, noitibós tristes; e outros, pintasilgos alegres; huns, monas peadas; outros, arditos contentes [...]; andam os portuguezes á caça de huma melancolia e sonham os castelhanos de noite como poderão levar hum bom dia⁴⁵⁹”. Apesar desta debilidade anímica nacional, os defeitos culturais dos portugueses continuavam fortes como sempre: “o fidalguismo, a violência dos nossos costumes, penúria da affabilidade, falta de galanteria, grosseria e rudeza⁴⁶⁰”. No século XVIII, a antiga virilidade dos descobridores de novos mundos já tinha — na opinião do Pe. Manuel Bernardes — totalmente desaparecido da raça lusitana. A crise nacional poderia ser a consequência da ira divina perante a degenerescência dos portugueses⁴⁶¹:

As espadas largas degeneráráo em cotós, e os capacetes se trocáráo em perucas: já o pente em vez de se fincar na barba ensanguentada, se finca publicamente na cabelleira alvejando com polvilhos. Cheiráo os homens a mulheres; não a Marte, mas a Venus. Quem havia de imitar ao grande Albuquerque prendendo a barba no cinto, se já não ha novas de cintos, nem de barbas? Quem haveria de sahir aos leons em Africa, se he mais gostoso estar no camarote em Lisboa gracejando com as farsantas, e atirando-lhes já com chistes, já com dobroens? Ou como se haviaõ adestrar em ambas as sellas, andando

458 Augusto da Silva Carvalho, *A Medicina Portuguesa no século XVII*, separata das *Memórias (Classe de Ciências, tomo III)*, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1941, pp. 8–9.

459 *Collecção de Manuscriptos Ineditos agora dados á estampa, III — Fastigimia, por Thomé Pinheiro da Veiga (Turpin)*, Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Typ. Progresso de Domingos Augusto da Silva, Porto, 1911, pp. 178–179. Esta obra terá sido escrita entre 1607 e 1608.

460 *Idem*, na “Introdução” de José Pereira de Sampaio, p. 36.

461 Manoel Bernardes, *Nova Floresta*, segundo tomo, Regia Officina Sylviana, Lisboa, 1759, p. 314.

pelas ruas bamboleando nas sejes? Amoleceu-nos a infusão dos costumes estrangeiros, que veneramos, devendo aborrecellos; e nós que estamos no fim da terra, ficamos no meyo do mar de suas depravaçoens. [...] Temo que o cahirem da nossa cabeça na India tantos diademas, seja porque vê Deos em nós tantos cativeiros à sensualidade. [...] Quem nos diz que havendo em nós semelhantes provocações da ira divina, não procederão della semelhantes calamidades.

Para Gomes Teixeira, a desmotivação e a apatia que acometeram os portugueses logo após o período áureo do nosso império ultramarino resultaram dos excessos cometidos⁴⁶²:

A raça lusa estava cansada por uma atividade desmedida sustentada durante quási dois séculos, estava abatida e desmoralizada pelo excesso de riquezas vindas das suas colónias, esmagava-a a descomunidade do seu império, asfixiava-a o poder absoluto de monarcas incompetentes, abrasados todos por fanatismo religioso e um dêles ainda por fanatismo guerreiro. Por isso esta raça perdera a fé no seu futuro e adormecera sôbre os louros colhidos.

A este respeito, o deputado Armando Botelho escreveu em 1881 o seguinte⁴⁶³:

Portugal decahiu porque seus filhos enervados pelo abuso das riquezas fabulosas que chegavam da India, julgaram-se dispensados de trabalhar e de cuidarem seriamente no futuro da patria.

Os povos virgens do Oriente golphavam para Portugal torrentes de ouro e pedrarias, capazes de deslumbrarem o mundo inteiro; os portugueses cuidando inexgotavel aquelle riquissimo veio que a Providencia lhes havia aberto, e

⁴⁶² Francisco Gomes Teixeira, *História das Matemáticas em Portugal*, Lisboa, 1934 (2007), p. 210.

⁴⁶³ Armando Botelho, *A defeza dos jesuítas por um liberal, refutação ao discurso do Snr. Dr. Alexandre Braga*, Livraria Portuense de Clavel & Cia., Editores, Porto, 1881, p. 8.

suavemente emballados por tão doce crença, em vez de aproveitarem estas riquezas como um elemento de grandeza e prosperidade nacional, adormeceram em meio dos seus triumphos, esbanjando com uma prodigalidade louca, até que a miseria, terrível e ameaçadora, veio de novo surprehendel-os.

Crise de confiança era o argumento invocado em 1936 por Américo Pires de Lima (1886–1966) para justificar o passageiro adormecimento da “raça” lusitana⁴⁶⁴:

A chamada decadência de Portugal, ou melhor, dos portugueses, é, sobretudo, uma crise de confiança. Nenhuma raça, como a portuguesa, tem um tão rico património de factores hereditários; a glória dos antepassados não é apenas um vão pergaminho; factores hereditários de rara nobreza encontram-se disseminados na Raça, momentaneamente adormecidos, mas à espera de que circunstâncias favoráveis permitam ou determinem a sua eclosão.

Em 1958, Egídio Namorado juntava ao desgaste físico e psicológico dos portugueses a descrença no sucesso e o refúgio no misticismo e na resignação⁴⁶⁵:

Junto a isto um vago e aristocrático sentimento de inutilidade de todo o esforço e a saudade dos bons velhos tempos penetrou a psicologia do português dos anos últimos de quinhentos e seiscentos. Virou-se todo para religiosidade superficial, toda exterior e de pompas culturais.

O português saudável e audacioso que [...] «vira claramente vistos» muitos erros dos antigos [...] foi ciliciado e esterilizado na dura e cadavérica disciplina escolástica. Secaram nele tudo o que lhe restava de espontâneo e viril e depois convenceram-no de que era místico e poeta e de que não era deste mundo o seu reino: a ele que tinha que arrancar o sustento dos calhaus das montanhas...

464 Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (Discursos, Conferências, etc.)*, Imprensa Nacional, Limitada, Porto, 1950, p. 47; Américo Pires de Lima, *A História Natural e o Ultramar Português*, Edição do Ateneu Comercial do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1936, p. 23.

465 Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaíos*, edição do autor, Textos Vértice, Typ. da Atlântida, Coimbra, 1958, pp. 139–140.

Era um sintoma de fraqueza nacional a falta de inovação que se começou a verificar, a partir de certa altura, nas técnicas de navegação que durante os séculos XV e XVI tínhamos desenvolvido. Enquanto nos tempos áureos dos Descobrimentos tinha havido um cuidado especial no planeamento e realização das viagens, exigindo-se aos pilotos uma grande preparação técnica⁴⁶⁶, a partir de certa altura instalou-se um total e irresponsável desmazelo. Os pilotos nem sequer procuravam saber os princípios básicos das ciências da navegação: a náutica, a astronomia e a construção naval⁴⁶⁷. Os interesses comerciais impunham-se a todos os outros: o importante era transportar grandes cargas em enormes navios⁴⁶⁸ para que os lucros das viagens pudessem ser maximizados, mesmo correndo riscos de grandes desastres e naufrágios⁴⁶⁹. Os cuidados a ter com uma atividade tão perigosa como a navegação⁴⁷⁰ eram, simples e incompreensivelmente, ignorados.

As razões do desinteresse ou desleixo que, a partir de certa altura, se instalou nas ciências náuticas deverão procurar-se na atitude demasiado utilitarista que norteou os portugueses durante os Descobrimentos — só o conhecimento prático interessava, e a

466 L. de Morais e Sousa, *A Ciência Náutica dos Pilotos Portugueses nos Séculos XV e XVI*, 2 tomos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924; Armando Cortesão, *History of Portuguese Cartography*, 2 vols., Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1969.

467 Luís Albuquerque, *As Ciências Exactas na Reforma Pombalina do Ensino Superior*, separata dos n.ºs 52, 53 e 54 de *Vértice*, p. 3.

468 2º Visconde de Santarem, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 394.

469 Como acontecia nas primeiras viagens marítimas, talvez ainda se acreditasse que os naufrágios podiam ser evitados em plena tempestade “com rezas, benzer o oceano, deitar relíquias ao mar, pedir misericórdia ao divino, procissões a bordo com velas acesas em plena noite, missas, confissões e outras práticas religiosas”; v. José Manuel Correia, “Medos e visões dos mareantes na passagem do cabo da Boa Esperança”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 217–218.

470 O Pe. Rafael Bluteau afirmava: “A mais engenhosa, e juntamente a mais arriscada sciencia do Mundo, he no meu juizo a Nautica, ou arte da navegação. Nesta artificiosa sciencia parece se apurou a infelice subtilidade do engenho humano, em multiplicar os perigos da vida, pois conspirando já a mayor parte dos elementos contra a sua duração, o fogo com os incendios, a terra com os terramotos, e o ar com os contagios, buscarão os homens os naufragios no mar, para que não houvesse elemento, que não fosse instrumento das suas penas, e funebre theatro de seus estragos. Discretamente dizia a este proposito hum antigo, que os navegantes não são do numero dos vivos, nem dos mortos, porque anda a sua vida taõ chegada à morte, que não está distante della mais que da grossura das taboas do navio em que andão”; v. D. Rafael Bluteau, *Sermoens Panegyricos, e Doutrinaes*, tomo II, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental, 1733, p. 338.

especulação teórica não era cultivada⁴⁷¹. Esgotados os estímulos pragmáticos dos descobrimentos e sem motivações de natureza especulativa, nada restou para que os portugueses se pudessem interessar pela ciência.⁴⁷² Assim se percebe que “aniquilado o poderio marítimo dos ibéricos, não se voltou, pode dizer-se, a cultivar nem a astronomia, nem as matemáticas, nem a cartografia, nem as ciências naturais⁴⁷³”. Nos seus estudos sobre o teatro português, Teófilo Braga (1843–1924) falou do “fidalgo pobre” da *Farsa dos Almocreves* de Gil Vicente, dos comentários de Nicolau Cleonardo (1493–1542) relativos aos portugueses e da figura do pretense fidalgo Dom Gil Cogominho — o protagonista do *Auto do Fidalgo Aprendiz* (1665) de Francisco Manuel de Melo (1608–1666)⁴⁷⁴ — para concluir⁴⁷⁵:

Era Portugal esgotado da sua antiga riqueza pelo dominio castelhano, atrazado em cultura pela intolerancia da Inquisição e pela educação dos Jesuitas, sem industria pelo desprezo do trabalho mechanico, com a propriedade immobilizada em morgados e capellas, com a mendicidade convertida em instituição como se via na infinidade de ordens monachaes que sugavam a terra e todas as energias sociaes; era Portugal indifferente ao futuro, e fazendo consistir o seu vigor nas tradições heroicas dos descobrimentos marítimos, das suas conquistas de áquem e de além-mar, era ele o fidalgo pobre, representado diante de D. João IV.

Teixeira de Pascoaes (1877–1952) (Fig. 14) pensava que a apatia quase mística que por vezes emerge com grande intensidade

471 Isto explicaria o nosso atraso científico, se é verdade que “a especulação baseada num facto experimental seguro é o sangue vital da verdadeira investigação científica”; v. E. C. C. Baly, “Photosynthesis”, em *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution, 1929*, United States Government Printing Office, Washington, 1930, p. 244.

472 Sant’Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da “Seara Nova”, 1941, pp. 42–43.

473 *Idem, ibidem*.

474 Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933.

475 Citado por Manuel Marques Braga (1877–1964) em Marques Braga, “Ensaio sobre a psychologia do povo português”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 4º, 1902, p. 223.



Fig. 14 Teixeira de Pascoais (*Maria Rita*, 10 dezembro 1932).

na sociedade portuguesa⁴⁷⁶ resultava do desprezo a que os portugueses votavam o seu “genio aventureiro” e do seu “temperamento messiânico.” Este poeta e pensador explicava assim o sentido das suas palavras⁴⁷⁷:

O genio de aventura pode traduzir-se modernamente em iniciativa; e ao temperamento messiânico, que significa confiança n’um destino superior, pertence a solução do problema religioso que tanto preocupa a nossa idade entenebrecida de scepticismo, tão pobre de vida espiritual, isolando o homem do Universo, encarcerando-o, sem piedade, dentro do seu sêr transitorio, de materia e morte. O messianismo é o genio de aventura alando-se para as estrelas. Depois de criar um grande Imperio, ao vê-lo afundar-se nas ondas que navegára, na sua tragica afflicção, dirigiu as asas para o ceu, o Atlantico etéreo além do qual existe uma outra Índia...

Desmotivados, cansados e apáticos, nada mais restava aos portugueses do que cuidar da sua vida espiritual para, ao menos, garantir um lugar entre os bem-aventurados. Um qualquer fatal destino parecia impor-lhes uma longa penitência... Em 1950 — numa época em que os cientistas pugnavam por condições de trabalho minimamente dignas com uma opinião pública adversa — afirmava-se⁴⁷⁸:

Parece que este Povo, que abriu o Renascimento Científico da Idade Moderna, com a Escola Náutica de Sagres⁴⁷⁹, tem

476 Em 1884, Sampaio Bruno escrevia que “o povo portuguez é uma massa inerte, passiva sem cohesão e sem conhecimento da solidariedade que prende o seu destino peculiar ao destino geral da nação”; v. Bruno, “N’uma hora triste”, em *A Discussão*, Ano 1, nº 156, 1 junho 1884.

477 Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, pp. 10–11.

478 A.B., “Investigação fundamental ou desinteressada. — Método e alcance da ciência (Endeavour, outubro de 1946)” em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série IV, Ano I, nº 4, outubro–dezembro 1950, p. 210.

479 Em determinada altura supôs-se que tivesse havido uma escola náutica em Sagres fundada por D. Henrique, a “Escola de Sagres” — assim o pensavam António Ribeiro dos Santos e o Cardeal Saraiva. No entanto, desde o último quartel do século XIX vários historiadores mostraram que tal instituição nunca existira. Isto não significa que não tivessem sido feitos estudos de náutica pelos navegadores, cartógrafos e matemáticos portugueses. Terá mesmo existido alguma atividade teórica e prática, ligada às navegações e organizada

de penitenciar-se, numa abstenção científica permanente, por ter afrontado e destruído os monstros lendários do mar [...], há-de negar sistematicamente, às gerações que vão passando, os meios de entrar, pela investigação fundamental, no convívio científico da Idade Contemporânea.

Fatores Raciais, Genéticos, Culturais e Temperamentais

Perante um país que, durante muitas gerações, quase nada produziu em matéria científica é compreensível que se procurem razões de natureza racial ou genética para explicar essa esterilidade. As afirmações segundo as quais os portugueses seriam intrinsecamente incapazes de produzir boa ciência surgiram bem cedo. Perante uma crise cultural ocorrida em Portugal nas primeiras décadas do século XVI, apareceram de imediato estrangeiros, como o filósofo aragonês Miguel Villanovano (ou Miguel Servet) (1511–1553) ou o geógrafo alemão Sebastião Munster (1489–1552), a atribuir essa crise a condicionamentos de raça. Na opinião destes filósofos, a crise resultaria da inferioridade mental dos ibéricos. Damião de Góis (1502–1574)⁴⁸⁰, um humanista português muito esclarecido⁴⁸¹, achou injusta e xenófoba esta explicação e escreveu um opúsculo para defender as gentes ibéricas e contra-atacar os homens do Norte⁴⁸²:

É verdade que há séculos mais brilhantes que outros, e que a Espanha [Península Ibérica] não brilha hoje na ciência, como

em Lagos, onde o Infante passava grande parte do seu tempo; v. Marquez de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portuguezes em África, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 77; J. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Tip. Porto-Gráfico, Porto, 1914; Cruz Malpique, *A Escola Náutica do Infante*, separata de *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 7, Papelaria e Tipografia Leixões, Matosinhos, 1960; Alfredo Pinheiro Marques, “Realidades e mitos da ciência dos descobrimentos quatrocentistas (A propósito da “«Escola de Sagres» e do célebre «Mestre Jaime de Maiorca»”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. II: Navegações na segunda metade do século XV*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portuguezes, Porto, 1989, pp. 347–350.

480 Aubrey F. G. Bell, *Um Humanista Português, Damião de Góis*, Editorial Império, Lda., Lisboa, 1942.

481 No fim da vida, quando já não tinha a proteção de D. João III, Damião de Góis foi perseguido pela Inquisição, acusado de luteranismo. A história dessa perseguição deu origem a várias interpretações e controvérsias; v. Domingos Maurício, “Damião de Góis e a Inquisição”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, pp. 186–192; Aubrey F. G. Bell, *Um Humanista Português, Damião de Góis*, Editorial Império, Lda., Lisboa, 1942.

482 Damião de Góis, *Opúsculos Históricas*, Livraria Civilização Porto, s/d, p. 107.

outrora; não pode, todavia, chamar-se mesquinha a nação que produziu tais valores [como Séneca, Quintiliano, Pórcio Látrão, Avicena, Lucano, Prudêncio, S. Justino, Columela, Orósio, Mela, Sílvio, Marcial, Juvenal, etc.], nem se deve ter por esgotada a fonte pelo facto de os não produzir algum tempo.

Porque os Espanhóis [Ibéricos] agora não escrevem tanto como os outros, nem dão à estampa livros de outrem em seu nome, em nada devem ser considerados inferiores àquêles que ostentam seus méritos com plágios.

E, em jeito de justificação, Damião de Góis acrescentava com alguma ironia e sobrançeria⁴⁸³:

Não faltariam à Espanha [Península Ibérica], de há mil anos a esta parte, os brilhantes talentos que essa nação sempre produziu, se não tivesse estado tantos anos sob o domínio de povos bárbaros como os godos, os alanos e os sarracenos, alheios a toda a espécie de cultura; agora porém livre da sua opressão, não duvide Munstero de que os espanhóis [ibéricos] em breve alcançarão as culminâncias da ciência.

Também o doutor João de Barros, que viveu em meados do século XVI, justificou o facto de não haver escritores e homens ilustres na Península Ibérica devido às guerras que a assolaram, rejeitando qualquer fator racial⁴⁸⁴:

Das Espanhas [as cousas muito notauéis] não são tão illustradas nem publicadas como das outras partes, por falta de Scriptores. A Causa disto forão as muitas guerras e calamidades que as Espanhas padecerão e sustiuerão, e não porque em ellas se não criem tão excellentes engenhos, como em Itália e Grecia, pela excellencia dos ares e frescura da terra. Donde nos tempos paçados Sahirão Varões muy excellentes, os quais, cuido eu que pello descostume de não hauer então em Espanha tanto uso das letras, por ser muito o da guerra, se forão para

⁴⁸³ *Idem, ibidem.*

⁴⁸⁴ *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa, V — Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes pelo doutor João de Barros*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Tipografia Progresso de Domingos Augusto da Silva, Porto, 1919, pp. 15–16.

outras partes. Assi como foi o Papa São Damaso, que foi natural do termo de Guimarães e foi grande letrado [...].

Apesar destes argumentos, a ideia de uma real “inferioridade mental dos ibéricos” foi-se radicando no estrangeiro, alimentada pelo facto de Espanha e Portugal continuarem a não contribuir para o desenvolvimento da ciência moderna⁴⁸⁵.

Após a decadência do império, ao desprezo pelo intelecto português, juntou-se a falta de respeito pelo nosso glorioso passado⁴⁸⁶. No século XVIII, muitos estrangeiros equiparavam a incapacidade dos portugueses à dos marroquinos, uma comparação duplamente racista, dado o desprezo que os europeus tinham pelos negros e mouros. O início do discurso de 5 de julho de 1780⁴⁸⁷ do Pe. Teodoro de Almeida⁴⁸⁸, na abertura da Real Academia das Ciências de Lisboa, é bem elucidativo deste ambiente⁴⁸⁹:

Que admirados ficariais, senhores, se soubesseis quão vil é o conceito, que muitos estrangeiros fazem injustamente de nós! Quando lá fora casualmente aparece algum portuguez de

485 A contribuição dos ibéricos para o conhecimento científico durante o século XVII e a primeira parte do século XVIII quase se limitou aos conhecimentos tecnológicos necessários para a exploração dos recursos naturais (mineralogia, geologia, zoologia, botânica, farmacologia, geografia, cartografia e antropologia) e para a manutenção dos seus domínios ultramarinos (navegação, defesa e guerra). Para mais informações referentes a Espanha, consultar Antonio Lafuente, “Hablemos de Nuestra Ciencia”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, pp. 14–20.

486 Manuel Pinheiro Chagas indignava-se contra a desconsideração e a injustiça feitas aos nossos heróis descobridores quando os nomes das localidades geográficas por eles descobertas eram alterados por qualquer “torista” inglês; v. Manuel Pinheiro Chagas, *Descobrimientos dos Portuguezes na Africa, Segunda Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em Africa*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 12–15.

487 Este discurso foi transcrito por Teófilo Braga em “O século XVIII em Portugal”, em *Revista de Portugal*, dir. Eça de Queiroz, Vol. I, 1889, pp. 598–604.

488 Teodoro de Almeida — a quem o Marquez de Resende qualifica como “sábio, liso e nunca triste” que “muitos serviços prestou á nossa então recém-fundada Academia Real das Sciencias” e fez entre nós a divulgação das “sciencias physico-mathematicas pelo mesmo methodo e com a mesma fortuna do celebre abbade Nollet” — não deixou boa impressão ao romancista William Beckford que, depois de um encontro com ele, lhe chamou “hipócrita”; v. Marquez de Resende, *Pintura de um Oniteiro Nocturno e um Sarau Musical ás Portas de Lisboa no fim do Século Passado*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868, p. 7; Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, tomo I, Livraria de A.M. Pereira, Lisboa, 1879, p. 90. O poeta João António dos Santos (1791–1837), que conheceu o Pe. Teodoro de Almeida quando estudava no Colégio dos Oratorianos de Lisboa, diz que era “homem de singular intelligencia, e probidade, e que deu brado em Lisbôa e Paris, onde lhe permitiram ensinar publicamente essa pouca Physica, mas a melhor, que se conhecia naquela época”; v. João António dos Santos, *Ensaios Poéticos*, Imprensa de Candido Antonio de Silva Carvalho, Lisboa, 1836, p. 4.

489 Teófilo Braga, “O século XVIII em Portugal”, em *Revista de Portugal*, dir. Eça de Queiroz, Vol. I, 1889, p. 598.

engenho mediocre, admirados se espantam como de phenomeno raro: E como assim? (dizem) de Portugal? do centro da ignorância? Assim o cheguei a ouvir. E onde estão os livros? me perguntavam; onde os vossos autores? as vossas academias? os vossos descobrimentos? As gazetas litterarias, que correm, guardam do vosso Portugal o mesmo silêncio que de Marrocos. Ouvindo estes injustos opprobrios, os olhos se me fechavam com o pejo, emmudecia a lingua e a face se me cobria de confusão.

Neste ambiente de criticismo generalizado, havia, apesar de tudo, algumas apreciações menos negativas a respeito dos portugueses. Heinrich Friedrich Link (1767–1851), professor de História Natural, Botânica e Química na Universidade de Rostock, que fez uma viagem de estudo a Portugal⁴⁹⁰ entre 1798 e 1799, escreveu o seguinte: “Portugal possui homens conhecedores do estado actual da literatura: há excelentes cabeças mas é difícil encontrar, neste país, sábios profundos, que cultivem as ciências, unicamente por amor a elas⁴⁹¹”. A sua descrição do povo português foi considerada de boa fé e globalmente justa⁴⁹². O mesmo se diz das apreciações feitas por um pastor protestante sueco, Carl Israel Ruders (1761–1837) no livro *Viagem em Portugal*⁴⁹³ e por James Murphy (1760–1814) nas obras *Travels in Portugal* (1795)⁴⁹⁴

490 Heinrich Link visitou outros países europeus além de Portugal, tendo relatado as impressões das suas viagens num livro que publicou em 1801 e foi recentemente traduzido para Português; v. Heinrich Friedrich Link, *Notas de uma Viagem a Portugal, através de França e Espanha*, trad. Fernando Clara, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2005. O livro de Link foi traduzido também para Inglês e Francês; v. Henry Frederick Link, *Travels in Portugal and through France and Spain: with a Dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*, translated from the German by John Hinckley, with notes by the translator, T.N. Longman and O. Rees, Londres, 1801; Henry Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, trad. de l'Allemand, 3 Vols., Paris, 1803.

491 Fernando Falcão Machado, *Coimbra, Cientificamente*, Coimbra, 1969, p. 2.

492 “O bem e o mal que alguns estrangeiros têm dito de nós”, em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra* (*discursos, conferências, etc.*), Porto, 1950, pp. 250–259.

493 Com o título original *Portugisisk Resa, Beskrifven I Breftill Vänner*, esta obra, publicada em 3 volumes entre 1805 e 1809, é constituída por uma coletânea de cartas, que foram traduzidas na quase totalidade por António Feijó, provavelmente da tradução alemã de Henry Link, e foram publicadas no *Diário de Notícias*. Posteriormente, as cartas traduzidas por Feijó foram publicadas em livro pela Biblioteca Nacional em 1981 e 2002. Ruders publicou ainda *Några anmärkningar öfver Portugall* (1803) (“Algumas observações sobre Portugal”) que teve apenas tradução alemã.

494 Esta obra foi traduzida para francês e publicada em em 1797 com o título *Voyage en Portugal a travers les Provinces d'entre-Douro et Minho, de Beira, d'Estremadure et d'Alenteju, dans les années 1789 et 1790; contenant des observations sur les Moeurs, les Usages, le Commerce, les Édifices publics, les Arts, les Antiquités etc. de ce Royaume*. Esta tradução atribuída a Lallemand é atualmente considerada por muitos bibliógrafos ainda mais rara do que a obra original.

e *A General View of the State of Portugal* (1798). Carl Ruders achava que a falta de cultura em Portugal não se devia à “inaptidão ingénita” do povo “mas à falta de condições e incentivos, culpando disso os diversos governantes⁴⁹⁵”. Para este sueco, o português afigurava-se-lhe “simultaneamente incansável no trabalho e muito apto para aprender⁴⁹⁶”. Adrien Balbi, que esteve em Portugal entre 1819 e 1820, conseguia vislumbrar no povo português — embora só no norte e no centro do país — algumas aptidões para a ciência⁴⁹⁷:

Os homens desta nação têm muita aptidão para as ciências e as artes; a poesia faz as suas delícias; e encontram-se em Portugal tal como em Itália excelentes improvisadores; as outras artes são aí mais desprezadas, e em geral restringem-se à imitação das obras primas estrangeiras. Os Portugueses cultivam ao contrário e sobressaem facilmente nas ciências do cálculo porque unem à fleuma e à paciência dos países do norte a brilhante imaginação dos povos meridionais. Parecem-nos que se acusa injustamente os Portugueses de indolência e de falta de actividade; um povo preguiçoso não penetra em terras longínquas, como fazem ainda hoje no interior da África e do Brasil. Contudo é preciso confessar que esta censura é justa para os camponeses das planícies da Estremadura e do Alem-Tejo.

Outros autores e visitantes estrangeiros⁴⁹⁸ exprimiram igualmente a sua opinião sobre as qualidades e os defeitos dos

495 Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal*, 2 vols., Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002, p. 19.

496 Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977, p. 31.

497 Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, tomo II, Chez Rey et Gravier, Librairies, Paris, 1822, p. 31.

498 O terramoto de Lisboa de 1755 despertou na Europa um grande interesse sobre Portugal. Muitos foram os viajantes estrangeiros que nos visitaram, tendo muitos deles escrito as suas impressões sobre o que viram e ouviram, muitas vezes, de forma superficial, ligeira e incorreta; v. Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977.

portugueses^{499,500}. No romance *Historia de Affonso e Dalinda* (1802)⁵⁰¹ de Madame de Genlis⁵⁰², traduzido para português por Antonio José da Silva Costa, confrontam-se as atitudes do português Afonso e do sueco Thelismar, pai de Dalinda por quem o jovem português se apaixonara. Filho de D. Ramiro⁵⁰³, Afonso era um jovem impetuoso e arrebatado. Estava convencido de possuir muita sabedoria e talentos só porque tinha tido na infância mestres que tentaram ensinar-lhe as ciências e as artes, mas que ele nunca tinha verdadeiramente cultivado. Pouco mais sabia que desenhar flores e tocar cítara. Thelismar era um verdadeiro sábio que procurava descobrir os segredos da natureza e conhecer a geografia física e humana dos povos que visitava. Para poder conquistar o coração de Dalinda, Afonso conformou-se a fazer com Thelismar uma viagem de exploração pelo mundo que durou quatro anos. Durante a viagem Thelismar transmitiu a Afonso conhecimentos científicos e comportamentos humanos, que este, na sua vaidade e soberba, nem sequer suspeitava que pudessem existir. Ao longo

499 Marques Braga, *Ensaio sobre a psychologia do povo português*, separata de *O Instituto*, 1903.

500 Muitas destas opiniões foram influenciadas por preconceitos ou informações falsas e parciais, conduzindo frequentemente a generalizações abusivas que desfavoreciam as qualidades dos portugueses. Destas faltas são acusados os livros de diversos autores setecentistas: *Lettere Familiari di Giuseppe Baretti à suoi tre fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo* (1762–1763); *Travels Through Spain and Portugal in 1774* (1777) de William Dalrymple; *État Présent du Royaume de Portugal en l'Année 1766* (1775, 1797) de Charles François du Périer Dumouriez; Charles François Du Périer Dumouriez, *An Account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez* (1797); *Travels Through Portugal and Spain in 1772 and 1773* (1776) de Richard Twiss; *Sketches of Society and Manners in Portugal* (1787) de Arthur William Costigan pseudónimo, segundo Aquilino Ribeiro, de Diogo Ferrier; *Tableau de Lisbonne en 1796* (1797) de Joseph-Barthélemy-François Carrère e Jean Lacroix de Marlès; e *Letters Written During a Short Stay in Portugal* (1797) de Robert Southey. As estampas e as caricaturas políticas publicadas no estrangeiro sobre Portugal serviram igualmente para criar uma imagem negativa e ridícula dos portugueses; v. *Caricatura Política Inglesa alusiva a Portugal 1801–1833 — Exposição*, Instituto Britânico em Portugal, The British Council, 1971; *Estampa e caricatura política estrangeira sobre Portugal — a doação Rau*, Alexandra Reis Gomes (coord.), Museu Nacional de Arte Antiga, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000. Uma análise crítica do que foi escrito sobre Portugal por viajantes estrangeiros setecentistas pode ler-se em Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977. A opinião de outros viajantes do século XIX e XX sobre os portugueses pode ler-se em Taborda de Vasconcelos, *Escritores estrangeiros em Portugal*, separata da *Revista Ocidente*, Vol. 78, Lisboa, 1970.

501 *Historia de Affonso, e Dalinda, na qual se descrevem as suas trabalhosas viagens ás quatro partes do mundo*, trad. Antonio José da Silva Costa, Off. Patr. de João Procópio da Silva, Lisboa, 1802.

502 Stéphanie Félicité du Crest de Saint-Aubin, Comtesse de Genlis (1746–1830) mais conhecida por Madame Genlis.

503 Este D. Ramiro obteve o título de fidalgo por causa da sua enorme fortuna que perdeu totalmente com o terramoto de Lisboa. Apesar de arruinado, nunca perdeu a fidalguia.

de toda a história sobressaem a superficialidade e leviandade do jovem português e a profundidade e seriedade do sábio sueco. Confronto entre juventude e maturidade mas também entre atitudes do homem do norte, cerebral e instruído, e o do sul, temperamental e ignorante.

Num folheto da responsabilidade do governo norte-americano publicado na década de 1930, intitulado *Food Customs Abroad*, apresentavam-se os hábitos alimentares dos várias comunidades estrangeiras que residiam no Estado de Massachusetts. Relativamente aos hábitos e qualidades dos portugueses pode ler-se⁵⁰⁴:

Este simples e bondoso povo, com a sua natureza levemente melancólica e facilmente supersticiosa⁵⁰⁵, não tem um grande fundo de educação. É necessário inculcar-lhes a higiene da saúde e sanidade. É necessário ensinar-lhes o valor da regularidade e a constância dos hábitos que constituem a saúde e a felicidade. São industriosos, devotados, e possuem grande resistência, qualidades que podem fazer deles bons cidadãos.

Havia muita gente em Portugal que pensava que eram injustas as críticas depreciativas, sobre a pouca qualidade intelectual, que alguns estrangeiros nos faziam. O professor de teologia da Universidade de Coimbra, Francisco Martins, afirmava em 1894 que não sabia “com que fim, nem a consciência com que se vae dizendo que somos uma raça decadente, estiolada, incapaz de competir com as nações cultas” e acrescentava: “como é triste, mas felizmente inexac-to este asserto; não nos faltam aptidões, a vontade é que por vezes é froixa⁵⁰⁶...” António Sérgio — um dos grandes defensores do valor

504 Alcina de Aguiar, “Estudo sobre mil crianças portuguesas em idade escolar”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, p. 43.

505 Esta tendência para a superstição tinha já sido notada no século XVIII pelo general francês Charles-François du Périer (1739–1823), mais conhecido por Dumouriez, que, referindo-se a Portugal e aos portugueses, escreveu: “não há nenhum país católico onde se tenha maior devoção supersticiosa pelos santos, relíquias, milagres e outras fantochadas religiosas; porque não há nenhum povo que tanto precise de expiar as suas baixas e imundas perversões, a avareza e o espírito vingativo que continuamente agita a alma de um português”; v. Charles François Du Périer Dumouriez, *An Account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez*, London, 1797, p. 177.

506 Francisco Martins, *Religião e Ciência*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1894, p. 24.

da educação, na década de 1940 — entendia não haver uma correlação entre raça⁵⁰⁷ e produção cultural ou científica. O meio e o momento podiam explicar a criação de “espíritos de segunda ordem”, mas não a dos génios. Admitia, no entanto, que as características histórico-culturais de um povo pudessem condicionar o surgimento de grandes filósofos.

As qualidades físicas, morais e sociais também não abonariam, segundo algumas opiniões, a favor e proveito dos portugueses. Logo a seguir à implantação da República, o médico Tolentino de Sousa Ganho escrevia a propósito do “typo portuguez⁵⁰⁸”:

É quasi de uma evidencia flagrante que o portuguez é de pequena estatura, tem attitude pessima, é ventruado, pesado, desconexo e destrambelhado no gesto, a cabeça e os ombros tem-nos mal collocados, produzindo-se, por isso a saliencia dos angulos inferiores das omoplatas, facto conhecido pelo nome de *azas d’anjo*; marcha mal, batendo com os tacões, encurtando o passo, progredindo portanto, sem economia de trabalho muscular.

Moralmente, caracteriza-o uma apathia profunda e uma tristeza funebre, revelações de vontade, energia e caracter frouxos e sem confiança em si mesmo, herança misserima de alguns séculos de fanatismo jesuitico.

Na vida social, como consequencia lógica, é um messianico, que se desespera de tanto esperar que tudo venha de fóra de si, pela acção milagrange de uma vontade estranha.

Durante décadas, até ao fim da II Guerra Mundial, fez-se referência à inferioridade da raça portuguesa em vários meios xenófobos europeus. Em 1903 Ricardo Severo protestava na revista *Portvgalia* contra

507 Uma exposição científica sobre o conceito de raça pode ler-se em A.A. Mendes Correia, “Conceitos genéticos de raça e de constituição”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro II: Comunicações Livres — Secção A: Antropologia e Pré-História — Secção B: Botânica e Agronomia, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 27–29.

508 Tolentino de Sousa Ganho, “A Instrução Militar Preparatória”, em *Revista de Educação Geral e Técnica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos)*, Série I, nº 1, janeiro 1911, Centro Typ. Colonial, Lisboa, 1911, pp. 30–31.

o antropólogo francês Sigismund Zaborowski-Moindron (1851–1928) que achava, depreciativamente, que “os Portugueses são de origem moura, berbere e egípcia.” Zaborowski tinha chegado a essa conclusão depois de ter analisado 36 fotografias que lhe mandara Mesquita de Figueiredo⁵⁰⁹!...

Mesmo os feitos meritórios dos nossos antepassados eram olhados com algum desprezo pelos estrangeiros. A origem da ciência náutica dos portugueses da época dos Descobrimentos foi atribuída durante muitas décadas aos germânicos, com base nos deficientes estudos de alguns historiadores alemães, como Alexander von Humboldt (1769–1859)⁵¹⁰ e seus discípulos. Foi necessária a intervenção de historiadores portugueses — como o 2º Visconde de Santarém⁵¹¹, Joaquim Bensaúde (1859–1952)⁵¹², Luciano Pereira da Silva (1864–1926)⁵¹³ e outros — para ficar demonstrado, de forma categórica, que a ciência náutica alemã era um mito⁵¹⁴. Eram comuns as afirmações sobre a reduzida capacidade intelectual dos portugueses, que alguns atribuíam a razões obscuras e outros à degenerescência da raça causada pela mistura com raças inferiores⁵¹⁵... Não sendo possível negar ter havido no passado portugueses valorosos, chegou a afirmar-se que “as glórias se tinham gerado

509 J. A. Pires de Lima, *Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa*, Extrato das Actas do Congresso Nacional de Ciências da População, Vol. II, Pôrto, 1940, p. 8.

510 Alexandre de Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent et des Progrès de l'Astronomie Nautique aux Quinzième et Seizième Siècle*, Librairie de Gide, Paris, 1814–1834.

511 2º Visconde de Santarém, *Memoria sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na Costa d'Africa Occidental*, Lisboa, 1841–1842.

512 Joaquim Bensaúde, *L'Astronomie Nautique au Portugal a l'Époque des Grandes Découvertes*, Akademische Buchhandlung von Max Drechsel, Berna, 1912; Joaquim Bensaúde, *Les Légendes Allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugaises. Réponse à M. Herman Wagner, 1.ª partie*, A. Kundig, Genebra, 1920; Joaquim Bensaúde, *Les Légendes Allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugaises, 2.ª partie*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927; Joaquim Bensaúde, *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes, 1.ª partie*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.

513 Luciano Pereira da Silva, “A Astronomia de ‘Os Lusíadas’”, em *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Vol. II a IV, 1913–1915; Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia de ‘Os Lusíadas’*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

514 Bensaúde demonstrou que os *Regimentos* portugueses eram completamente independentes das *Efemérides* de Regiomontano, a suposta fonte estrangeira da ciência náutica portuguesa; v. *Elogio do Eng. Joaquim Bensaúde*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1946.

515 Esta teoria eugénica, segundo a qual a mistura de raças causada pela imigração era um fator de degenerescência dos povos autóctones, teve alguns seguidores; v. Renato Kehl, “A Utopia da Felicidade Colectiva”, em *Anais da Faculdade de Ciências*, Vol. XVIII, nº 2, 1933, pp. 114–127.

do sangue godo e as misérias do celta e do semita!” Wolfmann — diz Ricardo Jorge em 1921 — “foi-se aos nossos grandes e enfileirou-os entre os germanos; Camões, como o Dante, veiu-nos em linha recta do além-Reno⁵¹⁶”. Numa época de apologia das ideologias racistas, o microbiologista americano Paul Henry de Kruif (1890–1971) escreveu no seu livro *Microbe Hunters* (1926) que lamentava o facto de Robert Koch (1843–1910)⁵¹⁷ ter que dar lições de microbiologia “a portugueses, que por muito que estudem, nunca saberão caçar micróbios^{518,519}”.

A imagem dos portugueses no estrangeiro era tão má que todos os europeus ficaram surpreendidos com os pergaminhos de grande nação, mostrados por Portugal na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1925), na Exposição Colonial Internacional de Antuérpia (1930)⁵²⁰ e na Exposição Colonial de Paris (1931). Nesta exposição foi exibido um planisfério luminoso — feito sob a orientação do Almirante Ernesto de Vasconcelos e de Carlos Maia, e executado na Sociedade de Geografia de Lisboa e à sua responsabilidade — com a indicação das principais descobertas marítimas portuguesas, tendo especialistas estrangeiros contestado a validade histórica de algumas asserções, o que obrigou

516 Ricardo Jorge, “A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro”, em *Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progreso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, p. 72. Numa época de apologismo da raça ariana, os germanófilos procuravam associar à raça alemã as grandes figuras da humanidade. Os opositores tentavam mostrar que nem sequer todos os grandes homens alemães eram de raça ariana; “Caracterização étnica de Goethe”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XV, 1932, 1932, p. 286. As origens e consequências do mito racista alemão podem ler-se em A. Pinto de Carvalho, “O mito racista”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, pp. 652–668.

517 Robert Koch foi o descobridor do bacilo da tuberculose e é considerado o fundador da moderna epidemiologia e pioneiro da luta contra as epidemias; v. Eugen Gildemeister, “Robert Koch (en el centenario de su nacimiento)”, em *Investigación y Progreso*, Ano XIV, n.º 11–12, novembro–dezembro, 1943, pp. 334–336. As formas de combate à tuberculose em Portugal desde meados do século XIX até à primeira guerra mundial podem ler-se em Ladislau Patrício, “O Panorama da Tuberculose em Portugal”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (2ª série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935, pp. 177–180.

518 Citação retirada de João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Semana do Ultramar, Sociedade de Geografia de Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1958, p. 70, e confirmada em Paul de Kruif, *Microbe Hunters*, Blue Ribon Books, Nova Iorque, 1926, p. 138.

519 Não deixam de ser significativos os comentários feitos em 1903 por Miguel Bombarda, atacando a opinião de médicos portugueses que ainda punham em causa a existência do bacilo de Kock: “Nas raças de animo positivo, onde a sciencia se realisa mais austeramente e a verdade mais tem impregnado os espiritos, pelo norte da Europa, não ha taes dissidentes. Mas aqui pelo sul, onde o sol mais aquece as imaginações, onde as fantasias do espirito com maior custo se domam ao poder da verdade, aqui aparece ainda um ou outro a acordar o que parecia dormir o somno eterno do esquecimento e a tentar corromper as conclusões logicas da sciencia com a podridão dos séculos”; v. Miguel Bombarda, “Cabeças falantes na sciencia” em *A Medicina Contemporânea*, Ano XXI, nº 45, Série II, tomo VI, 8 novembro 1903, p. 357.

520 “O Milagre de Antuérpia”, em *O Noticias Ilustrado*, Ano III, Série II, nº 110, 20 julho 1930, pp. 4–5.

Carlos Maia a rebater tais críticas⁵²¹. Como introdução a um artigo sobre o “novo Portugal” do escritor, poeta e crítico francês Henri Ghéon (1875–1944), a *Redação da Brotéria* escrevia entusiasmada, em 1932⁵²²:

Portugal ressurgue. Não é já aquela nação semi-europeia, semi-africana, de quem todo o mundo ria e a Europa em primeiro lugar. Vai-se afastando daquela terra maldita de que os viajantes fugiam. Desde que se fez representar na Exposição Ibero-Americana de Sevilha até à recente Exposição Colonial de Paris, o verbo “portugalizar”, no sentido deprimente em que era conjugado, perdeu a acepção pejorativa e adquiriu semântica nova.

Em 1934, transparece o mesmo entusiasmo nacionalista num outro artigo⁵²³ da *Brotéria*, a propósito da Exposição Colonial Portuguesa⁵²⁴ realizada no Porto⁵²⁵:

Nesta hora de reconstrução das tradições nacionais, quando se extremam tôdas as fôrças para a efectivação do IV Império de Portugal, veio flagrantemente na hora precisa e impunha-se a demonstração, mesmo repetida, dos factores de grandeza da nossa Soberania. É que o Povo, donde saíram os Apóstolos e os

521 Carlos Roma Machado de Faria e Maia, “O Planisfério luminoso da exposição de Paris de 1931 e as descobertas marítimas dos pilotos portugueses”, em *A Terra, Revista Portuguesa de Geofísica*, nº 14, maio 1934, dir. Raúl de Miranda, Coimbra, pp. 14–20.

522 “Portugal ressuscitado — Notável depoimento de Henri Ghéon”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIV, 1932, p. 51.

523 J. da Costa Lima, “A Lição do Império”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 170–181.

524 O processo que conduziu à realização desta exposição na cidade do Porto, inaugurada às 15 horas de um Sábado, a 16 de junho de 1934, pode ler-se em Armindo Monteiro, “Anotações à Margem da Exposição Colonial do Pôrto”, em *O Mundo Português, Revista de Cultura e Propaganda/de Arte e Literatura Coloniais*, Vol. I, nº 11, novembro 1934, Agência Nacional das Colónias e do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, pp. 353–361. Entre os seus responsáveis, executores e promotores encontram-se António de Oliveira Calem, presidente da comissão executiva, Henrique Galvão, diretor técnico, Mimoso Moreira, diretor adjunto, Eduardo Lopes, secretário geral, Ricardo Spratley, tesoureiro da comissão executiva, Henrique Mouton Osorio, chefe dos serviços técnicos e autor do projecto, Julio Garcez de Lencastre, agente geral das colónias, António F. Domingues de Freitas, animador, Raul de Sousa Ferreira, propagandista, Manuel Caetano de Oliveira, representante da sociedade anónima da exposição. Vários artigos, reportagens, impressões e comentários sobre esta exposição — da autoria de políticos e jornalistas, nacionais e estrangeiros — podem ler-se em *Boletim Geral das Colónias*, julho 1934, Número especial dedicado à 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Agência Geral das Colónias, Lisboa.

525 J. da Costa Lima, “A Lição do Império”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, p. 170.

heróis dos Descobrimentos e Conquistas devia rever os pergaminhos da nobreza que o caracteriza no concêrto das Nações e o fêz mestre de colonizadores, ainda antes dos povos modernos terem pensado em processos de colonização.

No diário portuense *O Primeiro de Janeiro* de 30 de junho de 1934, José Maria Alvarez, Presidente da Associação Industrial de Lisboa, comentava a propósito da mesma exposição⁵²⁶:

Pertenço ao número dos que consideram uma realidade a técnica e os progressos das nossas províncias ultramarinas, e a actividade e inteligência dos nossos compatriotas que lá empregam o seu esforço, o seu capital, a sua iniciativa, enfim, o seu sangue e o seu espirito. Da necessidade de se demonstrar bem tudo isto, nasceu a de levar á pratica a Exposição Colonial do Porto, á qual, periodicamente, outras, porventura, deverão suceder-se, pois tais certames trazem em si a confiança nos destinos da Patria, a certeza nos recursos da sua grei, a demonstração evidente de toda a grande vitalidade, sempre renovada e sempre nova de uma raça que deu ao mundo velho, novos mundos.

No mesmo ano, perante o sucesso da participação de Portugal na Exposição Internacional de Arte Colonial em Nápoles (1934), escrevia-se em *O Mundo Português*, uma revista de propaganda do regime do Estado Novo⁵²⁷:

Portugal, justamente respeitado, apreciado e acreditado agora, sob todos os aspectos, perante o Mundo, não descança no seu propósito de se dignificar cada vez mais, apresentando-se no estrangeiro em todo o seu real valor histórico, mostrando a sua actual prosperidade económica e financeira, a sua grandeza territorial ultramarina, a sua grande importância internacional.

526 José Maria Alvarez, “O Nosso Problema Colonial”, em *O Primeiro de Janeiro*, Ano 66º, nº 152, 30 junho 1934.

527 Augusto Cunha, “Portugal no Estrangeiro / Da Representação Portuguesa na Exposição Internacional de Arte Colonial em Nápoles”, em *O Mundo Português, Revista de Cultura e Propaganda/de Arte e Literatura Coloniais*, Vol. I, nº 11, novembro 1934, Agência Nacional das Colónias e do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, p. 379.

Apesar de toda esta promoção interna do valor nacional, a doutrina social nazi continuava a atribuir aos portugueses uma deficiente capacidade mental⁵²⁸. A eficaz propaganda germânica⁵²⁹ convenceu muitos europeus, americanos, e até portugueses, de que assim era. De acordo com José Antunes Serra⁵³⁰:

Nos livros oficiosos da Alemanha hitleriana nós, os portugueses, éramos descritos como negróides indignos de ter colónias, pois que a nossa própria metrópole precisava ser colonizada por raças superiores. Eram nesses livros apontados factos referentes a pretensa falta de coragem dos portugueses em guerra com os alemães, e a importação maciça de escravos⁵³¹ teria de tal maneira corrompido, pela bastardia com eles, o nosso «sangue», que as poucas capacidades que tínhamos mostrado durante os séculos dos descobrimentos — capacidades que, segundo tais racistas, seriam devidas a termos beneficiado de umas infusões antigas de «sangue nórdico» — se perderam por causa do «enegrecimento» do nosso sangue.

Numa comunicação feita por Eusébio Tamagnini (1880–1972), em 1937, na reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa, publicada como artigo na *Revista da Faculdade de Ciências* da Universidade de Coimbra⁵³² em 1944, o autor tentou contrariar a ideia

528 Numerosos portugueses como Raul da Costa Torres, professor do ensino secundário, compreendiam muito bem as razões da superioridade germânica: “A apregoada superioridade dos povos germânicos é uma superioridade de organização e não uma superioridade de raça...” V. Raul da Costa Torres, “Localização do Ensino Secundário numa Reforma Geral do Ensino”, em *III Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial*, Tip. da Oficina S. José, Braga, 1930, p. 35.

529 Esta atitude fundamentava-se em estudos antropológicos de cientistas alemães, entre os quais Egon Freiherr von Eickstedt (1892–1965), autor de um célebre mapa de raças da Europa, onde a sul do Tejo colocava uma mancha indicativa de elementos negróides. Curiosamente, durante a I Guerra Mundial, von Eickstedt, um homem introvertido e de difícil relacionamento social, casou com uma brasileira, Enjo da Costa Macedo, de ascendência portuguesa, bela e inteligente, com treino em economia bancária que muito o ajudou nas suas relações sociais.

530 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, *Artigo de Divulgação* Nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 89.

531 Sobre a influência dos escravos na composição da população portuguesa, consultar A.A. Mendes Corêa, “Escravos Africanos em Portugal e no Brasil”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXIII, n.º 3, 4, 1938, pp. 185–191, 239–254.

532 Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, “O Índice Nasal dos Portugueses”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XII, nº 2, 1944, Universidade de Coimbra, pp. 222–255.

dominante nos congressos internacionais de antropologia⁵³³ de que os portugueses estariam no grupo antropológico dos “negros” e dos “normais estúpidos” e que isso se deveria à “mestiçagem com negros introduzidos na metrópole no século XVII⁵³⁴”. Para tal, Eusébio Tamagnini realizou um estudo científico em que mostrou que o índice nasal⁵³⁵ dos portugueses correspondia ao de uma população “manifestamente leptomesorrina, como convém a representantes das raças brancas europeias, com uma percentagem de camerrinos [raça negra] manifestamente insignificante⁵³⁶”. Com este estudo, o professor de Antropologia que foi ministro da Instrução Pública pretendia demonstrar, de forma definitiva e cabal, que não havia qualquer fundamento científico que suportasse tal ideia racista, e, ao mesmo tempo, cumprir a obrigação patriótica de defender “os altos interesses morais e políticos da Nação Portuguesa⁵³⁷”. Apesar deste e outros esforços, as ideias xenófobas sobre os portugueses — cuja difusão se iniciara no último quartel do século XIX na Alemanha de Bismark — espalharam-se em Portugal através de “idealistas” e germanófilos, a tal ponto que muitos homens do Estado Novo resignaram-se à ideia de que os seus compatriotas eram inaptos para o trabalho cerebral⁵³⁸. É de referir, no

533 *Idem*, pp. 222–224.

534 Esta opinião existia também em Portugal. Hipólito Raposo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, afirmava em 1914, referindo-se aos escravos que na época dos Descobrimentos chegavam ao nosso país: “E esses rebanhos encarvoados, trazidos aos milhares, se não puderam dominar-nos pelas leis, transfundiram-se no sangue, gerando mestiços e deprimindo a energia moral da raça”; v. Hippolyto Raposo, *Sentido do Humanismo*, Typographia França Amado, Coimbra, 1914, p. 51. A mestiçagem realizada pelos portugueses no Brasil foi, porém, elogiada pelos simpatizantes do Estado Novo, como uma das louváveis características da nossa colonização; v. Osório de Oliveira, “A Mestiçagem, Esboço duma Opinião Favorável”, em *O Mundo Português, Revista de Cultura e Propaganda/de Arte e Literatura Coloniais*, Vol. I, nº 11, novembro 1934, Agência Nacional das Colónias e do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, pp. 367–369.

535 Este parâmetro é “a relação centesimal entre a largura máxima, medida entre os pontos mais afastados da superfície lateral externa das asas, e a altura nasal, isto é, a distância do nâson ao ponto sub-nasal”; v. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, “O Índice Nasal dos Portugueses”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XII, nº 2, 1944, Universidade de Coimbra, p. 225.

536 *Idem*, p. 231.

537 *Idem*, p. 224.

538 Diversas opiniões expressas no nosso país, durante a I Guerra Mundial, negavam que houvesse uma superioridade alemã nas artes e nas ciências. Numa conferência realizada em 1917 em Coimbra, o professor Costa Lobo afirmou e tentou mostrar que “a Alemanha não tem qualidades de generalização nem de génio inventivo, o seu espírito é sobretudo geométrico, e só capaz de objetivos restritos, [...] é um elemento perigoso para a harmonia mundial” e “não possui as qualidades científicas e artísticas que pretende possuir”; v. Costa Lobo, “Portugal na Guerra e na Paz”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 65, nº 1, janeiro 1918, pp. 13–16.

entanto, que sempre houve portugueses otimistas e de um nacionalismo apurado que afirmavam os nobres valores nacionais. Em 1937, embalado pelo prestígio que muitos compatriotas tinham atingido no estrangeiro, Luís de Pina afirmava⁵³⁹:

Hoje, como ôntem, êste Portugal cristão de Aquém e de Além-Mar está dando ao mundo inteiro novas lições de tôda a sorte, porque volta a ser Forte, a ser Sábio e a ser Honrado!

Nas últimas décadas do século XX, as ideias xenófobas começaram a ser menos propaladas por falta de credibilidade científica e inoportunidade política. Muitos começaram a duvidar que a suposta incompetência científica dos portugueses pudesse ter uma base genética, visto que o povo português nem sequer constituía um tipo genético bem definido. Os nossos genes são muito semelhantes aos dos povos mediterrânicos, alguns dos quais, como os italianos, se distinguiram nas ciências. Além disso, se aceitássemos o preconceito — ou a realidade⁵⁴⁰ — de que os judeus são especialmente dotados para a ciência⁵⁴¹, os portugueses não o seriam menos, porque muitos têm ascendência judaica.

Não são as características genéticas dos habitantes de um país, que, aliás, são difíceis de isolar, nem as de alguns dos seus indivíduos que poderão definir a capacidade científica de um povo, mas sim as condições sociais, culturais, económicas e até as médico-sanitárias. Estas últimas não foram sequer ponderadas nas análises passadas, pelo que se fizeram generalizações abusivas e se criaram falsos preconceitos raciais, que poderão ter prejudicado a normal evolução científica de algumas nações. A atribuição de “falsas” características genéticas aos portugueses poderá ter condicionado certas vias de desenvolvimento. Convencidos da nossa incapacidade para uma tarefa, nem sequer teríamos realizado o esforço de a iniciar...

539 Luiz de Pina, *Portugueses Mestres no Estrangeiro*, separata de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1937, p. 7.

540 De 1901 a 2013, 193 dos laureados com o Prémio Nobel têm origem judaica.

541 Ioan James, *Driven to Innovate: A Century of Jewish Mathematicians and Physicists*, Peter Lang, Oxford, 2009.

Ao longo da história, as ideias racistas e discriminatórias não atingiram apenas pessoas de diferentes nações mas também grupos sociais. Segundo opinião muito generalizada, havia nas diferentes “raças”, particularmente, nas inferiores, seres humanos menos dotados que os outros. Muitos preconceitos se abateram sobre as mulheres⁵⁴², as castas e as classes sociais mais baixas⁵⁴³. Nas tradições greco-romana, cristã e árabe, e em muitas outras tradições e culturas, a mulher era um ser humano de segunda categoria⁵⁴⁴. Nas culturas índias brasileiras, todo o trabalho duro era feito pela mulher sendo mesmo considerada “um animal de carga.” Os homens caçavam, pescavam, transportavam as armas e faziam a guerra⁵⁴⁵. Nos mitos da criação de várias culturas, a mulher é muitas vezes a origem do mal e do engano⁵⁴⁶. Uma lenda hindu — revela a revista *Cultura* — “diz que o Criador do Mundo quis dar forma à mulher, e, depois de profundos pensamentos, deitou-se ao trabalho. Tomou a redondeza da lua, o ondular da serpente, o enlaçar da trepadeira, o leve tremor da relva, a frágil elegância do bambú, o aveludado da flor, a alegria de um raio de sol, a doçura do mel, a inconstância do vento, a timidez da gazela, a vaidade do pavão, a macieza da penugem, a dureza do diamante, a crueldade do tigre, a frialdade da neve e o calor do fogo — mexeu tudo numa urna e, de lá, saiu aquilo a que chamamos *mulher*⁵⁴⁷”. Interrogado pelo imperador Adriano (76–138 d.C.) “que cousa era mulher”, o filósofo Secundo terá respondido que “mulher he o naufragio do varaõ, e tempestade da caza, o cativo da vida, leoa abraçando: animal malicioso, e mal

542 Um descrição resumida dos preconceitos sobre as mulheres e, em particular, dos geitos e feitos das mulheres portuguesas, ao longo da história, pode ler-se em Eduardo Schwalbach Lucci, *A Mulher Portuguesa*, Livraria Chardron, Porto, 1916. Ver também Teresa Bernardino, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777–1810)*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1986, pp. 112–114.

543 Esta discriminação poderá ter ocorrido pelo facto de estes grupos sociais terem estado geneticamente isolados (razão genética) ou de terem tido acesso a diferentes níveis de cultura (razão cultural).

544 Eunapio Deiró, “A mulher perante as religiões antigas e o christianismo”, em *Kósmos*, Ano I, nº 12, Dezembro 1904, Rio de Janeiro.

545 Domingos Sérgio de Carvalho, “Ethnographia Brasileira — Os indígenas Apicás”, em *Kósmos*, Ano III, nº 3, março 1906, Rio de Janeiro.

546 David Adams Leeming, *Creation Myths of the World, An Encyclopedia*, 2ª ed. Greenwood Publishing Group, ABC-CLIO, LLC, Santa Barbara, California, 2010, pp. 360–361.

547 “Como nasceu a mulher”, em *Cultura: Educação Popular, revista portuguesa de educação popular*, Ano II, nº 9, maio/junho 1957, p. 11.

necessário⁵⁴⁸”. Na Bíblia, a mulher foi criada para fazer companhia ao homem; induziu-o ao pecado de desobediência comendo da maçã proibida e Deus castigou-a: “aumentarei os sofrimentos da tua gravidez, os teus filhos hão-de nascer entre dores. Procurarás com paixão a quem serás sujeita, o teu marido⁵⁴⁹”. S. Paulo, Sto. Ambrósio, S. Crisóstomo, S. Tomé destacaram a inferioridade da mulher⁵⁵⁰ e muitos autores moralistas cristãos alertaram para os perigos que os homens corriam por causa das mulheres⁵⁵¹.

Em Portugal, pelo menos até ao fim do século XVIII, a mulher era considerada pouco inteligente, um perigo irresistível para a moralidade masculina e um mal necessário para a sociedade⁵⁵². Embora reconhecendo que a “mulher não é destituída de aptidão para as ciências” e que “a prática das ciências é que lhe é pouco comum”, Francisco Xavier de Oliveira (1702–1783), mais conhecido como Cavaleiro de Oliveira, autor de várias obras entre as quais *Amusement Périodique* (1751), traduzida para português como *Recreação Periodica*⁵⁵³, acreditava que “raramente o entendimento delas é dotado de todas as disposições necessárias a tentar com êxito o estudo das ciências abstratas. Examinar e profundar os mistérios da natureza e decompor-lhes os elementos, mergulhar no abismo dos tempos e sujar os dedos na poeira dos séculos, não é compatível com a sua índole, nem susceptível das suas forças⁵⁵⁴”. No período romântico do século XIX, a mulher continuava a ser genericamente identificada como “a expressão máxima, completa dominadora, atraente, da

548 Manoel Bernardes, *Nova Floresta*, segundo tomo, Regia Officina Sylviana, Lisboa, 1759, p. 61.

549 *Bíblia Sagrada*, Edições Verbo, Lisboa, 1982, p. 14 (Génesis, Cap.3, Ver. 16).

550 Maria Antonieta Garcia, “Nove Luas — linguagens Bíblicas e Outras Notas para reflectir”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 16, novembro 2003, Castelo Branco, p. 60.

551 Custodio Jesam Baratta [João Bautista de Castro], *Recreaçam Proveytosa*, 1ª Parte, Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa Occidental, 1728, pp. 215, 240–243.

552 Marie-Helene Piwnik, *O Anónimo, journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, pp. 106–107.

553 Cavaleiro de Oliveira, *Recreação Periodica*, 2 Vols., trad. e pref. Aquilino Ribeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1922.

554 Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1982, pp. 135, 138.

suprema deusa” de que os homens eram “fervorosos sacerdotes⁵⁵⁵”. Por todas estas razões, era tradicionalmente vedada às mulheres toda a oportunidade de desenvolvimento intelectual sendo, por isso, a erudição feminina uma coisa relativamente rara. Em 1860, uma mulher inglesa solicitou a matrícula em várias Faculdades de Medicina por toda a Inglaterra, tendo recebido a recusa de todas elas. Fez o mesmo pedido à Sociedade dos Farmacêuticos que a aceitou na condição de nunca assistir aos cursos públicos e de se fazer instruir separadamente por professores aprovados pela Sociedade⁵⁵⁶. Só em 1869, um grupo de seis mulheres conseguiu matricular-se na Faculdade de Medicina de Edimburgo, depois de terem garantido que pagariam todas as despesas especiais com a sua educação que tinha que ser separada da dos homens⁵⁵⁷. Noutros países, a situação era melhor, mas não muito diferente. Em 1867, a Universidade de Zurique conferia o grau de doutor em Medicina a 13 mulheres: seis russas, três inglesas, uma americana, uma suíça e duas alemãs⁵⁵⁸.

Ao longo da história humana houve muitas mulheres⁵⁵⁹ cuja competência científica ficou universalmente reconhecida: Hipatia (c.350/370–415) (Fig. 15), matemática; Trotula de Salerno (século XI), médica; a duquesa de Ferrara Renée de France (1510–1575), astrónoma; Sophia Brahe (1556–1643), astrónoma irmã de Tycho Brahe; Maria Cunitz (1610–1664) astrónoma; Elizabeth Margarethe, a segunda mulher de Hevelius, astrónoma; Madame de la Sablière (1636–1694), astrónoma; Maria Clara Eimmart (1676–1707), astrónoma; Maria Margarethe Kirch (1670–1720), astrónoma; Madame du Chatelet (1706–1749) (Fig. 16), matemática, astrónoma e física;

555 Eduardo de Noronha, *O Conde de Farrobo: Memórias da sua Vida e do seu Tempo*, Edição Romano Torres, Lisboa, 1945, pp. 11, 17.

556 “Réforme universitaires — Les femmes médecins en Angleterre”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 33, 12 fevereiro 1876, p. 160.

557 *Idem, Ibidem*.

558 “Chronique scientifique”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 46, 13 maio 1876, p. 480.

559 No século XVIII foi publicada em Portugal uma obra onde se fala de muitas mulheres que se dedicaram à ciência e às artes liberais; v. Damiaõ de Froes Perym, *Theatro Heroico, Abecedario Historico, e Catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Açoens heroicas, e Artes liberaes*, tomo I e II, Lisboa Occidental, 1736-1740.



Fig. 15 Hipatia (Jules Maurice Gaspard, 1908).



Fig. 16 Emilie du Chatelet
(gravura de Rémi Henri Joseph Devaux com base em pintura de Marianne Loir).

Maria Agnesi (1718–1799), matemática e filósofa; Hortense Lepaute (1723–1788), astrónoma; Marie Jeanne de Lalande (1768–1832), astrónoma e matemática; Sophie Germain (1776–1831), filósofa, física e matemática; Mary Somerville (1780–1872), astrónoma e física⁵⁶⁰; Maria Mitchell (1818–1889), astrónoma; Sofia Kovalevskaya (1850–1891), matemática. Outros nomes se podem juntar a estes, desde os tempos lendários: a matemática Aglaonice (século II/I a.C.); Cleópatra a alquimista (século I); a filósofa e alquimista Maria, a judia (ativa c. 273 a.C.); Santa Catarina de Alexandria (c. 282–c. 305), filósofa e mártir, de existência duvidosa; Lilavati (século XII), matemática filha do matemático indiano Bhaskara (114–185). Passando para a Alta Idade Média, temos a abadessa Herrade de Landsberg (1125/30–1195), que escreveu no século XII um compêndio de todas as ciências do seu tempo, *Hortus deliciarum*, publicamente queimado, em Estrasburgo, no ano de 1870; Sta. Hildegarda (1098–1179), sua contemporânea, que resumiu as ciências do seu tempo no livro *De Physica*; Thiphaine Ragueneil (c. 1335–1373), mulher de Bertrand du Guesclin (c.1320–1380), conhecedora dos assuntos astronómicos; e, já na Renascença, Olivia Sabuco (1562– c.1622), autora espanhola de um livro de medicina *Nueva Filosofia de la Naturaleza del Hombre* (1587). Mais tarde sobressaíram os nomes de Marie Claire Eimart–Muller, mulher de Regiomontano e sua auxiliar nas observações astronómicas; Marie Crous, matemática do século XVII, que divulgou por toda a parte o sistema decimal; Joanna Dumée, que defendeu e deu lições sobre o sistema de Copérnico no século XVII; Maria Cunitz (1610–1664), astrónoma que calculou tábuas astronómicas as quais publicou no livro *Urania propitia* (1650); Maria Angela Ardinghelli (1730–1825), física e matemática, que publicou traduções das obras de Stephen Hales; Marie-Louise-Angélique Lemire que estudou a quadratura do círculo; Maria Sibylla Merian (1647–1717), entomologista, que viajou para as Guianas e publicou um importante livro sobre insetos *Metamorphosis insectorum Surinamensium* (1705); Maria Mitchell (1818–1889) e Madame Yvon Villarceau, astrónomas. Várias mulheres inglesas se distinguiram na

560 James Secord, “Mary Somerville’s vision of science”, em *Physics Today*, Vol. 71, nº 1, janeiro 2018, pp. 47–52.

Química, desde o século XVI até meados do século XIX⁵⁶¹. No século XIX, brilharam ainda as senhoras Bignon, Liouba Bortniker, Huggins, Clerke, Lagerdorf, Franklin, Leblois, Renooz, Bomer, Clémence, Royer, Prime, etc. É de referir que, nestas épocas, as sociedades científicas eram exclusivamente constituídas por homens. Em 1890, foi fundada uma sociedade astronómica em Londres, a British Astronomical Society, que abria finalmente as suas portas às mulheres.

Vemos que ao longo dos séculos houve casos, embora isolados, de mulheres que mostraram uma certa independência, contrariando a tradição instalada de submissão completa da mulher ao homem e à sociedade. No entanto, o início do movimento de emancipação feminina pode localizar-se no despontar no século XVIII, em França, mas esteve envolvido em controvérsias, contradições e escândalos. Uma das protagonistas desse movimento foi a já referida Madame du Chatelet, também conhecida por *Madame Newton*⁵⁶².

Em Portugal, é sempre apresentado como exemplo de uma mulher culta a infanta D. Maria⁵⁶³ — filha de D. Manuel e por quem Camões se terá apaixonado⁵⁶⁴ — que, no século XVI, juntou à sua volta, numa espécie de academia feminina, um grupo de mulheres⁵⁶⁵ com interesses literários, que se intitulavam *latinas*⁵⁶⁶:

561 Marelene Rayner-Canham, Geoff Rayner-Canham, “British Women and Chemistry from the 16th to the mid-19th century”, em *Bulletin for the History of Chemistry*, Vol. 34, n.º 2, 2009, pp. 117–123.

562 G. T., “Les femmes dans la science”, em *Nouvelles Scientifiques*, Supplément à *La Nature* de 5 maio 1894 (n.º 1092), p. 89; G. T., “Les femmes dans la science”, em *Nouvelles Scientifiques*, Supplément à *La Nature* de 19 maio 1894 (n.º 1094), p. 97; A. Rebière, *Les femmes dans la science*, 2^a ed., Librairie Nony & C.ie, Paris, 1897; Ira O. Wade, *Voltaire and Madame du Chatelet*, Princeton University Press, Princeton — Humphrey Milford, London — Oxford University Press, 1941; Gérard Le Cot, Anne Eggimann-Besançon, “Emblématique et émancipation féminine au XVIII^e siècle : Le portrait de Madame du Chatelet par Marie-Anne Loir”, em *Colóquio artes*, n.º 68, 2^a Série, 28^o Ano, março 1986, pp. 30–39; Luís Miguel Bernardo, *Histórias da Luz e das Cores*, Vol. 1, Editora da Universidade do Porto, Porto, 2005, pp. 464–469; Lisa Yount, *A to Z of Women in Science and Math*, Facts on File, Inc., Nova Iorque, 2008.

563 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3^o, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, pp. 152–156.

564 Esta hipótese foi proposta pelo camoneanista José Maria Rodrigues, professor da Universidade de Lisboa, em *Camões e a Infanta D. Maria* (1910).

565 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3^o, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, pp. 156–157, 165–166.

566 Ramalho Ortigão, *A Renascença e os Lusíadas*, Prefácio dos *Lusíadas*, Ed. do III Centenário da morte de Camões, Lisboa, 1880. Sobre a vida e a atividade intelectual da infanta D. Maria e das suas damas, v. Carolina Michaelis de Vasconcelos, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521–1577) e as suas Damas*, ed. fac-similada, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.

Públia Hortensia de Castro, que, vestida de homem, frequentara as escolas e defendera teses em Coimbra; Leonor de Noronha, filha de D. Fernando de Noronha, segundo Marquês de Vila Real, a qual publicou vários livros originais e versões do latim; Joana Vaz, filha do licenciado João Vaz, muito versada nas línguas latina, grega e hebraica; as duas irmãs Luiza Sigeia e Ângela Sigeia, ambas eruditíssimas ... Paula Vicente, a meiga e a doce filha de Gil Vicente.

No século XVI, notabilizou-se Isabel de Castro e Andrada (c.1530/5–c.1590/5), filha de Álvaro Peres de Andrada e de Guiomar Henriques, que “foy de singular formosura, e de tantas virtudes, que se contaõ della muitas maravilhas [...]. Defendeu Dona Isabel de Castro na Igreja do Convento de Varatojo Conclusoens de Filosofia, Theologia, e letras humanas [...]”⁵⁶⁷, conhecendo-se alguns dos seus poemas. Neste mesmo século ganhou fama de erudita a virtuosa Soror Maria de Jesus (?–1603) que “soube com formalidade Filosofia, Theologia especulativa, Mathematica, Arithmetica, e Musica”⁵⁶⁸ e D. Catarina (1540–1614), Infanta de Portugal, que “tinha muito estudo da lingoa Latina, e Grega, e da Astronomia, e Mathematica”⁵⁶⁹. Posteriormente, outras mulheres portuguesas distinguiram-se igualmente pelos seus conhecimentos e pela sua cultura, como foi o caso de Ignacia Xavier (?–1647) que estudou Filosofia, Matemática e Medicina⁵⁷⁰; de Agostinha Barbosa da Silva (?–1674), que usou o pseudónimo de Pedro Alvernoz e escreveu sobre História, Arquitetura e Aritmética⁵⁷¹ ou de Umbelina Joana Mendes de Tavora (1647–1677) que, aos 15 anos, falava as línguas latina, francesa e italiana, defendeu “concluzoens de Filosofia, com louvor e aplauso” e estudou “Theologia, Mathematica, Astrologia, Astronomia, Musica, e

567 Damiaõ de Froes Perym, *Theatro Heroico*, Vol. I, Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, Lisboa Occidental, 1736, pp. 491–492.

568 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 2º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, pp. 148–149.

569 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, p. 338.

570 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 2º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, p. 220.

571 *Idem*, p. 157.

Arquitectura⁵⁷²). Houve ainda uma Joanna, natural da vila de Guimarães, filha de Pedro Machado e Dionizia de Macedo que casou com o tenente-coronel de cavalaria Antonio Mendes de Brito e que, para além da língua materna Portuguesa, que falava com perfeição, “falava com elegancia a Latina, Italiana, Grega, e Chinica, que aprendeo em seis mezes de hum mancebo de Pekim. Estudou Filosofia, Theologia e Mathematica, Astrologia, Musica, e Arismetica, adquirindo grande erudição, e sabedoria nas letras divinas, e humanas⁵⁷³”. No século XVII, distinguiu-se ainda em Portugal a ilustre portuense D. Bernarda Ferreira de Lacerda (1595–1644). Além de “discreta e formosa”, tinha um grande talento para as artes e ciências, tendo estudado filosofia e matemática e “praticado com perfeição, graça e destreza, os preceitos da música.” Teve um lugar entre as musas, tendo publicado vários poemas entre os quais *España Libertada* (1618), revelou-se muito perita nas ciências sagradas e dominava o latim, o italiano e o espanhol. Quando veio a Portugal, Filipe 3º nomeou-a mestra de seus filhos, os infantes D. Carlos e D. Fernando, cargo a que ela “humilde e respeitosa se escusou⁵⁷⁴”. Muito se distinguiu a famosa D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre (1750–1839)⁵⁷⁵, mais conhecida como Marquesa de Alorna, uma mulher notável de rara cultura e erudição⁵⁷⁶. Em 1849, publicava-se o semanário *A Assembleia Literária: Jornal de Instrução*, a primeira publicação periódica que teve como proprietária-redatora principal uma mulher, D. Antónia Gertrudes Pusich⁵⁷⁷. Num outro semanário, *A Semana: Jornal literário e Instrutivo* (1850–1852), cujo proprietário era Jorge Augusto de Sousa, tentava-se contrariar a

572 *Idem*, p. 467.

573 Damiaão de Froes Perym, *Theatro Heroico*, tomo I, Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, Lisboa Occidental, 1736, p. 536; “Portuguezas celebres”, em *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, nº 19, 2ª Série, Vol. 2º, 9º Ano da sua publicação, Lisboa, 1845, p. 215.

574 “Biographia. D. Bernarda Ferreira de Lacerda”, em *O Panorama*, 2ª Série, Vol. 3º, 1844, Lisboa, p. 342.

575 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Scenas do Século XVIII em Portugal: A Marquesa de Alorna*, Portugal — Brasil Limitada, Sociedade Editora, Lisboa, Companhia Editora Americana, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, s/d.; Hernani Cidade, *A Marquesa de Alorna — Sua Vida e Obras, Reprodução de Algumas Cartas Inéditas*, Companhia Portuguesa Editora, Lda., Porto, 1930.

576 A. Herculano, “D. Leonor d’Almeida. Marquiza d’Alorna”, em *O Panorama*, 2ª Série, Vol. 3º, 1844, Lisboa, pp. 403–404.

577 José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2013, p. 691.

“afirmação de que o povo português não tinha inclinação para a leitura e que “as damas portuguesas são pouco afeiçoadas à instrução”, e declarava-se⁵⁷⁸:

É notório que hoje em dia muitas senhoras, a quem não faltam os dotes naturais nem as prendas, cultivam cuidadosamente a inteligência, revelando muito talento e dando aos livros as horas que dantes eram todas do espelho e das modas. Já se vai enfim acreditando que a verdadeira formosura e elegância não consistem só no enfeitar o corpo, mas também em ornar o espírito.

Apesar destas declarações, a ideia da incapacidade ou inadaptação das mulheres para a ciência continuava a ser bastante comum no século XIX⁵⁷⁹. António Ayres de Gouveia (1828–1916), lente de direito da Universidade de Coimbra, pensava que as mulheres tinham pouca aptidão para a atividade intelectual, uma situação agravada pela pouca educação que recebiam. Até no que respeita à criminalidade, as mulheres estariam condicionadas por fatores fisiológicos, como a menstruação, sendo por isso merecedoras de alguma desresponsabilização e desculpa para os crimes que cometiam⁵⁸⁰. Eduardo José Coelho (1835–1913) — advogado, magistrado e político que viria a ser ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, por duas vezes, em 1889–90 e 1904–05 — escrevia em 1860 n’*O Académico* o seguinte⁵⁸¹:

É o campo da sciencia tão aspero, e cheio de espinhos; é o aspecto da doutrina tão severo que não sabemos como harmonisal-o com a natureza da mulher onde tudo é brandura, graças, sorrisos. [...] Há entre o amor e a sciencia, e consequentemente entre a mulher e a sciencia uma antipathia, um como

578 *Idem*, pp. 692–693.

579 Cândido dos Santos, *Para a História da Universidade do Porto*, UP Editora, Universidade do Porto, Porto, 2007, pp. 201–211.

580 Alexandra Esteves, “Como as serpentes, formosas, mas venenosas, insinuantes, mas traiçoeiras: as mulheres e a violência no Alto Minho entre finais de oitocentos e o dealbar do século XX”, em *Estudos Humanísticos. História*, nº 9, 2010, p. 150.

581 Eduardo J. Coelho, “A Mulher e a Sciencia”, em *O Académico, Publicação Científica e Litteraria*, nº 1, março 1860, Coimbra, pp. 30–32.

divorcio natural. [...] Quando pois tenham aparecido no mundo scientifico mulheres notaveis — a escassez do numero — bem prova que a natureza as creou para outro fim: — para o amor, cremos nós, que fôsse, e parece-nos que a mulher conquistada pela sciencia, é perdida para o amor.

Os estudos superiores estavam vedados às mulheres em muitos países, mas houve algumas notáveis exceções. Em 1366, Novella Lignani ensinou na Universidade de Bolonha e duas mulheres célebres, Madalena Bonsignori e Bettizzia Gozzani, aí receberam o grau de doutor em 1380. Dorotea Bocchi (1360–1436), filha do mestre João Bocchi, foi tão douta em Medicina como seu pai; lecionou esta cadeira na Universidade de Bolonha; foi também versada em artes e ciências tanto quanto em história antiga e moderna⁵⁸². A já referida Públia Hortênsia de Castro (1548–1595), filha de D. Tomé de Castro, terá obtido graus académicos em Salamanca e frequentado a Universidade de Coimbra na companhia do irmão⁵⁸³. Com apenas 23 anos, disponibilizou-se para uma disputa de Direito e Teologia com a delegação de sábios que, em 1571, acompanharam Miguel Bonello, o sobrinho do papa Pio V que veio a Portugal visitar D. Sebastião. Diz-se que essa disputa não teve lugar por falta de tempo da comitiva de Bonello⁵⁸⁴, mas a fama da erudição de Públia Hortênsia cresceu. Helena Lucrécia Cornara Piscopia (1646–1684) foi uma menina superdotada que aprendeu as línguas latina, grega, castelhana e franceza enquanto era criança, tendo-se dedicado depois à Filosofia, Matemática e Teologia. Contra todos os hábitos e costumes, conseguiu obter o seu doutoramento na Universidade de Pádua, quando já era académica na Academia dos Infecundi em Roma e na Academia dos Intronati (poesia) de Sena, entre outras⁵⁸⁵. Soror Joana Inês da Cruz (1651–1695)⁵⁸⁶ tentou disfarçar-se de rapaz para poder estudar na Universidade da Cidade do México. Com cinco anos já sabia ler, escrever, contar, e

582 Damião de Froes Perym, *Theatro Heroico*, Vol. I, Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, Lisboa Occidental, 1736, p. 327.

583 *Idem*, pp. 428–429.

584 Ferdinand Denis, “Un Voyage en Portugal au seizième siècle”, em *Magasin Pittoresque*, Ano 53, Série II, tomo 3º, 1885, p. 64.

585 Damião de Froes Perym, *Theatro Heroico*, Vol. I, Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, Lisboa Occidental, 1736, pp. 422–426.

586 *Idem*, pp. 447–457.

fazer os trabalhos manuais próprios das mulheres do seu tempo. Diz-se que, com apenas dezassete anos, se distinguiu num debate, organizado pelo Vice-Rei do México Marquês de Mancera, com 40 lentes e mestres da Universidade, onde se contavam teólogos, filósofos, matemáticos, historiadores, poetas e humanistas. A todos os argumentos, respondeu Joana Inês com “promptidaõ, como se fora graduada em cada huma das sciencias” discutidas, causando em todos uma grande admiração⁵⁸⁷. Na Universidade de Bolonha, Laura Bassi (1711–1778)⁵⁸⁸ foi professora de física experimental em 1733, Madonna Manzolina, leitora de anatomia, Clotilda Tamborini, professora adjunta de grego em 1794, e Gaetana Agnesi (1718–1799) professora de matemática⁵⁸⁹. Nos séculos XVII e XVIII e no princípio do século XIX distinguiram-se na Astronomia várias mulheres: Elizabeth Hevelius, Mme. de la Sablière (1636–1694), Maria Clara Eimmart (1676–1707), Mme. Lepaute (1723–1788), Caroline Herschel, Mary Somerville e Maria Mitchell, entre outras⁵⁹⁰. Em 1827 foi concedido a Marie-Anne Gillain Boivin (1773–1841) o grau honorífico de doutor em Medicina pela Universidade de Marburg, como reconhecimento pelo seu trabalho em obstetrícia. Foi médica muito respeitada mas nunca recebeu qualquer grau da Universidade de Paris nem foi admitida na Academia de Medicina. Foi inspetora chefe do Hospital da Maternidade e da Maison Royal de Santé de Paris e publicou numerosos artigos⁵⁹¹. Em 1875, a admissão de uma mulher, Madame Brès, para doutoramento na Universidade de Paris foi noticiado como facto

587 *Idem*, p. 450.

588 Monica Frize, *Laura Bassi and Science in 18th Century Europe*, Springer, 2013.

589 “Philosophia-Educação das Universidades da Alemanha e do Ensino Universitario da Europa, (British Scientific Repository)”, em *Revista Litteraria*, tomo 8º, 6º Ano, Porto, 1842, p. 252; “Des Universités de L’Allemagne et de L’Enseignement Universitaire en France”, em *Revue Britannique*, setembro 1840, pp. 25–26; “Les Maitres Italiens: Bologne et L’École Bolonaise, I. La Ville”, em *Revue Trimestrielle*, Eugène van Bommel (dir.), 2ª Série, Vol. 11, julho 1866, Bruxelas, pp. 166–167.

590 P.V. Rizzo, “Early Daughters of Urania”, em *Sky and Telescope*, Vol. XIV, nº 1, novembro 1954, pp. 7-9.

591 *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*, Vol. 34, 1830, p. 380; “Chronique — Femmes médecins”, em *La Nature*, 33º Ano, 2º Sem., nº 1678, 22 julho 1905, pp. 126–127; June K. Burton, *Napoleon and the Women Question — Discourses of the Other Sex in French Education, Medicine, and Medical Law 1799-1815*, Texas Tech University Press, 2007, pp. 104–106.

excepcional⁵⁹². O doutoramento em Medicina de Caroline Schultz, na mesma universidade, em 1888, foi notícia de primeira página em *Le Voleur Illustré*⁵⁹³. Esta senhora, nascida em Varsóvia, em 1865, tinha sido impedida pela lei russa de fazer estudos médicos na Escola de Medicina, pelo que se dirigiu a Paris. O professor Charcot que presidiu ao júri terá dito as seguintes palavras: “A menina é bela, jovem, instruída e tem tudo para si. Embora não partilhando todas as ideias que advogou, faço justiça ao talento com que as defendeu.” Caroline Schultz foi aprovada com a classificação máxima “extrêmement satisfait⁵⁹⁴”. Em 1884, o Grant Medical College de Bombaim abria pela primeira vez os seus cursos de medicina a mulheres. Inscreveram-se quatro (A. Treasurywalla, Motibai R. Kapadia, D. Master, R. Malabarwala) que, segundo se afirmou, receberam da parte dos outros estudantes um acolhimento muito respeitoso⁵⁹⁵. No início da década de 1890, as universidades da Rússia, EUA, Inglaterra e Suíça aceitavam mulheres nos seus cursos de medicina. A Suíça era o país mais procurado pelas que desejavam ter um curso superior e, particularmente, ser médicas. Dos 2937 estudantes inscritos, no 2º semestre de 1892, nos cursos superiores na Suíça, 402 eram mulheres e a grande maioria delas eram estrangeiras, sendo suíças apenas 25⁵⁹⁶. Na Rússia, o primeiro país a conceder iguais direitos a homens e mulheres no respeitante ao ensino superior, abriu em São Petersburgo um Instituto de Medicina para mulheres em 1897. No primeiro ano, o número de concorrentes chegou a 500; foram admitidas 190, sendo três judias e duas muçulmanas⁵⁹⁷. A primeira mulher a obter um doutoramento em ciências

592 “Réforme universitaires — Les femmes médecins en Angleterre”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 33, 12 fevereiro 1876, p. 160.

593 “Mademoiselle Schultz”, em *Le Voleur Illustré, Revue pour Tous*, nº 1643, 27 dezembro 1888, pp. 817–818.

594 *Idem*, p. 818.

595 “Miss Freany Cama, M. D.”, em *Revue Encyclopédique*, 6º Ano, nº 160, 26 setembro 1896, p. 668.

596 Henry de Stoeklin, “Les femmes médecins dans les universités suisses”, em *Magasin Pittoresque*, Ano 61, Série II, tomo 11º, 1893, pp. 234–236.

597 “Médecine — L’Institut de médecine de Saint-Petersbourg”, em *Revue Encyclopédique Larousse*, 8º Ano, nº 231, 5 fevereiro 1898, p. 137.

matemáticas foi Dorothea Klumpke, em 1893, na Faculdade de Ciências de Paris, depois de ter trabalhado no Observatório desta cidade como observadora. Era filha de Déjerine-Klumpke, doutora em Medicina⁵⁹⁸. Em 1906, apenas sete universidades alemãs admitiam alunas nos seus cursos: Friburgo, Heidelberg, Tubingen, Munique, Wurtzbourg, Erlangen e Leipzig. No primeiro semestre desse ano, havia 254 alunas inscritas nestas universidades; 116 nos cursos de medicina e 4 na prática dentária^{599,600}.

É interessante referir que, a partir de certa época, as mulheres começaram a ter um relevante papel na área das invenções técnicas. Em 1809, Mary Dixon Kies (1752–1837) patenteou nos EUA um processo de tecelagem da palha com seda ou fio. Depois da guerra da Secessão (1861–1865) surgiu um número considerável de inventoras americanas. Na Exposição de Atlanta de 1895, foram apresentados 160 modelos de invenções femininas, sendo a maior parte delas ligada à indústria⁶⁰¹.

A primeira médica portuguesa, Elisa Augusta da Conceição Andrade, concluiu o seu curso em Lisboa no ano de 1889⁶⁰². Na Escola Politécnica de Lisboa, matricularam-se mulheres só a partir de 1880 e, na Academia Politécnica do Porto, a partir de 1884. Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, a primeira aluna na Universidade de Coimbra, matriculou-se no ano letivo de 1891–92 na Faculdade de Matemática. Concluiu a sua formatura em Matemática em 1894 e em Filosofia no ano seguinte. Matriculou-se de novo em 1899–1900 para se formar em Medicina em 1904⁶⁰³. Até 1896, foi a única aluna da Universidade. Até à proclamação da República

598 “Chronique — Mlle Klumpke docteur ès sciences mathématiques”, em *La Nature*, 22º Ano, nº 1075, 25 dezembro 1893, p. 62.

599 “Informations — Les femmes dans les Universités allemandes”, em *Supplement de La Nature*, 35º Ano, 1º Sem., nº 1767, 6 abril 1907, p. 146.

600 Não quer dizer que antes de começarem a ter acesso aos estudos médicos, as mulheres não tenham exercido atividades médicas; v. Mélanie Lipinska, *Histoire des Femmes médecins — depuis l’antiquité jusqu’à nos jours*, Librairie G. Jacques & C.^{ie}, Paris, 1900.

601 “Femmes inventeurs”, em *Revue Encyclopédique Larousse*, 10º Ano, nº 349, 12 maio 1900, p. 360.

602 Neste ano, havia 450 médicas em Nova Iorque e um número ainda mais considerável no restante território norte-americano; v. “Les femmes médecins”, em *Le Cosmos*, 38º Ano, tomo XIII, nº 224, 11 maio 1889, Nova Série, Paris, p. 142.

603 A. J. Soares, “A Primeira Senhora Estudante da Universidade de Coimbra: Domitilla de Carvalho”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 44, 30 setembro 1960, pp. 289–291.

frequentaram a Universidade em Portugal apenas 23 alunas^{604,605}. Para a destruição de preconceitos e de “verdades científicas” resultantes da má interpretação de dados frenológicos, que punham em causa a capacidade intelectual feminina, muito contribuiu o trabalho fora de casa que as mulheres cidadinas começaram a realizar⁶⁰⁶. Este fenómeno, resultante da industrialização de Portugal na segunda metade do século XIX, facilitou a emancipação das mulheres, com todos os seus inerentes direitos, incluindo a educação⁶⁰⁷. Porém, no final da década de 1920, numa época em que os movimentos feministas lutavam já pela igualdade política e educativa⁶⁰⁸, ainda se faziam afirmações como esta⁶⁰⁹:

A mulher não percebe nada desses assuntos [de mecânica elementar], porque excedem as suas possibilidades. As maravilhas da ciência estão num plano, que lhe é tão inacessível como o mundo das gaivotas o é a um peixe dos abismos marinhos.

Na Universidade de Lisboa o número de mulheres inscritas não ultrapassava 6% em 1915, mas em 1920 atingia já os 28% e em 1960 o excepcional valor de 42%. No entanto, havia neste ano apenas uma professora catedrática e duas professoras extraordinárias⁶¹⁰. O físico italiano Sergio De Benedetti (1912–1994), que esteve em Coimbra em 1940, reparou que havia poucas mulheres a frequentar a Universidade. As poucas eram vistas pelos colegas masculinos com uma certa

604 Cândido dos Santos, *Para a História da Universidade do Porto*, UP Editora, Universidade do Porto, Porto, 2007, pp. 61–62, 71–72; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 265; Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880–1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, pp. 76–85.

605 Depois da criação das Universidades de Lisboa e Porto, o número de mulheres inscritas nas universidades portuguesas foi crescendo continuamente. Atualmente o seu número é superior ao dos homens.

606 António do Amaral Pyrrait, “O trabalho das mulheres em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 56–63.

607 Maria da Glória Paiva, “Educação da Mulher”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 51º, 1904, pp. 87–89.

608 Elina Guimarães, “O Congresso Feminista”, em *Scara Nova*, Ano VII, nº 126, 9 agosto 1928, pp. 109–110.

609 “As mulheres não podem pretender ser inventoras, por Paulo Karlson”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVIII, 1939, p. 697.

610 O Secretário da Universidade [António Castelino e Alvim], “Breves Notas sobre a Frequência Feminina na Universidade de Lisboa”, em *Boletim Trimestral da Universidade de Lisboa*, 2º Trimestre 1961, Universidade de Lisboa, 1961, pp. 3–7.

desconfiança, como se tivessem perdido a sua reputação. Pensava-se que a mulher devia manter-se ignorante e ficar em casa. E a mulher da classe burguesa aderiu naturalmente a este código moral, imposto pela tradição e pela Igreja. Por outro lado, “para escapar ao tédio doméstico, os homens iam a casa apenas para comer e dormir.” À noite iam ao café, para, numa mesa de amigos, encontrarem um pouco mais de conversa e companheirismo que as esposas não sabiam dar-lhes⁶¹¹. Atualmente, a situação é bem diferente. A frequência do ensino superior pelas mulheres ultrapassou a dos homens em muitas áreas do saber e na investigação científica o equilíbrio de géneros está igualmente a tornar-se uma realidade em alguns países, embora noutros continue a haver um grande desequilíbrio⁶¹².

Até ao século XX, os limites à educação não atingiam apenas as mulheres. No fim do século XIX, havia portugueses instruídos que pensavam que a educação superior não deveria ser para todas as classes⁶¹³. Para eles, só as classes socialmente mais elevadas teriam suficiente capacidade intelectual para os altos estudos. Conceder a oportunidade de uma formação superior às classes operárias e camponesas só iria perturbar o equilíbrio social e contaminar com mediocridade o sistema educativo!... Assim pensava o insuspeito naturalista e etnógrafo Rocha Peixoto (1868–1909)⁶¹⁴ que, numa das crónicas publicadas no livro *A Terra Portuguesa (Chronicas scientificas)* (1897)⁶¹⁵, afirma a certa altura⁶¹⁶:

611 S. De Benedetti, *Note Antifascite*, cap. XIII, p. 16 (manuscrito).

612 Lesley Cohen, “The Times They Are a-Changin’”, em *Optics & Photonics News*, Vol. 26, nº 4, abril 2015, pp. 16–18; Iyabo Usman, “Women in Physics in South Africa: Are We There Yet?”, em *Optics & Photonics News*, Vol. 26, nº 6, junho 2015, pp. 18–20.

613 Até meados do século XX, em vários países, incluindo Portugal, era relativamente consensual a ideia de que a alfabetização e a educação escolar não eram essenciais para o desenvolvimento pessoal e social da maioria da população. As mulheres e os trabalhadores manuais podiam realizar as suas tarefas sem precisarem de saber ler e escrever! Chegou até a pensar-se que o analfabetismo poderia contribuir para um melhor desempenho social e dava-se como exemplo a situação das mulheres espanholas; v. Adolpho Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, Biblioteca de Educação, Renascença Portuguesa, Porto, 1916, pp. 48–49. Com o galopante progresso tecnológico observado depois da II Guerra Mundial, a situação alterou-se radicalmente e começou a perceber-se que saber ler e escrever era uma condição necessária para uma total integração de qualquer cidadão na sociedade.

614 António Augusto da Rocha Peixoto era filho de médico e natural da Póvoa de Varzim. Frequentou a Academia Politécnica do Porto, embora não tivesse concluído os seus estudos. Teve muitos e variados interesses: o jornalismo, a história, a antropologia, a ergologia, as ciências naturais e, em particular, a mineralogia, geodesia, paleontologia e arqueologia.

615 Este livro, que é uma compilação das crónicas que tinha escrito para o *Primeiro de Janeiro*, foi muito elogiado na secção *Bibliographia* do jornal de humor político *O Antonio Maria* dirigido por Rafael Bordalo Pinheiro; v. “Rocha Peixoto”, em *O Antonio Maria*, Vol. XII, nº 445, 26 fevereiro 1897, p. 10.

616 Rocha Peixoto, *Ir p’r’os Estudos (carta a um lente)* em *A Terra Portuguesa (Chronicas scientificas)*, Livraria Chardron, Porto, 1897, pp. 272–274.

Com espanto e magoa se vae registrando a decadencia intellectual das gerações que veem surgindo, espessas, preguiçosas, alheadas de um destino que não lhes pertencia e, emtanto, damnadamente voluntariosas no seu inadquado objectivo. Chocantes nos costumes, nos gestos, na impudencia insciente, na comprehensão tardia e cornea, na grosseria dos habitos e nas irresponsaveis attitudes que cria uma humillima atmosfera de penuria, sente-se bem o predominio do indigente protegido ou lançado á custa de heroicos sacrificios. E são, no futuro, estes descendentes de lavradores, de artifices e de lojistas, sem a previa revelação intellectual que justifique o valor da abnegação paterna, os que veem competir na vida com os filhos dos medicos, dos engenheiros, dos funcionarios, que nem tinham campos para os filhos cultivarem nem ferramentas para construir moveis! Porque um rapaz de oito annos, pinta, a lapis, um navio, ou chama nomes feios aos irmãos, é esperto; e assim um parente vindo rico de fóra, uma tia remediada, velha e esteril, e até um benemerito, cuidam de mandar para os estudos o pequeno. Intimamente o caso é, não raro, uma fórmula de vaidade: mas realmente a creatura perde-se desde logo para o mister onde poderia ter um prestimo. [...] E, enfim, attenda ainda como a missão educadora — outro exemplo — se gafa desde o inicio com a invasão, nas escolas normaes, das filhas das creadas de servir, ou quer que seja. Tinham n'estas instituições um meio, para rumo de vida, as filhas dos officiaes do exercito, dos professores, dos jornalistas, dos modestos funcionarios, de certos negociantes e industriaes que, por circumstancias sabidas e varias, não alcançaram recursos para legar; e, emtanto, em vez de excellentes cozinheiras, doceiras, rendilheiras e outras profissioaes das diversas industrias femininas, surgem-nos educadoras — pense n'isto! — a tolherem o passo ás mais capazes, creaturas educadas nos mercados. Irra! Que é muito soberano, o povo!”

Deste texto poderá concluir-se que Rocha Peixoto acreditava num qualquer mecanismo de seleção natural que, ao longo dos tempos, teria colocado os mais inteligentes nas classes superiores e os mais

estúpidos nas classes inferiores⁶¹⁷. Os seus estudos etnográficos talvez o tivessem levado a esta conclusão! É que, depois de ter percorrido durante anos o norte do país, convenceu-se que o povinho português não só era estúpido como também desprovido de qualidades artísticas e tecnológicas⁶¹⁸.

A convicção de que a inteligência e outras capacidades superiores se concentravam nas classes mais elevadas da sociedade permaneceu na cultura nacional até há bem pouco tempo. Em 1934, Eusébio Tamagnini, recém-nomeado Ministro da Instrução, andava preocupado com a diminuição do nível médio da inteligência humana, causada — segundo ele — pela reduzida taxa de natalidade nas classes dirigentes. Receava que, num futuro próximo, os governantes poderiam não estar à altura dos problemas a resolver. Para Tamagnini, a forma de contrariar a decadência intelectual era a eugenia, que já estava a ser praticada na Alemanha. Para fundamentar o seu pensamento, cita uma frase do próprio Adolf Hitler (1889–1945) (Fig. 17): “numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote os seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará um dia o Mundo.” Afirmava não partilhar as ideias imperialistas do dirigente nazi⁶¹⁹, mas desaconselhava a mestiçagem por ser “um risco para todas as sociedades humanas, desde a Família até ao Estado; um risco tomado sobre as gerações futuras. Como ninguém pode prever a sua impetração, deve desaconselhar-se⁶²⁰”.

617 Num artigo com origem no *British Scientific Repository*, publicado em Portugal, em 1842, critica-se o ensino universitário alemão pelo grande número de universidades e particularmente pela “extrema facilidade que ha em entrar nestes estabelecimentos, e na exagerada tendencia que se nota nas classes medias e inferiores de darem a seus filhos educação academica: disposição fatal, que debilita a mocidade sem aproveitar á sociedade”; v. “Philosophia-Educação das Universidades da Allemanha e do Ensino Universitario da Europa, (British Scientific Repository)”, em *Revista Litteraria*, tomo 8º, 6º Ano, Porto, 1842, p. 243.

618 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 468.

619 Eusébio Tamagnini, “Lição inaugural do ano lectivo 1934–1935”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V, nº 1, 1934, Universidade de Coimbra, pp. 27–28.

620 Eusébio Tamagnini, *Os Problemas da Mestiçagem*, Extrato das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934, p. 27.



Fig. 17 Adolf Hitler (*Maria Rita*, 1 julho 1933).

A eugenia, uma teoria pseudo-genética e racista desenvolvida no início século XX⁶²¹, era assunto de publicações de vários autores imeditamente antes e após a I Guerra Mundial⁶²². Embora defensor das teorias eugénicas, Havellock Ellis (1859–1939) reconhecia que muitos génios da humanidade tinham tido nos seus ascendentes pessoas pobres de espírito, desequilibradas, maníacas, esquisofrénicas e mesmo loucas, e que, se os casamentos desses pessoas tivessem sido impedidos por motivos eugénicos, a humanidade nunca teria beneficiado do trabalho daqueles génios⁶²³. Com o objetivo de “purificar” as sociedades, os defensores da eugenia aceitavam, com naturalidade, as esterilizações ou a castração de criminosos, alienados e toxinómanos, afirmando-se até que constituíam “um processo de defesa da espécie humana que urge generalizar e aperfeiçoar⁶²⁴”. Nos EUA, onde se preconizava, desde o final do século XIX, a esterilização como medida eugénica penal, económica e social⁶²⁵, fizeram-se 16 mil esterilizações de 1917 a 1935, acabando tais práticas por ser condenadas pelo Supremo Tribunal Americano⁶²⁶. Uma lei eugénica de esterilização de julho de 1933 começou a ser aplicada na Alemanha em janeiro de 1934; em julho deste mesmo ano, já se tinha atingido o

621 Neste período, fundaram-se várias associações para o estudo da eugenia: *Internationale Gesellschaft für Rassenhygiene* (1905) na Alemanha e Eugenics Education Society (1908) na Inglaterra. A *American Breeder's Association* nos EUA criou um *Committee of Eugenics*. O primeiro congresso internacional sobre eugenia ocorreu em Londres de 24 a 30 de julho de 1912; v. “Informations — Premier Congrès international eugénique” em *Supplément de La Nature*, 40º Ano, 1º Sem., nº 2034, 18 maio 1912, p. 194.

622 Ver, por exemplo, David Starr Jordan, *The Heredity of Richard Roe: A Discussion of the Principles of Eugenics*, Beacon Press, Boston, 1911; Walter J. Hadden, *Laws of Nature Revealed — The Science of Eugenics and Sex Life...*, W.R. Vansant, Filadélfia, 1914; Charles Richet, *La sélection humaine*, Félix Alcan, Paris, 1919; H. Lundborg, J. Runnström, *The Swedish Nation in Word and Picture. Together with short summaries of the contributions made by Swedes within the fields of anthropology, race-biology, genetics and eugenics. A Jubilee Book given out, with the cooperation of experts commissioned by The Swedish Society for Race-Hygiene*, Hasse W. Tullberg, Estocolmo, Suécia, 1921.

623 “Ça et Là — L'Eugénique et le génie”, em *L'Écho du Merveilleux*, 17º Ano, n.º 403, 15 outubro 1913, p. 319.

624 Geraldino Brites, “O Médico e o Ambiente Social”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (2ª série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935, p. 100.

625 Georges Schreiber, “La Stérilisation aux États-Unis”, em *Revue anthropologique*, Ano 39º, 1929, Paris, pp. 260–281.

626 Victoria F. Nourse, *In Reckless Hands — Skinner v. Oklahoma and the Nearer Triumph of American Eugenics*, W.W. Norton & Company, NewYork, London, 2008.

mesmo número de esterilizações que nos EUA. Os efeitos desta prática na Alemanha foram pouco depois analisados, nomeadamente, por Eliot Slater⁶²⁷. Na China praticou-se a eugenia, sob diferentes formas, tendo sido envolvida, até recentemente, “não só nas áreas convencionais da sociologia, direito, ética, biologia, medicina e genética, mas também nos estudos demográficos, neurociência, obstetrícia, pediatria, psiquiatria, ciências do ambiente e toxilogia⁶²⁸”. No Japão, a raça Yamato foi declarada superior por uma lei eugénica, aprovada em 1 de maio de 1940 e implementada em 1 de julho de 1941⁶²⁹. No Brasil, o movimento eugénico atingiu um significativo desenvolvimento⁶³⁰. Em 1929, realizou-se no Rio de Janeiro um Congresso Nacional de Eugenia, por ocasião do Centenário da Academia Nacional de Medicina⁶³¹.

Em Portugal, a eugenia despertou alguma atenção tanto científica como mediática, tendo sido particularmente criticada pelos meios católicos como uma prática que punha o homem ao nível dos animais⁶³². No meio académico, é de destacar o médico José Ayres de Azevedo (1911–1978), simpatizante do nazismo, que se especializou em eugenia na Alemanha durante a guerra, com uma bolsa concedida pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), iniciada em maio de 1941. Regressado definitivamente a Portugal, em meados de agosto de 1943, foi ostracizado tanto pela Faculdade de Medicina do Porto, onde era assistente, como pela Ordem dos Médicos. A primeira não lhe aceitou a tese de doutoramento sobre gémeos,

627 “La esterilizacion en Alemania”, em *Ultra, Cultura Contemporânea*, setembro 1936, La Habana, Cuba, p. 238.

628 Yuehsen Juliette Chung, “Better Science and Better Race? Social Darwinism and Chinese Eugenics”, em *Isis*, Vol. 105, nº 4, dezembro 2014, p. 801.

629 *Idem*, p. 802.

630 Renato Kehl, *A Eugenia no Brasil*, Brazil Médico, Rio de Janeiro, 1929.

631 “Eugenia no Brasil”, em *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Vol. IV, Fasc. II, 1929, pp. 181–182.

632 Riba Leça, “Esterilização e eugenismo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 217–226; Riba Leça, “Esterilização, não. Eugenismo, sim”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 305–315; Riba Leça, “Algo mais sobre Eugenismo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 221–231; “Eugénica e esterilização”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, pp. 593–595; A.R., “Eugenismo e Esterilização”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 446–448.

intitulada *Tipos Sanguíneos*, e expulsou-o do seu corpo docente; a segunda suspendeu-o do exercício da profissão⁶³³. O pouco desenvolvimento da eugenia em Portugal justifica-se pelo baixo grau de institucionalização, a oposição católica e o conservadorismo do regime de Salazar. Manifestou-se apenas em determinados estudos sobre doenças mentais, em posturas particulares sobre mestiçagem e em questões de higiene social, cuidado maternal e puericultura⁶³⁴. É justo salientar que nem todas as pessoas cultas pensavam como Rocha Peixoto ou como os eugenistas, e que muitas delas eram mesmo contra-provas de tais teorias. Entre elas conta-se o ilustre matemático Francisco Gomes Teixeira⁶³⁵ (Fig. 18), de origem humilde, que entendia que o povo português não era particularmente incapaz para as ciências e para a matemática⁶³⁶:

Poderá haver quem afirme que a raça lusa, guerreira e aventureira, não sentia atracção nem mesmo tinha aptidão para as ciências que exigem pensar profundo. O futuro mostrou que não é assim. Depois que os estudos universitários foram reformados no século XVIII, apareceram, como veremos, muitos portugueses a cultivar com sucesso as Matemáticas.

Muitos destes portugueses de que fala Gomes Teixeira eram, aliás, filhos de gente humilde⁶³⁷. Muitos eram eclesiásticos, recrutados

633 José Pedro Castanheira, “Um Cientista português no coração do nazismo”, em *Única, Jornal Expresso*, 1 dezembro 2007, pp. 88–104; José Pedro Castanheira, “Proibido de ensinar na Universidade”, em *Única, Jornal Expresso*, 8 dezembro 2007, pp. 96–108.

634 Richard Cleminson, *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900–1950*, Studies in the History of Medicine, Central European University Press, 2014.

635 Henrique de Vilhena, *O Professor Doutor Francisco Gomes Teixeira*, Lisboa, 1935; Henrique de Vilhena, *Elogio Histórico do Grande Matemático Dr. Gomes Teixeira*, Lisboa, 1937; Henrique de Vilhena, “Elogio Histórico do Grande Matemático Dr. Gomes Teixeira”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 241–293; Maria da Graça Ferreira Alves, *Francisco Gomes Teixeira, O Homem, O Cientista, o Pedagogo*, Editorial UP, Universidade do Porto, Porto, 2012. O centenário do nascimento de Gomes Teixeira foi celebrado pela Gazeta de Matemática com a publicação de um número especial, onde escreveram matemáticos nacionais e estrangeiros; v. “1º Centenário o Grande Matemático Gomes Teixeira: Um número especial da Gazeta de Matemática”, em *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ano 1, nº 5, agosto 1952, p. 9. Os Anais da Faculdade de Ciências celebraram igualmente o referido centenário com a publicação de vários artigos; v. *F. Gomes Teixeira (Comemoração Centenária)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1951.

636 Francisco Gomes Teixeira, *História das Matemáticas em Portugal*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1934, p. 212.

637 Há alguns exemplos de grandes homens de ciência portugueses oriundos da classe operária, que, na

nas aldeias e vilas portuguesas entre o povo rústico, que tinham revelado já na meninice qualidades intelectuais superiores à de muitos nobres urbanos⁶³⁸. Sem quaisquer pergaminhos de nobreza, o ilustre químico António Joaquim Ferreira da Silva⁶³⁹ (Fig. 19) contestava a afirmação de que o povo português não tinha capacidade para o trabalho científico experimental. No discurso que pronunciou na sessão de abertura solene da Universidade do Porto no ano letivo de 1911–1912 manifestava-se contra aqueles que atribuíam a “ausência de nomes portugueses no livro de honra onde se inscrevem os investigadores das leis naturais” ao facto de que “o trabalho científico experimental era incompatível com a viveza da imaginação d’aquelle povo [português], com a heterogeneidade dos elementos ethnicos que o formaram, em cujas veias corre sangue semita, e com a amenidade do clima, a belleza do céu e a feracidade do solo⁶⁴⁰”. Ferreira da Silva achava, pelo contrário, que a imaginação⁶⁴¹ portuguesa era uma vantagem para a criação científica.

sua infância, foram aprendizes da arte de seus pais: por exemplo, Ricardo Jorge, filho de ferreiro; Carlos Ramalhão, filho de pedreiro; v. Horácio Marçal, “A Antiga Rua da Sovela”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 1, janeiro 1962, pp. 11–14.

638 No século XX, havia o consenso de que o acesso ao ensino primário deveria ser universal, mas também que o ensino superior se devia destinar essencialmente às classes mais favorecidas. Leonardo Coimbra estava contra esta última opinião, e achava que a igualdade de oportunidades no ensino superior, para ricos e pobres, cidadãos e camponeses, deveria ser garantida e realizada pelo Estado — era o programa da Escola Única que não era da simpatia dos jesuítas portugueses; v. Leonardo Coimbra, *O Problema da Educação Nacional*, Edição Maranus, Porto, 1926, pp. 48–49; Mário de Oliveira, *A Escola Única: uma nova ideia pedagógico-social*, Casa Editora, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1933; A. Rocha, “Que se pretende com a Escola Única”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 22–31; A. Rocha, “A selecção na Escola Única”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 80–89; A. Rocha, “Os partidários da Escola Única”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 151–159; A. Rocha, “Escola Única e co-educação dos sexos”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 227–234.

639 António Pereira Forjaz, “A Vida dum Homem: Ferreira da Silva (1853–1923)”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª Série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 4, 1925, pp. 481–502; J.A. Marinho, “À memória do Dr. A. J. Ferreira da Silva”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XXII, Fasc. V, setembro 1924, pp. 201–207; Dias Choroão, “Ferreira da Silva”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XXII, Fasc. V, setembro 1924, pp. 241–243; Oliveira Simões, *Elogio Histórico do Dr. António Joaquim Ferreira da Silva*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931; Luís Faria, “Conselheiro Ferreira da Silva” em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série IV, Ano IV, nº 3, julho–setembro 1953, pp. 137–140; “Primeiro Centenário Natalício de Ferreira da Silva”, em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série IV, Ano IV, nº 3, julho–setembro 1953, pp. 190–193; “O Primeiro Centenário Natalício de Ferreira da Silva”, em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série IV, Ano IV, nº 4, outubro–dezembro 1953, pp. 236–241; João Cabral, “Ferreira da Silva e a Química Analítica no Porto”, em *Colóquio/Ciências*, nº 22, novembro 1998, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 71–86; Jorge Fernandes Alves, Rita C. Alves, *A.J. Ferreira da Silva — Nos Caminhos da Química*, U. Porto Editorial, Porto, 2013.

640 A.J. Ferreira da Silva, *A importância e dignidade da ciencia e as exigências da cultura científica*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1911, p. 14.

641 A imaginação pode ser fantasiosa e utópica — e desta forma serve a arte — ou, pelo contrário, inventiva



Fig. 18 Gomes Teixeira (*Maria Rita*, 9 julho 1932).



Fig. 19 António Joaquim Ferreira da Silva (desenho de Manuel Monterroso, A. Sarmento Beja, *Silhouettes*, 1914).

Apresentava, como exemplo, o caso de Amedeo Avogadro (1776–1856), que tinha usado a sua notável imaginação para realizar uma grande descoberta: o *número de Avogadro*. Estava ainda convicto de que a variedade étnica dos cientistas era uma vantagem⁶⁴² para o desenvolvimento científico, dando como exemplo os EUA. Alberto de Aguiar — colaborador de Ferreira da Silva no Laboratório Municipal de Química do Porto e um dos pioneiros das análises bioquímicas em Portugal — desvalorizava a opinião segundo a qual “as descobertas provêm mais dum esforço de vontade e de génio que duma instalação material e rica”, e dava como exemplos os progressos científicos realizados na Alemanha, Inglaterra e América do Norte e justificados pelo “progressivo desenvolvimento, expansão, dotação e organização dos seus invejados laboratórios.” Sobre a capacidade científica dos portugueses escrevia⁶⁴³:

O português não é inferior, muito ao contrário, a meu ver, para valorizar com o seu concurso e esforço a ciência mundial, nomeadamente no domínio físico e químico: mas sem ambiente, sem instalações adequadas, sem material de trabalho, sem amparo económico, sem esperanças, num isolamento bibliográfico e prático lamentável, sem estímulos, asas cortadas a todo o empreendimento, olhos cerrados pelo fatalismo da suposta inferioridade, parece não produzir e na realidade pouco produz, porque não pode. Como criar cientistas ou génios num meio tão sáfaro, tão mesquinho, tão cerrado, sem passado de organizações laboratoriais, onde se alicercem, desenvolvam e progridam as vocações que as condições do meio esterilizam ou impedem o desabrochar?

e prática. Neste caso, a imaginação ou “espírito de invenção”, como lhe chamava Pasteur, é extremamente útil no processo da investigação científica; v. José Bacelar, *Um Clássico da Investigação Científica: Pasteur*, Cadernos Científicos, Edição e Propriedade do Instituto de Pasteur de Lisboa, Vol. I, Caderno I, janeiro 1946, p. 13. António Quadros incentivava os portugueses a serem “tão científicos e tecnicistas quanto possível”, mas sem esquecerem os seus ideais e o seu pensamento com base nas qualidades que cativam os estrangeiros do Norte: “uma alma fascinante, original e fecunda para o amor, a amizade, o convívio, a alegria, o sentimento, um sentido emocionante de existência”; v. António Quadros, “O Futuro da Universidade”, em *Espiral, Cadernos de Cultura*, Ano 2, nº 8–9, inverno de 1965, p. 75.

642 Nesta época havia quem pensasse exatamente o contrário; v. Renato Kehl, “A Utopia da Felicidade Colectiva”, em *Anais da Faculdade de Ciências*, Vol. XVIII, nº 2, 1933, pp. 114–127.

643 Alberto d’Aguiar, *A Agradecer...*, Porto, 1935, pp. 78–79.

As impressões pessimistas ou otimistas sobre a aptidão dos portugueses para a ciência foram-se sucedendo, e até sobrepondo, ao longo do século XX. Basílio Teles (1856–1923)⁶⁴⁴ (Fig. 20) — republicano, político, professor e ensaísta — exprimia, em 1905, uma opinião — que considerava bem fundamentada — segundo a qual os portugueses não tinham realmente aptidão para a atividade científica. Depois de fazer uma análise que revelava as características de sentimentalismo, imprevidência e debilidade de carácter do povo português, acrescentava sobre a nossa inteligência⁶⁴⁵:

De um modo geral, pode afirmar-se que não temos faculdades especulativas, que a abstracção nos aborrece e desgosta, que somos totalmente falhos de aptidões criadoras, ou sequer do talento para a coordenação e síntese das ideias. [...] Todo o mundo, com efeito, reconhece que somos fracos de carácter; que não somos excepcionalmente favorecidos com dotes de inteligência; que não podemos exhibir ao mundo, com orgulho, uma personalidade eminente na ciência, na filosofia, na invenção. [...] Se nos é vedado inventar e criar, é-nos ainda possível comunicar e difundir; e estas funções modestas são quanto basta para viver...

Perante tantas debilidades, Basílio Teles⁶⁴⁶ perguntava se não seria melhor desistirmos de realizar qualquer tipo de atividade intelectual superior⁶⁴⁷:

644 A. de Magalhães Basto, “Perfil moral de Basílio Teles”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 7, novembro 1953, pp. 193–197; Hernani Monteiro, “Qual o motivo por que Basílio Teles não concluiu o seu curso de medicina?” em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 8, dezembro 1953, pp. 228–229; “Basílio Teles”, em Rocha Peixoto, *Obras*, Vol. III, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1975, pp. 416–419.

645 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, p. 460.

646 Como estudante, Basílio Teles passou pela Academia Politécnica do Porto. Numa carta de 25 de novembro de 1874, dirigida ao seu condiscípulo Francisco Figueiredo de Faria, confessa ter praticado a cabulice como consequência das “preleções somnolentas do Parada [Leitão] e das conferências do Adriano Machado, o pendulo.” O seu interesse pelo estudo da química baseava-se “na exposição fácil, correcta e sempre clara do Girão, lente de Chimica” e concluía “com este pode-se estudar, mas com os outros!!!!...Vaderetro!!!!” O lente António Luís Ferreira Girão (1823–1876) foi um personagem muito querido no meio académico, designadamente por Camilo Castelo Branco, de quem foi amigo quando ambos eram estudantes. Além da competência científica, como químico, tinha grandes qualidades humanas, mas também humorísticas, como o demonstram os folhetos que publicou com o pseudónimo de João Gorilha, *Carta ao Meu Amigo Borges* (1874) e *Segunda Carta ao Meu Amigo Borges* (1876). A biografia de Ferreira Girão pode ler-se em Júlio Ferreira Girão, *Esboço Biographico de Antonio Luiz Ferreira Girão*, Typographia Progresso, Porto 1902.

647 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Bibliotheca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, pp. 44–45.

Se a doença é de raiz, se fomos sempre assim, fracos, imprevidentes, privados de faculdades superiores; se nunca produzimos um grande filósofo, um grande inventor, um grande sábio; se nunca nos governou um reformador eminente, nem um político de génio; se até no período áureo da nossa história, mostramos apenas a figura majestosa de Camões, emergindo, solitária, por entre pigmeus lamentáveis; se os nossos vultos culminantes não passam, afinal, de mercadores sem escrúpulos ou de tiranos sem entranhas, — de que serve quebrar a cabeça para evitar o inevitável?

Onde poderemos encontrar uma saída? Nos prazeres da vida? Nas atitudes de irresponsabilidade e de ignorância? Ou na resignação de sermos um país medíocre, sem sonhos de grandeza e sem aspirações elevadas, como sugeriu, em 1930, o filósofo alemão Hermann Graf Keyserling⁶⁴⁸?!...

O temperamento dos portugueses — seja qual for o significado atribuído a este termo — tem sido igualmente apontado como causa do atraso científico nacional. Oliveira Martins (Fig. 21) atribuía aos povos ibéricos as características de hombridade e heroísmo, que tinham as suas raízes nas épocas das antigas invasões peninsulares e se tinham cristalizado na fé cristã, na impetuosidade e no idealismo da vida. Dificilmente estas características se coadunam com as da cultura anglo-saxónica, baseada em “padrões utilitários, positivos, mecânicos e industriais⁶⁴⁹”.

António Sérgio escrevia em 1913 que o temperamento de portugueses e castelhanos tinha sido modelado pelas invasões árabes, que obrigaram ao desenvolvimento do espírito guerreiro mais do que à educação do espírito industrial ou agrícola. Esta propensão guerreira justificaria que entre nós “as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderassem enormemente sobre a vontade e a razão⁶⁵⁰”. Justificava-se, assim, a nossa pouca inclinação para a ciência e para as técnicas...

648 *Idem, ibidem*; J. A. Pires de Lima, “O Filósofo Keyserling no Porto”, em *Dobrando o Cabo Tormentório*, Editor Manuel Barreira, Livraria Simões Lopes, Porto, 1948, pp. 153–157.

649 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 143.

650 António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, p. 15.



Fig. 20 Basílio Teles (*O Tripeiro*, junho 1948).



Fig. 21 Oliveira Martins (*A Ilustração*, 20 abril 1887).

Em 1923, Artur Malheiros⁶⁵¹ atribuía às nossas características temperamentais a ausência de atividade científica em Portugal, mas reconhecia que, mesmo assim, os portugueses tinham capacidades para a atividade filosófica⁶⁵²:

Á nossa índole de povo sonhador e aventureiro, não quadra ajustadamente o genuíno culto das faculdades abstractas, nem entre nós geralmente prevalecem sérias vocações especulativas. É por isso que o nosso paiz, accentuadamente avesso ás fortes e largas iniciativas de elaboração scientifica, sem vida especulativa propria, porque vive na dependencia espirital da grande capital francesa — raro cria dessas individualidades poderosas, que se destacam proeminentemente como energias elaboradoras, no campo da investigação scientifica. Não invalidam a regra, antes a confirmam, esses eminentissimos engenhos, que excepcionalmente honram o seu nome e o do paiz, e aos quaes aliás nem sempre votamos o enternecido respeito, que nos devem merecer. [...] Porém, se não é fértil em sabios, a terra portuguesa cria philosophos em abundancia, e são estes, com as suas lucubrações, que teimam em indemnizar-nos da falta que aquelles nos fazem.

A “fácil coragem de afirmar”, sinal da “nossa geral incultura” e do “nosso excesso de superficial criticismo”, era resultado — assim se afirmava em 1934 — do “temperamento meridional, sempre capaz de vibrar o tom emotivo das convicções, obtidas em geral sem observação, sem análise e sem experiência⁶⁵³”. Diante “a dúvida muito

651 Sobre o percurso académico de Arthur Malheiros, um aluno brilhante e premiado na Academia Politécnica, bem como sobre a polémica que envolveu as provas que realizou num concurso para lente dessa Academia — nas quais foi reprovado de forma profundamente injusta na opinião de alguns —, vejam-se o raro folheto anónimo *Pandilhas* (1887) e o opúsculo *História d'um curso e dum concurso*, da autoria do seu irmão Ricardo Malheiros (1864–1932), um “homem da banca e dos jornais, novelista das horas livres, generoso e humaníssimo espírito”, como então se afirmava; v. “Sousa Costa recebeu o Prémio Ricardo Malheiros” em *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ano 1, nº 2, maio 1952, p. 1.

652 Arthur Malheiros, *A proposito da reforma do ensino*, Oficinas de “O Commercio do Porto”, Porto, 1923, pp. 46–47.

653 José Lopes Dias, “As Criancinhas Portuguesas na Política da Assistência”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, p. 78.

delicada, que é frequente constatar em muitos espíritos: terá o Português a necessária aptidão natural para a investigação?” o engenheiro e investigador Manuel Rocha declarava em 1957⁶⁵⁴:

Digo, sem rodeios, que o balanço das qualidades necessárias é amplamente favorável. Se, por temperamento e educação, [o Português] não tem inclinação especial para os pacientes e minuciosos trabalhos experimentais, que constituem hoje o grande volume da actividade de investigação, possui por outro lado outras qualidades em elevado grau, como a imaginação criadora, a capacidade de rápida apreensão dos resultados, sua interpretação e síntese e o precioso entusiasmo do coração lusitano.

Em 1958, Egídio Namorado tentava igualmente contrariar o preconceito da incapacidade temperamental do povo português para a ciência⁶⁵⁵:

Não somos evidentemente dos que crêem numa pretensa incapacidade atávica dos portugueses para a investigação científica e a especulação e análise filosófica. Foi essa uma bizarra ideia que se generalizou em Portugal, espalhada pelos «idealistas» que amam as especulações profundas sobre a alma dos povos. Para eles o que constituiu a essência do espírito português é a *saudade*, o *sebastianismo*⁶⁵⁶, o respeito

654 Manuel Rocha, *A Investigação e a Indústria, Comunicações Apresentadas ao II Congresso da Indústria Portuguesa, Lisboa, 1957, Memória nº 115*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1958, p. 10.

655 Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaio*, edição do autor, Textos Vértice, Typ. da Atlântida, Coimbra, 1958, p. 139. Mais tarde, Egídio Namorado voltaria a este tema nas páginas da revista *Vértice*, mostrando que os factos apontados para justificar a superioridade e inferioridade de algumas raças para a atividade científica não tinham qualquer fundamento histórico; v. Egídio Namorado, “A Ciência e a Técnica na vida dos homens”, em *Vértice*, Vol. XXXV, nº 376–377, maio–junho 1975, Coimbra, p. 327, pp. 333–336.

656 A propósito de Portugal, onde havia muitos judeus, um embaixador inglês na corte de D. João V, Lord Tirawley, terá afirmado o seguinte: “que se pode esperar d’um paiz em que parte dos habitantes estão á espera do Messias, e a outra parte á espera de um rei chamado D. Sebastião, que morreu há duzentos anos?!...” Depois de ter deixado Portugal, este Lord terá ainda afirmado: “Se tirarem a um espanhol o que ele tem de bom, o que fica é um português.” E, já agora, há quem diga que se a um espanhol juntarem a hipocrisia obtém-se um português; v. Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, p. 159; Oliveira Martins, *História de Portugal*, Vol. II, Bibliotheca das Sciencias Sociaes III, Livraria Bertrand, Lisboa, p. 155; *Sampaio (Bruno)*, pref. Álvaro Ribeiro, edições SNI, Lisboa 1947, p. 56.

da *tradição*, ia a dizer da *rotina*, e outras coisas igualmente vagas e inconsistentes.

Fernando Andrade Pires de Lima (1906–1970) — professor de Direito de Coimbra e ministro da Educação de Oliveira Salazar entre 1947 e 1955 — poderá ter sido daqueles que concordava que os portugueses não tinham capacidade para o trabalho intelectual árduo, mas reconhecia-lhes capacidades intuitivas tão excepcionais que até podiam dispensar a alfabetização! No decreto-lei que assinou em outubro de 1952 pode ler-se que “o analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside, como já alguém salientou, no facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade, não sentir a necessidade de saber ler^{657,658}”. Uma coisa é reconhecer que um analfabeto pode ter capacidades cívicas e culturais⁶⁵⁹, outra é admitir que possa ser dispensado da alfabetização, por esse motivo⁶⁶⁰. António Sérgio afirmava, já em 1948, que “extinguir o analfabetismo não deve ser o nosso fim porque é um meio; porque a leitura na escola primária há-de ser o simples acompanhamento de um treino científico e moral que tenda a fazer do educando um melhor produtor e um melhor cidadão⁶⁶¹”.

657 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, p. 785.

658 Este não era o sentimento de muitos portugueses, que esperavam que o novo decreto viesse finalmente pôr termo a uma época em que se considerava “natural que um homem ou uma mulher, nascidos em Portugal, pudessem ter vivido, até ao último minuto da sua existência, de costas voltadas para a escola primária”; v. “Editorial: O analfabetismo e a obrigatoriedade do ensino”, em *Atomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 57, 30 setembro 1952, p. 3; “Editorial: A luta contra o analfabetismo”, em *Atomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 59, 30 novembro 1952, p. 3; C. Beirão da Veiga, “Editorial: O magno problema”, em *z*, Ano VI, nº 63, 30 março 1953, p. 3.

659 Adolpho Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, Biblioteca de Educação, Renascença Portuguesa, Porto, 1916.

660 O Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar, homem de visão político-social muito limitada, tinha afirmado que “ler, escrever e contar chega para a maioria dos portugueses” — frase que muito chocou homens, como Bento de Jesus Caraça, que lutavam pelo desenvolvimento cultural do país. A mesma visão salazarista é proclamada no dec.-lei nº 27.279 de 24/11/1936: “o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar...”; v. Alberto Pedroso, *Bento de Jesus Caraça — Semeador de cultura e cidadania (Inéditos e dispersos)*, Campo das Letras, Porto, 2007, pp. 297, 311.

661 António Sérgio, *O Ensino como fator do Ressurgimento Nacional*, Tipografia da Renascença Portuguesa, Porto, 1918, p. 28.

Pouco se poderia esperar do ministro Fernando Pires de Lima, que fez a incrível afirmação acima reproduzida e que tinha assinado o decreto de expulsão da função pública de muitos professores progressistas, liceais e universitários. Ironicamente, foi durante o seu mandato ministerial que se fizeram significativos melhoramentos no ensino primário, técnico, liceal, universitário e artístico⁶⁶²!... As virtudes do alfabetismo deixaram de ser elogiadas com tanta frequência e por tanta gente, e as respetivas causas passaram a ser listadas e analisadas nos prólogos dos decretos que propunham eliminá-lo⁶⁶³.

Em geral, para os povos do Norte europeu, a cultura mediterrânica tem um substrato desprezível em que imperam a irresponsabilidade, o facilitismo, a desonestidade e muitos outros defeitos. Não admira, pois, que a nossa condição de latinos tenha sido apontada como um empecilho para o desenvolvimento da ciência. De acordo com Cruz Malpique⁶⁶⁴:

O que à gente latina sobra em vivacidade de inteligência, falta-lhe em pertinácia de esforço. [...] A constância numa determinação para a levarem até ao cabo é qualidade que não assiste ao geral dos latinos. A mobilidade, o borboleteamento, o diletantismo, a ausência de disciplina interna, o acorrentamento ao capricho, o impulsionalismo, o entusiasmo fugaz, o desamor do método, são outros tantos defeitos que qualquer de nós pode observar no comum da gente latina.

A periferia das coisas, eis o que impressiona o latino. Ir até ao cerne de um problema, estudá-lo cientificamente, daria lugar a larga transpiração, e o latino tudo espera da inspiração generosa. A intuição que, de um salto, julga penetrar no âmago das dificuldades, foi divinizada pela gente meridional. O estudo aturado não tem grande cotação entre os «inspirados».

662 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, pp. 784–793.

663 Riba Leça, “A reforma do ensino primário”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, pp. 401–414.

664 Cruz Malpique, “A Anglofilia pedagógica de Ramalho Ortigão”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 9, janeiro 1959, p. 273.

Com os latinos, verifica-se o paradoxo de serem simultaneamente pela novidade e pela rotina. São revolucionários na casca e conservadores ferozes do peso morto da tradição. Julgam ter feito revoluções profundas, quando simplesmente puseram nomes novos a trastes velhos...

Cruz Malpique concluiu que tudo isto é o produto de uma cultura — estabelecida e fomentada pelo sistema de ensino — em que “toda a vida do estudante latino se inscreve no triângulo do aprender, recitar, obedecer⁶⁶⁵”. Se o latino não é recomendável, o ibérico parece sê-lo ainda menos. Na opinião de Agostinho da Costa Ilharco, “o hespanhol e o português são essencialmente aventureiros; não têm a noção da confiança em si próprios, o sentimento das suas personalidades, o bom senso, o raciocínio e a lógica, a relação justa da causa e do efeito⁶⁶⁶”. A xenofobia do Norte achará, no entanto, que tais idiossincrasias latinas ou ibéricas devem estar correlacionadas com a cor dos cabelos ou dos olhos...

Preguiça, Inveja e outros Defeitos

Presentemente a preguiça é um defeito socialmente condenável mas em certas épocas houve para com ela alguma tolerância. No século XVI, o jurista espanhol Frei Luis Ponce de León (1527–1591) afirmava que a ociosidade não era intrinsecamente má, embora reconhecesse que era a mãe de todos os vícios e, por esta razão, deveria ser constantemente vigiada⁶⁶⁷. No início do século XVIII, o Pe. Rafael Bluteau escrevia que a preguiça era, segundo Cícero, “hum vil receo do trabalho, que acompanha o obrar” e que nela “tem o comum dos homens outro impedimento para a cultura das sciencias⁶⁶⁸”. Mais recentemente, em 1942, António Lopes Rodrigues, professor

665 *Idem*, pp. 274–275.

666 António Jorge d’Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, *Em Redor d’uma apreciação crítica feita pelo Ex.^{mo} Senhor Agostinho da Costa Ilharco sobre António Sardinha*, Tip. Costa Carregal, Porto, 1934.

667 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 214.

668 D. Rafael Bluteau, *Prosas Portuguezas*, 1ª Parte, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental, 1727, p. 117.

catedrático da Faculdade de Farmácia do Porto, reconhecia que “a ociosidade arrasta o homem para uma posição degradante de inferioridade, estimula o vício, a inaptidão, a deshonra e, quantas vezes, o crime⁶⁶⁹”. Não sendo socialmente aceitáveis, a preguiça, a indolência e o comodismo — defeitos que têm sido atribuídos genericamente aos portugueses — também não são compatíveis com a atividade científica.

Segundo várias opiniões, a origem destes nossos defeitos resulta de Portugal ser não só um país de cultura mediterrânica mas também o herdeiro de um império colonial. Antero de Quental chegou a afirmar que “a ociosidade é o ideal dos portugueses, mesmo daqueles que trabalham⁶⁷⁰”. Segundo este poeta e pensador, o pouco gosto que os portugueses nutriam pelo trabalho e o pouco valor que lhe atribuíam eram heranças do “nosso espírito guerreiro de nação conquistadora⁶⁷¹”:

Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um emprego: o que não podem, sem indignidade, é trabalhar! Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847–1921) comentava que “no paiz em que a escravidão existe⁶⁷² é desprezado o trabalho como a derradeira degradação”, concluindo que “o português do século XVIII desprezava o trabalho desde que o negro e o mouro se prestavam servilmente a allivial-o de todas as tarefas⁶⁷³”. Com base na afirmação de Cleonardo de que haveria em Lisboa quase tantos escravos como homens

669 António Lopes Rodrigues, “O papel das Universidades na valorização moral das elites profissionais, Oração de Sapiência proferida na sessão solene de abertura da Universidade do Pôrto, em 21 de novembro de 1942”, em *Anais da Faculdade de Farmácia do Pôrto*, 1942, p. 11.

670 Cruz Malpique, *Egas Moniz: Um paradigma como professor-investigador universitário, considerações marginais*, Aveiro, 1969, p. 19.

671 Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Cadernos Peninsulares, Oficinas gráficas de “Notícias da Amadora”, 1970, p. 60.

672 Maria do Rosário Pimentel, “O escravo negro na sociedade portuguesa até meados do século XVI”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 165–177.

673 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Em Portugal e no Estrangeiro (Ensaios Críticos)*, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, Lisboa, 1899, p. 118.

livres⁶⁷⁴, o Presidente da Real Academia da Baviera, Ignaz von Doellinger (1799–1890), declarava, em 1878, numa sessão solene de homenagem ao sócio Alexandre Herculano, realizada na Academia em Munique⁶⁷⁵:

Em consequencia d'isso, os officios e todos os trabalhos foram abandonados aos estrangeiros ou aos escravos, e os portuguezes, sob a concorrência de um grande numero de dias santos e do exemplo de milhares de frades ociosos, acostumaram-se a julgar o trabalho como indecoroso e a mendicidade como coisa honesta. Ainda hoje o estrangeiro que visita o paiz extranha logo a indolência do povo.

Há um provérbio português que diz que “Português pobre nem quieto nem calado; Português rico apanha moscas.” Ao comentar este e outros provérbios, o geógrafo Fernando Falcão Machado (1904–1993) acrescentava⁶⁷⁶:

Aquele provérbio define o português, quando na parte inferior da roda da fortuna, como um homem activo (o que não quer dizer trabalhador), e, possivelmente, um revoltado, não tanto contra as injustiças sociais, como contra a sua situação inferior, quando tem capacidade profissional para ser ou para fazer mais; esta ânsia de subir, de melhorar a sua situação, quasi sempre sem uma preparação basilar suficiente, deu, sem dúvida alguma, origem ao provérbio “aprendiz de Portugal, não sabe coser e queret alhar:” e, depois, enriquecido, o nosso homem, que prometia fazer mundos e fundos, cai na indolência e no marasmo.

Mais à frente, ao comentar a atitude dos emigrantes regressados à sua terra, o mesmo autor afirma⁶⁷⁷:

674 Calcula-se que os escravos representassem cerca de 10 a 20% da população de Lisboa, em meados do século XVI; v. Maria da Conceição Rodrigues, *As “contas longas” de vidro como elemento de identidade dos africanos no passado histórico e cultural de Lisboa: de meados do século XV ao terramoto de 1755*, U. Porto Editorial, Universidade do Porto, Porto, 2014, p. 66.

675 Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Alemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, p. 19.

676 Fernando Falcão Machado, “Povos e Raças no Folclore Portuguez”, em *Feira da Ladra*, tomo VI, 1934, p. 45.

677 *Idem*, p. 47.

Volvido, na torna-viagem, o português que emigrou — geralmente, o do Norte, — se vem rico, compra umas courelas em redor da casa, levanta os telhados desta, põe o dinheiro a render e, como bom português rico... apanha môscas. Se vem pobre, e não morreu no cafre dos hospitais com febres e biliosas, é, na sua terra aldeã, uma espécie de doutor-lareiro, grau que conquistou por ter visto mundo. Será, também, talvez, uma espécie de inovador, de crítico, de revoltado... nem quieto, nem calado....

O desprezo ou repugnância⁶⁷⁸ dos portugueses pelo trabalho⁶⁷⁹ poderia até ser entendido como uma espécie de fuga ao castigo bíblico que condenou os nossos primeiros pais (Adão e Eva) e todos os seus descendentes a ganhar o pão com o suor de seus rostos... Muitos portugueses possuidores de bens de fortuna herdados dos seus antepassados gostam ainda de se ocupar cultivando a preguiça boémia⁶⁸⁰!...

678 Fernando Pereira Marques, *Sobre as causas do atraso nacional*, Coisas de Ler, Lisboa, 2010, pp. 57–69.

679 Desde a Grécia Antiga republicana, surgiram, na cultura ocidental preconceitos contra o trabalho — ou pelo menos contra algumas formas de trabalho — que os filósofos também ajudaram a propagar. Em Roma, só o trabalho agrícola merecia alguma consideração social. De uma forma geral, o trabalho manual, as artes mecânicas e o pequeno comércio eram atividades socialmente desprezadas. O cristianismo procurou valorizar o trabalho manual, como afirma Adolfo Coelho: “Digna e nobre era a condição de trabalhador de José, pai de Jesus, e dos apóstolos, nomeadamente de São Paulo, e dos cristãos, vendo no trabalho uma forma de purificação do pecado, de enobrecimento, valorização pessoal, sustento da família”; v. Adolpho Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, Biblioteca de Educação, Renascença Portuguesa, Porto, 1916, pp. 37–40; “A Abolição da Escravatura no Brasil e o Precursor Padre Manuel Ribeiro Rocha”, em Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul, a Norte — Estudos Luso-Brasileiros*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 2005, p. 338. Nos séculos XVI e XVII, o facto de se ter exercido um ofício mecânico era um dos impedimentos para a entrada nas Ordens Militares. Só o rei poderia contrariar esta norma e apenas no caso de serem relevantes os serviços prestados pelo pretendente; v. Nuno Daupias (Alcochete), “O bacharel Caetano José Braga e o seu hábito de Cristo”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 9, janeiro 1957, p. 269. Na Península Ibérica, o trabalho manual era incompatível com a fidalguia. De acordo com uma lei espanhola de 1682, “não se perdia a condição de nobre pelo facto de possuir fábricas ou indústrias, desde que os titulares não trabalhassem com as suas próprias mãos”; v. José María López Piñero, “La introducción de la ciencia moderna en España”, em *Revista de Occidente*, Ano IV, 2ª época, nº 35, fevereiro 1966, p. 139.

680 A vida boémia foi sempre um sonho de muitos jovens portugueses — sonho esse que a própria sociedade alimentou e glorificou no passado e pouco ou nada censura no presente. Em 1947, relembra-se aos portuenses a morte de Manuel Domingos Maia, ocorrida no dia 5 de fevereiro de 1897, homem “muito estimado no Porto, sobretudo nos meios da boémia elegante do burgo”; v. “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano II, nº 10, fevereiro 1947, p. 232. No dia 5 de outubro de 1907, os jornais portuenses noticiavam a morte do “muito conhecido boémio Manuel da Costa Pinto — o «Costa Apita» — que toda a cidade conhecia e estimava”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 6, outubro 1957, p. 189.

Se a existência da escravatura em Portugal tornou os portugueses mais preguiçosos, como vários autores afirmaram⁶⁸¹, o seu fim tê-los-ia tornado, em princípio, mais diligentes. Porém, a maioria dos portugueses continuou a alimentar a preguiça, a cultivar o ócio, a nutrir a indiferença e a atrofiar a curiosidade, mesmo depois de ter acabado a escravatura, cuja influência foi grande⁶⁸², particularmente na exploração das Américas. Beneficiando as classes privilegiadas, a escravatura tardou em ser abolida no mundo ocidental e igualmente em Portugal⁶⁸³. A máquina a vapor terá contribuído para o seu fim, ao eliminar muitos postos de trabalho tanto na indústria como na agricultura.

As primeiras tentativas de limitação e abolição da escravatura em Portugal vêm do tempo do Marquês de Pombal (1761 e 1773) ao conceder a liberdade aos índios brasileiros⁶⁸⁴ e ao criar condições

681 Entre estes autores conta-se o ilustre diplomata português Alexandre Gusmão (1695–1753), natural de Santos, no Brasil, e irmão do famoso padre Bartolomeu de Gusmão que voou, pela primeira vez em Portugal, numa máquina voadora, a lendária “passarola”, provavelmente, um simples balão; v. Gustavo Tedeschi Corrêa Neves, *As Experiências Aerostáticas de Bartholomeu Lourenço de Gusmão*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1911.

682 Luis Ribeiro, “A escravatura e suas consequências (notas para um estudo)”, em *Scara Nova*, Ano XXX-VII, nº 1370, dezembro 1959, pp. 381–382, 397.

683 O tráfico escravagista de África desenvolveu-se, em Portugal, no início da expansão marítima, a partir de 1440, sobretudo depois da autorização, concedida por Nicolau V ao rei de Portugal em 1454, para poder negociar os escravos negros. No entanto, os portugueses, juntamente com castelhanos, franceses e italianos, já antes traficavam escravos nas Canárias e noutras zonas de África. Os prisioneiros feitos pela pirataria e pelas guerras no Mediterrâneo acabavam muitas vezes no mercado dos escravos; v. Manuel Jorge Nunes de Sousa, “A escravatura no início da Expansão. Métodos de aquisição e exploração do tráfico” em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. III: Economia e Comércio Marítimo*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 197–216; Maria do Rosário Pimentel, “O escravo negro na sociedade portuguesa até meados do século XVI”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 165–177.

684 Sobre a atitude dos jesuítas e da Igreja no que respeita à escravatura dos índios brasileiros e dos negros africanos, mesmo antes das primeiras leis do Marquês de Pombal, v. Serafim Leite, “Colonização dos Portugueses no Brasil — Os Jesuítas do sr. Jaime Cortesão e a liberdade dos índios, etc.”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 232–240; Manuel Jorge Nunes de Sousa, “A escravatura no início da Expansão. Métodos de aquisição e exploração do tráfico” em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. III: Economia e Comércio Marítimo*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 201–204; António José Saraiva, *História e Utopia*, ICALP, Lisboa, 1992; “O Padre António Vieira e a Escravatura dos Negros”, em Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul, a Norte — Estudos Luso-Brasileiros*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 2005, pp. 317–331; “A Abolição da Escravatura no Brasil e o Precursor Padre Manuel Ribeiro Rocha”, em Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul, a Norte — Estudos Luso-Brasileiros*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 2005, pp. 333–345.

propícias à eliminação da escravatura na metrópole: proibição de entrada de escravos na metrópole e liberdade para os filhos de escravos (1761); novas regras de escravatura para os pais e avós (1773). O Marquês de Sá da Bandeira, Rodrigo Sá de Nogueira, decretou a proibição do desumano⁶⁸⁵ tráfico de escravos nos domínios portugueses a Sul do Equador, por lei de 10 de dezembro de 1836⁶⁸⁶. Porém, estas tentativas não produziam efeitos reais na diminuição do tráfico. Em 1837 — segundo as palavras do teólogo católico e historiador alemão Ignaz von Doellinger — “o ministro Vasconcelos” declarava “que o trafico era indispensavel ás necessidades do reino⁶⁸⁷”. Um folheto anónimo publicado em Portugal, em 1839, elogiava a atitude antiesclavagista da Grã-Bretanha e aconselhava o governo português a assinar o tratado proposto por aquele país, destinado a abolir a escravatura em todos os territórios portugueses⁶⁸⁸ — o que aliás foi feito pelo Duque de Palmela, em 1842⁶⁸⁹. A escravatura foi sendo efetivamente abolida em Portugal, desde 14 de dezembro de 1854, quando foram libertados todos os escravos pertencentes ao Estado. Seguiu-se a libertação dos escravos das Câmaras Municipais e da Misericórdia, em 30 de junho de 1856, bem como os escravos das igrejas, em 25 de julho do mesmo ano. A abolição total da escravatura em Portugal continental ocorreu em 25 fevereiro de 1869; uma Carta de Lei de 29 de abril de 1875 extinguiu-a totalmente nas colónias⁶⁹⁰.

685 Manuel Jorge Nunes de Sousa, “A escravatura no início da Expansão. Métodos de aquisição e exploração do tráfico” em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. III: Economia e Comércio Marítimo*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 207–214.

686 Luís A. de Oliveira Ramos, *Pombal e o esclavagismo*, separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, Vol. II, 1971, Porto, 1972, pp. 5–6.

687 Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Alemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, p. 19.

688 *Breves reflexões acerca do estado actual do trafico da escravatura, em relação ao progresso da civilização europea*, Typ. J. F. de Sampaio, Lisboa, 1839.

689 Sobre a história da abolição do tráfico dos escravos em Portugal no período de 1834 a 1851, v. Valentim Alexandre, “Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834–51)”, em *Análise Social*, Vol. XXVI (111), 1991 (2ª), pp. 293–333.

690 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 220.

Uma das possíveis causas da preguiça nacional terá sido eliminada com o fim da escravatura mas, mesmo assim, a preguiça manteve-se bem viva e robusta entre nós... Guerra Junqueiro (1850–1923)⁶⁹¹ (Fig. 22) condensou numa quadra jocosa a reverência que os portugueses prestam à preguiça⁶⁹²:

Santa Preguiça – Santa que consolas
 Santa Preguiça – não ha nada igual
 Santa Preguiça – a um bom colchão de molas
 Santa Preguiça – e mais et cet’ra e tal!...

Em 1890, Adolfo Coelho⁶⁹³ retirava algumas ilações dos seus estudos antropológicos e concluía que os portugueses tinham uma “incapacidade progressiva para o trabalho e sobretudo para o trabalho intelectual persistente.” À preguiça física, os portugueses agregavam a preguiça intelectual e cultural⁶⁹⁴, que é uma das razões da falta de senso crítico — o maior cancro português, na opinião do estudioso da literatura portuguesa Aubrey Bell (1881–1950). Para nós, “o nosso amigo é sempre um talento e um homem honrado; o nosso adversário é, por via de regra, corrupto e imbecil⁶⁹⁵”. Esta incapacidade de avaliação crítica, justa e honesta, parece ter sido igualmente uma constante na nossa atividade cultural. No último quartel do século XVIII escrevia-se o seguinte sobre a crítica literária⁶⁹⁶:

O nosso Portugal seria felicissimo em produções literarias, se nelle houvesse o saudavel uso da Critica, sem que esta

691 No ano da morte de Guerra Junqueiro, a revista *A Águia* dedicou ao grande poeta o número de julho a dezembro; v. *A Águia*, vol. III (XXIII) — 3ª série, julho a dezembro 1923.

692 Guerra Junqueiro, *A Velhice do Padre Eterno*, Editora Livraria Minerva, Lisboa, 1885, p. 85.

693 Adolfo Coelho, escritor e pedagogo, era um defensor do espírito científico, não partilhando, porém, dos ideais do positivismo.

694 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, pp. 17–23.

695 “O bem e o mal que alguns estrangeiros têm dito de nós”, em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (discursos, conferências, etc.)*, Porto, 1950, pp. 284–285.

696 Jozé Mazza, “Carta ao Senhor Luiz Correa de França e Amaral”, em Milizeo Cylenio (Luiz Correa de França e Amaral), *Idyllos Moraes que sobre as quatro estações do anno compoz ...*, Offic. Patriarcal de Francisco Ameno, Lisboa, 1779, p. 23.

fosse confundida com Satyra, que he o que de ordinario nelle mais reina.

Um século e meio mais tarde, em 1929, José Leite de Vasconcelos (1858–1941) (Fig. 23) afirmava que a crítica científica ou literária quase não existia em Portugal⁶⁹⁷ e que continuavam a existir os mesmos preconceitos negativos sobre a crítica⁶⁹⁸. Em 1936, numa recensão a um livro de Ribeiro de Vasconcelos, Costa Lima escrevia⁶⁹⁹:

Em Portugal, é ingrátissimo fazer crítica de cultura, porque os alvejados se julgam com palavra incontestável nas suas variadíssimas afirmações. Estranham-se os reparos mais lógicos, irritam-se as suficiências descobertas nos seus expedientes e, o que é pior, as questões científicas, literárias e artísticas transformam-se em vulgaríssimas polémicas pessoais por não haver o carácter de se confessar lealmente o erro, o deslíz ou a falta.

Adolfo Coelho acreditava que a aposta na educação⁷⁰⁰ popular — um tema que lhe era particularmente querido — podia dar início à reabilitação nacional, mas Rocha Peixoto mostrava-se pessimista. Perante os inúmeros tesouros geológicos que não eram explorados, existentes na região do Porto, achava que a curiosidade nunca poderia ser estimulada “em paiz cujo doce e facil conchego, n’um sólo fertil e sob um clima terno, nos concede esta rica immobilidade que vamos disfructando⁷⁰¹”. Na página do exemplar do livro *A Terra Portuguesa* de onde se retirou esta citação, um leitor anónimo inseriu uma nota, datada de 1969, onde

697 A incapacidade crítica é uma característica vulgar de muitas sociedades e só poderá ser corrigida através da educação e cultura científicas. Faraday afirmava que “a sociedade, geralmente falando, não ignora apenas a educação do criticismo, mas ignora até a sua ignorância”; v. Herbert Spencer, *Education; intellectual, moral and physical*, A.L. Burt Company, Publishers, Nova Iorque, 1860, p. 83.

698 Cruz Malpique, “O Doutor José Leite de Vasconcelos”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 208, janeiro 1962, pp. 256–257.

699 Costa Lima, “Edições da Coimbra Editora, Coimbra” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, p. 271.

700 Delfim Santos abordou o tema da educação no contexto histórico-geográfico, mostrando que este conceito e o seu conteúdo têm variado no tempo e em diferentes civilizações; v. Delfim Santos, “Formação Escolar e Formação Profissional”, em *Obras Completas, III: Do Homem Da Cultura*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 89–103.

701 Rocha Peixoto, *A Terra Portuguesa*, Livraria Chardron, Porto, 1897, p. 38.



Fig. 22 Guerra Junqueiro em 1910 (*Maria Rita*, 5 novembro 1932).



Fig. 23 José Leite de Vasconcelos (desenho de Francisco Valença, *O Chinelo*, 1900).

comenta “sim, num paiz de preguiçosos com horror ao saber, a maior parte da população fanatizada pela crença contenta-se em rezar ou em coisas que a não obriguem a puxar muito pelo cerebro.” Esta não era, porém, uma opinião original — já em 1907, Basílio Teles tinha manifestado ideia semelhante⁷⁰²:

Sim, meus amigos, este povo é ignorante e é indolente, avesso a pensar e a proceder. Incrédulo na aparência, permaneceu sempre bom católico, acredita na Providência e nos milagres.

Depois de se referir ao efeito nefasto do positivismo sobre a fé dos ingleses, o Pe. Senna de Freitas (1840–1913)⁷⁰³ desabafava: “e Portugal? não foi, nem é, nem nunca provavelmente será um paiz de sciencia.” Na opinião deste padre — crítico, mas não “systematicamente oposto e *in totum* á filosofia positiva de A. Comte” — o positivismo seria incapaz de desenvolver a ciência em povos com a nossa índole, pouco dada a “locubrações austeras nem a trabalho pacientemente analítico. [...] A natureza compôs-nos em *do* menor. [...] As descobertas foram um momento na nossa historia e Herculano ou Oliveira Martins uma excepção brilhante no pequeno *in octavo* dos nossos fastos scientificos⁷⁰⁴”.

No século XX, continuaram a ser numerosos os autores que escreveram sobre a preguiça portuguesa. Alguns foram contundentes nas suas críticas; outros, mais tolerantes. Em 1918, num artigo em que elogiava o trabalho, a honradez, a humildade e a inteligência do ilustre botânico Júlio Henriques de Coimbra, Anselmo Ferraz de Carvalho concluía⁷⁰⁵:

Exemplos como este duma alta inteligência, duma capacidade de trabalho extraordinária votadas exclusivamente à cultura da sciência, são infelizmente poucos num país de indolentes como o nosso.

702 Grupo Renovação Democrática, *A Organização da Democracia — Manifesto Político*, Editorial R.D. [Renovação Democrática], 1933, pp. 268–269.

703 Antero de Figueiredo, *O Padre Sena Freitas*, Livraria Aillaud e Bertrand, Paris — Lisboa, 1926.

704 Pe. Senna Freitas, *A Doutrina Positivista*, Coleção “Sciencia e Religião” XLII, Livraria Povoense, Editora de José Pereira de Castro, Póvoa de Varzim, s/d, pp. 52–53, 65.

705 Anselmo Ferraz de Carvalho, “O Ensino da Botânica e o Jardim Botânico”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 65, nº 5, maio 1918, p. 274.

A propósito de os alunos universitários não serem obrigados a assistir às aulas teóricas mas apenas às aulas práticas (uma prática corrente ainda hoje!...), Diogo Pacheco de Amorim (1888–1976) afirmava, em 1923, o seguinte⁷⁰⁶:

É do nosso feitio, costume e creio que natureza, fazer hoje só aquilo que de todo em todo se não pode deixar para amanhã. A negligência é a tara mais generalizada na nossa raça. A um povo tão fundamente ferido por este mal, é loucura pedir um esforço aturado e voluntário.

Américo Pires de Lima relativizava esta preguiça nacional, garantindo que o defeito apenas se declarava em solo pátrio⁷⁰⁷:

O Português só é capaz de desenvolver todos os seus recursos, que são inesgotáveis, quando longe da terra onde nasceu. Em competência com o estrangeiro desenvolve uma energia e um espírito de iniciativa absolutamente notáveis. Entregue a si próprio, no meio em que nasceu e se criou, deita-se a dormir o sono dos bem-aventurados...

Talvez a ideia do “jardim à beira-mar plantado”, implicitamente referida por Rocha Peixoto e que o poeta Tomás Ribeiro (1831–1901)⁷⁰⁸ tão bem immortalizou na introdução do poema *D. Jaime* (1862)⁷⁰⁹, se tenha radicado no subconsciente do povo português e faça parte da nossa cultura. Com a fábula da formiga e da cigarra, pretende-se enaltecer a atitude trabalhadora da formiga e criticar a preguiça da

706 Diogo Pacheco D'Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, pp. 22–23.

707 Américo Pires de Lima, *Na Costa d'Africa. Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, Gaia, 1933, p. 17, citado em Cruz Malpique, *Egas Moniz: Um paradigma como professor-investigador universitário, considerações marginais*, Aveiro, 1969, p. 27, nota 2.

708 Além de poeta, Tomás Ribeiro foi Ministro do Reino, da Marinha e das Obras Públicas e Governador Civil do Porto.

709 Jardim da Europa, à beira mar plantado / De loiras e d'acácias olorosas; / De fontes e d'arrosios serpeado, / Rasgado por torrentes alterosas; / Onde n'um cêrro erguido e requeimado / Se casam em festões jasmíns e rosas; / Balsa virente d'eternal magia, / Onde as aves gorgeam noite e dia! / [...] / Qual no deserto o lasso viandante / Vai no oásis sentar-se ao fim do dia, / Achando extenuado, e arquejante, / Verdor, fontes, aroma, e harmonia; / E n'aquella atmosphaera inebriante / Se alimenta, se farta, se extasia; / Tal és do sol oásis reservado, / Jardim da Europa, à beira-mar plantado!

cigarra. Há apenas 70 anos, um professor leu esta fábula a uma turma feminina do 1º ano liceal, e depois quis saber a opinião das meninas sobre quem procedia mal. — A formiga, responderam elas! E porquê? — Porque a formiga é avarenta e má por não atender aos rogos da cigarra! Apesar das meninas desta turma reconhecerem que a cigarra não trabalhava como devia, preferiam ser como ela, porque andava sempre a cantar⁷¹⁰... Para um português, esta reação das crianças não é surpreendente; justifica-se com a natural bondade infantil. No caso de um jovem ou adulto, seria condenável mas continuaria a merecer a nossa desculpa ou absolvição!

À preguiça junta-se a falta de pontualidade, um defeito antigo que muito afeta ainda hoje as nossas relações sociais. Em Portugal, considera-se de bom tom que pessoas importantes cheguem sistematicamente atrasadas. Durante a sua estadia em Inglaterra como embaixador, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal, compreendeu a importância da pontualidade dos ingleses e mais tarde, já com responsabilidades governativas, “manda vir de Inglaterra centenas de relógios de caixa grande, que espalha pelos serviços públicos de todo o país — os célebres ‘relógios ingleses’ que ainda hoje [1956], melhores ou piores conservados, decoram as nossas mais antigas repartições e instituições⁷¹¹”. Também neste assunto, o Marquês de Pombal não conseguiu concretizar o seu intento, devido, desta vez, à inércia de velhos hábitos decorrentes de mais um defeito — a displicência nacional.

Outros defeitos foram sendo apontados aos portugueses, muitas vezes misturados com qualidades e virtudes⁷¹². O Abade António da Costa (1714?–1780?) — um homem notável, autor de umas

710 A. Saraiva de Carvalho, *Os Princípios Fundamentais da Educação*, Imprensa Universal, Aveiro, 1951, p. 11.

711 Carlos Estorninho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, pp. 32–33.

712 As virtudes dos portugueses — nobreza, engenho, bom governo, honestidade, verdade, fidelidade, reconhecimento, liberalidade, magnificência, magnanimidade, constância, auto-confiança, paciência, clemência, humanidade, temperança, sobriedade e abstinência — foram exaltadas e exemplificadas num livro de António de Sousa de Macedo, dedicado a Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), publicado pela primeira vez em 1631 e intitulado *Flores de España, excelencias de Portugal: em que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho y curiosidad*.

*Cartas Curiosas*⁷¹³, que viveu muitos anos no estrangeiro, nomeadamente em Roma e Viena — entendia que “os portugueses são como tigres, são soberbos, furiosos, de mau humor, inquietos, invejosos, vingativos⁷¹⁴”, afirmando discordar totalmente da opinião que de nós tinham os italianos⁷¹⁵. Para além da já citada preguiça, Guerra Junqueiro encontrou nos portugueses defeitos não menos gravosos⁷¹⁶:

O português, apático e fatalista, ajusta-se pela maleabilidade da indolência a qualquer estado ou condição. Capaz de heroísmo, capaz de cobardia, toiro ou burro, leão ou porco, segundo o governante. Ruge com Passos Manuel, grunhe com D. João VI. É de raça, é de natureza. Foi sempre o mesmo.

Este modo rude de tratar os portugueses usou-o também Guerra Junqueiro para tratar a religião⁷¹⁷, como se pode ver em *A Velhice do Padre Eterno*, que é uma virulenta sátira ao catolicismo^{718,719}. Não faltaram reações duras às palavras desrespeitosas de Guerra Junqueiro. O famoso padre José Joaquim de Sena Freitas criticou severamente *A Velhice do Padre Eterno* num folheto *Autópsia da Velhice do*

713 Joaquim de Vasconcelos, *Cartas Curiosas que Escreveu António da Costa de Várias Terras por Onde Andou a Várias Pessoas da Cidade do Porto*, Imprensa Literário-Comercial, Porto, 1878; *Cartas do Abade António da Costa*, Introd. Fernando Lopes Graça, Cadernos da “Seara Nova”, Biblioteca do Século XVIII, Lisboa, 1946.

714 *Idem*, pp. 60–61.

715 *Idem*, pp. 50–53, 61.

716 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 370.

717 Uma análise crítica da atitude religiosa de Guerra Junqueiro pode ler-se em Serafim Leite, “As responsabilidades de Guerra Junqueiro”, em *Brotéria*, Série Mensal, Fé — Ciências — Letras, Vol. X, 1930, pp. 273–284; Serafim Leite, “As Atitudes Filosófico-Religiosas de Guerra Junqueiro”, em *Brotéria*, Série Mensal, Fé — Ciências — Letras, Vol. XI, 1930, pp. 5–16

718 Em 1919, Guerra Junqueiro rejeitou este seu polémico livro “chamando-lhe *livro de mocidade*, acto de *cristianismo exacerbado*, *panfleto excessivo e injusto como todos os panfletos*.” De republicano exaltado a monárquico contido, Junqueiro acabou por rescrever *A Pátria*, um texto anti-monárquico, reduzindo-a a dois terços do seu tamanho original. Perto da morte, suplicou que lhe fosse feito um enterro católico; v. Agostinho de Campos, “Conversão e Morte de Junqueiro”, em *Lusitania: Revista de Estudos Portugueses*, Fasc. II, março 1924, pp. 233–239; Alfredo Pimenta, “«A Pátria», de Guerra Junqueiro, a última das audácias, um negócio de «filosofos»”, em *A Palavra, suplemento ao nº 1*, 7 novembro 1927, Porto; António Cabral, *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Livraria Portugália, Lisboa, 1942.

719 Os exageros de linguagem de Guerra Junqueiro podem ser bem apreciados no seu livro *Pedro Soriano* (1882) com o poema intitulado *A Torre de Babel ou a Porra de Soriano*. Diz-se que, anos mais tarde, tentou recolher todos os exemplares deste folheto que lhe manchava o nome. Era tarde, porém!...

Padre Eterno (1888). Em 1913, o Pe. Amadeu de Vasconcelos não foi contido nos seus comentários⁷²⁰:

Junqueiro é judeu. À luz deste conhecimento toda a sua obra social se esclarece. Junqueiro aparece-nos então a reivindicar o seu legítimo lugar entre a elite dos seus irmãos de raça que repellem e combatem as forças tradicionais dos povos em que recebem agasalho. [...] Pois não é bem evidente que o estro de Junqueiro foi posto ao serviço da raça a que o poeta pertence? Serviu-se, sim, da nossa língua, mas só para que mais fundamente nos ferissem os seus insultos e os seus ataques às nossas tradições.

Augusto Fuschini (1843–1911), engenheiro e político, achava, em 1899, que a pusilanimidade de caráter era uma das piores e mais profundas características portuguesas. Períodos longos de falta de liberdade e regimes autoritários, bem como “a hereditariedade, os exemplos, as perseguições e o medo” teriam arrebatado “da alma nacional as enérgicas qualidades dos guerreiros e dos navegadores das primitivas eras heróicas da nossa história.” A quase indiferença e a passividade com que o povo recebe dos governantes as decisões mais contrárias aos seus interesses, resignadamente ou sem grandes protestos, seriam consequências desta fraqueza de caráter e do medo que tolhe as nossas ações. Junte-se a isto “a resignação levada até ao fatalismo, a inconsciência dos direitos individuais [...], a indiferença se não a repugnância pelo trabalho, a desconfiança recíproca, a inveja, manifestando-se pela maledicência e pela intriga, a subserviência medrosa e hipócrita nos inferiores, a vaidade tirânica nas elevadas posições” para percebermos a razão pela qual o povo português é uma raça deprimida e cientificamente atrasada devido à incapacidade para o trabalho árduo e persistente⁷²¹.

Outros defeitos, identificados com a credence, ingenuidade ou maledicência, atrapalham o bom desempenho social e cultural dos

720 Mariotte, *Os Meus Cadernos*, nº 8, 31 dezembro 1913, Editores: Almeida & Miranda, Lisboa, p. 115.

721 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 427.

portugueses. Em 1900, ainda no início da sua juventude antes de se tornar um respeitado jornalista, Augusto de Castro (1883–1971) comentava⁷²²:

Tem um defeito este portuguez — é um pouco supersticioso, um pouco beato, na sua ingenuidade d’arminho, no ilusionismo do carinhoso ceu da sua aldeia. Crê muito em bruxas, em duendes, em fantasmas. Numa borboleta negra vê uma desgraça, no uivar d’um cão pelo travor da noite um presagio escuro e agoi-rento. É fatalista. É um cego, um mudo, um paralytico á espera do Destino.

António Câmara (1901–1971)⁷²³, o mentor e primeiro diretor da Estação Agrónoma Nacional — depois de ter abandonado o seu lugar de professor catedrático no Instituto Superior de Agronomia para se dedicar à investigação a tempo inteiro — reconhecia as grandes dificuldades que o esperavam, mas receava, sobretudo, o “risco eminente, mas oculto” das “múltiplas serpentes venenosas, sempre prontas a saltar e a morder, que se chamam inveja, maledicência, espírito de intriga, maldade⁷²⁴”.

A velha e propalada virtude dos “brandos costumes” é um preconceito que não resiste sequer a uma análise superficial do nosso comportamento coletivo⁷²⁵. Há mesmo quem afirme que a brandura portuguesa é uma máscara — “raspai-a”, dizia Miguel de Unamuno (1864–1936)⁷²⁶, “e encontrareis uma violência plebeia que chegará a

722 Augusto de Castro, *Religião do Sol*, F. França Amado — Editor, Coimbra, 1900, p. 19.

723 Vasco Leónidas, *António Câmara, Mestre de Cientistas e de Agrónomos*, Lisboa, 1971; Miguel Mota, *O Prof. António Câmara como Investigador de Genética*, separata do livro *Homenagem à Memória do Professor António Câmara*, Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, Lisboa, 1981.

724 António Câmara, “Investigações Agronómicas”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, p. 135.

725 Num pequeno texto intitulado *A brandura dos nossos costumes*, Sampaio Bruno desmontou com exemplos quotidianos a pouca fundamentação para este preconceito. V. *Sampaio (Bruno)*, pref. Álvaro Ribeiro, edições SNI, Lisboa 1947, pp. 49–52.

726 Miguel de Unamuno fez uma análise da psicologia do povo português no livro *Por Tierras de Portugal y de España*, mas — na opinião do ensaísta Rodrigo Soares (1917–1982) (pseudónimo de Fernando Pinto Loureiro) — sem a mínima seriedade, competência e coerência. “É preciso dizê-lo claramente: em *Por Tierras de Portugal*, Unamuno não foi só inexato, contraditório, superficial, incoerente e verboso. Lançou um manto de vergonha e desprezo sobre o heroísmo, a virilidade e as energias do nosso povo”; v. Rodrigo Soares, “Por Terras de Portugal”, em *Vértice*, Vol. III, nº 45, abril 1947, pp. 323–333, 330.

assustar-vos⁷²⁷". Foram portugueses que, no século XVI, executaram as carnificinas e outros atos selvagens ordenados tanto por Vasco da Gama (Fig. 24), em Calecute, como por Afonso de Albuquerque, em Curiate, Ormuz e Goa. As crueldades ordenadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII⁷²⁸ foram igualmente executadas por mãos portuguesas⁷²⁹. Não esqueçamos as barbaridades praticadas nas lutas liberais (1828–1834), por miguelistas⁷³⁰ e cartistas, e nas convulsões revolucionárias da 1ª República.

Os autos de fé, tão apreciados pelos nossos antepassados de seiscentos e de setecentos, mostram igualmente que os costumes lusitanos não eram brandos e a tolerância era muito pouca. A Santa Inquisição, uma instituição execrável⁷³¹, era tão estimada entre os “cristãos velhos” que há quem afirme que nem o próprio Marquês de Pombal se sentiu com suficiente força política para a eliminar, conseguindo apenas enfraquecê-la^{732,733}. Depois da ação do Marquês, o número de

727 Miguel de Unamuno, *Por Terras de Portugal e da Espanha*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989, p. 66.

728 Os martírios dos Távoras e do Pe. Malagrida são frequentemente referidos como actos de barbárie do Marquês; v. *O processo dos Távoras, a expulsão dos jesuítas*, Manuel João Gomes (coord.), Edições Afródite, Fernando Ribeiro de Mello, Lisboa, 1974; Isaías da Rosa Pereira, “O Auto-da-fé de 1761”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 367–376.

729 Sampaio Bruno achava que a abolição da pena de morte em Portugal, decretada em 7 de julho de 1867, tinha sido “um acto de contrição que nos absolveu de muitas crueldades pretéritas”; v. *Sampaio (Bruno)*, pref. Álvaro Ribeiro, edições SNI, Lisboa 1947, p. 17.

730 *Horrorosa mortandade, feita em todos os presos políticos, que se achavam no Castello de Estremoz, no infauto dia 27 de julho de 1833, com todas as circunstancias que acompanharam tão inaudita catastrophe, e nomes dos assassinos e presos assassinados*, folheto, 3ª ed., Typographia do Tribuno Popular, Coimbra, 1874.

731 Sobre a Inquisição, afirmava-se na *Brotéria*, em 1944, que “o estilo esquisitorial era severo, por vezes foi longe de mais, mas não era criminoso, nem possesso de loucura religiosa”!... V. Mário Martins, “A sombra de Torquemada”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVIII, 1944, p. 64.

732 A Inquisição atingiu tal poder económico e político dentro do Estado que D. João IV lhe retirou o direito de confiscar bens. Após a sua morte, porém, esse direito foi restaurado. O Marquês de Pombal promulgo um novo *Regimento do Santo Ofício*, atenuando algumas das suas práticas e acabando com a distinção entre cristãos-novos e velhos, uma discriminação que, até teologicamente, era inaceitável, já que punha em causa a eficácia do sacramento do baptismo. Na prática, os cristãos-novos continuaram a ser perseguidos, e o Marquês tentou usar a Inquisição, em serviço da coroa absolutista, na luta contra os livres-pensadores. Em 1781, realizou-se em Coimbra o último auto de fé em Portugal no qual se presenciaram mortes. Foram queimadas 17 pessoas; v. Luís A. de Oliveira Ramos, *A Inquisição Pombalina*, separata da *Brotéria*, Vol. 115, nº 2–3–4, agosto–setembro–outubro 1982, pp. 170–180.

733 Sobre a violência dos portugueses em vários aspetos da vida social nos séculos XIX e XX, v. João Fatela, “O sangue e a rua”, *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 7, abril–junho 1985, pp. 67–98.



Fig. 24 Vasco da Gama (desenho de autor desconhecido, coleção particular).

familiares do Santo Ofício⁷³⁴ continuou a aumentar⁷³⁵. Nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, a Inquisição recuperou algum protagonismo, embora por poucos anos. A Revolução Francesa fê-la despertar de novo, para enfraquecer mais uma vez. Nos primeiros anos do século XIX, a Inquisição — nas palavras de José Liberato Freire de Carvalho — “se ainda tinha unhas para arranhar, já não tinha dentes para morder⁷³⁶”. António Baião descobriu processos que a Inquisição de Lisboa mandou arquivar no princípio do século XIX, os quais, décadas antes, teriam certamente levado os acusados à fogueira⁷³⁷. A revolução liberal de 1820 acabou com a Inquisição em Portugal quando esta já estava moribunda, e todos, cristãos novos⁷³⁸ e velhos, ficaram apaticamente aliviados⁷³⁹. Com o decreto de 31 de março de 1821, foram suprimidas as Inquisições de Lisboa, Tomar, Coimbra⁷⁴⁰, Évora, Viseu e Porto, sem responsabilizações nem culpas, apenas com sentimentos de horror⁷⁴¹:

Não houve protestos colectivos por parte da Fé escandalizada. Nem sonharia de-certo o Rei Piedoso [D. João III] que a sua obra tombaria, como um castelo de cartas, não provocando o levantamento da consciência portuguesa ofendida ante a demolição da sua fortaleza, que êle julgava indispensável à pureza das almas. [...]

734 Os familiares do Santo Ofício, maioritariamente fidalgos, desempenhavam funções de oficiais colaboradores com poderes para capturar os acusados, espalhando respeito e terror à sua passagem; v. Theophilo Braga, *O Martyr da Inquisição Portuguesa António José da Silva (O Judeu)*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1904, pp. 27–28.

735 Pedro Vilas Boas Tavares, “Da Reforma à Extinção: A Inquisição perante as ‘Luzes’”, em *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas”*, Vol. XIX, 2002, Porto, pp. 176–179.

736 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 141.

737 António Baião, “Dois processos inéditos da Inquisição moribunda”, Sessão da Classe de Letras em 10 de julho de 1958, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXX, maio a julho 1958, pp. 218–219.

738 Em Portugal, usava-se o termo “cristão-novo” para os confessos, isto é, para os judeus convertidos. Em Espanha, os mouros convertidos chamavam-se cristãos-novos; os judeus convertidos chamavam-se confessos.

739 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 402–405.

740 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 186.

741 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 317–318.

No dia 31 de maio facultaram-se ao público todos os segredos do Tribunal - masmorras, escaninhos, instrumentos suplicadores, saindo — dizem as crónicas do tempo — os visitantes horrorizados com o que haviam visto e sobretudo adivinhado.

Os estrangeiros que nos visitavam⁷⁴² ou viviam entre nós também escreveram as suas impressões mais ou menos negativas sobre as nossas qualidades⁷⁴³. Um francês que residiu em Lisboa um pouco antes de 1730 relatou que os portugueses são “ciumentos no mais subido grau, além de dissimulados, vingativos, motejadores, frívolos e presunçosos sem motivo, não tendo, excepção feita à nobreza, mais do que uma educação rudimentar⁷⁴⁴”. Porém, de acordo com este mesmo escritor, esses defeitos eram compensados por bastantes virtudes, visto que os portugueses possuíam “muita vivacidade e muita penetração e são invulgarmente submissos aos seus príncipes.” Além disso, são “muito reservados, fiéis amigos, generosos, caridosos com a parentela necessitada, sóbrios na alimentação, quase só comem peixe, arroz, aletria, legumes, doçarias, bebendo, habitualmente, apenas água⁷⁴⁵”. O duque de Chatelêt — que supostamente visitou Portugal em 1777 e que teria deixado um manuscrito com as suas memórias de viagem⁷⁴⁶ — achava que, genericamente, os portugueses eram “vingativos, ordinários, vaidosos, motejadores, excessivamente presunçosos, ciumentos e ignorantes”, mas também eram “patriotas, amigos generosos, fiéis, sóbrios e caridosos⁷⁴⁷”. Achava ainda que a “nação portuguesa, esfomeada de dissipação, gosta da música, da dança, dos espetáculos, das touradas,

742 João Palma-Ferreira, “Apontamentos sobre José Cornide e o Fim do Século XVIII Português”, em *Revista da Biblioteca Nacional*, Vol. 2, nº 2 julho–dezembro 1982, pp. 246–247.

743 Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977, pp. 53–57.

744 Castelo Branco Chaves, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, p. 56.

745 *Idem, ibidem*.

746 Nuno Luís Madureira, “Viajantes estrangeiros no Portugal do séc. XVIII”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 9, outubro–dezembro 1985, pp. 89–98.

747 *Voyage du Duc du Chatelet en Portugal*, 2ª ed., tomo I, Chez F. Buisson, Imp.-Lib., Paris, 1801, p. 70.

numa palavra, de tudo o que proporciona prazeres aos sentidos e mesmo da religião⁷⁴⁸". Sobre os fidalgos e os grandes de Portugal, Chatelet tinha uma opinião pouco favorável, pois afirmava que "eram muito limitados na educação, orgulhosos e insolentes, vivendo na mais profunda ignorância, não saem quase nunca do país para ir observar os outros povos⁷⁴⁹". Cavaleiro de Oliveira afirmava que "os próprios estrangeiros estão de acordo em que nós temos espírito, docilidade, maneiras, discernimento e génio próprio para apreender tudo o que há de bom no mundo. Mas os nossos caprichos, a nossa gravidade, as nossas maneiras irritantes de viver sem liberdade de pensar lançam-nos justas censuras e fundamentam a cruel opinião que formam de nós todos os povos do Universo⁷⁵⁰". G. Calvo Asensio, jornalista espanhol e durante algum tempo secretário da Legação Espanhola em Portugal⁷⁵¹, escrevia em 1870⁷⁵²:

Como o hespanhol o portuguez é imaginativo, poeta, poltrão, muito amigo de passar tempo, pouco industrial e commerciante, nada emprehendedor, amantissimo de insignificancias, abundantissimo de palavreado, fanfarrão, e excessivamente cuidadoso de exagerar glorias nacionaes; mas, alem de tudo isto, o sangue romano e arabe, que por suas veias corre, modificado e misturado com o brasileiro, *de tal modo ha debilitado a energia do character meridional*, que mais parece pertencer áquella fleugmatica raça de flamengos, que tão admiravelmente retratados estão no pincel de Van Dick, em cujos largos e avolumados rostos, coloridos por não sei que tinta alcoolica, se reflecte complementemente uma mansidão natural.

748 *Idem*, pp. 76–77.

749 *Idem*, p. 71.

750 Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 30.

751 Sobre Portugal, publicou: G. Calvo Asensio, *Lisboa en 1870. Costumbres, litteratura y artes del vecino reino*, Imprenta de los señores Rojas, Madrid, 1870.

752 Citado em Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, tomo I, Livraria de A.M. Pereira, Lisboa, 1879, p. 32.

No que se refere aos costumes e ao caráter, as mulheres portuguesas eram tratadas pelos escritores estrangeiros com maior bonomia do que os homens⁷⁵³. Todos eles se surpreenderam com a jovialidade e a beleza das nossas mulheres — “muito belas, bem fornidas de carne e muito brancas”, com “olhos negros e brilhantes, os dentes alvos e belos cabelos⁷⁵⁴”. “As mulheres portuguesas têm a melhor cor da Europa, os melhores dentes e os mais belos cabelos [...] São galantes, graciosas e bem informadas; mas vivem num permanente estado de isolamento. [...] São muito asseadas e coquetes⁷⁵⁵”. No entanto, ao lado da doçura, afabilidade e amabilidade, e de outras boas qualidades, havia também nas mulheres portuguesas aquilo que sobressaía nos homens: fingimento e mentira⁷⁵⁶. O Pe. António Vieira conta uma fábula alemã segundo a qual o diabo ao cair do céu se de fez em pedaços que se dispersaram pelos vários países europeus espalhando defeitos e vícios. À Espanha calhou a cabeça e, segundo o Pe. Vieira, a língua caiu em Portugal. Assim se justificariam os defeitos nacionais do maldizer e sobretudo da mentira⁷⁵⁷, dos quais as mulheres portuguesas também se não livravam.

A inveja é um dos mais notáveis defeitos atribuídos aos portugueses, embora não seja exclusivo da nação lusa. Com a palavra inveja terminou Luís de Camões o último verso dos *Lusíadas*. O Pe. António Vieira afirmava, no *Sermão de Santo António*, que “sendo muito poucos no mundo os homens que podem luzir; aqueles diante dos quais se possa luzir são muito menos⁷⁵⁸”. “Não há coisa que mais pique nem de que mais se piquem os naturais [de Portugal] que da

753 Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projeção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977, pp. 48–52.

754 *Idem*, pp. 48, 51.

755 Charles François Du Périer Dumouriez, *An Account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez*, London, 1797, p. 157.

756 Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projeção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977, p. 53.

757 “Hum pedaço do grande Vieira”, em *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, 2ª Série, Vol. 1, nº 24, pp. 232–233.

758 Citação em Mário Gonçalves Viana, *A Arte de Pensar*, Coleção Didáctica, Editora Educação Nacional, L.^{da}, Porto, p. 246; Pe. António Vieira, “Sermão de Santo António”, em *Sermões*, Vol. VII, Porto, 1908, p. 80.

emulação e da inveja⁷⁵⁹”. A esta chamava “vício natural de a Pátria não sofrer nem poder ver mais honrado a quem nasceu nela⁷⁶⁰”. Depois de gerar os seus maiores com “tão eminente estatura”, essa Pátria, “como dragão peçonhento, com raiva de os ver tão grandes, os morde, os roi, os abocanha, os ataçalha e não descança até os engolir e devorar de todo⁷⁶¹”. Bem sabia do que falava o grande António Vieira! ...

Queixando-se da ingratidão e da inveja de alguns compatriotas, motivadas pelo trabalho que realizava em Paris a favor da ciência e cultura portuguesas, o 2º Visconde de Santarém afirmava em carta datada de 1840⁷⁶²:

Foi a inveja e a ingratidão que nos fez perder a Índia, foi a inveja e a ingratidão quem nos hia fazer perder pela 2ª vez a independencia nacional na guerra da Acclamação, e seria a inveja e a ingratidão que nos perderia na de 1808 se um estrangeiro com vara de ferro e de um character a que tudo então se curvava que nos salvou da tal inveja que perderia tudo. Mas de que devo eu queixar-me á vista da causa nacional tantas vezes compromettida pela inveja e pela ingratidão? Que me posso eu queixar quando vejo morrer bravamente na batalha d’Alfarrobeira o maior homem do seculo XV, o infante D. Pedro, o Condestavel estar a ponto de hir chorar em reino estranho os effeitos da inveja, Vasco da Gama depois de descobrir a Índia e dobrar o Cabo da Boa Esperança só obter o titulo de Conde *pelos rogos* do Duque de Bragança, e coberto de loiros e de desgostos retirar-se a Vidi-gueira donde não voltou senão no reynado de D. João III, Affº d’Albuquerque ser acusado por um çapateiro de se querer fazer Rey da Índia e acreditar-se a accusação? Duarte Galvão morrer n’um hospital, como o Camões, etc., etc.

759 Pe. António Vieira, “Sermão de Santo António”, em *Sermões*, Vol. VII, Porto, 1908, p. 91.

760 *Idem*, p. 90.

761 *Idem*, pp. 81–82.

762 Vicente Almeida d’Eça, “Algumas cartas inéditas do Visconde de Santarem”, em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 23ª Série, nº 4, abril 1905, pp. 134–135.

Quase um século mais tarde, em 1923, Ricardo Jorge chamava à inveja um dos pecados mortais da alma portuguesa⁷⁶³:

Rascunhar escritos, compôr livros, para quê? Se não nos lemos uns aos outros. Tememos abrir o trabalho do compatriota, porque desconfiamos que não preste? não, porque tememos pelo contrario seja bom e nos vejamos forçados a reconhecer o mérito alheio, reconhecimento que pesa á nossa inveja, pecado mortal simbólico da alma nacional.

O ilustre médico portuense atribuía também este defeito aos espanhóis, chamando-lhe “aleijão constitucional”, “pecado mortal” e “tão mortal que, como afirma o ditado — nunca o invejoso medrou nem quem ao pé dêle morou.” Seria uma bênção “se se pudesse arrancar de raiz tão nefando sentimento atávico ou pelo menos atenuá-lo consideravelmente, de per si só a extracção dêste verdadeiro cancro infectante nos remediaria cinquenta por cento dos nossos males.”⁷⁶⁴ Almeida Garrett (1799–1854) lembrava o “cortejo de ciúme e inveja com que nesta malfadada terra foram sempre vistos os homens superiores pela vulgaridade presumida e ciosa, e que entre nós pisa com pé igual (como a morte de Horácio) *pauperum tabernas, regumque turres* [barracas de pobres e torres de reis]⁷⁶⁵”. Em Portugal — de acordo com Diogo de Couto — “não há para que uma coisa não seja feita, ou não seja bem feita, do que ser dita ou lembrada por outro primeiro⁷⁶⁶”.

Considerada geralmente como grave defeito, a inveja foi criticada por muitos portugueses esclarecidos. Os educadores conscientes sempre tentaram combatê-la, denunciando-a como perniciosa. Em 1905, Barboza Gama escrevia no jornal do seu colégio no Porto⁷⁶⁷:

763 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, p. 101.

764 Ricardo Jorge, *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro, Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, pp. 94–95.

765 “O Ciúme e a Inveja...”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano X, nº 9, janeiro 1955, p. 273.

766 “A Universidade e a Cidade, I: a Estação de Biologia Marítima”, em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (discursos, conferências, etc.)*, Porto, 1950, p. 291.

767 Barboza Gama, “A Inveja”, em *O Progresso Academico*, Ano I, nº 4, 1 maio 1905, Porto, p. 2.

Sentimento negro, devéras sinistro, implacavel como todos os sentimentos perversos, a inveja é a fonte hedionda de todos os males, de todas as vergonhas, de todos os crimes e monstrosiedades da vida humana. [...] Aparece o trabalhador honesto? Lá está o invejoso deprimindo-o, mordendo-o e apunhalando-o pelas costas [...]. Apareceu o homem de talento? Lá está o invejoso pungido até ás entranhas de riso acerado e convulso, de olhar tragico e sanguineo, trovejando coleras ou açulando hostilidades [...]. Aparece o homem victorioso? Lá está o invejoso de face contrahida e olhar febril, desvirtuando o que é nobre, o que é sincero, o que é expontaneo, o que é sublime [...].

Com defeitos tão gravosos e tão entranhados na alma portuguesa, como é a inveja, não admira que trabalhos científicos realizados por raros compatriotas tenham sido por inveja ignorados ou até maldosamente destruídos, não podendo aproveitar às gerações seguintes. O caso do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756–1815)⁷⁶⁸ é exemplar. Depois de passar quase dez anos da sua vida (1783–1793) a viajar pela região amazónica e regressar carregado de exemplares botânicos de extraordinário valor científico, quando se preparava para fazer o estudo sistemático desse material verificou que “mão malévola, determinada pela inveja e ciumes [...], praticara a infamia de lançar a desordem nos exemplares colhidos por elle, confundindo, desencaminhando e trocando os numeros e etiquetas que traziam⁷⁶⁹”. O autor deste ato teria sido um empregado do gabinete da Ajuda, mas, de acordo com a tradição, não teria sido um português⁷⁷⁰!... Após a morte de Alexandre Rodrigues Ferreira, os seus escritos desapareceram misteriosamente — “os seus

768 João Ribeiro Mendes, *Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira— Geógrafo (Ensaio Síntese)*, Tese apresentada no X Congresso Brasileiro de Geografia em 1944, Rio de Janeiro, 1945; D. A. Tavares da Silva, “O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira”, em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 65ª, n.º 3-4, março-abril 1947, pp. 117–188; Américo Pires de Lima, *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1953; Napoleão Figueiredo, *Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista da Amazônia no Século XVIII, In Memoriam de Cristóvão Santos*, separata de *Bracara Augusta*, Vol. XXXVI, n.º 81–82 (94–95), janeiro–dezembro 1982, Braga, 1982.

769 A.J. Ferreira da Silva, “Exposição de História Natural”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Vol. 1, Typographia Occidental, Porto, 1881, p. 346.

770 João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Semana do Ultramar, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1958, p. 19.

preciosos manuscritos cuidadosamente arquivados pelo Visconde de Santarem, foram em 1842 pedidos de empréstimo pelo governo brasileiro, para serem publicados a expensas suas, e até hoje [1891] não voltaram nem d'elles appareceu uma só folha impressa⁷⁷¹!” Sobre as suas notáveis observações e descobertas teria caído uma espécie de fatalidade⁷⁷². Existem atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vários documentos manuscritos, constituindo a *Colecção Alexandre Rodrigues Ferreira*⁷⁷³, e recentemente appareceu na Universidade de Coimbra um herbário de peixes da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira obtida durante a grande expedição⁷⁷⁴ que dirigiu e realizou na Amazónia⁷⁷⁵. A maior parte desta coleção, inacessível aos investigadores portugueses, encontra-se em Paris, depois de ter sido levada de Lisboa, por indicação direta de Geoffroy Saint-Hilaire, como “recompensa de guerra”, pelas tropas napoleónicas que invadiram Portugal⁷⁷⁶. Parcelas significativas da coleção foram desviadas para fora do país e oferecidas a embaixadores estrangeiros, acompanharam a família real na sua fuga para o Brasil e foram perdidas numa exposição realizada em Madrid ou destruídas no incêndio da Escola Politécnica de Lisboa de 1978⁷⁷⁷.

771 Eduardo Sequeira, *Adolpho Frederico Moller*, Extrahido do J. de Horticultura Pratica, Vol. XXII, maio 1891, Typographia Cruz Coutinho, Porto, 1891, p. 9.

772 J. Bettencourt Ferreira, “Acêrca da ‘Viagem Filosófica’ do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e da Colonização Portuguesa no Brasil (1783–1923)”, em *Actes des Conférences et Communications*, III^e Congrès International d’Histoire des Sciences, 1934, Lisboa, 1936, pp. 385–390.

773 Ângela Pôrto, “Das febres reinantes: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira ao estudo das enfermidades no Brasil colônia”, em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*, Universidade de Évora, Évora, 2001, p. 236.

774 Há alguns anos foram feitos interessantes estudos sobre a história desta expedição; v. *Memória da Amazónia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Filosófica*, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra, 1991; *Viagem Filosófica — Uma Redescoberta da Amazónia (Philosophical Journey — A Rediscovery of the Amazon)*, 1792–1992, Associação Promotora da Instrução, Editora Index, Rio de Janeiro, 1992; Manuel Cadafaz de Matos, “No segundo centenário da *Viagem Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, por terras do Brasil”, em *Memórias*, Vol. XX, Academia de Marinha, Lisboa, 1991.

775 Pedro Casaleiro, Ana Cristina Rufino, Filipa Heitor, Paulo Mota, “Redescoberta da coleção ictiológica do século XVIII no Museu da Ciência, Universidade de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1006–1017.

776 Sobre o espólio roubado do Museu e do Jardim da História Natural da Universidade de Coimbra pelas tropas francesas por ordem de Junot, com base na escolha de Geoffroy Saint-Hilaire, v. Abílio Fernandes, *Quatro Cartas Inéditas de Brotero para o Conde da Barca*, Tipografia da Atlântida, Coimbra, 1947, pp. 6–7; *Memória da Amazónia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Filosófica*, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra, 1991, pp. 67–68.

777 *Idem*, pp. 69–71.

Por inveja, foi desvalorizada entre nós a importante descoberta do alcalóide cinchonina feita pelo médico Bernardino António Gomes (1768–1823). Como relatou Virgílio Machado em 1925, foram muito mal acolhidos os resultados de tão importante trabalho:⁷⁷⁸

Por uns foram recebidos com indiferença aparente ou real, nalguns casos, devido à sua incapacidade de julgamento; por outros com desconfiança e ainda por outros com hostilidade. Não se demorou em aparecer a turba dos detractores invejosos, sempre maus, todavia dignos de piedade, porque os atormenta a infelicidade de andarem constantemente amargurados com o bem alheio. As descobertas do Dr. Bernardino foram atacadas no único jornal médico que então havia!

Foi necessário o reconhecimento vir do estrangeiro para que se calassem os zoilos nacionais.

Os trabalhos inovadores do clínico Carlos May Figueira (1829–1912) — o iniciador em Portugal dos estudos histológicos e anatómico-patológicos fundamentados nas técnicas microscópica e de química analítica — despertaram a inveja e a troça de um colega cirurgião que, ao referir-se ao famoso histologista, comentava: “não trabalha mal com os instrumentos de latão⁷⁷⁹”. Todos se riram de May Figueira quando este descreveu uma aspergilose humana depois de ter observado e estudado uma caverna pulmonar de um autopsiado que mostrava uma forte cor esverdeada⁷⁸⁰. Não menos troça despertou o curso inovador de microscopia que este ilustre médico lecionou em 1863 e que foi aberto a toda a comunidade académica, incluindo os professores. Passados dois anos, May Figueira viu-se obrigado a limitar o curso apenas aos seus alunos. Apesar de todo o esforço de modernização e de disseminação das técnicas microscópicas que realizou, já não havia em 1879, poucos anos após a sua jubilação, quem soubesse, na Escola Médica de Lisboa, trabalhar com o microscópio!...

⁷⁷⁸ Virgílio Machado, *O Doutor Bernardino Gomes (1768–1823), A sua Vida e a sua Obra*, Portugalia, Editora, Lisboa, 1925, p. 75.

⁷⁷⁹ A. Celestino da Costa, *O Professor May Figueira*, separata da *Medicina Contemporânea*, nº 23, 8 junho 1913, Typographia Mendonça, Lisboa, 1913, p. 9.

⁷⁸⁰ *Idem, ibidem.*

Em 1962, de acordo com as palavras críticas de Cruz Malpique, a inveja continuava a depreciar o trabalho de quem tentava fazer investigação científica⁷⁸¹:

Não falta aí quem, mais ou menos à boca pequena, faça referências pouco amáveis aos investigadores científicos. No fundo, os detractores da investigação científica (e esses tais situam-se entre gente intelectualmente responsável, e até responsável do ponto de vista universitário), são apenas uns despeitados. Como lhes falta talento ou tempo, ou lhes sobre *auri fames*, desdenham da mercadoria que não podem comprar. A essa casta de invejosos sentimos naturalmente desejo de dizer: *je vous connais, beaux masques!*

A falta de reconhecimento do trabalho científico impedia naturalmente o progresso da ciência e, por isso, nunca teve uma existência efetiva em Portugal⁷⁸² aquilo a que se convencionou chamar “escola” — um grupo organizado, integrando jovens investigadores orientados pelos mais experientes, com um projeto científico próprio e métodos de trabalho coerentes e continuados, que se desenvolve e mantém ao longo de gerações. Há exemplos de vários cientistas que criaram instituições com alguma qualidade que acabaram por definhar por falta de financiamento e por desinteresse governamental devido à intriga, à perseguição⁷⁸³, e ao oportunismo, mas sobretudo por causa da inveja. Iniciaram-se algumas poucas escolas, mas terminaram, mal os seus fundadores, pelas leis naturais da vida, ficaram incapazes de as dirigir. Joaquim Pires de Lima afirmava em 1923⁷⁸⁴:

781 Cruz Malpique, *Uma Filosofia da Cultura — Aspectos Pedagógicos*, Livraria Ofir, Porto, 1962, p. 137, nota (2).

782 J.A. Pires de Lima, *Fora da Aula*, Araújo & Sobrinho, Suc.^{tes}, Porto, 1929, pp. 40–46.

783 Enquadra-se nesta situação, o caso do Prof. Ferreira da Silva, que era diretor do Laboratório Químico Municipal mandado encerrar pela Câmara do Porto. A polémica que se seguiu causou a interrupção da carreira científica de um dos mais famosos, se não o mais famoso, dos químicos portugueses, com apenas 53 anos!...

784 J.A. Pires de Lima, *Fora da Aula*, Araújo & Sobrinho, Suc.^{tes}, Porto, 1929, p. 43.

Não é de estranhar que os nossos sábios apareçam de forma esporádica, e que terminem a sua carreira sem deixar escola. É forçoso confessar que o Estado não se interessa pelas obras científicas, não as fomenta, não as conhece, não as premeia nem aprecia. O público está deseducado e considera os homens de ciência como umas pobres criaturas atacadas de uma espécie de loucura mansa, que passam inocentemente a vida nos laboratórios, sem fazer mal a ninguém...

Em Portugal era assim: as instituições de investigação científica nasciam com os seus líderes e sem eles, geralmente, estiolavam e morriam. Em 1948, Júlio Pomar citava António José Saraiva para aludir a esta singularidade nacional, igualmente presente na área mais geral da cultura⁷⁸⁵:

Como notou António José Saraiva, não existe uma continuidade da cultura portuguesa — limitamo-nos a assistir apenas ao aparecimento sucessivo de vários impulsos que, ora nascem, logo se escoam [...]. Cada vulto que surge tem de andar sozinho desde o princípio do mundo.

Houve casos de muitos cientistas portugueses cujos trabalhos inovadores nunca foram prosseguidos por discípulos após a sua morte, e houve outros cujas atividades só foram retomadas após longos períodos de esquecimento. Após a morte do fundador e diretor, José Leite de Vasconcelos, a atividade do Museu Etnológico reduziu-se significativamente, tendo-se afirmado em 1964 que “apesar de algumas colecções etnográficas valiosas, pode dizer-se que o museu é quase exclusivamente um museu de arqueologia. Além disso, é um museu morto, sem quadros de investigadores, sem conservadores e sem instalações adequadas⁷⁸⁶”.

O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, por exemplo, teve um período de apogeu no final do século XVIII, com Avelar

785 Júlio Pomar, “Na Abertura da Exposição Póstuma de Abel Salazar”, em *Seara Nova*, Ano XXVII, nº 1069, 24 janeiro 1948, p. 19.

786 Jorge Dias, *Museu Nacional e Museus Regionais de Etnografia*, Cadernos de Etnografia, Museu Regional de Cerâmica, Barcelos, 1964, pp. 16-17.

Brotero (1744–1828)⁷⁸⁷, mas, após a sua saída forçada pela inveja, o Jardim entrou em declínio. Em 1854, encontrava-se em “extrema decadência”, e Henrique do Couto d’Almeida foi escolhido para a sua direção, cargo em que se manteve até 1867. O trabalho deste professor nos últimos anos da sua direção não terá agradado ao Conselho da Faculdade de Filosofia, que apresentou, em 1867, ao regente D. Fernando II — na ausência do rei D. Luís em França — uma exposição com graves acusações de incompetência e negligência, às quais o acusado respondeu num folheto publicado no ano seguinte⁷⁸⁸. Em 1867 foi nomeada uma Comissão Administrativa para avaliar os problemas da instituição, tendo completado o seu trabalho em 27 de agosto de 1868⁷⁸⁹. Nesta altura, havia no Jardim Botânico 127 famílias naturais de plantas com 833 géneros e mais de 2000 espécies. O Jardim Botânico de Coimbra só foi reanimado em 1873, 65 anos depois da saída de Brotero, sob a direção do professor Júlio Augusto Henriques (1838–1928)⁷⁹⁰, que organizou o “museu botânico⁷⁹¹”, isto é, o espólio botânico do Museu de História Natural, e fundou, em 1880, a Sociedade Broteriana dedicada ao estudo da botânica, em torno da qual se juntaram alguns sócios bastante ativos: Jaime Batalha Reis, o Conde de Ficalho e Adolfo Möller⁷⁹². Pela ação desta sociedade criou-se um importante herbário e iniciou-se em 1882 a publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana*. As atividades da sociedade e as suas publicações tornaram conhecido o Jardim Botânico além fronteiras.

787 Brotero foi nomeado lente de Botânica e de Agricultura por decreto de 25 de fevereiro de 1791. Por mercê especial, foi-lhe conferido o capelo gratuito na Faculdade de Filosofia, o que despertou naturais desgostos e invejas; v. Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 168; A. Fernandes, “Novos dados sobre os conflitos de Brotero”, em *Anuário da Sociedade Broteriana*, Ano XVI, Coimbra, 1950, pp. 25–51. Pelo seu reconhecido mérito, Brotero teve sempre a proteção de pessoas altamente colocadas nos negócios de Reino; v. Abílio Fernandes, *Quatro Cartas Inéditas de Brotero para o Conde da Barca*, Tipografia da Atlântida, Coimbra, 1947, pp. 7–8. Pode ler-se um conjunto de interessantes artigos sobre Brotero em *O Instituto*, 2ª Série, Vol. XXVII, nº 6, dezembro 1889, e em *Revista da Faculdade de Ciências*, Volume comemorativo do II Centenário do nascimento de Brotero, Vol. XIV, 1945.

788 *Resposta do Dr. Henrique do Couto d’Almeida*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1868.

789 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 241.

790 No 80º aniversário natalício de Júlio Augusto Henriques publicaram-se vários artigos sobre a sua vida e obra em *O Instituto*, Vol. 65, nº 5, maio 1918, pp. 225–274. Ver ainda António Xavier Pereira Coutinho, *Dr. Júlio Augusto Henriques*, separata do *Boletim da Sociedade Broteriana*, Vol. VI (II Série), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

791 Raquel Amaral, Pedro Casaleiro, “A coleção de modelos utilizados por Júlio Henriques no ensino da Botânica em Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1303–1308.

792 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 257.

De acordo com Luís Wittnich Carrisso (1886–1937)⁷⁹³, (Fig. 25) a Sociedade Broteriana já “tinha uma existência puramente virtual” em 1910, quando Júlio Henriques atingiu os 62 anos. Foi de alguma forma reanimada por Carrisso que, a partir de 1918, assumiu o cargo de diretor da Sociedade e do Jardim⁷⁹⁴. Todo o reconhecido trabalho de Júlio Henriques se perdeu, e mais uma vez tudo recomeçou⁷⁹⁵. Após a morte de Carrisso⁷⁹⁶ durante uma expedição científica em Angola, um novo período de declínio atingiu a instituição... No intervalo de cerca de 120 anos, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra não conseguiu ter uma vida estável e, por isso, nunca pôde contribuir, como devia, para um ensino continuado e eficaz. Não foi capaz de criar a tradição de uma escola científica que pudesse concretizar investigação planeada a médio e a longo prazo.

A continuação de uma obra científica meritória pela geração seguinte é uma condição imprescindível para o rápido desenvolvimento da ciência. Em 1956, os professores participantes no Congresso Luso-Espanhol das duas associações ibéricas para o Progresso das Ciências concluíam que a sua obra será “necessariamente imperfeita e incompleta se não criarem discípulos, se não fizerem escola, se o seu

793 Ana Cristina Martins, “Colhendo plantas, semeando ideias. Luís W. Carrisso (1886–1937) e a ocupação científica das colónias portuguesas (1934)”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 373–389; A. Ferraz de Carvalho, “Doutor Luis Carrisso (14–II–1885; 14–VI–1937)”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VI, nº 3, 1937, Universidade de Coimbra, pp. 385–389; R. de M. [Raúl de Miranda], “Professor Doutor Luís Carrisso”, em *A Terra, Revista Portuguesa de Geofísica*, nº 29–30, maio a julho 1937, dir. Raúl de Miranda, Coimbra, pp. 86–87; Abílio Fernandes, “Evocação da Vida e Obra do Prof. Doutor Luís Wittnich Carrisso no Centenário do seu Nascimento”, em *Cadernos Municipais 19*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1987.

794 Luís Wittnich Carrisso, *A Reorganização da Sociedade Broteriana*, separata de *Notícias Farmacêuticas*, 1937, p. 6; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 312.

795 Em 1925, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra passou a designar-se Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques. Os discursos da ocasião foram publicados em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª Série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 3, 1925, pp. 247–265. Na altura em que o lugar de Júlio Henriques na Academia das Ciências de Lisboa foi preenchido, o seu substituo Manuel de Sousa da Câmara fez-lhe o elogio histórico; v. Manuel de Sousa da Câmara, “Elogio histórico do Dr. Júlio Augusto Henriques”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. IV, maio 1932, pp. 248–289; “Resposta do sócio efectivo Sr. A. Ferraz de Carvalho ao elogio histórico do doutor Júlio Henriques”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. IV, maio 1932, pp. 290–293.

796 Devido ao seu empenho pessoal em acompanhar e melhorar a vida estudantil, o Dr. Carrisso foi muito respeitado e querido pelos estudantes de Coimbra a quem chamavam — embora o não tivesse sido — o “seu Reitor.” Fora vice-reitor interino de 1929 a 1931; v. António Macedo, *Da Academia do meu tempo aos estudantes de amanhã*, Livraria Internacional, Porto, 1945, pp. 24–29.

trabalho se não projectar no futuro⁷⁹⁷...” A incapacidade dos portugueses para criar e manter “escolas⁷⁹⁸” poderá ter sido mais um dos obstáculos ao nosso progresso científico e cultural.

A falta de empreendedorismo, que todos reconhecem e lamentam, parece ser outra dos grandes falhas dos portugueses. No século XIX, as guerras civis em Portugal foram consideradas “guerras de empregos públicos⁷⁹⁹...” Eça de Queiroz (1945–1900) (Fig. 26) criticava nas *Farpas* (1871) a estado-dependência que se verificava no seu tempo⁸⁰⁰:

A classe média vive do Estado. A velhice conta com ele como condição da sua vida. [...] A mocidade vê nele o seu repouso e a garantia da sua tranquilidade. A classe eclesiástica [...] é ainda uma multidão de desocupados que querem viver à custa do Estado. A vida militar [...] é uma ociosidade organizada por conta do Estado. Os proprietários procuram viver à custa do Estado [...]. A própria indústria faz-se protecção pelo Estado e trabalha sobretudo em vista do Estado. A imprensa até certo ponto vive também do Estado. A ciência vive do Estado. O Estado é a esperança das famílias pobres, e das casas arruinadas; é a ocupação natural das mediocridades; é o usufruto da burguesia.

Esta velha estado-dependência, uma doença contagiosa de séculos, teria atingido até figuras históricas das mais distintas. O historiador Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845–1910) criticava, por exemplo, a atitude de Pedro Nunes que, constantemente, pedinchava ao rei D. João III sucessivas avenças, para si e para a sua família, como recompensa merecida — insistia ele — dos

797 Abílio Fernandes, *Discurso de encerramento, tomo I, XXIII Congresso Luso-Espanhol, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1956, p. 223.

798 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 23.

799 *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, p. 53.

800 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, p. 287.



Fig. 25 Luís Carrão (Arnaldo Ressano, *Album de Caricaturas*, 1935).



Fig. 26 Eça de Queiroz (*Civilização*, maio 1929).

seus trabalhos na corte⁸⁰¹. Os fidalgos empregavam a maior parte do seu tempo na corte procurando obter mordomias, alimentadas pelo erário público, ou rendas à custa do trabalho dos mais pobres. O empreendedorismo não era tarefa digna das classes nobres portuguesas⁸⁰² — apenas se tolerava nas classes baixas ou nos judeus. A esta falta de empreendedorismo talvez esteja ligada à proverbial tendência do português para opinar sobre tudo sem nada concretizar e de “perder, em discussões estéreis de mil alvitre, um tempo que seria todo pouco para realizar um só⁸⁰³”.

A propósito da discussão nacional, ocorrida durante a II Guerra Mundial, sobre as vantagens de aliança com um ou outro dos blocos beligerantes, o padre jesuíta Domingos Maurício dos Santos (1896–1978)⁸⁰⁴ afirmava que “o facciosismo com que discutimos a guerra oferece um novo índice do nosso incorrigível atraso mental.” E continuava⁸⁰⁵:

O português, dispersivo, exterior, um pouco sectário por natureza e vagabundo por hábito, sofre, de antiga data, a pecha do futurível, e do individualismo partidário. Interessa-o quási sempre mais o que poderia ser, do que o que deve ser; a vida dos outros, que a própria. Apaixona-se muito mais pelo que passa na Patagónia ou na China, do que pelo sucedido no Alentejo ou no Algarve. Já Eça o estigmatizava com muita graça e nenhum fruto.

A vaidade, um defeito alheio ao espírito científico, encontra-se também fortemente entranhada na sociedade portuguesa. O

801 Sousa Viterbo, *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos Seculos XVI e XVII, Parte I Marinharía*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1898, p. 61, pp. 196–198, p. 224.

802 No século XIV e seguintes houve fidalgos e clérigos que, contrariando as determinações legais, se dedicavam ao comércio; v. J.A. Pinto Ferreira, *O Porto e a Residência dos Fidalgos, Subsídio para a sua História*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XI, Fascs. 3–4, Edições Marânus, Porto, 1949, p. 24

803 Riba Leça, “Portugal &... Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, p. 366.

804 Este padre usava vários pseudónimos: D.M.; G.S.; Paulo Itálico; Pedro Hispano; Pedro Julião; Riba Leça.

805 Riba Leça, “Portugal &... Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, p. 366.

filósofo Matias Aires (1705–1763) dissecou o conceito de vaidade no seu livro *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, considerando-a uma “paixão” ou “afecto de alma”, um “vício”, que se assemelhava a uma “espécie de concupiscência” ou a uma forma de inveja⁸⁰⁶. A incompatibilidade da vaidade com a mentalidade científica foi sublinhada pelo professor e escritor Mário Gonçalves Viana (1900–1977)⁸⁰⁷:

A vaidade é um sentimento mesquinho e deformador, que não pode, de maneira alguma, subsistir numa inteligência bem educada e conscienciosa, que conheça a complexidade e vastidão das ciências humanas e divinas. Recordemos o que, a-propósito, dizia Aires Gouveia: “Não se compreende o ser sábio e vaidoso. O sábio verdadeiro, o digno dêste nome, aquilo que melhor sabe é que, quanto mais sabe, menos ignora”.

Comportamentos reveladores deste defeito tornaram-se tão generalizados, banais e danosos que os nossos reis tiveram que criar leis para os impedir. “Em 1486, D. João II proíbe a toda a gente, o uso de sedas, brocados, borlados, canotilhos e chaparias, permitindo apenas aos homens o uso de seda em gibões e carapuças e às mulheres, em sainhos e guarnições de vestidos⁸⁰⁸”. No século XVI, os atos de exibicionismo de eclesiásticos e fidalgos impressionavam pela sua vaidade. Quando um fidalgo saía à rua, era rodeado por uma chusma de criados e escravos, desempenhando as mais ridículas e frívolas ocupações. Numa descrição de Cleonardo pode ler-se: “dois caminham adiante; o terceiro leva o chapéu; o quarto o capote, não adregue de chover; o quinto pega na rédea da cavalgadura; o sexto é para segurar os sapatos de seda; o sétimo traz uma escova para limpar de pêlos o fato; o oitavo um pano para enxugar o suor da besta, enquanto o amo

806 Miguel Real, *Introdução à Cultura Portuguesa*, Planeta, Lisboa, 2011, p. 221.

807 Mário Gonçalves Viana, *A Arte de Pensar*, Coleção Didáctica, Editora Educação Nacional, L.^{da}, Porto, p. 244.

808 Maria Sofia Dias Rodrigues, “Alguns aspectos da Sociedade e das Mentalidades, na Época do Cancioneiro Geral”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, p. 202.

ouve missa ou conversa com algum amigo; o nono apresenta-lhe o pente, se tem de ir cumprimentar alguém de importância, não vá ele aparecer com a cabeleira por pentear⁸⁰⁹”. “Em todas as conquistas da Asia, as senhoras portuguesas tinham duzentas, trezentas, quatrocentas e quinhentas criadas e escravas para o seu serviço dentro de casa. Se saíam fora, todo este exército vinha com elas. Adiante iam vinte, quarenta escudeiros com turbulos de ouro, cheios de aromas, incensando o caminho; seguia-se o palanquim, em que ia a senhora, com os chapéus de sol ás estribeiras, tudo ouro, prata, diamantes, pérolas... Atrás vinha a família, as criadas e as escravas, e na retaguarda os soldados que sustentava em sua casa o marido⁸¹⁰!” Se as necessidades de segurança exigiam alguma gente nos séquitos dos grandes senhores e senhoras, as ostentações de vaidade exigiam muito mais!...

O exibicionismo nacional foi-se adaptando às circunstâncias mais ou menos favoráveis da fortuna. No século XVIII, o uso de óculos pelos portugueses tornou-se tão generalizado que causava admiração aos estrangeiros que nos visitavam⁸¹¹. A vaidade era a motivação para quem os usava, quer fosse por necessidade ou por simples presunção. No fim do século XIX e princípio do século XX, popularizou-se em Portugal uma nova moda – o monóculo⁸¹². Segundo o texto de um cronista dos anos 1920–1930, “em Portugal, a democratização do monóculo resvalou inconscientemente no disparate *clownesco*. Os portugueses usam o monóculo na fumaça utópica de que o monóculo é o ponto final doirado que faz esquecer tôdas as fraquezas físicas, tôdas as misérias de guarda-roupa, todos os relaxamentos, todos os desleixos, todos os remendos⁸¹³”.

809 Nicolau Cleonardo, *Carta a Látomo*, Évora, 26 março 1535, em Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, Vol. I, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1974, p. 260.

810 Luís de Almeida Braga, *O Mar Tenebroso*, França Amado, Editor, Coimbra, 1918, pp. 142–143.

811 Luís Miguel Bernardo, *Histórias da Luz e das Cores*, Vol. 1, Editora UP, Universidade do Porto, Porto, 2005, pp. 518–519.

812 Sobre a utilização do monóculo como meio de correcção visual, símbolo de moda, poder, estilo ou erotismo, v. Stephen R. Wilk, “Light Touch: The Monocle”, em *Optics & Photonics News*, abril 2014, pp. 24–25.

813 “A democratização do monóculo — deduções do Repórter X”, em *Civilização, Grande Magazine Mensal*, janeiro 1930, nº 19, p. 52. Assinava-se como repórter X o jornalista Reinaldo Ferreira.

Em 1934, numa análise a provérbios portugueses, Fernando Falcão Machado comentava⁸¹⁴:

Do nosso exagêro, da affectação dos nossos tratamentos, da mania ambiciosa das grandezas, da nossa expansibilidade e da nossa vaidade em querer figurar nos aspectos externos, com ênfase e tolice, diz-nos algo, e comparado com o de outros países, o provérbio “Dom de Espanha, Excelência de França, Senhores de Portugal, Não valem meio-real.”

Não pensam assim, os muitos “senhores” e “senhoras” que todos os dias se cruzam nas nossas vidas, derramando utópicas grandezas de suas cabeças ocas!...

Improvisação e Aparências

Existem algumas características nos portugueses — muito bem descritas por José Gil num livro de grande sucesso editorial⁸¹⁵ — que não se coadunam com as exigências do trabalho científico: a obsessão por resultados imediatos na sequência de esforços fugazes; a pouca perseverança nas ações; a atitude do “salta-pocinhas” ou do “beija-flores”; o “desenrascanço” e a “santa improvisação”; o “provisório” com o estatuto de definitivo; o benefício imediato que se procura retirar de tudo; a “pequenês” e os “...inhos” que tanto nos confortam; o paroquialismo e o bairrismo saloio; as pequenas vitórias prazenteiras e os ares de superioridade do mais esperto do bairro... Falando em esperteza, é bom lembrar que o português tende a achar-se muito inteligente — um preconceito que, além de falso, é pouco recomendável para o êxito do trabalho científico, particularmente quando se encontra associado a outros predicados ainda menos estimáveis.

Homem Cristo (1860–1943), escritor, militar e político republicano, depois de lamentar a falta de saber em Portugal e de

814 Fernando Falcão Machado, “Povos e Raças no Folclore Portuguez”, em *Feira da Ladra*, tomo VI, 1934, p. 46.

815 José Gil, *Portugal Hoje — Medo de Existir*, Relógio d’Água, 2004, p. 28.

afirmar que “somos um paíz de brutos; com a agravante de nos julgarmos um paíz de sábios”, era condescendente para com o povo — “esse é modesto” — mas impiedoso para com as classes dirigentes “ignorantes e pedantes...” “E que pedantes^{816!}” A propósito da inteligência de que os portugueses se julgam dotados, Cruz Malpique desabafava⁸¹⁷:

Em Portugal, não faltam cérebros. Podemos até dizer que sofremos de cerebralite aguda. Cada Português com quem acotovelamos aí ao dobrar da esquina se tem em conta (ora essa!) de cérebro privilegiado, detentor de fórmulas dogmáticas para resolver todas as crises mais uma.

Desta bazófia portuguesa, fala igualmente Ricardo Jorge, com algum sarcasmo⁸¹⁸:

Quantos preconceitos extravagantes não correm sobre as nossas virtudes, entre as quaes se faz até sobressair a da intelligencia. Causa mal ouvir inculcá-lo duma nação vitima de si própria pela incapacidade geral. A não ser que se comungue no paradoxo de Óscar Wilde que declarava ter pessoalmente a maior admiração pela estupidez. E o peor é que o português presume e fazem-no presumir de atilado — de tudo entende e de tudo sabe, sem ouvir a razão, julgando-se cada qual ultra-competente no que quer que seja — é a Maria Sabida do conto popular. A taes predicados juntem-se propensões funestas, como as da inconsciencia e da irreflexão, ora impulsiva, ora apática — sentimentos mesquinhos, como o da ingratidão e o da inveja levada até à perseguição — jeitos e tiques psicopáticos, como o do psitacismo e o do simianismo.

816 Homem Christo, “Miséria Nacional”, em *A Instrução do Povo*, Ano 1, n.º 4 e 5, maio e junho 1905, Livraria Popular de Francisco Franco, Editora, Lisboa, p. 87.

817 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 37.

818 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, pp. 107–108.

A inconstância, a ausência de uma estratégia coerente e a falta de planificação no ataque aos problemas já tinham sido detetadas por Armando Cyrillo Soares (1883–1950) como características fatais dos portugueses. Ao analisar “o atrazo em que nos deixamos cair relativamente a outras nações”, este ilustre físico desabafava:⁸¹⁹

Nós portugueses mostramo-nos pouco dados a persistir na execução de um plano, destinado a resolver certo problema, sem o submetermos a freqüentes e amplas modificações, quer no critério orientador da execução, quer até no enunciado do problema, ou seja na definição do objectivo a atingir; e em tais condições o rendimento das energias aplicadas é, em geral, mesquinho e desanimador.

Esta inaptidão para executar planos era um defeito dos portugueses que os estrangeiros já notavam há séculos. Charles-Frédéric de Merveilleux, protegido do rei D. João V, criticava a atitude dos senhores de Portugal, incluindo o marquês de Abrantes, de “começarem sempre os edifícios, os jardins e outras obras com bons planos e desenhos correctos, e acabarem tudo mal; voltando às suas velhas máximas por conselho de um qualquer monge ignorante, ou de um obreiro seu compadre⁸²⁰”. De acordo com Vicente Ferreira, professor do Instituto Superior Técnico⁸²¹:

Nunca os portugueses tiveram grande propensão para fazer inventários ou coligir estatísticas, nem para a observação paciente e minuciosa dos fenómenos sociais, tendo aliás excelente memória para anotar feitos e espírito aguçado para os criticar. Êste defeito, que só lentamente se corrige pela difusão da cultura, ainda hoje nos faz relegar para um plano inferior, como secundário ou supérfluo, tudo o que represente,

819 A. Cyrillo Soares, “Ensino e Investigação”, em *Gazeta de Física*, Vol. I, Fasc. 1, outubro 1946, p. 4.

820 Yves Bottineau, *Le Gôit de Jean V: Art et Gouvernement*, separata da revista *Bracara Augusta*, Vol. XXVII, Fasc. 64 (76), 1973, Braga, 1974, p. 3.

821 Vicente Ferreira, *A ciência e o empirismo na colonização moderna*, Lisboa, 1936.

no campo dos conhecimentos, a investigação científica, e no campo das actividades individuais ou colectivas, a organização racional e a actuação sistemática.

Defeitos aparte, o português é capaz das maiores façanhas se o esforço tiver um fim à vista e puder ser imediatamente recompensado. Como prémio, o português espera reconhecimento público ou benesses materiais. Sant'Anna Dionísio exprime esta característica lusitana (e ibérica) no “excessivo culto das missões de circunstância⁸²²”. É neste contexto que se podem enquadrar atos extraordinários para aparecerem no “Guinness”, ou realizações mais grandiosas, como a Expo 92 ou o Euro 2004. Quem não ficou convencido em Portugal que, nestas coisas de grandes organizações, os portugueses são tão bons ou melhores do que os alemães?... Independentemente da justeza desta apreciação, temos que reconhecer que, nas actividades que exigem organização a médio e a longo prazo e cumprimento de um plano, ficamos efetivamente muito atrás de outros povos... A atividade científica é uma corrida de fundo, uma atividade cujos benefícios por vezes surgem apenas a médio ou a longo prazo, cuja planificação deve ser cumprida com rigor e que, com frequência, não traz recompensas substanciais nem reconhecimento público. Um cientista pode fazer um trabalho excelente e nem sequer vê-lo reconhecido em vida pelos seus pares — ora isto não é motivante para um português.

É voz corrente que os portugueses têm um espírito aventureiro, mas em solo pátrio a realidade parece ser diferente. As grandes aventuras tiveram sempre palco em terras estranhas, e o desejo de regresso ao aconchego da mãe pátria, expresso na mística *saudade*, nunca abandonou o português. Esta saudade, de tão indefinidos contornos, motivações e efeitos⁸²³, foi muitas vezes motivo de análise⁸²⁴ e

822 Sant'Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941, p. 38, citado em Onésimo Teotónio Almeida, “Sant'Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3º Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 1713.

823 Os galegos usam também a palavra *saudade* com um significado igualmente complexo com algumas semelhanças ao português; v. *La Saudade, Ensayos*, Editorial Galaxia, Vigo, 1953.

824 A origem etimológica da palavra *saudade* tem sido igualmente muito discutida, existindo duas corren-

exaltação. D. Francisco Manuel de Melo afirmava que “Amor, & Ausência, são os pays da saudade”, e acrescentava⁸²⁵:

He a saudade, hua mimosa paixão da alma, & por isso tão sutil, que equivocadamente se experimenta, deixãdonos indistinta a dor, da satisfação. He hum mal, de que se gosta, & hum bem, que se padece... [A saudade] prova ser parte do natural apetite da uniaõ de todas as cousas amaveis, & semelhantes; ou ser aquella falta, que da devisaõ dessas taes cousas, procede.

Em 1739, José Marques Soares definia a saudade com estas palavras: “he huma batalha, que se dá entre o coração, os olhos, e a memoria: esta lembrando, o coração amando, e os olhos nam vendo⁸²⁶”. No conceito de saudade cabem a “saúde, alegria, graça, saudação, lembrança, tristeza, melancolia, nostalgia, solidão, desejo e salvação”, mas há quem pense que a verdadeira Saudade “é a saudade de Deus, a saudade que Camões cantou e Francisco de Melo glossou⁸²⁷”. Carolina Michaelis de Vasconcellos (1851–1925), ilustre filóloga da língua portuguesa, afirma ser a saudade um sentimento universal. Reconhece, porém, que em Portugal ganhou contornos de maior complexidade sentimental, com uma conotação algo singular que se nota já no século XIV, no tempo de Pedro e Inês, mas que tem origens mais remotas, “no tempo dos trovadores, no tempo de D. Dinis, seu pai, seu avô e sogro⁸²⁸”. Bernardino Ribeiro, Camões e todos os poetas posteriores que cantaram a saudade⁸²⁹ encheram-na “de tudo

tes: a latina, liderada por Carolina Michaelis e apresentada em *A Saudade Portuguesa*, e a árabe liderada pelo filólogo brasileiro João Ribeiro. A comparação destas duas teses, com uma manifesta preferência pela árabe, pode ler-se em António Borges de Castro, *Saudade (Ensaio) — Etimologia (árabe), Significação, Antologia*, Porto, 1980.

825 Dom Francisco Manvel, *Epanaphoras de Varia Historia Portugueza*, Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, Lisboa, 1676, pp. 286–288.

826 José Marques Soares, *Divertimento de Estudiosos ou Nova Compilaçam de Bons Ditos*, tomo I, Officina Pedro Ferreira, Lisboa Occidental, 1739, p. 177.

827 Paulo Alexandre Loução, *A Alma Secreta de Portugal*, Círculo de Leitores, 2007, pp. 144–145.

828 Carolina Michaelis de Vasconcellos, *A Saudade Portuguesa*, 2ª ed., Renascença Portuguesa, Porto, Seara Nova, Lisboa, Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1922.

829 *A Saudade na Poesia Portuguesa*, Seleção e Prefácio de Urbano Tavares Rodrigues, Coleção “Antologias Universais”, Portugalíia Ediora, Lisboa, 1967.

quanto de vago, e misterioso e apaixonado e melancólico se desen- tranha da alma nacional⁸³⁰”. Esta singularidade lusitana, cujas raízes alguns vão buscar aos celtas e estendem igualmente aos galegos⁸³¹, tornou-se o tema fundamental da obra literária, poética e filosófica de Teixeira de Pascoaes para quem o “inconfundível espírito saudosista” do povo português era “o mais belo da Europa pelo que encerra de mistério cósmico, de profundidade religiosa e poética, de original interpretação da Vida⁸³²”. Para Pascoaes — justamente considerado o “poeta da saudade” e o criador do saudosismo⁸³³ — a saudade invocada pelos nossos escritores teria evoluído na sua complexidade mas teria sempre mantido “os seus elementos primordiais, essenciaes e constitutivos (desejo e lembrança)⁸³⁴”; era “a profunda e viva representação amorosa e religiosa da alma lusiada⁸³⁵”. Na opinião de Pinharanda Gomes, a saudade era “um recurso sentimental da poesia lírica; é, depois do poeta, a essência da ‘alma portuguesa,’ a revelação total desta alma⁸³⁶”. Numa conferência proferida no Brasil, em 1925, o professor do ensino secundário e político Pedro Fazenda (1879–1965) declarava sobre a saudade:⁸³⁷

Dentro dela existem todos os tons da alma, gama infinita que vai da alegria á dor. Dentro dela cabem a vida e a morte. Saudade de um bem ausente; saudade do bem que não volta

830 Carolina Michaelis de Vasconcellos, *A Saudade Portuguesa*, 2ª ed., Renascença Portuguesa, Porto, Seara Nova, Lisboa, Annuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1922, p. 75.

831 Elena Villamana, “En las Orillas del Sar”, em *Studium Generale*, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Vol. I, nº 3-4, Porto, 1945, pp. 388–390.

832 Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913, p. 1.

833 Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Renascença Portuguesa, 1912; Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913; Teixeira de Pascoaes, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, compilação de Pinharanda Gomes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990; António Cândido Franco, *O Saudosismo de Teixeira de Pascoaes*, Edições do Tâmega, Oficinas Gráficas do Norte, Amarante, 1996.

834 Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Renascença Portuguesa, Porto, 1913.

835 *Idem*, p. 2.

836 Teixeira de Pascoaes, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, compilação de Pinharanda Gomes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, p. 5.

837 Pedro Fazenda, *A Trilogia da Alma Portuguesa — Heroicidade, Amor, Saudade —*, Tip. Sousa Neves, Lisboa, s/d, pp. 22, 26–27.

mais. Desejo languesciente de viver, carícia do tumulo que sorri. [...] Não há poeta português que a não cante; prosador que a não poetise; artista que a não derrame na tela, no mármore, na canção. O fado é a sua voz! O povo é o seu tropeiro! [...] A Saudade é a oração da nossa raça! ...

Na opinião do escritor e político espanhol Pedro Rocamora (1912-1993), expressa em 1959, a saudade é uma exageração da melancolia, tal como o manuelino é uma exageração do barroco — a exageração do sentimento é sempre uma característica portuguesa⁸³⁸.

Ávidos de conhecer as novidades, designadamente as tecnológicas, os portugueses sentem um verdadeiro desdém por resultados remotos e incertos, como aqueles que, frequentemente, oferece a atividade científica. Como utilizadores, gostamos de ser os primeiros — como investidores, procuramos ser os últimos, apenas aceitando riscos limitados e esforços moderados. Há nos portugueses uma atitude contrária ao labor persistente e disciplinado, qualificativos indispensáveis do trabalho científico.

Tudo leva a crer que estas características e outras — tão pouco favoráveis à atividade científica — não são condicionalismos congénitos, resultando antes da deficiente educação que os portugueses recebem desde a infância e juventude. Em 1949, Orlando Ribeiro afirmava que “a independência, a tolerância, a convicção, a tenacidade, qualidades indispensáveis ao trabalho científico, opõem-se ao desalento céptico, à carência de iniciativa, às parcialidades apaixonadas, que tantas vezes minam o carácter da juventude portuguesa⁸³⁹”. Sem uma cultura assente em princípios que valorizem o esforço persistente, individual ou coletivo, e desvalorizem os ímpetos, por muito atraentes que sejam, dificilmente os valores da ciência serão apreciados entre nós. Assim o pensava Egídio Namorado quando, em 1975, afirmava⁸⁴⁰:

838 Pedro Rocamora, “Entre el Amadis y el Quijote (Notas para una interpretación literaria de la psicología peninsular)”, em *Arbor*, tomo XLIV, nº 162, junho 1959, p. 175.

839 Orlando Ribeiro, *A Universidade e o Espírito Científico*, Lisboa, 1949, p. 39.

840 Egídio Namorado, “A Ciência e a Técnica na vida dos homens”, em *Vértice*, Vol. XXXV, nº 376-377, maio-junho 1975, Coimbra, pp. 327, 338.

Para que a ciência possa desabrochar em flores e frutos precisa de ser cultivada. São precisas boas escolas e bons centros de investigação. Mas são também necessários austeridade disciplinada e trabalho esforçado.

Com estas qualidades, que uma boa educação pode desenvolver, nem sequer é preciso ter aptidões excepcionais para realizar uma atividade científica meritória. Pessoas medianamente inteligentes são capazes de realizar progressos interessantes nas ciências de observação e de experimentação⁸⁴¹. A falta dessas qualidades, porém, limita irremediavelmente a atividade criativa ao ponto de gerar sentimentos de insegurança. Gera, além disso, um défice nacional de auto-confiança, que se expressa no dito popular segundo o qual “o que é estrangeiro é bom”, uma clara expressão da nossa xenomania⁸⁴². Este sentimento de desvalorização do produto nacional foi igualmente apontado como causa de insucesso dos cientistas e inventores portugueses⁸⁴³ e parece contaminar todos os níveis da sociedade portuguesa. Há cientistas que procuram mais o intercâmbio internacional do que o nacional,⁸⁴⁴ desconhecendo, ou parecendo desconhecer, que a seu lado existe um colega ou um grupo que complementariam a sua atividade de forma tão ou mais eficaz do que os estrangeiros. Com este procedimento, talvez procurem obter a valorização internacional de que necessitam para serem posteriormente reconhecidos no país. José Gil, no seu *Portugal Hoje — Medo de Existir*, descreve muito bem esta singularidade portuguesa⁸⁴⁵:

Não há uma *comunidade* literária como não há uma comunidade artística ou científica ou filosófica. Há nomes, há

841 J.W.N. Sullivan, *Aspects of Science*, Jonathan Cape & Harrison Smith, Nova Iorque, Jonatan Cape, Londres, 1927, p. 105.

842 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, pp. 26–27.

843 Francisco António Lourenço Vaz, “Ciência e Técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724–1814)”, em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*, Universidade de Évora, Évora, 2001, p. 270.

844 José Gil, *Portugal Hoje — Medo de Existir*, Relógio d’Água, 2004, p. 28.

845 *Idem, ibidem*.

mediatização de alguns desses nomes, há a grande preocupação de ser reconhecido no estrangeiro e, sobretudo, de transportar para Portugal o reconhecimento internacional: como se a resistência ao reconhecimento nacional fosse tão grande que só pela violência irrecusável de uma mensagem vinda de fora fosse possível aos portugueses cederem e acolherem o seu compatriota (e lhe reconhecerem valor).

A exploração da imagem, a mistificação da aparência e a legitimação do artifício são objetivos que qualquer português que se preze gostaria de bem gerir e de melhor controlar, mesmo que isso implique sacrifícios para os outros. A este respeito, há entre nós uma tradição histórica com séculos de existência. D. Afonso V, pai de D. João II, esbanjou muito dinheiro retirado ao povo, em prazeres, “tenças, graças, casamentos e assentamentos pagos à nobreza⁸⁴⁶”. Em 1450, a coroa gastou 150 mil cruzados com o casamento de sua irmã, a Infanta D. Leonor. As despesas de casamento da Infanta D. Joana montaram a 30 mil dobras, que representaram 68% dos gastos que o mesmo rei fez, quando enviou seu primo D. Pedro, juntamente com dois mil homens a cavalo e cinco mil a pé, em auxílio de El-Rei de Castela em 1445⁸⁴⁷. Para realizar as festas sumptuosíssimas do casamento do príncipe D. Afonso⁸⁴⁸, o rei perfeitíssimo D. João II convocou as cortes a fim de lhes pedir dinheiro e desviou fundos destinados à defesa e outros fins⁸⁴⁹. As cerimónias oficiais realizaram-se em 1490 em Évora, onde se encontrava a corte, e escreveu-se que “a pompa, e esplendor, a magestade desta memoravel função não cabe nas esferas da

846 Fortunato de Almeida, “Causas da decadência do império português”, em *O Instituto*, Vol. 72, 4ª Série, 1º Ano, nº 4, 1925, p. 392.

847 *Idem*, pp. 392–393.

848 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, pp. 399–403; Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 65, nº 11, novembro 1918, p. 548; Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 8, agosto 1919, pp. 429–430.

849 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 30; Paulo Drumond Braga, *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II, uma vida entre a guerra e a paz*, Edições Colibri, Lisboa, 2008, pp. 64–65, 72–86.

eloquencia, e transcende todas as pinturas, que inventou a rethorica⁸⁵⁰". As celebrações foram consideradas "as mayores que vio Portugal, e tal vez o mundo em muitos seculos⁸⁵¹". O cronista Garcia de Resende descreveu as festas nestas estrofas⁸⁵²:

Vimos as festas reaes
 Que em Evora foram feitas,
 Não se viram otras taes,
 Tão ricas, tao perfeitas,
 Nem gastos tao desiguaes:
 Nem gastos tão desiguaes;
 Que multidao de brocados,
 Chaparias e bordados!
 Que Justas, momos, torneios!
 Que touros, canas, que arreios!
 Que banquetes esmerados!

No século XVI, a corte portuguesa dissipava em festas e luxos os proventos das especiarias. Eram numerosos os fidalgos que vendiam bens de raiz para bem vestir e mostrar grandeza nas inúmeras festas que se organizavam na corte e nos palácios portugueses⁸⁵³. Os dotes de casamento das princesas eram fonte de enormes dispêndios do erário público. O dote da irmã de D. João III, a infanta de D. Isabel, acordado com o noivo Carlos V, atingiu a enorme quantia de 900 mil cruzados⁸⁵⁴. O mesmo D. João III viu-se obrigado a pedir às Cortes de Almeirim (1544) um subsídio de 200 mil cruzados para o dote da filha Maria Manuela (1527–1545), que casou com o futuro rei de Espanha,

850 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, p. 400.

851 *Idem*, p. 379.

852 Ana Helfant, "La pintura manuelina y Gregorio Lopes", em *Ocidente, revista portuguesa mensal*, Vol. L, nº 216, abril 1956, pp. 111–112.

853 Maria Sofia Dias Rodrigues, "Alguns aspectos da Sociedade e das Mentalidades, na Época do Cancioneiro Geral", em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. IV: Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 201–214.

854 Virgínia Rau, *Estudos de História Económica*, Coleção "Ensaio", Edições Ática, Lisboa, 1961, p. 37.

Filipe II, e morreu um ano depois por complicações de parto⁸⁵⁵. O valor total do dote foi de 400 mil cruzados e nele se incluía o valor “das joyas, pedras, pérolas, ouro e prata, e o mais que a Infanta levasse para seu uso⁸⁵⁶”. Um francês que residiu em Lisboa no reinado de D. João V escreveu, em 1730, que “os portugueses são tão económicos na sua vida particular quanto são pródigos nas cerimónias públicas e na celebração dos casamentos. Para manter a ostentação nestes atos empenham-se e comprometem os seus rendimentos, de maneira que há poucas casas que se não encontrem bastante endividadas⁸⁵⁷”. Vendiam-se quintas para poder “enfeitar um gibão de pedras e pedrarias” ou para agradar ao rei e rivalizar com a restante fidalguia⁸⁵⁸. Na opinião de D. Agostinho de Sousa, o rei de Portugal não era menos indulgente do que os seus súbditos no que respeitava a despesas⁸⁵⁹:

O sultão [D. João V] tinha um harem — o convento de Odivelas onde estavam 300 bellas reclusas. Gastára rios de dinheiro nas lubricas orgias, na sumptuosa Capella de S. João Baptista em S. Roque, na magestosa Patriarchal, no magnifico Palacio das Necessidades, na loucura de Mafra “montanha fria de pedra em que andaram 50 mil operarios como escravos”. [...] Só a canonização dos santos (Luiz Gonzaga, Vicente de Paulo, Estanislau Koska, João Francisco Regis e Camillo de Lelis), a elevação da capella real ao Patriarchado, a compra de bullas e indulgencias, a licença para os padres dizerem tres missas em dia de finados, o titulo de *fidelissimo*, haviam custado ao thesouro a bagatella de mais de cento oitenta e oito mil cruzados! Portugal era, na phraze de Secherer, como um crivo atravez do qual passavam immensas riquezas sem deixar vestigios.

855 Abílio Antunes Pereira da Silva, *História da Civilização Portuguesa*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1957, pp. 172–173.

856 Francisco de S. Maria, *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, tomo 3º, Officina de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1744, p. 420.

857 Castelo Branco Chaves, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, p. 63.

858 Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 8, agosto 1919, pp. 429–430.

859 D. Agostinho de Sousa, *O Marquez de Pombal: breve estudo de suas medidas económicas*, Typ. de Gonçalves & Moraes Sarmento, Porto, 1882, pp. 5–6.

Em obras estrangeiras, os portugueses do século XVIII foram descritos como pessoas indolentes, preguiçosas, gastadoras e licenciosas, e Lisboa era apresentada como terra de oportunidade para aventureiros estrangeiros que aí podiam facilmente fazer fortuna⁸⁶⁰. Segundo o mesmo D. Agostinho de Sousa⁸⁶¹:

Quando morreu D. João V, legou ao seu filho um povo pobre, faminto, miseravel; uma aristocracia insubordinada, vaidosa, pedante, habituada a viver no luxo, na indolencia, na estroinice, e que apenas sabia fazer arruaças; um reino convertido em um verdadeiro mosteiro, e um governo nas mãos de um clero ignorante, hypocrita, brejeiro, que violava a honra das freiras, dirigia as consciencias, dispunha de tudo.

A atitude gastadora dos portugueses não terá mudado nos séculos seguintes. Em 1899, Sousa Viterbo afirmava que “o Monte-Pio Geral e outros estabelecimentos de igual natureza, regorgitam de penhores por ocasião do carnaval, de festas excepcionais, ou até pela vinda de alguma grande celebridade⁸⁶²”. Antes da crise financeira 2010-2014 que tanto abalou o país, havia notícia dos excessos de luxo que, tão despreocupada e irresponsavelmente, aconteciam em Portugal. Os políticos apressaram-se a afirmar que todos vivíamos acima das nossas possibilidades, justificando assim uma política transversal de austeridade. As consequências de excessos e irresponsabilidades de ricos caíram sobre todos e, principalmente, sobre os pobres. A ilusão e a mentira, subjacentes a estas atitudes, são incompatíveis com a verdade que a ciência incessantemente procura e difunde. Nesta atmosfera, dificilmente os valores da cultura científica poderão penetrar e vivificar no quotidiano de todos os portugueses.

860 Carlos Estorninho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, pp. 8–11.

861 D. Agostinho de Souza, *O Marquez de Pombal: breve estudo de suas medidas económicas*, Typ. de Gonçalves & Moraes Sarmento, Porto, 1882, p. 9.

862 Reconhecia, no entanto, que o povo era “essencialmente trabalhador e económico”; v. Sousa Viterbo, “Curiosidades históricas e artísticas”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 8, agosto 1919, p. 428.

Há bem poucas décadas, a universidade portuguesa cultivava ainda a afetação e o artificialismo, e revelava ao mesmo tempo ter uma grande inaptidão para a investigação científica. Em 1950, o médico fisiologista Matias Boleto Ferreira de Mira (1875–1953) lamentava esta situação⁸⁶³:

No campo científico é conveniente encaminhar as nossas atividades no sentido prático. Temos ainda a idolatria da frase, falada ou escrita, não sei se por tendência natural do espírito, se por efeito da educação. Na Universidade de Coimbra, nossa mãe espiritual, manteve-se durante séculos o culto da argúcia, do conceito espirituoso, da facilidade e riqueza da elocução, e também o desinteresse pela ciência experimental.

Nesta época, a eloquência e o argumento perspicaz, astuto ou falacioso, ainda eram valores que distinguiam os homens superiores em Portugal. Mesmo hoje, são ainda vulgares os comentários elogiosos ao fulano que fala bem — muitas vezes porque fala muito⁸⁶⁴ — mesmo antes de se analisar criticamente uma frase do seu discurso. “A logomaquia e a verborreia são defeitos contra os quais é preciso lutar, visto que a prolixidade só faz confundir os espíritos⁸⁶⁵” — assim escrevia, em 1941, o pedagogo Mário Gonçalves Viana (1900–1977). A ciência nunca progrediu com retórica ou sofismas engenhosos. Em Portugal, estes métodos arcaicos contaminaram até há bem poucas décadas a qualidade do ensino superior e, conseqüentemente, a qualidade da investigação científica, contribuindo para a sua geral mediocridade.

Os tempos livres dos portugueses raramente são preenchidos com uma atividade científica. Em 1937, Luís Wittnich Carrisso, lamentava que em Portugal, de cinco milhões de habitantes, houvesse apenas alguns poucos que, nos tempos livres, se ocupavam com a

863 “Noticiário”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 3, abril 1950, p. 82.

864 Entre nós é comum falar-se muito e, muitas vezes, para não dizer nada ou então — parafraseando o Pe. Manuel Bernardes — para trazer à conversação “muitas comunicações, e familiaridades, pelas quais se pega o escândalo, o perigo e a notícia de muitas coisas, que melhor é ignorá-las”. Ver esta citação em Mário Gonçalves Viana, *A Arte de Pensar*, Coleção Didáctica, Editora Educação Nacional, L.^{da}, Porto, p. 230 (Nota 1).

865 *Idem*, p. 234.

botânica. Segundo as suas palavras, era “um facto, tristemente digno de nota, que em Portugal, além dos profissionais, quasi ninguém se entretém ou preocupa com o conhecimento da flora. Botânicos amadores, que eu saiba, há apenas três: o Pe. Miranda Lopes, de Arcozelo, o abade Clemente Pereira, de Insalde, e o Eng^o. Agrónomo Guilherme Felgueiras, Diretor da Escola Agrícola da Paiã⁸⁶⁶”. O mesmo se passava, aliás, com outras áreas das ciências naturais. Lamentando o desconhecimento da paleontologia portuguesa, o Barão de Eschwege (1777–1855) afirmava, em 1831, que “o gosto pelas Sciencias naturais ainda não se introduziu em Portugal; e, se hum ou outro tem alguma inclinação para elas, não só lhe faltam todos os estímulos para prosseguir nestes estudos, mas também lhe faltam todos os meios para a sua aplicação⁸⁶⁷”. Com algum desgosto, Luís Carrisso comentava⁸⁶⁸:

A nossa educação nacional, viciada desde a origem, levamos a encarar com um sorriso de mal contido desdém aqueles que, levados por um sentimento de natural curiosidade, procuram inteirar-se do que se lhes antolha: são imediatamente apodados de coca-folhinhas, coca-bichinhos ou coca-caquinhos, conforme é um objecto de botânica, zoologia ou arqueologia, que lhes desperte a atenção. O atrazo cultural, a miséria mental que revelam estes epítetos causam dó. E contudo, eles são freqüentes na boca dos portugueses.

Esta má fama dos “curiosos” estendia-se ao ensino superior que era visto mais como um mal necessário para conseguir um diploma do que a oportunidade de obter conhecimento. Na Universidade de Coimbra oitocentista, estudar era “um labéu”; os alunos estudiosos eram apontados pelos colegas como leprosos e chamavam-lhes *ursos*

866 Luís Wittnich Carrisso, *A Reorganização da Sociedade Broteriana*, separata de *Notícias Farmacêuticas*, 1937, p. 7.

867 Ver citação em A. Sousa Tôres, “Actividade paleontológica em Portugal”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, p. 122.

868 Luís Wittnich Carrisso, *A Reorganização da Sociedade Broteriana*, separata de *Notícias Farmacêuticas*, 1937, p. 8.

— um “ferrete de ignominia” que ficava para toda a vida⁸⁶⁹. Ainda hoje se ouvem qualificativos semelhantes para depreciar atitudes de curiosidade e de estudo de alunos mais dedicados.⁸⁷⁰ Estes alunos são sempre considerados “marrões” a não imitar e de quem se deve fugir!

Para além deste funesto desprezo pelo estudo, haveria outras razões culturais que justificavam o desinteresse pela ciência como o demonstra o seguinte texto de Júlio Dinis relativamente à botânica⁸⁷¹:

Criança ainda, nunca voltava do campo, no fim de uma tarde de maio, que não viesse adornado das prezenteiras flores [das maíais]; mais tarde, em certa época em que me quiseram ensinar botânica, nunca tive coração para dilacerar a bicos de alfinetes essas pobres flores alpestres, com o único fim, o mais fútil de quantos pode imaginar uma ciência, de substituir o nome prático que lhe dá o povo pelo nome pedante da nomenclatura técnica.

O botânico! Nunca vi gente mais fleugmáticamente cruel! Com que indiferença eles partem uma manhã para o campo, munidos do indispensável estojo, que me produz o efeito de um aparelho de torturas em tribunal inquisitorial, e atravessam planícies, trepam colinas e oiteiros, profundam vales, devassam moitas, costeiam rios, colhendo quantas flores encontram, sem que o belo das cores ou o inebriante dos perfumes lhes mereçam uma exclamação de prazer. Com que selvagem sangue frio procedem a esta provisão de plantas, que amontoam sem gosto em suas caixas de folha ou de cartão, e voltam à cidade carregados de modestas presas para, fechados no seu gabinete, encetarem o seu trabalho de destruição!

Na opinião do romancista Júlio Dinis — pseudónimo do médico Joaquim Guilherme Gomes Coelho —, o trabalho científico

869 João Rimanso, “Carta a Minerva, deusa da Sapiencia, sobre os acontecimentos da Universidade de Coimbra”, em *Parodia*, Ano 8, nº 184, 16 março 1907, Lisboa, p. 2.

870 Não deixa de ser curiosa uma afirmação atribuída a D. Pedro V segundo a qual “o estudo é a tarefa de toda a vida; o mais fiel, o mais seguro guia e companheiro na nossa peregrinação neste mundo”; v. Anónimo, *Palavras de D. Pedro V*, Typographia Lisbonense, Lisboa, 1870, p. 98.

871 Júlio Dinis, *Inéditos e Espersos*, 24ª ed., Vol. 1, J. Rodrigues & Cª, Editores, Lisboa, 1924, p. 63, citado por Ferrand Pimentel de Almeida, “As nuvens nas paisagens de Júlio Dinis”, em *O Instituto, revista científica e literária*, Vol. 115, 1953, p. 632.

deveria ser condicionado por uma ética fundamentada na poesia. Talvez pensasse de outra forma o médico Joaquim Guilherme Gomes Coelho que, além de tratar as doenças do corpo humano, fazia observações meteorológicas⁸⁷².

Tendência para o Amor Romântico e para a Poesia

Pedro Fazenda (1879–?), professor, político e publicista, achava que para além da saudade faziam parte da alma portuguesa a heroicidade e o amor, constituindo assim uma trilogia épica. O amor português tinha um cunho especial devido às características das nossas raízes nacionais⁸⁷³:

Em Portugal, latitudes médias, influências marítimas, ondulações orográficas harmónicas, céu límpido, fracas amplitudes térmicas, o amor é temperado de idealismo e sensualidade, sem extremos; média do misticismo “celta” e “ligure”, ardência oriental-fenício-cartaginesa — senso estético helenico, licenciosidade romana, aliás modificada pela influência católica, temperança gôda e materialismo árabe. Amor que vibra na obra dos artistas, nos olhos das mulheres, na alma popular! Amor sem incandescências lúbricas nem páramos contemplativos; amor-sentimento, místico de desejo e de ideal; amor que é fonte de vida, seiva da alma, e que nunca fenece nem quando o corpo alquebra. Amor que canta nas fontes, acaricia nas brisas, floresce nos campos ... e segreda nos crepúsculos! O Amor é o perfume do coração português.

Para além destas idiosincrasias do amor, os portugueses teriam uma tendência para a prática de exercícios e jogos amorosos⁸⁷⁴ que, na opinião de alguns, é causa para o afrouxamento do carácter — uma

872 Joaquim Guilherme Gomes Coelho, *Da Importância dos Estudos Meteorológicos para a Medicina*, Tese, edição fac-similada da edição de 1861, Editora da Universidade do Porto, Porto, 2005.

873 Pedro Fazenda, *A Trilogia da Alma Portuguesa — Heroicidade, Amor, Saudade* —, Tip. Sousa Neves, Lisboa, s/d (1926), p. 21.

874 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, pp. 8–10.

condição adversa à exigente atividade científica. Segundo o general francês Charles-François Dumouriez (1739–1823), “o calor do clima e o ardor dos seus temperamentos, associados à ignorância e à indolência transformam os portugueses em muito maus cristãos. As inclinações carnisais são aquelas a que não sabem resistir e por isso esforçam-se por prover o lugar da moralidade com qualquer tipo de superstição⁸⁷⁵”. Em 1916, o pedagogo e poeta João de Barros (1881–1960) (Fig. 27) escreveu o seguinte⁸⁷⁶:

Em Portugal, com efeito, o amor — não o amor forte que é ideal, pureza e consolação, mas o amor que é moleza, pieguice, fraqueza — enche por completo muitas e muitas existências, que assim perderam a sua utilidade, a sua razão de ser altruística, quando não é mesmo a sua capacidade de desenvolvimento, de progresso pessoal. Observa-se este fenómeno tanto nas classes pobres, como nas classes ricas, tanto nas almas rudes e primitivas, como nas almas civilizadas e complexas. Numas dá o crime ou o suicídio; noutras, o tédio, a preguiça, a falta de iniciativa. Enquanto, nos países de civilização adiantada, o amor vai cada vez mais sendo reduzido às suas verdadeiras proporções, tornando-se talvez — como direi? ... — mais conscientemente sensual; enquanto mesmo o lirismo moderno abandona a emoção amorosa e se inspira principalmente nos grandes temas do esforço, do trabalho, da ambição; nós não conseguimos ainda apear o amor do seu pedestal de idolo, de divindade cruel e vingativa, armando os braços com revólveres ou punhais, levando os corações às covardias que vexam e às ignomínias que infamam. [...]

E mais à frente desabafa⁸⁷⁷:

875 Charles François Du Périer Dumouriez, *An Account of Portugal as it appeared in 1766 to Dumouriez*, London, 1797, p. 177.

876 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, pp. 186–187.

877 *Idem*, pp. 187–188.



Fig. 27 João de Barros, pedagogo e poeta (*Vamos lêr!*, 19 novembro 1936).

E ao vermos passar uma mulher bonita, não achamos nunca na sua formosura um estímulo de arte, um desinteressado espectáculo de beleza, uma distração superior: — antes imaginamos romances, num vago e extático sentimento, de tão impossível realização, ou de tão luxuriosa fantasia, que nem chegamos a apreciar bem a graça, o encanto, a elegância que dela se evolum.

Na opinião de Basílio Teles, “um belo céu azul e uma mulher bonita e meiga” era a “expressão resumida” dos votos mais ardentes de um português. E acrescentava: “Inês de Castro e a Ilha dos Amores serão sempre, enquanto houver Portugueses e se falar a língua portuguesa, os dois episódios mais queridos da nossa epopeia imortal⁸⁷⁸”. Carolina Michaëlis falava do “génio amoroso dos antigos portugueses — *da sua constelação natural apurados no amor, a ponto de ser quasi costume entre elles* o quererem impossíveis e o morrer, matar, ou enlouquecerem de magoa amorosa⁸⁷⁹”.

Amar, sonhar e cantar parecem ser inclinações tão fatais dos portugueses que os levam a considerar fútil a ciência:⁸⁸⁰

Amar, sonhar, cantar! que a Vida breve passa
 E ao irmos descansar um dia sob as lousas
 Não levamos mais nada — é tudo o que nos resta.
 Toda a ciência é vã. Libemos, pois, a taça
 Do vinho do prazer, touquemo-nos de rosas ...
 — A ciência mais sã — a verdadeira é esta.

As tendências para o romantismo⁸⁸¹ e o sentimentalismo, tão evidentes na literatura portuguesa, seriam, assim, um obstáculo para o

878 Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 41.

879 Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, ed. fac-similada, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, p. 5.

880 Rodrigo Solano, *Fumo*, Porto, 1915, p. 69, citado em Cruz Malpique, “O Doutor José Leite de Vasconcelos”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 207, dezembro 1961, p. 155.

881 Cruz Malpique, “Alguns Aspectos do Perfil Psicológico do Português: Tristeza, Romantismo, Saudade e Chalaça”, em *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 21, agosto 1974, pp. 3-51.

desenvolvimento de uma verdadeira cultura científica em Portugal⁸⁸². Um país de poetas⁸⁸³ não podia ser um país de cientistas!... Esta conclusão enferma naturalmente de algumas fragilidades. Por um lado, não é certo que Portugal seja realmente um país de poetas; por outro, não está provado que as qualidades que caracterizam um bom poeta e um bom cientista sejam incompatíveis. Em 1951, ao comentar o elevado número de livros de poesia que então se publicavam, em comparação com outros géneros literários, o poeta açoriano Pedro da Silveira (1922–2003) afirmava que isso “não quer dizer, nem diz!, que a Poesia Portuguesa acesse, realmente, um período de grandeza. Os autênticos poetas continuam a ser escassos. Meia dúzia de manifestações notáveis e, de resto, a costumeira avalanche de versejadores e poetastros.” Mas, no respeitante a romances, livros de contos e mesmo ensaios, achava que tudo estava bem melhor: “pode dizer-se sem possibilidades de contradita que nunca Portugal teve, ao mesmo tempo, uma pléiada de ficcionistas como agora tem⁸⁸⁴”.

Com algum fundamento, há quem conteste a ideia de que a nossa literatura está entre as melhores do mundo e que em Portugal sempre houve e continua a haver muitos e grandes poetas. Olhando para a nossa prosa quinhentista e seiscentista, Basílio Teles afirmava⁸⁸⁵:

É um deplorável symptoma a inferioridade manifesta da nossa prosa classica, confrontada com a prosa coeva das outras literaturas europeias, ao pensarmos que a prosa é o instrumento precioso do pensamento scientifico e didactico, um dos signaes menos falliveis por que se pode avaliar do vigor e da lucidez intellectuaes d’um dado povo.

882 Almeida Garrett, um dos nossos maiores escritores românticos e poeta, mostrou ter alguma repugnância pela ciência do seu tempo ao escrever em *Viagens da minha terra* que “a ciência deste século é uma grandíssima tóla. E como tal, presunçosa e cheia de orgulho dos néscios”; v. R. Hooykaas, “La Nature et l’art”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XXXIX, 1967, Universidade de Coimbra, p. 161.

883 Ludovina Frias de Matos, “Poetas Analfabetos”, em *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 21, agosto 1974, pp. 89–124.

884 Pedro da Silveira, “A propósito de dois livros de poesia”, *Atomo, ciência e técnica para todos*, Ano IV, nº 47, 30 novembro 1951, p. 10.

885 Citado em Cruz Malpique, *Um Perfil do Português a Partir de Basílio Teles*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 25, 1981, p. 43.

Cruz Malpique achava que a nossa literatura era “gembunda e saudosista” porque “o gemido e a saudade constituem o forte no nosso perfil⁸⁸⁶”. Eurico da Fonseca (1921–2000), um estudioso da astronáutica e conhecido divulgador da ciência, desabafava em 1958 que era tempo “de nos convenceremos de que o nosso culto pelas letras é exagerado e irreal; isto porque em muitos é motivado pela simples ausência da capacidade para os complicados meandros da Ciência, e ainda e principalmente porque as nossas letras não vivem do seu valor real, mas sim do destaque que lhe traz a pobreza do nosso meio⁸⁸⁷”. Jorge de Sena⁸⁸⁸, referindo-se à literatura portuguesa, escreveu⁸⁸⁹:

Goza esta, sobretudo entre portugueses que a ignoram e às congêneres estrangeiras, da fama de transbordar de poetas. E, com efeito, nos manuais, o número de senhores que fizeram versos só tem par com o número, também elevado, de senhores que não fizeram nada.

Este mesmo ensaísta afirmou ainda que “Portugal é um país de amadores” sem brio profissional; que “numa vaidade já ancestral, não há português que se não suponha um pinga-amor, universalmente irresistível⁸⁹⁰”, e que “nem em matéria de sexo os nossos D. Joões são profissionais⁸⁹¹”. Thomé Pinheiro da Veiga, na sua *Fastigimia*, realça aquela característica dos homens portugueses, referindo que num ajuntamento não se coíbiam de usar as mãos para “incomodar as senhoras:” “estando eu [em Valhadolid] com outro amigo Portuguez, se nos encomendaram humas senhoras [espanholas], das quais pareciam bem principaes e fermozas duas delas; e o luzitano, por não perder o

886 *Idem*, p. 26.

887 “Uma entrevista com Eurico Fonseca”, em *Actualidades Técnicas*, dir. Armindo Varela, Ano 1, nº 1, Soc. Gráfica Ocidental Lda., Lisboa, p. 34.

888 Muito se escreveu sobre este ilustre pensador português. Consultar, por exemplo, *Nova Renascença*, Vol. VIII, outubro–março, outono 1988 e inverno 1989.

889 Jorge de Sena, “Panorama da literatura portuguesa”, em *O Reino da Estupidez*, O Tempo e o Modo 12, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1961, p. 144.

890 *Idem*, p. 145.

891 Jorge de Sena, “O amadorismo português”, em *O Reino da Estupidez*, O Tempo e o Modo 12, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1961, p. 145.

custume, jugava de mãos, do que huma se me queixou, pedindo-me lhe dicesse que não fosse Portugues, senão em ser bom namorado; e, continuando elle, lhe disse huma: ‘yo di a V. Md. officio de guardian, digame que officio es esse de romperme mi sayo;’ respondeu elle: ‘señora, queria ser sumilher de corpus...’⁸⁹² Thomé da Veiga não se cansa de elogiar a desenvoltura das espanholas em lidar com homens estranhos sem pôr em causa a sua honestidade, fazendo-o por vezes com conhecimento dos maridos. As atitudes exteriores dos galás portugueses manifestando apreço pelo sexo feminino terão resvalado para o insulto com o decorrer dos tempos... Em 31 de julho de 1898, uma ordem de Serviço do Comissário Geral da Polícia do Porto determinava que os agentes policiais reprimissem energicamente “os gracejos insultuosos que alguns indivíduos costumam dirigir às senhoras, quando vão desacompanhadas⁸⁹³”.

Se Jorge de Sena tiver razão sobre a qualidade da poesia portuguesa, então seremos tanto ou mais medíocres na poesia⁸⁹⁴ como na ciência — uma conclusão que não merece o acordo de muitos portugueses, para quem a excelência da nossa poesia⁸⁹⁵ é indiscutível. Egídio Namorado encontrava-se entre estes, quando, em 1958, escrevia o seguinte⁸⁹⁶:

A poesia, que pela sua natureza mais se compadece com a improvisação, tem, em Portugal, nível europeu, o que não

892 *Collecção de Manuscritos Ineditos agora dados á estampa, III — Fastigimia, por Thomé Pinheiro da Veiga (Turpin)*, Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Typ. Progresso de Domingos Augusto da Silva, Porto, 1911, pp. 83, 189.

893 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, n.º 3, julho 1948, p. 72.

894 A nossa poesia não ocupa um lugar proeminente no contexto da poesia universal — não pela suposta injustiça de países mais poderosos reclamarem só para si os louros literários, mas porque ninguém lhe reconhece qualidade para tal. O mesmo se poderá dizer de outras atividades culturais como a pintura, a música, o teatro, a filosofia ou a crítica literária e artística. Nunca houve em Portugal um movimento suficientemente forte, sustentável e inovador em nenhuma destas áreas. Luís de Camões, Fernando Pessoa, António Nobre e José Saramago são figuras literárias com mérito inegável, cuja obra granjeou o reconhecimento universal. No estrangeiro fala-se destes autores portugueses e de poucos mais. Não se fala propriamente da literatura portuguesa.

895 Sobre as origens e progressos da poesia portuguesa, v. António Ribeiro dos Santos, “Das Origens, e Progressos da Poesia Portuguesa”, *Memórias de Litteratura Portugeza*, tomo VIII, Parte II, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Officina da mesma Academia, Lisboa, 1812, pp. 233–251.

896 Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaios*, edição do autor, Textos Vértice, Typ. da Atlântida, Coimbra, 1958, p. 151.

sucedem em regra com as outras artes. No campo da investigação científica, o panorama não é melhor: aparte quatro ou cinco investigadores de boa categoria, nada mais temos a registar.

Independentemente da qualidade da poesia ou da ciência em Portugal, a verdade é que nesta terra houve sempre um maior interesse pela poesia do que pela ciência. Esta preferência vem do tempo dos trovadores, quando a antiga ciência era realmente pouco estimulante, continuou depois de surgir a ciência moderna e prosseguiu até aos nossos tempos.

Nas academias portuguesas do século XVII e da primeira metade do século XVIII, preferia-se a poesia balofa e gongórica de qualidade duvidosa⁸⁹⁷ aos temas científicos já muito apreciados nas academias europeias. Tal era o desinteresse dos académicos portugueses pelas ciências modernas, que os poucos que tentavam introduzi-las para discussão acabavam por desistir. Em 1717, o Pe. Rafael Bluteau conta-nos que leu na Academia dos Generosos restaurada “alguns breves discursos sobre matérias physicas, até que ultimamente acomodando-se ao genio dos ouvintes, á imitação dos outros mestres, fez as suas lições sobre diferentes assuntos.” Queixava-se este padre teatino que “nesta grande Escola do Universo andaõ muitos taõ cegos, e taõ pouco curiosos, que nem levantaõ os olhos ao tecto, nem os abaixaõ ao pavimento; com tanto, que saibaõ formar hum sillogismo, retorcer hum argumento, e soltar huma questao quodlibeta, lhes parece, que não ha mais que saber no Mundo⁸⁹⁸”. Os académicos e os intelectuais portugueses, em geral, interessavam-se pela história nacional e eclesiástica, pela literatura e pela poesia, mas a ciência era um assunto estranho que não se enquadrava nos seus interesses culturais⁸⁹⁹.

897 João Mendes, “Poesia e gongorismo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIX, 1939, pp. 365–382, 499–526; *Idem*, Vol. XXX, 1940, pp. 5–26.

898 Citado em Luís Miguel Bernardo, *Histórias da Luz e das Cores*, Vol. 1, Editora UP, Universidade do Porto, Porto, 2005, p. 381.

899 Houve algumas academias, como a Academia dos Humildes e dos Ignorantes, de Frei Joaquim de Santa Rita, onde se teriam discutido temas científicos, embora com uma aproximação intelectual muito condicionada pela religião e pela superstição e, por isso, claramente distinta do novo método da ciência moderna. Desde 1759, as conferências desta Academia foram publicadas, em nove volumes, com o título *Academia dos Humildes e dos Ignorantes*. Sobre o papel das academias do século XVII na cultura científica portuguesa, v. Luís Miguel Bernardo, *Histórias da Luz e das Cores*, Vol. 1, Editora UP, Universidade do Porto, Porto, 2005, pp. 378–383.

Não está demonstrado que haja uma incompatibilidade intrínseca entre a atividade científica e poética, embora haja respeitáveis opiniões, como a do físico coimbrão Mário Silva⁹⁰⁰, que pensava que “a matemática exige faculdades de pensamento abstracto que estão em oposição com as que deve possuir o artista⁹⁰¹...” Por esta razão ou por outra, a verdade é que não há muitas pessoas que se tenham distinguido nessas duas atividades, nem em Portugal nem no estrangeiro. Em Espanha, José Echegaray (1832–1916) foi elogiado como “matemático excelente, poeta y dramaturgo inspiradísimo⁹⁰²”. Na Alemanha, Goethe tentou ser poeta e cientista, mas não conseguiu. Foi certamente muito bom poeta, mas fracassou como cientista — a sua *Teoria das Cores* foi um malogro total⁹⁰³...

O poeta Guerra Junqueiro pretendeu fazer ciência, ou, pelo menos, filosofia científica, mas ficou muito longe de o conseguir. A sua extravagante e especulativa teoria da radioatividade⁹⁰⁴ não despertou, justificadamente, a atenção da comunidade científica⁹⁰⁵. Quando regressou de Paris ao Porto, em 23 de junho de 1904, aureolado de “cientista”, Guerra Junqueiro teve uma grande recepção popular na estação de S. Bento⁹⁰⁶ — com carga policial e tudo... — tendo sido louvado pelo “seu sensacional trabalho sobre o rádio e a radiação universal⁹⁰⁷”. O elogio a este trabalho foi repetido por

900 Carlos Fiolhais, “Centenário de Mário Silva”, em *Artes e Letras*, 7 fevereiro 2001, p. 22.

901 Mário Silva, *Elogio da Ciência*, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1971, p. 57.

902 Manuel Marques, “Comentarios a propósito del libro de Daza de Valdes *Uso de los Antojos*”, em Benito Daça de Valdes, *Vso de los Antojos*, Romarcraf, S.A., Barcelona, 1972, p. 38.

903 Luís Miguel Bernardo, *Histórias da Luz e das Cores*, Vol. 1, Editora UP, 2005, pp. 491–504.

904 Luís Miguel Bernardo, *Guerra Junqueiro — Um Estudioso da Radioactividade*, 2004 (não publicado).

905 O Pe. Amadeu de Vasconcellos (Mariotte) faz uma severa crítica a Guerra Junqueiro e, particularmente, a esta teoria científica; v. Mariotte. *Os Meus Cadernos*, nº 8, 31 dezembro 1913, Editores Almeida & Miranda, Lisboa, pp. 116–117.

906 No Porto, era muita a popularidade de Guerra Junqueiro. Quando visitou a Academia Politécnica, no dia 27 de janeiro de 1905, os alunos prestaram-lhe uma entusiástica homenagem. Quando, em 10 de abril de 1907, foi julgado e condenado por abuso de liberdade de imprensa e de injúrias contra o rei, “foi freneticamente aclamado pela multidão que enchia o Largo de S. João Novo e ruas adjacentes”; v. “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 12, abril 1957, p. 373. No entanto, a par de manifestações de simpatia, o autor da *Vérbice do Padre Eterno* recebia, de quando em vez, algumas manifestações de ódio. Um portuense, relojoeiro na Rua de Santa Catarina, chegou ao ponto de o agredir no dia 7 de setembro de 1908, o que deu origem a manifestações públicas de repulsa e desagravo; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 5, setembro 1958, p. 156.

907 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano X, nº 2, junho 1954, p. 62.

autores que escreveram sobre ele e a sua obra⁹⁰⁸. Apesar do fracasso da sua teoria da radioatividade, é de toda a justiça realçar o empenho de Guerra Junqueiro na valorização e defesa da ciência, na promoção da educação popular num país onde reconhecia haver uma “instrução miserável, marinha mercante nula, indústria infantil, agricultura rudimentar⁹⁰⁹”, e no seu interesse pela educação em geral. Numa sua carta — lida num comício no Porto e muito ovacionada pelos estudantes, numa altura em que se discutiam as questões suscitadas pela crise académica de 1907 — Guerra Junqueiro sugeria uma reforma universitária com a criação de cursos de Direito e Engenharia em Lisboa e no Porto e de cursos de Ciências e Letras em Coimbra.⁹¹⁰ Denunciando o ambiente de iliteracia generalizada que no seu tempo existia em Portugal, Guerra Junqueiro afirmava que “muitas vezes o crime está no fundo de uma garrafa” e que “cada escola que se abre é uma taberna que se fecha⁹¹¹”. É de Victor Hugo (1802–1885) a frase que se tornou famosa: “abrir uma escola é fechar uma cadeia”, e que talvez tenha igualmente inspirado o professor e político José Maria da Ponte Horta (1824–1892) a afirmar, em 1881: “quanto se despende em cabedal no instruir do povo, tanto se vae economisar no custeio das penitenciarias e aljubes; a instrução e a criminalidade são dois factos antagonistas perante a estatística social⁹¹²”. Ao referir-se à velha escola primária, Guerra Junqueiro classificava-a como um “açougue da innocencia, um talho de anjos” visto que “o amor que a creança deixava no lar domestico convertia-se alli em rigores extremos, porque a creança em lugar de encontrar um educador carinhoso, sem rigores nem severidade, via no mestre o seu algoz⁹¹³”. Ainda eram desconhecidos nesta época os

908 Alberto Moreira, “Guerra Junqueiro e a cidade do Porto (conclusão)”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 5, setembro 1955, pp. 148–154.

909 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana—Público, Lisboa, 2006, p. 368.

910 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 11, março 1957, p. 349.

911 Thomás Vieira dos Santos, *Ao Congresso Nacional: Considerações sobre o problema educativo*, O Gremio Liberdade, Typographia Liberty, Lisboa, 1910, p. 17.

912 José Maria da Ponte Horta, *Estado e Critica do nosso Ensino Official*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1881, p. 10.

913 *Conferencias Pedagógicas do Porto em 1884*, dir. António Simões Lopes, Typographia do Commercio do Porto, Porto, 1884, p. 14

princípios de educação infantil preconizados pelos métodos de Frederick Froebel,⁹¹⁴ Maria Montessori⁹¹⁵, Henry Pestalozzi⁹¹⁶ e outros⁹¹⁷.

Um dos mais conhecidos exemplos portugueses de cientista-poeta é José Anastácio da Cunha (1744–1787)⁹¹⁸, que conseguiu abarcar com alguma elevação as atividades de matemático⁹¹⁹ e de poeta — todavia, curiosamente, as suas obras só foram publicadas postumamente⁹²⁰. Além de ter mostrado uma apurada veia poética, Rómulo de Carvalho foi igualmente um excelente professor de física e um reconhecido historiador e divulgador da ciência. Nenhum destes dois homens pode, porém, ser elevado a um nível superior, nem como poeta nem como cientista.

No caso de outras expressões artísticas, temos em Portugal o exemplo de Abel Salazar (Fig. 28) que foi simultaneamente um bom cientista⁹²¹, um bom artista plástico (desenhador, pintor, escultor

914 E. Destrée-Vander Molen, *Méthode Froebel — Notes d'Inspection*, J. Lebègue & C.^{ie}, Libraires-Éditeurs, Bruxelles, s/d.

915 Luísa Sérgio, *O Método de Montessori*, Renascença Portuguesa, Porto, 1915; Agostinho da Silva, *O Método Montessori*, Cadernos Culturais Inquérito, Editorial Inquérito, L.^{da}, Lisboa, 1939; Mario M. Montessori, *Dr. Montessori and her work*, W. Knott & Son Ltd., Holborn, Londres, s/d.

916 Mark Eastwood, “Henry Pestalozzi”, em *Great Thoughts from Master Minds*, Vol. XXIII, abril a setembro 1895, pp. 232–235.

917 Irene Lisboa, *Modernas Tendências da Educação*, Biblioteca Cosmos, nº 21, Cosmos, Lisboa, 1942; João de Deus Ramos, “A criança em Portugal antes da escola primária” em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, pp. 229–248; Dinora S. Mascarenhas, “Pedagogia Infantil”, em *Cultura: Artes — Letras — Ciência, revista portuguesa de educação popular*, Ano I, nº 1, janeiro/fevereiro 1956, pp. 17–18; Émile Planchard, *Introduction à la Pédagogie*, 3ª ed., Éditions Nauwelaerts, Lovaina, Béatrice-Nauwelaerts, Paris, 1969, pp. 206–216.

918 Hernâni Cidade, *A Obra Poética do Dr. José Anastácio da Cunha*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930; “José Anastácio da Cunha, notas biográficas”, em António Lello, *Conversando*, Artes Gráficas, Porto, 1937, pp. 31–42; Luís Albuquerque, “José Anastácio da Cunha”, em *Vértice*, Vol. IV, nº 46, maio 1947, pp. 52–58; *Anastácio da Cunha, 1744-1787, o matemático e o poeta — Actas do Colóquio Internacional seguidas de uma Antologia de Textos*, Imprensa Nacional—Casa da Moeda, Lisboa, 1990.

919 Nas palavras de José Francisco Rodrigues, “é em português, uma vez mais pela pena de José Anastácio da Cunha que, pela primeira vez, se estabelece uma distinção tão clara quanto actual da Mecânica Racional e da Mecânica Física, e que se anuncia a separação axiomática da cinemática da dinâmica, aspecto fundamental no futuro desenvolvimento das ciências físico-matemáticas”; v. José Francisco Rodrigues, “Cultura e Ciência em Portugal no Século das Luzes”, *Colóquio—Ciências*, 1, fevereiro 1988, p. 84.

920 Joel Serrão, “Cultura e Ciência em Portugal no Século das Luzes — Evocação de José Anastácio da Cunha”, em *Colóquio—Ciências*, fevereiro, 1988, pp. 70–73.

921 Considerado o criador da histologia portuense, Abel Salazar descobriu um novo processo de coloração microscópica que publicou em 1920 — o chamado “método tanoférrico.” Em 1932, publicou a descoberta do “Para-Golgi”, um organelo celular observado apenas em 1954 com o microscópio eletrónico; v. *Abel Salazar — Retrato em Movimento*, Luísa Garcia Fernandes (org.) e Armando Alves (dir. gráf.), Campo das Letras, Porto, 1998; Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa,



Fig. 28 Abel Salazar (*Maria Rita*, 24 dezembro 1932).

e gravador)⁹²² e ainda um bom filósofo e crítico literário⁹²³. Houve mesmo quem tivesse afirmado em 1978 que este histologista era “o militante mais esforçado, corajoso e obstinado da renovação da cultura portuguesa do segundo quarto do nosso século⁹²⁴”. Contudo, não se pode afirmar que tivesse atingido a excelência na pintura ou na filosofia^{925,926}. Tanto numa como na outra atividade, Abel Salazar era um amador, no sentido etimológico e meritório do termo, isto é, não dedicou a sua vida nem à pintura nem à filosofia, mas muito mais à ciência. No contexto mundial, não são invulgares os exemplos de cientistas com aptidões para as artes e artistas com aptidões para a ciência. Um dos casos universalmente mais conhecidos é, talvez, o de Leonardo da Vinci: pintor, arquiteto e homem de espírito científico. Pasteur tinha o dom do desenho e da pintura⁹²⁷. Em certos indivíduos, as aptidões para as ciências exatas e a música aparecem frequentemente associadas. Os Prémios Nobel de Física Albert Einstein (1879–1955) e Donald Glaser (1926–2013) tocavam violino; outro físico e Prémio Nobel, Enrico Fermi (1901–1954) tocava piano; o famoso cientista da inteligência artificial Marvin Minsky (1927–2016) tinha um talento especial para o mesmo instrumento; o compositor

2006, pp. 18–19; Alberto Saavedra, *Algumas Palavras acerca de Abel Salazar*, separata de *O Médico*, Ano XIV, nº 605, Araújo & Sobrinho, Sucrs., Porto, 1963, pp. 9–11; António Coimbra, *Abel Salazar, cientista*, separata de *O Médico*, Vol. LXXIV, nº 1230, pp. 553–556, Porto, 1975; Afonso de Castro, *Notas para uma biografia de Abel Salazar*, Casa-Museu Abel Salazar, S. Mamede Infesta, 1992, pp. 9–10; Romero Bandeira, Sandra Pereira-Pinto, Carla Silva, “Abel Salazar, um Paradigma”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 18, novembro 2004, Castelo Branco, pp. 62–64.

922 Fernando de Castro Pires de Lima, “O Pintor Abel Salazar (A Gustavo Barroso)”, em *Lusitana*, Vol. 1º, nº 2, novembro 1952, pp. 129–137.

923 “Abel Salazar”, em *Mundo Literário*, nº 36, 11 janeiro 1947, pp. 1–2; Dias-Amado, “Abel Salazar”, *Mundo Literário*, nº 39, 1 fevereiro 1947, p. 11; Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006.

924 Ilídio Sardoeira, “Polémica Larvada entre Pascoaes e Abel Salazar”, em *Scara Nova*, nº 1590, abril 1978, p. 40.

925 Sobre as características e valor da pintura de Abel Salazar, v. Adriano de Gusmão, *A Personalidade Artística de Abel Salazar*, Fundação Abel Salazar, Porto, 1948. Sobre o seu posicionamento científico-filosófico, v. Norberto Cunha, “Ciência, Conhecimento e Sociedade em Abel Salazar”, em *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLIV, Fasc. 3–4, julho–dezembro 1987, Faculdade de Filosofia, Braga, pp. 274–305.

926 A metodologia que colocou na escrita dos seus artigos de filosofia levantou polémicas que acabaram em confronto direto com António Sérgio, em 1937; v. *Scara Nova*, Ano XVII, nº 515, 26 junho 1937. Abel Salazar esteve igualmente envolvido numa polémica filosófica com Adolfo Casais Monteiro e numa outra, a propósito de poesia, com Teixeira de Pacoaes.

927 R. Dujarric de la Rivière, “Le Musée Pasteur”, em *Médecine de France*, nº 56, 1954, pp. 13–16.

Alexander Borodin (1833–1887) fazia investigações em química orgânica. Enquanto jovens, alguns homens duplamente dotados tiveram dificuldade em optar por uma ou outra carreira, como foi o caso de Max Planck (1858–1947), que preteriu a música pela física e foi galardoado com o prémio Nobel em 1918. Estes homens só brilharam numa das áreas em que eram competentes. Acabaram por se distinguir apenas como cientistas ou como artistas porque investiram quase todo o seu tempo e esforço na opção que escolheram. Na sua vida, porém, não sentiram nenhuma incompatibilidade nas atividades profissionais ou amadoras que exerceram.

A razão para a inexistência de excelentes poetas-cientistas ou artistas-cientistas deverá procurar-se mais na incapacidade humana de dedicação intensa e simultânea a várias atividades do que numa qualquer incompatibilidade entre a arte e a ciência. As qualidades distintas que associamos à prática destas atividades podem existir na mesma pessoa sem qualquer forma de conflito ou incompatibilidade mental.

III. CAUSAS EXÓGENAS

As causas exteriores, extrínsecas ou exógenas que poderão justificar o atraso científico português estão associadas a condições externas que afetam tanto os indivíduos como as sociedades. São alguns exemplos as más condições gerais de vida, as condições geoclimáticas desfavoráveis, o isolamento geográfico, cultural e político, a instabilidade política e social, a ausência de liberdade, o pouco prestígio social da ciência e dos seus agentes, a falta de tradição pelo conhecimento, o desinteresse e o excesso de burocracia.

É opinião corrente, e já antiga, que os portugueses deslocados para o estrangeiro se transformam radicalmente, tornando-se tão bons como os melhores. Referindo-se à época das conquistas,

D. Frei Amador Arrais (1530–1600) opinava nos seus *Diálogos* (1589) que “inda que os nossos em sua terra sejam como plantas novas, fora della, no proseguimento desta cõquista [do Oriente], se trocarão em arvores tam grossas que não ouve força bastante a lhe dobrar as pontas⁹²⁸”. Quatrocentos anos depois, afirmava-se que “longe da pátria, os portugueses, quando bons, agigantam-se pelo espírito e pelas obras⁹²⁹”. A explicação para estes intemporais sucessos fora da pátria é, na perspetiva de Gimpera, a amputação da “frustração da viagem interrompida”, mas Amador Arrais fala implicitamente em plantas e terra — noutras palavras, em homens e condições de vida e trabalho. Olhando para os mais importantes cientistas portugueses, como Pedro Nunes, Garcia de Orta, José Vicente Barbosa du Bocage, Félix de Avelar Brotero, Júlio Henriques, Gomes Teixeira, Ferreira da Silva, Augusto Nobre, Pereira Coutinho⁹³⁰, Ricardo Jorge⁹³¹, Gonçalo Sampaio⁹³², Marck Athias⁹³³ (1875–1946) (Fig. 29),

928 Dom Frey Amador Arraiz, *Dialogos*, Nova Edição, Typographia Rollandina, Lisboa, 1846, p. 297.

929 *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXXVIII, agosto–dezembro 1966, pp. 224–225.

930 Rui Telles Palhinha, “D. António Xavier Pereira Coutinho”, em *Petrus Nonius*, Vol. II, Fasc. 3, 1939, Lisboa, pp. 232–238.

931 Arlindo Camilo Monteiro, “Prof. Ricardo Jorge”, em *Petrus Nonius*, Vol. II, Fasc. 3, 1939, Lisboa, pp. 238–246; Arlindo Camilo Monteiro, *Prof. Ricardo Jorge: Evocação do seu perfil austero e do historiador das ciências*, separata de *Petrus Nonius*, Vol. II, Fasc. 3, Lisboa, 1939; Alberto de Aguiar, *Ricardo Jorge — A Actividade Científica no Porto*, separata de *A Medicina Contemporânea*, n.ºs 38 e 39 de 17 e 24 de setembro de 1839, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa; Eduardo Coelho, *Ricardo Jorge. Recordações*, Lisboa, 1939; Hernâni Monteiro, *Ricardo Jorge na Escola-Médico Cirúrgica do Porto*, Porto, 1941; Hernâni Monteiro, “O Prof. Ricardo Jorge”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, n.º 1, maio 1956, pp. 14–18.

932 João de Araújo Correia, “O Minhoto Incurável”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, n.º 5, setembro 1957, pp. 133–135; João Paulo Cabral, *Gonçalo Sampaio, Professor e Botânico Notável*, U. Porto Editorial, Universidade do Porto, Porto, 2009.

933 Em 1897, Marck Athias, médico e fisiologista madeirense, formou-se em Medicina em Paris, onde estudou com um ilustre investigador francês, Mathias Duval. Regressado a Lisboa, fundou em 1907 a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, cujo primeiro congresso nacional se realizou em 1941, e dotou-a de publicações científicas: as *Mémoires*, o *Bulletin* e os *Archives*. Em 1911 ocupou a cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, esteve sempre muito ligado à histologia experimental e teve como colaborador Celestino da Costa. Foi ainda investigador no Instituto Português de Oncologia; v. Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 17; Francisco Gentil (1878–1964), introdução de Fernando Namora, coordenação e legendas de Luís Botelho, *Os Laboratórios Medicamenta, Liga Portuguesa contra o Cancro*, 1978, p. 62; J. Afonso Guimarães, *A personalidade do Prof. Marck Athias*, separata da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*, outubro 1947, Lisboa, 1947; A Redacção, “Homenagem ao Professor Marck Athias no Aniversário da sua Morte”, em *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, Vol. XV, Fasc. 1/4, 1944–1947, pp. 166–168.



Fig. 29 Mark Athias, ilustrate fisiologista português (*Prof. Francisco Gentil (1878–1964)*, 1978).

José Leite de Vasconcelos⁹³⁴, Abel Salazar e Egas Moniz⁹³⁵, para citar apenas alguns, verificamos que nunca conseguiram ombrear (exceutuando talvez Pedro Nunes⁹³⁶) com os grandes nomes mundiais da ciência. Mais do que a frustração da viagem interrompida (uma causa interna), são as condições de vida e trabalho, condensadas na palavra “terra”, que poderão justificar esta relativa fraqueza.

A ausência de uma boa “terra” poderá igualmente explicar o insucesso daqueles que se formaram no estrangeiro e regressaram ao país não conseguindo concretizar os projetos com que tinham sonhado. Em 1979, Daniel Serrão, professor de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina, afirmava que “das centenas de investigadores portugueses que têm frequentado, prolongadamente, os melhores centros de investigação do mundo não surgiu até hoje, um só criador científico com estatura ao menos europeia⁹³⁷”. A auréola de competência que muitos dos cientistas traziam ao regressarem a Portugal depois de realizar carreiras no estrangeiro rapidamente se esvaneceu na maioria ou quase totalidade dos casos. Agostinho Vicente Lourenço (1822–1893)⁹³⁸, químico na Escola Politécnica de Lisboa, foi um

934 José Leite de Vasconcelos foi um dos maiores vultos da cultura portuguesa, distinguindo-se como arqueólogo, etnógrafo e filólogo; v. Luís Chaves, “Prof. Leite de Vasconcelos” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIII, 1941, pp. 78–85; Rebelo Gonçalves, *Elogio Histórico de José Leite de Vasconcelos*, Lisboa, 1942; José Tavares, “Doutor José Leite de Vasconcelos”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 178, outubro 1958, p. 5; Manuel Viegas Guerreiro, “Leite de Vasconcelos (1858–1941) e a Ciência Etnográfica em Portugal”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, II Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 1653–1660. Em números sucessivos da *Labor, Revista de ensino liceal*, dos anos 1961 e 1962, Cruz Malpique publicou uma sequência de textos com o título “O Doutor José Leite de Vasconcelos”, que dão uma visão global da personalidade, ideias e trabalhos deste ilustre português. Uma lista bibliográfica sobre a sua obra pode ler-se em Fernando Castelo-Branco, “Apostamentos Bibliográficos do Centenário de Leite de Vasconcelos”, separata da *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, Vol. XXIV, Lisboa, 1959, pp. 449–454.

935 Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p. 11.

936 É de realçar que Pedro Nunes ainda seguia o modelo cosmológico de Ptolomeu. Conhecia, no entanto, o sistema de Copérnico, ao qual se referiu numa das suas obras, mas não exprimiu qualquer opinião sobre a verdade ou falsidade deste sistema. Sugeriu que se organizassem tábuas com base no novo sistema para verificar se seria possível determinar a posição dos astros com maior exatidão e simplicidade; v. Pedro José da Cunha, *Discurso Proferido na Sessão Comemorativa do 3º Centenário de Galileu Galilei, em 16 de abril de 1942*, separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. XIV, abril 1942, p. 7.

937 Daniel Serrão, *Crise Institucional da Universidade*, Edição da Assembleia da Guimarães, Guimarães, 1979, p. 14.

938 Agostinho Lourenço nasceu em Goa e obteve a sua formação em Medicina na Escola Médica daquela cidade. Trabalhou durante vários anos no laboratório de Adolphe Wurtz em Paris, onde publicou por volta de 1860 uma série de trabalhos que foram muito reconhecidos internacionalmente. Regressou a Portugal, em 1862, para tomar o cargo de lente da Escola Politécnica de Lisboa onde concebeu o projeto do

exemplo paradigmático de como as deficientes condições de trabalho podem paralisar um bom investigador científico. Sobre este caso, Celestino da Costa escreveu o seguinte⁹³⁹:

É, por exemplo, o caso do ilustre Agostinho Vicente Lourenço, químico insigne enquanto trabalhou no laboratório de Würtz, alcançando a admiração do seu mestre e a consideração do mundo científico pela importância dos seus descobrimentos, ao depois esterilizado, quando transplantado para Portugal e caído em meio hostil à investigação. [...] Em Lisboa, deixou de produzir, por razões complexas, entre elas, como bem o fez notar o professor Eduardo Burnay, pelo isolamento científico em que passou a viver.

O caso de Vicente Lourenço tem-se repetido com outros investigadores portugueses que foram doutorar-se no estrangeiro e que, depois de chegarem a Portugal, definharam na sua atividade científica ou tiveram de voltar a emigrar para a prosseguir. O insucesso destes homens foi consequência de uma desfavorável influência externa que não conseguiram contrariar e que os isolou cientificamente. Perante o caso de Vicente Lourenço e muitos outros que, chegando “cheios de entusiasmo, dentro em pouco esmorecem, definham, pervertem-se e cahem na política, nos negócios, na ociosidade e muitas vezes, em coisa nenhuma, na simples indolência”, Eduardo Burnay concluía, em 1895, que era necessário criar um meio científico no País, quer recorrendo a sábios estrangeiros, à semelhança do que se fizera no tempo do Marquês de Pombal, quer enviando alunos em massa para o estrangeiro, como acontecera em países como a Bélgica, a Itália e o Brasil⁹⁴⁰.

laboratório e do anfiteatro químico, que foi recentemente restaurado e faz parte do património do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa. Foi dado o seu nome a uma transversal da Avenida Almirante Reis. A placa toponímica foi destruída após o movimento de 25 de abril de 1974 por um grupo de populares por pensarem que o nome se referia ao capitão Agostinho Lourenço. A Câmara colocou uma nova placa, tendo o cuidado de acrescentar a palavra “Químico” para evitar confusões; v. Bernardo Herold, *comunicação privada*, 2003.

939 *Relatórios, Propostas e Projecto de Orçamento, para o ano económico de 1930–1931*, Junta de Educação Nacional, Lisboa, 1930, p. 10.

940 Eduardo Burnay, “Elogio Histórico do Dr. Agostinho Vicente Lourenço” em *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências Moraes, Políticas e Bellas-Artes*, Nova Série, tomo VII, Parte 1, Typographia da Academia, Lisboa, 1895, pp. 40–41.

Grau de Inteligência e Condições Gerais de Vida

Até há bem poucas décadas, era perfeitamente aceite a ideia de que a inteligência era o resultado de uma boa combinação genética⁹⁴¹. As raças brancas revelavam qualidades de grande superioridade sobre as negras e, dentro de uma raça, as amplitudes de variação do nível intelectual eram muito superiores à diferença entre os níveis médios entre raças⁹⁴². No entanto, não se desvalorizavam totalmente os fatores ambientais, económicos e sociais no desabrochar da inteligência. A suposta inferioridade intelectual da raça negra era utilizada para justificar por exemplo o colonialismo. Em 1950, António Augusto, um antropólogo português, estudou o nível intelectual dos Macuas em Moçambique tendo concluído eram menos inteligentes que os brancos de Portugal⁹⁴³. No fim do seu estudo concluía⁹⁴⁴:

Com tão baixo nível mental, os Macuas, se gozassem independência política, só podiam viver, como de facto viveram, em regime absoluto e despótico. Hoje, e com mais razão, no futuro, no convívio e interdependência das nações, esta tribo e as outras da mesma craveira intelectual só podem viver e prosperar conservando-se sob a tutela de nações de superior nível intelectual ou nelas incorporadas.

Em 1947, um estudo publicado em Inglaterra por Godfrey Thomson e intitulado *The Trend of National Intelligence (1947)*⁹⁴⁵ mostrava que os filhos das famílias mais numerosas eram em média menos inteligentes do que os das famílias mais pequenas. Nas que

941 No século XIX, um cérebro de grande volume chegou a ser considerado um sinal de inteligência. No entanto, no final desse século, achava-se já que tal não correspondia à verdade; v. "L'Intelligence et le Volume du Cerveau", em *La Nature*, 14^o Ano, 1^o Sem., n^o 655, 19 dezembro 1885, p. 43.

942 Eusébio Tamagnini, "Lição inaugural do ano lectivo 1934-1935", em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V, n^o 1, 1934, Universidade de Coimbra, pp. 16-17.

943 António Augusto, "Inteligência global dos Macuas", em *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo V 4^a Secção — Ciências Naturais*, Lisboa, 1950, pp. 423-431.

944 *Idem*.

945 Godfrey Thomson, *The Trend of National Intelligence*, Eugenics Society, Londres, 1947.

tinham oito ou mais filhos, 40% eram de inteligência superior ao normal, mas nas de um ou dois filhos esse valor subia para 60%⁹⁴⁶. Uma tão elevada diferença era justificada por razões sociais, como, por exemplo, o facto de os pais mais inteligentes preferirem ter famílias menos numerosas⁹⁴⁷. Além disso, reconhecia-se que o desenvolvimento intelectual das crianças de famílias numerosas era condicionado pelas maiores dificuldades económicas e educativas que essas famílias geralmente têm. O facto de as mulheres mais inteligentes terem menos filhos implica, segundo algumas recentes opiniões, que o quociente de inteligência (QI)⁹⁴⁸ médio das futuras gerações será menor⁹⁴⁹. No mesmo ano de 1947, ao comparar o desempenho intelectual dos negros moçambicanos com os de outras regiões africanas ou os brancos que viviam há 450 anos em Moçambique, Maria Sofia Pomba Guerra não colocava o atraso intelectual do negro moçambicano no fator racial, mas exclusivamente no fator alimentar: “a população negra alimenta-se mal, a um nível inferior ao considerado humano.” A autora baseava a sua conclusão nos estudos realizados com crianças, em França, os quais tinham demonstrado existir um aumento do vigor intelectual, devido aos complementos alimentares de leite, vitaminas e amino-ácidos, e tinham revelado que a privação alimentar causava danos irreparáveis na inteligência das crianças⁹⁵⁰. Esta ideia, embora não comprovada cientificamente, não era nova. Em 1734, o nosso Fr. João Pacheco já afirmava⁹⁵¹:

946 J. Bronowski, “Algumas descobertas científicas”, em *Seara Nova*, Ano XXVII, nº 1079, 3 abril 1948, p. 179.

947 Este facto permitia ao eugenista Francis Galton (1822–1911) concluir que a inteligência média de toda a população diminuía de geração em geração. Esta diminuição seria mais acentuada quanto menor fosse o número de filhos nas classes sociais mais favorecidas.

948 Rui Carrington da Costa, *Quociente de Inteligência de Stern ou Constante Pessoal de Heinis?*, separata do *Boletim do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, A Criança Portuguesa*, Ano V, Lisboa, 1946.

949 Virgílio Azevedo, “Mulheres inteligentes geram declínio da inteligência?”, em *Jornal Expresso*, Primeiro Caderno, 11 outubro 2014, p. 21.

950 M. Sofia Pomba Guerra, “A Alimentação e a Capacidade Intelectual dos Indígenas”, em *Vértice*, Vol. IV, nº 46, maio 1947, pp. 67–69.

951 Fr. João Pacheco, *Divertimento Erudito para os Curiosos de Noticias Historicas, Escolasticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas e Profanas*, tomo I, Officina Augustiniana, Lisboa Oriental, 1734, p. 428.

Por experiencia sabemos, que os homens, que se sustentão de manjares grosseiros, são de curto engenho, e de melhor, os que usão de comeres delicados, e regalados, porque estes geraõ espiritos vitaes, que ajudão muito a obrarem as potencias actos mais perfeitos, dos quaes estão pendentes os espirituas, e os orgãos, e sentidos se conservão em sua perfeição com elles; cuja boa disposição he mui importante para as operaçoens espirituas da alma; e muitas vezes sentimos que cousas corporeas fazem muito proveito, e outras muito danno à memoria.

Alguns estudos recentes têm confirmado que o QI dos habitantes de um país está correlacionado não só com a taxa do rendimento económico e o nível da educação⁹⁵², mas também com outros fatores que o favorecem: a elevada razão entre trabalho industrial e agrícola, temperaturas médias mais baixas, e até a maior distância à África que foi o berço da humanidade. Estudos muito recentes mostram ainda que as boas condições de higiene e saúde favorecem o QI, o que permitiria explicar os baixos valores deste indicador nos países subdesenvolvidos. Feito o controlo dos fatores acima referidos — como a temperatura média, a distância à África, o produto interno bruto *per capita* e vários fatores relacionados com a educação —, os fatores mais influentes no grau de inteligência de uma nação parecem ser as doenças infecciosas. A explicação poderá ser de natureza fisiológica: a radicação de parasitas e organismos patogénicos poderá atrasar o desenvolvimento do cérebro das crianças e limitar, assim, o seu desenvolvimento intelectual⁹⁵³. Sob o ponto de vista energético, o ser humano teria dificuldade em desenvolver o cérebro e lutar simultaneamente contra as doenças infecciosas, visto que estas duas funções são metabolicamente muito exigentes. Estes estudos revelam que existe uma diferenciação do nível intelectual por

952 Kimberly G. Noble, M. Frank Norman, Martha J. Farah, “Neurocognitive correlates of socioeconomic status in kindergarten children”, em *Developmental Science*, Vol. 8, nº 1, 2005, pp. 74–87.

953 Christopher Eppig, Corey L. Fincher, Randy Thornhill, “Parasite prevalence and the worldwide distribution of cognitive ability”, em *Proceedings of the Royal Society B*, 30 junho, 2010.

países ou regiões do globo, cabendo às doenças infecciosas a principal responsabilidade para essa diferenciação. Assim, o aumento da inteligência média nos países ricos verificado ao longo das décadas — o conhecido efeito de Flynn — poderia ser explicado pela crescente melhoria das suas condições de saúde. O controlo de doenças infecciosas parece ter um papel fundamental no desenvolvimento das nações.

Os fatores sanitários poderão ter contribuído para o atraso crónico português porque limitou o universo de recrutamento de futuros cientistas que devem possuir um elevado grau de inteligência. Até há bem poucas décadas, as condições higiénicas e sanitárias nas escolas portuguesas eram simplesmente lastimosas⁹⁵⁴, apesar de Portugal ter sido um dos primeiros países a legislar em prol da defesa sanitária no sistema educativo, em 1837, por Passos Manuel (Regulamento de Saúde Pública), e em 1842, através do Código Administrativo⁹⁵⁵. Na reforma de Costa Cabral de 1845 mantiveram-se as disposições anteriores de fiscalização sanitária escolar. Em 1854, António Feliciano de Castilho (1800–1875) lastimava que “muitos Municipios nem casa teem para as suas escolas, outros teem-n’as, mas coadas de vento, mal telhadas, térreas, lamacentas, sem bancos, sem claridade⁹⁵⁶...” As condições higiénicas para os edifícios escolares foram determinadas em 1866 por Martens Ferrão, e novas medidas legislativas para o melhoramento da saúde escolar foram sendo estabelecidas em 1871, 1876, 1878, 1880, 1882 e 1886.⁹⁵⁷ Em 1888, denunciava-se o facto de certos colégios para meninos e meninas se acharem “em locaes tão acanhados e inadequados que forçosamente devem influir na saude dos alumnos” e de “n’um espaço de oito a dez

954 Aliás a falta de higiene era um problema geral e muito antigo. Durante séculos, o ato de tomar banho foi considerado desnecessário, prejudicial ou impudico; v. C.M., “Higiene Lusitana”, em *Feira da Ladra*, tomo III, 1931, pp. 22–25.

955 António Paúl, “Subsídio para um Plano de Assistência Estomatológica Escolar”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo IX, 8ª Secção: Ciências Médicas e Biológicas*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1944, p. 486; Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 9.

956 J. Sousa Mendes, “Notas sobre o ensino em Portugal no século XIX: Castilho e o ensino popular (conclusão)” em *Vértice*, Vol. XI, nº 95, julho 1951, p. 331.

957 Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, pp. 9–10.

metros quadrados reúnem durante seis horas 20 a 30 alunos de tenra idade⁹⁵⁸”. O legislador procurou travar ou irradiar os problemas sanitários nas escolas em 1892, 1895 e 1901⁹⁵⁹. Até 1902, a legislação sanitária apenas se aplicava à construção dos novos edifícios escolares, mas não tinha qualquer influência na melhoria das condições sanitárias dos alunos. Com a reforma de 1902⁹⁶⁰, da iniciativa de Ricardo Jorge e Costa Sacadura, foi lançado um verdadeiro serviço de sanidade nas escolas que, no entanto, não foi compreendido nem apoiado por professores, pais e dirigentes escolares. Em março de 1906 fez-se um esforço no serviço sanitário portuense, com a nomeação de inspetores das 1ª e 2ª zonas liceais do Porto⁹⁶¹, os médicos Aleixo Guerra e José Guilherme Pacheco de Miranda⁹⁶², mas em junho de 1908, Sousa Avides denunciava as condições intoleráveis em que estavam a funcionar esses liceus. Afirmava não terem as mínimas condições de salubridade, particularmente o da 1ª zona, e renovava, por isso, a sua proposta de 1903 para que o Parlamento ordenasse a construção de novos edifícios⁹⁶³.

Interrompido o projeto de sanidade escolar de 1902⁹⁶⁴ com a implantação da República, outros se lhe seguiram: um, em 1911, destinado aos liceus, e outro, em 1914, dirigido às escolas técnicas⁹⁶⁵.

958 “Hygiene das Escolas”, em *Revista Popular de Conhecimentos Uteis*, Ano 1, nº 28, Lisboa, 9 de dezembro 1888, pp. 219–220.

959 Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 10.

960 “Decreto nº 1 de 19 de setembro de 1902”, em *Boletim da Direcção Geral de Instrução Publica*, Ano II, Fasc. V–XII, maio–dezembro 1903, pp. 422–427.

961 Em 27 de junho de 1908, o Conselho do Liceu Central da 2ª zona solicitou às estâncias competentes para que o liceu se chamasse Liceu de D. Manuel II. Passados 3 dias, o Conselho do Liceu Central da 1ª zona pediu que o respetivo liceu se chamasse Liceu de Alexandre Herculano. A autorização para a mudança dos nomes viria dois meses mais tarde; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 2, junho 1958, p. 63; Idem, nº 4, agosto 1958, p. 127.

962 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 11, março 1956, p. 349.

963 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 2, junho 1958, p. 59.

964 A Inspeção Sanitária Escolar foi criada por Hintze Ribeiro em 24 de dezembro de 1901 e dirigida inicialmente por Costa Sacadura. O seu primeiro regulamento data de 18 de setembro de 1902; v. Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 9. De entre as suas funções estava a inspeção sanitária dos livros escolares!... V. “Inspeção sanitária”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, Ano III, Fasc. I–III, janeiro–março 1904, pp. 182–184.

965 António Paúl, “Subsídio para um Plano de Assistência Estomatológica Escolar”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo IX, 8ª Secção: Ciências Médicas e Biológicas*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1944, p. 487.

Em 1916, fazia-se inspeção sanitária apenas nos liceus, embora se reconhecesse que seria bom estendê-la, pelo menos, a todas as escolas primárias e profissionais médias⁹⁶⁶. Em 1918, surgiu uma nova reforma por iniciativa do ministro Alfredo Magalhães, mas apesar de todas as alterações legislativas “o Estado continuava a não dar a atenção devida ao serviço [sanitário], negando-lhe verbas e colaboradores em número suficiente⁹⁶⁷”. Em 1922 tomou posse como Inspector-Geral da Sanidade Escolar José Guilherme Pacheco de Miranda, que dinamizou os serviços alargando-os e tornando-os mais eficientes⁹⁶⁸. Homens, como o médico José Lopes Dias continuavam a pugnar por melhores condições sanitárias nas escolas nacionais⁹⁶⁹. Em 1933, o Estado Novo criou a Direção-Geral de Saúde Escolar, que tomou a orientação da sanidade escolar⁹⁷⁰ e introduziu significativas melhorias no apoio sanitário aos alunos das escolas portuguesas⁹⁷¹. Ao problema da cárie dentária⁹⁷² não teria sido dada, no entanto, a atenção merecida⁹⁷³, pelo menos até 1944⁹⁷⁴, o mesmo tendo acontecido à saúde escolar do ensino

966 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, pp. 124–125.

967 António Paúl, “Subsídio para um Plano de Assistência Estomatológica Escolar”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo IX, 8ª Secção: Ciências Médicas e Biológicas*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1944, p. 487.

968 Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 11.

969 Helder Henriques, “José Lopes Dias e a saúde escolar: esboço de um pensamento”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 23, novembro 2009, Castelo Branco, pp. 63–69.

970 *Saúde Escolar — Directrizes e Organização dum Inicativa do Estado Novo*, trabalho elaborado pela Direcção-Geral da Saúde Escolar, Editorial Império, Lisboa, s/d (1936?).

971 Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, pp. 11–12.

972 Ângelo Vaz, *A Bem do Povo*, Edição do Autor, Tipografia da Livraria Progredior, Porto, 1946, pp. 121–124.

973 Especialistas de estomatologia, como Michel Dechaume, defendiam nesta época que se deve “iniciar o tratamento das cáries aos quatro anos, antes da idade escolar; suprimem-se assim, ou diminuem-se enormemente as complicações da cária e reduzem-se em 50% as más posições dentárias e as más formações maxilares. O tempo de tratamento é encurtado e há economia monetária para as famílias”; v. Paiva Boléo, “A Estomatologia em Portugal: a propósito da visita do professor Dechaume”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano I, nº 4, 20 abril 1948, p. 11.

974 António Paúl, “Subsídio para um Plano de Assistência Estomatológica Escolar”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo IX, 8ª Secção: Ciências Médicas e Biológicas*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1944, pp. 487–505.

maternal e primário⁹⁷⁵. Desde há 40 ou 50 anos, as condições higiénicas das escolas portuguesas melhoraram significativamente e, na perspectiva dos referidos estudos, terão contribuído para o aumento da capacidade intelectual da nossa juventude se, entretanto, outros factores a não prejudicaram...

É desde há muito conhecida a máxima “mente sã em corpo são” e, por isso, não é surpreendente que se tivesse recomendado a introdução da educação física no ensino oficial⁹⁷⁶. Embora a ginástica fosse incluída nos programas das diversas reformas oitocentistas do ensino português, a verdade é que, em 1905, ainda se lamentava que a educação física “infelizmente até hoje não tem passado do domínio da teoria, e as escolas onde se devia ministrar tal ensino não possuem gymnasios, não teem jardins, não teem pateos para que os alunos possam tirar proveito dos exercicios phisicos de que carecem absolutamente.” A “educação physica pela gymnastica sueca” foi adotada por decreto de 29 de agosto de 1905, o que criou justificadas esperanças de um melhor ensino desta disciplina, tanto a nível secundário como primário⁹⁷⁷. Faziam-se, no entanto, alguns recomendações sobre a forma de implementar a reforma⁹⁷⁸:

Como a instrucção secundaria tem mais quem olhe por ella, por ser mais affecta ás classes poderosas e remediadas,

975 Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945.

976 As doutrinas sobre a educação física despertaram bastante cedo algum interesse em Portugal; v. F. Adolpho Coelho, “Exercicios corporaes e desenvolvimento moral — As doutrinas”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrucção Publica*, Ano IV, Fasc. I–VI, janeiro–junho 1905, pp. 369–440.

977 “O processo sueco” — dizia Costa Lobo — “procura melhorar as condições locais por meio de movimentos rítmicos e suaves, conduzidos em harmonia com as indicações resultantes do estudo profundo do organismo. É sem dúvida o método científico por excelência...” V. F.M. da Costa Lobo, *A Educação e o Problema Económico*, Tipografia Popular, Figueira do Foz, 1935, p. 19. Em julho de 1907, Mário Alberto de Aragão Costa e Raúl Larose da Rocha foram nomeados professores de ginástica sueca, para o Liceu da 1ª zona do Porto, e Júlio Garcês de Lencastre e Artur Taborda de Azevedo Costa para o Liceu da 2ª zona; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripreiro*, V Série, Ano XIII, nº 3, julho 1957, p. 90. Para uma análise histórica da evolução do ensino da ginástica em Portugal, de 1905 a 1940, v. Albano Estrela, *Uma Perspectiva para a Compreensão da evolução e da Difusão da Ginástica da escola de Ling — um Exemplo: a Educação Física em Portugal nas Primeiras Décadas do século XX*, Textos I.N.E.F, nº 8, Série História da Educação Física e dos Desportos, Lisboa, 1973.

978 Costa Sacadura, “Educação physica”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrucção Publica*, Ano IV, Fasc. VII–XII, julho–dezembro 1905, pp. 323–330.

e a escola primaria oficial se acha mais descurada por ser frequentada quasi pelos desherdados da fortuna, essa é que deve principalmente merecer as nossas atenções.

Apesar do inegável interesse dos educadores pela educação física⁹⁷⁹, ainda se afirmava em 1927, sete anos depois da publicação do *Regulamento da Educação Física*, que “entre nós pouco ou nada tem sido feito pelo Estado, e a ginástica sem leis que a regulem e sem o auxílio material indispensável, tornou-se uma “blague”, que por vezes descamba em tragédia”, e que o “foot-ball”, o “sport que mais se tem popularizado entre nós” é “sem dúvida o “sport” menos adequado ao nosso temperamento, ao nosso clima e ainda às condições de resistência que possui a maior parte dos nossos homens⁹⁸⁰”. Nesta época, o futebol era considerado um jogo “malfadado [...], estrangeiro, caro e, tantas vezes, brutal”, e afirmava-se que havia outros jogos “muito mais educativos e acomodados não só à idade dos jogadores, mas ao seu número momentâneo, ao terreno ou local de que dispõem e ao tempo que teem livre⁹⁸¹”. Perante os atuais sucessos futebolísticos de jogadores e treinadores portugueses, quem hoje se atreveria a fazer afirmações como estas sobre o “desporto-rei”?!...

Embora a educação física sueca, adotada oficialmente no ensino português, fosse a mais popular, houve quem a contestasse e propuseram-se alternativas. Em 1930, Henrique Weiss de Oliveira (1878–1940) defendia a educação física respiratória, uma técnica genuinamente portuguesa que ele próprio praticava e aperfeiçoara durante mais de 20 anos⁹⁸². O método francês, que tinha grande analogia

979 Morais Manchego, “O Congresso de Educação Física”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 9, 15 maio 1913, pp. 104–108; Morais Manchego, “A Exposição do Congresso de Paris”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 10, 31 maio 1913, pp. 114–123; Morais Manchego, “Educação Física e Espírito Científico”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 11, 15 junho 1913, pp. 129–135; Furtado Coelho, “O Ensino da Ginástica na Escola Primária”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 12, 30 junho 1913, pp. 149–150.

980 “A educação física em Portugal”, em *Portugal Médico*, Vol. XI, nº 1, janeiro–março 1927, pp. 38–39.

981 “Mocidade Portuguesa, Comissário Nacional.—1) Manual de jogos da M.P.” (recensão) em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVI, 1943, p. 340.

982 H. Weiss de Oliveira, *A superioridade da técnica portuguesa sobre a técnica sueca da ginástica de formação ou educativa*, Pôrto, 1933.

com o alemão, o método inglês e os *sokols* do professor checoslovaco Týrs tinham também os seus partidários⁹⁸³.

Os vários aspetos da educação física, incluindo o desporto⁹⁸⁴, foram objeto de atenção, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940, nomeadamente através de iniciativas da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, porque se considerava que através dela se poderia melhorar a saúde geral da população portuguesa⁹⁸⁵ que se encontrava num estado lastimável, particularmente, nos estratos populacionais mais desfavorecidos⁹⁸⁶.

A Liga Portuguesa de Profilaxia Social⁹⁸⁷, uma instituição política e religiosamente independente⁹⁸⁸, foi fundada no Porto, em 1924, por três médicos portuenses, António Emílio de Magalhães⁹⁸⁹, Cândido Henrique Gil da Costa e Arnaldo Cândido Veiga Pires. Por razões profissionais, Veiga Pires abandonou a direção da Liga pouco depois da fundação. Referindo-se ao trabalho dos outros dois fundadores, o médico e político Alfredo de Magalhães (1870–1957) (Fig. 30) comentou mais tarde⁹⁹⁰:

Fora das ideologias políticas, que não interessam aqui, e dentro do art. 22 da Constituição, que considera “a opinião pública

983 Francisco da Costa Lobo, “A Educação e o Problema Económico”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, pp. 256–261.

984 José Mendonça, “Algumas considerações sobre o desporto”, em *Secara Nova*, Ano XXIII, nº 876, 27 maio 1944, pp. 47–52.

985 A ideia de que se poderia “revigorar a nossa raça” através do exercício físico ligado ao desporto existia já nos meios desportivos e mediáticos desde o princípio do século XX; v. “Educação Física”, em *Ilustração Portuguesa*, nº 651, 12 agosto 1918, p. 121.

986 Adelaide do Carmo Fernandes, “Algumas considerações sobre educação física”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, pp. 269–293.

987 A história da Liga e das suas atividades podem ler-se em *O que é e o que tem realizado a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (Resumo)*, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1948; *50 Anos de actividade em prol do bem comum*, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1974; *Cronologia de 75 anos em prol do bem comum*, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1999; Ismael Cerqueira Vieira, *O centro documental da Liga Portuguesa de Profilaxia Social: uma janela aberta para a história médico-social do Porto*, Colóquio Internacional MEDINFOR II – A Medicina na Era da Informação Porto – 21 a 23 de novembro de 2011.

988 Adriano Rodrigues, “Palavras de Justiça”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, pp. LIX–LX.

989 Alberto Uva, *O dr. António Emílio de Magalhães ou a alegria de reverentemente se dar*, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1974.

990 Alfredo de Magalhães, “Palavras Simples”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, p. vii.



DR. ALFREDO DE MAGALHÃES
Desenho do Dr Manuel Monterroso.

Fig. 30 José Alfredo Mendes de Magalhães (*O Minhoto*, 20 abril 1940).

elemento fundamental da administração do País”, dois moços clínicos, que procuram ser homens da sua época, António Emílio de Magalhães e Cândido Henrique Gil da Costa, por que assimilaram convictamente o conceito do insigne Penle — “a medicina moderna há-de ser ao mesmo tempo medicina do indivíduo e medicina da Pátria” —, meteram ombros à tarefa aspérrima de desbravar a negra selva da ignorância, do preconceito e do egoísmo, para criarem entre nós, onde a patologia mais revelha parece também invicta, o que se poderá denominar a “consciência sanitária”, em prol do vigor físico, intelectual e moral da grei.

O programa da Liga foi divulgado em folhetos, nos livros das Conferências da Liga⁹⁹¹ e no número 28 da revista *A Águia*, o órgão da Renascença Portuguesa. Os seus grandes objetivos eram de natureza profilática — luta contra as doenças venéreas, a tuberculose, a lepra, a cegueira, o alcoolismo, o cancro, o aborto, a pornografia, e a promoção da educação física e da higiene⁹⁹². No Porto — que Ricardo Jorge apelidou “cidade cemiterial” — onde “existiam tabernas, «dancings», lupanares, cafés onde não havia a mais pequena sombra de higiene⁹⁹³, mas faltavam as escolas nocturnas, as sociedades gratuitas de educação profissional, artística e moral, os centros de ilustração ou de investigação⁹⁹⁴”, a Liga conseguiu que a Câmara Municipal abrisse à noite a Biblioteca Pública, para que os operários e menores pudessem usufruir de “um local útil e acolhedor, em lugar de diversões por vezes bem perigosas e desmoralizadoras⁹⁹⁵”.

991 “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, p. ii–iii.

992 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 3–4.

993 Sobre a história da higiene no Porto, v. Artur Magalhães Basto, “O Porto e a sua Evolução sob o Aspecto Sanitário” em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, pp. 47–74; Artur de Magalhães Basto, *História da Higiene: A cidade do Porto e a sua Evolução Sanitária*, separata da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*, Ano 5º, nº 9, pp. 291–301, Lisboa, 1939.

994 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, p. 5.

995 *Idem*, p. 6.

A abertura nocturna da Biblioteca foi um êxito. Entre 1928 e 1934, inscreveram-se como leitores nocturnos 109 628 leitores e foram consultados 155 647 volumes⁹⁹⁶.

Em 1928, a Liga iniciou uma campanha contra o hábito do “pé descalço⁹⁹⁷”, praticado por cerca de 70 mil portuenses que habitavam na sua grande maioria as infames “ilhas”, que o jornalista Adelino Mendes tinha apelidado de “cemitérios vivos” tal era o número de doenças graves que nelas grassavam. Desta campanha resultou uma lei de 20 de maio desse ano que proibia andar descalço pelas ruas da cidade⁹⁹⁸. A campanha alargou-se a todo o país e a mesma proibição estendeu-se oficialmente a Lisboa em 1 de outubro de 1928, embora só tivesse sido efetivamente aplicada em dezembro de 1932⁹⁹⁹! Dada a visibilidade das suas iniciativas, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social conseguiu o apoio financeiro de muitos contribuintes¹⁰⁰⁰ e beneméritos¹⁰⁰¹, e iniciou a publicação de um boletim em 30 de junho de 1929. Nesta data tinha já ocorrido a primeira conferência pública das muitas que organizou — primeiro no salão nobre da Faculdade de Engenharia e depois no salão do Clube Fenianos Portuense — e cujos textos publicou em sete séries, uma em cada volume, de 1933 a 1952, constituindo um repositório de uma autêntica Universidade Aberta. Os 3 mil exemplares da 1ª série esgotaram-se rapidamente, o que levou os fundadores a fazer o seguinte comentário¹⁰⁰²:

Num país onde a leitura séria é escassa, onde os escritores se encontram descarinhados, onde o analfabetismo orça por

996 António Emílio de Magalhães, Cândido Henrique Gil da Costa, “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (2ª série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935, p. 2.

997 *O Pé Descalço, uma vergonha nacional que urge extinguir*, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1956.

998 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 6–10.

999 *Idem*, p. 47.

1000 Em 1942 o número de contribuintes atingiu cerca de um milhar; v. *Idem*, p. 48.

1001 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, p. 34.

1002 António Emílio de Magalhães, Cândido Henrique Gil da Costa, “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (2ª série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935, p. 1.

60% da população, tal acontecimento é digno de registo e de grande relêvo [...].

Catorze séries das Conferências ficaram por publicar devido a dificuldades financeiras¹⁰⁰³.

A Liga promoveu a nível nacional outras campanhas profiláticas: contra as fraudes alimentares e a favor da regulamentação da prostituição¹⁰⁰⁴, da prática desportiva¹⁰⁰⁵ e da vacinação pública, devendo-se-lhe a introdução em Portugal da vacina contra a tuberculose conhecida como BCG (Bacilo Calmette-Guérin)¹⁰⁰⁶. A Liga interessou-se ainda por outros problemas médicos e sociais como, por exemplo, o internamento hospitalar de alienados¹⁰⁰⁷, a qualidade do leite¹⁰⁰⁸ e da habitação¹⁰⁰⁹. Outras iniciativas igualmente importantes, foram promovidas pela Liga: combate à crendice, ao curandeirismo e charlatanismo, às moscas e mosquitos; campanha a favor da recolha do lixo e do uso de açucareiros fechados nos cafés; proibição de fumar nos carros eléctricos¹⁰¹⁰ durante o inverno, estendida aos cinemas, de acordo, aliás, com uma lei que já existia desde 1927 mas que não era cumprida¹⁰¹¹.

Os problemas com que o país se defrontava nas décadas de 1930 e 1940 — o período de maior atividade da Liga Portuguesa de Profilaxia Social — mostra bem o estado de subdesenvolvimento e

1003 Os complexos, demorados e custosos procedimentos para organizar e publicar as conferências foram expostos em António Emílio de Magalhães, Cândido Henrique Gil da Costa, “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, pp. ii–vi.

1004 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 19–22.

1005 *Idem*, pp. 14–15.

1006 *Idem*, p. 13.

1007 *Idem*, pp. 22–29.

1008 *Idem*, pp. 29–33.

1009 *Idem*, pp. 33–37.

1010 Em fevereiro de 1904 realizara-se uma experiência no Porto, entre a Boavista e o Castelo do Queijo, com um carro eléctrico especialmente construído para passageiros fumadores, com “bancos para vinte e oito pessoas”, destinado a servir as carreiras mais longas; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 10, fevereiro 1954, p. 318.

1011 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 37–38. Uma descrição detalhada das iniciativas realizadas pela Liga, até 1947, pode ler-se em “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, pp. I–LVII.

ignorância do povo português e as dificuldades de toda a ordem para conseguir tirá-lo dessa situação. São verdadeiramente chocantes os relatos que se faziam nalgumas das conferências, sobre as condições de vida de muitos milhares de portugueses particularmente as crianças¹⁰¹². As conferências, doutrinárias e intelectuais, que a Liga promoveu em elevado número¹⁰¹³, as campanhas jornalísticas que desenvolveu, bem como as muitas publicações (cartazes, folhetos, livros de conferências e cadernos culturais) que financiou, terão contribuído significativamente para “levantar o nível social do povo português pela adoção de boas práticas higiénicas no sentido físico, intelectual e moral¹⁰¹⁴”. Nas palavras dos seus diretores¹⁰¹⁵:

A Liga Portuguesa de Profilaxia Social foi-se tornando numa Universidade Livre, onde as vozes mais autorizadas do País inteiro têm vindo expor os resultados dos seus aturados estudos e profunda reflexão quanto aos problemas de que são especialistas, abrangendo num vasto círculo todas as grandes questões médicas, científicas, artísticas, económicas, financeiras e técnicas dos vários ramos que importam ao progresso humano e ao progresso nacional.

Os mesmos diretores confessavam, ainda, que muito mais se poderia fazer se pudessem dispor de mais recursos financeiros¹⁰¹⁶. Em 1939, o professor e historiador portuense Artur de Magalhães Basto (1894–1960) elogiou entusiasticamente o trabalho realizado pela Liga¹⁰¹⁷:

1012 Maria de Castro Henriques Osswald, “Mulheres e Crianças”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 341–353; José da Cruz Filipe, “Crianças a salvar (deficientes do ouvido, da fala e da compreensão)”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 355–400; Alcina de Aguiar, “Estudo sobre mil crianças portuguesas em idade escolar”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, pp. 39–53.

1013 Em 1942, eram já 130 conferências.

1014 Ferreira de Mira, “Ao leitor”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, p. 67.

1015 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (7ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1952, p. 36.

1016 *Idem*, pp. 34–35.

1017 Artur de Magalhães Basto, *História da Higiene: A cidade do Pôrto e a sua Evolução Sanitária*, separata da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*, Ano 5º, nº 9, pp. 291–301, Lisboa, 1939.

Todos os aplausos, todos os incitamentos, todos os auxílios são devidos a entidades como a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que vem exercendo com inteligência notável, com persererança extraordinária, com verdadeira Fé uma acção profilática importantíssima — uma acção verdadeiramente *evangelizadora* em meio que, se não é hostil, é pelo menos muitas vezes ingrato. [...] A liga promove, agita, anima, aplaude, protesta, grita, galvaniza, numa actividade moça, num entusiasmo alacre, forte, ardente, que a indiferença, a maledicência, o comodismo, a inércia, nenhum obstáculo, nada consegue entibiar.

Depois de passar por uma fase áurea, a Liga começou a sentir algumas dificuldades financeiras para poder cumprir o seu programa. Em 1939, não conseguiu obter um subsídio que solicitara à Fundação Rockefeller; em 1941, cortaram-lhe os subsídios do Estado; em 1947, os cerca de 1 300 donativos e cotizações, rendendo estas cerca de 4 200\$00, não chegavam para cobrir as despesas¹⁰¹⁸. Sem apoios suficientes, a Liga viu-se obrigada a reduzir as suas iniciativas. Presentemente, mantém ainda alguma atividade embora muito discreta.

Na década de 1940, a educação física a nível internacional teve um reconhecimento muito grande¹⁰¹⁹ e generalizou-se às mulheres. O mesmo se passou em Portugal^{1020,1021}. A propósito da inauguração do Estádio Nacional, em 1944, a revista jesuíta *Brotéria* congratulava-se com o dinamismo desportivo da mocidade portuguesa, mas tinha algumas reservas relativamente ao desporto feminino¹⁰²²:

1018 “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, pp. XLVIII–LV.

1019 “A educação física nas diferentes nações”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, p. 449.

1020 Luiz de Pina, *A Educação Física da Mulher*, separata do *Boletim de Higiene e Sanidade Municipais da Câmara Municipal do Porto*, nº 3, novembro–dezembro, 1936, Tipografia Leitão, Porto, 1937, pp. 8–11.

1021 Uma breve história sobre a educação física em Portugal pode ler-se em Cristóvão Silva, “Breve História da Educação Física em Portugal”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 210, março 1962, pp. 449–487.

1022 “4.—Estádio Nacional”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, p. 86.

Despôrto feminino? Sim, desde que bem orientado. Exibicionismos femininos no desporto e, sobretudo, no desporto atlético? Não. Seria a morte dele pelo descrédito.

Depois de terem sido discriminadas na educação literária e científica, as mulheres sentiam agora a discriminação na educação física e no desporto, mais uma vez por parte da Igreja e da sociedade mais conservadora. Com o passar dos tempos, os preconceitos esfumaram-se, as mulheres adquiriram os seus direitos atléticos e o desporto feminino ganhou mais crédito e desenvolvimento. Sobre o futebol, em geral, continuavam a cair críticas de quem se preocupava com a cultura. Porém a sua popularidade não parava de crescer¹⁰²³.

O futebol ultrapassou os limites normais em que se deviam mover os desportos e transformou-se numa doença que está atacando sèriamente a saúde moral e cívica da Nação. [...] As grandes massas enfeudadas ao futebol, salvo raras excepções, não têm disposição nem vagar para folhear um livro literário, histórico, profissional ou dedicar dois minutos de atenção aos problemas que se relacionam com o bem-estar da sua Família. Contudo, encontram sempre tempo para ler os jornais desportivos.

Dizia-se isto há 60 anos... Que se poderia dizer hoje, perante a invasão avassaladora do futebol em todos os meios de comunicação social?! ...

Geografia, Clima e Recursos Naturais

O isolamento geográfico tem sido geralmente incluído entre as causas do atraso científico português¹⁰²⁴. Isolado do resto da Europa pela vizinha Espanha, muitas vezes belicosa e hostil, Portugal teve nas primeiras épocas da sua história uma grande dificuldade em

1023 J. Silva, *A Cultura na Valorização Profissional*, Edição do Autor, Imprensa Social, Porto, 1965, p. 25.

1024 Atualmente, com as facilidades de transporte e de comunicação, os condicionalismos de natureza geográfica tornaram-se irrelevantes, deixando por isso de ser um obstáculo direto ao desenvolvimento nacional. Em termos de competitividade europeia, ainda se costuma fazer uma distinção entre países do centro da Europa e países limítrofes, pois é no centro que estão concentrados os recursos e o consumo.

acompanhar os acontecimentos culturais ocorridos para lá dos Pireneus. O que se passava nessa Europa distante chegava aos portugueses apenas através dos relatos e notícias de alguns viajantes. Esse isolamento foi atenuado no reinado de D. Dinis¹⁰²⁵ com o desenvolvimento da armada nacional¹⁰²⁶ e o incremento das viagens marítimas, mais frequentes a partir do reinado de D. Fernando¹⁰²⁷ e que se intensificaram nos reinados da segunda dinastia. Pouco depois da Batalha de Aljubarrota, D. João I podia já emprestar ao duque de Lencastre, seu futuro sogro, seis navios e doze galés para fazer guerra ao rei de Castela. Na expedição a Ceuta (1415) foram usadas “33 naus, 59 galés e 120 justas e navios pequenos¹⁰²⁸”. Durante o século XVI, no período mais ativo das viagens marítimas, o intercâmbio cultural intensificou-se: a nossa cultura chegou a vários povos do mundo e novas culturas chegaram até nós. A influência desse intercâmbio cultural perdurou durante séculos, e ainda hoje se podem observar sinais claros da cultura portuguesa no Japão, na Índia, África e América do Sul¹⁰²⁹.

Com a perda da independência em 1580, a mobilidade marítima portuguesa diminuiu, reduzindo-se ainda mais após a queda da hegemonia marítima espanhola na sequência da derrota da “Invencível Armada” em 1588¹⁰³⁰. A decadência marítima¹⁰³¹ dos países ibéricos

1025 Américo Cortez Pinto, *Diônisos — Poeta e Rei: Os costumes a arte e a vida medieval portuguesa na época de D. Dinis*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ministério da Educação, Lisboa, 1982.

1026 O genovês Manuel Pessanha foi contratado por D. Dinis para almirante das nossas galés; v. Marquez de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 23.

1027 Luís Albuquerque, “Introdução à história dos descobrimientos”, em *Vértice*, Vol. XVII, nº 169, outubro 1957, pp. 532–547.

1028 Marquez de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 23.

1029 A África e o Brasil encontravam-se num estado de menor desenvolvimento civilizacional.

1030 O canto de cisne do poderio naval espanhol foi ouvido no século XVIII. A derrota franco-espanhola em Trafalgar (1805) destruiu completamente o sonho imperialista; v. Juan Pimentel, “Señores de los Siete Mares, Náutica y Técnicas de Navegación”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 32.

1031 Ao poderio militar marítimo e à concomitante expansão marítima e geográfica das nações, estiveram historicamente ligados o progresso económico e social, bem como o desenvolvimento das artes e das ciências. Na Antiguidade, assim aconteceu com o Egípto, a Fenícia, a Grécia e Roma; na Idade Média, com os países árabes e as cidades italianas; na Idade Moderna, com Portugal, Espanha e Holanda; na Idade Contemporânea, com França, Inglaterra, Japão, União Soviética e EUA. Sobre o pioneirismo de Portugal na estratégia marítima europeia, v. Virgílio de Carvalho, “Portugal, pioneiro universal em Estratégia Marítima e Naval” em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. III: Economia e Comércio*

ocorreu numa altura em que começaram a fervilhar as novas ideias da ciência moderna em muitos países da Europa. Hostilizados e isolados durante os séculos XVII e XVIII, tanto Portugal como Espanha regressaram devido a uma espécie de enquistamento intelectual que conduziu ao desprezo por tudo o que era estrangeiro, como bem refere Ramón e Cajal¹⁰³². Os efeitos de tal isolamento terão sido ainda mais graves no caso português, dada a desfavorável localização e as características morfológicas do nosso território. Thomé Pinheiro da Veiga (1570–1656) relata o comentário de um castelhano sobre os portugueses em 1605, na altura do nascimento de Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal)¹⁰³³:

E que quer V. Md. que eu diga de gente que só tem quatro palmos de terra, toda monte e pederneyra que parece juerou Ds. [Deus] Hespanha, e deixou cá o óleo e deitou lá o cascabulho? Pela qual razão dizia hum embaixador que foy a Portugal que bem parecia terra dada em dote a genro e não a filho; e que dizia outro que estávamos neste canto *Culus mundi* onde não tínhamos comercio da gente, senão de quatro marinheiros breados, sem guerras com nações estrangeiras [...].

Para além do isolamento geográfico, o povo português teve que suportar no século XVII a opressão de organizações nacionais que pretendiam manter o *status quo*, não permitindo que do exterior chegassem ideias e usos considerados perigosos à estabilidade social. Todos estes condicionalismos dificultaram o conhecimento e adoção das novas ideias científicas que se desenvolviam então no centro da Europa, contribuindo com a sua quota para o atraso científico português.

As condições geológicas dos territórios foram também apontadas como condicionantes para o desenvolvimento físico, psíquico e intelectual dos seus habitantes. Nos terrenos xistosos e micaxistosos

Marítimo, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 31–44.

1032 Onésimo Teotónio Almeida, “Sant’Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3^o Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 1726.

1033 *Collecção de Manuscriptos Ineditos agora dados á estampa*, III — *Fastigimia*, por Thomé Pinheiro da Veiga (*Turpin*), Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Typ. Progresso de Domingos Augusto da Silva, Porto, 1911, p. 43.

onde se cultivam cereais pobres como o centeio, as dimensões dos animais são menores e os homens são “definhados, magros angulosos e pequenos.” Por outro lado, em terrenos mais ricos onde se cultivava o trigo, os animais são de maior compostura e os homens “bem entroncados, grandes, belos, vigorosos.” Segundo Amorim Girão¹⁰³⁴, assim o afirmava o fisiologista e filósofo francês Durand de Gros (1826–1900) depois de ter analisado os habitantes da região de Aveyron em França. O meio geo-geográfico não afetaria apenas as competências físicas mas também as intelectuais. Opinava-se que, devido talvez à adversidade do meio físico e ao isolamento, os habitantes das montanhas teriam menos apetência para as artes e letras. Para Durand de Gros “os franceses oriundos de regiões cristalinas siliciosas, como as graníticas, eram mais inteligentes do que os das regiões calcárias¹⁰³⁵”. da mesma forma que as populações que vivem em terrenos calcários apresentam com mais frequência cálculos de fígado, de bexiga e de rins. O filósofo e historiador francês Victor Cousin (1792–1867) ousava afirmar que lhe bastava um mapa e a informação “sobre o clima, a flóra, o curso das águas e dos ventos” de uma terra, para poder prever “o carácter do homem dessa terra”, ou “o logar que ela ocupa na história¹⁰³⁶”.

Segundo algumas opiniões, as condições climáticas moldariam as características temperamentais dos povos e poderiam assim influenciar a sua moral¹⁰³⁷, o grau de inteligência média¹⁰³⁸ e, de uma forma geral, a sua forma de vida¹⁰³⁹. “Aristoteles diz que os homens nascidos em terras frias são de tardo engenho, ainda que de forças mui robustas; e os que em terras calidas, ainda que são de poucas forças, são de engenho agudo: a razão he, por estarem os homens no exercício

1034 “Influências fisiológicas e psicológicas do meio geográfico, pelo Dr. A. de Amorim Girão”, (recensão) em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVI, 1943, pp. 325–326.

1035 *Idem, ibidem*.

1036 Luís de Almeida Braga, *O Mar Tenebroso*, França Amado, Editor, Coimbra, 1918, p. 24.

1037 J.L. Heiberg, “Théories Antiques sur l’Influence Morale du Climat”, em *Scientia*, Ano XIV, Série II, Vol. XXVII, n.º XCVIII–6, 1–VI–1920, pp. 453–464.

1038 R. Lynn, “The evolution of racial differences in intelligence”, em *Mankind Quarterly*, 32, 1991, pp. 99–121; J. P. Rushton, *Race, evolution, and behavior: a life history perspective*, Transaction, New Brunswick, NJ, 1995; J. P. Rushton, *Race, evolution, and behavior: a life history perspective*, 2nd special abridged edition, Charles Darwin Research Institute, Port Huron, MI, 2000.

1039 Ribera y Rovira, *O Genio Peninsular*, Renascença Portuguesa, Porto, 1914, pp. 28–30.

das operaçoens da alma mui pendentes das influencias corporaes dos Ceos.” A conclusão e justificação de Aristóteles, aqui descritas por Fr. João Pacheco, não parecem ser hoje muito acertadas!... Pelo contrário, pensa-se atualmente que os povos do sul, com climas mais amenos, têm uma vida mais facilitada do que os povos do norte e, por isso, não precisam de desenvolver estratégias de sobrevivência tão sofisticadas. É vulgar pensar-se que os povos tropicais e mediterrânicos têm uma atitude mais relaxada perante a vida e apresentam características temperamentais de menor rigor e menos disciplina e que, por isso, estão menos adaptados para a atividade científica. Porém, para além do trabalho disciplinado, há na ciência momentos em que se exige inovação e capacidade de rutura e, nestas circunstâncias, a flexibilidade e a imaginação são de uma grande valia. A contribuição para o progresso da ciência dos países do sul, mais inovadores e especulativos, poderá ser tão ou mais valiosa do que a contribuição dos povos do norte, mais organizados e orientados para a resolução de problemas concretos. Com base nestas diferenças nacionais, José Carracido, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa desde 1905¹⁰⁴⁰, negava a universalidade da ciência, defendendo que as características de cada povo lhe davam um carácter distinto. Em sua opinião, a ciência era mais imaginativa e modelisada no caso inglês e mais racional e harmoniosa no caso alemão. Para este autor, “a vida científica não pode desligar-se do meio histórico, sociológico e geográfico, porque o seu influxo alcança com poder inexorável todas as manifestações do espírito, conformando-as harmonicamente para que não seja infringido o princípio de adaptação” — o mesmo princípio que regulava a biologia e a física¹⁰⁴¹.

Os recursos naturais são igualmente apontados como fatores de desenvolvimento científico e tecnológico¹⁰⁴². É da natureza

1040 Alberto d'Aguiar, “O Prof. Dr. José R. Carracido”, em *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Vol. II, 2º Ano, 1906, pp. 357–360.

1041 José R. Carracido, *Estudios histórico-críticos de la ciencia española*, 2ª edición aumentada, Imprenta de “Alredor del Mundo”, Madrid, 1917, pp. 7–12, 15–16.

1042 Plínio Salgado atribuiu o desenvolvimento científico e tecnológico dos países germânicos e anglo-saxónicos no século XIX à abundância da hulha, um importante combustível para a indústria do ferro. A falta da hulha explicaria o atraso dos países do Sul; v. Plínio Salgado, *A Aliança do Sim e do Não*, Edições

humana realizar o menor esforço para atingir um determinado objetivo — ou não realizar esforço algum se tal não for necessário. Em quantidade excessiva, os recursos naturais podem efetivamente favorecer o comodismo e a inatividade. No entanto, também podem encorajar o trabalho se estiverem pouco acima do limite da subsistência e existirem competências laborais. A cultura científica pode estimular a atividade científica em países de fracos recursos naturais, e pode contrariar um hipotético desinteresse por essa atividade num país de elevados recursos. Independentemente do nível de recursos, o prazer do ser humano em vencer obstáculos difíceis é um fator relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico.

O estereótipo de Portugal como o “jardim à beira mar plantado” traduz bem a falsa imagem de um país repleto de recursos onde as pessoas são convidadas a usufruir, mais do que a produzir. Segundo essa imagem, que os poetas tão bem exploraram¹⁰⁴³, seria tão extraordinário o conforto propiciado por este retângulo de terra paradisíaca que ninguém necessitaria de se incomodar com o trabalho árduo que a atividade científica exige, e assim se explicaria o desinteresse dos portugueses pelo trabalho e pela ciência¹⁰⁴⁴. As divagações especulativas¹⁰⁴⁵, as mitologias, as lendas, a metafísica e a poesia seriam suficientes para satisfazer a nossa curiosidade. A realidade, porém, é que Portugal, embora belo¹⁰⁴⁶, nunca foi um jardim produtivo. Os solos agrícolas são pobres na maior parte do território. Em recursos minerais e combustíveis o nosso país não é autônomo. Com falta de matérias-primas e, até há bem pouco tempo, com acessos difíceis, a indústria nacional não pôde desenvolver-se nem criar

Ulramar Lda., 1944, Lisboa, pp. 66–70.

1043 Augusto de Castro, *Religião do Sol*, F. França Amado — Editor, Coimbra, 1900, pp. 7–25.

1044 Um francês que tinha residido em Lisboa escreveu em 1730 que “a excelência do clima e a doçura da vida tornam os portugueses mandriões, ociosos, conformados com a condição medíocre. Nem por isso, porém, deixam de ser chicaneiros”; v. Castelo Branco Chaves, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, p. 57.

1045 Eduardo Lourenço, “A Invenção da Filosofia como Praxis Cultural”, em *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, coord. Fernando Pernes, Edições Afrontamento, Porto, 2002, p. 17.

1046 A propósito da beleza de Portugal, alguém comentou: “Que linda terra, Portugal! Mas que pena ser habitada!...” V. Agostinho de Campos, *Jardim da Europa*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1918, p. 25.

suficiente riqueza e bem-estar¹⁰⁴⁷. Não existiram entre nós as condições que conduziram ao progresso tecnológico e científico de outros países da Europa durante os séculos XIX e XX. À falta de recursos naturais abundantes, só uma sólida educação científica poderá dar aos portugueses os meios que levarão o país ao progresso.

Hábitos de vida, incluindo a bebida e a alimentação, foram igualmente apontados como fatores de decadência nacional. Na sessão de 16 de abril de 1912 da Academia de Ciências de Portugal, o Pe. Manuel António Gomes (1869–1933), mais conhecido por Pe. Himalaya, referiu-se às “causas orgânicas da decadência dos povos latinos e os meios científicos de a debelar¹⁰⁴⁸”:

Essas causas estão no abuso do álcool¹⁰⁴⁹ e do tabaco¹⁰⁵⁰ e da alimentação carnada, que produzem um retardamento de energias e uma série de intoxicações.

O Pe. Himalaya propunha uma dieta à base de vegetais crus, tal como era defendida pela Sociedade Vegetariana do Porto¹⁰⁵¹. A ligação entre o regime alimentar e uma certa postura social foi preconizada por Jaime de Magalhães Lima (1858–1936) numa conferência intitulada *O Vegetarismo e a Moralidade das Raças*. Esta conferência foi realizada no salão nobre do Ateneu Comercial do Porto em 14 de junho de 1912, sob o patrocínio daquela Sociedade portuense da qual o orador era um distinto sócio¹⁰⁵². Presentemente reconhece-se que os bons hábitos alimentares são fundamentais para uma vida saudável. A prática

1047 Orlando Ribeiro, *Um povo na terra*, em *Portugal, oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, Edição do Comissariado Geral de Portugal para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958, Lisboa, 1958, pp. 26–27.

1048 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 513.

1049 César Danneels (1882–1929), que usava o pseudónimo de Édouard Daanson e era conhecido pelas suas posições antirreligiosas, afirmava que “muitos dos místicos são de descendência alcoólica e os povos alcoólicos são essencialmente religiosos”; v. Édouard Daanson, *Pangnosis Livre de l’Humanité*, Éditions de l’Humanité Nouvelle, Paris, Bruxelles, Londres, 1922, p. 237.

1050 No último quartel do século XIX já eram conhecidos alguns efeitos prejudiciais do tabaco. Claude Bernard e Decaisne mostraram que afetava os centros nervosos e principalmente as fibras motoras. Jolly afirmava que a paralisia muscular ou nicótica se devia ao abuso do tabaco; v. Gaston Tissandier, *Causeries sur la Science*, Librairie Hachete et C.^{ie}, Paris, 1880, pp. 156–158.

1051 *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 547.

1052 Jaime de Magalhães Lima, *O Vegetarismo e a Moralidade das Raças*, Sociedade Vegetariana Editora, Porto, 1912.

deses hábitos contribuirá certamente para criar condições conducentes ao progresso do país em todas as vertentes, incluindo o desenvolvimento científico.

Política, Poder, Liberdade, Religião e seus Agentes

A ciência necessita de ambientes com alguma estabilidade político-social para ser construída, apreciada e fomentada. No século XIX, Oliveira Martins manifestava já esta opinião ao afirmar¹⁰⁵³:

A vazia agitação política parece condenar os pequenos países a uma esterilidade intelectual porque absorve todas as capacidades desde que desabrocham. A direcção moral que só a ciência pode dar desaparece e os institutos e as academias vazam-se para encher os parlamentos e alimentar o jornalismo.

Ao longo da nossa história, houve períodos em que as atenções nacionais se concentraram na defesa territorial contra invasores, na preparação da guerra contra povos longínquos, nas lutas civis internas ou na excessiva militância política. No período de ocupação espanhola (1580–1640), causas de natureza política poderão ter contribuído para o atraso científico português. As guerrilhas políticas contra o usurpador, as necessidades de defesa das nossas possessões ultramarinas e os prementes interesses comerciais desviaram a atenção nacional da “revolução cultural” que acontecia além dos Pirenéus. Augusto da Silva Carvalho (1861–1957), médico e professor de História da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, entendia em 1941 que “a crise demográfica, económica, financeira e moral” do século XVI tinha impedido a nossa colaboração “no trabalho de renovação e progresso que ia pela Europa”, e no século XVII “precisávamos reservar tôdas as nossas energias para conquistar a independência e defendê-la¹⁰⁵⁴”.

1053 Daniel Serrão, *Crise Institucional da Universidade*, Edição da Assembleia da Guimaraes, Guimaraes, 1979, p. 17.

1054 Augusto da Silva Carvalho, *A Medicina Portuguesa no século XVII*, separata das *Memoórias* (Classe de Ciências, Tomo III), Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1941, p. 8.

Outros motivos terão existido para justificar a decadência que assolou Portugal no século XVII. Segundo algumas opiniões, eles seriam antigos e resultariam das últimas políticas do rei pio D. João III — a adoção entusiástica das orientações da Contra-Reforma e a introdução da Inquisição. Assim o pensava o pedagogo João de Barros ao afirmar que não foi “o amolecimento produzido pela riqueza que nos vinha do Oriente” ou a “influência do ouro e do luxo, do clima e da vida relaxada do Oriente, a causa do nosso relaxamento, da nossa perda de energia, da nossa covardia moral”, mas sim a atitude de D. João III, “um rei beato e sem compreensão do formidável momento em que vivia”, ao introduzir em Portugal a Inquisição, que “espalhou o *terror*”, e os jesuítas, que “ensinaram às crianças a *dissimulação e a falsa humildade*”¹⁰⁵⁵. De acordo com estes analistas, a atividade criadora do povo português paralisou desde então, prejudicando não só a ciência moderna, como também as artes e a literatura.

No manuscrito *Notícias Literárias de Portugal 1780* — publicado pela primeira vez apenas em 1966 —, José Anastácio da Cunha lamenta o atraso de Portugal relativamente às outras nações tanto nas artes como nas ciências. Depois de afirmar que em toda a nossa história, incluindo o período áureo dos Descobrimentos, a única figura que realmente ombreou com os mais ilustres europeus foi o poeta Luís de Camões, Anastácio da Cunha comentava assim as razões do nosso atraso¹⁰⁵⁶:

O nó da questão não reside nem no clima, nem na atmosfera, nem no solo, nem nos nossos órgãos, nem, enfim, nas causas físicas — restam as [causas] morais a cuja investigação e análise me esquivarei. Não obstante, não nos podemos coibir de nos queixarmos sobretudo dos nossos Jesuítas, de D. Sebastião, do Cardeal-Rei, e dos espanhóis.

A evolução das ciências matemáticas desde os Descobrimentos, passando pela dominação filipina até ao século XVIII, é um exemplo paradigmático da decadência das ciências em Portugal. A política de

1055 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, pp. 131–133.

1056 José Anastácio da Cunha, *Notícias Literárias de Portugal 1780*, trad. Joel Serrão, Seara Nova, Lisboa, 1966, p. 41.

expansão marítima — iniciada pelo infante D. Henrique e prosseguida por todos os reis, de D. Afonso V até D. Sebastião — trouxe à corte a curiosidade pelas ciências náuticas que começou, no entanto, a decair no tempo de D. Sebastião, acabando praticamente por desaparecer no século XVII. Os únicos locais onde se ensinava alguma matemática eram os colégios dos jesuítas, como o Colégio das Artes em Coimbra e o Colégio de Santo Antão em Lisboa¹⁰⁵⁷. Na sua *História das Matemáticas em Portugal*¹⁰⁵⁸, Gomes Teixeira refere-se à diminuição do interesse nacional pela matemática nos seguintes termos¹⁰⁵⁹.

Vejamos um último facto que concorreu para a decadência da cultura matemática em Portugal. [...] Com o declinar da navegação [no tempo de D. Sebastião] decaíu também a cultura matemática em Portugal, por lhe faltar o estímulo que deu origem e impulso a esta cultura. E como, além disso, a arte de navegar se foi tornando cada vez mais rotineira, os pilotos deixaram de procurar o ensino e os conselhos dos cosmógrafos, que assim quasi se tornaram inúteis¹⁰⁶⁰.

Antes da perda da independência, a par do desinteresse pelas ciências náuticas, outros fatores contribuíram para o início da decadência científico-cultural: “o facto é que a nossa marinha estava perdida antes d’esse domínio, porque se construía mal e se navegava pior, porque se abarrotavam os navios de carga e se arvoravam em pilotos os ignorantes¹⁰⁶¹”. A falta de um objetivo nacional — como o tinham

1057 É de destacar o ensino da matemática no Colégio de Sto. Antão, na chamada Aula da Esfera, durante cerca de 170 anos, de 1590 a 1759.

1058 Esta obra, publicada em 1934, resultou de lições proferidas pelo autor entre 12 e 19 de abril de 1932 na Academia das Ciências de Lisboa.

1059 Francisco Gomes Teixeira, *História das Matemáticas em Portugal*, Lisboa, 1934 (aliás 2007), p. 210.

1060 Parece ser exagerada a importância que Gomes Teixeira dá ao trabalho dos cosmógrafos no tempo áureo dos Descobrimientos. Sabe-se que o primeiro cosmógrafo do reino, o matemático Pedro Nunes, estava em permanente conflito com os pilotos sobre a melhor maneira de navegarem, havendo sérias dúvidas se eles teriam seguido alguma vez os seus conselhos. Por nunca ter feito uma viagem marítima, não lhe reconheciam autoridade em matérias de navegação!... Nessa época, era ainda mais notória do que é hoje a atitude que desvaloriza o conhecimento teórico em favor do conhecimento “de experiência feito.”

1061 Bento Carqueja, “As Riquezas da Península”, em *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, Tomo I: Discursos inaugural y de apertura, Congreso de Oporto*, Imprenta de Eduardo Arias, Madrid, 1921, p. 92.

sido as descobertas¹⁰⁶² e as guerras¹⁰⁶³ das conquistas — fizera esmorecer o cuidado e o acerto na realização de tarefas básicas mas essenciais para o bom funcionamento da nação.

Aproveitando o movimento patriótico da Restauração da Independência de 1640, poderia ter-se iniciado uma mudança cultural no país se essa tivesse sido a vontade dos portugueses. Na opinião de Augusto da Silva Carvalho, foi a guerra pela liberdade que impediu a conquista da ciência, mas este não parece ser um argumento suficientemente forte. Efetivamente, a Guerra da Restauração, que terminaria apenas em 1668, resumiu-se a algumas escaramuças de fronteira que mal davam para incomodar D. João IV. Conforme se pode deduzir da rotina semanal do rei, as preocupações com a guerra não deveriam ser muitas¹⁰⁶⁴:

Os Domingos, e dias Santos erão livres de Despacho Ordinario, e de Audiencias Ordinarias; mas se occorria negocio preciso, como muitas vezes são os de Estado, e outros, os ouvia sem embargo de qualquer alivio, ou a ocupação em que estivesse; também dava algumas audiencias particulares nestes dias, que costumava guardar para a noite.

Costumava tomar hum dia na semana para ir fazer exercicio ao Campo, não só para alivio, mas também para remedio dos seus achaques, e era pela maior parte á Segunda feira, não se offerecendo negocio, que pedisse brevidade, porque neste caso o mudava para o outro dia da Semana; e quando á noite vinha costumava trabalhar, ou em audiências particulares, ou em despachar, e conferir papéis.

1062 É inegável que D. João II colocou a ciência do seu tempo ao serviço da grande empresa nacional dos Descobrimentos, tendo assim favorecido os seus objetivos políticos e o desenvolvimento da própria ciência. Com esta atitude, o Príncipe Perfeito revelou um génio organizador verdadeiramente moderno; v. G. Beaujouan, *L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique à la Fin du Moyen Age*, separata XXIV, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, p. 17.

1063 A interdependência do esforço de guerra e do desenvolvimento científico-tecnológico (navegação, construção naval, metalurgia), observada em Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos, dá força à tese de que a guerra pode ser útil ao desenvolvimento da ciência e pode tornar-se um fator de desenvolvimento das nações. De acordo com esta opinião, a ausência de conflitos bélicos tornaria as nações menos inventivas e inovadoras, o que é claramente uma conclusão falaciosa.

1064 “Fórma com que El-Rei D. João IV, despachava os negocios”, em *Museu Litterario, Util e Divertido*, nº X, Impressão Regia, Lisboa, 1833, pp. 316–319.

As manhãs das Terças feiras, Quintas, e Sabbados depois de ouvir Missa, de que costumava sahir junto das nove, ou dez horas, despachava huma boa hora com o Secretario das Mercês, e Expediente, e quasi por espaço de outra dava Audiencias Geraes ás Terças e Quintas a toda a sorte de gente, e ao Sabbado aos Fidalgos.

Nas manhãs das segundas, quartas e sextas, menos o dia em que Sua Magestade hia fora, depois de ouvir Missa, de que sahia á hora apontada, despachava pelo menos duas horas, a primeira com o Secretario das Mercês, e Expediente, e a segunda com o Secretário de Estado.

As tardes das Terças feiras despachava com o Conselho da Fazenda; as das Quintas com o Secretario das Mercês, e dois Ministros de que se assistia, e ajudava naquele despacho, e hoje são o Marquez de *Niza*, e o Conde de *Odemira*. As Sextas com o Desembargo do Paço, os Sabbados com a Meza da Consciencia; e neste Despacho, pelo que tocava ás três tardes, que dava aos Tribunaes, seguia Sua Magestade o que fazião os Reis seus Predecessores [...].

Nas tardes das Segundas feiras havia Conselho de Estado, a que chamão ordinário, mas raramente assistia Sua Majestade nestes, e, se não hia fora, gastava esta tarde, e as das Quartas feiras, e qualquer outra em que deixava de vir a alguns dos Tribunaes, em despacho com o Secretario das Mercês, e Expediente, huma hora cada tarde pouco mais ou menos.

Todos os dias, menos os Santos, assignava os Papeis dos Tribunaes [...].

Sobre os Negocios de seu Serviço, e de bem da Justiça ouvia a toda a hora, e em qualquer dia os Ministros.

Ás noites costumava despachar com o Secretario de Estado, mas sem regra certa, segundo o pedião os Negocios [...].

Conforme relata o Pe. António Vieira, os estrangeiros espantavam-se quando observavam a vida descontraída que levava o nosso monarca, apesar de estar em guerra com Castela¹⁰⁶⁵:

Parecia-lhe a todos os estrangeiros de Italia, França, Inglaterra, Allemanha, com muitos dos quaes fallei n'estes tempos, que seria grande o desvelo e continuo sobresalto de um príncipe, que dentro em sua propria terra tinha tomado um reino e um monarcha por sobrenome o Grande: cuidavam que não poderia dormir, nem aquietar, nem ter um momento de gosto ou de socego; e quando ouviam dizer que El-rei de Portugal tinha todas as semanas um dia de caça, e todos os dias duas horas de musica, pasmavam e ficavam assombrados.

As necessidades de defesa junto à fronteira fizeram com que o estudo da matemática aplicada, ligada á fortificações, merecesse o apoio real. Enquanto não houve matemáticos em Portugal, foram contratados estrangeiros com experiência nas fortificações e na arquitetura militar. D. João IV fundou uma *Aula de Matemática* (1647) para o estudo destas matérias, que depois se transformou em Academia Militar. Muito mais poderia ter sido feito para contrariar a decadência científica e cultural, até porque os nossos embaixadores frequentavam as cortes dos países europeus em busca de apoios políticos contra Castela, tinham a simpatia de várias nações inimigas de Espanha e conheciam bem a evolução cultural dos países europeus mais desenvolvidos. Se ao rei D. João IV tivesse sucedido o seu filho primogénito D. Teodósio, poderá pensar-se que o rumo do país teria sido diferente no que respeita à ciência, visto que este príncipe era uma pessoa muito inteligente e reconhecia o valor da ciência que ele próprio cultivava. Mas, perante o atraso existente, dificilmente o exemplo do príncipe teria sido suficiente para mudar a atitude de uma nação inteira.

1065 Pe. António Vieira, “Sermão das Exéquias d’El-Rei D. João IV”, em *Obras Completas do Pe. António Vieira*, Vol. XV, Livraria Lello & Irmão, Editores, Porto, 1948, p. 324.

O entusiasmo pela ciência moderna, surgido no início do século XIX na sequência da Reforma Pombalina, foi travado pelas invasões francesas (1807–1810)^{1066,1067}, pela guerra civil entre liberais e absolutistas (1832–1834) e pela crise político-social que se abateu sobre o país durante quase todo o século XIX. Nos primeiros decénios do século XIX, como afirmou, em 1937, Mendes Corrêa¹⁰⁶⁸:

A instabilidade e o luto [causado pelas guerras], o encerramento de alguns centros conventuais de erudição e estudo, a dispersão e emigração de valores intelectuais, reduziam as possibilidades dum florescimento real das artes, das letras e das ciências.

As crises económicas sociais e financeiras das últimas décadas do século XIX¹⁰⁶⁹ e primeiras do século XX, até ao Estado Novo,

1066 No período das invasões francesas, era Reitor da Universidade de Coimbra D. Francisco de Lemos, um dos homens que tinha contribuído para o estabelecimento da Reforma Pombalina. Em março de 1808, Junot escolheu-o para ir a Baiona numa deputação encarregada de apresentar cumprimentos e fazer diversos pedidos a Napoleão. Durante a sua ausência, foi substituído por dois Vice-Reitores. Depois de regressar, em 1810, foi importunado pelas autoridades portuguesas e, desde então, o seu mandato foi muito atribulado, tendo sido exonerado em 1821. No período das invasões francesas, formou-se um batalhão de estudantes da Universidade de Coimbra para combater os invasores. Desde 27 de junho de 1808 até ao fim do ano letivo de 1810–1811, a Universidade esteve quase sempre encerrada. Para informações mais detalhadas sobre a influência das invasões francesas na vida da Universidade, v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 172, 177; Lígia Cruz, *O Vice-Reitor da Universidade Doutor Francisco Montanha — Coimbra nas 2ª e 3ª invasões francesas*, por Ordem da Universidade, Coimbra, 1990; Mário Brandão, *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, Tipografia da «Atlântida», Coimbra, 1938, p. v.

1067 Os exércitos franceses destruíram e pilharam muito património científico de Portugal. “Os museus particulares [de história natural], e especialmente o Museu Real da Ajuda, foram despojados de tudo o que n’elles havia de bom.” Junot veio acompanhado por Geoffroy de Saint-Hilaire, que mandou empacotar o que de bom havia expedindo tudo para Paris; v. Eduardo Sequeira, *Adolpho Frederico Moller*, Extrahido do *J. de Horticultura Prática*, Vol. XXII, maio 1891, Typographia Cruz Coutinho, Porto, 1891, pp. 11–12; João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, 1958, p. 1920. A Universidade de Coimbra foi especialmente protegida para que os invasores não pilhassem nem destruíssem o que de valioso lá existia, não tendo havido por isso grandes roubos. O mesmo não se pode dizer da Imprensa da Universidade e colégios universitários, bem como de outras casas e instituições coimbrãs que foram assaltadas e muitas delas praticamente destruídas; v. Mário Brandão, *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, Tipografia da «Atlântida», Coimbra, 1938.

1068 A.A. Mendes Corrêa, “O Centenário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXII, nº 4, 1938, p. 201.

1069 Em 1866, Alexandre Herculano mostrava-se pessimista sobre o futuro do país, devido ao estado

explicam o pouco desenvolvimento que a ciência portuguesa continuou a revelar nessa época.

A relação da ciência com o poder despótico, não democrático, nunca foi uma relação amigável nem benéfica para a ciência. O dirigismo cultural e religioso torna quase impossível a liberdade de investigação científica e a irradiação cultural¹⁰⁷⁰. João Maria de Almeida Lima (1859–1930), professor de Física da Escola Politécnica, e mais tarde da Faculdade de Ciências de Lisboa, perante a questão da nossa decadência científica após os Descobrimentos, tinha, em 1922, uma opinião clara¹⁰⁷¹:

Para mim não há possível hesitação na resposta: essa decadência foi a consequência de uma depressão mental, provocada pela compressão despótica.

É minha opinião, e em superabundantes factos se fundamenta, que o *Poder*, autocrata ou liberal, leigo ou religioso, foi sempre um inimigo da *verdade* que a Ciência condensa.

E a razão é clara e necessária, visto que qualquer Poder se teme sempre de outro poder.

Referindo-se ao período pombalino, em que foi estimulado o cultivo das ciências modernas, mas a liberdade foi reprimida, Almeida Lima afirma¹⁰⁷²:

Pombal procurou comprimir a Idea; assim o afirma a célebre *mesa censória* e a severidade ferina das repressões que era a necessária consequência de qualquer assomo de liberdade.

deplorável da sociedade portuguesa: “a carencia de forças moraes nas altas camadas da sociedade; a degradação da nobreza, tambem physicamente degenerada pela imoralidade; a corruptibilidade dos funcionarios publicos; a falta de illustração e o desprezo em que cahira o baixo clero; o espirito de indisciplina no exercito”; v. Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Allemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, p. 32.

1070 O papel dos vários tipos de liberdade no desenvolvimento científico pode ler-se em Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 221–255.

1071 *Sessão Solene de Homenagem aos Insignes Aviadores Carlos Viegas Gago Coutinho e Artur de Sacadura Freire Cabral — Discursos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 9.

1072 *Idem*, pp. 9–10.

Ao falar do seu tempo opina o seguinte¹⁰⁷³:

Nos tempos actuais a atitude do Poder modificou-se profundamente, mas não deixou de ressentir-se de influências atávicas. O Poder já se não teme da Ciência mas, na verdade, parece não lhe ter amor.

Para concluir, declara¹⁰⁷⁴:

A decadência de Portugal deve ser atribuída à hostilidade, ou na melhor hipótese, à indiferença do Poder perante a educação e ilustração nacional. [...] Para colocar a raça¹⁰⁷⁵ portuguesa no lugar que lhe compete, dadas as suas qualidades nativas, é necessário antes de tudo ilustrá-la e educá-la.

A liberdade é considerada uma condição fundamental para a prática da boa ciência. Já foi referido que a repressão das consciências, determinada pelo poder real e eclesiástico, impediu que as melhores inteligências nacionais pudessem dedicar-se ao estudo da ciência. Um exemplo elucidativo do controlo das liberdades dos cidadãos pelo Estado é o caso das já referidas Conferências do Casino (1870), organizadas por um grupo de intelectuais e escritores para divulgar as ideias socialistas e pugnar pela saída da mediocridade em que a nação se encontrava. Quando os governantes se aperceberam das consequências revolucionárias que tais ideias poderiam despertar nos cidadãos, decidiram proibi-las através de uma portaria¹⁰⁷⁶:

1073 *Idem*, p. 10.

1074 *Idem*, *ibidem*.

1075 A propósito do uso e abuso que, nesta época, se fazia da expressão “raça”, Ricardo Jorge ironizou: “A nota mais patognomica é um vocabulo magico a esfusiar a todo o momento, a *raça*. Verbo superno, tornou-se por logolatria o *nomen-numen* do Portugal contemporâneo. Heroísmo de raça, sangue de raça, genio de raça, alma de raça, esforço da raça, festa da raça—musica e luz celestias, relampago e trovão do Sinal [Sinai?] e do Thabor, perante o qual todos caem assombrados em extase e de rojos. [...] No foot-ball, no comício, nos jantares de festa, nas sessões de homenagem, nos editorias da imprensa, retine sempre o bordão da raça em fá maior”; v. Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, pp. 102–103.

1076 António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino (1871)*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1930, pp. 105–106.

Tendo chegado ao conhecimento de S.M. El-Rei, por informação do governador civil de Lisboa e publicações dos jornaes, que no Casino Lisbonense, no Largo da Abegoaria, d'esta capital, se celebram reuniões publicas, com a denominação de « conferências », nas quaes se tem feito uma serie de prelecções, em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições politicas do estado; e sendo certo que taes factos, além de constituirem um abuso do direito de reunião, offendem clara e directamente as leis do reino e o codigo fundamental da monarchia, que os poderes publicos tem a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, que o governador civil de Lisboa, não consinta as referidas reuniões e conferencias, tanto no local em que teem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos prelectores, e que para este fim faça intimar esta resolução ás pessoas que pretendem celebrar as alludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores em conformidade das leis.

Paço, em 26 de junho de 1871. – « *Marquês d'Ávila e de Bolama.* »

Alguns dos conferencistas e organizadores protestaram por meio de uma nota publicada nos jornais¹⁰⁷⁷:

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, unicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados que indignados, contra a portaria que

1077 Assinaram esta nota Antero de Quental, Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saragga, Eça de Queirós e mais 49 pessoas que se tinham reunido para assistir à primeira conferência proibida, da autoria de Salomão Saragga e intitulada *Os Historiadores Críticos de Jesus*. Mais tarde, outros homens publicaram em jornais os seus protestos: Manuel d'Arriaga, Augusto Fuschini, Theofilo Braga, Germano Vieira Meyrelles, Guilherme de Azevedo, Oliveira Martins e Seromenho; v. António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino (1871)*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1930, pp. 107, 110–112.

manda arbitrariamente fechar a sala das Conferências democráticas. Appearlamos para a opinião publica, para a consciência liberal do paiz, reservando a plena liberdade de respondermos a êste acto de brutal violencia como nos mandar a nossa consciencia de homens e cidadãos.

Na sequência da proibição, alguns dos membros deste grupo fundaram o grupo dos *Vencidos da Vida*¹⁰⁷⁸! O movimento de renovação cultural esvaziou-se e perdeu-se mais uma oportunidade de modernização do país.

A falta de liberdade, imposta pelo regime autoritário de António de Oliveira Salazar (Fig. 31) durante cerca de 50 anos, foi uma das causas do atraso da ciência portuguesa do século XX. Tal como nos tempos do regime monárquico absoluto, uma das bases da política salazarista era silenciar toda e qualquer crítica política. Com esse objetivo foi publicado o decreto de 16 de maio de 1935, que demitia vários funcionários públicos, entre os quais se contavam académicos como Abel Salazar, Aurélio Quintanilha, Manuel Rodrigues Lapa (1897–1989) e Sílvio Lima (1904–1993). A grande competência científica e pedagógica era a característica comum a estes professores, que nem eram simpatizantes do regime nem politicamente ativos. Alguns deles (Aurélio Quintanilha e Abel Salazar) conviviam intensamente com os seus estudantes estimulando-os à prática da atividade científica. Os alunos tinham por eles um grande respeito e admiração, o que, na perspectiva das autoridades civis e académicas, era indesejável e até perigoso e, para os homens da polícia política, era motivo de grande nervosismo e preocupação.

Abel Salazar viu-se impedido de realizar a sua atividade de investigador¹⁰⁷⁹ e de professor na Faculdade de Medicina do Porto, sendo obrigado, para sobreviver, a dedicar-se à sua faceta de ensaísta e

1078 Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Imprensa da Universidade, 1931. Deste grupo faziam parte o Conde de Sabugosa, o Conde de Ficalho, o Conde de Arnoso, o Marquês de Soveral, Carlos Lima Mayer, Carlos Lobo de Ávila, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Oliveira Martins. Uma visão católica sobre os *Vencidos da Vida*, nos anos de 1930 e 1940, pode lêr-se em Gomes dos Santos, “A penitência dos «Vencidos da Vida»”, em *Brotéria*, revista mensal, Vol. XXXII, 1941, pp. 295–310.

1079 Abel Salazar realizou uma atividade científica meritória, apesar de serem precárias as condições de trabalho na Faculdade de Medicina. Não havia verbas sequer para reagentes, aparelhagem e bibliografia; v. Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 15.



Fig. 31 António de Oliveira Salazar (*Átomo, ciência e técnica para todos*, 30 maio 1953).

a trabalhar como cientista amador, usando apenas um microscópio e preparações feitas em casa. Abel Salazar confessava-se injustiçado, pois nem sequer pertencia a nenhum movimento político que se opusesse ao regime¹⁰⁸⁰. No entanto, reconhecia possuir algo que não agradava à “situação” — o ser um homem livre com ideias próprias que, de acordo, aliás, com a constituição portuguesa, tinha o direito de exprimir: “todas as minhas aspirações se resumem em viver livremente, trabalhar e ter uma atividade intelectual livre¹⁰⁸¹”. Só em 1941 — ano em que Oliveira Salazar recebeu, numa cerimónia realizada na Universidade de Coimbra, o grau *honoris causa* que lhe foi concedido pela Universidade de Oxford¹⁰⁸² — Abel Salazar pôde continuar a realizar trabalho científico no Centro de Estudos Microscópicos da Faculdade de Farmácia do Porto, apoiado pelo Instituto de Alta Cultura¹⁰⁸³, do qual era diretor Celestino da Costa, seu colega e amigo de longa data. Porém, na Faculdade de Medicina do Porto nem a biblioteca podia consultar — uma situação que o amargurava profundamente¹⁰⁸⁴.

É justo realçar aqui a figura de Augusto Celestino da Costa¹⁰⁸⁵ como defensor da liberdade e da verdade científica. Foi uma personalidade de grande relevo no meio académico português, como cientista, pedagogo, organizador e promotor da ciência e como homem de elevado carácter e de enorme cultura. Catedrático de Histologia e Embriologia desde 1911, desenvolveu um laboratório de nível europeu, na Faculdade de Medicina de Lisboa e rodeou-se de colaboradores competentes e entusiastas, como Roberto Chaves,

1080 Segundo as suas próprias palavras, Abel Salazar foi acusado de pertencer a uma célula comunista em que estaria também Bento de Jesus Caraça, que mal conhecia; v. *idem*, p. 186.

1081 *Idem*, p. 173.

1082 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 366.

1083 Até 1952, denominou-se Instituto para a Alta Cultura e era a 7ª Secção da Junta de Educação Nacional. José Antunes Serra comentava a propósito do nome do Instituto: “nome infeliz na verdade, pois bastava Instituto de Cultura ou, e era melhor ainda, Conselho ou Junta de Investigação e Cultura”; v. J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação Nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 49.

1084 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, pp. 147–149.

1085 I. Amaral, J. David-Ferreira, R.E. Pinto e A. Carneiro, “A Escola de Investigação de Histofoisiologia de Augusto Celestino da Costa (1911–1956)”, em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*, Universidade de Évora, Évora, 2001, pp. 615–629; José-Francisco David-Ferreira, “Augusto Celestino da Costa (1884–1956) — professor, scientist and science promoter”, em *The International Journal of Developmental Biology*, 53, 2009, pp. 1161–1164.

Magalhães Ramalho e Simões Raposo. Em 1919 organizou o serviço de análises clínicas dos Hospitais Civis; em 1929 era vice-presidente da Junta de Investigação Nacional, e em 1934 foi designado seu presidente. Em 1931, Abel Salazar escrevia a Celestino da Costa afirmando-lhe “o dr. Celestino é um homem sempre novo, duma energia férrea, a quem se deve, praticamente, o pouco que entre nós já se faz em biologia¹⁰⁸⁶”. Para além de investigador de grande mérito, foi um grande organizador e professor. Considerado um dos melhores embriologistas europeus do seu tempo, possuía um grande prestígio no meio académico de língua francesa, tendo organizado em Lisboa duas reuniões anuais da Association des Anatomistes, em 1933 e 1956. Celestino da Costa publicou centenas de artigos sobre a embriologia do sistema nervoso vegetativo, a histofisiologia das glândulas endócrinas e outros assuntos, tendo sido agraciado com uma distinção do governo francês em 1923. Foi galardoado com a comenda da Legião de Honra no decorrer do Congresso Mundial de Anatomistas e recebeu as insígnias de doutor *Honoris causa* pela Universidade de Montpellier, com a presença do Ministro de Educação de França e do Prof. Donzelot, Diretor-Geral do Ensino Superior francês¹⁰⁸⁷. Abel Salazar afirmava que ele era “o ministro dos negócios estrangeiros da ciência portuguesa¹⁰⁸⁸”. Celestino da Costa foi presidente da Junta Nacional de Educação (1934–36) e do Instituto para a Alta Cultura (1936–1942). Foi destituído por causa de um discurso que proferiu na Câmara de Lisboa, depois de ter afirmado que Lisboa, e não Coimbra, era a capital cultural do país. Em represália, a Universidade de Coimbra — por influência de Mário de Figueiredo, um professor de direito que ocupava então o lugar de ministro — conseguiu a destituição de Celestino da Costa da direção da Faculdade de Medicina de Lisboa e da presidência do Instituto de Alta Cultura (IAC). Desta forma, a Universidade de Coimbra revelou a sua grande influência política e o efetivo apoio que dava ao Estado Novo. Celestino da Costa foi substituído por Gustavo

1086 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 113.

1087 “O Prof. Celestino da Costa foi homenageado pela Universidade de Montpellier”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 59, 30 novembro 1952, p. 15.

1088 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 70.

Cordeiro Ramos (1888–1974), professor de Literatura Germânica na Faculdade de Letras de Lisboa, germanista com fama de homossexual, causando uma péssima impressão na maioria da comunidade científica portuguesa¹⁰⁸⁹. Como vice-presidente do IAC foi nomeado o professor Amândio Tavares da Faculdade de Medicina do Porto¹⁰⁹⁰.

A perseguição direta ou indireta conduzida pelo regime salazarista aos mais ilustres cientistas portugueses foi contínua. Mário Silva, professor na Universidade de Coimbra¹⁰⁹¹, que estudou e se doutorou em Paris sob a orientação de Marie Salomea Skłodowska Curie (1867–1934) mais conhecida por Madame Curie (Fig. 32)¹⁰⁹², conseguiu — mesmo antes de regressar definitivamente, em 1930, e com a colaboração do professor de medicina Álvaro de Matos — obter do Ministro das Finanças, General Sinel de Cordes¹⁰⁹³, a verba de 600 contos para

1089 Cordeiro Ramos tinha sido ministro da Instrução Pública (1930–1933) e criara, pelo Decreto nº 19.081 de 2 de dezembro de 1930, a Universidade Técnica de Lisboa, uma iniciativa que, segundo ele próprio, “levantou grandes oposições, filhas de uma mentalidade acanhada e rotineira”; v. “A Oração do Académico Professor Doutor Gustavo Cordeiro Ramos”, em Armando Carneiro, *Marechal Carmona, Reportagens do Centenário do seu Nascimento*, separata do *Diálogo dum Repórter com o Mundo Português*, 1971. Devido a um suposto plágio do Fausto de Goethe, praticado por Cordeiro Ramos e denunciado por Sant’Anna Dionísio, estabeleceu-se, em 1929, uma polémica entre estes dois homens nos jornais *A Voz* e *A Águia*.

1090 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, pp. 16, 23, 70, 113, 237, 239.

1091 Raquel Santiago e Augusto J.S. Fitas, “O Trabalho Científico de Mário Silva”, em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*, Universidade de Évora, Évora, 2001, pp. 526–537; Nuno Crato, “O aluno de Madame Curie”, em *Revista Expresso*, nº 1472, 12 janeiro 2001, pp. 86–88.

1092 Madame Curie admitiu Mário Silva no seu Instituto de Rádio em condições consideradas excecionais por atenção à Universidade de Coimbra, pelo que a Universidade decidiu agradecer à ilustre cientista a consideração que tinha tido pelo seu docente. A resposta de Madame Curie não tardou, e nela manifestava o desejo de continuidade das boas relações entre a Universidade de Coimbra e o seu Instituto; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 331, 332; “Rapport d’une Mission d’Étude Réalisée en France pendant l’Année 1925–26”, em *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, nº 9, Coimbra, 1979, pp. 49–54.

1093 O general João José Sinel de Cordes (1867–1930) foi várias vezes Ministro das Finanças após o golpe militar de 28 de maio de 1926. A última vez aconteceu em 7 de abril de 1928 sendo imediatamente substituído por José Vicente de Freitas em 18 de abril. A este ministro sucedeu, em 26 de abril, António de Oliveira Salazar que assim retomou o cargo pela segunda vez. O período de 15 dias em que Salazar tinha sido pela primeira vez ministro das Finanças ocorreu entre 3 e 19 de junho de 1926. Nesta altura, o Senado da Universidade de Coimbra congratulou-se com a nomeação dos seus professores Joaquim Mendes dos Remédios, Manuel Rodrigues e António de Oliveira Salazar para ministros de Instrução Pública, da Justiça e das Finanças, respetivamente; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 335.



Fig. 32 Madame Curie (*Seara Nova*, janeiro 1968).

criar um Instituto de Rádio¹⁰⁹⁴ que envolvia o Laboratório de Física e a Faculdade de Medicina de Coimbra¹⁰⁹⁵. O Instituto ficou totalmente equipado em 1931, e tudo foi feito para que a inauguração se realizasse com a presença de Madame Curie, que tinha aceitado o convite feito por Mário Silva. Em princípio, viria trabalhar para Coimbra o cientista Salomon Rosenblum (1896–1959)¹⁰⁹⁶, que tinha sido colega de Mário Silva em Paris. Porém — assim escreveu Mário Silva — “todos esses esforços se quebraram perante uma inexplicável e odienda teimosia, invejosamente desenvolvida na sombra contra nós [Mário Silva e Álvaro de Matos], que impediu, sistematicamente, a publicação do diploma oficial que devia criar os quadros do pessoal técnico e auxiliar, bem como regulamentar o funcionamento do instituto¹⁰⁹⁷”. Nove anos depois, “neste fim de ano de 1938, o Instituto do Rádio de Coimbra continua com as suas portas fechadas¹⁰⁹⁸” e a investigação numa importante área da física impedida¹⁰⁹⁹. A oncologia portuguesa desenvolvia-se em Lisboa por iniciativa do Prof. Francisco Gentil (Fig. 33), que inaugurou o Pavilhão A do Instituto Português de Oncologia (IPO) em 1927 e o Pavilhão B em 1929. Após uma visita de Francisco Gentil a Coimbra para ver as instalações do Instituto de Rádio, inaugurou-se o Pavilhão do Rádio (ou Pavilhão C) do IPO em 1933¹¹⁰⁰. Curiosamente, seria Eva Curie, filha de Madame Curie entretanto falecida, a vir visitar o IPO em 1940. Francisco Gentil, que não foi hostilizado pelo regime de Salazar, pôde assim realizar um trabalho médico-científico relevante.

1094 A ideia de criar um Instituto de Radioterapia em Portugal andava no ar havia bastantes anos. Em 1913, o médico Júlio Guilherme Bettencourt Ferreira (1866–1948) achava de toda a conveniência fundar “um Instituto de Radioterapia, com um laboratório de investigações e uma clinica anexa, para o estudo e tratamento de doenças a que modernamente se aplica essa forma de terapêutica”; v. *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo V, Coimbra, 1917, p. 388.

1095 Mário Silva, *Elogio da Ciência*, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1971, p. 65.

1096 M. Valadares, “Salomon Rosenblum (1896–1959)”, em *Nuclear Physics*, Vol. XV, fevereiro–março 1960, pp. 189–198.

1097 Mário Silva, *Elogio da Ciência*, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1971, p. 66.

1098 *Idem*, *ibidem*.

1099 No início da década de 1930, ainda se afirmava que a física era o “ramo da ciência portuguesa que mais pobre de sábios se apresenta, tanto nos séculos passados como no actual”; v. José Guerreiro Murta, *Educação Científica*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, s/d (c. 1931), p. 190.

1100 *Francisco Gentil (1878–1964)*, introdução de Fernando Namora, coordenação e legendas de Luís Botelho, Os Laboratórios Medicamenta, Liga Portuguesa contra o Cancro, 1978, pp. 44–50.



Fig. 33 O médico Francisco Gentil (*Prof. Francisco Gentil (1878–1964)*, 1978).

Razões de natureza política explicam as dificuldades do Instituto do Rádio de Coimbra, visto que Mário Silva tinha assumido posições públicas em jornais, mesmo antes de partir para Paris, que desagradaram aos meios conservadores coimbrões¹¹⁰¹. Salazar, que tinha sido seu contemporâneo como estudante em Coimbra, nunca aprovaria o decreto que era proposto para regulamentar o Instituto de Rádio¹¹⁰². Em 1947, acabou, sim, por aprovar o decreto que expulsou Mário Silva da Universidade.

Quando, em 1940, Rui Luís Gomes tentou consolidar no Porto um Seminário de Física Teórica no Centro de Estudos Matemáticos do Porto¹¹⁰³ com a cooperação de físicos estrangeiros, como Alexandre Proca (1897–1955), as dificuldades burocráticas, financeiras e políticas criadas pelas autoridades foram tão grandes que o projeto acabou rapidamente por abortar¹¹⁰⁴. Fernando Soares David, o aluno que mais se distinguiu no único ano em que o seminário funcionou sob a orientação de Proca, recebeu, mais tarde, o Prémio Gomes Teixeira. Depois de uma entrevista que deu ao Diário de Lisboa, publicada em 24 de dezembro de 1945, em que denunciava a má qualidade do ensino na universidade e valorizava aquele que se fazia no Centro de Estudos Matemáticos do Porto, Soares David nunca mais conseguiu, como justamente merecia, obter uma bolsa de estudos para o estrangeiro, apesar dos continuados esforços de Rui Luís Gomes nesse sentido.

Depois de ter completado um doutoramento em Paris e ensinado alguns anos na Faculdade de Ciências de Lisboa, António Aniceto Monteiro (1907–1980) não pôde continuar a sua carreira em Portugal

1101 Para além destas dificuldades, Mário Silva queixava-se do “esgotante serviço docente” que a Faculdade era obrigada a atribuir-lhe, por deficiência do quadro de professores de física, o que não lhe permitia cumprir a missão de investigar; v. Mário Silva, “A Pedagogia da Palmatória e a Crise da Universidade”, em *Estudos — Revista de universitários católicos*, Ano XLVII, Fasc. III a VII, n.ºs 475–479, 1969, pp. 95–96.

1102 Estranhamente, só em 1963 as instalações de radiodiagnóstico e radioterapia foram desmanteladas e as salas ocupadas por outros serviços.

1103 Este centro foi fundado em 1942 por Ruy Luís Gomes, que foi o seu primeiro diretor até 1947.

1104 Luís M. Bernardo, “As dificuldades de criação de uma Escola de Física Teórica e de Matemática no Porto durante a II Guerra Mundial”, em *Livro de Resumos*, 4.º Encontro Nacional de História das Ciências e da Tecnologia, 12–14 Junho, 2014, pp. 105–106.

por razões políticas, tendo sido obrigado a exilar-se no Brasil em 1945 e, mais tarde, na Argentina, onde lecionou em diversas universidades¹¹⁰⁵. Na revista socialista francesa *La Pensée*, fundada por Paul Langevin, foi publicada em 1946 uma pequena notícia sobre “a investigação científica no regime fascista português”, onde se denunciava a arbitrariedade do governo português contra bolseiros, retirando-lhes as bolsas de estudo apenas pelo facto de terem assinado, em 1945, petições onde se exigia maior liberdade política em Portugal¹¹⁰⁶.

A devastação do Centro de Estudos de Física dirigido pelo Prof. Cyrillo Soares é um exemplo paradigmático dos efeitos da ação política de Salazar. Incluído no lote dos saneados, Manuel Valadares relatava, 3 anos depois da sua demissão, o que se passara¹¹⁰⁷:

O trabalho de investigação no Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, desenvolvia-se, sob a direcção do Prof. Doutor Armando Cyrillo Soares, na linha geral que atrás fica indicada quando — em junho de 1947 — o Conselho de Ministros resolveu demitir três pessoas que, pela sua preparação em longos estágios no estrangeiro, mais indicadas estavam para ampliar a obra já realizada e contribuir para a preparação de novos investigadores. Foi um duro golpe para o Prof. Cyrillo Soares. Vejo-o ainda, na sua casa da Praça das Flores, no dia em que foi conhecida a nossa demissão, abraçar-nos com as lágrimas a correr-lhe pelo rosto! Em 28 anos de conhecimento foi a única vez que o vi chorar. Mas a reacção não se fez tardar; embora com a saúde já bastante abalada, partiu para o Conselho da Faculdade absolutamente disposto a lutar para que o Conselho protestasse contra uma decisão que o privava de alguns dos colaboradores que ele tinha criado e em que depositava as melhores esperanças para que fossem os continuadores da sua

1105 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 240.

1106 “La recherche scientifique sous le régime fasciste portugais”, em *La Pensée: Revue du Rationalisme Moderne*, Nova Série, nº 7, abril-maio-junho 1946, p. 108.

1107 Manuel Valadares, “O Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, sob a direcção do Prof. Dr. A. Cyrillo Soares (1930-1947), e a investigação científica”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 4, outubro, 1950, p. 103.

obra. Esperava-o uma última desilusão. Temera, é certo, deparar-se perante um Conselho indiferente; encontrara um Conselho satisfeito com o que se acabava de passar. Tão satisfeito que havia de resolver limitar toda a sua actuação a um muito vago apelo ao Conselho de Ministros para que este examinasse os possíveis recursos que, da decisão tomada, viessem a ser interpostos...

Esta desilusão acarretou uma decisão. O Prof. Cyrillo Soares pediu a passagem à situação de reforma e o seu pedido foi imediatamente atendido. Assim terminaram dezassete anos de direcção do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa.

As consequências para a investigação no referido Centro de Física foram desastrosas, mas talvez fosse este o desejo da própria Faculdade, por inveja ou convicção¹¹⁰⁸. Entre 1943 e 1946, o Centro tinha publicado 30 artigos científicos e realizado 5 doutoramentos com uma verba de 168 000\$00; de 1947 a 1950, com uma verba de 267 161\$25, os trabalhos publicados baixaram para 6 e o número de doutoramentos foi nulo¹¹⁰⁹.

A forma indigna como o regime de Salazar tratou Egas Moniz (1874–1955)¹¹¹⁰ após este ilustre médico e investigador¹¹¹¹ ter sido galardoado com o prémio Nobel de Medicina de 1949¹¹¹² mostra bem a consideração que o Estado Novo tinha pela atividade científica que não se submetia às diretrizes e ignomínias da sua política¹¹¹³. Só a

1108 Ana Simões, “O ano 1947 e o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa”, em *Gazeta de Física, Número especial: história e protagonistas da Física em Portugal no séc. XX*, Vol. 34, nº 2, 2011, pp. 16–21.

1109 A. Gibert, “O Centro de Estudos de Física do Instituto para a Alta Cultura Anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 4, outubro, 1950, p. 89.

1110 Cruz Malpique, “Egas Moniz, um Paradigma como Professor-Investigador Universitário, Considerações Marginais”, em *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº 139, julho, agosto e setembro 1969, Aveiro, pp. 197–226; *Idem*, nº 140, outubro, novembro e dezembro 1969, pp. 241–261; Barahona Fernandes, *Egas Moniz, pioneiro de descobrimentos médicos*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983; João Lobo Antunes, *Egas Moniz — Uma Biografia*, Gradiva, Lisboa, 2010.

1111 Egas Moniz, *Confidências de um Investigador Científico*, Edições Ática, Lisboa, 1949.

1112 A proposta que deu a Egas Moniz o Prémio Nobel partiu de um grupo de psiquiatras, neurologistas e neurocirurgiões brasileiros reunidos no 1º Congresso de Psicocirurgia, realizado em Lisboa no mês de agosto de 1948, e liderados pelo Prof. Pacheco e Silva. Foi assinada por todos os conferencistas estrangeiros aí presentes. É de notar que o seu nome já tinha sido proposto várias vezes para o mesmo prémio; v. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 44, Fasc. II, abril–julho 1972, pp. 74–75.

1113 Egas Moniz, que ideologicamente se localizava no centro do espectro político na Primeira República, afastou-se voluntariamente da política, sobretudo a partir do golpe militar de 28 de maio de 1926. Mante-

Reconquista, um dos jornais de Castelo Branco, distrito onde Egas Moniz nasceu e fez os primeiros estudos, fez uma breve referência à atribuição do Prémio Nobel, numa pequena coluna no interior do jornal. O *Jornal do Fundão* noticiou o caso na sua página infantil¹¹¹⁴!... Nenhuma sessão oficial foi organizada para o distinguir, a menos que se considerem como tais as realizadas na Universidade de Coimbra¹¹¹⁵ e na Academia das Ciências de Lisboa. Na Sessão da Classe de Ciências desta Academia, realizada a 16 de abril de 1959, Almeida Lima informava que tinha sido prestada uma homenagem “ao Prof. Egas Moniz em Santiago do Chile, com inauguração dum monumento monolítico e outorgação do seu nome a uma praça.” Os Académicos congratularam-se com a notícia e lamentaram que nem a Academia nem o Centro de Estudos Egas Moniz tivessem podido estar representados¹¹¹⁶. Em Portugal, entre as poucas sessões de homenagem que foram autorizadas, contam-se as de iniciativa de amigos e admiradores¹¹¹⁷, entre as quais se inclui a do Movimento Nacional Democrático, um movimento político oposicionista ao regime e presidido por Rui Luís Gomes. Esta homenagem foi realizada em 1 de dezembro de 1949¹¹¹⁸. Uma homenagem popular foi realizada pelos habitantes da vila de Avelar e terras vizinhas em 1950¹¹¹⁹. Outra homenagem a Egas Moniz em Aveiro, em 1951, na altura do 1º centenário do liceu da cidade, teve a presença do homenageado, acompanhado de sua família¹¹²⁰. A sua morte em 1955 foi noticiada pelos

ve-se sempre democrata e opositor declarado ao regime salazarista. Foi presidente da Academia das Ciências de Lisboa de 1928 a 1940 e presidente da Classe das Ciências de 1945 a 1949.

1114 Pedro Miguel Salvado, “Egas Moniz e o Concelho de Castelo Branco: Pôr a Memória à Luz”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XXI*, Cadernos de Cultura, nº 15, novembro 2001, Castelo Branco, pp. 45–46.

1115 *A Homenagem da Academia de Coimbra ao Prof. Egas Moniz*, Edição da Associação Académica, Oficinas da Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1950; “Saudação ao Doutor E. Moniz na Sessão de Homenagem da Academia na Sala dos Capelos, 29-IV-1950”, em Maximino Correia, *Ao Serviço da Universidade de Coimbra, 1939-1960*, Por Ordem da Universidade, 1963, pp. 483–488.

1116 “Sessão da classe de Ciências em 16 de abril de 1959”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXXI, março e abril 1959, p. 157.

1117 Mário Silva, “Egas Moniz: Político e Diplomata”, em *Egas Moniz Primeiro Centenário 1874-1974*, Coimbra, 1974, pp. 41–52;

1118 *Ruy Luís Gomes: Uma fotobiografia*, Natália Bebiano da Providência (coord.), U. Porto, Gradiva, 2005, p. 119.

1119 *Homenagem dos habitantes da vila do Avelar ao excelentíssimo professor doutor Egas Moniz primeiro Prémio Nobel de Portugal*, Avelar, 1950.

1120 “O Professor Dr. Egas Moniz foi homenageado na sessão comemorativa do 1º centenário do Liceu de Aveiro”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano IV, nº 46, 30 outubro 1951, p. 21.

jornais da época, incluindo o *Diário de Notícias* e *O Século*, e a sua vida e obra foram destacadas na revista *A Medicina Contemporânea* que ele dirigiu de 1945 até à sua morte.

Em 1968, na cerimónia de inauguração da Casa-Museu de Egas Moniz, em Avanca, o Presidente da República Almirante Américo Tomás fez-se representar por um Subsecretário da Administração Escolar¹¹²¹. O centenário do nascimento de Egas Moniz foi modestamente comemorado em 31 de janeiro de 1974 com um jantar organizado pelo Rotary Clube de Lisboa Oeste, do qual o homenageado era membro¹¹²². Para celebrar o mesmo acontecimento, o Museu Nacional da Ciência e da Técnica da Universidade de Coimbra, do qual era diretor Mário Silva — conhecido opositor ao regime salazarista — publicou um livro com um conjunto de artigos sobre Egas Moniz¹¹²³. Só depois de 1974, ano comemorativo do centenário do seu nascimento, o país começou a dar ao primeiro Prémio Nobel português a merecida homenagem, atribuindo inclusivamente o seu nome a hospitais e avenidas.

Diz-se que uma das razões pelas quais Oliveira Salazar não aceitou inteiramente¹¹²⁴ o plano Marshall¹¹²⁵ se relacionava com o facto de este impor a necessidade de abertura externa, o que dificultaria ao regime o controlo político, económico e cultural que pretendia continuar a

1121 José Tavares, “Inauguração da «Casa-Museu» de Egas Moniz, em Avanca”, em *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº 135, julho, agosto e setembro 1968, Aveiro, pp. 161–180; José Tavares, *Inauguração da “Casa-Museu” de Egas Moniz, em Avanca*, Aveiro, 1968, p. 8.

1122 “Egas Moniz”, em *Boletim Semanal*, Ano IV, nº 26, 31–1–1974, Rotary Club Lisboa — Oeste, Distrito 176 — Portugal; *A Nossa Homenagem a Egas Moniz, A Reunião de 31–1–1974*, Rotary Club Lisboa — Oeste, Distrito 176 — Portugal.

1123 Mário Silva, *Egas Moniz, Primeiro Centenário 1874–1974*, Coimbra, 1974. A bibliografia sobre Egas Moniz é extensa; v. João Rui Pita, Ana Leonor Pereira, “Escritos Maiores e Menores sobre Egas Moniz”, em *Medicina da Beira Interior: da Pré-História ao século XX*, Cadernos de Cultura, nº 14, novembro 2000, Castelo Branco, pp. 41–45.

1124 Ao contrário da propaganda nacionalista de recusa do plano Marshall, Salazar aceitou-o parcialmente. Este plano teve uma influência direta no estabelecimento da base americana das Lages nos Açores e nos planos de eletrificação nacional e desenvolvimento industrial. Para além de poder beneficiar da ajuda financeira norte-americana, tal participação permitiu a Portugal ser membro fundador da OECE–OCDE; v. Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947–1952)*, Estampa, Lisboa, 1994. Em 1951, um folheto distribuído pelos Serviços Culturais e de Imprensa da Embaixada dos EUA divulgou publicamente o Plano Marshall para Portugal; v. *USA: Alguns Factos acerca da América*, Lisboa, 1951. Um conjunto de documentos sobre os acordos relativos à utilização da base das Lages durante a II Guerra Mundial pode ler-se em *Documentos relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos para a Concessão de Facilidades nos Açores durante a Guerra de 1939–1945*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

1125 Marcel Marantz, *Le Plan Marshall Succès ou Faillite?*, Bibliothèque des Sciences Politiques et Sociales, Librairie Marcel Rivière et Cie, Paris, 1950.

exercer sobre a nação. Da aplicação desse plano teriam certamente surgido novas oportunidades para o desenvolvimento da ciência portuguesa. Como tal não aconteceu, a atividade científica continuou a ser estritamente controlada pelo Estado, com todas as consequências nefastas que se fizeram sentir durante décadas.

No Projecto de Estatuto da Educação Nacional¹¹²⁶, de carácter marcadamente conservador e regulador, elaborado em 1968 pelo ministro da Educação Nacional Inocêncio Galvão Telles, valorizou-se a investigação científica nestes termos:

Artigo 317º — 1. O Estado deve fomentar a investigação científica, fundamental ou aplicada, que tende à descoberta ou desenvolvimento de conhecimentos, considerados com independência de possíveis aplicações utilitárias ou orientados no sentido dessa aplicação. 2. Será fomentada a investigação tanto no domínio das ciências naturais como no das ciências humanas.

No entanto, a liberdade de investigação era condicionada “aos superiores interesses da nação”, os quais eram, naturalmente, definidos pelo regime:

Artigo 321º — 1. É assegurada a liberdade de investigação científica, dentro dos limites impostos pela moral e pelos superiores interesses nacionais [...]. 2. Essa liberdade consiste em: a) Escolher os assuntos a investigar; b) Escolher os meios a utilizar e os caminhos a seguir na investigação; c) Discutir teses ou conclusões alheias; d) Publicar e difundir as conclusões próprias [...].

Embora este projeto não tenha sido transformado em lei, os “superiores interesses da nação” condicionavam já há muito tempo a investigação científica em Portugal, e continuaram a condicioná-la até à queda do regime marcelista no 25 de abril de 1974.

¹¹²⁶ *Estatuto da Educação Nacional — Projecto, Versão elaborada pelo ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles (maio, junho de 1968)*, Lisboa, 1969.

Segundo muitas opiniões, a religião teve um papel importante no atraso científico português¹¹²⁷ através das limitações auto-impostas pelos crentes ou de orientações específicas emanadas das autoridades eclesiásticas. É um facto comprovado historicamente, que as profissões de matemático-astrólogo e de médico estavam quase exclusivamente nas mãos de judeus a quem os cristãos chamavam hereges. Embora reconhecidamente úteis, estas profissões eram menosprezadas pelos cristãos-velhos que, para os seus filhos, preferiam profissões mais adequadas aos objetivos de vida de um bom cristão. Têm nomes hebraicos 63,6% dos médicos e cirurgiões que surgem numa lista, publicada pela historiadora Iria Gonçalves em 1965, como tendo recebido autorização para exercer a sua profissão em Portugal entre 1434 e 1495. Tomando em conta os casos duvidosos e o número significativo de judeus convertidos, que mudavam de nome, poderá concluir-se que era muito reduzido o número de cristãos-velhos que exerciam a profissão de médico¹¹²⁸. No século XVIII, para além dos médicos, também os advogados em Portugal eram quase todos judeus¹¹²⁹. Esta realidade mostra claramente que as preocupações educativas eram muito maiores na comunidade judaica do que no resto da população portuguesa — uma realidade igualmente existente noutros países e noutras épocas incluindo o século XX e a atualidade.

Com o objetivo de travar a superstição, que contaminava as boas práticas cristãs, o papa Sixto V proibiu em 1586 a astrologia judiciária¹¹³⁰ que, através dos horóscopos, afirmava prever o futuro das pessoas¹¹³¹. Como consequência, o interesse pela astrologia judiciária reduziu-se no século XVII e, por efeito de contágio, diminuiu

1127 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 223–241.

1128 Guy Beaujouan, *L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique a la fin du Moyen Âge*, separata da *Revista da Universidade*, Vol. XXIV, Coimbra, 1969, p. 5.

1129 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Em Portugal e no Estrangeiro (Ensaios Críticos)*, Parceria António Maria Pereira, 1899.

1130 “A Astrologia Judiciária”, em *Revista Litteraria*, tomo 2º, 1 novembro 1838, Porto, pp. 5–27.

1131 A crença na astrologia vinha já a decrescer desde o século XV. Dos príncipes eruditos da “inclita geração”, o Infante D. Henrique e D. Duarte não acreditavam nela, e D. Pedro aceitava-a com algumas reservas; v. José V. de Pina Martins, “Giovanni Pico della Mirandola”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas, Vol. V: Espiritualidade e Evangelização*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 13–14.

também o interesse pela astrologia natural, que fazia previsões meteorológicas, médicas e náuticas. A alquimia, outra “ciência” com remota tradição, tinha já sido proibida pelo papa João XXII (1249–1334), embora continuasse a ser praticada de forma clandestina, tanto por judeus como por cristãos. Por estranho que pareça, a proibição destas “ciências medievais” poderá ter contribuído para dificultar o estabelecimento da ciência moderna. A astrologia utilizava conhecimentos astronómicos e matemáticos e, por isso, a sua prática estimulava o conhecimento da astronomia e da matemática. Joaquim Bensaúde¹¹³² atribuiu a resolução dos problemas astronómicos da navegação do período dos Descobrimentos ibéricos à popularidade da astrologia, com suas tabelas astronómicas e seus instrumentos¹¹³³. Na opinião de Gomes Teixeira, o desinteresse pela astrologia¹¹³⁴ influenciou negativamente o desenvolvimento da matemática em Portugal¹¹³⁵:

Outro facto que concorreu para a decadência da cultura matemática em Portugal foi o descrédito em que dia a dia ia caindo a indústria astrológica, um dos amparos da Astronomia, pelo progresso do espírito crítico-científico, que rapidamente crescia desde o começo das grandes navegações e pela justa reprovação pela igreja católica dos vaticínios que se referissem à alma.

Embora a alquimia tivesse objetivos distintos dos da química moderna, algumas das técnicas químicas tiveram origem na alquimia. Os

1132 José António Madeira, *Joaquim Bensaúde — Glorificador da Ciência Náutica dos Portugueses na Gesta dos Descobrimentos*, Ponta Delgada, 1961. Depois de ter recebido apoio financeiro dos governos da I República para fazer no estrangeiro investigação sobre os Descobrimentos portugueses, Joaquim Bensaúde tornou-se um admirador do regime salazarista. “Joaquim Bensaúde estava de corpo e alma com o regime de Salazar e via em tudo ameaças às suas convicções. De resto a sua obra filiou-se toda numa concepção de engrandecimento da pátria portuguesa, pelo que se sentiu iluminado para uma missão histórica a que se entregou com todo o afã”; v. Jorge Peixoto, *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1980, pp. 35, 37–39.

1133 Joaquim Bensaúde, *Regimento do Astrolábio e do Quadrante, Tractado da Sphera do Mundo, Reproduction fac-similé du seul exemplaire connu appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich*, Carl Kuhn, Munique, 1914, p. 13.

1134 Luís Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos*, Atlântida, Coimbra, 1962, pp. 273–294.

1135 Francisco Gomes Teixeira, *História das Matemáticas em Portugal*, Lisboa, 1934 (aliás 2007), p. 209.

conhecimentos práticos dos alquimistas na manipulação das substâncias químicas, bem como o seu trabalho indagador e persistente, terão contribuído para o desenvolvimento da química moderna. Não se pode afirmar, porém, que a química se teria desenvolvido entre os portugueses se a alquimia não tivesse sido proibida.

Para a hierarquia católica portuguesa do século XVII, marcado pelas orientações da Contra-Reforma — o movimento católico antirreformista que pretendia travar a vaga protestante —, a ciência moderna estava umbilicalmente ligada aos hereges do Norte, os protestantes, um preconceito erróneo que não correspondia à realidade. A prática científica não era, por isso, recomendada, uma vez que se temia a contaminação protestante. Por esta razão, não admira que muitos portugueses, católicos sinceros, tivessem manifestado desprezo e mesmo aversão ou intolerância para com a ciência moderna.

Alguns teólogos atuais demarcam-se desta conclusão com a justificação de que existiu sempre na Igreja uma clara distinção entre o divino e o terreno e que os cristãos tinham a liberdade de se ocupar do estudo das coisas terrenas porque este não embaraçava os fundamentos das coisas divinas. Se houve contradições ou incompatibilidades entre a ciência e religião, elas teriam sido sempre ultrapassadas com pequenos e compreensíveis ajustes nas doutrinas religiosas. Segundo estes teólogos, o facto de muitos padres terem contribuído para a construção das novas ciências sem que a sua fé tivesse enfraquecido mostra a compatibilidade que sempre terá existido entre as atividades religiosa e científica. Os cristãos sempre consideraram a natureza como obra de um criador e as leis naturais, investigadas pela ciência, como uma manifestação da vontade divina. A atividade científica nunca poderia, por isso, ser uma afronta à religião mas, pelo contrário, seria sempre um hino à admirável obra do Criador.

Apesar desta visão positiva da ciência, a verdade é que a Contra-Reforma dificultou entre nós o desabrochar de novas ideias e, conseqüentemente, impediu o desenvolvimento da ciência moderna em toda a sua plenitude. A cultura católica estabeleceu um conjunto de preceitos que claramente contribuíram para o atraso global do

nosso país: dogmatismo, dependência, resistência à inovação¹¹³⁶, desconfiança pela cultura individual, obscurantismo, recusa da modernidade¹¹³⁷... O já referido Curso Filosófico dos Conimbricenses, de orientação escolástico-aristotélica — elaborado pelos jesuítas em Coimbra no fim do século XVI —, estabeleceu o que deveria ensinar-se dentro do espírito da Contra-Reforma¹¹³⁸. Nos séculos XVII e XVIII ainda encontramos tratados de filósofos e matemáticos portugueses baseados em teorias escolásticas retrógradas, onde não se vislumbra a capacidade crítica que caracteriza a ciência moderna. O ensino da nova ciência era encarado pelos agentes religiosos com grande desconfiança. Conta-se a seguinte história que terá ocorrido em Évora no tempo de D. José¹¹³⁹:

Um frade de certa ordem tinha sido nomeado mestre de philosophia naquela cidade. Querendo dar uma vez a seus discipulos idéa da electricidade, pôde obter emprestada uma machina electrica, com a qual fez algumas experiencias diante de varios padres graves do seu convento, que ficaram pasmados de cousa tão extraordinaria, e suppuzeram lá comsigo andar nisto obra de feitiçaria. Esperaram, portanto, um dia em que o mestre de philosophia saisse fóra do convento, e mandando o prelado tocar á comunidade, revestido, e de cruz alçada, seguido dos demais frades, foi ao aposento, onde estava a machina para a exorcismar. Começados os exorcismos tanta agua benta lhe deitaram que dentro em pouco ficou completamente estragada. Quando d’ahi a dias o professor quiz trabalhar com ella, nunca o pôde alcançar; e os padres graves, rindo uns com os outros, escarneciam do pobre philosopho, a quem, com esconjuros, tinham inutilisado aquele diabolico feitiço.

1136 As palavras “inovação” e “inovador” tinham uma conotação negativa nos meios católicos, ao contrário do que acontecia nos meios protestantes.

1137 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, p. 20.

1138 “Entrevista com J.S. Silva Dias: Um erro que vem da Geração de 70”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 3, abril-junho 1984, pp. 12-15.

1139 “Superstições populares. 2º”, em *O Panorama*, Vol. IV, 1840, Lisboa, p. 163.

Na opinião de Sant'Anna Dionísio, não foram apenas os constrangimentos políticos ou religiosos que terão causado o atraso científico do país, visto que, quando tais constrangimentos foram aliviados, a situação não se alterou¹¹⁴⁰:

Se o embaraço frenador da investigação [científica] original estivesse capitalmente no constrangimento político e religioso, a Península Ibérica nas duas últimas terças partes do séc. XIX deveria ter naturalmente feito um esforço de participação na tarefa criadora da ciência. Ora tal esforço não se revelou. E podemos acrescentar que nos melhores momentos mesmo do século em que vivemos persiste em não se revelar.

Para Sant'Anna Dionísio, mais do que impedimentos externos, foi a profunda apatia dos portugueses pela ciência que levou à falta de atividade científica em Portugal. Como este autor realçou, no último quartel do século XIX, perante as importantes descobertas de Koch — o bacilo, em 1882, e o vibrião, em 1884 — “trazendo a chave causal de duas pragas homicidíssimas — a tuberculose e a cólera¹¹⁴¹...”

O Portugal oficial olhou para essa descoberta como boi para palácio, e quedou-se ainda — deixar lá estar em paz o bacilo e rabiar o vibrião.

Papel da Inquisição

Com o aparecimento da Contra-Reforma, que teve na Companhia de Jesus uma poderosa aliada, a Inquisição, confiada particularmente aos dominicanos¹¹⁴², desenvolveu-se rapidamente

1140 Sant'Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941, p. 45.

1141 *Idem, ibidem.*

1142 S. Domingos instituiu a Ordem dos Pregadores e terá sido o fundador da Inquisição. Os religiosos desta ordem adotaram posteriormente o nome “dominicanos”, honrando assim o nome do seu instituidor. Porém, desde muito cedo, se associou a designação “dominicanos” às palavras latinas “domini canes” (“cães de Deus”), para farejarem a impiedade, o que lhes dava o privilégio de avaliarem a heterodoxia da religião católica nos Autos de Fé da Santa Inquisição. O cão surge com frequência como elemento iconográfico em muitas representações relativas à Ordem de S. Domingos.

em Portugal¹¹⁴³ e, posteriormente, nas colónias¹¹⁴⁴. Através do eficaz Tribunal do Santo Ofício (Fig. 34), zelava-se pela pureza religiosa e ambicionava-se eliminar todas as novidades ideológicas que pudessem trazer algum desconforto ou prejuízo à religião. Os próprios jesuítas foram incomodados sempre que ousavam ultrapassar os limites que a ortodoxia definia. O Pe. António Vieira, por exemplo, teve que se haver com a justiça do Tribunal do Santo Ofício por ter defendido, em Portugal e em Roma, as reclamações dos cristãos-novos contra as arbitrariedades da Inquisição¹¹⁴⁵. O venerando pregador foi sujeito a vexames — como “o, de joelhos, ser obrigado a dizer o *Padre Nosso*, a *Avé-Maria* e outras orações... à laia de menino de escola^{1146!}” —, esteve quatro anos com a sua liberdade limitada e só não sofreu sanções mais gravosas porque teve a proteção do próprio papa¹¹⁴⁷.

A ligação cultural atualizada e livre, que Portugal manteve com os restantes países europeus até meados do século XVI, foi posteriormente dificultada pela Inquisição. As novas ideias que surgiram por toda a Europa no século XVII foram parcialmente impedidas de entrar em Portugal, e sempre que entravam eram impiedosamente combatidas. Tão frágil era o estado cultural em que se encontrava Portugal nesse século¹¹⁴⁸ que António Sérgio lhe chamou, em 1926,

1143 Fernando Pereira Marques, *Sobre as causas do atraso nacional*, Coisas de Ler, Lisboa, 2010, pp. 177–231.

1144 Sobre o funcionamento da Inquisição no Brasil, v. António Baião, “Tentativa de estabelecimento duma Inquisição privativa no Brasil”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, pp. 477–482; James E. Wadsworth, “In the Name of the Inquisition: the Portuguese Inquisition and Delegated Authority in Colonial Pernambuco, Brasil”, em *The Americas*, Vol. 61, nº 1, julho 2004, pp. 19–54.

1145 Sobre o processo do Pe. António Vieira no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, consultar António Baião, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, Vol. I, Renascença Portuguesa, Porto, Luso-Brasileira, Rio de Janeiro, 1919, pp. 205–316.

1146 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 319.

1147 A animosidade da Inquisição contra os jesuítas cresceu depois de o Marquês de Pombal ter criado a Real Mesa Censória, onde tinha assento a Inquisição, cujo primeiro representante foi Paulo de Carvalho, irmão do Marquês. O regime absolutista de D. José tentou pôr ao seu serviço a Inquisição para travar quaisquer manifestações anti-absolutistas; v. José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 143; Manuel Augusto Rodrigues, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 213–233.

1148 No século XVII, éramos conhecidos no estrangeiro como os “índios da Europa”, numa alusão claramente depreciativa.



Fig. 34 Auto de Fé (*O Tripeiro*, março 1946).

“Reino Cadaveroso¹¹⁴⁹”. No seu entender, a Inquisição e o ensino professado pelos jesuítas eram os grandes responsáveis¹¹⁵⁰. A Inquisição chegou a tais extremos que alguns católicos insuspeitos, como o matemático Gomes Teixeira, afirmaram que ela prejudicou não só a ciência como também o catolicismo que pretendia defender¹¹⁵¹:

A Inquisição não fêz menos dano à Religião católica do que à ciência, porque a intolerância, com as suas curtas vistas, estreita o Reino de Cristo, a tolerância, com as suas vistas largas, dilata-o. [...] O Tribunal do Santo Ofício [...] representou o papel primordial na depressão do pensamento português no período histórico que estamos a considerar [séculos XVII–XVIII].

O historiador dos Descobrimentos José Idalino Ferreira da Costa Brochado (1904–1989) acusava a Inquisição de ter eliminado todos os vestígios de uma intensa atividade astronómica realizada na Península Ibérica, entre 1100 e 1500¹¹⁵². Depois de exaltar os conhecimentos desenvolvidos pelos portugueses nos Descobrimentos, o médico e político Arnaldo Cândido Veiga Pires (1890–1982), entendia que nos tinha faltado depois dessa época gloriosa um “estádio de disciplina reflexiva e ordenadora” para transformar o “caos dos factos sensíveis em sistemas coerentes de ideias.” E tal não teria acontecido porque “uma força poderosa [a censura] cerrou com mão gelada as nossas bocas”, e concluía¹¹⁵³:

1149 António Ribeiro Sanches foi o primeiro a utilizar este termo para caracterizar o país, num manuscrito intitulado *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*; v. Ribeiro Sanches, *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*, Vitor de Sá (org.), Editorial Inova limitada, Porto, 1971, pp. 75, 78.

1150 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. IV, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 237–249.

1151 Francisco Gomes Teixeira, *História das Matemáticas em Portugal*, Lisboa, 1934 (aliás 2007), p. 202.

1152 Costa Brochado, *Historiografos dos Descobrimentos*, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 50.

1153 Veiga Pires, “A crise do séc. XVIII em Portugal”, em *Portvgale, Revista de Cultura*, 3ª Série, Vol. I, nºs 1–2, 1951–52, p. 18.

A literatura subsistiu apenas na medida em que aceitou as fulminações da censura; a ciência, a filosofia, sufocaram sob uma cultura formalista e dirigida; as liberdades cívicas não despontaram sequer.

Gomes Teixeira atribuía parte da responsabilidade do atraso científico e, em particular, do atraso das matemáticas a D. João III e aos jesuítas, razão pela qual foi asperamente criticado pelo padre jesuíta Domingos Maurício¹¹⁵⁴. O francês Ange Goudar esteve em Portugal entre 1752 e 1753, após o terramoto de Lisboa e a derrocada do edifício da Inquisição. Afirmava ter a esperança de que não ficasse qualquer vestígio do temível Tribunal do Santo Ofício, pois a Inquisição tinha causado mais prejuízo a Portugal que todos os terremotos: tinha asfixiado a indústria e tinha impedido o progresso das ciências¹¹⁵⁵. Na opinião de Sampaio Bruno, a Companhia de Jesus e a Inquisição sintetizaram durante três séculos o estado moral e emocional de Portugal¹¹⁵⁶ — a Companhia foi moldando a mentalidade dos portugueses através do seu sistema educativo; a Inquisição foi realizando uma seleção cultural que favoreceu a mediocridade, ao eliminar os portugueses mais criativos e insubmissos¹¹⁵⁷. Os métodos inquisitórios envolviam a debilitação e eliminação física por meio da perseguição¹¹⁵⁸, tortura¹¹⁵⁹, morte, humilhações e execuções públicas e privadas, bem como a destruição psicológica por meio do

1154 Domingos Maurício, “Os Jesuítas e o ensino das matemáticas em Portugal”, em *Brotéria, Série Mensal*, Vol. XX, 1935, pp. 189–205.

1155 José Barreto, “O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, p. 410.

1156 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana—Público, Lisboa, 2006, p. 398.

1157 A atitude de submissão dos portugueses foi analisada pelo pensador espanhol Miguel de Unamuno; v. Cecília Barreira, *Sondagens em torno da cultura e das ideologias em Portugal (sécs. XIX–XX)*, Editorial Polemos, Lisboa, 1983, p. 56.

1158 A perseguição movida pela Inquisição a António José da Silva e a toda a sua família é um exemplo paradigmático da ferocidade persistente da Inquisição; v. Theophilo Braga, *O Martyr da Inquisição Portuguesa António José da Silva (O Judeu)*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1904.

1159 Teresa Mesquitela, “A Inquisição na Península Ibérica: Tecnologia, espectáculo e infalibilidade”, em *História*, nº 82, agosto 1985, pp. 56–65.

medo, das ameaças, denúncias¹¹⁶⁰ e doutrinação sermonática¹¹⁶¹. A vida de um cidadão honesto podia ser destruída apenas com uma denúncia anónima!... Em poucas gerações, o povo português tornou-se amorfo, mole, obediente e estúpido. Em 1741, só na província do Algarve havia “50 conventos com mil e tantas religiosas, e mais de novecentos frades¹¹⁶²”. António Ribeiro Sanches achava que o número de frades e freiras deveria ser diminuído, e calculava em 100 ou 200 o número de conventos que em Portugal poderiam ser desocupados para serem transformados em quartéis, prisões ou fábricas¹¹⁶³.

No século XVIII, a estrutura social portuguesa estava desequilibrada. Faltavam pessoas de ação talentosas, e a religião dominava toda a sociedade dando origem a desequilíbrios demográficos e situações viciosas. De acordo com um autor estrangeiro, em 1788, quando a população adulta em Portugal representava 50% dos portugueses, um em cada 7,5 adultos estava sujeito aos votos do celibato clerical e monástico¹¹⁶⁴. Havia outros estrangeiros que afirmavam que haveria mais de duzentos mil eclesiásticos em Portugal, uma estimativa que foi contestada. Apresentava-se, em alternativa, um número mais de dez vezes inferior e contestava-se ainda que houvesse maior

1160 A Inquisição desprezava os direitos jurídicos mais elementares e considerava a denúncia uma prova por excelência; v. Maria de Fátima Coelho, “Um processo criminal criminoso: O Santo Ofício da Inquisição”, em *História*, nº 9, julho 1979, pp. 72–79. Desprezando ainda os sentimentos humanos e os laços familiares mais profundos, solicitava aos fiéis em Cristo que denunciassem pais e filhos. Regimes ditatoriais modernos fizeram o mesmo. Por ter denunciado os próprios pais à polícia de Estaline, o jovem Pavel Morozov terá sido morto por familiares, mas o Regime Soviético homenageou-o publicamente como herói nos anos de 1930. Embora a veracidade da denúncia tenha sido questionada, o regime estalinista utilizou a acusação de um filho contra os pais e criou um mito heróico para influenciar toda uma geração de crianças e jovens. Ninguém duvida que tais processos são ainda utilizados por regimes políticos em que os mais elementares direitos humanos não são respeitados.

1161 Em 1885, Manuel Bernardes Branco, referindo-se à época piedosa do reinado de D. João V, afirmava: “os sermonarios abarrotavam e ainda abarrotam as bibliothecas publicas”; v. Manuel Bernardes Branco, *Portugal na Epocha de D. João V*, Bibliotheca de Livros Uteis VIII, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1885, pp. 83–85.

1162 *Idem*, p. 117.

1163 Victor de Sá, *Ribeiro Sanches, Dificuldades que tem um Reino Velho para emendar-se e outros textos*, Livros Horizonte, 1980, pp. 83, 95–96.

1164 A. Moreau de Jonnès, *Compendio Estadístico ou Resumo dos Elementos de Estadística*, trad. João Maria Nogueira, Imprensa Nacional, Lisboa, 1851, p. 176.

percentagem de frades em Portugal que noutros países e que os frades, devido à sua condição celibatária, fossem os principais responsáveis pelo baixo número da população¹¹⁶⁵. Elevado ou não, o número de celibatos religiosos poderá não ter tido um forte efeito na demografia, pois os votos de castidade não eram rigorosamente cumpridos — eram conhecidos muitos filhos de padres, freiras e frades. Esta filiação ilegítima e moralmente inaceitável preocupava as altas hierarquias religiosas, que em vão faziam constantes apelos contra o concubinato, os actos ilícitos, comportamentos inapropriados e luxos dos eclesiásticos.

A Inquisição, muito ocupada com as heresias, pouco ou nada fazia para remediar o estado de depravação moral da sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Ao perseguir protestantes e judeus, estimulou o fanatismo religioso e criou um ambiente de intolerância e suspeição que alimentava receios e medos. Os cidadãos de países protestantes que se deslocavam a Portugal eram frequentemente insultados e sujeitos a sevícias da população se não tirassem o chapéu à passagem das procissões¹¹⁶⁶. Muitos portugueses de origem judaica tiveram de fugir do país e procurar uma nova vida no estrangeiro onde acabaram, aliás, por se distinguir. Toda esta intolerância criou fora do país a ideia de que éramos “os homens mais bárbaros de todo o mundo, os mais odiandos, os mais vingativos, mais desconfiados, mais cruéis, e enfim de quem se deve fugir como de uma nação de diabos, se a houvesse no mundo¹¹⁶⁷”.

A par da perseguição aos judeus e hereges, uma das primeiras ações da Inquisição foi a censura das ideias e dos livros¹¹⁶⁸, o que

1165 Fr. João Baptista, *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, Impressão Régia, Lisboa, 1810.

1166 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compreensão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 270.

1167 *Cartas do Abade António da Costa*, Introd. Fernando Lopes Graça, Cadernos da “Seara Nova”, Biblioteca do Século XVIII, Lisboa, 1946, p. 23.

1168 A censura dos livros e materiais impressos começou a ser feita pelo Santo Ofício em 1540. Este tipo de censura juntava-se às de dois tribunais já existentes: o do Ordinário (poder político) e o do Paço (poder eclesiástico). D. Afonso V, em alvará de 18 de agosto de 1451, ordenava a queima dos livros que contivessem doutrinas reprovadas, por falsas ou heréticas. D. Manuel I, a pedido do papa, proibiu a circulação de livros heréticos, uma política igualmente seguida por D. João III através de censura prévia; v. Artur Moreira de Sá, *De Re Erasmiána: Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Braga, 1977, pp. 293–299.

provocou de imediato a auto-censura dos escritores¹¹⁶⁹ e dos tradutores de obras estrangeiras menos ortodoxas. No que respeita à ciência, parece estranho, à primeira vista, que os catolicíssimos Descartes e Pascal e outros importantes autores com o mesmo estatuto religioso não tenham sido traduzidos para português durante os séculos XVII e XVIII¹¹⁷⁰. Não terá sido apenas por razões comerciais associadas ao reduzido mercado nacional¹¹⁷¹, pois sabe-se que Descartes foi proscrito por heresia pela Universidade de Paris no início do último quartel do século XVII¹¹⁷², e que os “erros” doutrinários de Pascal foram denunciados na bula *Unigenitus* de Clemente XI¹¹⁷³. Esta bula foi, sem qualquer debate, unanimemente acolhida pelos lentes da Universidade de Coimbra, quando era reitor Nuno da Silva Teles, entre 1715 e 1718. O mesmo acolhimento lhe foi dado em todas as dioceses portuguesas e, em 1730, na própria Universidade de Sorbonne¹¹⁷⁴. A Inquisição portuguesa estava atenta a estas decisões e não permitiria certamente a divulgação de textos de autores proscritos, mesmo que fossem fidelíssimos católicos.

Em Portugal, quando os censores não aprovassem um texto em apreciação ou já publicado, o respetivo autor corria o risco de ser interrogado e sentenciado pelo Tribunal do Santo Ofício. A passagem

1169 A auto-censura estabeleceu-se em numerosas circunstâncias, incluindo os casos de mecenato. Muitos escritores só conseguiam publicar as suas obras com a ajuda financeira de um protetor. Esta dependência limitava-lhes, naturalmente, a liberdade de expressão e de crítica, levando-os, habitualmente, a fazer o elogio leviano do mecenato e dos respetivos feitos, reais ou imaginários.

1170 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 220–222.

1171 Há quem pense que o reduzido lucro, ou até prejuízo, com a edição de livros, em Portugal, poderá justificar o pequeno número de bons autores nacionais. No princípio do século XIX, o naturalista alemão Heinrich Friedrich Link afirmava sobre Portugal: “O país onde se é obrigado a fazer imprimir os seus escritos sem retribuição e à própria custa, ou, com muito trabalho, à custa do Rei, os autores devem ser muito raros”; v. “O bem e o mal que alguns estrangeiros têm dito de nós”, em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (discursos, conferências, etc.)*, Porto, 1950, p. 257.

1172 A mesma proibição ocorreu noutras universidades: Utrecht (1643), Leyden (1648), Antuérpia (1675) e Caen (1677). Só a partir do início do século XVIII a proibição foi sendo progressivamente levantada.

1173 O pensamento de Pascal, visto pelos jesuítas do princípio do século XX, pode ler-se em A. Mosca de Carvalho, “A aposta de Pascal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 374–387.

1174 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 133–134, 139.

pelo crivo da Inquisição não era garantia suficiente para que um livro ficasse imune a censuras posteriores — foram muitos os casos de livros que passaram numa primeira análise e posteriormente acabaram por ser proibidos. Com regularidade, lembrava-se aos livreiros que nada publicassem ou vendessem sem autorização do mesmo tribunal. Nas *Constituições Sinodais* de 1591, o bispo de Coimbra decretava¹¹⁷⁵:

Conformando-nos com o Concílio Lateranense e Tridentino e Extravagantes do papa Gregório XIII e breves apostólicos: mandamos a todos os impressores e livreiros deste nosso bispado que não imprimam, nem vendam, nem façam imprimir nem vender livro algum, de qualquer qualidade que seja, sem ser primeiro visto e aprovado pelo conselho geral do Santo Ofício.

Ao mesmo tempo que se tomavam estas medidas contra a liberdade de expressão, iniciava-se o período de decadência da cultura filosófico-científica portuguesa, que tão florescente se mostrara no século XVI¹¹⁷⁶. Como se pode ler na contracapa de *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*, da autoria de Raul Rêgo¹¹⁷⁷:

A Inquisição foi estabelecida no ano de 1536 e começou logo a acção censória preventiva. Daí por diante os vários índices expurgatórios foram instrumentos arbitrários de acção anti-cultural que fechou as portas a valores nacionais que se auguravam promissores com o surto experimentalista gerado pelos descobrimentos. Os índices portugueses confinaram o país no escolasticismo esterilizador e foram modelos perenes de repressão intelectual.

1175 Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Joaquim Ferreira, Coleção-Portugal, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, “Prefácio”, p. 29.

1176 Alexandre Herculano atribuída ao reinado de D. João II o início da decadência nacional, associando-o à centralização monárquica e ao predomínio do classicismo renascentista “que ofuscara a vitalidade das manifestações nacionais na sua pureza e ingenuidade”; v. Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana—Público, Lisboa, 2006, p. 38.

1177 Raul Rêgo, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982.

A licença prévia necessária à publicação de todas as obras, literárias ou científicas, a revisão de todos os livros importados do estrangeiro¹¹⁷⁸, as visitas de inspeção às bibliotecas e a publicação de inventários de obras proibidas impediram, ou pelo menos dificultaram, a divulgação de novas ideias¹¹⁷⁹. Os senhores da Inquisição controlavam totalmente a vida intelectual portuguesa, não só proibindo livros mas também nomeando os lentes e os mestres nas instituições de ensino. Os textos impressos ou manuscritos de apoio às aulas na Universidade passavam igualmente pelo crivo censório. Os índices portugueses de livros proibidos eram os mais volumosos de toda a Europa e, nas suas sucessivas atualizações, o número de títulos crescia substancialmente — o *Index* de 1624 tinha o formato de um verdadeiro missal¹¹⁸⁰. Embora muitos autores reconheçam que a Inquisição travou de alguma forma o progresso da ciência em todos os países onde se estabeleceu, há quem afirme que a sua ação terá sido ainda mais eficaz¹¹⁸¹ em Portugal e Espanha¹¹⁸² por causa das particularidades dos povos ibéricos. É o caso de Sant’Anna Dionísio, que entendia que as características endógenas dos portugueses se projetavam sobre o ambiente inquisitorial, criando uma situação favorável à censura¹¹⁸³.

1178 Era prática comum que as autoridades vasculhassem os barcos que chegavam à barra de Lisboa em busca de livros que deveriam ser examinados pela censura, mesmo que fossem propriedade pessoal dos capitães dos navios. Por esta ou outras razões, alguns estrangeiros contratados pela coroa portuguesa exigiam nos seus contratos que a sua bagagem não fosse fiscalizada quando desembarcassem em Lisboa; v. Rómulo de Carvalho, “O Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, p. 110.

1179 Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 173–185.

1180 Para uma informação detalhada sobre este assunto, consultar Raul Rêgo, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982. Para o conhecimento dos *Index* publicados em vários países (incluindo Portugal e Espanha) e em diversas cidades, ver *Index des Livres Interdits*, dir. J. M. de Bujanda, 9 vols., Centre d’Études de la Renaissance, Éditions de l’Université de Sherbrooke (Canada) e Librairie Droz (Genève), 1985–1994.

1181 Em Espanha, a Inquisição já existia desde 1483. Em comparação com a Inquisição portuguesa, a espanhola esteve envolvida num maior número de casos de censura. Dada ainda a maior dimensão do território espanhol, a sua ação terá sido muito mais eficaz, em termos absolutos, do que a ação da Inquisição portuguesa.

1182 Embora se reconheça que a Inquisição tenha sido mais ativa em Espanha do que em Portugal, há historiadores espanhóis que não lhe atribuem a principal responsabilidade do atraso cultural e científico de Espanha; v. Onésimo Teotónio Almeida, “Sant’Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da ciência em Portugal no Séc. XX*, 3º Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 1722–1723.

1183 Sant’Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da

A atitude censória perante o livro científico parece ter sido distinta consoante o autor apresentasse apenas questões técnicas ou discutisse novas ideias e hipóteses. Quando os assuntos eram puramente técnicos não havia razões para censura, pois não havia matéria contrária às doutrinas da Igreja ou aos direitos do Estado¹¹⁸⁴. A questão da censura colocava-se quando surgiam nesses livros passagens com ideias racionalistas¹¹⁸⁵ ou *libertinas*, como então se designavam, ou ainda com opiniões contrárias às orientações religiosas estabelecidas. O autor, independentemente da obra, podia ser alvo de censura e, neste caso, toda a sua obra era proibida ou então alguns livros eram parcialmente rasurados. O livro de Copérnico, essencialmente técnico, dedicado ao papa Paulo III, só chamou a atenção da censura inquisitorial quando a hipótese matemática do heliocentrismo começou a consolidar-se como hipótese física. O *Diálogo Sobre os Dois Sistemas do Mundo* (1632), de Galileu, defendia claramente a teoria heliocêntrica¹¹⁸⁶, contrária à interpretação oficial da Igreja e, por isso, foi proibido¹¹⁸⁷. Entrou no *Index* romano dos livros interditos cinco meses após ter sido publicado, e apenas foi retirado em 1728!... Garcia de Orta foi condenado, já depois de morto, por judaísmo — os exemplares dos *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*

Seara Nova, 1941, pp. 44, 48, citado em Onésimo Teotónio Almeida, “Sant’Anna Dionísio e a Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, 3º Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 1713–1714.

1184 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 284.

1185 As doutrinas racionalistas e materialistas eram severamente combatidas em Portugal pela censura. Em 1755, por exemplo, decretava-se “que o Livro intitulado: Le Vrai Sens du Systême de la Nature impresso no anno de mil setecentos e setenta e quatro, Author Claudio Adrião Elvecio, seja lacerado, e publicamente queimado com pregão na Praça do Pelourinho pelo executor da Alta Justiça, e que todos os exemplares do sobredito Livro sejam entregues”; v. *Decreto da Censura*, Regia Officina Typografica, 1775. O livro sofreu a pena imposta a 22 de dezembro de 1755, na Praça do Pelourinho em Lisboa. O mesmo castigo tinha sofrido, a 8 de maio de 1772, o livro considerado infame, malicioso, temerário e herético, escrito pelo jesuíta Pe. Malagrita, *Juizo sobre a verdadeira causa do Terramoto que padecco a cidade de Lisboa no dia 1 de novembro de 1775*; v. João Jardim de Vilhena, “História Antiga”, em *Boletim Cultural e Estatístico*, Vol. I, nº 3, julho-setembro 1937, Câmara Municipal de Lisboa, p. 335.

1186 Manuel dos Reis, “Galileu e a astronomia”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XI, nº 1, 1943, Universidade de Coimbra, pp. 111–115.

1187 Durante muito tempo, a Igreja justificou a condenção de Galileu pelo facto de ele não ter sido capaz de comprovar a sua teoria. Por isso não havia razão para abandonar a teoria geocêntrica do Universo, que, por acaso, estava em pleno acordo com a interpretação bíblica; v. Domingos Maurício, “Luz no candelabro — S. Roberto Belarmino, Doutor da Igreja”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIV, 1932, pp. 75–78.

(1563) que se conseguiram reunir foram queimados juntamente com os ossos exumados do autor, durante uma cerimónia pública nas ruas de Goa. Neste caso, a sorte do livro, científico ou não, esteve ligada à sorte do autor — a fogueira.

Em nossos dias, continua a ser muito debatida a responsabilidade da Inquisição no atraso e, em particular, no atraso científico do nosso país. Os que a negam, afirmam que a Inquisição estaria em perfeita harmonia com as tendências gerais da sociedade portuguesa e, portanto, não terá exercido nenhuma influência no estado de decadência nacional — “o Santo Ofício não prejudicou nem a Sciencia nem a nacionalidade”, visto que “nem antes da sua instituição, nem depois da extinção, elas desabrocharam com vigor¹¹⁸⁸”. O filósofo e historiador da cultura José Sebastião da Silva Dias (1916–1994) afirmou que não tinha encontrado, nas suas pesquisas, proibições do Santo Ofício relativas à “impressão ou circulação de livros que versassem as matérias da física ou da história natural, em atenção aos seus conteúdos científicos.” Reconhecia porém que a censura de outras obras ou ideias de um autor punha sob suspeição as respetivas obras científicas bem como os seus leitores¹¹⁸⁹. É inegável que a condenação de algumas obras de Descartes, feita em 1663, bem como de Gassendi, Bacon, Malebranche e muitos outros, nos anos seguintes, dificultaram efetivamente a divulgação dos seus trabalhos puramente científicos. Por volta de 1689, um tal Tomé de Sousa foi denunciado à Inquisição apenas por possuir livros de Descartes¹¹⁹⁰.

O historiador da ciência Henrique Leitão afirma que não existem estudos que demonstrem os efeitos negativos da censura da Inquisição sobre a literatura científica em Portugal.¹¹⁹¹ Segundo este autor, são praticamente inexistentes as notícias de confiscos de livros

1188 Pedro A. d’Azevedo, “Os familiares do Santo Ofício em Vila Real”, em *Arquivo Historico Portuguez*, 2ª ed. fac-similada, Vol. IX, Câmara Municipal de Santarém, 2001, p. 45.

1189 J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Universidade de Coimbra, 1973, p. 347.

1190 Manuel Moraes, *Cartesianismo em Portugal — António Cordeiro*, Braga, 1966, p.70.

1191 No século XVI ter-se-ão impresso em Portugal 900 volumes, dos quais apenas 46 eram de ciências naturais e exatas; v. José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 70.

científicos, sendo mesmo de admitir que não houve da parte dos censores portugueses nenhuma preocupação particular contra as obras científicas¹¹⁹². Excetuavam-se, naturalmente, os livros de astrologia judiciária ou predicativa¹¹⁹³, que tinham sido objeto de uma condenação especial por parte da Igreja, e os livros da autoria de renegados ou que tocassem, mesmo que levemente, assuntos política ou moralmente sensíveis. As *Centúrias*, de João Rodrigues de Castelo Branco, conhecido como Amato Lusitano, estiveram no *Index* dos livros proibidos porque o seu autor era um judeu confesso e porque os assuntos do sexo eram abordados em termos que colidiam com as preconceitos católicos¹¹⁹⁴. Aparentemente, alguns dos livros científicos nem sequer passaram pelo processo de censura habitual dos três tribunais: o Conselho Geral da Santa Inquisição, o Ordinário da Diocese e o Desembargo do Paço. Foi o caso do *Tratado da Arte de Arismetica* de Bento Fernandes, que foi revisto pelo corregedor da comarca do Porto por alvará de D. João III, um procedimento considerado único¹¹⁹⁵. No período da Mesa Censória, alguns livros científicos, como a *Geographie Moderne*, do Abbé de Nicolle de la Croix, foram suprimidos apenas porque manifestavam opiniões que punham em causa o poder absoluto dos soberanos portugueses¹¹⁹⁶.

O número limitado de casos de censura efetiva aos livros científicos não parece ser uma sólida justificação para se poder afirmar que a Inquisição não tenha influenciado o normal desenvolvimento da ciência. Efetivamente, os poucos casos de censura sobre livros científicos — muito mediatizados na época — desencorajaram numerosos autores a publicar as suas ideias científicas mais inovadoras. Descartes foi um deles. Perante a condenação de Galileu¹¹⁹⁷

1192 Henrique Leitão, *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 2004, pp. 45–51.

1193 *Idem*, *ibidem*.

1194 Fernando Paulouro Neves, “Censura & Censuras: Um Universo Castrador”, em *Medicina na Beira Interior: da Pré-História ao século XX*, Cadernos de Cultura, nº 8, outubro 1994, Castelo Branco, p. 73.

1195 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 75–76.

1196 *Idem*, p. 203.

1197 O padre jesuíta Domingos Maurício afirmou que, “por infelicidade, as precipitações e intemperân-

e o receio de ser molestado pela Inquisição, decidiu não publicar a obra *O Mundo ou Tratado da Luz*, terminada em 1632 ou 1633. Em sua substituição, publicou, em 1637, o pequeno tratado *Discurso Sobre o Método, contendo A Dióptrica, Os Meteoros e A Geometria*. A sua prolongada e semiclandestina estadia na Holanda, entre 1628 e 1649, não foi provavelmente alheia ao temor que a Inquisição lhe inspirava. Descartes não foi certamente um caso único. Cruz Malpique sugeriu que, por medo da Inquisição, Camões teria usado nos Lusíadas a velha concepção cosmológica ptolomaica em vez da nova teoria copernicana¹¹⁹⁸.

A censura¹¹⁹⁹ — realizada em Portugal pelo Santo Ofício, o Ordinário¹²⁰⁰ e o Desembargo do Paço, posteriormente, pela Real Mesa Censória¹²⁰¹ e pela Real Mesa da Comissão Geral e, a partir de 1794, de novo pela Inquisição, Ordinário e Desembargo do Paço¹²⁰²

cias de Galileu, ao passar do campo da observação e da matemática para o da fé e da exegese bíblica, onde, naturalmente, a autoridade do grande físico era nula, comprometeram a causa da ciência e da ortodoxia”; v. Domingos Maurício, “Os Jesuítas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII: III. Os manualistas — Baltazar do Amaral — Baltazar Teles”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, p. 404. De acordo com a opinião de outro jesuíta, só à imprudência teológica de Galileu se deveria atribuir a sua lamentável condenação; v. A. Rocha, “O centenário de Galileu”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 593–602.

1198 Cruz Malpique, “Porque teria Camões seguido o sistema astronómico de Ptolomeu, e não o de Copérnico”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 309, março 1973, pp. 296–302.

1199 Sobre a censura nos séculos XVII e XVIII, ver Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005. Sobre a censura dos folhetos informativos e dos periódicos, ver José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2013, pp. 241–263.

1200 A censura do Ordinário da Diocese, ou episcopal, foi solicitada ao Papa Gregório XI pelo rei D. Fernando.

1201 A Real Mesa Censória foi criada em 1768 (Lei de 4 de abril de 1768) pelo Marquês de Pombal, sendo extinta a 21 de junho de 1787 e substituída pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, por decreto de D. Maria I. A Mesa tinha jurisdição “privativa e exclusiva a respeito do exame, aprovação e separação dos livros e papeis já introduzidos e que se houverem de introduzir, compôr e imprimir em Portugal e seus domínios”; v. *Anuário da Academia Polytechnica do Porto, Anno Lectivo de 1883–1884*, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, Porto, 1884, p. 43. A sua ação incidia não só sobre questões de fé, teologia, moral e bons costumes, mas também sobre questões políticas. Os autores jesuítas foram especialmente visados, como se demonstra na lista de livros publicada no Edital da Mesa Censória de 12 de dezembro de 1771, assinada, em nome de El-Rei D. José, pelo Bispo de Beja, Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, um ano antes da publicação do *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra* (1772); v. *Edital da Real Meza Censoria*, 12 dezembro 1771, Regia Officina Typographica. Os filósofos racionalistas franceses que punham em causa o poder absoluto dos reis foram também alvos preferidos da Mesa; v. José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 97–234.

1202 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926.

— poderá não ter sido muito rigorosa, eficaz¹²⁰³ ou prejudicial aos livros científicos, mas, pelas razões acima apontadas, o seu impacto sobre o desenvolvimento científico não pode ser menosprezado. Correia da Serra¹²⁰⁴ classificou o período de 1521 a 1750, anterior à intervenção da Real Mesa Censória, como “um estado de ignorância e subserviência sem igual”, em que a “oposição à novidade era necessária para preservar a ordem e a moral públicas¹²⁰⁵”. Cavaleiro de Oliveira, queimado em efígie *in absentia* pela Inquisição¹²⁰⁶, afirmava que, em Portugal, por falta de liberdade, se vivia na ignorância sem a conhecer¹²⁰⁷. A ciência moderna lidava com novidades e, por isso, foi necessariamente prejudicada por este ambiente conservador e estéril.

Considera-se que a Inquisição¹²⁰⁸ espanhola foi, em geral, bastante mais eficaz do que a portuguesa na luta contra as heresias e os livros¹²⁰⁹. No que respeita à censura de livros científicos, atuava particularmente sobre os de astrologia e alquimia devido à ligação destas “ciências” com a superstição¹²¹⁰, mas também operava sobre

1203 Havia inúmeros estratagemas para fugir ao exame censório dos livros importados, recorrendo-se, designadamente, ao contrabando; v. Cristina Maia, *A Livraria da Congregação do Oratório do Porto (1765)*, Bibliotheca Portucalensis, II Série, 11–12, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, pp. 79–80.

1204 “A Academia das Ciências inaugurou o seu novo ano de atividade com uma sessão consagrada ao Abade Correia da Serra”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 59, 30 novembro 1952, p. 10; Léon Bourdon, “José Corrêa da Serra Ambassadeur de Portugal à Washington (116-1820)”, em *Bulletin des Études Portugaises et Bresiliennes*, Nova Série, tomos 33 e 34, 1972-1973, pp. 47-204. Vários trabalhos biográficos foram escritos ao longo dos tempos sobre Correia da Serra; v. Júlio Henriques, *Correia da Serra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923; Richard Beale Davis, *The Abbé Corrêa in America, 1812–1820*, Gávea-Brown, Providence, Rhode Island, 1993; Ana Simões, Maria Paula Diogo, Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo: Uma Biografia Científica do Abade Correia da Serra*, Porto Editora, Porto, 2006.

1205 *Idem*.

1206 A resposta de Cavaleiro de Oliveira a esta condenação pode ler-se em Francisco Xavier de Oliveira [Cavaleiro de Oliveira], *Opúsculos contra o Santo-Ofício*, pub. e pref. de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra, 1942.

1207 Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 30.

1208 A Inquisição foi instalada em Espanha em 1483, muito mais cedo do que em Portugal, mas a sua decadência começou igualmente mais cedo, no princípio do século XVII.

1209 Em Espanha, a censura prévia pela Inquisição iniciou-se em 1558; o índice de Valdés com os livros proibidos saiu a público em 1559. “A partir de então as bibliotecas viram-se submetidas a um processo de depuração implacável, que marcou o início da decadência das principais instituições universitárias do país”; v. Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 36.

1210 Henry Kamen, *The Spanish Inquisition, a historical revision*, The Folio Society, London, 1998, p. 138.

os de magia e história natural. Os livros de matemática, história e geografia eram poupados à ação censória. Houve proibições parciais ou totais de obras de autores tão diversos como Arnau de Vilanova, alquimista, astrólogo e médico do século XIII; Huarte de San Juan, médico e psicólogo do século XVI; Paracelso, Cardano e Giambattista della Porta¹²¹¹. Curiosamente, a obra *De Revolutionibus*, de Copérnico, não constou inicialmente nos índices espanhóis. O famoso *Index* de Quiroga, de 1583, teve um impacto insignificante no acesso aos livros científicos, e os livros de Galileu nunca foram colocados na lista de livros interditos¹²¹². O *Index* de 1640 foi também bastante tolerante para com a ciência moderna. Embora Johannes Kepler e Tycho Brahe fossem considerados heréticos e por isso “autores danados”, os seus trabalhos eram autorizados com expurgações mínimas. As obras de outros autores proibidos nem sequer foram rasuradas¹²¹³.

Entre 1582 e 1612, a Inquisição espanhola entrou na sua fase decadente, exatamente na altura em que a ciência moderna começava a despontar. Por isso, há quem pense que foi limitado o papel da Inquisição no atraso científico espanhol, não só porque os livros científicos eram bastante tolerados em geral¹²¹⁴ mas também porque a sua ação ocorreu fundamentalmente até meados do século XVII. Apesar da aparente reduzida pressão da censura durante a maior parte do século XVII, o atraso científico espanhol durou até às primeiras décadas do século XVIII¹²¹⁵, iniciando a sua reversão apenas um pouco mais cedo do que em Portugal. Com as reformas de Carlos III, a censura dos livros limitava-se a questões de fé, moral, heresia e apostasia, não podendo nenhum autor católico ser condenado sem ter

1211 Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 36.

1212 Henry Kamen, *The Spanish Inquisition, a historical revision*, The Folio Society, London, 1998, p. 138.

1213 *Idem*, p. 120.

1214 *Idem*, pp. 138–139.

1215 José Pardo Tomas, *Ciencia y Censura: La Inquisición Española y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*, Estudios sobre la Ciencia, 13, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1991; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 182–183.

sido antes escutado¹²¹⁶. Estes factos constituem um argumento para os que defendem que a Inquisição teve um papel inócuo no atraso científico de Espanha, e também de Portugal, mas é preciso não esquecer que os condicionalismos adversos e respetivas consequências poderão ter perdurado, pelo menos, durante uma ou duas gerações. Não seria de esperar que uma sociedade seiscentista rígida na sua estrutura e mentalidade se tornasse em poucas décadas uma sociedade moderna, aberta às novidades e mudanças que a ciência moderna trazia.

Além de tudo isto, nos países ibéricos subsistiram durante demasiado tempo a ausência de liberdade e um total desinteresse e desprezo pela ciência por parte das instituições. A impossibilidade de discutir o conteúdo dos livros de forma livre, bem como o desinteresse do poder político e religioso em criar e proteger academias onde se promovesse o estudo da ciência moderna terão sido mais influentes do que as limitações diretamente impostas pela censura inquisitorial¹²¹⁷. As grandes preocupações do poder em Portugal e Espanha centravam-se na manutenção da unidade do império através da religião¹²¹⁸, e tudo o que se desviasse desse propósito era desvalorizado e, muitas vezes, rejeitado.

Em conclusão, a Inquisição poderá não ter criado dificuldades diretas ao avanço da ciência nos países ibéricos. No entanto, o ambiente de repressão que ajudou a criar e manter, dificultou o desenvolvimento do pensamento criador e a circulação das novas ideias, impedindo assim que portugueses e espanhóis contribuíssem para o progresso científico europeu. É sintomático que, em meados do século XIX, quando já estava instalado em Portugal o Estado liberal, ainda se defendesse na Universidade de Coimbra a proscrição dos mesmos compêndios que a Igreja proibia¹²¹⁹.

1216 John Lynch, *El Siglo de las Reformas: la Ilustración*, Historia de España, El País, S. L., Madrid, 2007, p. 131.

1217 A biblioteca de José António de Salas, cavaleiro da Ordem de Calatrava, vendida após a sua morte em 1651, possuía 2 424 volumes, dos quais 250 eram livros proibidos. Embora fosse um crime punido com pena de morte, a posse ilegal de livros proibidos era comum em Espanha (tal como em Portugal e noutros países) entre bibliófilos e livreiros; v. Henry Kamen, *The Spanish Inquisition, a historical revision*, The Folio Society, Londres, 1998, pp. 123–125, 137.

1218 Josep Lluís Barona, “Fuga de Cerebros, Que inventen ellos... pero com los nuestros”, em *Muy Especial*, nº 53, verão 2001, p. 36.

1219 A. Forjaz, “Ao Catholico”, em *O Instituto, jornal científico e litterario*, Vol. I, 1853, pp. 212–213.

Má Fama da Ciência e dos Cientistas

Num ambiente de pouca cultura e profunda religiosidade, o filósofo natural — antepassado do cientista atual, que tentava explicar os fenómenos da natureza por meio de causas naturais — foi sempre mal visto e pior compreendido pelo povo e pelas autoridades religiosas. A sociedade romana era pouco dada ao exercício intelectual e por isso desconsiderava os filósofos, valorizando os homens de ação¹²²⁰. A este respeito, Adolfo Coelho escreveu o seguinte¹²²¹:

Ao que havia de fundamentalmente característico no velho espírito romano devia repugnar a especulação philosophica: esta afigurava-se-lhe em grande parte como cousa vazia, objeto proprio de gente desoccupada, materia de vãs disputas, inutil portanto, mas, o que peor era, perigosa para os mais altos interesses do estado, entre os quaes se achava a religião, abertamente atacada por algumas escolas philosophicas, e mais ou menos em opposição com as outras. Os philosophos eram alvo de desprezo popular. Cotejava-se a pratica da sua vida, muitas vezes gravemente impropria de quem se apresentava revestido de tal nome e do habito peculiar, com as doutrinas moraes que ensinavam. Não lhes valia a tolerancia dalgum proverbio como o nosso: Bem o prega Fr. Thomás: — todos façam o que ele diz; — ninguem faça o que ele faz.

De acordo com a tradição cristã, Deus teria disponibilizado ao homem todo o conhecimento contido nos livros sagrados, e se mais lhe não proporcionara era porque o considerava desnecessário. Tentar saber demais não era, portanto, uma atitude que agradasse à vontade divina. Ao tentar desvendar os segredos da natureza, o filósofo punha

1220 “Princípio Romano da ignorância como digna de homens Livres, a cultura das Sciencias como só propria dos Escravos” em 2º Visconde de Santarem, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, pp. 194–195.

1221 F. Adolpho Coelho, “O Plano da Instrução Geral na Roma Antiga”, em *O Instituto, revista scientifica e litteraria*, Vol. 51º, 1904, p. 582.

em perigo a salvação da sua alma. A seguinte história, relatada por Fr. Manuel da Mealhada, enquadra-se neste ambiente cultural¹²²²:

Morreo em Pariz hum Cathedratico, na estimação de todos, homem de virtude grande. Fez-se-lhe no dia seguinte o officio de corpo presente, com assistencia de toda a Universidade, e cantadas as palavras da lição *Responde mihi, quantas habeo iniquitates*¹²²³, levantou o morto a cabeça, e com espanto, e horror de todos, disse: *Por justo juizo de Deos estou condemnado*, e se tornou a reclinar: o mesmo aconteceo successivamente nos dous dias seguintes, à vista de que, o julgarão por indigno de sepultura Ecclesiastica.

A história não desvenda a causa da condenação eterna do ilustre catedrático, mas leva-nos a supor que tivesse sido a ousadia de indagar segredos que só a Deus pertenciam. Alexandre Herculano sintetizou muito bem o ambiente cultural dominado durante séculos pela religião¹²²⁴:

A idéa religiosa formulava-se em tudo, na guerra, na vida civil, nos affectos do coração, nas artes, na litteratura, na sciencia, e quando uma idéa domina assim a sociedade, converte-se em prisma através da qual as cousas se illuminam com as côres que elle lhes transmite.

As novas ciências da física experimental e da química seriam extensões diretas das velhas práticas da magia natural e da alquimia, que tinham supostas conexões à magia negra praticada pelos feiticeiros¹²²⁵. A botânica, fornecedora de medicamentos e drogas, e as ciências médicas teriam ligações evidentes à velha medicina

1222 Fr. Manuel da Mealhada, *Promptuario Historico*, Parte IV, Officina de Luis Secco Ferreira, Coimbra, 1762, pp.137–138.

1223 Frase que se pode traduzir por: *Responde-me, quantas iniquidades cometi*.

1224 A. Herculano, *Eu e o Clero, carta ao Em.^{mo} Cardeal-Patriarca*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850, p. 12.

1225 Dizia-se que os feiticeiros não hesitavam em vender a alma ao diabo em troca dos poderes mágicos. Por causa deste incrível ato, eram perseguidos e condenados sem piedade pelas autoridades eclesiásticas e inquisitoriais.

praticada pelos judeus que tinham crucificado Cristo. A astronomia era a base da astrologia judiciária. Durante o século XVII, difundiu-se a ideia de que a ciência moderna era obra de países protestantes e hereges e, por isso, nunca poderia ser uma dádiva celeste. Com todos estes antecedentes pouco recomendáveis, a ciência não podia ser uma atividade virtuosa que agradasse ao Criador — portanto, não devia merecer a atenção, e muito menos o entusiasmo, de um bom cristão. Se alguns padres a estudavam, era mais para poderem refutá-la com bons e piedosos argumentos do que para promoverem efetivamente o seu desenvolvimento¹²²⁶. Numa carta ao amigo Aarão Monceca, Jacob Brito descreve o ambiente cultural setecentista que encontrou em Lisboa no reinado de D. João V¹²²⁷:

Portugal proporciona a um filósofo poucos elementos que lhe aperfeiçoem os conhecimentos. Aqui, ignora-se completamente aquilo a que se chama a boa filosofia. Neste país, Aristóteles, ou melhor, os seus comentadores, estão encarregados de combater o bom senso e as Luzes Naturais. Descartes e Newton são tidos por emissários do Diabo e as suas obras são consideradas como criações infernais, ou pouco menos. Talvez existam alguns particulares que leiam os escritos destes filósofos, mas serão em pequeno número, e os frades excomungam-nos.

Com estas tradições históricas tão enraizadas na cultura nacional, não admira que os cientistas portugueses não tivessem obtido, durante a primeira parte do século XIX — ao contrário do que se passava no estrangeiro —, o estatuto social que a sua atividade merecia. Só em 1887 se erigiu a primeira estátua a um cientista em Portugal — a de Brotero¹²²⁸. “A Corte, algumas agremiações científicas, quase todo o

1226 De acordo com uma teoria conspirativa, os jesuítas estudavam e praticavam a ciência moderna para melhor a conhecerem e poderem travar eficazmente o seu desenvolvimento.

1227 Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, M.E.I.C., Lisboa, 1977, pp. 81–82.

1228 João Pereira Dias, “A estátua de Brotero, por Soares dos Reis”, em *Museu*, Vol. III, nº 6, junho 1944, pp. 45–66.

professorado do ensino superior e secundário, e ainda alguns particulares concorreram para a subscrição¹²²⁹”. A estátua, da autoria de Soares dos Reis (1847–1889)¹²³⁰, foi colocada num pedestal do arquiteto Thomaz Augusto Soller em frente da porta principal do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Se fosse um militar de mérito relativo semelhante, muito provavelmente teria ocupado um espaço nobre, numa das principais praças de Lisboa!...

De acordo com a análise poética de Augusto de Castro, no final do século XIX o português via ainda o progresso, trazido pela ciência e pela técnica, como “um sujeito enluvado, cerimonioso, grave, d’olhos esfumados e pernas rachíticas. Cumprimenta-o de longe rudemente com um aceno de mão — mas não gosta de o ver em casa, porque não sabe das cerimónias do mundo¹²³¹”. E assim continua o autor¹²³²:

Ele bem tem ouvido dizer que o senhor Progresso enfeita a casa, aromatisa o lar, enfofa os colchoens, revolve a terra mais fundo, faz a vida mais macia, menos custosa. Pois sim! Mas para tudo isso ser-lhe-ia preciso rasgar as paredes á casa, cortar o cabelo ás florestas e enfumar o diáfano da sua paisagem, viva, assolhada. Tem tido algumas vezes tentaçõens de abrir a porta ao desconhecido sujeito. Mas depois pensa melhor — vem a noite, os sobressaltos do luar e o moreno portuguez deixa-se ir na levada dos seus sonhos, na toada triste das suas águas...

No século XX, a atividade científica continuou a merecer a indiferença da sociedade portuguesa. Em 1923, o ilustre médico Ricardo Jorge lamentava-se desta forma¹²³³:

1229 João Pereira Dias, “Iconografia broteriana”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XIV, 1945, Universidade de Coimbra, pp. 214–215.

1230 Joaquim Lopes, “Soares dos Reis — 1847–1889”, em *O Tripeiro*, Ano I, nº 10, fevereiro 1946, pp. 217–220; Ramiro Mourão, “Soares dos Reis — A propósito de uma data histórica para a Arte Portuguesa”, em *O Tripeiro*, Ano I, nº 10, fevereiro 1946, pp. 228–229; Flávio Gonçalves, “Soares dos Reis e a arte medieval”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 7, novembro 1953, pp. 203–206.

1231 Augusto de Castro, *Religião do Sol*, F. França Amado — Editor, Coimbra, 1900, p. 15.

1232 *Idem*, pp. 16–17.

1233 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, pp. 98–99.

Sciencia e sábios não são bem olhados e muito menos apreciados, como se estivéramos numa perenne Beocia. [...] Um escritor da primeira Academia notava amargamente que o português professa natural desprezo pelos intelectuais; apenas liga valor aos advogados e aos médicos, porque precisa deles para as suas causas e para as suas moléstias o *propter necessitatem* do *Ecclésiastes*. [...] O mesmo povo olha desconfiado para a gente do livro e do saber — que o testemunhem os proverbios sarcásticos: «tanto leu que tresleu», «um burro carregado de livros é um doutor». Massa por índole avessa á ilustração e á cultura: e agora mais, que o encarniçamento do interesse desmoralizou e dementou, agora que tudo é presa da rapacidade dos salários e da rapacidade dos lucros.

Ricardo Jorge generalizava os problemas que afetavam a ciência e toda a atividade intelectual, pondo já em evidência o agente valorizador de qualquer atividade — o lucro. Em 1931, Joaquim Alberto Pires de Lima¹²³⁴ (1877–1951) (Fig. 35) referia o pouco apreço que em Portugal se dava aos homens da ciência ao afirmar que “em geral, a ciência caminha muito lentamente, à custa da paciente atividade dos homens de laboratório que, em toda a parte, menos no nosso país, são acarinhados e cerceados de um ambiente de conforto material e moral, que contribui para facilitar a fecundidade científica¹²³⁵”. Em 1938, depois de referir a má imagem dos intelectuais e artistas em Portugal, Abel Salazar descrevia a situação social dos cientistas e a opinião que deles fazia a classe burguesa¹²³⁶:

O chamado homem de ciência, o “rato de laboratório”, é por seu turno um pária. Emquanto o médico, o cirurgião, se aburguesaram, e cada vez mais se foram encastoando nas

1234 Em 1932, este professor era caricaturado no jornal humorístico portuense *Maria Rita*, com a seguinte legenda: “Anatomopatologista distinto, Prof. da Faculdade de Medicina, colecionador de varios abortos, alguns dos quais são já hoje seus colegas de cátedra”; v. “Dr. Pires de Lima”, em *Maria Rita*, Ano I, nº 34, 10 dezembro 1932, Porto, p. 5.

1235 *Homenagem à memória do Prof. J.A. Pires de Lima*, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1952, pp. 39–40.

1236 Abel Salazar, *Paris em 1934*, 2ª ed., Editorial Nobel, Coimbra, 1943, p. 263.



Fig. 35 Joaquim Alberto Pires de Lima (*Maria Rita*, 10 dezembro 1932).

classes ricas, de que são lacaios, o homem de ciência vive como um proletário, tácitamente desdenhado pela gente burguesa, que não sabe ao certo o que estes senhores fazem e que deles desconfiam um pouco, como coisa de bruxedo.

Em 1958, Eurico da Fonseca, denunciava a continuação de um velho preconceito cultural contra a ciência e a técnica¹²³⁷:

Existe entre nós um preconceito contra as coisas da Ciência e da técnica, tidas por materialistas e desinteressantes num mundo que diz ser espiritual e ansioso por libertar-se cada vez mais da forma, para deixar voar as ideias. Esse preconceito vem de longe, do tempo das «gentes mecânicas» e da cultura de salão, em que se tinha como expressão máxima da elevação dita espiritual um vilancete bem rimado e inspirado, e continua nos nossos dias, a convencer a mocidade de que o acto mais admirável que pode produzir é a publicação de um livro de versos que ninguém entende ou a exposição de meia dúzia de quadros que ninguém compreende.

Reconhecia que, apesar de tudo, “a Ciência e Técnica estão a ser admitidas na Cultura, porém como um mal necessário”.¹²³⁸

De acordo com um editorial do jornal *Universo, ciência e técnica*, de 1964, dirigido por José Reis Jr., a causa principal para a imagem negativa da ciência e dos cientistas em Portugal era a falta de educação científica da população¹²³⁹:

É evidente a necessidade de uma universalização da educação científica e tecnológica. Porque a causa maior da incompreensão da ciência e do cientista por parte do público e do intelectual está, sem dúvida, nos sistemas de educação deficientes, que favorecem a oposição entre aquilo a que se

1237 “Uma entrevista com Eurico Fonseca”, em *Actualidades Técnicas*, dir. Armino Varela, Ano I, nº 1, janeiro 1958, Soc. Gráfica Ocidental Lda., Lisboa, p. 34.

1238 *Idem, Ibidem.*

1239 “A ciência e o mundo contemporâneo”, em *Universo, ciência e técnica*, Ano I, junho 1964, p. 1.

chama «cultura» e o conhecimento científico e tecnológico, dissociando assim a tecnologia da vida do espírito, em vez de proporcionar uma visão englobante da existência, indispensável à era atômica.

Para esta má imagem terão contribuído pessoas ignorantes ou de má fé, mas também pessoas desonestas ligadas à ciência. O título de “eminente cientista” é muitas vezes conferido a homens que não realizaram qualquer trabalho científico importante, mas que, por qualquer outro motivo, chamam a atenção dos meios de comunicação social. Constatando o logro, a opinião pública reage generalizando a sua desconfiança à ciência e a todos os seus agentes. É um fenómeno atual causado pela pressão mediática, mas que ocorria já há muitas décadas em Portugal. Em 1939, Celestino da Costa denunciava a existência de portugueses que se intitulavam cientistas sem realmente merecerem essa designação¹²⁴⁰:

No nosso país tem-se visto aparecer com o rótulo de homens de ciência pessoas que a não fazem, embora dela conheçam o que se pode aprender pela leitura, e denominar investigação tímidos exercícios que em qualquer parte só se veriam praticados por principiantes mas que de forma alguma se publicariam.

Em 1941, este médico e investigador defendia o intercâmbio científico com o estrangeiro como meio de desenvolver a ciência nacional e descreveu as condições para que esse intercâmbio fosse frutuoso, isto é, para que os investigadores portugueses estivessem em condições de dialogar com investigadores estrangeiros¹²⁴¹. “Portugal deve fazer-se representar em Congressos científicos estrangeiros sempre que tenha quem e que enviar¹²⁴²”. O mesmo princípio se deveria aplicar à organização de congressos internacionais no país... No entanto, havia alguns “cientistas” portugueses que não ligavam a estes princípios de bom senso, ousando fazer figura entre colegas estrangeiros, como é o caso

1240 A. Celestino da Costa, *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, 1939, p. 51.

1241 A. Celestino da Costa, “Intercâmbio Científico”, em *Resumo de Relatórios, Sessões Plenárias, I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa, 1941, pp. 58–62.

1242 *Idem*, p. 59.

da interessante história relatada por José Antunes Serra e passada na década de 1950¹²⁴³:

Um professor universitário português meteu-se a organizar no nosso país um congresso internacional de determinada especialidade que ele nominalmente regia. O decano dos professores alemães que vinham ao congresso, bom cientista, para ser amável ao nosso país e pessoalmente ao organizador do congresso, pediu a um seu antigo discípulo português que lhe enviasse trabalhos do professor que organizava o congresso, a fim de a eles se referir numa saudação. Após longa demora, o discípulo português enviou-lhe duas publicações, que o professor alemão mandou traduzir, mas que não versavam a ciência em questão. Passados mais alguns dias, porém novamente o discípulo lhe escreve a dizer que se tinha enganado: os trabalhos eram do falecido pai do organizador do congresso, com o mesmo nome deste, pois do organizador propriamente, nada descobrira que lhe pudesse enviar. O decano dos professores alemães ficou verdadeiramente admirado e irónicamente comentou o facto para um nosso compatriota, cientista então na Alemanha, a quem pedira lhe traduzisse os trabalhos: «Admirável terra! Onde dois trabalhos bastam para duas gerações de professores»... O nosso compatriota que isto ouviu ficou corrido de vergonha com tal amostra de insuficiência pátria neste domínio e principalmente com a falta de sentido de responsabilidade que representa o convocar-se um congresso desta natureza para onde se não estava trabalhando activamente nesse ramo e onde não havia trabalho digno de mostrar ao mundo de cientistas que aí acorreriam. E para mortificação do nosso compatriota, que bem sentia infelizmente a justeza da frase, o professor não deixava, quando o encontrava, de irónica e amigavelmente lhe lembrar a história e repetir a frase.

1243 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nivel de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 61, nota 2.

Nesta época ainda prevalecia a ideia de que o “lente” universitário prestigiava a sua universidade mais pelo estatuto social que possuía — geralmente abonado por títulos nobiliárquicos, militares ou políticos — do que pela ação científica ou cultural que realizava. “Os lentes tinham mais referências bancárias e partidárias do que referências em obras culturais¹²⁴⁴”, ou científicas.

A partir de certa altura, o prestígio social e profissional do professor universitário começou a melhorar¹²⁴⁵, ao ponto de Francisco Pereira de Moura ter afirmado, em 1958, que “o professor universitário, como o magistrado, o médico e, mais recentemente, o técnico superior ainda são para o português médio a encarnação do vértice da pirâmide social¹²⁴⁶”. Presentemente, a carreira de um professor universitário é exigente; a competência é o único critério que o sistema consagra na contratação e na promoção dos professores universitários; o reconhecimento internacional do seu trabalho é um fator fundamental para a sua avaliação. Não há, por isso, razão para que a sua imagem em termos profissionais e sociais não possa ser senão boa.

Nos séculos XIX e XX, a ciência conquistou prestígio em todo o mundo. O qualificativo “científico” começou, por isso, a ser utilizado de forma indevida para classificar atividades que nada têm de científicas como, por exemplo, o “espiritismo científico.” O público confia em notícias que estejam culturalmente enquadradas, que sejam agradáveis, espetáveis e, principalmente, se forem fundamentadas na ciência. Sabendo isto, os propagandistas e vilões usam fraudulentamente a ciência para impressionar o povo menos instruído e obter os mais variados benefícios pessoais¹²⁴⁷. Em 1949, José Bacelar chamava “vendilhões” aos usurpadores que se tinham instalado no “templo da ciência”¹²⁴⁸:

1244 *Idem*, p. 18.

1245 Em 1898, era notícia nos jornais portugueses a chegada ao Porto de dois lentes de Coimbra, Bernardino Machado e Henrique Teixeira Bastos, bem como da atriz Lucinda do Carmo, que vinham passar férias na praia de Leça!... V. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 4, agosto 1948, p. 93. Em junho de 1902, noticiava-se que D. Etelvina Marques Mendes Corrêa, esposa do dr. A. Mendes Corrêa, ilustre professor da Academia Politécnica do Porto, partia para Vagos “em goso de férias”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VIII, nº 2, junho 1952, p. 62.

1246 Francisco Pereira de Moura, *Actividade Económica, em Portugal: oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, Lisboa, 1958, p. 181.

1247 C.D. Darlington, *The Conflict of Science and Society*, Conway Memorial Lecture, Watts & Co., Londres, 1948, pp. 42–43.

1248 José Bacelar, “Notas Prévias: Os vendilhões no templo da ciência”, em *Scara Nova*, Ano XXVIII, nº 1134, 1 outubro 1949, p. 175.

E hoje é por todos os lados que se topa com o adjectivo e com o advérbio, com o «científico» e com o «cientificamente», empregados, para apoiar e justificar as mais inadmissíveis asserções, por aqueles aos quais tantas vezes falta até o mais corriqueiro dos bons-sensos. Estes são os vendilhões do templo da ciência: aqueles que com ela mercadejam, tantas e tantas vezes — como não é senão muito frequente em comércio — sem sequer saberem ao certo qual a natureza do artigo que apregoam clamorosamente.

Tais casos continuam a acontecer. Compete aos cientistas expulsar esses vendilhões para que o “templo da ciência” se não transforme num “bazar turco”, onde tudo o que reluz é ouro e se fazem as mais especulativas transações.

Falta de Tradição Científica, Desinteresse pela Ciência e Entraves da Burocracia

Se bem que a tradição científica seja importante, ela não é imprescindível para o desenvolvimento da ciência. São bem conhecidos os casos de países sem tradição científica que, em poucas décadas, se tornaram cientificamente desenvolvidos: os EUA, o Japão, a Coreia e, mais recentemente, a Finlândia, a Irlanda ou a China. Não será, pois, a falta dessa tradição que justifica por si só o insucesso da ciência moderna em Portugal¹²⁴⁹. Houve em Portugal momentos favoráveis ao estabelecimento e consolidação dessa tradição mas, por variadíssimas razões, tal não se concretizou.

Nas cortes de D. João III e D. João V cultivou-se algum iluminismo importado, mas a Inquisição e o fanatismo religioso organizado impediram que se difundisse e prosperasse. A Reforma Pombalina de 1772 constituiu uma rutura com o passado, deu ao país uma grande oportunidade de abertura à ciência¹²⁵⁰ e valorizou o estudo e o trabalho na Universidade¹²⁵¹:

1249 O relativo sucesso científico que presentemente se atribui a Portugal e que é ainda necessário consolidar deve-se a um esforço político concertado de apenas três décadas!

1250 William J. Simon, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783–1808)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1983.

1251 David de Castro, “Marquês de Pombal”, em *Gazeta Illustrada: O Atheneu*, nº 19 março 5, 1881, pp. 147–148.

Até então, havia só quatro meses de estudo, o resto do anno era feriado! D'ali em diante as férias durariam só dous meses; os estudantes frequentariam regularmente as suas aulas; enfim, uma tão sabia e severa reforma, que, de cinco mil estudantes ociosos, que até ali cursavam, como queriam, apenas se sujeitaram seiscentos, tal era o desleixo em que tudo se achava.

Se esta Reforma tivesse sido bem sucedida na sua totalidade¹²⁵², Portugal poderia estar hoje no topo da lista dos países cientificamente mais desenvolvidos. Porém, a Reforma serviu apenas para aliviar o peso da tradição escolástica, não tendo conseguido estabelecer uma atividade científica sustentada. Nos Estatutos de 1772, recomendava-se que no texto das lições fossem “inscritos sem demora todos e quaisquer descobrimentos scientificos” que aparecessem, e que se variassem “constantemente os textos, escolhendo os melhores nacionais ou estrangeiros. Ordenava-se ainda a criação de uma Congregação de Ciências Naturais “encarregada de velar e trabalhar continuamente no aperfeiçoamento destas sciências¹²⁵³”. Paradoxalmente, porém, lembrava-se-se que o lente tinha a obrigação de confrontar as novas teorias científicas com a doutrina revelada — “só achando-as a ella conformes” o lente “se dará por seguro¹²⁵⁴”:

A Revelação será a bussola, que o guia, e a rémora, que contenha o seu entendimento, para não tropeçar, e cair no precipicio de algum erro. A perfeita harmonia, e concordia da Razão com a Fé, será o único fiador da exactidão do seu cálculo; da boa combinação das suas idéas; e será o único criterio da verdade, e do acerto.

1252 Embora a Reforma Pombalina tivesse conseguido alterar os conteúdos dos programas dos ensinos secundário e universitário, ela não conseguiu, porém, modificar a mentalidade dos professores. O esforço de um punhado de homens esclarecidos não foi suficiente para tornar completamente eficaz a Reforma Pombalina. Após a queda do Marquês, surgiu um movimento reacionário para repor os antigos métodos e conteúdos educativos embora, felizmente, sem grande sucesso.

1253 F.M. da Costa Lobo, “A astronomia em Portugal na actualidade”, discurso inaugural do Congresso, em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª Série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 5, 1925, p. 558.

1254 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livro II, II Centenário da Reforma Pombalina, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1972, p. 330.

Permaneciam assim alguns resíduos da mentalidade da velha Universidade... mas havia muita coisa nova a transmitir aos alunos que não vinha nas sagradas escrituras, se houvesse o desejo e a capacidade de as ensinar.

No século XIX, todos os países europeus começaram a criar as infraestruturas científicas e tecnológicas para projetar a ciência e a indústria. Portugal, desinteressado e burocratizado, continuou mergulhado no seu estado normal de desconcertante letargia, apesar do esforço de alguns cidadãos mais esclarecidos. Os homens do grupo literário *Geração de 70*¹²⁵⁵ — assim designados por terem estado muito ativos na década de 1870 — realizaram uma análise profunda das causas do atraso português em todos os domínios: social, cultural, científico e económico, e propuseram caminhos conducentes ao progresso nacional. Algumas destas análises foram apresentadas publicamente na anteriormente mencionada Sala das Conferências Democráticas ou Conferências do Casino¹²⁵⁶, que foi mandada encerrar em junho de 1871 por uma portaria governamental.

No seio deste grupo surgiram preocupações de natureza social, filosófica e científica com o objetivo de “ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da Philosophia e da Sciencia moderna; estudar as condições da transformação política, economica e religiosa da

1255 Como subscritores do texto de divulgação dos objetivos das conferências, publicado no jornal *Revolução de setembro* de 16 de maio de 1871, aparecem, por ordem alfabética, os nomes de Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga e Teófilo Braga. Muitos destes homens frequentavam as sessões do *Cenáculo*, grupo de jovens que se reuniam em Lisboa constituindo, segundo um dos fundadores, Eça de Queirós, uma “escandalosa fornalha de Revolução, de Metaphysica, de Satanismo, de Anarchia, de Bohemia feroz”; v. António Cabral, *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Livraria Portugália, Lisboa, 1942, pp. 122–123; Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, Lisboa, 1986, pp. 19–20. Uma descrição de muitas obras dos homens da Geração de 70 e das que sobre eles se escreveram pode ler-se no catálogo da exposição comemorativa do centenário deste movimento, organizada em Paris pela Fundação Calouste Gulbenkian; v. *La Génération de 70: Époque — Chefs de file — Relations avec la France*, Exposition Bibliographique, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1971.

1256 António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino (1871)*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1930.

sociedade portuguesa¹²⁵⁷. Para os problemas políticos e socioeconómicos, as respostas eram mais de natureza ideológica e cultural¹²⁵⁸. A par da filosofia, a ciência moderna foi considerada por este grupo como uma das atividades de maior relevância para o país. A surdez da sociedade às propostas do grupo da Geração de 70 mostra que a nação, imbuída ainda numa forte tradição teológica, não estava preparada para mudanças radicais¹²⁵⁹. O grupo não conseguiu implementar as suas ideias e, mais tarde, alguns dos seus membros participaram no já referido grupo *Os Vencidos da Vida*¹²⁶⁰. Antero de Quental, o grande mentor dos homens de 70, acabou no suicídio¹²⁶¹.

Outros intelectuais do século XIX deram a sua contribuição para promover a ciência em Portugal. Alexandre Herculano e João de Andrade Corvo (1824–1890)¹²⁶² (Fig. 36) achavam que Portugal deveria regenerar-se através do trabalho, da moralização e da ciência. Herculano aplicou o rigor e o método científico para a reformulação da história nacional¹²⁶³ e Andrade Corvo¹²⁶⁴, defensor da democratização da instrução popular, aplicou os métodos e processos científicos à agricultura e divulgou as ciências exatas¹²⁶⁵, em especial a

1257 *Idem*, pp. 20–21.

1258 “Entrevista com J.S. Silva Dias: Um erro que vem da Geração de 70”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 3, abril–junho 1984, p. 11.

1259 Sobre este grupo de homens, supostamente incongruentes, e sobre a sua influência, supostamente nefasta, na cultura nacional oitocentista; v. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, 4ª ed. atualizada e ampliada com notas inéditas, Coimbra Editora, Coimbra, 1944, pp. 336–347.

1260 António Cabral, *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Livraria Portugalá, Lisboa, 1942, pp. 121–155.

1261 Um relato das condições do suicídio de Antero Quental pode ler-se em “Antero de Quental — Nunca pegou numa arma, senão para se matar nas circunstâncias que vamos ler”, em *Semana*, Ano I, nº 5, 29 maio 1932, Porto, p. 4.

1262 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana–Público, Lisboa, 2006, pp. 37–78, 123–138.

1263 Herculano tinha uma formação intelectual aristotélica, “a mesma de Silvestre Pinheiro Ferreira, por si reconhecido como a autoridade filosófica em Portugal.” Para este filósofo, “a ciência era um discurso que dava sentido aos dados empíricos e não uma forma de extrair desses dados qualquer suposto sentido intrínseco”; v. Luís Aguiar Santos, *Elites culturais e políticas em Portugal no contexto da secularização da sociedade (séculos XVIII, XIX e XX)*, versão editada de “A secularização das elites e seus efeitos”, texto publicado no 3º Vol. de *História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, pp. 418–437, p. 12.

1264 Pinheiro Chagas, “João Andrade Corvo”, em *O Ocidente*, vol. XIII, Ano 13º, nº 405, 21 março 1890, pp. 65–67.

1265 João de Andrade Corvo, *Botânica elementar: escripta para uso dos alumnos da Introdução à Historia Natural*, Typ. da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 1850; João de Andrade Corvo, *A agricultura e a*



Fig. 36 João de Andrade Corvo (*O Charivari*, 22 fevereiro 1890).

física e a química. Almeida Lima achava que “a causa primordial da decadência portuguesa são os defeitos da nossa instrução e a pasmosa indiferença geral por todos os trabalhos de aplicação mental.” Para contrariar esta situação, deu conferências públicas com demonstrações experimentais, na sala da aula de física da Escola Politécnica¹²⁶⁶.

Apesar de todos os esforços de promoção científica, durante o século XIX e o século XX, nunca a ciência despertou um interesse mobilizador na generalidade dos portugueses, nem se criou entre nós uma tradição de cultura científica. Na opinião de Amândio Tavares, aquele desinteresse, misturado à inércia, explicaria o endémico atraso científico português: “mais do que a falta de uma tradição científica, é sem dúvida a ausência de um sentimento de interesse e carinho colectivo pelas questões da investigação que tem dificultado os progressos da organização do trabalho científico entre nós¹²⁶⁷”. No entanto — ao contrário do que muitos ainda pensam — a necessária organização não se deveria confundir com burocracia, como claramente afirmava, em 1941, António Câmara, diretor da Estação Agrónoma Nacional¹²⁶⁸:

Por organização não se compreende a multiplicação de burocracias — sempre odiosas para o investigador — nem a existência de ficheiros numerosos frequentemente tão complexos como inúteis, nessa amálgama confusa de papeladas, em que os portugueses se deleitam.

A burocracia do Estado, com as suas origens na burocracia clerical¹²⁶⁹, foi identificada há muitas décadas como um grande obstáculo ao

natureza, Empresa Comercial e Industrial Agrícola, Lisboa, 1880; João de Andrade Corvo, *Física popular*, Empresa Comercial e Industrial Agrícola, Lisboa, 1880; João de Andrade Corvo, *Química popular*, Empresa Comercial e Industrial Agrícola, Lisboa, 1881; João de Andrade Corvo, *Os motores na Indústria e na Agricultura*, Empresa Comercial e Industrial Agrícola, Lisboa, 1883.

1266 *Actas das Sessões da Primeira Classe*, Vol. I, 1899–1901, Academia Real das Ciências, Tipografia da Academia, Lisboa, 1908, p. 134.

1267 Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p. 11.

1268 António Câmara, “Investigações Agronómicas”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 134–154.

1269 O próprio Karl Marx, que inspirou regimes altamente burocráticos, criticava a burocracia e afirmava que o espírito burocrático é um espírito fundamentalmente jesuítico, teológico. Os burocratas eram os jesuítas e os teólogos do Estado, e o espírito geral da burocracia era o mistério; v. Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1995, pp. 289–290.

desenvolvimento científico. O burocrata personifica a desconfiança e o poder arbitrário e dogmático. Em 1926, D. Luiz de Castro propôs a criação de estações agrónomas para darem apoio científico à agricultura e assim acabar com o crónico atraso no setor. No entanto, temia, com toda a razão, o papel nefasto da burocracia¹²⁷⁰:

Mas se vamos confiar taes instrumentos de estudo e de propaganda ás mãos pesadas e lentas da burocracia, aos criterios papelisticos, officientos, aos principios de antiguidade e aos travões do empenho politico, melhor será desistir de as crear, pois se transformariam logo em sinecuras absolutamente vãs.

O fisiologista e biofísico britânico Archibald Vivian Hill (1886–1977) afirmava que “o método burocrático, com a sua disciplina, a sua rotina, o seu desencorajamento da iniciativa, a sua falta de liberdade e de criticismo e o seu segredo, constituem a antítese do ambiente em que se realiza o bom trabalho científico¹²⁷¹”. Em 1953, ao comentar o “milagre” alemão de reconstrução de toda a sua infraestrutura científica depois da guerra, Flávio Resende (1907-1967), professor de Botânica da Faculdade de Ciências de Lisboa, afirmava o seguinte¹²⁷²:

Quando um país, sem a educação social e tradição científica duma Alemanha, duma Suécia, duma Holanda, etc., se lembra de começar a resolver os seus problemas científicos nacionais com edifícios e burocratas, piora, em vez de melhorar, a resolução dos problemas. Os burocratas ou caulejam na burocracia e riem dos poucos técnicos sérios que conhecem, chamando-lhes depreciativamente “sábios”, o que é mau, ou se fingem investigadores, o que é péssimo e de difícil defesa.

1270 D. Luiz de Castro, “A riqueza pela sciencia: serviços de investigação mundial scientifica no campo agronómico”, em *Portugalia, Revista de Tradição, Cultura e Renovação Nacional*, Vol. 1, nº 5, fevereiro 1926, pp. 269–270.

1271 A.V. Hill, “O mau e o bom uso da Ciência no Governo”, em *A Ciência e a Ordem Mundial (A Conferência de Londres de 1941)*, Biblioteca Cosmos, nº 32, Cosmos, Lisboa, 1943, p. 13.

1272 “A entrevista do mês: A reorganização científica da Alemanha no após-guerra, entrevista com o prof. dr. Flávio Resende”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano VI, nº 64, 30 abril 1953, p. 7.

O médico Alexandre de Sousa Pinto, que foi Secretário de Estado da Investigação Científica do 2º Governo Constitucional em 1978, confessava em 1980 ter travado, como investigador, uma contínua luta “contra uma burocracia cega que, justificando-se com a necessidade de perseguir os que prevaricam, reprime sobretudo os pobres ingénuos que lhe não conhecem os meandros ou os que se não submetem às suas exigências mesquinhas e, desse modo, desencoraja mais os espíritos afins do positivismo científico do que os entendidos nas subtilezas das antecâmaras do poder¹²⁷³”. As instituições científicas e as universidades portuguesas sempre protestaram — e continuam ainda a protestar — por serem tratadas pelo Estado como repartições públicas. Em 1985, o professor de anatomia Joaquim Pinto Machado (1930–2011) defendia a autonomia universitária¹²⁷⁴ contra a burocracia estatal desta forma¹²⁷⁵:

Espartilhadas pelo colete de forças férreo das normas de contabilidade pública, as nossas universidades dispõem de orçamentos que, pior do que serem insuficientes em termos absolutos, são irracionais na sua concepção e insusceptíveis de serem minimamente racionalizados na sua aplicação e execução. E, assim, chega-se à situação caricata de as nossas universidades, sendo baratíssimas, serem, em relação ao valor do que produzem, caríssimas.

No início da década de 1990, os investigadores universitários criaram entidades — que tomaram o estatuto de fundações, associações, centros e institutos sem fins lucrativos e de utilidade pública — na esperança de poderem gerir verbas e infraestruturas de forma mais eficiente, flexível e rápida, fora da alçada da burocracia. Esta, porém, adaptou-se à nova realidade e continuou a exercer a sua influência de

1273 Alexandre de Sousa Pinto, *Perspectivas da Investigação Científica Portuguesa*, Porto, 1981, pp. 9–10.

1274 Só em 1988 foi aprovada pela Assembleia da República a lei que consagrou a autonomia universitária. Nas Universidades e nas Faculdades foram elaborados estatutos com base nessa autonomia que, em vez de aumentada, tem sido continuamente reduzida.

1275 Joaquim Pinto Machado, “O Meu Pensamento sobre a Universidade”, em *Nova Renascença*, Vol. V, outubro–dezembro, outono 1985, p. 387.

forma tão eficaz e nefasta como dantes¹²⁷⁶!... Os atrasos dos financiamentos e das decisões, causados pela burocracia, são barreiras eficazes que impedem o normal funcionamento das atividades de investigação científica. Há bem pouco tempo, não era invulgar a aprovação de um projeto científico dois anos depois de ter sido submetido; a primeira tranche do financiamento chegar muitos meses depois de o projeto se ter iniciado; a resposta a um pedido escrito de esclarecimento demorar meses; a solicitação de esclarecimentos aos responsáveis de projetos que já tinham terminado há anos; a comunicação da não-elegibilidade de uma despesa enquadrada num projeto dois anos depois de este ter sido encerrado; a chegada de tranches financeiras para realizar um projeto, cinco ou seis anos após este ter sido concluído e o respetivo relatório final aprovado!... No contexto da crise económico-financeira de 2010–2014, as universidades exigiram mais autonomia e menos burocracia para gerir os seus dinheiros, mas na realidade o que obtiveram foi menor autonomia e maior burocracia.

Ninguém acredita que um burocrata entenda as necessidades e urgências de uma atividade tão competitiva a nível internacional como é a investigação científica; ninguém espera que ele admita que os coordenadores de um projeto científico ou de uma instituição de investigação o excedam em sentido de responsabilidade, empenho ou dignidade, mas a culpa da burocracia não é dos burocratas — é dos legisladores, e só a estes se deve atribuir o atraso que a burocracia introduz no desenvolvimento da ciência.

Desprezo pela Educação Científica

A atitude estática e passiva do indivíduo perante a sociedade — uma característica marcante da Idade Média — persistiu, na Idade Moderna (1453–1789) em Portugal, alimentada pelo espírito da Contra-Reforma. A aspiração de vida de um português médio era exercer o ofício dos seus diretos antepassados (pais e avós) ou, em alternativa, seguir a vida religiosa transformando-se num bom

1276 Como as verbas de financiamento continuaram a ser principalmente estatais, as receitas próprias foram integradas nos orçamentos. A utilização destas receitas ficou sujeita às regras do Estado e do Tribunal de Contas e as burocracias continuaram, ainda mais sofisticadas.

frade. Como necessidades educativas, bastavam-lhe, no primeiro caso, saber de cor o catecismo, e no segundo, os conhecimentos mínimos para aprofundar e transmitir a sua fé. Em ambos os casos, o conhecimento dos homens e da natureza, proporcionado pela ciência moderna, parecia-lhe totalmente inútil.

Em 1562, os representantes do Povo nas Cortes insistiam que as escolas de Gramática, Artes e Teologia existentes em Lisboa eram suficientes para a instrução da juventude, que se devia encerrar a Universidade e que quem quisesse saber mais fosse para Salamanca ou Paris. Evitava-se, assim, o excesso de bacharéis, completamente desnecessários ao Reino, e haveria mais dinheiro para a guerra¹²⁷⁷. Depois de se referir à inexistência de um ambiente científico em Portugal tanto no século XVII como no seguinte, o médico Ricardo Jorge, um homem científica e culturalmente muito esclarecido, escreveu o seguinte¹²⁷⁸:

Quando os jesuítas quizeram fundar escolas e colégios na cidade do Porto, os mercadores recalitraram e quizeram opôr-se — as letras iam-lhes estragar os filhos de que a aula era a do masso e mona no balcão e no armazém.

A reação dos portuenses contra a educação escolar dos seus filhos não era exceção — refletia o que se passava em todo o país. Em 1611, registaram-se apelos populares ao rei Filipe II para que extinguisse alguns colégios jesuítas¹²⁷⁹, porque os estudos desviavam “os moços dos trabalhos do campo e das oficinas prejudicando a produção, além de roubar homens para a guerra^{1280,1281}”. A opinião nacional generalizada contra a instrução escolar foi a razão que impediu a maior expansão da rede de colégios jesuítas em Portugal durante o século XVII.

1277 Luiz de Pina, *Na Rota do Império — A medicina embarcada nos séculos XVI e XVII*, separata do IV volume do *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1940, p. 23; Luís de Pina, *Salus Universitatis*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto, 1956, p. 11.

1278 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, pp. 97–98.

1279 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar–Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p. 362.

1280 *Idem, ibidem*.

1281 Muitos dos estudantes acabavam por ingressar na Companhia de Jesus, seguindo a carreira eclesiástica, e deixavam, portanto, de ter obrigações militares.

Felizmente, o interesse popular pelo conhecimento foi crescendo com o passar dos tempos. Alguns portugueses, mesmo iletrados, começaram a perceber que a vida dos filhos poderia melhorar com a educação, mesmo que continuassem na profissão de seus pais. É exemplar o caso relatado num livro de 1739¹²⁸²:

Hum albardeiro mandou ensinar Latim a seu filho: depois meteu-o na Filosofia; e acabando o ano da Logica, po-lo ao seu officio. Reprovaram-lhe os amigos aquela açam, dizendo-lhe que melhor era faze-lo Clerigo, ja que tinha gastado com ele; e que se o criara para albardeiro, lhe eram escusadas as Letras. Respondeu: Exhai porque nem eu, nem os mais sabemos o nosso officio: tenham todos entendido, que até para albardeiro he preciso saber discorrer.

A reforma do ensino realizada pelo Marquês de Pombal tentou criar condições para que os portugueses pudessem usufruir dos benefícios da ciência moderna. Porém, por falta de investimentos, a qualidade do ensino oferecido mostrou ser muito má. O pouco dinheiro que era atribuído aos professores do ensino elementar destinava-se a cobrir o salário e as despesas de funcionamento das próprias aulas, incluindo o aluguer de instalações quando os professores não possuíam um espaço em sua casa onde pudessem lecionar. A verba prometida chegou a ser tão diminuta e paga com tais atrasos que muitas vezes os professores necessitavam de recorrer a fontes alternativas de financiamento, como, por exemplo, pagamentos adicionais exigidos aos alunos, recorrendo aos mais variados pretextos¹²⁸³. O subfinanciamento do ensino elementar manteve-se durante décadas. Em 1836, “os apuros do thesouro obrigaram a uma reduçãõ geral dos vencimentos de todos os funcionarios publicos¹²⁸⁴”, o que afetou também os docentes. Os professores primários encontravam-se numa situação de dramática

1282 José Marques Soares, *Divertimento de Estudiosos ou Nova Compilaçam de Bons Ditos*, tomo I, Officina Pedro Ferreira, Lisboa Occidental, 1739, pp. 273–274.

1283 Luís Albuquerque, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, textos Vértice, Coimbra, pp. 38–42.

1284 Adriano de Abreu Cardoso Machado, “Memoria Historica da Academia Polytechnica do Porto”, em *Annuario da Academia Polytechnica para o anno de 1877–1878*, Typographia Central, Porto, 1878, p. 168.

precaridade e desprestígio profissional, que muito contribuía para a má qualidade do ensino elementar em Portugal¹²⁸⁵. António Feliciano de Castilho, que se bateu empenhadamente para a melhoria do ensino primário, concluía que “o professor primário não tinha, na grande maioria dos casos, preparação pedagógica, cultural ou, sequer, literária para o ensino!” Como motivo desta situação, Castilho apontava as “tenuíssimas retribuições dadas ao magistério primário” e a “falta de escolas normais¹²⁸⁶ em número bastante para albergarem a frequência obrigatória de todos os candidatos a mestres¹²⁸⁷”. Mais do que o número reduzido de escolas, a má qualidade dos professores primários era apontada pelos políticos como causa principal da má qualidade do ensino. Os políticos, por sua vez, eram responsabilizados pelo facto de pagarem mal aos professores e, assim, serem eles próprios responsáveis por haver maus professores¹²⁸⁸:

Estabelecer pequenissimos ordenados para o professorado da instrucção primaria, pela consideração de que sempre haverá pretendentes ás cadeiras, porque ha muito quem não tenha uma migalha de pão para viver, é, alem de verdadeiro desperdício, uma injustiça revoltante, uma especulação vergonhoza, e uma immoralidade intoleravel. É o resultado necessario das doutrinas da cartilha economica, por que tem lido o conselho superior d’instrucção publica, o governo, e os corpos legislativos, é não termos nós bons mestres nas nossas escolas; porque os que o podiaõ ser, não se sugeição, nem podem sugeritar, a uma vida lobariorizissima com uma remuneração miseravel.

1285 Esta situação repetiu-se no século XX. Houve campanhas para retirar aos professores primários o título de “professores”, “não fossem confundir-se com as altas classes do professorado.” Em 1936, criaram-se os postos escolares ou postos de ensino primário até à 3ª classe, a cargo de regentes escolares com a 4ª classe! Em 1947, a remuneração do professor primário ocupava “um dos últimos lugares na escala do funcionalismo público”; v. Vidal Caldas Nogueira, *O Estado da Cultura e do Civismo Português*, Edições Nelita, Porto, 1948, p. 26; Alberto Pedroso, *Bento de Jesus Caraça — Semeador de cultura e cidadania (Inéditos e dispersos)*, Campo das Letras, Porto, 2007, p. 309.

1286 A primeira Escola Normal começou a funcionar em 1861, em Lisboa.

1287 J. Sousa Mendes, “Notas sobre o ensino em Portugal no século XIX: Castilho e o ensino popular (conclusão)” em *Vértice*, Vol. XI, nº 95, julho 1951, pp. 327–328.

1288 “Instrucção primaria do sexo masculino II.”, em *O Jornal do Porto*, 1º Ano, 27 maio 1859, p. 1.

Na década de 1880, muitos professores reclamavam, por meio de cartas dirigidas aos jornais, o pagamento dos seus salários¹²⁸⁹, fazendo-o em termos especialmente dramáticos¹²⁹⁰:

Os professores deste concelho [Condeixa-a-Nova] estão desde o mês de julho [havia seis meses] sem receber o ordenado, e só ha esperanças de o receberem em dezembro. Avalie-se as tristes circumstancias em que se téem visto aquelles que só vivem d'isto. Sei d'um professor que tem oferecido os ordenados por uma quantia insignificante, e nem assim tem quem o abone.

Em 1881, segundo a opinião de Manuel Emygdio Garcia (1838–1904), o ensino secundário português era tão mau quanto a legislação que o regulamentava — neste caso, a de Rodrigues Sampaio (1872) e José Luciano de Castro (1880)¹²⁹¹. Para aquele professor de Coimbra e propagandista republicano¹²⁹²:

Parece que mau sestro persegue as reformas das instituições destinadas em Portugal á educação e instrucção populares. Ou não passam do estado embryonario, em que as deixam quasi sempre os conselhos academicos, as comissões parlamentares e as altas corporações administrativas; ou, se chegam a ver a luz da publicidade official, nascem, pela mór parte, inviaveis; e, se por ventura escapam aos vicios e ás deformidades congenitas, arrastam enferma e rachitica a debil existencia, esteril de bons fructos, prejudicial ao desenvolvimento da intelligencia, damnosa talvez para as verdadeiras necessidades de aptidão científica e profissional de que tanto carecemos.

1289 “A miséria dos professores da instrucção primária”, em *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto*, 1º Ano, nº 2, 1 fevereiro 1881, pp. 77–78; *Idem*, 1º Ano, nº 12, 1 dezembro 1881, pp. 400–401.

1290 *Idem*, p. 400.

1291 Com a chancela do ministro José Luciano de Castro, surgiu mais legislação sobre o ensino em 1886 e 1888.

1292 Emygdio Garcia, “Instrucção Secundaria em Portugal II”, em *O Positivismo, Revista de Philosophia*, dir. Theophilo Braga e Júlio de Matos, 3º Vol., 1880–1881, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1881, p. 71.

Desde 1836 ou antes desde 1844 nada de razoavel e verdadeiramente proveitoso produziram os nossos legisladores, em materia d'instrucção publica.

A reforma republicana de 1911 previa a descentralização e melhores condições de trabalho para os professores. As dificuldades económicas e uma mentalidade avessa a mudanças comprometeram, no entanto, o sucesso das boas ideias que a reforma introduzia¹²⁹³. Em 1925, a propósito da atividade de uma professora primária que conseguiu angariar 40 novos sócios para a Federação dos Amigos da Escola Primária, escrevia-se o seguinte¹²⁹⁴:

Só quem ignorar o que é a apatia dêste Povo no que respeita aos interesses da instrução, dêste Povo que consente sem revolta que, constantemente, se estejam encerrando escolas primárias por falta de pagamento das respectivas rendas, dêste Povo que não se manifesta quando sabe que o Estado, que tanto dinheiro esbanja infelizmente, está 3 a 4 meses sem pagar aos seus professores de ensino primário, humilhando-os, vexando-os assim, só quem ignorar isto é que não admira, profundamente, a soma de fé, de tenacidade, de eloquência mesmo que a sr^a D. Inês de Mota Lôbo teve de dispendir para a obtenção de tão magníficos resultados.

O Estado Novo trouxe algumas novidades para o sistema de ensino. Entre as medidas do decreto de 1936 que reformulou o ensino primário conta-se a introdução do livro escolar único, medida que se veio a concretizar em 1941, e a imposição de apenas exames escritos em todas as disciplinas com exceção das línguas vivas¹²⁹⁵. Este decreto estabelecia

1293 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, 2ª edição, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 678.

1294 Oliveira Cabral, "Preito de Justiça", em *Educação Nova*, Ano I, nº 7, janeiro 1925, p. 16.

1295 Poucos anos depois, esta imposição deu origem a grande polémica por lhe atribuírem a causa principal do elevado número de reprovações; v. A. Rocha, "Exames", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIII, 1941, pp. 361–368. Apesar das muitas críticas, os exames exclusivamente escritos continuavam a ser defendidos como uma boa medida pedagógica por vários pedagogos portugueses; v. A Rocha, "Actualidades Pedagógicas", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, pp. 151–154. Em 1944, estabeleceu-se de novo o regime de exames

também que as professoras tinham que pedir autorização ao Ministério da Educação Nacional para casar e que, além disso, caberia ao Ministério o dever de avaliar o perfil do noivo antes de dar uma resposta definitiva à requerente¹²⁹⁶!... Os meios de subsistência para professores e professoras continuavam, porém, reduzidos, o que levou Egas Moniz a comentar em 1954:

Quando se tem aumentado os vencimentos do funcionalismo público de 10% sem distinção de classes, justo seria que estes obreiros da educação (e outros de modestíssimos salários) fossem beneficiados com 30%, por exemplo, em detrimento dos que recebem ordenados elevados. É indispensável que professores primários recebam o necessário para ter vida decente, de sorte a serem considerados no meio em que vivem, como pessoas que têm um encargo de elevada categoria. Infelizmente nem todos assim os consideram.

Desde a década de 1950, a história pátria deixou de ser ensinada de forma autónoma no ensino secundário. O regime parecia recear que os adolescentes conhecessem a história dos seus antepassados!... Promovia-se assim a irresponsabilidade, pois “quem ignora o que aconteceu antes de nascer é sempre uma criança¹²⁹⁷”. No período final do Estado Novo, Adérito Sedas Nunes (1928–1991), cientista social e professor universitário, ainda se queixava da nefasta ideologia introduzida nas mentes das crianças através dos livros de leitura do ensino primário¹²⁹⁸:

orais... V. A. Rocha, “Provas orais”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 549–558.

1296 É de referir que havia nesta época mulheres de outras profissões a quem também não era concedido o direito de casar. Era o caso das enfermeiras e telefonistas. Em 1939 e 1940, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social liderou uma campanha pela revogação da proibição de casamento imposta às telefonistas da Anglo-Portuguese Telephone Company, que explorava as linhas telefônicas de Lisboa e Porto. A campanha foi apoiada por várias entidades e muitas individualidades nacionais. A companhia telefónica acabou por concordar com a revogação da proibição, por acordo realizado com Trigo de Negreiros, governador civil do Porto; v. “Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, pp. XLVI–XLVII.

1297 James Bryant Conant, “La Investigacion de la Verdad”, em *Ultra, Cultura Contemporânea*, janeiro 1937, La Habana, Cuba, p. 58.

1298 A. Sedas Nunes, *O Problema Social da Universidade — Para uma Reforma Universitária de Fundo*, Coimbra, 1970, p. 30.

Gerações e gerações há dezenas de anos são condicionadas para atitudes de passividade, de conformismo de submissão, de apego á ruralidade, de saudosismo em relação ao passado, de recusa ao progresso na medida em que o progresso se traduz, por exemplo, na criação de fábricas, no desenvolvimento das cidades, na transformação das estruturas sociais, familiares, etc.

Por deficiências do sistema educativo nacional, a mentalidade dos portugueses nunca se adaptou ao rigor e metodologia da ciência; esta não conseguiu desenvolver-se e o país nunca obteve um lugar representativo entre as nações desenvolvidas.

IV. CAUSAS DE NATUREZA ECONÓMICA

É sobretudo a partir do século XIX que a ciência se transforma numa atividade de reconhecido valor económico¹²⁹⁹. Os governos e as empresas começaram a investir somas significativas tanto na ciência pura como na aplicada. Desafortunadamente, o século XIX foi um século de bancarrota quase permanente em Portugal, não havendo suficiente capital nacional para os grandes projetos de modernização estrutural do país. Esta situação continuou até meados do século XX, apesar do programa de equilíbrio financeiro iniciado na década de 1930 pelo governo de António de Oliveira Salazar. Quando ainda

¹²⁹⁹ Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspetiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 115–118.

decorria a II Guerra Mundial, Celestino da Costa mostrava algum otimismo quanto ao futuro da ciência portuguesa¹³⁰⁰:

O Estado, que já soube criar instituições essenciais [Junta de Educação Nacional e Estação Agrónoma Nacional], deixou de ser indiferente às coisas da Ciência e eu tenho a firme convicção de que fará tudo quanto fôr preciso e que todos os ramos da actividade nacional encontrarão, como a Agricultura, a base científica necessária para o seu desenvolvimento, que aos estabelecimentos científicos serão dados o pessoal e o material de que precisam, que este país se fará respeitar pela sua Ciência e que entrará definitivamente no grupo das nações mais cultas.

No entanto, até há bem pouco tempo, continuaram a ser insuficientes os financiamentos do Estado para o desenvolvimento da ciência. Num país pouco industrializado como Portugal, os investimentos privados na ciência foram tradicionalmente ainda menores do que os públicos. A ausência de investimento foi certamente uma das principais causas da estagnação da ciência portuguesa durante os séculos XIX e XX.

Investimentos na Ciência depois da II Guerra Mundial

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, iniciou-se nos EUA¹³⁰¹ e na Europa um forte movimento de incentivo à investigação científica e apoio aos cientistas que, infelizmente, não teve reflexo em Portugal. Os políticos portugueses não compreenderam a importância desse movimento e, embora tivessem disponibilizado algumas verbas

1300 Celestino da Costa, “Intercâmbio Científico”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1942, p. 17.

1301 Antes da guerra, a ciência norte-americana era sobretudo financiada localmente por homens ricos. Porém, perante as crescentes necessidades nacionais, surgiu a ideia de que o Estado deveria ter um papel muito mais ativo. Os cientistas mais velhos preferiam nessa época a forma antiga de financiamento por lhes permitir uma maior liberdade e menor exposição à opinião pública. Queriam evitar a vasta rede de controlo paralisante imposto pela burocracia e o poder dos comissários políticos. Os cientistas mais jovens pensavam o contrário. Foi este o ambiente que o inglês H.G. Wells encontrou nos EUA, durante uma visita que aí realizou no inverno de 1939; v. *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. LXXXIX, nº 4587, 16 maio 1941, pp. 409–410.

para a ciência, decidiram simultaneamente fazer uma perseguição política aos melhores cientistas portugueses, como já foi referido.

Nos EUA, o investimento anual na ciência foi significativo durante a II Guerra Mundial e, nos anos que se seguiram, praticamente duplicou. A verba anual investida em ciência passou de 240 milhões de dólares em 1937 para 1160 em 1947, sem incluir as despesas ligadas à produção da bomba atómica¹³⁰². Entre 1940 e o final de 1945, registou-se um aumento de 90,6% do pessoal ligado aos laboratórios americanos de investigação industrial (investigadores, técnicos e administrativos)¹³⁰³. O Reino Unido fez igualmente investimentos avultados nessa época e estudaram-se as prioridades de investimento futuro¹³⁰⁴. Em 1947, um grupo de parlamentares britânicos apresentou uma moção no parlamento, baseada nas conclusões do relatório do Comité Barlow, para que o número de trabalhadores científicos fosse aumentado de 55 mil para 90 mil, em 10 anos¹³⁰⁵. Para além de cientistas, contratava-se um grande número de técnicos que os assistiam. No Instituto do Frio de Kamerlingh Onnes, na Holanda, havia, em 1946, 120 técnicos para 15 físicos, sendo 3 destes físicos teóricos¹³⁰⁶. Para cada físico experimentalista trabalhavam em média 10 técnicos. Num artigo publicado na *Gazeta de Física*, o físico português Armando Gibert comentava¹³⁰⁷:

Como uma tal proporção deve parecer impressionante no nosso meio! Mas o que é preciso compreender é que são coisas destas que explicam a situação progressiva dos centros estrangeiros...

1302 Em 1950, 1160 milhões de dólares correspondiam a 29 milhões de contos portugueses! V. “Noticiário: Os Estados Unidos e a investigação científica”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 2, janeiro 1950, p. 55.

1303 “A investigação industrial nos Estados Unidos”, em *Gazeta de Física*, Vol. I, Fasc. 3, abril, 1947, p. 95.

1304 C.C Paterson, “Industrial Research in Great Britain: A Policy for the Future”, em *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. XCI, n.º 4634, 5 março 1943, pp. 167–180.

1305 “Aumenta o número de cientistas na Inglaterra”, em *Gazeta de Física*, Vol. I, Fasc. 3, abril 1947, p. 95.

1306 Para conhecer o desenvolvimento das técnicas do frio até 1940, v. Rudolf Plank, “Progresos de la técnica del frío”, em *Investigación y Progreso*, Ano XIII, n.º 7–8, julho–agosto 1942, pp. 211–220.

1307 “O Instituto do Frio Kamerlingh Onnes”, em *Gazeta de Física*, Vol. I, Fasc. 2, janeiro 1947, p. 51.

Armando Gibert prosseguia nestes termos:¹³⁰⁸

O Instituto do Frio de Leiden possui 5 grandes oficinas mecânicas, várias pequenas, 2 oficinas de sopradores de vidro e várias dependências, além das instalações especiais (verdadeiramente industriais) de liquefacção. Entre o pessoal contam-se 2 mestres sopradores de vidro, com uns 6 ou 7 operários especializados e mais de 20 aprendizes. Os mecânicos são 20 com cerca de 70 aprendizes.

Gibert conclui o seu artigo afirmando que “sob muitos aspectos e, em particular, quanto à alta cultura, o povo holandês, pequeno em número e em recursos naturais, é exemplo a respeito do qual nos seria certamente proveitoso, a nós portugueses, meditar — não pouco — mas sim muito¹³⁰⁹”.

Em 1947, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que se opunha ao regime do Estado Novo, publicou um folheto, *Ciência e Política — Os Cientistas e o Problema da Unidade Nacional*, onde se apelava a uma maior atividade cívica dos cientistas, artistas e outros intelectuais. Resumia-se o estado da investigação científica no país nestes termos¹³¹⁰:

Teremos de verificar que o nosso País se encontra completamente desprovido de apetrechamento pessoal e técnico que permitam colocá-lo no nível que lhe imporão as necessidades do nosso povo, quando desapareçam as restrições, as dificuldades, as barreiras que, simultaneamente, impedem a liberdade e o bem-estar do povo, a liberdade e o progresso no desenvolvimento do ensino, no desenvolvimento e alargamento da aquisição e investigação científicas.

Recomendava-se ainda a todos os cientistas e particularmente aos antifascistas que utilizassem “largamente os escassos meios que o

1308 *Idem, ibidem.*

1309 *Idem, ibidem.*

1310 Alberto Pedroso, *Bento de Jesus Caraça — Semeador de cultura e cidadania (Inéditos e dispersos)*, Campo das Letras, Porto, 2007, p. 487.

fascismo por velocidade adquirida, por ostentação, por ‘parecer bem’ é obrigado a criar ou a manter”, para produzir ciência de qualidade e conquistar a juventude para a ciência¹³¹¹. Este apelo à melhoria das condições de investigação surgiu depois da expulsão da Universidade de dois professores que eram também dirigentes do MUD, Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, devido à posição crítica, tomada pela Comissão Central do MUD de que eram membros, sobre o pedido do governo de admissão de Portugal na ONU¹³¹².

Depois da II Guerra Mundial, muitos cientistas estrangeiros visitaram o nosso país devido à grande curiosidade que despertava o “fenómeno político português.” Estas visitas, que eram promovidas pelos “serviços de propaganda” estrangeiros, provocavam por vezes algum embaraço na comunidade científica nacional. António Pereira Forjaz (1893–1972)¹³¹³, professor universitário e sócio da Academia das Ciências de Lisboa, afirmava, em 1950, que “ainda hoje, desgraçadamente, há professores universitários que se escondem, em Portugal, para não mostrarem aos seus colegas estrangeiros as suas instalações miseráveis¹³¹⁴”. É de referir ainda que os melhores físicos e matemáticos portugueses tinham sido afastados das universidades e muitos deles tinham emigrado. Numa carta de José Luís Rodrigues Martins a Guido Beck, dirigida de Lourenço Marques (atual Maputo) para a Argentina, em 25 de dezembro de 1949, pode ler-se¹³¹⁵:

As notícias de Portugal são más. O Dr. Ruy Luis Gomes parece que está preso. O Dr. Júdice também está preso sob acusação de fazer parte dos quadros do Partido Comunista. O

1311 *Idem*, pp. 487–488.

1312 Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, *Duas Defesas*, Edição dos Autores, Gráfica Lisboense, Lisboa, 1946.

1313 A sua memória foi recordada nas sessões das Classes de Letras, de Ciências e Plenária, com intervenções curtas de vários académicos e a divulgação da lista com os títulos das suas comunicações à Academia; v. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 44, Fasc. III, agosto–dezembro 1972, pp. 133–139, 141–144.

1314 “A Actividade Cultural da Ciência Portuguesa”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 30, 30 junho 1950, pp. 3, 22.

1315 José Luís Rodrigues Martins, “Carta a Guido Beck”, em Augusto J. S. Fitas, António A. P. Videira, *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p. 276.

Dr. Mário Silva tem tido muitas dificuldades materiais para se aguentar fora da universidade. O Dr. Valadares continua em França. O Dr. Gibert trabalha numa fábrica de cortiça e o Dr. Marques da Silva num laboratório de Lisboa. Enfim, todos quantos se interessavam pela Física se encontram afastados do ensino oficial.

Em 1952, a percentagem do produto interno bruto português usada para financiar a investigação científica seria da ordem de 0,05%, e já nessa altura se reclamava uma percentagem da ordem de 0,5 a 1%. José Antunes Serra afirmava que “a falta de investigação científica sai muito mais cara ao país do que tudo quanto se poderia gastar com a ciência, mesmo que chegássemos a despende com este fim 1% do rendimento nacional¹³¹⁶”. Em 1964, o investimento em investigação e desenvolvimento nas colónias portuguesas atingiu o valor de 0,33%, enquanto na Metrópole se limitava a 0,2%,¹³¹⁷ mas o ensino universitário ainda não existia em pleno funcionamento em nenhuma das colónias — uma deficiência que nessa época começava a ser notada e para a qual se apresentavam soluções¹³¹⁸. Em 1961, o investimento em investigação científica era 1,38% do PIB na Alemanha Federal e 2,4% na Grã-Bretanha. Em 1962, era de 4% na União Soviética, 2,84% nos EUA, e 1,5% na França¹³¹⁹. No final da década de 1960 e no início da seguinte, houve em Portugal um relativo incremento do investimento em investigação científica, que atingiu o máximo de 0,38% do PIB em 1971. Embora interessante, este número era muito inferior ao dos países ocidentais, o qual, nesta altura, variava entre 1,5 a 2%, com a exceção da República Federal Alemã (2,4%) e dos EUA (2,7%)^{1320,1321}.

1316 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 55.

1317 H. Lains e Silva, “Situação da investigação científica e tecnológica no ultramar português em 1964”, em *Teses de Autores Portugueses Apresentadas ao 66º Congresso anual da associação Sul-Africana para o avanço das Ciências*, 1º Vol., *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Ano 41, nº 170, janeiro a março 1972, Lourenço Marques, p. 87.

1318 Xavier Pintado, *A Universidade e o Ultramar*, Lisboa, 1962.

1319 “La Recherche Scientifique, L’État et la Société”, em *Prospective*, nº 12, janeiro 1965, Presses Universitaires de France, Paris, p. 19.

1320 Alexandre de Sousa Pinto, *Perspectivas da Investigação Científica Portuguesa*, Porto, 1981, p. 45.

1321 Em 1971, o número estimado de cientistas em todo o mundo era de 4,1 milhões, um valor inimaginável em 1900, quando esse número era apenas próximo de 15 mil! V. “Conferência do arquiduque Otão de Habsburgo, ‘Crise das formas políticas’, em 4 de novembro de 1971”, em *Boletim da Academia das*

Nos anos que se seguiram a 1974, foram definidas outras prioridades para as despesas nacionais, pelo que o investimento em ciência foi bastante limitado, embora se tivesse mantido o programa de bolsas de formação no estrangeiro. Em 1976, o valor das despesas com investigação cifrava-se em 0,27% do PIB, e no ano seguinte em 0,22%¹³²². Em 1978, o médico e professor Alexandre de Sousa Pinto, Secretário de Estado da Investigação Científica, afirmava que a investigação científica era “considerada por uns como uma excentricidade inofensiva, por outros como uma forma de obter qualificações raras ou títulos menos comuns, e só por muito poucos tem sido honrada como a profissão de enorme interesse social que indiscutivelmente é¹³²³”.

Em meados de 1983, Fernando Roldão Dias Agudo (1925–2019) apontava algumas deficiências para o escasso sucesso da ciência portuguesa: financiamento muito reduzido; escassez de meios humanos; desaproveitamento de pessoal de alta qualidade por falta de pessoal técnico e auxiliar; fraca ligação entre o sistema técnico-científico e as atividades produtivas; elevado grau de dependência tecnológica e científica; ambiguidade na definição dos corpos que coordenam e promovem a investigação, dando origem a duplicações inúteis; e inexistência de uma política global para a ciência e a tecnologia¹³²⁴. Em 1991, o Presidente da República Mário Soares falava num investimento de 0,5% na ciência e comparava-o com os 1,5% da Bélgica¹³²⁵. Lamentava que o número de cientistas portugueses por mil habitantes fosse 3 ou 4 vezes inferior ao da média dos países comunitários¹³²⁶.

Ciências de Lisboa, Nova Série, Vol. 43, Fasc. III, agosto–dezembro 1971, p. 209.

1322 Alexandre de Sousa Pinto, *Perspectivas da Investigação Científica Portuguesa*, Porto, 1981, p. 45.

1323 *Idem*, p. 11.

1324 F.R. Dias Agudo, “Scientific Research in Portugal”, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, tomo XXV, Lisboa, 1983, p. 40.

1325 Em 1988, este número era na Bélgica de 1,1%, e os belgas queixavam-se que era demasiado baixo, ao compará-lo com o de países de igual dimensão onde atingia 2%; v. Van Doren, “Everything you always wanted to know about IUAP’s and were not afraid to ask”, em *Physicalia Magazine, Special issue: IUAP’s*, Vol. 10, nº 2, 4–6, 1988, p. 91.

1326 Mário Soares, “Discurso de Abertura da Conferência ‘A Ciência em Portugal’, Europália 91”, em *Boletim da Universidade do Porto*, Ano II, nº 12, fevereiro 1992, pp. 5–6.

Não é fácil para um país com recursos limitados fazer investimentos na ciência, visto que os benefícios económicos diretos surgem, na melhor das hipóteses, a médio e longo prazo. Por isso, são fortes as pressões sociais para que se invista em áreas de benefício direto imediato. A política de alguns países pequenos e pobres tem sido a de realizar investimentos na educação e na ciência apenas em períodos de maior disponibilidade financeira¹³²⁷, o que aconteceu também com Portugal. Foi então dada alguma proteção e até estímulo às atividades científicas, mas não se conseguiu uma base de sustentação suficientemente forte para que elas subsistissem.

Ao longo da história portuguesa podem destacar-se algumas situações económicas menos desfavoráveis, como a que ocorreu na época dos Descobrimentos, em particular nos reinados de D. Manuel I (Fig. 37) e de D. João III¹³²⁸; na época do açúcar madeirense e brasileiro, nos séculos XVI e XVII; no período do ouro¹³²⁹ brasileiro, no reinado de D. João V; no período mais recente do Estado Novo, depois da estabilização financeira conseguida por Salazar; e, finalmente, nos anos que se seguiram à entrada de Portugal na Comunidade

1327 Foi o caso da Irlanda e de alguns países do Oriente durante os últimos 25 anos, até ao aparecimento da crise de 2008, e é atualmente o caso de países árabes do Médio Oriente ricos em petróleo.

1328 Rigorosamente falando, as finanças da coroa portuguesa na época dos Descobrimentos nunca foram particularmente saudáveis. D. João II chegou a não ter meios suficientes para pagar as dívidas deixadas por seu pai e recorreu muitas vezes a empréstimos para se financiar. D. Manuel I viu-se obrigado a recorrer a financiamento nas praças internacionais para concretizar os primeiros projetos comerciais ultramarinos, e foi forçado a partilhar investimentos com agentes privados ou autorizar expedições comerciais privadas sem a parceria real. Dada a perspectiva de bons lucros, não faltaram no entanto investidores interessados. Tal como seu pai, D. João III viveu em constantes sobressaltos financeiros. Recorreu igualmente aos banqueiros internacionais que chegaram a cobrar juros de 25%! ... Em 1552, a dívida do Estado português atingia os 3 milhões de cruzados. No reinado de D. Sebastião ocorreu uma banca rota, tendo os títulos da dívida da Coroa perdido todo o crédito nas praças financeiras europeias; v. Fortunato de Almeida, “Causas da decadência do império português”, em *O Instituto*, Vol. 72, 4ª Série, 1º Ano, nº 4, 1925, pp. 397–414; Manuel Nunes Dias, “Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas*, Vol. III: *Economia e Comércio Marítimo*, Universidade do Porto, 1989, pp. 567–571; Hermann Kellenbenz, “The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas*, Vol. III: *Economia e Comércio Marítimo*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 609–623; Abílio Antunes Pereira da Silva, *História da Civilização Portuguesa*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1957, p. 173; Virgínia Rau, *Estudos de História Económica*, Coleção “Ensaio”, Edições Ática, Lisboa, 1961, pp. 36–40.

1329 Latino Coelho, *Elogio Histórico de José Bonifácio*, Edições Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1942, pp. 46–49.



Fig. 37 D. Manuel I, ladeado das suas três mulheres (desenho de autor desconhecido, coleção particular).

Económica Europeia, com a chegada de subsídios destinados ao desenvolvimento. Mas estes períodos de prosperidade não foram suficientemente aproveitados para o desenvolvimento da educação e da ciência. Nos períodos de depressão financeira — mesmo naqueles que foram relativamente curtos — o investimento na ciência era imediatamente cortado para corrigir as finanças públicas. Esta política mostrou-se perniciosa, porque o desinvestimento, mesmo que temporário, tem um efeito desastroso na continuidade e sustentabilidade de uma atividade científica débil. A pouca importância dada por alguns governos à necessidade de um investimento sólido e continuado na ciência tem sido apontada como uma das causas da relativa fragilidade do nosso sistema científico.

Nas últimas décadas, houve em Portugal um maior empenhamento político no desenvolvimento da ciência. Enquanto, em 1978 e 1980, o investimento na investigação científica era de 0,32% e 0,34% do PIB, o de 1990 foi 0,51%, o de 1995 0,57% e o de 2001 0,81%. Em 2006 estava em 0,8%; em 2007 passou para 1,21%; em 2008 atingia 1,51%, a que correspondeu um investimento de 2513 milhões de euros, e em 2009 era de 1,64% a que correspondeu um investimento de 2764 milhões. Em 2006, o investimento das empresas na investigação e no desenvolvimento era de 32% do investimento global, apenas um pouco mais de metade do investimento do Estado, mas em 2007 e 2008 era já superior. Em 2015, devido à crise financeira, o investimento relativamente ao PIB atingiu o mínimo de 1,2%, e desde então começou a subir. Em 2018, o investimento em investigação e desenvolvimento, em Portugal, atingiu os níveis absolutos mais elevados de 2009 e 2010, representando 1,37% do PIB. Em 2019, aumentou 218 milhões de euros, totalizando 3 mil milhões de euros e representando 1,41% do PIB; em 2020 passou para 1,6%, um máximo histórico, mas ainda inferior ao valor médio da União europeia que é 2%. A meta do governo português para 2030 é de 3%, o que implica quase duplicar a despesa pública e triplicar o investimento privado na investigação científica durante o período de uma década.

Em 1997, o número de cientistas que trabalhavam em Portugal (ETI —“equivalente a tempo integral”) era de 22 355; em 1999 de 28 375 e em 2001 era de 31 146. De 2007 a 2008, esse número passou de 28 mil para 40 mil, sendo 44% do sexo feminino. Em 2008, correspondia a uma taxa de 7,2 por mil habitantes — um número superior ao do Reino Unido, Holanda, Itália, Espanha, Irlanda e Alemanha¹³³⁰. Em 2010, o número total de investigadores científicos era de 41 532, crescendo constantemente com exceção de 2012 e 2013 e atingindo em 2019 o número 50 165. Em 2018, as mulheres representavam em Portugal 42,9 % dos investigadores científicos. Em 2019, do orçamento global para a ciência de 496 milhões de euros da FCT, 103 milhões foram para o emprego científico mas este número passou para 126 milhões em 2020.

Nos últimos anos, tem-se assistido a algum reconhecimento mediático da ciência e dos cientistas portugueses que, nas mais variadas áreas do conhecimento, têm brilhado na arena internacional pela qualidade do seu trabalho. Este prestígio científico alimenta a auto-estima nacional, mas não tem sido utilizado para alavancar a indústria do país. Deverá ser feito um esforço significativo na área de interface investigação-indústria para que os sucessos da ciência nacional sejam transferidos para a produção de bens industriais e para a inovação dos serviços.

Investimentos no Ensino Superior e nas Universidades

Até à implantação da República, os investimentos na Universidade e nas Escolas Superiores foram sempre reduzidos. Na sessão da Academia das Ciências de Lisboa de 1 de março de 1900, Almeida Lima lamentava as deficiências dos laboratórios portugueses e referindo-se à Escola Politécnica de Lisboa afirmava que os seus aparelhos eram “mais objectos de um museu de archeologia scientifica do que instrumentos de investigação moderna¹³³¹”. Bernardino Machado

1330 Informação retirada de um artigo do jornal semanário *Expresso*, escrito a propósito da apresentação dos resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional pelo Ministro da Ciência e das Universidades Mariano Gago, em presença do primeiro-ministro José Sócrates, no Centro Cultural de Belém; v. *Expresso*, 14 novembro 2009, pp. 2–3.

1331 *Actas das Sessões da Primeira Classe*, Vol. I, 1899–1901, Academia Real das Ciências, Tipografia da Academia, Lisboa, 1908, pp. 30–31.

(Fig. 38) na oração inaugural do ano letivo de 1904–1905, recitada na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra no dia 16 de outubro de 1904 e intitulada *A Universidade e a Nação*, fala de desinvestimento na Universidade¹³³²:

Lá fora [no país] vai a derrocada financeira? Dissipam-se improduttivamente os impostos, accumulam-se só deficits sobre deficits no tesoiro, e o dinheiro não chega para o mais pequeno melhoramento... [...] Pois tão pouco há cá dentro [na Universidade] dinheiro bastante para nada, e bibliotheca, gabinetes e museus, laboratorios, observatorios, jardim botanico, hospital da nossa Universidade debatem-se, quando mesmo não agonizam, na mais tormentosa penuria.

Este discurso, publicado no mês seguinte em *O Instituto*¹³³³, não mereceu o apoio dos outros professores mas, entre os estudantes, teve um tal impacto que no dia 8 de dezembro fizeram ao orador uma grande homenagem¹³³⁴. Tal como o discurso de Bernardino Machado¹³³⁵, também o discurso do estudante portuense João Evangelista Campos Lima, pronunciado durante a mesma sessão, nos permite avaliar o estado caduco em que se encontravam a vida académica e o ensino universitário¹³³⁶. Por isso, a ninguém surpreendeu a crise académica de 1907, cuja causa próxima foi a reprovação injusta, nas provas de doutoramento em Direito, de José Eugénio Ferreira (1882–1953) que, por acaso, era republicano e maçónico... Mais do que uma escola moderna, a Universidade de Coimbra era — na opinião dos estudantes desse tempo — o paradigma da velha universidade escolástica. No jornal humorístico *A Parodia*, fundado por Rafael Bordalo

1332 Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, Typographia F. França Amado, 1905, p. 82.

1333 Bernardino Machado, “A Universidade e a Nação” em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 51º, 1904, pp. 641–653.

1334 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d’um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C.^{ia}, Lisboa, 1907, pp. 50–59.

1335 Bernardino Machado viria a pedir a sua demissão na altura da crise académica de 1907, como forma de protesto contra a repressão a que tinham sido sujeitos os estudantes durante a greve académica.

1336 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d’um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C.^{ia}, Lisboa, 1907, pp. 52–59.

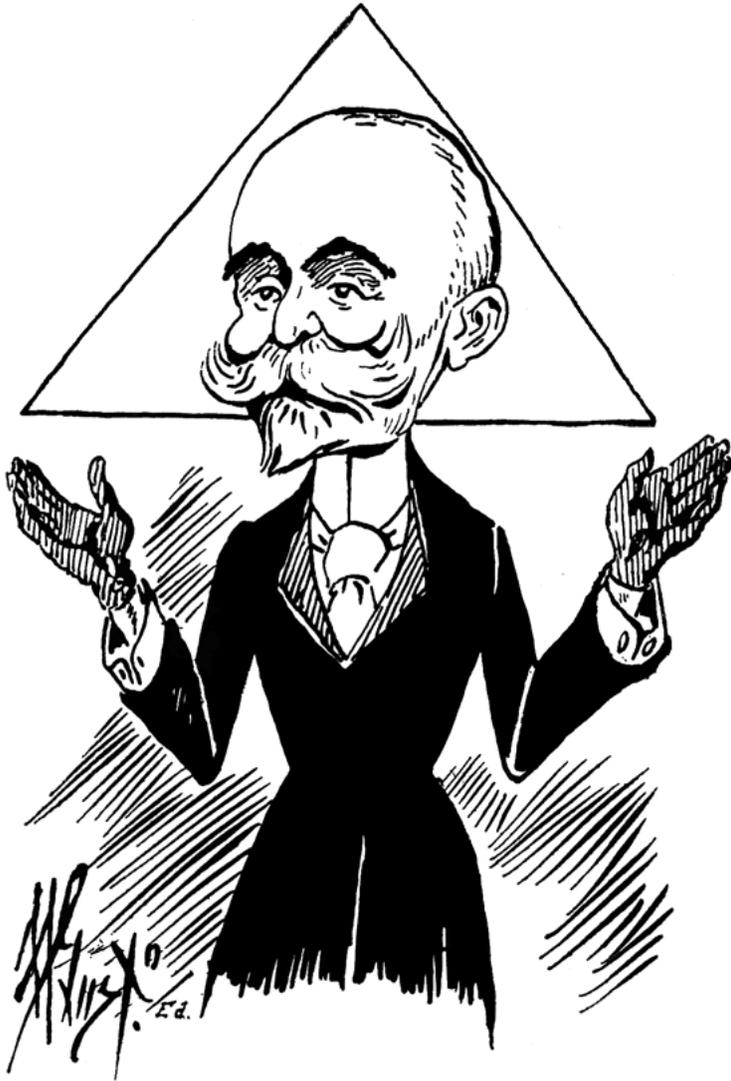


Fig. 38 Bernardino Machado (*A Paródia*, 1 dezembro 1906).

Pinheiro, surgiu em 16 de março um editorial intitulado “Carta a Minerva, deusa da Sapiência, sobre os acontecimentos da Universidade de Coimbra”, onde se afirma que a verdadeira origem dessa crise era o facto de os discípulos não amarem os mestres e estes não amarem os discípulos. Os alunos não amavam os mestres porque não os admiravam; detestavam-nos (Fig. 39) e detestavam também o próprio ensino feito por *sebentas*¹³³⁷, “palavra repugnante que só se aplica a coisas ou pessoas que inspiram repugnância”, como alguns comentavam e ridicularizavam (Fig. 40). O mestre não ensinava, fazia catequese da “religião do saber, pela eloquência, pela persuasão, pela bondade.” Como reação, o discípulo orgulhoso e exemplar não tocava na sebenta, não transigia com o ensino dos mestres e mantinha vertical a sua razão¹³³⁸.

As palavras do estudante “agitador¹³³⁹” Campos Lima sobre a qualidade do ensino universitário são claras¹³⁴⁰:

1337 Na Universidade, antes do aparecimento da imprensa, os apontamentos tirados à mão era a única maneira de registar as palavras ditadas pelos mestres. Quando surgiram os primeiros livros impressos, a prática continuou porque os livros eram caros e nem tudo o que o lente dizia vinha nos livros; v. A. da Rocha Brito, “As primeiras sebentas”, em *Cursos e Conferências*, Vol. I, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, pp. 77–79. A designação de “sebenta”, dada às folhas litografadas das aulas que se distribuíam pelos alunos na segunda metade do século XIX, deve-se ao facto de estas folhas serem impressas com tão má qualidade que, muitas vezes, mal se podia ler o que nelas estava escrito. A sabenta — “uma suja papelada”, que o agiota-alumno autografou à pressa dos apontamentos tomados durante a exposição do professor — utilizada pelos estudantes em vez dos “compendios e das obras magistrais”, era frequentemente criticada, mas a verdade é que ninguém tinha a coragem de acabar com ela; v. A. Forjaz, “O 1º d’outubro”, em *O Instituto, jornal científico e litterario*, Vol. I, 1853, p. 202. A importância da sebenta para o estudante universitário era tal que, em 1899, se organizaram os festejos académicos do “Centenário da Sebenta”, que incluiu a novidade de um cortejo humorístico, mais tarde integrado nas festividades da “queima das fitas” definitivamente estabelecida em 1919; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 251, 273; A.J. Soares, “As festas da Queima das Fitas nos primeiros anos do século XX”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 10, 28 fevereiro 1958, pp. 286–290; A.J. Soares, “Algumas Reflexões sobre Queima das Fitas”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 1, 10 junho 1957, pp. 14–15, 23. Sobre a história da sebenta, v. Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880–1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, pp. 223–232. António Macedo, que chegou a Coimbra em 1926, afirmou que “as sebentas tinham o seu quê de pastéis de carne (um mimo das pensões) — eram papa-feita, ciência mastigada, a estimular a preguiça e a garantir a «tangente», no ajuste final de contas, a menos que surgisse alguma pergunta de algibeira, para diversão dos senhores «lentes»”; v. António Macedo, *Da Academia do meu tempo aos estudantes de amanhã*, Livraria Internacional, Porto, 1945, p. 10.

1338 João Rimanso, “Carta a Minerva, deusa da Sapiência, sobre os acontecimentos da Universidade de Coimbra”, em *Parodia*, 8º Ano, nº 184, 16 março 1907, Lisboa, p. 2.

1339 Campos Lima foi formalmente acusado pela polícia académica de ter sido um dos principais autores dos incidentes da crise de 1907. A esta acusação respondeu “pública e enérgicamente” em 23 de março desse ano; v. “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 11, março 1957, p. 349.

1340 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d’um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C.^{ia}, Lisboa, 1907, p. 134.a

N.º 186 — LISBOA, 6 DE ABRIL

PARODIA

FUNDADOR
RAFAEL BORDALO PINHEIRO

<p>Publica-se aos sábados Toda a correspondência deve ser dirigida ao administrador da PARODIA PREÇO AVULSO 40 RÉIS Um mês depois de publicado 80 réis</p>	<p>REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — L. do Conde Barão, 50</p> <p>Assinaturas (pagamento adiantado)</p> <p>Lisboa e provincias, anno 12 num. 24000 rs. Brazil, anno 12 num. 24000 rs. Semestre, 12 num. 12000 rs. Africa e India Portuguesa, anno 12 num. 24000 rs. Colheita pelo correio..... 3000 rs. Estrangeiro, anno 12 num. 24000 rs.</p> <p><i>Nota:</i> — As assinaturas por anno e por semestre acceptam-se em qualquer data; tem porém de começar sempre no 1.º de Janeiro ou no 1.º de Julho</p>	<p>EDITOR — CASSIDO CHAVES</p> <p>Composição e impressão A EDITORA, L. do Conde Barão, 50</p>
---	--	--

O fóro academico



Fig. 39 A crise académica de 1907 (*A Parodia*, 6 abril 1907).



Fig. 40 Bilhete postal do centenário da sebenta, (*Gazeta Illustrada*, 13 julho 1901).

Que a Universidade precisa d'uma reforma radical, d'alto a baixo, é já uma verdade geralmente reconhecida. Não há ninguém que por lá tenha passado, a não ser que seja dotado d'uma crassa estupidez, que não compreenda que é ela um dos principais factores de depressão moral e intelectual do paiz.

A reforma do ensino, proposta pelos estudantes contestatários, incluía a aposentação compulsiva de lentes, sobretudo os da Faculdade de Direito¹³⁴¹, “porque os lentes de Direito são simbolicamente a expressão mais perfeita e concreta d'esse ensino refalsado, que só serve a imbecilizar quem a ele se adapta mentalmente e que nunca contribuiu para o desenvolvimento intelectual de ninguém¹³⁴²”, bem como a criação de cursos de Direito em Lisboa e no Porto¹³⁴³. No sistema de ensino que os estudantes contestavam não havia, efetivamente, lugar para a investigação e para a inovação, mas apenas para a repetição de teses e teorias de antigos mestres, muitas vezes com centenas de anos.

A reforma da estrutura, dos objetivos e das orientações da universidade portuguesa¹³⁴⁴ acabou por ser realizada pela República em 1911. Apesar da imediata insistência de muitos professores¹³⁴⁵, ainda não havia, décadas mais tarde, uma única rubrica orçamental destinada especificamente à investigação científica, embora, estatutariamente, esta fosse uma atividade obrigatória. Num relatório redigido por Abel Salazar e apresentado à Faculdade de Medicina

1341 A Faculdade de Direito resultou da fusão das Faculdades de Cânones e de Leis realizada pela Reforma de Passos Manuel de 1836.

1342 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d'um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C.^{ia}, Lisboa, 1907, p. 176.

1343 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 11, março 1957, p. 347.

1344 Quando já se pensava em criar uma nova universidade em Lisboa, a Universidade de Coimbra continuava a ser fortemente atacada pela sua decadência e ineficácia tanto no ensino como na investigação. Em sua defesa saiu o professor de botânica Júlio Henriques, publicando em janeiro de de 1911 um artigo que foi transcrito um ano depois na *Revista de Chimica Pura e Aplicada* pelo professor de Química do Porto, Ferreira da Silva; v. A.J. Ferreira da Silva, “A Universidade de Coimbra e os seus estabelecimentos de ensino das sciencias naturaes”, em *Revista de Chimica Pura e Aplicada*, Vol. VIII, 8º Ano, 1912, pp. 261–266.

1345 Ver, por exemplo, A.J. Ferreira da Silva, “A Importância e Dignidade da Sciencia e as Exigencias da Cultura Scientifica”, em *Annaes Scientifcos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. VI, nº 4, 1911, p. 210–214.

do Porto sobre o XX Congresso de Anatomia de 1925 realizado em Turim, pode ler-se o seguinte¹³⁴⁶:

Um outro ponto a que me quero referir é a penosa impressão que se recebe ao examinar as instalações magníficas e o excelente e numeroso material de que dispõem os laboratórios italianos e nos recordamos do que essa instalação e material é entre nós. O Instituto de Anatomia de Turim ocupa um edifício maior do que a nossa Faculdade; a instalação é quasi luxuosa, o material completo e moderno, a biblioteca recheada de revistas em todas as línguas. Facto curioso a assinalar: para esta instalação contribuiu largamente a municipalidade de Turim. A dotação do Instituto, considerada pelo seu Director, Prof. G. Levy, como insuficiente, é de 25 mil libras anuais, isto é, superior a 20 contos!

Na década de 1930, corriam opiniões segundo as quais a responsabilidade do atraso geral da ciência portuguesa se deveria atribuir “às nossas instituições de ensino superior e aos seus homens, porque a essas entidades competia a feitura da ciência.” A este respeito, o médico Cristiano de Moraes era bem claro¹³⁴⁷:

A Universidade não pode continuar a ser o que tem sido. Há-de ser a verdadeira escola da vida e não o ninho de ratos, morcegos e toupeiras, que hoje é. Precisa esfregão, arejo, sol a ródos e desinfecção. [...] Atitudes farfalhudas, energúmenas, besuntadas duma falsa ciência e hipócrita cultura, há por aí muitas. Está delas cheia a nossa Universidade. [...] Não! Bonecos de Pim-Pam-Pum de falsa ciência, que chammas não pensam, não podem continuar a ser alçados à Universidade. [...] Não é o estudioso, o espírito culto e fecundo que precocemente encaneca a estudar, com independência,

1346 *Anuário da Faculdade de Medicina do Porto, Anos lectivos de 1919-1920 a 1926-1927*, coord. Alberto de Aguiar e Hernâni Monteiro, Vol. XIV, Emp. Indust. Gráfica do Porto, Lda., 1928, p. 438.

1347 Cristiano de Moraes, *A Universidade e a Nação*, Porto, 1937, pp. 20, 57, 63, 66.

individualidade e opinião firme, que entra no Professorado! Não! É o untuoso, o melífluo, o intriguista, aquêle que sabe dizer coisas ao ouvidinho do mestre, que lhe fala à vaidade e à lisonja, que se sabe insinuar, que sabe ir dizer-lhe quais os alunos que o admiram ou que o detestam!

Eram palavras duras, mas de certa forma compreensíveis, de quem estava resabiado pela “injustiça” de ter sido preterido num concurso à Faculdade de Medicina do Porto...

Outras opiniões atribuíam o atraso científico nacional à “inferioridade ingénita do português para o esforço paciente, moroso e de resultado individual incerto que o trabalho de investigação científica exige.” Cyrillo Soares concluía que “nenhuma destas proposições é segura¹³⁴⁸”. Ilibava os professores porque nem eles nem as escolas tinham as mínimas condições para realizar trabalho científico — faltavam equipamentos, pessoal técnico e tempo para dedicar à investigação¹³⁴⁹:

A Escola superior portuguesa, creio-o firmemente, entregar-se-á com entusiasmo e com dedicação à nobilíssima tarefa de criar ciência, quando provida dos órgãos que lhe faltam, as instalações, os equipamentos, o pessoal suficiente e postos estes em condições de bom funcionamento, o puder fazer, sem prejuízo do ensino, serena e confiadamente.

O físico Cyrillo Soares afirmava que a investigação em física, em Portugal, estava atrasada “porque a investigação neste campo teve sempre, e tem hoje mais do que nunca, exigências que só podem ser satisfeitas por uma organização poderosa e não pelo indivíduo isolado e sem recursos.” A sua opinião sobre as fracas condições para a prática científica era partilhada pelo histologista Abel Salazar, ao declarar que o estado das universidades portuguesas desta época (década de 1930)

1348 A. Cyrillo Soares, *Possibilidades de cooperação portuguesa na construção da física moderna*, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1937, pp. 8–9.

1349 *Idem*, p. 11.

era caracterizado por um “ambiente péssimo e por dotações miseráveis”, e era por isso pouco propício ao desenvolvimento da ciência¹³⁵⁰:

O marasmo geral das nossas universidades, as suas lutas intestinas, o espírito mais burocrático do que científico que nelas ainda hoje domina, a forma da sua organização hierárquica, bem como as penosas circunstâncias dos laboratórios no que diz respeito a dotações e material, são os principais factores que impedem o desenvolvimento da ciência portuguesa.

Em 1933, Anselmo Ferraz de Carvalho (1878–1955), diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, relembra a receita para uma verdadeira reforma de estudos superiores, apresentada em 1913 por Henrique Teixeira Bastos (1861–1943)¹³⁵¹ e baseada na criação de “um forte núcleo de professores, educados nos grandes meios científicos, e verdadeiramente apaixonados pela sua profissão e pela cultura desinteressada da ciência”, apenas para concluir que, passados 20 anos, nada de significativo se tinha feito para atingir esse objetivo. Para além disto, Ferraz de Carvalho concluía que outras importantes condições tinham igualmente falhado: “meios de vida relativamente desafogados e de harmonia com a sua [dos professores] função social”, e “dotações orçamentais dos laboratórios, bibliotecas e museus.” Depois de relatar as deficientes condições de trabalho dos professores, concluía que “a questão do *full time* vista por tantos com antipatia” deveria ser discutida e que o investimento no ensino superior deveria ser finalmente realizado, para que em Portugal pudessem acontecer o que tinha sucedido no Japão, onde, em poucas dezenas de anos, se tinha atingido uma situação esplêndida, como o demonstrava a pujante produção científica verificada naquele país. Com alguma resignação concluía: “não podemos esperar tanto, mas temos direito a esperar muito, da aplicação entre nós dos mesmos métodos de reorganização universitária¹³⁵²”.

1350 Adriano Rodrigues, *A Universidade do Pôrto: actividade científica, acção social, aspirações, missão na vida nacional*, Porto, maio 1933, p. 35.

1351 Anselmo Ferraz de Carvalho, “Professor Henrique Teixeira Bastos”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XI, nº 1, 1943, Universidade de Coimbra, pp. 5–19.

1352 A. Ferraz de Carvalho, “Reformas de ensino universitário”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IV, nº 2, 1934, Universidade de Coimbra, pp. 73–77.

As más condições de trabalho tinham efeitos na qualidade da pouca ciência que se fazia, como o reconheciam os próprios investigadores. No prefácio das suas *Lições sobre a Cultura e Literatura Portuguesa* (1933), Hernâni Cidade pede a compreensão dos leitores para deficiências e imperfeições na sua obra porque “os estudos são feitos nas condições em que em Portugal o professor universitário, que vive da sua função, é coagido a trabalhar. São absorventes os cuidados e as responsabilidades do ensino e não ficam sobras de tempo que cheguem para as obras impecáveis de investigação ou crítica. Elaborar livros em tais condições, só é possível pelo sacrifício, à dignidade da função, do tempo que se deveria destinar ao repouso do espírito.” Em 1934, Américo Pires de Lima — constatando a “falta de livros, falta de auxiliares, falta de aparelhagem, falta de tudo”, a que se somam “a falta de apoio moral, a falta de simpatia, a falta de compreensão, a falta de ambiente, a falta de estímulo” — não compreendia que se lamentasse ou censurasse, “com mal disfarçado azedume ou em remoque directo”, “que um sábio português jamais tenha tido a consagração suprema de um prémio Nobel” e “que a ciência portuguesa só criasse no seu ventre mirrado frutos secos ou modestos¹³⁵³”. Em 1935, a falta de institutos, novos ou remodelados, e de investigadores em número suficiente eram justificações para a investigação portuguesa não ocupar um lugar “ainda mais alto na ciência mundial”, segundo se afirmava¹³⁵⁴. Mesmo para os limitados recursos humanos, as carências laboratoriais atingiam níveis totalmente inaceitáveis. Nas Faculdades de Ciências e outras Escolas Superiores, “as Bibliotecas são de uma pobreza franciscana”, afirmava em 1942 o biólogo Eusébio Tamagnini¹³⁵⁵. No Relatório do Diretor da Faculdade de Ciência de Coimbra referente ao ano 1944–1945, afirmava-se que “os trabalhos de laboratório do Prof. Dr. João Rodrigues de Almeida Santos” continuavam “suspensos por não ter sido possível ainda

1353 Américo Pires de Lima, “A Universidade e as colónias”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XIX, nº 2, 1934, p. 107.

1354 Manuel Soares, “No domínio da investigação”, em *Scientia, Revista de divulgação científica*, Vol. I, nº 6, julho 1935, p. 174.

1355 Eusébio Tamagnini, “Discurso na Sessão inaugural da Secção das Ciências Naturais do Congresso”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1943, p. 142.

substituir a ampola de Raios X que se fundiu há cerca de um ano¹³⁵⁶”!

Numa sessão da Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa em 18 de julho de 1946, Herculano de Carvalho declarava que era necessário introduzir em Portugal os mais modernos aparelhos científicos e formar os técnicos que os pudessem operar, para que a nossa Ciência e Indústria pudessem acompanhar o desenvolvimento das de outros países. Seria desejável uma coordenação entre laboratórios das Escolas Superiores com capacidade experimental relevante e os laboratórios de um possível organismo central e desta forma fornecer com equipamentos de medida e de teste o tecido industrial e meio científico do país. Reconhecia que o estado do país neste domínio era confrangedor mas que tinha a esperança que um dia a situação pudesse mudar¹³⁵⁷. Relatos da década de 1950 revelam que parte do material escolar era utilizado “em trabalhos científicos” e o pessoal docente ocupava parte do seu tempo nestes trabalhos¹³⁵⁸. Do orçamento universitário iria para a investigação científica menos do que 0,05%.

A revista *Ver e Crer* publicava um artigo em 1949, no qual se comparava o orçamento das universidades portuguesas com os proventos anuais do realizador americano mais bem pago da época, Leo McCarey — calculados em 28 mil contos —, concluindo que este famoso realizador ganhava o suficiente para pagar as despesas anuais da Universidade de Coimbra, da Universidade Técnica de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, “com todos os seus institutos, museus e laboratórios anexos¹³⁵⁹...”

Para além da falta de infraestruturas, um outro fator que condicionou o desenvolvimento científico na primeira metade do

1356 “Relatório apresentado ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Director da Faculdade de Ciências”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XIII, nº 2, 1945, Universidade de Coimbra, p. 231.

1357 Herculano de Carvalho, “Nota sobre uma condição necessária do nosso progresso industrial”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XVIII, junho-julho 1946, pp. 208-215.

1358 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 51.

1359 Artur Sousa de Oliveira, “Um realizador americano ganha mais que o suficiente para custear todos os gastos das universidades de Coimbra e Técnica de Lisboa”, em *Ver e Crer*, nº 46, fevereiro 1949, pp. 83-84.

século XX foi o baixo salário auferido pelos professores universitários¹³⁶⁰ e investigadores, que, em muitos casos, era o único meio de subsistência de que esses profissionais dispunham para si e suas famílias. Em 1906, os professores Araújo Gama, na oração de sapiência desse ano na Universidade, e Daniel de Matos, num artigo publicado no *Movimento Médico*, lamentavam o reduzido ordenado que recebia o professorado superior em Portugal e retiravam a seguinte conclusão¹³⁶¹:

Os institutos de ensino superior não terão como candidatos ao magistério os melhores diplomados, porque esses terão sempre facilidade, com menor trabalho e dispendio, de encetar carreira fóra do professorado, conseguindo meios para viverem em condições regulares, em vez de procurarem o magisterio superior, engrossando a falange dos proletários d'esta classe tão mal remunerada pelo Estado.

A lei facultou aos professores a acumulação de regências, transformando-os “em *maquinas de fazer discursos* sôbre os mais variados assuntos, com manifesto prejuízo da especialização da sua cultura científica e da eficiência social das suas actividades docentes”; “a fazer discursos não se investiga, e sem investigação não há progresso científico¹³⁶²”, afirmava Eusébio Tamagnini.

1360 Sobre a história dos salários dos professores universitários, ver o interessante trabalho do cardeal Cerejeira, M. Gonçalves Cerejeira, *Notas históricas sobre Ordenados dos Lentes da Universidade*, separata da revista *Biblos*, Vol. II, nº 12, Vol. III, nº1, Oficinas da “Coimbra Editora, Coimbra, 1927. Os salários que vinham do tempo de Filipe I só foram corrigidos por uma Provisão de D. José de 29 de junho de 1754. Posteriormente, com a Reforma Pombalina de 1772, foram muito melhorados, dobrando em alguns casos. Segundo as conclusões de Cerejeira (1926), “aos períodos de esplendor da Universidade correspondeu uma alta nos vencimentos dos seus professores”, no entanto, “os ordenados dos lentes tem baixado em Portugal, com o progresso das luzes”, sendo até inferiores aos de outras funções equiparadas; v. *Idem*, pp. 41, 60–68. Em 1884, Ricardo Jorge afirmava que “os honorários do professor [universitário] eram regulares ha 50 annos, em que as condições economicas eram outras; hoje a permanencia d'essa tarifa é uma vergonha para quem a dá e vexa a quem a recebe”; v. Maximiano Lemos, *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 1º Ano, 1883, Depósito Geral: Campos & Godinho, Porto, 1884, pp. xiii–xiv.

1361 “Os vencimentos dos professores das Escolas Superiores de Pharmacia, em França; a penúria do nosso professorado superior; os terços por diuturnidade de serviço”, em *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Vol. II, 2º Ano, 1906, pp. 192–193.

1362 Eusébio Tamagnini, “Discurso na Sessão inaugural da Secção das Ciências Naturais do Congresso”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1943, p. 141.

Nas primeiras décadas do século XX, era evidente que o baixo ordenado auferido pelos assistentes condicionava a entrada de bons professores e cientistas jovens para as universidades portuguesas. A situação agravou-se a tal ponto que as autoridades tiveram que rever a situação. Em 1926 foi decretado que todos os lugares de professores seriam providos por concurso através de provas públicas¹³⁶³ e foi anunciado um aumento de salários nas universidades¹³⁶⁴. Porém, em 1928, Simões Raposo ainda se queixava dos baixos salários¹³⁶⁵:

A remuneração do pessoal docente é parca e insuficiente para a satisfação das necessidades mínimas de um homem civilizado e de um chefe de família, o que obriga, quem não tem fortuna própria, a buscar em outros lugares e em outras ocupações da sua inteligência, o equilíbrio do seu orçamento.

No início da década de 1930, foi dirigido um abaixo-assinado dos catedráticos de Coimbra ao ministro da tutela — onde não constavam os prestigiados nomes de Joaquim de Carvalho, Vergílio Correia e Aurélio Quintanilha — em que se lamentava, entre outras coisas, os baixos salários¹³⁶⁶. De acordo com Eduardo Salgueiro, o salário dos catedráticos rondaria os 3 mil escudos, quando o salário médio de um chefe de família em Portugal rondava os 500 escudos. Embora reconhecendo que o salário dos professores era baixo, Eduardo Salgueiro criticava a atitude dos catedráticos, que deveriam preocupar-se em melhor servir o país em vez de reivindicar maior autonomia ou melhores salários¹³⁶⁷. Esta era uma posição populista que certamente

1363 Neste mesmo ano foi decretada a supressão da tese obrigatória de fim de curso nas Faculdades de Medicina, uma medida que foi considerada muito prejudicial aos estudos médicos; v. *Relatórios, Propostas e Projecto de Orçamento, para o ano económico de 1930-1931*, Junta de Educação Nacional, Lisboa, 1930, p. 23.

1364 J.A. Pires de Lima, *Fora da Aula*, Araújo & Sobrinho, Suc.^{tes}, Porto, 1929, p. 225.

1365 Luís Simões Raposo, “Reflexões sôbre a Universidade de Évora (VI)”, em *Seara Nova*, Ano VII, nº 142, 20 dezembro 1928, Lisboa, p. 418.

1366 É de referir que durante muito tempo, com início na época de D. João III, os salários dos professores universitários foram considerados elevados; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 25, 30; M. Gonçalves Cerejeira, *Notas históricas sobre Ordenados dos Lentes da Universidade*, separata da revista *Biblos*, Vol. II, nº 12, Vol. III, nº 1, Oficinas da “Coimbra Editora, Lda.”, Coimbra, 1927, pp. 25-32.

1367 Eduardo Salgueiro, *O suicídio dos catedráticos de Coimbra*, Cadernos de Cultura Democrata, Renovação Democrática, Tipografia da Seara Nova, Lisboa 1933.

agradava a muita gente, mas não ao professor Américo Pires de Lima, que reagiu desta forma¹³⁶⁸:

Já se pôde ler em letra redonda este princípio lapidar: tanto devia ganhar o professor universitário como um servente, pois nos dois era igual a capacidade gástrica!...

E continuava:

Desde que a escala de valores é aferida, não pela capacidade mental, mas pela capacidade do estômago, bem temos que concordar que muito superior é o mérito do porco, a êsse respeito mais abundantemente dotado.

Não só os salários eram baixos como também os professores tinham que retirar muitas vezes do seu bolso o dinheiro para cobrir as despesas com o seu trabalho científico. Em 1936, Santos Júnior confessava que não tinha tido tempo de estudar de forma cuidada um exemplar de foca existente no Museu de História Natural de Coimbra porque “como tive de realizar à minha custa a viagem a Coimbra, aproveitei um comboio extraordinário que, a preços reduzidos, foi organizado no Pôrto em 17 de junho, por motivo de uma competição desportiva realizada naquela cidade, e assim não pude dispor para trabalhar no Museu senão de duas escassas horas¹³⁶⁹”.

Em 1938, o ordenado de um assistente continuava a ser inferior ao de um engenheiro ou de um professor do ensino liceal em início de carreira. Os próprios professores catedráticos só ao fim de muitos anos conseguiam ter salários satisfatórios¹³⁷⁰. Em 1941, um decreto do Ministro da Educação Nacional¹³⁷¹ tentava remediar a situação, mas em 15 de novembro de 1942, no Centro Académico de Democracia Cristã, em Coimbra, Marcelo Caetano ainda afirmava¹³⁷²:

1368 Américo Pires de Lima, “A Universidade e as colónias”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XIX, nº 2, 1934, p. 107.

1369 J.R. dos Santos Júnior, “As Focas portuguesas”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto*, Vol. XXI, nº 3, 1936, p. 189, nota 3.

1370 A. Celestino da Costa, *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, 1939, pp. 27–28.

1371 Decreto nº 31.658 de 25 de novembro de 1941.

1372 Marcelo Caetano, *Universidade Nova: o problema das relações entre professores e estudantes*, Coimbra, 1943, p. 24.

As condições económicas dum professor universitário em Portugal, especialmente nos grandes centros, comparada com um diplomado da mesma escola que exerça profissão liberal, são más. Mesmo em absoluto, estão longe de ser boas. Daí a necessidade que o professor tem de aplicar a sua actividade fóra do ensino.

Para se manter na carreira, ou o professor possuía bens de fortuna pessoal ou tinha que acumular o serviço docente com outras actividades, o que não lhe dava tempo para realizar investigação. Muitas vezes usava o seu próprio dinheiro não só para viagens, como já referimos, mas também para comprar equipamentos e consumíveis para os laboratórios, esperando mais tarde ser ressarcido. Como a situação piorava constantemente, novas vozes se levantaram contra o estado precário em que se encontrava o corpo docente universitário, reclamando que o trabalho científico deveria ser justamente compensado pelo seu valor material e cultural. Assim o afirmava, em 1957, José Antunes Serra¹³⁷³:

Esta questão da paga dos cientistas e dos trabalhadores científicos em geral só será resolvida quando os dirigentes políticos e financeiros se compenetrarem do valor da ciência, isto é, quando os chamados «valores espirituais» se cotarem pelo autêntico valor que têm.

Em 1961, era o próprio governo a reconhecer que havia falta de docentes universitários. Os factos eram demasiado evidentes — apesar de haver onze vagas disponíveis em trinta lugares no quadro de professores catedráticos do Instituto Superior Técnico, essas vagas não eram preenchidas por falta de candidatos. O mesmo se passava noutras escolas superiores, não só com os professores catedráticos mas também com os assistentes. A razão continuava a ser a mesma: os assistentes recebiam menores salários do que os seus colegas que

1373 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 28.

optavam pelo trabalho na indústria¹³⁷⁴, e os professores viam-se na obrigação de complementar os seus magros salários com atividades extrauniversitárias¹³⁷⁵.

Para muitos, a investigação científica continuava a ser a grande vítima desta situação. Mas nem todos pensavam desta forma. O engenheiro geógrafo António Vilela Lobo (1902–1966) afirmava, em 1933, e reafirmava, em 1944, que os baixos salários eram apenas desculpas de alguns docentes, que ninguém obrigara a ser professores, e que havia exemplos de docentes “que, com os mesmos honorários, dedicam ao ensino todos os recursos do seu espírito.” Feitos estes comentários acrescentava: “é assim que a incompetência de alguns [professores], aliada ao desinteresse de muitos outros, tem feito do nosso ensino superior uma desoladora vergonha¹³⁷⁶”. O professor liceal Cruz Malpique também achava que a fraca produção científica dos professores universitários não se devia às suas magras remunerações. Em sua opinião, “ainda que lhes sobrasse dinheiro, nem assim o seu *currículum* seria menos pobre; o mal radica mais fundo¹³⁷⁷...” Cruz Malpique não explicitou neste texto o mal profundo a que se referia, mas, noutros escritos, opinava que o desinteresse da maioria dos professores, por mais bem pagos que fossem, se devia à sua falta de amor pela ciência. E acrescentava¹³⁷⁸:

É, em todo o caso, convicção nossa que, ainda que o Estado lhes pagasse dez vezes mais do que lhes paga, fariam — muitos deles — o que fazem. Aos bons honorários que o Estado lhes

1374 O mesmo se passava com os professores do ensino secundário e médio. Os salários eram baixos e chegavam muitas vezes atrasados “por fúteis motivos burocráticos.” Em 1958, afirmava-se que “não é pelo menos razoável que uma carreira que exige longas canseiras e requer contínuo estudo e consequente desgaste, seja economicamente menos favorecida que outras de menor projecção.” “Que representa ele [o professor], na opinião pública, ao lado do advogado, do medico, do engenheiro? É triste para lhe não chamar escandaloso e degradante, que uma função das mais belas, de maior alcance e responsabilidade, nem sequer tenha o justo apreço e condigna recompensa!” V. José Adrião Ribeiro Tavares Monteiro, *Problemas da Escola*, Porto, 1958, pp. 16–17.

1375 A. Teixeira Pinto, *O Ensino da Engenharia e o Progresso da Nação*, Comunicação 35, Congresso do Ensino de Engenharia, Lisboa, 1962, pp. 7–11.

1376 A. Lóbo Vilela, *Questões Pedagógicas (Reforma do ensino)*, Cadernos da “Seara Nova”, Secção de Estudos Pedagógicos, Lisboa, 1944, p. 16.

1377 Cruz Malpique, *Rocha Peixoto — O seu magistério de cariz demófilo*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 31, 1987, p. 6.

1378 Cruz Malpique, “Universidade e Investigação Científica”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 311, maio 1973, pp. 375–377, 383–384.

desse, quereriam juntar mais e mais. O rei da fábula manda seguir, não manda chover. O imperativo, para uns quantos mestres universitários, manda ganhar, não manda leccionar.

Contestava ainda as desculpas salariais com que alguns tentavam justificar a pouca atividade científica nas universidades portuguesas, acusando a maioria dos professores de comodismo, oportunismo, irresponsabilidade e desonestidade¹³⁷⁹.

Apesar de serem muito severas as posições sobre os salários dos professores universitários, expressas por Vilela Lobo e Cruz Malpique, elas não eram as mais radicais... Havia quem pensasse que a precariedade salarial dos investigadores e professores era uma vantagem para o desenvolvimento científico!... O famoso anatomista e embriologista americano Franklin P. Mall (1862–1917) chegou a afirmar: “quando ouço um jovem perguntar-me se a carreira científica lhe dará compensações materiais, concluo que o jovem estará apto para todas as carreiras menos para a de investigador.” Alfredo Bensaúde (1856–1941)¹³⁸⁰ declarava que o aumento de vencimentos dos professores poderia ter como efeito piorar o ensino em vez de o melhorar, visto que tais aumentos podiam atrair pessoas mais pelo dinheiro do que pela vocação^{1381,1382}. Não é ainda invulgar encontrar pessoas que pensam que o ordenado de um cientista deve ser modesto, porque faz aquilo de que gosta – o que não é o caso de muitos outros profissionais que

1379 Cruz Malpique, “Universidade e Investigação Científica”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 311, maio 1973, pp. 373–384; Cruz Malpique, “Pedagogia e consciencia deontológica a nível universitário”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 310, abril 1973, pp. 319–324.

1380 Em 1949, foi instituída a bolsa de estudos “Alfredo Bensaúde” no Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST) para o estudante mais qualificado, que, após a conclusão do curso, desejasse especializar-se em Física Atómica na Universidade de Columbia nos EUA. Esta bolsa foi criada pelo filho do homenageado, que vivia em Nova Iorque, depois de ter conhecimento do descerramento de um busto de seu pai no IST; v. “Noticiário: Foi instituída uma bolsa de estudo ‘Alfredo Bensaúde’”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 2, janeiro 1950, p. 55.

1381 Alfredo Bensaúde, *O Instituto Superior Técnico e o Desenvolvimento da Indústria Nacional*, separata da *Águia* (n.ºs 61–63), Typografia da Renascença Portuguesa, Porto, 1917, p. 6, nota 1; A. Celestino da Costa, *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, 1939, p. 29.

1382 Cruz Malpique afirmava que “possui vocação científica todo aquele que quer à verdade pela verdade, à ideia pela ideia, ao pensamento pelo pensamento, arrastado por uma paixão que o fecha aos maiores rumores do mundo. Não o preocupam desejos de riqueza (a mediania lhe basta), não o sugam apetites de triunfo político, não o fascinam as bagatelas da chamada vida de sociedade, não corre aos foguetes que deslumbram meio mundo. À sua dama é a verdade, a verdade pura, desinteressada, pela qual se bate, amorosamente, com dedicação total, sem tréguas”; v. Cruz Malpique, “O Doutor José Leite de Vasconcelos”, em *Labor, Revista de ensino liceal*, nº 207, dezembro 1961, p. 155.

trabalham contrariados e, portanto, deveriam obter uma maior recompensa financeira!...

Em meados do século XX, o trabalho universitário, para além de continuar mal pago, tornou-se extremamente absorvente. O alargamento dos quadros das Universidades não acompanhou o aumento do número de alunos, e a consequência foi uma carga letiva exagerada que, em certos casos, atingia as 34 horas semanais efetivas. Em 1947, por exemplo, o número de alunos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa tinha quintuplicado relativamente ao ano letivo de 1919–20¹³⁸³, mas o número de docentes crescera a um ritmo claramente inferior. A má situação parece ter melhorado um pouco nas décadas seguintes, se tivermos em conta o quociente aceitável entre o número de alunos e o número de docentes na Universidade de Lisboa. Em 1966–67, o número de alunos atingia os 11 100, e o número de docentes era de 360; em 1972, os alunos aumentavam para 17 500, e os professores para 564, coadjuvados por 120 monitores¹³⁸⁴. A contratação de monitores melhorava o quociente entre o número de alunos e o número de docentes de 31 para 25,6. Na Universidade Técnica de Lisboa havia, em 1967/68, 5 912 estudantes para 272 professores¹³⁸⁵, o que correspondia a quase 22 alunos por docente. Desde 1946/47 a 1966/67, este indicador — calculado para o ensino superior português — cresceu de 16 para 23, aproximadamente¹³⁸⁶. É útil comparar estes elevados indicadores com os que existiam no final do século XIX nas universidades americanas, os quais variavam entre 14,4 na Universidade de Michigan e 5,1 na Universidade de John Hopkins¹³⁸⁷!

1383 C. Torres de Assunção, “A propósito das condições de vida das nossas Faculdades de Ciências”, em *Gazeta de Física*, Vol. I, Fasc. 3, abril 1947, pp. 65–68.

1384 *Discursos proferidos na acto de posse do Director da Faculdade de Ciências e dos Subdirectores das Faculdades de Letras e de Ciências*, Lisboa, 1972, p. 8.

1385 A. Sedas Nunes, “O Sistema Universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, p. 179.

1386 *Idem*, p. 150.

1387 M. Lewal, “Le Personnel des universités américaines”, em *La Nature*, 27º Ano, 2º Sem., nº 1366, 29 julho 1899, p. 134.

Quanto às condições de trabalho, sempre houve quem achasse que quanto piores elas fossem, tanto maior seria o estímulo para a produção científica, e davam-se exemplos históricos que aparentemente “comprovavam” essa teoria¹³⁸⁸, sem referir, naturalmente, os muitos exemplos contrários¹³⁸⁹. Em 1957, José Antunes Serra contestava esta opinião de forma lapidar: “a mesquinha ideia de que os maus laboratórios fazem os bons cientistas deve ser relegada para o sótão das velharias poeirentas¹³⁹⁰”. Criticava também uma política de investimentos que ainda hoje¹³⁹¹ é bastante vulgar — comprar apenas equipamentos novos, quando era mais necessário investir em recursos humanos e em manutenção¹³⁹²:

Nos nossos laboratórios, e especialmente nos universitários, estamos, em todos ou na maioria dos casos, ainda numa fase de ineficiência quase completa. O pessoal auxiliar é pouco e não é recrutado tendo em vista as suas aptidões para ajudar no trabalho científico. [...] Recentemente há entre nós um surto na direcção de se conseguirem alguns bons laboratórios, mas quanto ao factor humano, parece que não se pensou ainda bem nele. Parece que se parte do princípio (se é que de algum princípio se trata) de que bastará dar dinheiro para aparelhos e instalações e arranjar uns quadros de pessoal, para se obterem bons trabalhos científicos.

1388 O grande químico sueco Carl Wilhelm Scheele (1742–1786) fazia os seus trabalhos numa pequena oficina de farmácia apenas com alguns frascos e tubos de vidro; v. Fernand Papillon, “Les Laboratoires en France et à l’Étranger,” em *Revue des Deux Mondes*, Ano XLI segundo período, tomo 94, Bureau de la Revue des Deux Mondes, Paris, 1871, p. 597.

1389 São bem conhecidas as boas condições de trabalho e os bons equipamentos de que usufruíram cientistas como Lavoisier, Humphrey Davy, Gay Lussac, Berzelius, Liebig, Helmholtz, Lord Kelvin e Ramsay; v. Virgílio Machado, *Quadros Históricos da Ciência*, 2º Fascículo, Extrato do *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, 3ª Série, nº 4, Academia das Ciências de Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1918, pp. 5–6.

1390 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 43.

1391 Em nossos dias tomaram-se decisões que enfermavam do mesmo mal, mas com uma agravante: é que os equipamentos ficaram obsoletos muito mais cedo, e alguns deles nunca foram, por isso, desencaixotados.

1392 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, pp. 43, 45.

E ironizava: “é pena que não mandassem vir os aparelhos com corda¹³⁹³, para ver se ‘trabalhavam por si.’¹³⁹⁴”

Ao aproximar-se o último quartel do século XX, o débil estado em que se encontravam as universidades portuguesas era comentado por Daniel Serrão desta forma¹³⁹⁵:

[A Universidade é] uma pobre repartição pública, em regra mal instalada e com orçamentos medíocres, e os professores eram funcionários públicos modestos, mal pagos, sem grandes ambições científicas alguns esperando, é certo, pela hora de serem ministros.

Para alterar estas condições, o autor defendia para a Universidade “a famosa autonomia científica, pedagógica, financeira e administrativa, sempre agitada, como bandeira de reforma, por todos os políticos e sempre negada nas leis publicadas e nas reformas concretamente efetuadas.”

Investimentos Públicos na Investigação Científica

Antes de janeiro de 1929, data da criação da Junta de Educação Nacional (JEN)¹³⁹⁶, a investigação científica universitária era suportada exclusivamente pelas próprias universidades deficientemente financiadas pelo Estado, como já foi dito. A investigação que se fazia fora das universidades resultava do esforço individual de alguns investigadores, associados a instituições civis ou militares que publicavam às suas custas os boletins ou jornais, onde os trabalhos eram divulgados.

No início do 2º quartel do século XX começaram a surgir vozes de vários setores de atividade, clamando pela criação de

1393 Hoje diríamos instrumentos automatizados ou robotizados.

1394 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 49, nota (1).

1395 Daniel Serrão, *Crise Institucional da Universidade*, Edição da Assembleia da Guimarães, Guimarães, 1979, p. 6.

1396 Sobre a história da criação e dos objetivos da Junta de Educação Nacional, v. A. Celestino da Costa, *A Junta de Educação Nacional*, Publicações da Sociedade de Estudos Pedagógicos, Série A-2, Lisboa, 1934.

instituições nacionais de carácter científico para promover as atividades económicas do país. Em 1925, sob o título “Institutos de Investigação Científica” publicava-se a seguinte nota na *Seara Nova*¹³⁹⁷:

O distinto oficial de marinha, capitão de fragata Carvalho Brandão, publicou na *Fólha agrícola* do “Século” um artigo sôbre a organização dos serviços meteorológicos em Portugal, no qual propõe, além de outras disposições, a criação de um *Instituto de Investigação Científica* que, por agora, teria como objectivo especial o aperfeiçoamento da previsão do tempo.

Justíssima ideia que cumpre generalizar e completar. Quanto a nós, deveria haver Institutos vários (de física, de química, de biologia, etc., etc.), coordenados entre si, e dirigidos por uma Junta de Orientação de Estudos, autónoma e com larga dotação, destinada a sustentar os Institutos, bem como a conceder pensões de estudo e subsídios à investigação.

É uma decisão indispensável para a reforma da mentalidade, — tão necessária e tão urgente! — e para o vigoroso desenvolvimento da economia nacional, que tem de fundar-se no conhecimento científico das nossas condições de produção. Se o não percebem os “intelectuais”, percebam-no, ao menos, os agricultores, os industriais, os comerciantes de Portugal!

Em 1928 Simões Raposo reconhecia “a miséria geral dos nossos laboratórios universitários, cujas dotações não chegam, sequer, para a substituição do material que se vai inutilizando, nem para a compra de revistas científicas e de livros novos que mantenham quem trabalha e estuda ao corrente dos progressos e da evolução das ideias”; concluía que “o pouco que lhes é concedido é entregue tardiamente”, sendo “vulgar a demora de 4, 5 e mais meses no pagamento das dotações orçamentais, já de si exíguas¹³⁹⁸”. Celestino da Costa, num relatório que publicou em 1930 como vice-presidente do ramo de

1397 A.S., “Institutos de Investigação Científica”, em *Seara Nova*, nº 56, 17 outubro 1925, p. 151.

1398 Luís Simões Raposo, “Reflexões sôbre a Universidade de Évora (VI)”, em *Seara Nova*, Ano VII, nº 142, 20 dezembro 1928, Lisboa, p. 418.

ciências da recém-criada JEN, tirava as seguintes conclusões sobre o estado da investigação científica em Portugal¹³⁹⁹:

1ª – O ensino, em qualquer dos seus graus, não está organizado de modo a desenvolver e a cultivar a curiosidade natural de aprender. [...]

2ª – O ensino superior tem em todo o mundo civilizado como característica principal a investigação científica. [...] Em Portugal, salvo raras excepções, o ensino superior não tem as características que lhe são próprias. [...]

3ª – O afastamento de Portugal do trabalho científico vem de longa data: por isso não existe entre nós a tradição científica que tanto concorre para orientar os novos para a investigação. [...]

4ª – Do ponto de vista científico, como de outros pontos de vista, Portugal vive isolado dos povos mais cultos. [...]

5ª – A Nação e seus governos não teem compreendido a necessidade da produção científica. [...]

6ª – A condição de investigador não é favorecida entre nós. [...]

7ª – Os investigadores portugueses só raras vezes dispõem das instalações convenientes e trabalham com instrumental adequado e suficiente. Faltam-lhes, também, com frequência recursos bibliográficos. [...]

8ª – A publicação de trabalhos científicos tem sido, e continua a ser, em muitos casos, de dificuldade grande. Publicar obras científicas não dá lucro e custa caro. [...]

9ª – As sociedades científicas, que tão grande papel desempenharam, no século XVIII, para o progresso da investigação, têm ainda hoje grande utilidade por aproximarem os sábios e lhes darem meios de publicar. As nossas são pouco numerosas e de vida precária. [...]

10ª – Verificada a insuficiência dos vencimentos actuais

1399 *Relatórios, Propostas e Projecto de Orçamento, para o ano económico de 1930-1931*, Junta de Educação Nacional, Lisboa, 1930, pp. 30-38.

dos investigadores, na sua quási totalidade universitários [...] encontrar-se-ia solução se se remunerasse á parte o trabalho de investigação. [...]

11ª – [...] A primeira e fundamental condição para as pesquisas científicas é o entusiasmo, o fôgo sagrado, o gôsto do estudo. [Sem eles] é que não existe, nem existirá investigação científica. [...]

Num outro relatório¹⁴⁰⁰, Celestino da Costa afirmava que “no domínio das ciências naturais não se tem feito progressos entre nós”, o que levou o naturalista Eusébio Tamagnini, professor catedrático da Universidade de Coimbra, a reagir, afirmando que “na documentação publicada pelo autor, nada se encontra que justifique que nos outros campos científicos os progressos teem sido maiores¹⁴⁰¹.” Tamagnini generalizava, implicitamente, a todas as áreas, a estagnação científica que não contestava na sua própria área.

Com a criação da JEN, iniciou-se um processo de financiamento direto do Estado à investigação científica universitária. Com recursos extremamente limitados, poucas iniciativas foram porém contempladas, especialmente aquelas que não tinham tradição no panorama científico nacional. Por exemplo, em 1940, Álvaro Machado (1879–1946), professor de Física na Universidade do Porto, queixava-se que o IAC (Instituto de Alta Cultura) — sucessor da JEN — colocava os professores de Física experimental que queriam fazer investigação “num círculo vicioso, exigindo trabalho realizado no campo propriamente dito da investigação, para depois considerarem o caso do auxílio para a compra de material, quando nós precisamos do material para nos continuarmos a preparar nós próprios e os assistentes e se poder depois iniciar trabalho confiadamente¹⁴⁰²”.

1400 A. Celestino da Costa, *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, 1939.

1401 Eusébio Tamagnini, “O Problema da investigação científica em Portugal”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IX, nº 2, 1941, Universidade de Coimbra, p. 288.

1402 Álvaro Machado, “Evolução do estudo da Física experimental na Escola Superior do Porto”, em *Discursos e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa (VIII Congresso) Tomo I, I Secção e II Secção, I Parte*, Congresso do Mundo Português, Vol. XII, Lisboa, 1940, p. 219.

Para uma boa eficácia da atividade científica, os investimentos na ciência devem naturalmente contemplar várias rubricas, embora se deva definir a sua importância relativa de acordo com as condições existentes. Para além da necessidade de investir nos recursos humanos, no equipamento e na sua manutenção, só relativamente tarde se percebeu em Portugal que se deveria investir na constituição de boas bibliotecas científicas. Em 1922, perante a oportunidade de se obter uma assinatura de revistas científicas americanas e inglesas muito mais barata se fosse em duplicado, João Lopes Martins Júnior (1866–1945) — na altura diretor da Faculdade de Medicina do Porto e tendo já exercido o cargo de ministro da instrução (entre 19 de junho e 29 de novembro de 1915) — teria comentado: “mas haverá quem leia tanta revista? Para que servirá tudo isto^{1403?}” Felizmente houve responsáveis que, em face do exemplo estrangeiro¹⁴⁰⁴, pensavam de forma diferente.

Depois de 1929, a JEN e as instituições que lhe sucederam, o IAC e o INIC¹⁴⁰⁵, fizeram investimentos significativos nas bibliotecas científicas, ao ponto de haver, em meados da década de 1980, bibliotecas com qualidade de nível internacional nas universidades portuguesas. Estas bibliotecas desempenharam um papel extremamente relevante para o desenvolvimento da ciência portuguesa nas últimas décadas do século XX. A sua importância tem vindo, porém, a declinar em virtude da introdução generalizada das bibliotecas digitais¹⁴⁰⁶, que permitem o acesso virtualmente instantâneo a quase todas as revistas científicas publicadas no mundo.

1403 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 60.

1404 Em dezembro de 1936, inaugurava-se na Biblioteca Nacional de Paris uma sala de periódicos franceses e estrangeiros, genéricos e especializados, com 5 mil títulos. A Science Library em Londres recebia 12 mil periódicos dos 35 mil que eram mencionados no *World List of Scientific Periodicals*; v. “A Sala dos Periódicos da Biblioteca Nacional de Paris”, em *Revista de Química Pura e Aplicada*, III Série, XII Ano, nº 1, janeiro-março 1937 pp. 27–28.

1405 O Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) foi extinto em 1992 pelo Decreto-Lei nº 188/92, de 27 de agosto, no meio de uma enorme polémica que envolveu por um lado o governo, que desejava a sua extinção, e, por outro, as universidades e a grande maioria dos investigadores que defendiam a sua reformulação; v. *Boletim da Universidade do Porto*, Vol. II, nº 12, 1 fevereiro 1992.

1406 Jorge Pais de Sousa, Maria Teresa Gonçalves, Natacha Catarina Perpétuo, Paula Pereira e Maria de Fátima Costa, “Bibliotecas Digitais e a Informação sobre História da Ciência na Universidade de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1577–1779.

Investimentos Privados na Investigação Científica

Se em Portugal o investimento público na ciência foi sempre muito modesto, os investimentos privados tiveram ainda menor expressão. Enquanto noutros países se verificava, em meados do século XX, um certo equilíbrio entre estas duas fontes de financiamento, em Portugal as empresas privadas quase nada investiam em ciência¹⁴⁰⁷. No início dos anos de 1950, Amândio Tavares reconhecia que “o esforço financeiro [para a investigação científica] terá de ser suportado pelo Estado, já que não temos no País instituições privadas de protecção à pesquisa científica e em vão se tem apelado para a inteligência e para o interesse dos nossos homens de acção e de dinheiro¹⁴⁰⁸”. Alguns anos mais tarde, em 1957, José Antunes Serra reafirmava o mesmo, apresentando algumas justificações de carácter genérico e fazendo previsões pouco otimistas sobre o futuro¹⁴⁰⁹:

No nosso país, com a indústria pouco mais que a principiar¹⁴¹⁰ e com a «atmosfera», de facto existente, de que estas coisas da ciência vêm «lá de fora», quase não há tais excepções e o contributo da indústria para os laboratórios próprios, ou das universidades, creio que será praticamente nulo. Não sei se, e quando, este estado de ânimos se modificará.

Perante a falta de investimento das empresas na investigação científica, Eduardo Coelho propunha, em 1962, que fosse aplicada uma taxa especial à indústria e ao comércio dos produtos farmacêuticos para financiar a “investigação científica das clínicas universitárias¹⁴¹¹”.

1407 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 257–259.

1408 Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p. 68.

1409 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 29.

1410 Em 1960, mais de 64% dos trabalhadores industriais eram operários não qualificados, e apenas 0,9% eram dirigentes ou quadros superiores. Destes 0,9%, apenas 18% tinham um curso universitário e 33% tinham apenas a instrução primária; v. Raul Gomes, *Educação e Humanismo*, Editorial Inova, Porto, p. 19.

1411 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, p. 161.

O desinteresse das empresas portuguesas pelo investimento em ciência e tecnologia poderá explicar-se por uma certa atitude empresarial baseada no princípio de que “a indústria vive dos lucros, não das descobertas¹⁴¹²”. Há industriais que além de não investirem no desenvolvimento científico e tecnológico tentam até travá-lo por motivos puramente comerciais. É prática universal comprar patentes com o objetivo único de impedir a sua exploração pela concorrência. Vemos com frequência grandes companhias comprarem pequenas empresas de alta tecnologia com o objetivo único de as aniquilar antes de se tornarem comercialmente incômodas!

A experiência histórica mostra que os desenvolvimentos científicos e industriais são fortemente interdependentes, estimulando-se mutuamente. Em 1958, Egídio Namorado afirmava que “sem bons laboratórios e sem uma indústria que suscite e estimule a resolução de problemas, não pode haver verdadeiro trabalho científico que interesse equipas de investigadores e não apenas trabalhadores isolados que, cedo ou tarde, acabarão por estiolar ou cairão num enciclopedismo superficial e infecundo¹⁴¹³”. A ausência de investimento da indústria portuguesa na inovação científico-tecnológica é certamente uma das razões históricas que justifica não só os atrasos da indústria e da economia, mas também o atraso da ciência. A pouca ligação das universidades às indústrias torna a ciência economicamente inútil e conduz ao estiolamento da atividade produtiva inovadora.

Até à década de 1970, foi muito escassa entre nós a investigação com aplicação industrial. Na década de 1950 foram criados alguns laboratórios nacionais¹⁴¹⁴ com o objetivo de realizar investigação aplicada, mas a sua atividade não foi suficientemente vigorosa. Não se assistiu à incorporação nas linhas de montagem de processos com marca portuguesa nem se comercializaram produtos industriais inovadores.

1412 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 47.

1413 Egídio Namorado, *Ponto de Vista — Ensaios*, edição do autor, Textos Vértice, Typ. da Atlântida, Coimbra, 1958, p. 151.

1414 O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1946); o Instituto de Biologia Marinha (IBM) (1950); o Instituto Nacional de Investigação Industrial (1957); o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV) (1957); o Laboratório de Física e Engenharia Nuclear (1958) e o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) (1959).

A nível privado, realizou-se alguma investigação na Companhia União Fabril (CUF)¹⁴¹⁵, a partir do final da década de 1950, num Centro de Investigação que passou a funcionar em Sacavém e em laboratórios associados à empresa, onde dezenas de engenheiros e investigadores trabalharam nos domínios industrial e agrónomo. O Centro registou duas patentes em 1965 mas, envolvido em constantes dificuldades, acabou por ser extinto¹⁴¹⁶.

Em Portugal tem sido difícil colocar a cooperação entre as universidades e a indústria a um nível suficientemente elevado, ou por falta de interesses comuns ou por dificuldade de diálogo¹⁴¹⁷. Após a integração de Portugal na União Europeia, foram disponibilizados fundos para estimular essa cooperação, tanto a nível nacional como internacional, mas nem por isso os progressos foram notáveis. Os exemplos frutuosos nos países desenvolvidos deveriam alertar os académicos e os industriais portugueses para os benefícios mútuos de uma colaboração séria, empenhada e persistente.

Nos últimos anos, o ambiente está lentamente a mudar com o aparecimento de empresas tecnológicas, resultantes da iniciativa e colaboração de investigadores científicos. Espera-se que essa tendência se assentue e se desenvolva, de modo que a indústria nacional possa beneficiar do esforço científico nacional tal como acontece noutros países tecnologicamente mais desenvolvidos.

1415 A CUF foi fundada em 1865 e começou por ser dirigida por membros da nobreza, como o Visconde da Junqueira, o Conde de Burnay e o Visconde de Gandarinha. Correu risco de falcência em 1872 e 1890, mas em 1907 ganhava um certo fôlego com a construção no Barreiro das primeiras fábricas de ácido sulfúrico e de superfosfato. O empreendedorismo de Alfredo da Silva (1871–1942) e o apoio do Estado Novo tornaram a CUF numa empresa de sucesso, que foi continuado com a gestão do genro Manuel de Melo e do neto Jorge Augusto Caetano de Melo até à sua nacionalização em 1975; v. Luiz de Almeida Alves, “Indústria Química — Aspectos do Desenvolvimento Industrial,” em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, II Vol., Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 1469. Os condicionalismos legais impostos às colónias, para proteger indústrias metropolitanas como a CUF, e as relações comerciais daí decorrentes podem ler-se no folheto *Subsídios para a História da CUF*, edição de José Sousa Soares, Vila Nova de Gaia, 1974. As atividades da CUF de 1908 a 1958 podem ler-se em *Cinquenta Anos da CUF no Barreiro*, coord. Harrington Sena, Direção das Fábricas do Barreiro da Companhia União Fabril, Estúdios Cor, Lisboa, s/d [1959].

1416 João Caraça, “Ciência e Investigação em Portugal no século XX”, em *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, I. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, coord. Fernando Pernes, Edições Afrontamento, Porto, 2002, p. 219.

1417 Atualmente, em Portugal, apenas cerca de 20% dos investigadores trabalham na indústria, ao contrário dos EUA onde este número chega aos 80%.

Exíguo Mecenate Científico

O mecenato — mecenatismo, ou mecenismo — científico é um complemento ao financiamento estatal ou empresarial na ciência, que em muitos países tem tido uma grande importância, mas que em Portugal é quase insignificante¹⁴¹⁸ apesar das várias tentativas governamentais para alterar a situação¹⁴¹⁹. A falta de mecenas¹⁴²⁰ na área científica não é, porém, uma singularidade portuguesa, verificando-se, igualmente, noutros países latinos de cultura católica¹⁴²¹, onde as pessoas preferem fazer doações a instituições religiosas ou de caridade¹⁴²². Em 1919, o professor e jornalista Agostinho de Campos (1870–1944), referindo-se a este facto, afirmava:

1418 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 263–269.

1419 Sobre as várias formas de mecenato em Portugal, consultar Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969.

1420 A palavra mecenas tem origem num ilustre romano. De acordo com o Pe. Bluteau, “Mecenas — Cayo Cívlio Mecenas, Cavalheiro Romano, florescia no tempo de Augusto, que o estimava, e lhe queria muito. Entende-se, que elle descendia da família dos Cívlios, que era huma das mais nobres da Heturrian ou Toscana. Foy Author de algumas obras engenhosas, e entre outras de hum livro, intitulado *Prometheo*. Morreo Mecenas no anno 746. da fundação de Roma, oyo annos antes da Era Christãa. Favorecia aos homens doutos, e era particular amigo de Virgílio, e Horácio. Com este género de estimação eternizou o seu nome, e mereceo que se perpetuasse nos homens, protectores das letras, e dos Letrados”; v. Rafael Bluteau, *Supplemento ao Vocabulário Portuguez e Latino*, Patriarcal Officina da Musica, Lisboa Occidental, 1728, p. 27.

1421 Ivo Carneiro de Sousa, *Legados Pios do Convento de S. Francisco do Porto. As fundações de missas nos séculos XV e XVI*, separata do *Arquivo Distrital do Porto*, Vol. I, Porto, 1982; Ana Cristina Araújo, “Vínculos de ‘Eterna Memória’: Esgotamento e Quebra de Fundações Perpétuas na Cidade de Lisboa”, em *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular*, Centro de História da Cultura–História das Ideias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 20 a 23 de novembro de 1998, Terramar, 1999, pp. 433–442.

1422 As motivações para o mecenato podem ser muitas e variadas: prazer de dar, desejo de modificar uma situação deficiente ou errada, esperança de obter um benefício superior à dádiva, conseguir a salvação eterna ou a imortalidade, narcisismo ou complexo de superioridade para compensar uma real inferioridade. Para mais informação sobre a psicologia dos mecenas, ver, por exemplo, F. Oliver Brachfeld, *Los Complejos*, Talleres Gráficos Esparza, Caracas, 1951. A história do Prémio Swiney atribuído pela Royal Society of Arts é particularmente elucidativo sobre a personalidade de certos mecenas. Num dia do ano de 1831, um homem desconhecido entregou na sede da referida sociedade um envelope fechado, dizendo que nele estava contido o seu desejo testamental, e retirou-se rapidamente. O envelope foi arrazimado, mas só em 1839 foi reencontrado e aberto. Apesar de todos os esforços, o signatário de nome Swiney não foi encontrado. Em 1844, o solicitador do médico recém-falecido George Swiney (1786?–1844) contactou a Sociedade para lhe comunicar que o defunto lhe tinha deixado 5 mil libras, como fundo de um prémio no valor de 200 libras, a atribuir quinquenalmente a um trabalho de jurisprudência. No seu testamento, Swiney declarou ser seu desejo que o júri do prémio fosse constituído por delegados da Royal Society of Arts e do Royal College of Physicians e respetivas esposas, e que, no seu funeral, seguissem atrás do caixão três raparigas vestidas com roupas de cores garridas; v. “History of the Prize”, em *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. XCI, nº 4636, abril 2, 1943, pp. 222–223; *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. XCIII, nº 4679, novembro 24, 1944, pp. 14–15.

Nos países anglo-saxónicos, e nos Estados Unidos principalmente, a manificência particular desentranha-se em subsídios e legados opíparos às obras escolares e científicas. As nações latinas, menos generosas para o bem comum, dão no entanto, lautamente; mas não tanto ao ensino e à ciência, como à assistência e à piedade.

Na sequência de comentários do Pe. Himalaya a propósito do vigor que caracterizava o mecenato norte-americano¹⁴²³, Augusto Joaquim Alves dos Santos (1866–1924), republicano, reformista e educador, afirmava que “as somas avultadíssimas que [em Portugal] se dispendem em mantos de imagens, em sinos e construções de tórris e em melhoramentos de igrejas dariam para publicar muitos volumes de boa doutrina, cuja luz abriria novos e radiantes horizontes à alma portuguesa¹⁴²⁴”. Ao falar da investigação científica em Portugal, Luís Carrisso queixava-se que “os legados particulares são tão raros que não podem praticamente contar.”¹⁴²⁵

Apesar de poucos e parcos, houve no entanto alguns exemplos de mecenato científico, ao longo da nossa história. Num critério mais lato, poderão ser considerados mecenas os reis que realizaram ações para a proteção e o desenvolvimento da ciência, como D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. João IV, D. João V, D. José e D. Maria II, embora utilizassem verbas do Estado¹⁴²⁶. Da sua dotação régia, D. Pedro V¹⁴²⁷ ofereceu trinta contos¹⁴²⁸ de réis para a fundação do Observatório

1423 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 264–269.

1424 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 413.

1425 *Notícias sobre a vida e a obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso*, Extractos do *Boletim da Sociedade Broteriana*, V, XIII–S 2, Sociedade Broteriana, Coimbra, 1939, p. 19.

1426 Os mecenas régios portugueses imitavam a uma escala reduzida os príncipes renascentistas que, por sua vez, tinham emulado alguns dos príncipes da Antiguidade.

1427 Com bastante justiça, afirmava-se que D. Pedro V, um dos melhores reis de Portugal, era um “apaixonado adorador e cultor das letras e das sciencias” e um “desvelado fautor e protector das artes e das industrias”; v. Luiz do Pilar Pereira de Castro, *Elogio Fúnebre de Sua Magestade, O Rei muito Amado Senhor D. Pedro Quinto*, Typographia de D. Antonio Moldes, Porto, 1862, p. 21. Tão boa era a imagem de D. Pedro V entre os seus súbditos, que, em 1862, Alexandre Herculanano escreveu a monsenhor Pinto de Campos afirmando que, “se o século XIX pode produzir santos, D. Pedro V é um deles”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripiteiro*, V Série, Ano IV, nº 7, novembro 1948, p. 166.

1428 Um “conto de réis” equivalia a um milhão de réis. O escudo, introduzido após a implantação de

Astronómico de Lisboa e mais quatro contos do seu orçamento pessoal para a construção do respetivo edifício. Doou ainda uma importante coleção de fósseis ao Museu Nacional e uma coleção de aves ao Museu da Universidade de Coimbra¹⁴²⁹. D. Luiz¹⁴³⁰ contribuiu com treze contos para o Observatório e cedeu ao Museu Nacional o uso de ricas coleções de aves e conchas e ainda coleções de minerais, rochas e mais conchas provenientes do Museu Real. Da sua dotação, D. Fernando, marido de D. Maria II, concedeu sessenta e cinco contos à Academia Real de Belas Artes. D. Fernando II é considerado um verdadeiro mecenas em Portugal, tendo protegido especialmente as artes e o património arquitetónico. Porém, sofreu as críticas de grande parte da nação, por ter de novo casado logo após a morte de D. Maria II e por não ter deixado em testamento quaisquer legados a instituições de beneficência ou estabelecimentos de ensino, que tanto tinha protegido enquanto rei consorte de Portugal¹⁴³¹.

Para além dos exemplos reais, houve ainda alguns casos isolados de mecenato científico civil. A Sra. D. Rita de Assis de Sousa Vaz, irmã e herdeira de Francisco de Assis Souza Vaz (1797–1870)¹⁴³² — médico, “examinador de cirurgia¹⁴³³” em 1816, doutorado¹⁴³⁴ em Paris em 1832, lente e diretor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde ensinou História da Medicina, médico do Rei de Itália Carlos Alberto durante o exílio deste no Porto, sócio da Sociedade das Ciências

República, valia mil réis. Na entrada de Portugal para o sistema monetário europeu, 200,482 escudos equivaleram a um euro.

1429 D. António da Costa, *Auroras da Instrução*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885, p. 403.

1430 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, pp. 10–13.

1431 Marion Ehrhardt, *D. Fernando II — Um Mecenas Alemão Regente de Portugal*, Paisagem Editora, Porto, 1985, pp. 22–23, 25.

1432 José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osorio, *Notícia Biographica do Conselheiro Francisco d’Assis Souza Vaz e Notas historicas Acerca do Ensino da Cirurgia no Porto*, Typographia Lusitana, Porto, 1873.

1433 Assis Souza Vaz tomou o cargo de “examinador de cirurgia”, perante o delegado do Cirurgião-Mor do Reino, em 28 de agosto de 1816; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XV, nº 4, agosto 1959, p. 117.

1434 A sua tese de doutoramento, publicada em Paris em 1832, tem por título *De l’influence salutaire du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phtisie pulmonaire, et de la supériorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l’Italie*. No ano seguinte publicou, igualmente em Paris, uma monografia que intitulou *Relação histórica, statistica e médica da Cholera-Morbus em Paris, precedida da topografia desta Capital. Com huma estampa illuminada*.

Medicas de Lisboa e da Academia Real Médico-Cirúrgica de Turim, comendador das ordens de Cristo, de S. Maurício e de S. Lázaro —, deixou em 1877 um importante legado de sessenta contos à Escola médica portuense, para satisfazer os desejos testamentários do referido professor¹⁴³⁵, influenciado talvez pelo Prof. Veloso da Cruz. A herdeira e testamenteira dessa senhora, D. Teresa Teodora Veloso da Cruz, encarregou-se de implementar o legado Assis Vaz através de um regulamento muito detalhado que foi aprovado pela referida Escola. O rendimento deste legado destinava-se a “ser applicado ao aperfeiçoamento e derramamento dos conhecimentos médicos, bem como a subsidiar alguns alumnos necessitados^{1436,1437}”, incluindo doutoramentos e estadias de alunos e professores para aperfeiçoamento académico e profissional no estrangeiro^{1438,1439}. De acordo com o professor de medicina Bello Moraes¹⁴⁴⁰:

O legado Assis Vaz — de 60:000\$000 em inscrições — era para: 1º Pensionar na Escola um alumno em cada ano lectivo; 2º Pensionar, de dois em dois annos, um medico saído da Escola para estudar, durante dois annos em Paris ou Montpellier, doutorando-se ahi; 3º Pensionar (quando, pelo menos,

1435 Maximiano Lemos Júnior, “Premio Assis”, em *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 2º anno — 1884, Depósito Geral, Porto, 1885, pp. 247–255.

1436 *Idem*, p. 249.

1437 Um dos beneficiados deste legado foi Tiago Augusto de Almeida (1864–1936) que pôde assim concluir a formatura em 1893. Ingressou de seguida na carreira docente da Escola Médico-Cirúrgica, de que foi ilustre professor, tendo-se distinguido ainda como clínico. Muitos outros alunos foram recebendo este prémio. Os seus nomes eram regularmente divulgados nos jornais periódicos do Porto; v. A. Rocha Pereira, “Prof. Tiago de Almeida”, em *Jornal do Comércio do Porto*, 11 dezembro 1963.

1438 Em 1899, o Dr. Azevedo Maia, professor na Escola Médica, comentava a atitude da sua Escola de não enviar docentes para se especializarem ao estrangeiro e criticava o facto de o legado Assis não estar a ser cumprido, desrespeitando-se claramente a memória dos legatários; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano V, nº 2, junho 1949, p. 43.

1439 Um médico francês do século XVIII, Vigarous de Montagut, conta-nos um caso de mecenato protagonizado por um rico médico inglês chamado Radeliffe que, no início desse século, deixou à Universidade de Oxford uma renda anual de 600 libras estrelinas, destinada e financiar dois jovens médicos que deveriam viajar durante 10 anos, dos quais cinco no estrangeiro, para observarem o estado da medicina e assim poderem aperfeiçoar os seus conhecimentos; v. Milman, *Recherches sur L’Origine et le Siège du Scorbut et des Fièvres Putrides*, trad. Vigarous de Montagut, Chez P. Fr. Didot Jrune, Paris, Chez Rigaud, Libraire, Montpellier, 1786, pp. VII–VIII.

1440 Bello Moraes, “O ensino medico”, em *Notas sobre Portugal*, Vol. I, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908, p. 558.

quatro alumnos tenham concluído o seu aperfeiçoamento e doutoramento em França) um professor da Escola, para ir a França, Alemanha ou Estados Unidos da América do Norte informar-se dos progressos ou estudar algum ramo das ciências médicas.

Hernâni Monteiro afirmava, em 1936, que tal disposição “deixou de se poder cumprir, devido à desvalorização da nossa moeda¹⁴⁴¹”.

O Sr. Conde de Itacolúmi deixou mil libras à Escola Politécnica de Lisboa para a compra de instrumentos¹⁴⁴². José Joaquim da Gama Machado (1776–1861)¹⁴⁴³, partidário da frenologia e homeopatia — “cuja vaidade sensível à lisonja o levou a subsidiar muitos vates e escribas¹⁴⁴⁴” — deixou um legado de material didático e ornamental à Universidade de Coimbra¹⁴⁴⁵ e um legado monetário para um prémio destinado a trabalhos científicos, zoológicos e biológicos à Academia de Ciências de Paris. Almeida Garrett (1799–1854) doou à freguesia de Queluz uma valiosa coleção que constituiu o fundo do museu etnográfico dessa localidade¹⁴⁴⁶. O Laboratório Nobre do Porto (Laboratório de Histologia e Bacteriologia) foi criado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em parceria com o Hospital Geral de Sto. António, com as sobras de uma dádiva de Bruno Alves Nobre, que falecera em 1891¹⁴⁴⁷. Este benemérito deixou “o importante legado de 80 contos (80:000\$000 réis), com a obrigação da dita Escola custear, com doze mil reis mensais, a educação, até completa

1441 Hernâni Monteiro, “A Junta de Educação Nacional”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XX, nº 4, 1936, p. 252.

1442 D. António da Costa, *Auroras da Instrução*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885, p. 404.

1443 Alberto Pessoa, *J.J. da Gama Machado, O Homem e a Obra — O Legado à Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926; J. A. Pires de Lima, *No Crepúsculo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1951, pp. 41–44.

1444 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, p. 26, nota 28.

1445 Deste legado faz parte uma coleção frenológica que se encontra atualmente sob custódia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; v. Pedro Enrech Casaleiro, Helena Pereira, “A coleção frenológica Gama Machado”, em *Cérebro, mais vasto que o céu, Catálogo da Exposição*, coord. Rui Oliveira, Fundação Calouste Gulbenkian, 2029, pp. 96–97.

1446 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, p. 15.

1447 *Testamento do benemérito Bruno Alves Nobre*, Porto, 1891; Alberto d’Aguiar, *O Laboratório Nobre*, Typ. a Vapor de Arthur José de Souza & Irmão, Porto, 1901.

formatura, de doze pensionistas pobres¹⁴⁴⁸". Um regulamento elaborado e aprovado pela Escola e pela testamenteira estatuiu que "as sobras annuaes que houver do rendimento do Legado Nobre¹⁴⁴⁹ serão empregadas em benefício do ensino da Escola Medico-Cirurgica do Porto e pelo modo que esta entender mais conveniente", e assim nasceu em 1897 o Laboratório Nobre, "alcandorado nos telhados do Hospital Geral de Santo António, numa instalação modesta mas de regular amplitude¹⁴⁵⁰", que foi dirigido pelo professor da Faculdade de Medicina Alberto Aguiar¹⁴⁵¹ desde a criação até à extinção, em 1905¹⁴⁵².

No início do século XX, os governos tomaram medidas legislativas para estimular o mecenato científico, mas não conseguiram o objetivo pretendido. Apesar de tudo, um importante legado foi deixado à Universidade de Coimbra por Alexandre Sá Pinto, nascido no lugar de Gundezende da freguesia de Esmoriz em 7 de dezembro de 1833, e falecido em Buenos Aires em 2 de abril de 1926¹⁴⁵³. Com 14 anos, embarcou para a Baía, no Brasil, para junto de um tio onde esteve 8 anos exercendo a profissão de empregado comercial. Por insistência de um irmão, Manuel de Sá Pinto, deslocou-se para junto dele, em Buenos Aires. Foi aí pintor e empreiteiro de construção civil, tendo investido na compra de grandes extensões de terra à volta de Buenos Aires. Com o crescimento da cidade, os terrenos valorizaram e vendeu-os com enormes lucros, fazendo assim uma notável fortuna. Visitou três vezes Portugal: em 1877, 1898 e 1909. A primeira vez

1448 Muitos alunos receberam esta bolsa. Os seus nomes eram regularmente divulgados nos jornais periódicos portuenses.

1449 "Números dos Estudantes", em *A Medicina Contemporânea*, Ano XVIII, nº 39, Série II, tomo III, 30 de setembro, 1900, p. 333; "O Laboratório Nobre do Porto", em *A Medicina Contemporânea*, Ano XIX, nº 8, Série II, tomo IV, 24 de fevereiro, 1901, p. 62.

1450 Alberto d'Aguiar, *A Agradecer...*, Porto, 1935, p. 77.

1451 Alberto d'Aguiar, *O Laboratorio Nobre*, Typ. a Vapor de Arthur José de Souza & Irmão, Porto, 1901; Alberto d'Aguiar, *Relatorio do Laboratorio Nobre*, Typ. a Vapor de Arthur José de Souza & Irmão, Porto, 1901.

1452 Meses depois, Alberto de Aguiar fundou um laboratório privado, o "Laboratório de Análises Clínicas", que esteve muitos anos em atividade; v. Alberto de Aguiar, *O Laboratório Médico do Prof. Alberto de Aguiar*, Porto, 1922; Francisco do Carmo Pacheco, *Um Século de Medicina Laboratorial — O Laboratório Médico do Prof. Alberto de Aguiar*, Porto, 1998.

1453 Para conhecer a história deste legado, v. José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra: Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, tomo II, Coimbra, 1947, pp. 254–269.

instalou-se na casa dos pais, a segunda na casa do irmão, João de Sá Pinto, e a terceira na cidade do Porto, na Rua de Contumil.

A notícia da herança deixada por Sá Pinto à Universidade de Coimbra chegou em 12 de maio de 1926, por intermédio da Direção dos Negócios Comerciais e Consulares do Ministério dos Estrangeiros, e dela foi dado conhecimento ao Senado da Universidade em 21 de maio¹⁴⁵⁴, mas as condições e cláusulas da herança só foram conhecidas em 10 de junho. No testamento de Sá Pinto foram contemplados familiares, instituições de apoio à pobreza e instituições religiosas, como a igreja paroquial de Esmoriz e a capela de Gondzende. Como herdeiros universais, foram contemplados, para além da Universidade de Coimbra, o Patronato de Infância de Buenos Aires, a Misericórdia de Ovar, a Escola Industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, a Escola Industrial Infante D. Henrique e o Hospital de Sto. António, no Porto. Em setembro de 1930, a Câmara Municipal do Porto prestou homenagem ao benfeitor, dando o seu nome ao pequeno largo que está em frente da Escola Infante D. Henrique, nome que ainda se mantém¹⁴⁵⁵.

A primeira entrega da liquidação da herança à Universidade de Coimbra ocorreu em 1930, seguindo-se a publicação em Diário do Governo do decreto regulador do Fundo Sá Pinto¹⁴⁵⁶, por solicitação da própria Universidade. O valor e juros do Fundo foram conhecidos pelo Senado da Universidade em 22 de novembro de 1932. Em 1933, o Prof. Joaquim de Carvalho propôs a aquisição de um busto do benemérito para o Pátio da Universidade. Esculpido por António Teixeira Lopes, foi colocado no terreiro da Universidade em 1937 e removido para o Claustro de Bairro dos Gerais três anos depois. Em 1933 foram estabelecidas as bases de regulamentação da concessão de subsídios pelo Fundo Sá Pinto, sendo o respetivo texto impresso em 1943. Tais subsídios destinavam-se à aquisição de material didático e ao financiamento de trabalhos

1454 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 332–333.

1455 “Efemérides Portuenses”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 5, setembro 1955, p. 147.

1456 Dec. nº 18:709, 31 de julho de 1930, 1ª Série, nº 176.

de investigação, como a compra e manutenção de instrumentos, à aquisição de livros e a pagamentos de despesas com publicações, viagens e outras atividades relacionadas com a investigação. A primeira distribuição de verbas foi feita em 1933 e, pela análise da lista dos projetos de investigação financiados, no valor de 154 229\$00, pode concluir-se que o Fundo Sá Pinto contribuiu significativamente para a melhoria da investigação realizada na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Ciências. Em 1935–36 foi montado um gabinete de espectrofotometria visível e ultravioleta no Laboratório Químico, dirigido por Egas Pinto Moniz, com recurso ao Fundo Sá Pinto e com o apoio do IAC¹⁴⁵⁷.

Nas primeiras décadas do século XX, foi estabelecido um outro legado destinado à criação do Instituto Rocha Cabral, fundado em 1922 e aberto em 1925¹⁴⁵⁸. Depois de ter lido as crónicas científicas de Ferreira de Mira publicadas em *A Lucta* — um jornal dirigido por Brito Camacho —, Bento da Rocha Cabral deixou uma herança de 14 mil contos para a construção de um instituto de investigação em ciências biomédicas (Fisiologia, Histologia, Química Biológica e Bacteriologia). Respeitando o testamento do benemérito¹⁴⁵⁹, a direção deste instituto — a única instituição científica privada existente na época em Portugal — foi atribuída ao Dr. Ferreira de Mira, que em 1948 esclarecia¹⁴⁶⁰:

O Instituto é essencialmente uma oficina de ciência pura, isto é, onde se estudam problemas sem olhar às utilidades imediatas que possam decorrer das soluções encontradas. Estes trabalhos que chamei de ciência pura constituem os fundamentos da ciência aplicada: são o manancial que alimenta os progressos que a humanidade vai realizando dia a dia. O bom investigador de ciência pura é impulsionado pela sua curiosidade científica e apenas cuida de satisfazê-la; mas logo em seguida, por assim

1457 *Curriculum Vitae de António Jorge Andrade de Gouveia*, Coimbra, 1944, p. 10.

1458 “O que é o Instituto Rocha Cabral”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano I, nº 1, 20 janeiro 1948, p. 13

1459 Para além do legado que permitiu criar o Instituto que tem o seu nome, Rocha Cabral fez outros legados ao Museu de Arte Antiga e à Academia das Belas Artes.

1460 “O que é o Instituto Rocha Cabral”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano I, nº 1, 20 janeiro 1948, p. 13.

dizer no seu rasto, aparecem os homens práticos que tiram proveito das descobertas do primeiro. A humanidade, que nem sempre é justa, torna às vezes célebres os nomes destes e esquece os investigadores da ciência pura, sem atender a que a obra daqueles não seria possível se a não tivessem preparado estes últimos.

Anos mais tarde, e na sequência da desvalorização da moeda durante a II Guerra Mundial, o Instituto necessitou de apoios do Estado para se poder manter em atividade. Entre 1958 e 1972, a Fundação Calouste Gulbenkian contribuiu para o seu financiamento. A partir de 1974, o Instituto Rocha Cabral recebeu apoio financeiro do INIC¹⁴⁶¹. As suas atividades evoluíram para a Bioquímica, Investigação Teórica (Computacional) e a História e Filosofia das Ciências.

A Marquesa de Vale Flor, D. Maria do Carmo Dias Constantino Ferreira Pinto (1872–1952) criou, em memória de seus dois filhos, a Fundação Vale Flor, que atribuía prémios a rapazes e raparigas pobres que se distinguissem pelos seus dotes de caráter e bondade. Estes prémios adquiriram um elevado prestígio no Estado Novo, ao ponto de serem entregues pelo próprio Presidente da República. Com uma oferta de dez mil contos e a cedência do palacete dos Marquês na Rua Jau, em Lisboa, a Marquesa criou ainda o Instituto Marquês de Vale Flor, destinado a estudos e trabalhos científicos sobre as colónias, em especial a ilha de S. Tomé, com vista à melhoria das condições de vida locais.

Prestigiados prémios literários e científicos foram estabelecidos em Portugal por alguns mecenas. Por legado testamentário do ilustre portuense Ricardo Malheiros (1864–1932), no valor de 100 000\$00¹⁴⁶², começou a ser atribuído pela Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1933¹⁴⁶³, um prémio com o seu nome para obras

1461 Ana Luísa Janeiro (orientadora), *Ciências e Técnicas nas Instituições do Rato*, Barca Nova, Lisboa, 1984, pp. 99–131.

1462 “Sessão da Assembleia Geral em 20 de outubro de 1932”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. IV, outubro e novembro 1932, pp. 381–382; “Sessão da Assembleia Geral em 27 de outubro de 1932”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. IV, outubro e novembro 1932, pp. 389–392.

1463 “Regulamento do Prémio Ricardo Malheiros”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. V, julho 1933, pp. 271–282; “Prémio Ricardo Malheiros — Regulamento” em *Anuário Académico de 1934*, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 38–38.

literárias¹⁴⁶⁴, no valor de 6 000\$00. A partir de 1937, começou a ser atribuído pela Classe de Ciências da mesma Academia o Prémio Artur Malheiros, dividido em seis partes, destinado a trabalhos científicos de mérito, previamente submetidos a concurso, sobre ciências matemáticas, ciências físicas e químicas, ciências histórico-naturais, ciências médicas, ciências económico-administrativas e ciências jurídicas, políticas e sociais¹⁴⁶⁵. Doados por Artur Malheiros, irmão de Ricardo, estes prémios destinavam-se “a estimular em Portugal o progresso das ciências, nomeadamente a física, a química, as matemáticas puras e aplicadas, a engenharia, o actuariado [estatística de seguros], a biologia, a medicina, a jurisprudência e a economia¹⁴⁶⁶”. No caso de tal atribuição não ser possível por falta de trabalhos científicos ou por carência dos dotes requeridos, Artur Malheiros admitia que a Academia pudesse atribuir o prémio a uma obra de arte (pintura, escultura, arquitetura, composição musical) que engrandecesse o património artístico nacional¹⁴⁶⁷. O legado de Artur Malheiros era constituído por “duzentas obrigações do empréstimo consolidado de 6 ½ por cento, de 1930, representativas do capital de cem contos¹⁴⁶⁸”.

O prémio Arthur Malheiros de 1952 foi ganho por Rui Luís Gomes devido ao seu trabalho *Integral de Riemann e Integral de Lebesgue*. Júlio Dantas felicitou António Luís Gomes, irmão do contemplado, que respondeu por carta de 4 de julho de 1953, manifestando o seu “reconhecimento pela Academia das Ciências que premiou o

1464 A lista dos primeiros 19 prémios atribuídos pode ler-se em: “O Prémio Ricardo Malheiros 1952, foi atribuído ao romance “A Primeira Viagem” de Maria de Graça Azambuja”, em *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ano 2, nº 13, abril 1953, p. 1. Aquilino Ribeiro recebeu o primeiro, pela sua obra *As três mulheres de Sansão* em 1933; v. “Sessão da Classe de Letras, em 23 de novembro de 1933”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. V, novembro 1933, pp. 370–371.

1465 Na Academia de Ciências de Lisboa, a instituição de prémios baseou-se no modelo seguido na Academia de Ciências de Paris, que tão bons resultados proporcionava ao desenvolvimento da ciência; v. Faye, “Histoire des prix de l’Academie”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 4º Ano, nº 28, 9 janeiro 1875, pp. 645–647.

1466 Portaria nº 20925, 23 de novembro de 1964.

1467 “Carta do Ex.^{mo} Sr. Artur Malheiros”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, Vol. IX, março-abril 1937, p. 203.

1468 “Discurso do sr. Júlio Dantas”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, Vol. IX, março-abril 1937, p. 193; “Carta do Ex.^{mo} Sr. Artur Malheiros”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, Vol. IX, março-abril 1937, p. 202.

Ruy”. E continua: “Esta distinção é, também simbólica. Representa a própria Academia no seu respeito pela Ciência e no escrúpulo das suas decisões. Não há só juízes em Berlim, há um templo na Academia das Ciências para os devotos da Inteligência e da Cultura e n’esse Templo pontifica V. Exa. com os seus pares. Aqui lhes rendo as minhas homenagens.” Na mesma carta, António Luís Gomes elogia o irmão Ruy nestes termos: “Admiro e respeito muito meu irmão, admiro a sua inteligência mas respeito principalmente a sua grandesa d’alma, a sua formação moral de uma perfeição religiosa e a sua devoção pelas ciências matemáticas que as dolorosas vicissitudes da sua vida não abalam e que se afirma e dá fruto mesmo nas horas de tragédia e de martírio¹⁴⁶⁹”.

O prémio literário era sempre mais concorrido. A sua importância era particularmente reconhecida, “sobretudo num meio em que os escritores vivem pela maior parte em deplorável subalteridade social, agrilhoados a tarefas que os não merecem, elementos incómodos, suspeitos, por vezes até mesmo perniciosos, no conceito de burocratas, de prepotentes e de medíocres¹⁴⁷⁰”. No início da década de 1950, o prémio Ricardo Malheiros era considerado “o mais alto prémio literário nacional¹⁴⁷¹”, mas a respetiva compensação monetária era “quase irrisória¹⁴⁷²”. Além disso, era discretíssima a forma como o prémio era publicitado — através de uma lacónica comunicação aos jornais. Criticava-se o secretismo em que se mantinham os nomes dos avaliadores e a lista dos concorrentes vencidos, algo que não acontecia com prémios internacionais congéneres¹⁴⁷³. Em 1967, o então presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Amorim Ferreira (1895–1974), reconhecia que não era através de prémios que

1469 Carta de A. Luiz Gomes a Júlio Dantas escrita em Lisboa a 4 de julho de 1953 (coleção particular).

1470 *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 44, Fasc. II, abril–julho 1972, pp. 126–127.

1471 Contam-se entre os contemplados com o prémio Ricardo Malheiros escritores como o já referido Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Antero de Figueiredo, Mário Beirão, Vitorino Nemésio e Agustina Bessa Luís.

1472 “Figuras do Mês: O escritor Sousa Costa, Prémio Ricardo Malheiros 1951”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 50, 29 fevereiro 1952, p. 7.

1473 “O “Prémio Concourt” e o “Prémio Ricardo Malheiros” ” em *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ano 2, nº 13, abril 1953, p. 7.

se fazia aumentar a produção científica ou literária do país, “mas é inegável que eles constituem, material e socialmente, recompensa do mérito e sinal de apreço pelos trabalhadores científicos e literários que assim vão aumentando o património cultural da nação.” Em 1967, os prémios Artur Malheiros tinham o valor de 10 contos e o de Ricardo Malheiros de apenas 5. O número de concorrentes aos prémios científicos, em particular, era anormalmente baixo e muitas vezes os poucos concorrentes não satisfaziam as condições do concurso, pelo que os prémios nem sequer eram atribuídos¹⁴⁷⁴.

As doações dos poucos mecenas da ciência portuguesa nunca atingiram o nível das grandes doações dos mecenas estrangeiros, o que de alguma forma se compreende, se compararmos o número reduzido e a pequena dimensão das fortunas nacionais¹⁴⁷⁵ que, muitas vezes, eram futilmente consumidas para alimentar caprichos e ostentações. A ostentação da riqueza foi sempre uma inclinação irresistível para muitos portugueses abastados, servindo para alimentar notícias sensacionalistas em jornais periódicos, locais ou nacionais. É paradigmático o que se passou com os primeiros automóveis de luxo e os primeiros aviões, que, em nossos dias, constituem ainda uma forma comum de ostentação. No dia 28 de agosto de 1909, era notícia nos jornais portugueses a compra de um belo auto “Daimler” por Joaquim Soares da Silva Moreira de Campos. Era “um modelo especial de que a fábrica respectiva construiu apenas dois exemplares:” um para o capitalista portuense, e o outro para D. Afonso XIII¹⁴⁷⁶, rei de

1474 *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 39, Fasc. III, junho–julho 1967, pp. 182–184.

1475 Situação idêntica se passava com o mecenato cultural, onde as doações eram igualmente modestas. O “Fundo João Chagas”, por exemplo, foi estabelecido por D. Maria Teresa Chagas, esposa do político João Chagas. Em 1940, ofereceu obras de arte ao Museu Soares dos Reis e doou prédios de que era proprietária no Estoril para que o referido Museu pudesse usar os rendimentos para comprar obras de arte, ou fazer melhorias nas suas instalações; v. “Uma Grande Benemérita do Museu Nacional de Soares dos Reis”, *Musev*, Vol. V, nº 12, abril 1949, p. 173. Por sua vez, o legado de Pinto dos Santos-Vilares, feito em 1962 ao Museu Soares dos Reis, era constituído de 92 quadros e 239 gravuras; v. “Legados”, em *Musev*, 2ª Série, nº 6, dezembro 1963, p. 110. O legado deixado em 1947 ao Museu da Marinha pelo capitalista Henrique Maufroy de Seixas (1886–1947), avaliado na época em 15 mil contos, era constituído por uma valiosa coleção naval; v. Comandante Jayme do Inso, *O Museu de Marinha*, separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 4 a 6, abril–junho 1967, Lisboa, 1967, pp. 15–18.

1476 Afonso XIII teve um grande prestígio internacional desde muito novo, sendo a sua figura motivo de estudos fisiognómicos, proféticos e astrológicos. Várias histórias anedóticas se contavam a seu respeito; v. Génia Lioubow, “S. M. Alphonse XIII — Roi des Espagnes”, em *L'Écho du Merveilleux*, 9º Ano, n.º 202,

Espanha!... Três dias depois, o Conde de S. Tiago comprou um automóvel de modelo igual ao que ganhara a prova Chartres–Paris¹⁴⁷⁷!... Em 10 de fevereiro de 1909, a senhora D. Arminda Pascoal comprou uma “limousine Minerva” que tinha brilhado no Salão Automóvel de Bruxelas e que os técnicos afirmavam ser “o automóvel mais perfeito e luxuoso até à data entrado no país.¹⁴⁷⁸!.. O automóvel de luxo rapidamente se tornou um ícone para qualquer portugueses, rico ou menos rico.

O aparecimento dos aviões particulares no início da segunda década do século XX também despertou de imediato a atenção dos portugueses mais abastados, que logo pensaram em juntar à ostentação o prazer e os negócios. Em 13 de setembro de 1912, “o conhecido capitalista e apaixonado desportista de Matosinhos, António Rodrigues de Sousa anunciou que iria deslocar-se ao estrangeiro para aprender os segredos da aviação e comprar um biplano” que utilizaria “para a realização de voos desportivos no Porto e em Lisboa.” Também Luís Marques Merino anunciou, no dia 17, que iria a Espanha comprar um monoplano para a “Escola de Aviação do Porto”, que pretendia criar. Regressou 12 dias depois, aparentemente sem curso nem avião, trazendo apenas a promessa de um aviador espanhol para fazer exposições no Porto¹⁴⁷⁹. Nos meses seguintes, muitas exposições aeronáuticas se realizaram tanto no Porto como em Lisboa, até que chegou a guerra, em 1914, e o entusiasmo aeronáutico esmoreceu.

Em 1929, Joaquim Alberto Pires de Lima desabafava: “os particulares ricos da nossa terra não compreendem a grandeza dos gestos dos Rockefeller e dos Carnegie.” Henrique Lopes de Mendonça (1856–1931) queixava-se igualmente que não chegavam donativos

1 junho 1905, pp. 209–210; “Une prophétie sur Alphonse XIII”, em *L'Écho du Merveilleux*, 9^o Ano, n.º 203, 15 junho 1905, pp. 224–225; Raoul Larmier, “Horoscope de S. M. Alphonse XIII”, em *L'Écho du Merveilleux*, 17^o Ano, n.º 403, 15 outubro 1913, pp. 308–309; George Malet, “Reportages dans un fauteuil — L'Amulette du Roi d'Espagne”, em *L'Écho du Merveilleux*, 9^o Ano, n.º 215, 15 dezembro 1905, pp. 465–466; Vanki, “Horoscope d'Alphonse XIII roi d'Espagne”, em *L'Écho du Merveilleux*, 4^o Ano, n.º 89, 15 setembro 1900, p. 347.

1477 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XV, n.º 4, agosto 1959, p. 126.

1478 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, n.º 10, fevereiro 1959, p. 315.

1479 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, n.º 9, setembro 1962, pp. 286, 288.

à Academia das Ciências de Lisboa, mas, em 1932, Agostinho da Silva (1906–1996) achava que a Academia não os merecia porque nada fazia, nem para servir os ricos nem para ajudar os pobres¹⁴⁸⁰:

Nem a Academia, nem as Universidades Portuguesas têm direito a donativos particulares, porque não trabalham, porque não estudam, porque não sabem, dum bom sabor fecundo e vivo. As iniciativas particulares, quando as há, são logo perdidas e estragadas pelo espírito dos nossos sábios [...]; eu proporia, mesmo, que a Academia, em lugar de receber subsídios, pagasse ainda um imposto especial, aplicável à obra de aproximação cultural com a Europa, a bolsas de estudo no estrangeiro, à vinda de professores para as nossas escolas; seria o tributo do atrazo ao progresso, a indemnização justa dos prejuízos mentais que, por sua culpa, a Nação tem sofrido.

Em vez de promoverem ações de mecenato, algumas das empresas nacionais mais lucrativas aplicavam parte dos seus lucros em obras sociais destinadas a funcionários e seus familiares, o que é uma alternativa louvável. Foi o caso das “Companhias Reunidas Gas e Electricidade¹⁴⁸¹”. Em 1950, a propósito de uma doação da Fundação Patiño à Universidade de Tarija, na Bolívia, para constituir uma biblioteca, o redator da revista *Ocidente* escrevia¹⁴⁸²:

Srs. Milionários portugueses: quando se resolverão V. Ex.^{as} a destinar também um pouco de suas possibilidades à criação de bibliotecas? Não citámos o exemplo de um grande País como os Estados Unidos. A Bolívia, apesar da sua larga extensão territorial, não conta mais de quatro milhões de habitantes.

1480 Agostinho da Silva, *Elogio da Academia por Agostinho da Silva escrevente e copista e outros que tais*, Polémicas e Sátiras, Porto, s/d (1932), pp. 44–46.

1481 *Obras Sociais das Companhias Reunidas Gas e Electricidade*, Lito. de Portugal, Lisboa, 1941.

1482 “Em Prol da Cultura VII”, em *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal*, Vol. XXXIX, nº 147, julho 1950, p. 8.

Não terá sido provavelmente devido a este e outros apelos, mas a verdade é que na década de 1950 surgiu no país um movimento de mecenato empresarial e institucional. A Sacor, empresa que esteve na origem da atual Galp, ofereceu ao IAC um apoio financeiro elevado no valor de 6 mil contos para a atribuição de bolsas de estudo e estímulo à investigação nas universidades portuguesas. Esta dádiva foi considerada tão invulgar e singular que a sua entrega foi realizada numa cerimónia solene, com a presença e discursos do Presidente do Conselho de Administração da Sacor, do Presidente da Direção do IAC e do Ministro da Educação Nacional e uma grande cobertura da imprensa¹⁴⁸³. Também a Shell Portuguesa ofereceu verbas para três bolsas de estudo no país e uma no estrangeiro e concedeu subsídios a um laboratório universitário para apoio ao trabalho de bolseiros.¹⁴⁸⁴ Donativos de individualidades continuaram a ocorrer pontualmente, como foi o caso de um museu oceanográfico oferecido, em 1955, pelo biólogo Luís Gonzaga do Nascimento (1882–1970) à cidade de Setúbal¹⁴⁸⁵ ou duas centenas de peças arqueológicas, de grande valor, provenientes da necrópole de Alcácer do Sal, oferecidas pelo médico e professor Francisco Gentil, em 1958, ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹⁴⁸⁶.

Na década de 1950, a Fundação Calouste Gulbenkian iniciou o apoio financeiro a vários centros e laboratórios de investigação, que prosseguiu nas décadas seguintes¹⁴⁸⁷. Esta fundação tem sido o maior mecenaz da ciência e da cultura em Portugal. António Pereira Forjaz chamava-lhe “inteligente e grandioso asilo para as

1483 Mário de Sampaio Ribeiro, “O Exemplo da Sacor”, em *Ocidente, revista portuguesa mensal*, Vol. I, nº 215, março 1956, pp. 95–96.

1484 Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal II (1951–1960)*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1961, pp. 22–23.

1485 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, pp. 15–16.

1486 “Oferta da colecção arqueológica do Prof. Doutor Francisco Gentil ao Instituto de Arqueologia”, em *Conimbriga*, Vol. I, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1959, pp. 195–198.

1487 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, pp. 20–21.

aflições da cultura nacional¹⁴⁸⁸”; outros lhe chamaram o verdadeiro Ministério da Cultura português! De acordo com os estatutos, aprovados pelo Estado Português em 18 de julho de 1956, os seus fins são “caritativos, artísticos, educativos e científicos.” Entre 1963 e 1965, a Fundação gastou só em subsídios para a ciência 95 mil e 11 contos, que corresponderam a 26% de todos os subsídios concedidos, mas, nos anos seguintes, este valor desceu e estabilizou entre os 10 e os 12%. Em termos percentuais, os subsídios para a ciência eram em geral inferiores aos montantes destinados a outras atividades; entre 1956 e 1978, situaram-se no valor de 16%, contra os 18% para a beneficência, os 25% para as artes e os 41% para a educação¹⁴⁸⁹. Para além das verbas concedidas a instituições exteriores, a Fundação criou desde 1957 vários centros de investigação que se foram reorganizando ao longo das décadas¹⁴⁹⁰. Presentemente, continua a apoiar diretamente o Instituto Gulbenkian de Ciência e a conceder bolsas de estudo de pós-graduação nas áreas da ciência e da tecnologia.

António Champalimaud criou em testamento a Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud para dar apoio às ciências biomédicas. A sua ação tem-se concentrado no apoio à solução de problemas científicos e sociais na área da oftalmologia e do cancro. A Fundação Ilídio Pinho tem como “principal orientação estratégica a promoção da Ciência e da Tecnologia ao serviço do Homem”, mas as suas atividades não têm tido a divulgação e o impacto das anteriores.

Através destas fundações, a ciência portuguesa tem recebido um interessante e desinteressado apoio. O estímulo à criação de fundações de carácter científico-técnico suportadas por mecenas deveria ser uma linha de orientação política para o desenvolvimento de que Portugal poderia retirar inestimáveis benefícios.

1488 A. Pereira Forjaz, “Rodrigo Octávio, Tomás Ribeiro e a conjugação luso-brasileira”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXXVIII, março-abril 1966, p. 53.

1489 Jorge C.G. Calado, “Ciência”, em *Fundação Calouste Gulbenkian: Cinquenta Anos (1956-2006)*, Vol. II, coord. António Barreto, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007, p. 193.

1490 *Idem*, pp. 139-175.

Debilidade da Indústria Portuguesa

No território português existiram sempre atividades industriais dedicadas à produção de bens de primeira necessidade, cobrindo as áreas da agricultura, pecuária, pesca, têxteis, marroquinaria, cerâmica, mineração¹⁴⁹¹, metalurgia, construção, defesa e outras de menor importância. As corporações operárias¹⁴⁹² surgiram em Lisboa no século XIV, e ganharam suficiente importância ao ponto de obterem representação política na Casa dos Vinte e Quatro — uma estrutura corporativa criada por D. João I em 1422, como recompensa pelo apoio que mestres e artistas lhe deram nos tempos difíceis após a sua aclamação como rei de Portugal em 1385^{1493,1494}. Nesta época, a indústria baseava-se na oficina, como unidade de produção de peça a peça, desconhecendo-se ainda as técnicas de produção em série, introduzidas alguns séculos mais tarde¹⁴⁹⁵.

Considera-se que a primeira tentativa de industrialização em Portugal ocorreu no reinado de D. Pedro II¹⁴⁹⁶, no período

1491 A atividade mineira foi praticamente abandonada no país durante o reinado de D. Manuel I “devido, sobretudo aos descobrimentos.” “Os homens e os capitais eram atraídos para o comércio do Ultramar”; v. J. Carrington da Costa, “Do Conhecimento Geológico de Portugal Continental”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXVI, nº 4, 1941, p. 210. Nas últimas décadas do século XX, as minas portuguesas foram abandonadas por falta de competitividade. Atualmente está a ressurgir um grande interesse comercial na exploração de algumas delas.

1492 Sobre a notável organização dos trabalhadores portugueses ao longo da história até à década de 1930, v. Luís Chaves, “Os trabalhadores e a sua organização através da história portuguesa”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, pp. 167–177, 215–227, 286–295.

1493 João Manuel Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa: Subsídios para a sua História*, Biblioteca de Economia, Guimarães & C.^{ia}, Editores, Lisboa, 1979, pp. 79–101.

1494 A Casa dos Vinte e Quatro foi extinta por D. Manuel I em 1506, como castigo pela matança dos cristãos-novos, e restabelecida por D. João III em 1572. Em 1758, a Casa dos Vinte e Quatro manifestou o seu apoio à decisão do Marquês de Pombal em castigar exemplarmente todos aqueles que tinham participado e colaborado na tentativa de regicídio e fez a divulgação pública dos “desnaturalizados”; v. *Representação que fez o Juiz do Povo, e Casa dos Vinte e Quatro, em observância do Decreto de 9 de dezembro de 1758. E Sentença, que sobre ella se proferio por Ordem de S. Magestade Fidelissima*. Esta organização foi definitivamente suprimida pelo decreto de 7 de maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar. Era considerada nesta época um obstáculo ao “desenvolvimento livre da indústria, segundo os moldes liberais, não era bem vista igualmente pelos operários, uma vez que “... sustentava o monopólio dos poucos ‘mestres,’ contra o grande número de ‘oficiais’ e ‘aprendizes’ mantendo assim (...) a escravidão e a miséria no seio da classe trabalhadora, mais desconsiderada e vítima de tantas explorações.” A extinção da Casa dos Vinte e Quatro deu origem a novas organizações operárias — as associações de classe; v. José Monteiro dos Santos, “As primeiras associações operárias em Portugal”, em *História*, n.º 22–23, agosto–setembro 1980, pp. 92–93.

1495 Um breve resumo da história da industrialização portuguesa pode ler-se em Jorge Custódio, “A indústria fabril em Portugal e em Lisboa na época de Cesário”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 12, julho–setembro 1986, pp. 55–88.

1496 Foi D. Pedro II que introduziu em Portugal a cunhagem da moeda com serrilha, procurando, com esta medida, evitar o cerceamento.

compreendido entre 1670 e 1705, na sequência da publicação de leis que proibiam o uso de certos bens importados, considerados de luxo¹⁴⁹⁷, quando era ministro de Estado D. Luís de Menezes, 3º Conde de Ericeira¹⁴⁹⁸. De alguma forma, esta legislação promoveu a produção industrial e o comércio de artigos nacionais de substituição¹⁴⁹⁹. É deste período a primeira tentativa de modernização da indústria da seda de Trás-os-Montes, que décadas depois, em 1776, empregava mais de 3500 operários¹⁵⁰⁰, incluindo técnicos vindos de Toledo,¹⁵⁰¹ e promovia a agricultura com vastas plantações de amoreiras¹⁵⁰².

Vem a propósito referir o *Discurso*¹⁵⁰³ de Duarte Ribeiro de Macedo inspirado nas políticas de Colbert e redigido em Paris em 1675, mas que ficou inédito até ao princípio do século XIX. Neste texto, o autor preconizava um conjunto de reformas do ensino das artes industriais e dos ofícios, em geral, bem como reformas económicas e também industriais, que só vieram a ser parcialmente implementadas 80 anos mais tarde pelo Marquês de Pombal¹⁵⁰⁴. Sobre o dinheiro e a sua circulação, Ribeiro de Macedo tinha ideias muito bem fundamentadas¹⁵⁰⁵:

1497 *Pregmatica e Ley por que sua alteza há por bem pellos respeitos nella declarados prohibir os trajes, vestidos de Seda com ouro, guarções de fitas, ouro, prata, dourados, Bordados coches de seis mullas, &c o mais que nella se declara*, Antonio Craesbeeck de Mello, Lisboa, 1677.

1498 Leis semelhantes contra usos sumptuários tinham sido decretadas por D. João IV em 1643, mas parece que, genericamente, nunca foram respeitadas.

1499 José Barbosa, “Para o Estudo da Indústria em Portugal”, em *Vértice*, Vol. XXII, nº 220, janeiro 1962, pp. 15–21.

1500 *A Economia e a Sociedade*, em *Portugal no Séc. XVIII de D. João V à Revolução Francesa*, Catálogo da Exposição, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1989, p. 58.

1501 Fernando de Sousa, “*A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes, sob a Êgide dos Arnauds (1790–1820)*”, em *Brigantia, Revista de Cultura*, nº 1–2, janeiro–junho, 2004.

1502 Fernando de Sousa, *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835–1870)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001. Sobre a introdução da indústria da seda na Península Ibérica durante a dominação árabe, v. 2º Visconde de Santarem, *De l’introduction des procédés relatifs à la fabrication des étoffes de soie dans le péninsule hispanique sous la domination des arabes*, Maulde et Renou, Imprimeurs, Paris, 1838, em *Opusculos e Esparsos*, coord. João de Freitas, Vol. I, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1910, pp. 325–351.

1503 Duarte Ribeiro de Macedo, “Sobre a Introdução das Artes n’este Reino (1675), Discurso”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 5, 1 maio 1883, pp. 206–217; *Idem*, nº 6, 1 junho 1883, pp. 249–265, *Idem*, nº 7, 1 julho 1883, pp. 297–312.

1504 Joaquim de Vasconcelos, “Discurso de Duarte Ribeiro de Macedo”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 5, 1 maio 1883, p. 201. Há, porém, quem opine que a influência do *Discurso* se terá manifestado já na legislação fabril do conde da Ericeira, ministro de D. Pedro II, e na política industrial de D. João V; v. Abílio Antunes Pereira da Silva, *História da Civilização Portuguesa*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1957, p. 233.

1505 Duarte Ribeiro de Macedo, “Sobre a Introdução das Artes n’este Reino (1675), Discurso”, em *Revis-*

O dinheiro nos Reinos tem a qualidade do sangue no corpo humano, que alimenta a todas as partes delle, e para isso anda em huma circulação perpétua; de sorte que não para, senão com a total ruína do corpo. Isso mesmo faz o dinheiro, porque tira das mãos dos pobres a necessidade, pelo appetite e vaidade dos ricos. Pelas Artes passa aos Mercadores, dos Mercadores a todos os generos de Officios, e mãos por onde correm os materiaes, que põe em obra a Arte. Destas mãos ás dos Lavradores, pelo preço dos fructos da terra, para sustento de todos. Dos Lavradores aos Senhores das fazendas, e das mãos de todos, pelos tributos, ao Patrimonio Real. Deste sahe outra vez pelos Ordenados, Tenças, Soldos, Armas, Fábrica de Náos, de Edifícios e de Fortificações, etc. Quando esta circulação de dinheiro se faz no Reino, serve de alimento a todo elle; porém quando sahe do Reino, faz nelle a mesma falta que o sangue, que se tira do corpo humano. Este exemplo não tem nada de ficção, nem de adorno; he tão natural e visível, como direi em outro lugar.

A política protecionista de D. Pedro II começou no entanto a ser alterada quando se descobriu o ouro do Brasil em 1697 — fonte de muito dinheiro para as bolsas dos portugueses, para os cofres da coroa¹⁵⁰⁶ e também para os financiadores estrangeiros —, e acabou por ser totalmente modificada após a assinatura do tratado de Methuen em 1703¹⁵⁰⁷. Este tratado luso-britânico¹⁵⁰⁸ abriu as fronteiras

da da Sociedade de Instrução do Porto, 3º Ano, nº 6, 1 junho 1883, p. 264.

1506 No reinado de D. João V, filho e herdeiro de D. Pedro II, foi criado o famoso imposto régio de 1/5 sobre os produtos que vinham do Brasil, razão pela qual as naus taxadas com este imposto se chamavam “naus dos quintos”!... Este imposto, somado aos lucros do negócio exclusivo do pau-brasil, renderam a D. João V cerca de um milhão e meio de cruzados, a que se acrescentavam 130 milhões de cruzados, 100 mil moedas de ouro, 315 marcos de prata, 24 mil e quinhentos marcos de ouro, 700 arrobas de ouro em pó e 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados, em diamantes; v. Oliveira Martins, *História de Portugal*, Vol. II, Bibliotheca das Sciencias Sociaes III, Livraria Bertrand, Lisboa, 1882, p. 148.

1507 Francisco António Corrêa, *O Tratado de Methuen*, S.T.E.L. Oficinas Gráficas, Lisboa, 1930; Carlos Hermenegildo de Sousa, *O Tratado de Methuen na Economia Nacional*, Gráfica Aveirense, Lda., Aveiro, 1938; David Francis, *O Tratado de Methuen*, Publicações da Associação Luso-Britânica do Minho (em organização), nº 1, Braga, 1956; Luis A. de Oliveira Ramos, *Um Inédito sobre o Tratado de Methuen*, separata de *O Tripiceiro*, Porto, 1973; *O Tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.

1508 Outros tratados anteriores, de 1642 e 1654, já davam privilégios especiais aos súbditos britânicos, superiores aos dos próprios cidadãos nacionais no que respeitava, nomeadamente, à liberdade de comércio e à prática da religião; v. Carlos Estorninho, *O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britâ-*

nacionais aos tecidos ingleses e, na opinião de alguns historiadores, aniquilou a nossa débil indústria de lanifícios, “deixou-nos a cavar nas vinhas do Alto Douro¹⁵⁰⁹” e alimentou centenas de milhares de operários ingleses¹⁵¹⁰. Outros acham, porém, que “pretender explicar a nossa decadência económica de então com o tratado de Methuen será fácil, será cómodo, mas não é justo: não corresponde à verdade histórica¹⁵¹¹”. David Ricardo (1772–1823), um economista clássico inglês de origem judaico-portuguesa, deu fama a este tratado, ao tomá-lo como exemplo da sua teoria de comércio internacional. De acordo com ela, cada país devia apenas especializar-se na exportação de produtos em que apresentasse vantagens competitivas associadas a uma maior produtividade específica¹⁵¹². Também D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva (1766–1845), o famoso Cardeal Saraiva, analisou as consequências do Tratado de Methuen para a economia portuguesa e concluiu que tinha sido fatal para a prosperidade do reino¹⁵¹³.

Um novo ímpeto manufactureiro, embora de menor impacto do que o de 1670, ocorreu no período de 1720 a 1740¹⁵¹⁴. Mas só a partir das décadas de 1760 e 1770 é que a industrialização voltou a fazer parte das prioridades da política económica portuguesa, quando o Marquês de Pombal¹⁵¹⁵ acabou com privilégios da nobreza¹⁵¹⁶ e do clero¹⁵¹⁷ e

nicas, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 2ª Série, nº 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, pp. 5–7.

1509 Egdio Namorado, “A Ciência e a Técnica na vida dos homens”, em *Vértice*, Vol. XXXV, nº 376–377, maio–junho 1975, Coimbra, p. 340.

1510 Isto mesmo lembrou o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra na famosa e dura carta que lhe enviou, protestando pelo facto de uma esquadra inglesa ter queimado alguns navios franceses que estavam sob proteção portuguesa nas costas do Algarve.

1511 Francisco António Corrêa, *O Tratado de Methuen*, S.T.E.L. Oficinas Gráficas, Lisboa, 1930, p. 26.

1512 Tavares Moreira, “Tratado de Methuen”, em *Jornal de Notícias*, 21 dezembro 2003, p. 25.

1513 Luís A. de Oliveira Ramos, *Um Inédito sobre o Tratado de Methuen*, separata de *O Tripiceiro*, Porto, 1973.

1514 José Barbosa, “Para o Estudo da Indústria em Portugal”, em *Vértice*, Vol. XXII, nº 220, janeiro 1962, pp. 15–21.

1515 Há quem ponha em causa o mérito do Marquês no desenvolvimento da indústria portuguesa. Os argumentos apresentados assentam na ideia de que o movimento industrial já se tinha iniciado no tempo de D. João V e que as medidas implementadas pelo Marquês — nomeadamente os contratos de operários especializados estrangeiros e os benefícios financeiros concedidos a empresários estrangeiros — só debilitaram os cofres públicos e em nada beneficiaram a indústria nacional; v. Augusto Dias, *Coisas do Diabo — Polémica Histórica*, Editora Educação Nacional, Porto, 1938, pp. 46–51.

1516 Salvo raras exceções, a nobreza — como já foi referido — era uma classe socialmente inútil. Pouco ou mal instruída, parasitava em torno do Paço e dissipava, em luxos e festas, as rendas ou pensões obtidas por direitos de terras ou benesses da Coroa. Como se isto não bastasse, recorria muitas vezes a créditos que nunca mais pagava.

1517 O poder do clero assentava em três pilares: “a fé religiosa dos povos; a riqueza de que dispunha a classe eclesiástica e a sua ilustração relativamente superior”; v. António Jorge d’Almeida Coutinho e Lemos

promoveu o poder da burguesia.¹⁵¹⁸ Mais poderosos, os burgueses começaram a ter maior iniciativa empreendedora tanto no comércio de importação e exportação¹⁵¹⁹ como na indústria¹⁵²⁰. Por outro lado, as riquezas provenientes do Brasil estavam constantemente a diminuir e já não havia ouro nem dinheiro suficiente para importar do estrangeiro todos os bens que eram necessários. O Marquês percebeu que era urgente implementar políticas para desenvolver a indústria nacional. Decretou que tudo aquilo que fosse usado nos festejos da inauguração da estátua de D. José e do final da reconstrução de Lisboa após o terramoto deveria ter origem na indústria nacional. Para a promoção industrial e agrícola, organizou, quando ainda era Conde de Oeiras, exposições anuais com a designação de Feira de Oeiras, onde concorriam todas as indústrias do país^{1521,1522}. Para além das melhorias que tentou introduzir na agricultura, Pombal tentou igualmente reorganizar o comércio¹⁵²³ e estabelecer em Portugal algumas indústrias novas¹⁵²⁴, como a do vidro (Marinha Grande), porcelanas e seda (Lisboa), lanifícios

Ferreira, *Em Redor d'uma apreciação crítica feita pelo Ex.^{mo} Senhor Agostinho da Costa Ilharco sobre António Sardinha*, Tip. Costa Carregal, Porto, 1934, p. 24.

1518 Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal, fez uma tentativa de industrialização do país desde o início da sua governação, mas as condições não foram propícias devido, entre outras causas, às lutas pela liderança do governo, ao terramoto e à participação de Portugal na Guerra dos Sete anos; v. José Barreto, "O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal", em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 405–406.

1519 Carlos Guimarães da Cunha, "Negociantes estrangeiros em Portugal no final do Absolutismo (1790–1820)", em *História* n.º 22–23, agosto–setembro 1980, pp. 2–11.

1520 *A Economia e a Sociedade, em Portugal no Séc. XVIII de D. João V à Revolução Francesa*, Catálogo da Exposição, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1989, pp. 57–62.

1521 "As Exposições", em *Revista Popular de Conhecimentos Uteis*, Ano 1, n.º 3, Lisboa, 17 junho 1888, p. 17; "A Feira de Oeiras em 1776", em *Arquivo Nacional*, Ano V, n.º 245, 16 setembro 1936, pp. 184–185.

1522 Os detratores do Marquês (que nesta altura era ainda Conde de Oeiras) acusam-no de ter estabelecido a feira de Oeiras para, usando as palavras de Camilo Castelo Branco, "encaecer as suas propriedades" e "os géneros da sua lavoura"; v. Augusto Dias, *Coisas do Diabo — Polémica Histórica*, Editora Educação Nacional, Porto, p. 96. É de referir ainda que a primeira Exposição Agrícola nacional, organizada em Portugal, se realizou no Porto apenas em 1857; v. António Cruz, "A propósito da próxima Exposição Agrícola no novo Palácio de Cristal: A primeira exposição agrícola que houve em Portugal realizou-se no Porto em 1857", em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, n.º 5, setembro 1956, pp. 134–141; v. Alfredo Ayres de Gouvêa Allen, "Alfredo Allen e as Exposições nos campos da Torre da Marca e no Palácio de Cristal", em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, n.º 9, janeiro 1957, pp. 265–268; Idem, n.º 11, março 1957, pp. 342–246.

1523 D. Agostinho de Souza, *O Marquez de Pombal: breve estudo de suas medidas económicas*, Typ. de Gonçalves & Moraes Sarmento, Porto, 1882, pp. 19–28.

1524 *Idem*.

(Covilhã, Fundão e Portalegre)¹⁵²⁵, algodão (Alcobaça) e chapéus (Pombal)¹⁵²⁶.

Os resultados desta meritória política pombalina decepcionaram as expectativas. Sem uma tradição industrial, os operários portugueses estavam tecnicamente mal preparados, os investimentos eram muito limitados e os produtos eram de tão baixa qualidade e tão caros que não podiam competir com os estrangeiros, mesmo beneficiando de proteção alfandegária. Realizaram-se algumas tentativas de formação profissional, mas os técnicos competentes continuaram a rarear em muitas das indústrias. Dispersa por várias zonas isoladas do país, a indústria pombalina nunca deixou de ter um caráter rural. Há mesmo quem considere que este movimento deveria ser designado como uma *proto-industrialização*.

No final do século XVIII e princípio do século XIX, a situação política europeia não era favorável ao nosso desenvolvimento económico. A economia e o comércio nacionais estavam fortemente dependentes das condições políticas impostas pela Inglaterra e pela França que se guerreavam mutuamente e utilizavam Portugal como arma de arremesso¹⁵²⁷. Os ingleses tentavam dominar o comércio e impor os seus produtos industriais a nível global¹⁵²⁸. Os franceses tentavam contrariar tais intentos e exercer a sua influência com idênticos objetivos e, por isso, pressionavam Portugal para que fechasse os seus portos continentais e ultramarinos aos navios ingleses; com a colaboração dos espanhóis, usaram contra nós a sua

1525 José Lopes Dias, “Tópicos Ambientais e Humanos para a História Cultural e Política da Beira Baixa”, em *Anais*, II Série, Vol. 19, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1970, p. 130.

1526 Uma lista das fábricas portuguesas, instaladas e dirigidas por estrangeiros nesta época, pode ler-se em Rómulo de Carvalho, “O Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 99–101.

1527 Teresa Bernardino, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777–1810)*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1986, pp. 31–37.

1528 Os ingleses procuravam contrariar de toda a forma qualquer tentativa de industrialização nacional. De acordo com Ange Goudar, quando um ministro de D. João V tinha já ultrapassado todas as dificuldades para estabelecer manufaturas de tecidos de lã e o projeto estava para arrancar, uma oferta do governo inglês de dois mil guinéus fez parar definitivamente o projeto, não se sabe por quem... V. José Barreto, “O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, p. 407.

força militar em 1762, no final da Guerra dos Sete Anos e, em 1807 invadiram o nosso país, iniciando assim a Guerra Peninsular que durou até 1814¹⁵²⁹.

Por influência de José da Silva Lisboa (1756–1835) — economista, político e mais tarde Visconde de Cairú¹⁵³⁰ —, a abertura dos portos brasileiros aos produtos estrangeiros foi autorizada por carta régia de 28 de janeiro de 1808. Para agravar a situação da indústria da metrópole, D. João VI (Fig. 41), através do alvará de 1 de abril do mesmo ano, ordenou a liberalização da instalação de manufaturas no Brasil¹⁵³¹ e nas outras colónias¹⁵³². Estas medidas abriram ao mundo a economia brasileira que, desde então, ganhou uma grande dinâmica. Em 1810, a Inglaterra “impôs” a D. João VI um tratado reconhecidamente lesivo dos interesses nacionais¹⁵³³, pelo qual os produtos ingleses pagavam ao entrarem no Brasil uma taxa alfandegária inferior à dos produtos portugueses: 15% contra 16%. Os outros países pagavam 24%!... Este tratado¹⁵³⁴ procurava recompensar a coroa inglesa pelo esforço militar desenvolvido na metrópole contra as forças napoleónicas, dando facilidades comerciais e religiosas aos cidadãos britânicos¹⁵³⁵, mas debilitou a já fraca indústria portuguesa

1529 *Idem*.

1530 J.M. Cardoso de Oliveira, *A Fé e a Ciência — Nós os Brasileiros — Discursos*, Livrarias Aillaud & Bertrand, Paris, Lisboa, 1925, p. 56.

1531 Foram os jesuítas que introduziram, no século XVI, as manufaturas do tipo ocidental entre os índios brasileiros, ensinado-lhes as artes e os ofícios das mais variadas indústrias; v. Serafim Leite, “Os Jesuítas e os primeiros passos da indústria no Brasil (século XVI)”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, pp. 191–197.

1532 José M. Amado Mendes, “A indústria portuguesa no século XIX”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional—Casa da Moeda*, nº 7, abril–junho 1985, p. 24.

1533 José Acúrsio das Neves, “A Revisão do tratado de Comércio e Navegação de 1810 assinado entre a Inglaterra e Portugal”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional—Casa da Moeda*, nº 13, outubro–dezembro 1986, pp. 22–36.

1534 Victor de Sá, *Obras de Victor de Sá: época contemporânea portuguesa I, onde o Portugal velho acaba*, Livros Horizonte, Lda., Lisboa, 1981, pp. 40–45.

1535 Neste tratado, D. João VI autorizou a edificação de lugares de culto anglicanos nos domínios portugueses, pelo que foi construída uma Capela em Lisboa, dirigida diretamente pela Legação Britânica — um privilégio reforçado por decreto de 7 de janeiro de 1823; v. *Collecção da Legislação Moderna Portuguesa*, tomo III, Typographia Maignense, Lisboa, 1823, pp. 3–4.



Fig. 41 D. João VI (*Vamos lêr!*, 1 outubro 1936).

“por mais de trinta annos¹⁵³⁶”. A propósito desta situação, o político José Estêvão (1809–1862) afirmava¹⁵³⁷:

Antes do tratado de 1810, éramos um povo ilustrado que ia com as suas manufacturas e bujiarias buscar aos selvagens o seu ouro; por aquele tratado os selvagens somos nós que damos o nosso dinheiro pelas bujiarias dos outros.

Apesar de todos estes condicionalismos, a industrialização do país cresceu em geral até à primeira década do século XIX, mas alguns setores industriais continuaram estagnados¹⁵³⁸ devido à inexistência de mercado, à falta de estradas e pontes, e à pouca acessibilidade aos mercados internacionais. Além disso, nesta época caracterizada por uma forte inovação tecnológica na indústria europeia, a nossa indústria continuou a basear-se no trabalho de oficina, artesanal, manual, intensivo e de baixa qualidade. Alheada da inovação tecnológica¹⁵³⁹, esta industrialização rudimentar e pouco competitiva não pôde beneficiar da ciência nem dela tirar qualquer proveito.

A introdução de algumas inovações tecnológicas importadas a partir da década de 1820¹⁵⁴⁰ e, sobretudo, a aplicação da pauta aduaneira de 1837, devida a Mousinho da Silveira e decretada pelo governo de Passos Manuel, fizeram “reaparecer a industria quasi anniquillada¹⁵⁴¹”. Em 1838, teve lugar uma estimulante exposição de produtos portugueses promovida pela Sociedade Promotora da Indústria

1536 António da Silva Pereira Magalhães, *A Sciencia Académica ou a Falta d’Instrucção Pratica: resposta aos artigos do senhor João d’Andrade Corvo intitulados Instrucção Profissional*, Typographia Commercial, Porto, 1856, p. 27. Aqueles que tinham opiniões mais otimistas sobre a indústria nacional recorriam às estatísticas de Balbi para contrariarem a imagem negativa da capacidade industrial do país; v. José de Urcullu, *Tratado Elementar de Geographia Astronómica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna*, tomo II, Tipografia Comercial Portuense, Porto, 1837, pp. 65–66.

1537 J.A. Ferreira da Costa, *A Indústria Nacional*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1933, p. 20.

1538 *História de Portugal*, dir. José Matoso, Vol. 4, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 89–97.

1539 Tal como a ciência, a tecnologia agrícola e industrial chegou também atrasada ao nosso país; v. Fernando Pereira Marques, *Sobre as causas do atraso nacional*, Coisas de Ler, Lisboa, 2010, pp. 304–329.

1540 Jorge Custódio, “A indústria fabril em Portugal e em Lisboa na época de Cesário”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 12, julho–setembro 1986, pp. 63–64.

1541 António da Silva Pereira Magalhães, *Apontamentos para a História ou uma Resposta ao Artigo do Sr. Alexandre Herculano de Carvalho intitulado Liberdade e Restricção ou a Questão dos Cereaes*, Typ. de J.L. de Sousa, Porto, 1855, p. 48.

Nacional¹⁵⁴² e, em 1841, uma nova pauta começou a ser aplicada, criando condições para um crescimento sustentado da atividade industrial¹⁵⁴³. A indústria portuguesa satisfazia parcialmente as necessidades básicas e alguns luxos dos portugueses. Porém a indústria de “alta tecnologia”, aquela que produzia máquinas ou instrumentos e que exigia um elevado conhecimento técnico-científico, era praticamente inexistente em Portugal, ao contrário do que acontecia nos países industriais.

No século XVIII e no princípio do século XIX, apesar da existência em Lisboa de fabricantes estrangeiros de instrumentos científicos¹⁵⁴⁴, a indústria mecânica fina nunca satisfaz as poucas necessidades internas¹⁵⁴⁵, nem de longe se aproximou da de outros países europeus. Entre os principais artigos importados na segunda metade da década de 1830 encontravam-se, segundo José de Urcullu¹⁵⁴⁶, “instrumentos de física, de matemáticas, de cirurgia, e de música¹⁵⁴⁷”. As invenções mecânicas, finas ou menos finas, não faziam parte da nossa tradição cultural¹⁵⁴⁸, e Alexandre Herculano confirmava-o¹⁵⁴⁹:

1542 Esta sociedade — constituída por capitalistas, comerciantes, industriais e intelectuais — foi criada em 1822, extinta em 1824, restaurada em 1826 após o estabelecimento da Carta Constitucional pela Infanta regente D. Maria II, e de novo extinta no período miguelista (1928–1934) por razões políticas. Os três primeiros volumes dos respetivos *Annaes* foram da responsabilidade de João Antonio dos Santos; v. João Antonio dos Santos, *Ensaios Poéticos*, Imprensa de Candido Antonio de Silva Carvalho, Lisboa, 1836, pp. 4, 8–9. De novo restabelecida, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional organizou as exposições industriais de Lisboa de 1838, 1840, 1844 e 1849, mas depois extinguiu-se definitivamente; v. Hernâni Monteiro, “O Palácio de Cristal e a Sociedade de Instrução do Porto”, em *Ó Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 9, janeiro 1952, pp. 199.

1543 J.A. Ferreira da Costa, *A Indústria Nacional*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1933, pp. 21–22.

1544 João Manuel Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa: Subsídios para a sua História*, Biblioteca de Economia, Guimarães & C.^{ia}, Editores, Lisboa, 1979, p. 133; Manuel Vaz Guedes, “Oficina de Instrumentos Científicos”, em *Electricidade*, nº 373, janeiro 2000, pp. 16–17.

1545 Refira-se aqui o nome de Joaquim José dos Reis, que construiu instrumentos de física desde 1767 sob a orientação de Antonio Dalla Bella, então professor de Física Experimental no Colégio dos Nobres, e que, em 1772, se transferiu para a Universidade. Joaquim José dos Reis acompanhou a transferência das máquinas para Coimbra, tendo regressado ao seu posto de Mestre das obras do Colégio dos Nobres; v. Rómulo de Carvalho, “Joaquim José dos Reis, construtor das máquinas de Física do Museu Pombalino da Universidade de Coimbra”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XXVII, 1958, Universidade de Coimbra, pp. XXVII–XXXV (suplemento).

1546 José de Urcullu combateu na Guerra Peninsular, tendo-se refugiado em Portugal por razões políticas. Residiu durante algum tempo no Porto, onde manteve relações de amizade com João Francisco Allen, que possuía um museu, considerado na época o mais importante em Portugal. Urcullu faleceu em Lisboa em 8 de julho de 1852; v. Horácio Marçal, “A Rua da Restauração II”, em *Ó Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 9, janeiro 1959, p. 282.

1547 José de Urcullu, *Tratado Elemental de Geographia Astronómica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna*, tomo II, Tipografia Comercial Portuense, Porto, 1837, p. 66.

1548 Em 1545, D. João III concedeu carta de privilégio a Afonso Garro, morador na ilha de Porto Santo, pelo invento de três engenhos de moer pão e azeitona!... V. Luís de Pina, *A Intercultura Anatómica Luso-Espanhola*, Edições Marânus, Porto, 1947, p. 76.

1549 Alexandre Herculano, *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres*, *Opusculos*, 2ª ed., tomo VIII, Livraria Bertrand, Lisboa, 1873, pp. 70–71.

Vemo-nos afogados em um mar de doutores, e não vemos talvez dez individuos capazes de construir as mais simples máquinas de agricultura e de industria.

Já referimos que o atraso da indústria portuguesa resultava igualmente da pouca instrução dos artífices, uma situação que se verificara já quando o Marquês de Pombal tentou estimular a industrialização do país, no século XVIII, e que continuou a não ser corrigida nos séculos seguintes.¹⁵⁵⁰ No princípio do século XIX, era universalmente reconhecido que uma das razões para a capacidade industrial da Inglaterra¹⁵⁵¹ era a elevada instrução dos seus trabalhadores. Nos anais da Sociedade Protectora da Indústria Nacional, publicava-se, em 1826, um artigo de um autor francês, Paulin-Désormeaux, onde, a certa altura, depois de citar algumas das causas que poderiam explicar o poderio industrial da Inglaterra — “accumulação de capitaes, espirito activo dos seus ricos, espirito d’associação, situação topografica, seu solo rico em metaes” —, se pode ler¹⁵⁵²:

Seguramente muitas destas razões parecem peremptorias, e nós convimos que há certamente um pouco de tudo isto no facto avançado; mas nós pensamos que se tem omittido um dos pontos essenciaes, que é a instrução dos artífices Inglezes, instrução, que lhes assegura uma superioridade marcada sobre a grande maioria dos nossos artífices, que são, é necessario dizer-lo, mais ignorantes, não sómente que os artífices Inglezes, mas que os da Suissa, da Allemanha, e mesmo muitas vezes que os dessa tenebrosa Hespanha, o prototypo da ignorancia.

E o autor continuava¹⁵⁵³:

1550 A desqualificação ou pouca instrução da mão-de-obra portuguesa é ainda hoje uma afirmação comum no discurso político e empresarial.

1551 Nesta época, a Inglaterra era o país que produzia bens industriais mais baratos e de melhor qualidade.

1552 Paulin-Désormeaux, “Economia Industrial”, em *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, IV Ano, Caderno do mês de maio nº 37, Impr. de João Maria Rodrigues e Castro, Lisboa, 1835, p. 36.

1553 *Idem*, p. 38.

Esta verdade, que é a ignorancia de nossos artifices, que é a causa unica, que embaraça o aperfeicoamento da nossa fabricação, tem sido de tal modo sentida, que, há muitos annos, é para a sua instrução, que tendem inutilmente os esforços de nossos filantropos. Tem-se feito cursos de geometria applicada, tem-se publicado jornaes industriaes, tudo isto não tem produzido senão muito pouca cousa. Os artifices, que não sabem ler, não podem disso aproveitar-se; e aquelles que sabem ler não querem ler. Aquelle que lê raras vezes, não é apto para comprehender idéas por este meio de transmissão. É do mesmo modo das figuras, que acompanhão os textos; as pessoas extranhas ao desenho não as comprehendem. Não se deve por isto suspender a publicação dos jornaes industriaes, cedo, ou tarde ella produzirá resultados vantajosos; mas só por si ella não fará artifices intelligentes, por longo tempo ao menos. Não há talvez um artifice, que tenha ido a uma bibliotheca publica pedir o livro respectivo á sua profissão: não há um, bem certamente, que tenha consultado os annaes das artes, e manufacturas d’Oreilly, onde tão boas cousas estão sepultadas; e poucos d’entre elles, nós o receamos, lêem com atenção os novos aperfeicoamentos, que publica mensalmente o jornal dos conhecimentos uteis.

O “prototypo da ignorancia” atribuído à “tenebrosa Hespanha” as-sentava perfeitamente aos artifices portuguezes. Em 1881, Joaquim de Vasconcelos (1849–1936)¹⁵⁵⁴ (Fig. 42) afirmava que “a falta de uma boa aprendizagem é a principal causa do estado de decadência da indústria nacional e da pobreza, para não dizer miséria, da nossa classe operária¹⁵⁵⁵”. A capacidade técnica do pessoal dirigente era

1554 Alfredo de Magalhães, “Prestemos homenagem a Joaquim de Vasconcelos no primeiro centenário do seu nascimento”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 10, fevereiro 1949, pp. 217–221; Augusto César Pires de Lima, “Prof. Joaquim de Vasconcelos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 10, fevereiro 1949, pp. 222–223; Alberto Meira, “Notícia Bio-bibliográfica — Joaquim de Vasconcelos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 10, fevereiro 1949, pp. 223–226; “No centenário de Joaquim de Vasconcelos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 11, março 1949, p. 255; José Bonfim Barreiros, “No centenário de Joaquim de Vasconcelos. II Bibliografia”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 12, abril 1949, p. 280.

1555 Joaquim de Vasconcelos, “Educação Popular: Sobre o ensino profissional, por parte das Associações e do Estado”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º Ano, nº 2, 1 fevereiro 1882, p. 49.



Fig. 42 Joaquim de Vasconcelos em 1934 (desenho de Joaquim Lopes, *Ocidente*, abril 1950).

também uma forte limitação para a sustentação e desenvolvimento industrial. Em 1882, a propósito da má qualidade dos produtos industriais portugueses, o comerciante e industrial António de la Rocque comentava o seguinte¹⁵⁵⁶:

A pouca instrução é o primeiro obstaculo que se oppõe a toda a ordem de progressos no nosso bem estar; poucos a procuram, pela falta de estímulos remunerativos, e, comtudo, não faltam queixosos contra a omnipotencia da ignorancia, que julga ter a liberdade de dizer e fazer o que lhe aprouber, sem respeito pela sciencia.

A instrução a que este autor se referia não era “a de saber lêr ou escrever, mas sim a das *artes e officios*, por meio de instituições que respondam practicamente a todos os quesitos de uma instrução technica”.

Em 3 de julho de 1842 foram celebrados com a Inglaterra “o Tratado de Commercio e navegação, e o Tratado para abolição do tráfico da Escravatura¹⁵⁵⁷”, mas a indústria portuguesa continuou no seu letárgico estado de subdesenvolvimento. Em 1850, “jazia no mais deploravel atrazo, assim por falta de capitaes, como pela ausencia de instrução, faltando-lhe o melhor estímulo, que eram os mercados, ou os consumidores dos seus productos¹⁵⁵⁸”. Na sequência do movimento da Regeneração (1851–1868), desenvolveram-se no país as vias de comunicação: estradas e caminhos de ferro¹⁵⁵⁹, que deveriam facilitar o transporte e estimular o desenvolvimento industrial. Tentou-se promover mais uma vez a atividade industrial e, com esse objetivo, foi realizada em 1865 a Exposição Internacional do Porto¹⁵⁶⁰. De acordo

1556 A. de La Rocque, “O Mal das Industrias e das Emprezas Industriaes”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Vol. 2, Typographia Occidental, Porto, 1882, p. 61.

1557 Circular nº 201 dirigida aos Delegados do Procurador Régio nas Comarcas, pelo próprio Procurador.

1558 Mário, *Os Partidos Políticos em Portugal — A Regeneração — Esclarecimentos por um Evolucionista*, Imprensa Commercial, Porto, 1879, p. 7.

1559 A via-férrea chegou à fronteira em 1863. No ano seguinte concluíam-se a ligação entre Lisboa, Coimbra, Gaia e Porto. Em 1877 estavam instalados 952 km de caminho de ferro e, em 1885, 1529 km. Entre 1859 e 1875, foram construídos 2 883 km de estradas; v. Joel Serrão, *Cesário Verde*, Editora Minerva, Lisboa, 1957, pp. 20–21.

1560 *Porto 1865, uma Exposição*, Expo 98, Lisboa, 1998.

com um folheto propagandístico de 1879, facilitou-se às indústrias, durante a Regeneração, “a importação de machinas e de materias primas, deu-se proteção, nos direitos pautaes, áquellas que a careciam, retirou-se a outras incapazes de progredirem, ou que careciam d’estimulo para concorrerem com os productos similares estrangeiros; conciliando-se assim as necessidades industriaes, com as conveniencias de thesouro¹⁵⁶¹”. Nesta época, realizaram-se grandes investimentos públicos com a compra de tecnologia estrangeira, fizeram-se fortunas e criaram-se empregos públicos com estes investimentos¹⁵⁶², mas os meios de produção e as infraestruturas de serviço público não ficaram em mãos portuguesas nem a economia se desenvolveu. Disso dava conta Oliveira Martins em *Portugal Contemporâneo* (1881)¹⁵⁶³:

Os caminhos de ferro que não são do Estado, pertencem a estrangeiros; a estrangeiros o melhor das nossas minas; estrangeiros levam e trazem o que mandamos e recebemos do mar. Só o solo nos pertence, só o líquido do rendimento agrícola nos enriquece? Não. À fartura duma população rural ignorante junta-se a opulência das classes capitalistas de Lisboa e das cidades do Norte, não mais cultas, porém mais videiras. Uma granja e um banco: eis o Portugal português. Onde está a officina?

De acordo com o inquérito industrial de 1881 considerado pouco fiável¹⁵⁶⁴, haveria em Portugal 1350 unidades industriais: 338 fábricas, 907 oficinas e 105 instalações de indústria doméstica. O número de indivíduos que se dedicavam a estas atividades era de cerca de 90 mil, embora os que pertenciam à denominada classe operária

1561 Mário (pseud.), *Os Partidos Políticos em Portugal — A Regeneração — Esclarecimentos por um Evolucionista*, Imprensa Commercial, Porto, 1879, p. 11.

1562 *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, compilação de Artur Castilho e advertência de António Sérgio, Edição da “Renascença Portuguesa”, Porto, p. 54.

1563 Citação de J.P. Serralheiro, M.N. Lobo, J.M. Peixoto, O. Rebelo, *A Escola das Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*, Porto, 1985, pp.10–11.

1564 “Inquérito Industrial de 1881”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º Ano, nº 4, 1 abril 1882, pp. 204–205.

fossem menos de 10 mil¹⁵⁶⁵. A potência a vapor instalada¹⁵⁶⁶ era de 9087 CV¹⁵⁶⁷, um valor relativamente pequeno, mas cerca de dez vezes superior aos 983 CV contabilizados em 1852¹⁵⁶⁸. Em comparação com a Bélgica, um país com uma população equivalente, a força motriz instalada em Portugal, nesse ano de 1881, era 6,5 vezes inferior¹⁵⁶⁹, correspondendo a um atraso de, pelo menos, 20 anos¹⁵⁷⁰. Uma comparação com a França, onde a potência instalada, no fim da década de 1870, era de 1 milhão e 500 mil CV¹⁵⁷¹, colocava Portugal num lugar de claro subdesenvolvimento. Em 1883, no distrito do Porto contavam-se 80 mil empresas industriais, metade das quais se localizavam na própria cidade, o que levava os portuenses a reclamarem para a cidade do Porto o título de “Manchester portuguesa¹⁵⁷²”! A atividade industrial no Porto fazia mover 12 mil cavalos-força, dava renda a 9 500 contos de capital e produzia bens na importância de 15 mil

1565 Joel Serrão, *Cesário Verde*, Editora Minerva, Lisboa, 1957, p. 23.

1566 Para verificar o nosso atraso industrial relativamente à maior potência industrial da época, basta dizer que em 1833 — cerca de 50 anos antes da época em estudo — havia na Grã-Bretanha 15135 máquinas a vapor, a que correspondiam cerca de 378 mil cavalos-vapor. O número de máquinas a vapor construídas na Fundação do Ouro do Porto entre 1865 e 1879 foi de 38 unidades; v. Fernando de Sousa, Jorge Fernandes Alves, *A Associação Industrial Portuense — Para a História do Associativismo em Portugal*, Associação Industrial Portuense, Câmara de Comércio e Indústria, Edições Asa, Porto, 1996, p. 54.

1567 1 CV (cavalo vapor) = 735,5 W.

1568 Em Portugal, o primeiro requerimento oficial para a introdução de uma máquina a vapor é de 1817. Entre 1825 e 1835, foram instaladas 25 máquinas em todo o país, incluindo o continente e as ilhas. Em 1845, havia em Lisboa 26, num total de 58 existentes no país. Mais 45 foram instaladas até 1852. Em 1881, o número total existente no país era de 328 unidades; v. Joel Serrão, *Cesário Verde*, Editora Minerva, Lisboa, 1957, p. 17. Sobre a introdução da máquina a vapor na indústria portuguesa, ver ainda José M. Amado Mendes, “A indústria portuguesa no século XIX”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional—Casa da Moeda*, nº 7, abril-junho 1985, pp. 25–27.

1569 J.P. Serralheiro, M.N. Lobo, J.M. Peixoto, O. Rebelo, *A Escola das Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*, Porto, 1985, p. 11.

1570 Para um conhecimento mais aprofundado sobre a história da indústria portuguesa no século XIX e na primeira década do século XX, v. *Obras de Armando de Castro: A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 3ª edição, Limiar—Actividades Gráficas Lda., Porto, 1976. Sobre a história da indústria, na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, v. Chantal Beauchamp, *Revolução Industrial e Crescimento Económico no Séc. XIX*, Nova Biblioteca 70, Edições 70, Lisboa, 1998.

1571 Gaston Tissandier, *Os Martyres da Ciência*, trad. Adolpho Portella, Casa Editora Alcinara Aranha & Cª, Porto, s/d, p. 330.

1572 Este cognome foi atribuído à cidade da Covilhã, embora o centro industrial mais importante do país fosse a cidade de Lisboa; v. Jorge Custódio, “A indústria fabril em Portugal e em Lisboa na época de Cesário”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional—Casa da Moeda*, nº 12, julho-setembro 1986, p. 74.

contos¹⁵⁷³! Nas últimas décadas do século XIX deu-se especial atenção à resolução dos problemas da indústria com a realização de inquéritos, criação de escolas de ensino técnico, formação de operários em indústrias estrangeiras a expensas do governo e a promulgação da pauta protecionista de 1892¹⁵⁷⁴.

Para constatar a pouca importância dada à inovação tecnológica na indústria portuguesa, basta lembrar que o decreto regulador das patentes e dos direitos dos inventores foi publicado em Portugal apenas em 1837. O número de patentes de invenção, a maior parte estrangeiras, registadas alguns anos depois em Portugal é o seguinte: 6 em 1868, 32 em 1869, 23 em 1870, 17 em 1871, 23 em 1872, 26 em 1873, 21 em 1874, 36 em 1875, 26 em 1876, 28 em 1877, 34 em 1878, 39 em 1879, 61 em 1880, 79 em 1881 e 87 em 1882. Entre 1868 e 1870 registaram-se 19 inventos portugueses¹⁵⁷⁵. Para comparação, é de referir que, em 1882, fizeram-se na Alemanha 7000 pedidos de patentes e em França 7600. Em 1911 o número de pedidos era mais de 45 mil na Alemanha e 15 mil em França¹⁵⁷⁶.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, o período de maior industrialização na Europa, a taxa de operários industriais manteve-se praticamente constante. A população industrial era, em 1864, de 18,4%, contra 61,1% da população agrícola; em 1900, a população industrial era 19,4%, enquanto a agrícola se mantinha no mesmo valor de 61,1%¹⁵⁷⁷. Uma grave crise financeira em 1890 levou à desvalorização da moeda, à proteção do trabalho manufatureiro com o estabelecimento de taxas aduaneiras em 1892, e à fixação de um preço remunerador para o trigo nacional, o que deu um certo impulso à atividade industrial. Assim, em 1900, a indústria portuguesa — mais baseada na oficina do que na instalação industrial — teve, dentro da sua modéstia, uma

1573 Antonio M. Lopes Vieira de Castro, “Os Pensionistas da Industria Portuguesa”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 6, 1 junho 1883, p. 295.

1574 José M. Amado Mendes, “A indústria portuguesa no século XIX”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 7, abril-junho 1985, p. 29.

1575 Joel Serrão, *Cesário Verde*, Editora Minerva, Lisboa, 1957, p. 24.

1576 “Informations — Brevets d’invention en Allemagne”, em *Supplément de La Nature*, 40º Ano, 1º Sem., nº 2016, 13 janeiro 1912, p. 50.

1577 Joel Serrão, *Cesário Verde*, Editora Minerva, Lisboa, 1957, p. 27.

interessante representação na Exposição de Paris, tendo recebido alguns prémios¹⁵⁷⁸. No início do século XX, a indústria passou por uma nova crise que se prolongou durante os primeiros anos da República¹⁵⁷⁹. No entanto, devido às dificuldades de importação durante a I Guerra Mundial desenvolveram-se e criaram-se algumas indústrias, em Portugal, cujos produtos conseguiam competir com os estrangeiros¹⁵⁸⁰, mas continuava a haver lacunas importantes. Por exemplo, em 1929 não havia indústrias de material científico e didático, segundo informava o engenheiro João Perpétuo da Cruz¹⁵⁸¹:

Excluídas três ou quatro oficinas de instrumentos de precisão, que se limitam a trabalhos de reparação, pode dizer-se que não existem em Portugal indústrias produtoras destes artigos. A importação que dêes foi feita, em 1926, no valor de 8:778 contos, representa pois a quási totalidade do consumo.

Alguns instrumentos usados para o ensino de física na Universidade do Porto na década de 1940 eram importados, mas muitos deles eram fabricados sob a supervisão dos professores em oficinas locais ou nas próprias oficinas universitárias¹⁵⁸², por não haver empresas especializadas neste tipo de instrumentos.

Uma imagem relativamente risonha do futuro da indústria portuguesa foi apresentada numa publicação comemorativa da Exposição Portuguesa em Sevilha em 1929¹⁵⁸³. Em 1932, a atividade industrial do país tinha duplicado relativamente à de 1912. No início

1578 *Indústrias Portuguesas*, Monografia de divulgação editada pela Direcção das Feiras de Amostras nas Colónias Portuguesas, 1932, pp. 10–11.

1579 José M. Amado Mendes, “A indústria portuguesa no século XIX”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional–Casa da Moeda*, nº 7, abril–junho 1985, pp. 29–30.

1580 J.S. Tavares, “A Exposição Industrial Portuguesa (Pôrto, 3 a 25 de outubro de 1926)”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé–Ciência–Letras, Vol. III, 1926, p. 287.

1581 João Perpétuo da Cruz, *A Indústria*, Exposição Portuguesa de Sevilha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, p. 54.

1582 M.L. Monteiro, J.M. Araújo, L.M. Bernardo, “‘DIY’ na Universidade do Porto: instrumentos científicos fabricados localmente”, em *Atas do Seminário Internacional Museus Universitários em Perspectiva*, 28–29 Novembro 2013, coord. Alice Semedo, Elisa Noronha Nascimento e Rui Centeno, 2014, pp. 107–121.

1583 João Perpétuo da Cruz, *A Indústria*, Exposição Portuguesa de Sevilha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

do Estado Novo, falava-se no aumento de produção através do esforço, da fé, da energia espiritual e do patriotismo, mas não havia palavras de incentivo ao estudo científico ou ao desenvolvimento tecnológico¹⁵⁸⁴. Louvavam-se ainda as qualidades industriais naturais do povo português¹⁵⁸⁵:

O povo é inteligente, duma grande sobriedade, possuindo imensas condições de adaptação; pesca nos bancos da Terra Nova a 10 e 12º abaixo de zero, trabalha a terra nas zonas equatoriais, sangra os seringais do Sertão do Brasil, onde o próprio nativo foge de trabalhar por causa da insalubridade pantanosa da região; lavra minas, é marinheiro de raras aptidões e troca o arado, a rêde e o alvião pelo ferramental fabril com extrema facilidade, dirigindo uma máquina ou menajando um tórno com uma curta aprendizagem sem o auxílio mesmo do ensino profissional.

Além de tudo isto, afirmava-se que “Portugal [incluindo as colónias], longe de ser uma nação em decadência” era “pelo contrário, um grande império económico em formação”, mas que faltava ainda “mobilizar capitais, organizar o trabalho, aproveitar convenientemente os recursos” disponíveis¹⁵⁸⁶. A Grande Exposição Industrial Portuguesa de 1932¹⁵⁸⁷, realizada no Porto, que incluía uma Secção Colonial,¹⁵⁸⁸ foi um acontecimento muito celebrado, tendo criado algum otimismo sobre as nossas capacidades laboriosas: “o que está feito é muito e não nos envergonha diante de estranhos; as nossas riquezas, contudo, ainda estão muito por aproveitar e o máximo do seu rendimento desassombrar-nos há

1584 *Grande Exposição Industrial Portuguesa, Catálogo Geral (1932-1933)*, Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, s/d, pp. v-ix (Prefácio).

1585 *Indústrias Portuguesas*, Monografia de divulgação editada pela Direcção das Feiras de Amostras nas Colónias Portuguesas, 1932, p. 12.

1586 *Idem*, p. 15.

1587 *Primeira Exposição Colonial Portuguesa, — Relatório e Contas*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1935.

1588 J. da Costa Lima, “Do Império e seus Valores”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XV, 1932, pp. 311-324.

o futuro económico, social e político¹⁵⁸⁹”. As indústrias mais importantes eram nesta época os tecidos de algodão, as malhas, a metalurgia e máquinas, resinas, azeites, moagens, massas alimentícias, bolachas, especialidades farmacêuticas, arroz, pescas e conservas, concentrando-se, particularmente, na região do Porto¹⁵⁹⁰ mas outras começavam a tornar-se relevantes¹⁵⁹¹. Em 1930, o Porto contava 232 280 habitantes e a densidade populacional no distrito era de 355 habitantes/km², a maior da Península Ibérica¹⁵⁹². As exportações portuguesas mais representativas até 1945 eram a cortiça, as conservas de sardinha e os resinosos¹⁵⁹³. Em 1940, a indústria portuguesa ocupava cerca de 585 mil operários; em 1950, 782 mil, e em 1959 cerca de 950 mil. Estes números representavam percentagens da população ativa de 20%, 24,5% e 27,5%, respetivamente¹⁵⁹⁴.

Em 1944, o Ministério da Economia preparou dois documentos que foram muito elogiados¹⁵⁹⁵, sendo até considerados “um verdadeiro acontecimento de sensação, na história económica de Portugal.” Um dizia respeito ao “fomento e organização industrial do país”, o outro à “electrificação em massa do território metropolitano¹⁵⁹⁶”. Em 1950, o professor de economia João Faria Lapa afirmava que Portugal estava trilhando o caminho da industrialização — “caminho único, para a elevação do nível de vida, para a melhoria

1589 J. da Costa Lima, “A Grande Exposição Industrial Portuguesa de 1932”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XV, 1932, p. 274.

1590 *Indústrias Portuguesas*, Monografia de divulgação editada pela Direcção das Feiras de Amostras nas Colónias Portuguesas, 1932, p. 15.

1591 J. da Costa Lima, “A Grande Exposição Industrial Portuguesa de 1932”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XV, 1932, pp. 266–276; J. da Costa Lima, “Do Império e seus Valores”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XV, 1932, pp. 311–324.

1592 Ezequiel de Campos, “Prólogo do Plano da Cidade do Porto”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (2ª série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935, p. 37.

1593 *A Revolução Nacional: 20 anos de Grandes Realizações (28 de maio de 1926 a 28 de maio de 1945)*, Edições SNI, Lisboa, p. 32.

1594 Francisco de Paula Leite Pinto, “Discurso de Abertura do Congresso”, em *Conclusões do I Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional*, Lisboa, 1959, p. 16.

1595 Um levantamento do estado da indústria nacional nesta época e o impacto, que as medidas propostas nestes decretos poderiam vir a ter, podem ler-se em Riba Leça, “A renovação industrial portuguesa”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 212–226.

1596 *Idem*, p. 212.

das condições económicas das populações por ela beneficiadas” — graças “à sã e construtiva política financeira e económica dos nossos Governos¹⁵⁹⁷”.

De acordo com Rui Luís Gomes, o progresso técnico que nos anos de 1950 chegava a Portugal através da Europa aumentava a produtividade e enriquecia uma minoria dominante. Porém, como os trabalhadores continuavam mal pagos, não se traduzia num aumento de consumo, o que mantinha a economia num estado depressivo¹⁵⁹⁸. A indústria metalúrgica e têxtil, impulsionada pelo Estado Novo¹⁵⁹⁹, assentava na utilização de máquinas de segunda e terceira geração. Para manter estas indústrias, tal como acontecera no século XIX, não era necessária a inovação, e por isso não se investia na investigação científica nem tecnológica, embora se reconhecesse que “o factor predominante do desenvolvimento industrial de uma nação é o seu ensino profissional, em todos os graus¹⁶⁰⁰”, como afirmava o professor e político Francisco de Paula Leite Pinto (1902–2000).

No século XX, a relação entre investigação e indústria foi tema de discussão frequente, sobretudo depois da II Guerra Mundial. Em 1946, publicava-se um artigo no *Jornal do Comércio* — que foi parcialmente transcrito na *Gazeta de Física* de 1950 — em que essa questão era colocada de forma clara: a investigação científica deveria contribuir para a melhoria dos processos industriais. Sugeria-se a criação de escolas “idênticas aos Institutos de Massachusetts ou da Califórnia e à «Technische Hochschulen» alemã, e a promoção dos contactos entre instituições de ciência e empresas industriais¹⁶⁰¹:

1597 João Faria Lapa, “A propósito da industrialização”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 25, 30 janeiro 1950, p. 6.

1598 Rui Luís Gomes, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, Edição do Autor, Porto, 1956, p. 13.

1599 Um resumo da política industrial do Estado Novo está acessível em Romeu Costa Reis, Manuel Ren-deiro Júnior, “O Estado Novo e o ‘caminho da indústria’”, em *História*, nº 10, agosto 1979, pp. 64–76.

1600 Francisco de Paula Leite Pinto, “Discurso de Abertura do Congresso”, em *Conclusões do I Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional*, Lisboa, 1959, p. 16.

1601 “Noticiário: A Indústria e a Investigação Científica”, em *Gazeta de Física*, Vol. II, Fasc. 2, janeiro, 1950, pp. 54–55.

É necessário desenvolver os meios quantitativos de colaboração da ciência como trabalho produtivo [...]. São muito raros, infelizmente, os industriais que mostram interesse pela actividade científica como função orientadora e estimuladora do seu desenvolvimento [...]. Ouve-se dizer muitas vezes que os sábios não são homens práticos e, muitas vezes, nunca viram uma fábrica; com mais razão, talvez, se poderá dizer que os homens práticos não mostram qualquer interesse pelo trabalho científico e nunca viram um laboratório. [...] Poderão contar-se, certamente os produtores que visitaram demoradamente essas instalações [Junta Nacional de Cortiça e Instituto do Vinho do Porto], se interessam por elas, lhes reiteram o seu apoio e auxílio. [...] O rápido progresso técnico não é hoje um luxo que possa impulsionar-se ou não — é uma necessidade imperiosa de sobrevivência a que estão ligados os destinos da nação.

Baseada na mão-de-obra barata e sem necessidade da inovação científica, a indústria portuguesa foi sobrevivendo até ao 25 de abril de 1974, abastecendo o país e as colónias de produtos de segunda qualidade e exportando produtos baratos para o estrangeiro. Com a globalização, a indústria tradicional portuguesa foi fortemente abalada e poucas indústrias modernas de base científica se montaram em Portugal. Descontando as empresas fornecedoras de energia elétrica, combustíveis e comunicações, algumas empresas que ocupam pequenos nichos de mercado e empresas de indústria mais tradicional (têxteis e calçado) que se modernizaram com tecnologias importadas, a indústria nacional não evoluiu o suficiente para poder utilizar plenamente a ciência nem estimulá-la.

Dada a importância para o desenvolvimento científico que tem uma indústria pujante, não admira que a histórica fraqueza da indústria nacional tenha contribuído para a debilidade da ciência portuguesa. O número de patentes sempre foi diminuto, comparado com o de outros países industrializados, embora tenha havido alguns progressos promissores nos últimos anos. Foi 46 o número de patentes europeias, concedidas a empresas portuguesas e centros de investigação em 2015, apesar de haver em 2011, no nosso país,

21 164 mulheres e 184 627 homens com um título universitário e de se terem doutorado 1 022 mulheres e 823 homens¹⁶⁰². Os dados conhecidos em 2013 revelam que as mulheres representavam 45% dos investigadores — um número bem superior aos 20% que se verificava na Alemanha — e que mais de 3 mil empresas em Portugal declaravam fazer investigação. Para que a indústria portuguesa possa atingir os elevados níveis de competitividade e inovação de outros países parece ser necessário gastar muito mais com a ciência e sobretudo reproduzir esse investimento em produtos industriais inovadores¹⁶⁰³.

1602 “Educação e Género — O Novo Sexo Fraco” em *Revista Expresso*, 27 de setembro, 2013.

1603 “Os avanços da nossa ciência”, em *Jornal Expresso*, 6 de abril, 2013.

V. CAUSAS LIGADAS AO SISTEMA EDUCATIVO

Muitos portugueses pensaram corretamente que seria através da educação que o progresso chegaria a Portugal, e que sem ela se instalaria a decadência. Manuel Laranjeira (1877–1912)¹⁶⁰⁴ apresentava uma solução para livrar o povo português do seu atraso: “Eduquem-no, intensivamente, tenazmente, sem desfalecimento, e vê-lo-ão florescer e progredir como os povos cheios de saúde¹⁶⁰⁵”. Definia ainda os objetivos da educação numa perspectiva de futuro¹⁶⁰⁶:

1604 Segundo os periódicos portugueses da época, o suicídio de Manuel Laranjeira foi muito sentido no Porto, onde era assistente da Faculdade de Medicina e colaborador de vários jornais; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 1, janeiro 1962, p. 60.

1605 Manuel Laranjeira, “O Pessimismo nacional”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 15, abril–junho 1987, p. 43.

1606 *Idem*, p. 44.

Era preciso educar o povo, criar nele um novo espírito nacional, uma consciência moral nova, uma vontade colectiva capaz de impor-se na hora trágica da falência; era preciso adaptá-lo aos novos ideais do espírito moderno, transformá-lo numa sociedade livre e consciente. Era preciso, sobre as ruínas e destroços da alma antiga, construir toda uma nova alma portuguesa.

Este era um verdadeiro programa nacional de reconversão social contra a ignorância paralisante e dominadora (Fig. 43). Neste contexto, a educação e a instrução constituiriam a principal solução para todos os problemas nacionais: políticos, sociais, económicos e científicos.

Substituindo o autodidatismo que tinha sido dominante nos séculos anteriores, o ensino escolar universal começou a desempenhar um papel fundamental na evolução da ciência desde o século XIX. Nas escolas, podem aprender-se os fundamentos das várias ciências e, com estas bases, aprofundar os conhecimentos, descobrir e inovar. É através de um sistema educativo de qualidade que se adquire a cultura científica, tão necessária para um desenvolvimento científico e tecnológico sustentado¹⁶⁰⁷. É com base numa educação prolongada, universal e de qualidade que as nações obtêm elevados graus de desenvolvimento, embora os resultados visíveis possam demorar décadas a surgir. Diversas pequenas nações europeias, sem grandes recursos naturais, optaram por este modelo e conseguiram notáveis resultados no seu desenvolvimento global¹⁶⁰⁸.

Num sistema de educação bem estruturado, o ensino primário e secundário deveriam despertar nas crianças o interesse pela ciência, consciencializá-las do seu valor e incutir-lhes o gosto pela descoberta científica; o ensino superior deveria proporcionar aos jovens as ferramentas para lidarem com os mais variados problemas e deveria ainda preparar os mais capazes para as tarefas de investigação e

1607 N. Barber, "Educational and ecological correlates of IQ: a cross-national investigation", em *Intelligence*, Vol. 33, nº 3, maio-junho 2005, pp. 273-284.

1608 Joaquim da Mota Júnior, "Como se 'fabrica' um grande povo", em *Sol*, 30 abril 1949, Lisboa, pp. 1, 2, 4.



Fig. 43 O Zé Povo dominado pela ignorância (*O Charivari*, 8 setembro 1888).

desenvolvimento. Em geral, todo o cidadão deveria possuir uma educação assente no método e princípios científicos para poder explorar com eficiência as suas competências profissionais.

A história do ensino em Portugal¹⁶⁰⁹ mostra que o sistema educativo português, para além da pouca qualidade intrínseca, se caracterizou por uma grande instabilidade devido a reformas¹⁶¹⁰ sucessivas, muitas das quais ficaram incompletas por dificuldades financeiras ou incapacidade governativa. Além disso, a educação das crianças e jovens portugueses foi sempre deficiente, muito particularmente nos aspetos de cidadania e formação científica. Em 1913, um estudante da Faculdade de Letras, J. Silva Correia, escrevia o seguinte sobre o estado do ensino secundário em Portugal¹⁶¹¹:

Em virtude da enormidade dos programas e da ignorância do verdadeiro fim do ensino secundário por parte de muitos professores liceais, o estudante conclui o curso inabilitado para a vida moderna, que não sente nem compreende. Traz encasquetada na cabeça, por processos mnemotécnicos, uma soma enorme de sabença, cuja utilidade prática não vê, mas com que íntimamente se desvanece. Envolto num ambiente psitacístico, sem lições experimentais, sem trabalhos próprios, sem autonomia espiritual — o cursista do liceu não tem observação, não tem iniciativa, não tem vontade. É apenas um ser muito inteligente, perigosamente inteligente, nefastamente inteligente, porque toda essa inteligência lhe foi desenvolvida e cultivada na atmosfera bolorenta das escolas, longe da realidade, longe da natureza que êle terá de dominar.

Em 1929, António Sérgio escrevia¹⁶¹²:

1609 Informações detalhadas sobre a história do ensino em Portugal podem encontrar-se em Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

1610 Muitas vezes, as reformas limitavam-se apenas a adaptações ou ajustamentos de pequeno impacto, sem atingir a própria estrutura do ensino.

1611 J. Silva Correia, “Pensionistas”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 13, 15 julho 1913, p. 151.

1612 António Sérgio, “Sobre a Reforma do Legislativo”, em *A Águia, Órgão da Renascença Portuguesa*, 4ª Série n.º 10–11, julho–outubro 1929, p. 275.

Um dos escolhos de natureza moral que mais teem dificultado a democracia é que a educação, até hoje, continuou a fazer-se nas escolas públicas segundo o princípio do absolutismo. Os processos escolares ainda usados domesticam as crianças para serem subditos: não criam a mentalidade do cidadão consciente. Para que preparemos cidadãos autênticos, capazes de se governarem democraticamente, o primeiro passo é libertar o aluno: êle há de ser livre nos seus estudos, e livre no governo da sociedade escolar; e o ensino, em qualquer disciplina, não há de ter por objecto o transmitir doutrinas, conhecimentos, noções, mas formar a mentalidade experimental e crítica, único caminho para o verdadeiro saber.

Nesse mesmo ano, o professor açoreano Raul da Costa Torres (1885–1955) afirmava o seguinte sobre a qualidade da educação em Portugal:¹⁶¹³

A instrução primária é uma autêntica mistificação, o ensino secundário é manifestamente insuficiente e o ensino superior é uma ficção. Estamos atrasados dos povos cultos, em certos aspectos, mais de um século, e êsse atraso, é preciso ter a coragem de confessá-lo, é, em grande parte, se não exclusivamente, obra do nosso imperfeito e desfigurado regimen educativo, do abandono e quási desprezo a que têm sido votadas as nossas instituições escolares.

Na sequência desta enérgica afirmação, o autor, que era professor do Liceu Camões de Lisboa, descreveu, comparativa e detalhadamente, os modelos educativos de outros países — como a Alemanha, a Inglaterra, a França e os EUA — que considerava exemplares¹⁶¹⁴.

1613 Raul da Costa Torres, “Localização do Ensino Secundário numa Reforma Geral do Ensino”, em *III Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial*, Tip. da Oficina S. José, Braga, 1930, p. 35.

1614 Em 1938, foi publicado um relatório sobre o ensino secundário inglês que considerava que este era antiquado, não estando em harmonia com as necessidades sociais e industriais da época; o programa curricular era demasiado livresco e “a tradição dos estudos clássicos e literários estreitava a visão numa idade em que uma coloração científica era indispensável para a vida intelectual das escolas”; v. A.L., “Notes on Books — The Spens Report on Secondary Education”, em *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. LXXXVII, nº 4497, January 27, 1938, p. 298.

Propôs um modelo de reforma para o ensino em Portugal que, muito naturalmente, não saiu do papel¹⁶¹⁵... Passadas três décadas, o engenheiro civil Atanagildo Teixeira Pinto, que fora professor do ensino primário e era licenciado em matemática, criticava igualmente a qualidade do ensino em Portugal e propunha soluções para a sua melhoria¹⁶¹⁶:

O ensino há-de ser, de alto a baixo, vazado em moldes modernos, vivo, experimental, com a utilização das modernas técnicas pedagógicas, procurando despertar no aluno a curiosidade de observar, de experimentar, de saber, mantendo-lhe o espírito sempre desperto e irrequieto, levando-o a uma atitude activa e não meramente receptiva, habituando-o a pensar com independência sobre o que lhe é ensinado, fazendo dele um homem capaz de iniciativa e criação.

Infelizmente, muitos destes bons métodos e valores, propostos há tanto tempo, continuam afastados do sistema de ensino em Portugal. Com esta situação, sofre naturalmente a ciência, cujo desenvolvimento depende diretamente da qualidade da educação como é universalmente reconhecido.

Deficiente Educação Escolar e Científica em Portugal

Até à criação do ensino estatal por iniciativa do Marquês de Pombal, o ensino pré-universitário português — seguindo, aliás, o exemplo europeu — era da exclusiva responsabilidade das ordens e instituições religiosas, principalmente da Companhia de Jesus¹⁶¹⁷. Os jesuítas organizavam e professavam os seus cursos de ciência de acordo com orientações gerais previamente estabelecidas pelos seus superiores hierárquicos. Sujeita a estes condicionalismos, a ciência ensinada

1615 *Idem*, pp. 34–83.

1616 A. Teixeira Pinto, *O Ensino da Engenharia e o Progresso da Nação*, Comunicação 35, Congresso do Ensino de Engenharia, Lisboa, 1962, p. 10.

1617 No século XVI, os jesuítas limitavam-se a dar instrução aos nobres e aos jovens que se destinavam à magistratura e ao sacerdócio. Às crianças do povo davam-lhes apenas o ensino da catequese ou da doutrina cristã básica; v. F.A. do Amaral Cirne Junior, *Resumo da História da Pedagogia*, Livraria Universal, Porto, 1881, p. 46.

pelos jesuítas nunca se libertou completamente da escolástica tradicional nem atingiu o grau de inovação da ciência moderna que se fazia nas academias científicas europeias. Conhecedores desta ciência, os jesuítas usavam-na, porém, muitas vezes, mais “para exercitar a sua capacidade de réplica e porem à prova a segurança dos seus princípios¹⁶¹⁸” do que para com ela explorar novos horizontes do conhecimento¹⁶¹⁹. No século XVII e no início do século XVIII — uma época em que a atividade científica, individual ou académica era quase inexistente em Portugal —, os jesuítas ensinavam de acordo com as normas estabelecidas pela Companhia¹⁶²⁰. Quando em Portugal se seguiam os livros de autores jesuítas estrangeiros, dava-se já um sinal de atualização científica e pedagógica. O objetivo do estudo era analisar e comentar as várias teorias expostas e com base em argumentos lógicos alinhar a preferência pela teoria mais consistente. A originalidade científica¹⁶²¹ e o ensino experimental¹⁶²² não faziam habitualmente parte das preocupações dos professores jesuítas portugueses¹⁶²³.

1618 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p. 376.

1619 Nos últimos anos, em Portugal, tem sido posta em causa esta interpretação. Ver, por exemplo, Henrique Leitão, José Eduardo Franco (org.), *Jesuítas, Ciência & Cultura no Portugal Moderno, Obra Selecta de Pe. João Pereira Gomes, S.J.*, Esfera do Caos Editores, Lisboa, 2012.

1620 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. II, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 278.

1621 A falta de originalidade científica é evidente quando se faz a análise dos textos utilizados na Aula da Esfera do Colégio de Sto. Antão de Lisboa, que é considerada a instituição de maior qualidade no ensino das ciências matemáticas em Portugal durante os séculos XVII e XVIII; v. Luís Miguel Bernardo, “Os Tratados de óptica do Pe. Inácio Vieira”, em *Livro de Actas do Congresso Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Universidade de Coimbra, 26-29 de outubro de 2011, pp. 102–115.

1622 O estrito cumprimento do voto de pobreza foi considerado como um fator justificativo para a ausência do ensino experimental entre os jesuítas, uma vez que os instrumentos matemáticos eram muito caros! V. Ugo Baldini, “The Teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal from 1640 to Pombal”, em *The Practice of Mathematics in Portugal*, ed. Luís Saraiva e Henrique Leitão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 363.

1623 Esta atitude não era uma originalidade endógena portuguesa, mas resultava de uma mentalidade universal fortemente enraizada na escolástica e na autoridade do mestre. Bertrand Russell relata que — na altura em que foi feita a proposta de se montarem laboratórios em Cambridge para que os alunos pudessem realizar por si as experiências — o matemático Todhunter opôs-se, com o argumento de que os resultados experimentais poderiam perfeitamente ser obtidos pelos professores, “todos eles homens da mais alta autoridade e muitos deles clérigos da Igreja Inglesa” e depois transmitidos aos alunos; v. Bertrand Russel, “El Panorama Científico”, em *Revista de Occidente*, Madrid, 1931, p. 70.

No que respeita às matérias científicas ensinadas nos colégios jesuítas de todo o mundo, foi dada uma grande prioridade à matemática, incluindo as suas aplicações (astronomia, arquitetura, ótica e ciências similares). O padre António Lopes (1926–2007) tentou demonstrar que os superiores da Companhia de Jesus sempre incentivaram o seu estudo, ordenando que fosse obrigatório e generalizado em todos os colégios. No entanto, os jesuítas portugueses conseguiram contrariar sistematicamente essa ordem¹⁶²⁴ com o argumento da falta de professores. Perante esta dificuldade, o Superior Geral acabou por enviar para o nosso país vários matemáticos estrangeiros para ensinar nos colégios da Companhia, alguns dos quais acabaram por professar pontualmente na própria Universidade de Coimbra, onde o ensino da matemática esteve ausente durante muitos anos durante o século XVII. Os estudos avançados de matemática em Portugal faziam-se quase exclusivamente na Aula da Esfera do colégio jesuíta de Sto. António, em Lisboa. Muitos dos professores deste e doutros colégios revelaram muita qualidade e competência. Muitos deles eram estrangeiros¹⁶²⁵ e encontravam-se em Portugal de passagem, aguardando que uma nau os levasse para a China ou para o Japão, em missão evangelizadora ou educativa.

Segundo o Pe. António Lopes, que recorre a fontes históricas abundantes e credíveis, a falta de interesse pela matemática em Portugal era mais dos alunos do que dos educadores. Depois da morte de Pedro Nunes, esta cadeira deixou de funcionar na Universidade de Coimbra durante vários anos; umas vezes por falta de lente, outras, em muito maior número, por falta de estudantes. A propósito da falta de bons livros de matemática dos séculos XVII e XVIII nas bibliotecas nacionais, ao contrário do que acontecia com os do século XVI, Teixeira de Carvalho escreveu o seguinte¹⁶²⁶:

1624 Ugo Baldini, “The Teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal from 1640 to Pombal”, em *The Practice of Mathematics in Portugal*, ed. Luís Saraiva e Henrique Leitão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 346.

1625 Segundo Henrique Leitão, cerca de um terço do número total de professores da Aula da Esfera eram estrangeiros.

1626 Teixeira de Carvalho, “Livreria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, em *Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Ano III, 1916, n.º 2 e 3, fevereiro e março 1916, pp. 73–74.

Depois da regência de Pedro Nunes na Universidade, o estudo das Matemáticas entrou em decadência em Coimbra. Começou a princípio regendo-se a cadeira por substitutos, com um ordenado insignificante, para se não tolherem os vencimentos a Pedro Nunes. Daí a irregularidade de regência, e necessidade de procurar compensar com salários de outras cadeiras, noutras faculdades, a míngua do vencimento. Pouco a pouco, a cadeira foi abandonada por falta de interesse por quem a regia. Nos séculos XVI e XVII, a frequência era artificial, a residência obrigatória uma ficção que não enganava ninguém e com que ninguém procurava enganar-se. A frequência era provocada pelo saber dos professores, ou por suas boas manhas, como então costumava dizer-se, e não era só para as regências extraordinárias que se solicitava a boa vontade dos alunos. Com Pedro Nunes fôra-se a competência reconhecida. Aos substitutos não faltaria sempre competência, mas faltava o interesse. Da Universidade alastrou naturalmente o mal para os institutos religiosos. As convulsões políticas fizeram o resto.

O facto de os estudos da disciplina de Matemática não conduzirem a uma atividade profissionalizada, contrariamente ao que acontecia com outras¹⁶²⁷, desencorajava o estudo daquela disciplina. Os alunos não se sentiam motivados a frequentá-la como estudantes ordinários, por entenderem que de nada lhes servia para as suas profissões. Mesmo depois da Reforma Pombalina, a frequência da recém-criada Faculdade de Matemática foi sempre muito reduzida, sendo o número de alunos inferior a uma dezena¹⁶²⁸. Nesta Faculdade, dava-se formação matemática a alunos de vários cursos e preparavam-se

1627 Entre 1692 e 1759, sabe-se que cerca de 105 estudantes frequentaram classes de matemática avançada nos colégios jesuítas de Lisboa, Évora e Coimbra. Quarenta destes alunos acabaram por ensinar aquela disciplina, e os outros tiveram carreiras não diretamente relacionadas com ela; v. Ugo Baldini, "The Teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal from 1640 to Pombal", em *The Practice of Mathematics in Portugal*, ed. Luís Saraiva e Henrique Leitão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 366.

1628 Este número cresceu bastante entre 1897 e 1901, tendo oscilado até ao ano da reforma republicana, com um grande pico em 1909; v. Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880-1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, pp. 62-65.

matemáticos que saíam habilitados para o exercício de atividades técnicas nas mais variadas áreas da engenharia. No entanto, continuavam a existir poucas oportunidades de emprego. Só em 1801 foram criadas posições oficiais para os matemáticos. Um alvará do rei D. João VI, assinado pelo 1º Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745–1812) — homem de elevada cultura e saber que foi sócio honorário da Academia Real de Ciências — enumerava várias instituições do Reino onde deveriam ser oferecidas posições para os matemáticos¹⁶²⁹. Neste alvará, indicavam-se as tarefas que estes profissionais deveriam executar: obras públicas de engenharia, topografia, cartografia e ensino, entre outras.

Até à Reforma Pombalina, foram sempre adversas as condições para o estudo da ciência moderna em Portugal. Em 1651, o Geral da Companhia de Jesus proibia o ensino de 65 teses ou pontos de filosofia que incluíam sobretudo proposições e doutrinas dos filósofos modernos Gassendi e Descartes¹⁶³⁰. Um decreto de 1746 do Reitor do Colégio das Artes de Coimbra impedia o estudo da ciência moderna e um *Elenchus quaestionum quae a nostris Philosophiae magistris tractari debent* (1754) do provincial manifestava-se contra o excesso de novidade no ensino da filosofia natural em alguns colégios da Companhia¹⁶³¹. Por princípio, as novas ideias físicas propostas por Galileu, Descartes, Bacon e Newton não eram ensinadas nos colégios jesuítas portugueses durante a primeira metade do século XVIII¹⁶³², embora

1629 É curioso referir que, bastantes anos mais tarde, em 1876, algo semelhante ocorreu com os teólogos!... Havendo falta de alunos na Faculdade de Teologia, decidiu-se que os bacharéis teriam preferência em todos os cargos eclesiásticos. Com esta medida resolveu-se o problema da Faculdade e contribuiu-se para a ilustração do clero português; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 252.

1630 Manuel Moraes, *Cartesianismo em Portugal — António Cordeiro*, Braga, 1966, p. 69.

1631 Ugo Baldini, “The Teaching of Mathematics in the Jesuit Colleges of Portugal from 1640 to Pombal”, em *The Practice of Mathematics in Portugal*, ed. Luís Saraiva e Henrique Leitão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 376.

1632 O ensino jesuítico foi muito criticado por Luís António Verney. Segundo este autor, “os jesuítas portugueses, «estes mestres de Portugal», condenam a nova Filosofia, dizendo que só está introduzida entre hereges”, no entanto, “em algumas partes de Itália os filhos de Inácio da Loiola, vendo que nas suas escolas e colégios faltavam consideravelmente os estudantes, que concorriam a outros estudos públicos, viram-se obrigados a reformar o antigo método e introduzir os estudos novos”; v. António Alberto de Andrade, “Luiz António Verney, crítico e primeiro historiador português da Filosofia”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 437–438.

alguns professores mais esclarecidos e corajosos o tivessem tentado, o que acabava em admoestação pelos superiores. Os portugueses que pretendessem estudar física experimental — assim era designada a física moderna — ou se limitavam a assuntos muito elementares, abordados nos colégios dos oratorianos desde meados do século XVIII, ou, para estudos mais avançados, tinham de viajar para além dos Pirenéus. É isto que nos revela uma carta escrita pelo frade franciscano Giovanni Vincenzo Antonio Ganganelli (1705–1774) dirigida a Furtado de Mendonça, morador no Rio de Janeiro, e assinada no Convento dos Santos Apóstolos de Roma, em 10 de janeiro de 1758. Furtado de Mendonça teria escrito ao erudito franciscano pedindo-lhe um conselho sobre a forma de melhor educar o filho que mostrava ter uma grande inclinação para a física. Pelo teor da resposta, o correspondente português teria perguntado ao frade italiano se deveria enviar o filho para Paris, como aliás lhe teria já recomendado um dos seus aios. Frei Ganganelli, que seria eleito papa em 1769 com o nome de Clemente XIV, escreveu o seguinte a meio da missiva¹⁶³³:

V. Excellencia me adverte, que ao presente apenas há huma mera possibilidade para introduzir nesse paiz [Brasil] a verdadeira Theologia, a Tactica, e as Mathematicas. Eu o creio, e discorrendo pelo que passa em Portugal posso assentar, que essa colonia deve estar bem pouco adiantada. Eia pois, Senhor, faça V. Excellencia passar seu filho á França; e como elle tem disposições para a Fisica, achará alli com que a cultivar pelas lições do celebre Nollet¹⁶³⁴. Eu sei por meio de Italianos a qualidade de acolhimento, que faz aos estrangeiros este sabio Físico, o qual não deixará de receber com o mesmo agrado a hum Brasiliense, que leva consigo hum grande nome, e que deseja honrallo. V. Excellencia póde dar-lhe, e fazer-lhe dar

1633 “Carta XXXIII, a Sua Excellencia, M. Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, no Brasil”, em *Novas Cartas Interessantes do Papa Clemente XIV, Historia da Vida do Papa Ganganelli, Clemente XIV, da Ordem de S. Francisco, traduzida e composta de varios authores francezes*, Typografia Lacerdina, Lisboa, 1814, p. 193.

1634 Em 1747 já tinha sido traduzida para castelhano uma obra de Nollet; v. Jean Antoine Nollet, *Ensayo sobre la Electricidad de los Cuerpos*, trad. D. Joseph Vazques y Morales, Imprenta del Mercurio, Madrid, 1747.

cartas de recommendação para Sua Excellencia, M. de Sousa, e isto he mais que bastante para não carecer de meios de se instruir, e de prosperar seu desejo. Suas noções de Algebra lhe serão uteis; e quanto menos elle for novo nas sciencias, tanto maiores progressos fará nellas, assistindo no lugar do mundo, em que ellas se cultivão com mais fructo.

Apesar das poucas oportunidades para estudar física moderna em Portugal, havia já quem reconhecesse a sua utilidade. Num relatório da Real Mesa Censória¹⁶³⁵ referente ao livro *De la Demonomanie des Sorciers* (1582), de Jean Bodin Angevin (1530-1596), pode ler-se que “a phisica moderna regulada pela boa mathematica” é “hum exorcismo a que a maior parte das magias, e feitiçarias não pode resistir¹⁶³⁶”.

Na sequência das reformas pombalinas¹⁶³⁷ e liberais¹⁶³⁸, alguma coisa mudou na educação em Portugal, mas manteve-se o atraso relativamente aos outros países europeus. De acordo com Adrien Balbi, o número de portugueses que, na época da Revolução Liberal de 1820, frequentavam as escolas era 1,08% da população (34 000 alunos em 3 140 000 habitantes), enquanto em França — onde existia uma Sociedade para a Instrução Elemental desde 1815¹⁶³⁹ — era de 5,67% (1 730 000 alunos em 30 465 291 habitantes)¹⁶⁴⁰. O ensino das ciências da natureza era ainda residual e muito incompleto. As

1635 Como já foi referido, a Real Mesa Censória foi instituída em 1768.

1636 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 172–173.

1637 António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários*, 2 vols., 3 tomos, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1981–1984.

1638 Sobre a história da educação em Portugal no século XIX, v. Rafael Ávila de Azevedo, *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica (Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal — Século XIX)*, Oficinas Gráficas Reunidas, Porto, 1972; Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Memórias da Educação, Instituto de Inovação Educacional, Livraria Almedina, Coimbra, 1980.

1639 “Société pour l’instruction Elémentaire”, em 2º Visconde de Santarem, *Inéditos (Miscellanæ)*, colligidos, coordenados e annotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 142. O estado da instrução elemental em França era bastante deficiente de acordo com o 2º Visconde de Santarém; v. “Estado de Instrução Elemental na França 1836”, em *Idem*, pp. 164–165.

1640 Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984, p. 20, nota 4.

reformas iniciadas em 1835 por Passos Manuel davam pela primeira vez às ciências naturais uma importância maior do que às ciências humanas: sociais, históricas e filosóficas¹⁶⁴¹. No decreto de 1836 que reformava o ensino secundário pode ler-se¹⁶⁴²:

O systema actual da instrucção consta na maior parte, d’alguns ramos de erudição estéril, quasi inútil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento, que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e progressos da civilização material do paiz.

A resolução de acabar com este ensino “inútil” não agradou a pessoas influentes — mesmo àquelas que viriam a defender, décadas mais tarde, uma alteração da sociedade e das mentalidades¹⁶⁴³. Apesar da mudança do paradigma educativo realizada por Passos Manuel, o ensino das ciências não chegou a produzir uma nova cultura capaz de alterar o panorama científico nacional. Nas escolas não se cultivava o espírito científico devido — segundo algumas opiniões — à mentalidade católica, instalada não só dentro delas como também na sociedade¹⁶⁴⁴. Anos mais tarde, Adolfo Coelho descreveu de uma forma clara esta situação¹⁶⁴⁵:

1641 “A reforma de Passos Manuel apresenta-se prenhe de positividade inerente à de Pombal. Destina-se a continuá-la, a melhorá-la [...]. O privilégio é para as ciências pragmáticas e úteis [...]”; v. Pinharanda Gomes, *Jaime Balmes na Filosofia Portuguesa*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 26, 1982, p. 12.

1642 F. Adolpho Coelho, *A Questão do Ensino*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, Porto e Braga, 1872, p. 22.

1643 Adolfo Coelho insurgia-se contra a excessiva valorização das ciências naturais em detrimento das sociais. Na 5ª Conferência do Casino, afirmava: “as sciencias sociaes, as historicas e as philologicas que se occupam das manifestações do espirito, da sua actividade, etc., teem por consequência muito maior importância que as sciencias naturaes, tanto maior importância quanto maior é a que tem o espirito sobre a natureza” e concluiu: “se às sciencias naturaes se deve muito, mais se deve ás outras que levam o espirito á consciência de si próprio”; v. F. Adolpho Coelho, *A Questão do Ensino*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, Porto e Braga, 1872, p. 20; António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino (1871)*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1930, p. 64.

1644 F. Adolpho Coelho, *A Questão do Ensino*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, Porto e Braga, 1872, pp. 23–24.

1645 *Idem*, p. 25.

As grandes questões da sciencia são postas fora do quadro do ensino, porque precisamente o ensino das sciencias pretendendo ser subordinado ás crenças religiosas, e a religião fornecendo uma solução d'essas questões, é inútil buscar-lhe uma outra. [...] A questão da absoluta impossibilidade d'uma conciliação entre a sciencia e a religião salta aos olhos de todos os que teem um pouco de bom senso; mas infelizmente o bom senso, os espíritos racionadores são rarissimos. É evidente que os dogmas catholicos fornecem solução para todos os grandes problemas scientificos; para que pois a sciencia? Para que reagir contra o que está estabelecido na Bíblia e nas decisões dos concílios? As investigações ethnographicas e linguisticas são heresias: o Génesis fornece quanto é necessário saber sobre a origem das raças e das línguas. Os geologos são hereticos, porque o grande phenomeno da criação se acha explicado no mesmo livro de Moysés; as sciencias sociaes são heresias porque o homem só deve tractar da sua salvação. Como explicar pois a contradicção que existe na pratica senão pelo estado illogico dos espíritos e das sociedades, que fazem concessões simultâneas á tradição e á revolução?

Perante um ambiente cultural tão desfavorável, a reforma de Passos Manuel poucos anos durou, tendo sido suprimida e substituída em 1844 pela reforma de António Bernardo da Costa Cabral¹⁶⁴⁶, que esteve vigente até à queda da monarquia. Esta reforma favoreceu o ensino das letras, ou humanidades¹⁶⁴⁷, e desvalorizou o das ciências

1646 O primeiro período do governo de Costa Cabral ocupou uma legislatura (1842–1846); o segundo período foi mais curto (1849–1851) e também menos importante em termos de reformas. Para além da reforma do ensino público de 1844, Costa Cabral criou a Escola da Arte Dramática e mandou construir o Teatro D. Maria II. Organizou o Conservatório, a Academia de Belas Artes, o Museu da Academia, a Imprensa Nacional e a Academia Portuense de Belas-Artes.

1647 No discurso de tomada de posse de Reitor da Universidade de Coimbra, em 1859, Basílio Alberto de Sousa Pinto afirmava: “as letras mereceram o nome de humanidades porque, polindo os génios e amaciando os costumes, desterram do coração o egoísmo e ruins paixões, e plantam no lugar delas a benevolência, a urbanidade, a fraternidade e outros sentimentos benéficos, que devem ligar todo o género humano como uma só família. E por isso devem os cultores delas dar provas de que lhes sabem colher o fruto”; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 227.

exatas. A estas mudanças não foi alheia a pressão do conservadorismo religioso. Não deixa de ser significativo que só em novembro de 1899, o bispo do Porto, D. António Barroso (1854–1918)¹⁶⁴⁸, tenha ordenado a criação de primeira cadeira de ciências naturais (história, física e química) no Seminário dos Carvalhos¹⁶⁴⁹.

No período da vigência da reforma de Costa Cabral, a cultura transmitida aos jovens estava ligada às línguas clássicas, o grego e o latim, e à literatura, história e filosofia eclético-espiritualista, aquela filosofia que forneceria — assim se dizia — uma teoria completa da vida, baseada num claro conhecimento das suas possibilidades e limitações. Não faltaram críticas a esta reforma nem ao reduzido investimento feito no sistema educativo devido aos inúmeros problemas que o país enfrentava¹⁶⁵⁰. Nesta época, Portugal “cahira no ultimo estado de abatimento¹⁶⁵¹” e o estado da educação nada permitiria alterar¹⁶⁵²:

Da instrução publica a decadencia era igualmente notável. Quem não residisse em Lisboa, Porto ou Coimbra, só dispondo de grandes recursos pecuniarios poderia obter para os alumnos instrução secundaria. Havia terras importantes, cabeças de comarca judicial, onde não podia habilitar-se um estudante, para exame de instrução primaria.

Os esforços dos governos regeneradores a partir de 1851 conseguiram alterar um pouco o panorama depressivo português, nomeadamente no que respeita à educação. A propaganda política da época realçava esse esforço¹⁶⁵³:

1648 A. Luís Vaz, *D. António Barroso, missionário*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1971.

1649 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano V, nº 7, novembro 1949, pp. 163–164. Este Seminário de Nossa Senhora do Rosario dos Carvalhos foi criado, em 1884, pelo então Bispo do Porto, D. Américo Ferreira dos Santos Silva (1829–1899), tendo tido um grande desenvolvimento nos anos seguintes; v. D. António, Bispo do Porto, *Bulla da Santa Cruzada e Provisão disciplinar*, Typ. de José F. da Fonseca & Filho, Porto, 1906, p. 19.

1650 Mário, *Os Partidos Políticos em Portugal – A Regeneração – Esclarecimentos por um Evolucionista*, Imprensa Commercial, Porto, 1879.

1651 *Idem*, p. 5.

1652 *Idem*, p. 6.

1653 *Idem*, p. 9.

O curso superior de letras, as escolas normaes, o ensino agrícola, industrial e commercial, as escolas, polytechnicas, do exercito e da marinha, os novos cursos dos lyceus, e academias, são pela maior parte da iniciativa, ou pelo menos do impulso, do governo regenerador, que creou uns, e deu a outros, regimens adequados ás exigencias do progresso contemporaneo. Nem podia assumpto tão momentoso, como o da instrucção publica, deixar de merecer a especial solitudine do governo regenerador, que há 30 annos nos guiou os primeiros passos para o progresso, e que de certo presente, que a luz, derivada da instrucção, hade ser o nosso pharol conductor para a terra promettida.

D. Pedro V — que, depois de D. José, parece ter sido o único monarca portugês que não receava a instrucção do povo¹⁶⁵⁴ — estava ciente que “a instrucção publica” era “o grande negócio do século XIX¹⁶⁵⁵” e a arma eficaz para lutar contra a ignorância e o subdesenvolvimento¹⁶⁵⁶, mas em 1864, três anos após a sua morte, a percentagem de analfabetismo era ainda muito elevada: 88,3%¹⁶⁵⁷. Apesar de toda a consciencialização e iniciativas posteriormente tomadas, 79,4% da população portuguesa residente no continente com idade superior a 7 anos não sabia ler nem escrever em 1878. No período de dez anos entre 1880 e 1890, o Ministério do Reino gastou na instrucção primária nacional 733 464\$000 réis, enquanto o orçamento dos dois corpos da guarda municipal de Lisboa e Porto era de 2 447 484\$000^{1658,1659}. Em 1890, a percentagem de analfabetismo, incluindo apenas os maiores de 7 anos,

1654 Casimiro Freire, “Escolas Móveis”, em *A Instrucção do Povo*, Ano I, nº 1, fevereiro 1905, Livraria Popular de Francisco Franco, Editora, Lisboa, p. 4.

1655 *Palavras de D. Pedro V*, Typographia Lisbonense, Lisboa, 1870, p. 97.

1656 Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, Círculo de Leitores, 2005, p. 169.

1657 Joel Serrão, “Estrutura Social, Ideologias e Sistema de Ensino”, em *Sistema de Ensino em Portugal*, coord. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 22.

1658 Cunha e Costa, *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*, Typographia da Empreza Litteraria Typographica, Porto, 1894, pp. 48–49.

1659 Informação mais detalhada sobre o financiamento do ensino em Portugal no final do século XIX pode ler-se em F. Adolpho Coelho, “As Despesas do Ensino em Portugal no fim do Século XIX”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 49º, 1902, pp. 449–463.

era de 76% e, passados dez anos, era praticamente a mesma: 74,1%¹⁶⁶⁰. A educação global — intelectual, física e moral — de crianças e jovens era inexistente em Portugal no final do século XIX, mas havia já quem pugnassem pelo seu estabelecimento¹⁶⁶¹:

As reformas de instrução primária e secundária, que a fecundidade legislativa, quasi sempre incoherente e inoportuna dos nossos homens públicos, tem decretado, enfermam todas do vício capital, quasi incorrigível entre nós, de attenderem exclusivamente à educação intellectual com um desprezo soberano pela educação physica e moral.

Entre as muitas opiniões contraditórias sobre o ensino, que corriam pelo país, o médico psiquiatra Miguel Bombarda (1851–1910) (Fig. 44) entendia que o ensino secundário deveria ter um cariz prático, mais adaptado às necessidades da vida social, menos letrado, e mais acessível a todos aqueles que desejem alcançá-lo¹⁶⁶². Para explicar a anarquia do ensino, que globalmente dominava em Portugal, Adolfo Coelho apontava quatro “forças negativas: o coração sem princípios; a alma sem Deus; o professorado sem força e o corpo sem trabalho¹⁶⁶³”.

A entrada do século XX não trouxe perspectivas animadoras para a educação nacional. Em 1907, todos os jornais republicanos criticavam a escassez de verbas do orçamento para o sistema educativo e comparavam-nas com as atribuídas a outras rubricas que consideravam de menor importância social. Com a instrução primária

1660 A percentagem de analfabetismo (maiores de sete anos) era de 69,7% em 1911, 65% em 1920 e de 12,7% em 1991; V. Francisco Ribeiro da Silva, “História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados”, em António Nóvoa e Julio Ruiz Berrio, *A História da Educação em Espanha e Portugal*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedade Española de Historia de la Educación, Lisboa, 1993, p. 102. O estado do analfabetismo no nosso país, em 1911, comparado com o de outros países, e as suas causas podem ler-se em J.S. Tavares, “O analfabetismo em Portugal”, em *Brotéria*, Revista Luso-Brasileira, Vol. XVI, Série de Vulgarização Científica, 1918, pp. 111–120, 151–164.

1661 Oliveira Guimarães, “A Educação da Juventude”, em *Gazeta Illustrada, revista mensal de vulgarização científica, artistica e literaria*, Ano I, nº 3, 15 junho 1901, p. 19.

1662 Miguel Bombarda, “Instrução secundária”, em *A Medicina Contemporânea*, Ano XVII, nº 42, Série II, tomo III, 21 de outubro, 1900, pp. 349–352.

1663 A. Coelho, “O mal que todos deploram”, em *Revista dos Lyceus*, Ano IV, nº 12, maio 1895, pp. 513–517; *Idem*, Ano V, nº 11, abril 1896, pp. 507–510.

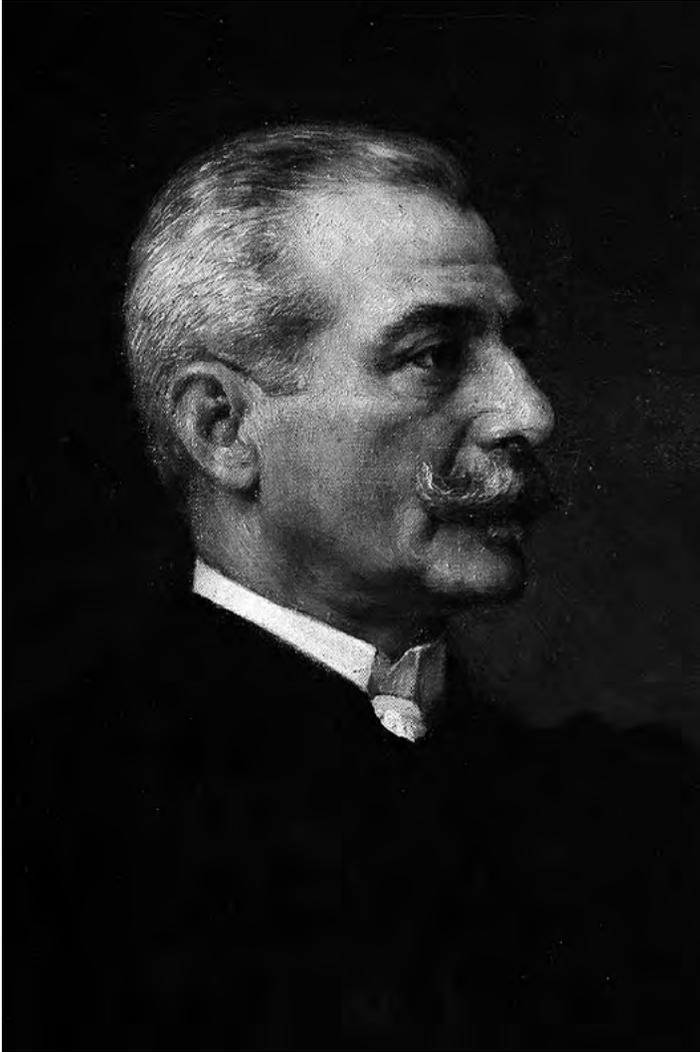


Fig. 44 Miguel Bombarda (Museu Miguel Bombarda, Lisboa).

gastava-se 346 000\$000, com a secundária 253 000\$000 e com a superior 389 000\$000, totalizando 988 000\$000¹⁶⁶⁴. Com a guarda municipal gastava-se 1 003 000\$000, com o exército 7 069 000\$000 (despesas ordinárias) mais 1 041 000\$000 (despesas extraordinárias), com a marinha 3 516 000\$000 e com a guarda fiscal 995 000\$000. Em face da reduzida verba dedicada à educação, surgiam críticas severas ao orçamento do Estado. No *Campeão Escolar* — um jornal republicano, intransigente defensor da educação nacional — desabafava-se: “com o exercito gasta-se annualmente 13:624 contos, arrancados ao suor do povo que trabalha¹⁶⁶⁵”. Havia flagrantes injustiças financeiras no esforço educativo também a nível regional. Em 1907, afirmava-se que o Porto contribuía para o ensino primário com uma verba de 116 000\$000 réis gastando apenas 43 688\$352, enquanto que Lisboa contribuía com 96 000\$000 e gastava 177 000\$000¹⁶⁶⁶!

Aos republicanos, juntavam-se muitos monárquicos na crítica ao estado deplorável do ensino em Portugal. Um destes monárquicos era o famoso inventor Pe. Himalaya que afirmava, em 1909, estar convencido “de que a raça portuguesa, no dia em que seja convenientemente educada e instruída, há de ter, pelo menos tanto valor na Sciência, na Arte, na Indústria e em todos os campos da atividade humana como qualquer outro povo que hoje marcha na vanguarda da Civilização¹⁶⁶⁷”. Em 1911, numa sessão da Academia de Ciências de Portugal, declarava que “o português normal trabalha, sua, cança-se, exgota-se em terríveis cuidados, mas, apesar de tanto dispêndio de energia, produz pouco, ou atinge fins medíocres, por falta de instrumentos e métodos profícuos de trabalho, estudo e investigação¹⁶⁶⁸”. O Pe. Himalaya atribuía a “causa dêste mal nacional” “à detestável organização do ensino primário, secundário e superior”.

1664 No ano letivo de 1855–1856, despendeu-se com o ensino primário 124 512\$840, com o secundário 87 951\$385 e com o superior 258 782\$372; v. José Maria de Abreu, *Almanak de Instrução Publica em Portugal*, Primeiro Ano, 1857, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 189–191.

1665 *Campeão Escolar*, Ano III, nº 143, 5 janeiro 1907.

1666 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 9, janeiro 1957, p. 284.

1667 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 224.

1668 *Idem*, p. 425.

A Primeira Republica tentou reformular todo o sistema de ensino, mas a instabilidade política e a crise financeira mitigaram os nobres anseios que moveram os primeiros dirigentes republicanos. O número de portugueses que ultrapassavam a escola primária era muito reduzido, e nestas condições era impossível sustentar uma cultura científica na população nacional¹⁶⁶⁹. Pode afirmar-se que o ensino público da República, cuja qualidade continuou deficitária, foi um benefício magro e limitado para a nação. Em 1918, depois de ter apresentado as opiniões de especialistas sobre a qualidade do ensino nacional, António Sérgio declarava numa conferência organizada pela Sociedade dos Estudos Pedagógicos¹⁶⁷⁰:

Em resumo, segundo estes depoimentos de professores e pelas próprias palavras deles, não temos ainda ensino infantil¹⁶⁷¹; o primário fomenta a criminalidade, e arruina as inteligências das crianças; o secundário está completamente afastado do que deveria ser o seu objectivo, sendo lastimoso o estado em que os rapazes entram, e se conservam, nos liceus; no ensino normal é tudo pobre, arcaico, rotineiro, bafento; e finalmente, a verdadeira Universidade ainda não existe. Tal é, meus senhores, a realidade da situação: a Burla completa. Ela reflecte o estado do País, os nossos vícios colectivos. Decerto não esperavam que, sendo o que é a sociedade, a escola fosse... o que não é.

1669 Durante a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, houve nos EUA uma grande preocupação de ensinar as ciências às crianças do ensino primário; v. Sally Gregory Kohlstedt, *Teaching Children Science: Hands-On Nature Study in North America, 1890–1930*, University of Chicago Press, 2010. O mesmo aconteceu em França; v. Félix Hémet, “L’Enseignement Scientifique a l’École Primaire”, em *Association Française pour l’Avancement des Sciences, 18^e Session, Conférences de Paris, Compte rendu de la 18^e Session, première partie*, Secrétariat de l’Association, Paris, 1889, pp. 139–146; P.-E. Marcant, *L’Enseignement Scientifique a l’École Primaire Élémentaire — Méthode, Programmes*, Librairie Classique Fernand Nathan, Paris, s/d.

1670 António Sérgio, *O Ensino como factor do Ressurgimento Nacional*, Tipografia da Renascença Portuguesa, Porto, 1918, pp. 17–18.

1671 O ensino infantil público foi entretanto criado. No entanto, em 1937, foi abolido, mantendo-se a funcionar apenas em algumas escolas privadas.

Apesar de todo este pessimismo havia um esforço público de melhoria do ensino nacional, para o qual contribuíram algumas instituições privadas como, por exemplo, a Liga Propulsora da Instrução em Portugal. Fundada em 1925 na cidade de S. Paulo, Brasil, “por alguns beneméritos portugueses ali residentes”, tinha como objetivo “contribuir pela acção educativa para o melhoramento das condições de vida portuguesa, propondo-se nesse sentido construir escolas modelares, fazer a publicação de obras didácticas da natureza desta [*Curso Sistemático de Lições das Coisas*], dar pensões de estudo e prémios a professores e alunos, etc.” A Liga tinha uma Comissão Executiva em S. Paulo, bem como delegados e um presidente, António Sérgio, em Portugal¹⁶⁷². Embora a Liga luso-brasileira não fosse capaz de resolver o problema nacional, a sua ajuda era apreciada, revelando bem o estado de indigência em que a educação nacional se encontrava. Em 1931, em plena ditadura nacional que precedeu o Estado Novo iniciado em 1933, o político republicano Francisco da Cunha Leal (1888–1970), refugiado em Espanha, dava uma imagem negra do estado e das causas da ignorância da maioria da população portuguesa¹⁶⁷³:

Nêste país de analfabetos os homens vivem, por essas aldeias fóra, em tugúrios miseráveis, com uma falta de conforto e de higiene, superior a tudo quanto se possa imaginar. [...] Os pais consideram os filhos como béstas de trabalho, condenadas pelo destino a serem, como êles, jungidas á canga aviltante. Para que fazer-lhes bruxulear no espírito uma vaga luzinha intelectual, que só serviria para tornar ainda mais aterrador o quadro das suas misérrimas existências? Para quê?

Por outro lado, para os grandes proprietários rurais, instrução é sinónimo de deserção ou de revolta. [...] Se os pais afastam os filhos da escola por fatalismo, por obediência instintiva ao princípio da inércia da ignorância, os ricos, com a sua influência na aldeia e na cidade, têm procurado

1672 Vincent Murché, *Curso Sistemático de Lições das Coisas*, trad. J. Rodrigues Migueis, Liga Propulsora da Instrução em Portugal, Lisboa, 1926, pp. 225–226.

1673 Cunha Leal, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? — O Problema Português*, Imprensa Moret, La Coruña, 1931, p. 111.

secunda-los, por forma que o povo continue a ser mantido na mesma quietação da boçalidade.

O ensino pós-primário, durante a ditadura nacional, continuou a beneficiar muito poucas crianças, e foi utilizado para começar a moldar-lhes as mentalidades, incutindo-lhes ideologias nacionalistas retrógradas — o que desagradava aos movimentos políticos da oposição, como a Renovação Democrática, defensores de políticas de ensino para todos¹⁶⁷⁴. A taxa de analfabetismo viria a diminuir com o Estado Novo¹⁶⁷⁵. De 1920 a 1930 tinha descido para 61,8%, mas na década seguinte com as novas políticas desceu muito significativamente para 49%¹⁶⁷⁶; em 1960 atingia os 30%¹⁶⁷⁷. Em 1926, o número de escolas do ensino primário era 7 126¹⁶⁷⁸; mas em 1943 já tinha crescido para 10 345¹⁶⁷⁹.

1674 Grupo Renovação Democrática, *A Organização da Democracia — Manifesto Político*, Editorial R.D. [Renovação Democrática], 1933, pp. 219–220.

1675 De 1900 a 1920, a taxa de analfabetismo excluindo (incluindo) as crianças até aos sete anos tinha sido: em 1900 74,7% (78,6%); em 1911, 69,7% (75,1%); e em 1920, 65,2% (70,9%); v. J.S. Tavares, “O censo da população portuguesa em 1920”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XXII, Fasc. V, setembro 1924, pp. 211–212. Valores distintos, embora referentes ao mesmo período, foram publicados pela Direcção Geral de Estatística em 1927, sendo bastante mais baixos que os anteriores: 1900, 60,3%; 1911, 56,4%; 1920, 54,7%; v. A. Rocha, “O analfabetismo em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, p. 6. Em 1940, havia 7 722 152 cidadãos portugueses e 49% dos maiores de 7 anos não sabia ler. Destes, 53% não tinham qualquer exame nem sequer o das primeiras letras; v. M. Sofia Pomba Guerra, “O Problema do Analfabetismo”, em *Vértice*, Vol. IV, nº 46, maio 1947, p. 69. Um dos problemas das pessoas que tinham sido alfabetizadas em criança era o de terem esquecido o que tinham aprendido tornando-se efetivamente analfabetos funcionais. Para resolver este problema propunha-se, por exemplo, a criação de estruturas culturais que mantivessem vivas, particularmente no meio rural, a leitura e a escrita; v. Frazão de Faria, “A luta contra o analfabetismo nas áreas rurais”, em *Cultura: Educação Popular, revista portuguesa de educação popular*, Ano I, nº 2, março/abril 1956, pp. 22–25.

1676 Em 1980, a percentagem de analfabetos em Portugal era de 21%, um valor muito elevado comparado com os 5% da então CEE (Comunidade Económica Europeia).

1677 Joel Serrão, “Estrutura Social, Ideologias e Sistema de Ensino”, em *Sistema de Ensino em Portugal*, coord. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, pp. 32–34.

1678 De acordo com outra fonte, o número de escolas em 1926 era 6 657; o de professores 8 484 e o de alunos 316 888. Em 1934, o número de escolas era 7 595, o de professores 10 614 e o de alunos 431 000. No entanto, em média, menos de 50% das crianças recenseadas frequentavam a escola no ano de 1931–1932; v. A. Rocha, “O analfabetismo em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 6–7. Para atacar o analfabetismo — pensavam alguns meios católicos — não chegaria apenas o esforço do Estado, pelo que se deveria recorrer, como se fazia noutros países, ao ensino privado dado por entidades competentes como as ordens ou institutos religiosos; v. A. Rocha, “O analfabetismo em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 5–12.

1679 *A Revolução Nacional: 20 anos de Grandes Realizações (28 de maio de 1926 a 28 de maio de 1945)*, Edições SNI, Lisboa, p. 29.

Terminada a II Guerra Mundial, houve um curto período de crítica aberta ao regime de Salazar. Nesta época, o médico, escritor, político e editor José Bacelar (1900–1960) analisou, na revista *Seara Nova*, o estado da educação e concluiu¹⁶⁸⁰:

A ditadura do Estado Novo não se limitou a não educar o Povo português no sentido da aquisição de verdadeiras virtudes cívicas, deixando-o afinal na mesma posição em que o havia encontrado. Não. Fez mais (ou menos, se preferem): deseducou-o, despojou-o do pouco que ainda tinha, minando desastrosamente todas as suas raízes viris sem as quais a preparação de um bom cidadão — o cidadão com «espírito de tolerância», com «sentido de justiça» (para empregar as belas expressões do próprio Sr. Presidente do Ministério) — se torna completamente impossível.

Anos mais tarde, o mesmo regime salazarista — que tinha adotado como fundamento para a educação nacional a trilogia “Deus, Pátria e Família” — trouxe alguma ordem e estabilidade ao ensino nacional e promoveu, embora de forma limitada e muito condicionada, a investigação científica e tecnológica¹⁶⁸¹ como já foi referido anteriormente.

Durante a ditadura de Salazar, nunca foi reconhecido, em Portugal, o conceito iluminista da instrução: valor de civilização e de liberdade. Tal era o paroquialismo da nossa educação, que se chegou a afirmar que “as tentativas de internacionalizar a educação representam um crime de lesa-pátria¹⁶⁸²” e que deviam estabelecer-se “os limites da instrução nas raias da verdadeira moral — a religião¹⁶⁸³”. O

1680 José Bacelar, “A maior Riqueza”, em *Seara Nova*, Ano XXVIII, nº 1100, 29 janeiro 1949, pp. 21–22.

1681 Em 1966, na comemoração do 40º aniversário do 28 de maio de 1926, exaltou-se o trabalho educativo do Estado Novo; v. Costa Pimpão, “Panorama da Cultura Portuguesa”, em *Celebrar o Passado e Construir o Futuro*, Ciclo de Conferências Promovido pela Comissão Executiva do 40º Aniversário da Revolução Nacional, Vol. II, Lisboa, 1966, pp. 5–50; Francisco de Paula Leite Pinto, “Da Instrução Pública à Educação Nacional”, em *Idem*, Vol. I, Lisboa, 1966, pp. 195–227; José Veiga Simão, “O Incentivo à Investigação Científica”, em *Idem*, Vol. I, Lisboa, 1966, pp. 273–288.

1682 José Maria Gaspar, *Deus, Pátria e Família*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1942, p. 121.

1683 *Idem*, p. 140.

enaltecimento da obra educativa do Estado Novo foi uma constante durante os governos de Salazar. Foram especialmente utilizadas para este fim as comemorações dos aniversários da revolução do 28 de maio de 1926¹⁶⁸⁴ que pôs fim à 1ª República. Em 1955, deu-se um grande destaque ao início da democratização do ensino¹⁶⁸⁵:

Tudo nos prenuncia que a escola está enfim a caminho de ser posta ao alcance de todos os portugueses e aberta, nos seus diversos graus, a quantos mostrem capacidade para aprender e não apenas aos bem nascidos e abastados. Assim vamos realizando a nossa democracia!

Esta “democracia” proclamada pelo Estado Novo era realmente muito singular! Nos liceus portugueses promovia-se a ideologia do Estado através das mais diversas formas, incluindo a manipulação mental e emocional dos adolescentes e jovens através da Mocidade Portuguesa. Segundo a metodologia seguida nas universidades americanas na década de 1950¹⁶⁸⁶, os alunos aprendiam os valores universais da ciência e os valores democráticos de convivência social a par dos conteúdos científicos. Os responsáveis políticos portugueses entendiam que esta metodologia era desajustada a Portugal e que os

1684 António Carlos Proença de Figueiredo, “A Revolução Nacional e a Escola”, em *Sínteses da Administração Pública de 1926 a 1955*, Comp. Nacional Editora, Lisboa, 1955, pp. 57–62.

1685 *Idem*, p. 62.

1686 Relativamente ao sistema de ensino universitário europeu, o sistema equivalente americano constituiu-se de uma forma diferente, sendo dominado pelo ensino privado. A primeira universidade estatal foi a Universidade de Michigan fundada em 1873. Antes existiam as de Harvard, criada em 1636, e a de Yale fundada em 1700, ambas privadas. Começavam também a criar-se institutos de tecnologia, entre os quais o Massachusetts Institute of Technology, fundado em 1861; v. Alfred Angot, “L’enseignement supérieur en Amérique I. — L’Université d’Ann-Arbor (Michigan)”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 1, 3 julho 1875, pp. 13–16; Alfred Angot, “L’enseignement supérieur en Amérique II. — L’Institute Technologique de Massachusets”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 5, 31 julho 1875, pp. 107–109. Logo a seguir à I Guerra Mundial o sistema de ensino superior americano continuava a diferir significativamente do europeu. Ao compará-lo com o sistema francês, o biólogo e professor universitário Maurice Caullery (1868–1958) reconhecia-lhe as seguintes vantagens: “uma correlação mais íntima entre a escola e a vida e um desenvolvimento da actividade científica conforme as necessidades práticas, a grande liberdade e variedade das organizações universitárias graças à qual elas se podem adaptar mais facilmente a condições especiais, e enfim uma maior especialização das instituições que tem como efeito uma maior eficácia do trabalho científico”; v. Andrea Galante, “M. Caullery, Les Universités et le vie scientifique aux États-Unis”, em *Scientia*, Ano XIV, Série II, Vol. XXVII, nº XCIII–1, 1–II–1920, pp. 177–178; Maurice Caullery, *Les Universités et la Vie Scientifique aux Etats-Unis*, A. Colin, Paris, 1916.

objetivos das universidades deveriam limitar-se à formação profissional e científica e à preparação cultural¹⁶⁸⁷. Não compreendiam que as universidades tivessem necessidade de viver num ambiente de liberdade democrática para poderem desenvolver todas as suas competências.

A existência de bons professores, do ponto de vista científico e pedagógico, é uma condição fundamental para garantir a qualidade do ensino¹⁶⁸⁸ e para assegurar a competência dos futuros professores. Para que o ensino seja eficaz e útil a uma nação, é necessário que professores e alunos saibam ocupar o seu lugar e cumprir os seus deveres e objetivos. Os professores devem ser mestres, e os alunos discípulos. Assim o pensava em 1965 o filósofo António Quadros (1923–1993), lamentando que tal não acontecesse em Portugal e reconhecendo que a formação dada e recebida nas escolas nacionais era deficiente¹⁶⁸⁹:

Todos os anos vão saindo dos liceus ou das universidades novas fornadas de jovens que não sabem ser portugueses e não sabem ser homens de espírito, adultos e maiores, porque verdadeiramente não tiveram mestres.

Embora seja consensual a ideia de que uma boa escola pode tornar melhor uma nação, tem havido quem ache que só uma boa nação pode criar uma boa escola. Assim o pensava Ortega y Gasset e, com ele, Cruz Malpique, que afirmava que “em Portugal, como aliás nos demais países, tem sido sempre a Escola a sintonizar-se com a Nação, e nunca esta com a Escola; os defeitos nacionais destingem todos sobre a Escola.”¹⁶⁹⁰ É difícil avaliar a importância relativa das influências negativas que em Portugal a sociedade e a escola exerceram uma sobre a outra, mas o certo é que só através da educação é possível

1687 A. Câmara, *Responsabilidade Social da Universidade*, Tese apresentada no 1º Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, Lisboa, 1953, pp. 7–8.

1688 Segundo o pedagogo João de Barros, “a alma, o espírito de quem educa e ensina, é quasi tudo na educação de um povo”; v. João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, p. 109.

1689 António Quadros, “A Diáspora Portuguesa”, em *Espiral, Cadernos de Cultura*, Ano II, nº 8–9, inverno 1965, p. 73.

1690 Cruz Malpique, “A anglofilia pedagógica de Ramalho Ortigão (conclusão)”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 10, fevereiro 1959, p. 298.

modificar uma sociedade. Em Portugal, a escola andou constantemente submersa em problemas¹⁶⁹¹ que impediram o cumprimento da sua missão. Além disso, as prioridades educativas só muito tarde contemplaram a ciência de uma forma clara e definitiva. Tudo isto poderá ajudar a explicar o crónico atraso científico nacional.

Influência dos Jesuítas

Muitos autores atribuíram ao ensino professado pelos jesuítas¹⁶⁹² e “ao espírito anti-reformista destes guardiões da tradição escolástica^{1693,1694}” a responsabilidade da nossa decadência cultural e científica até ao século XIX. Em meados do século XVIII, ridicularizava-se o ensino dos jesuítas nestes termos¹⁶⁹⁵:

Eis as principais questões que eles [jesuítas] agitam em Filosofia: saber se os espíritos estão contidos em pontos matemáticos; se as aberturas do corpo são os suspiros da Alma; se o latir dos cães provoca as manchas na Lua... e várias outras [questões] desta natureza que eles ensinam e defendem acaloradamente. Os Teólogos pelo seu lado examinam a possibilidade de navegar nos espaços imaginários; se a Inteligência chamada Barach tem a virtude de suportar o ferro; se as almas de Deus têm cor; se os excrementos dos Demónios podem servir de remédio para os homens; se as Inteligências gostam de ouvir o ruído dos tambores...

Os jesuítas foram acusados de ser “elementos nocivos à cultura nacional, por causa da sua teimosia sectária, pela insistência no

1691 Fernando Pereira Marques, *Sobre as causas do atraso nacional*, Coisas de Ler, Lisboa, 2010, pp. 113–173.

1692 Sobre os objetivos e métodos de ensino dos jesuítas; v. Miguel Corrêa Monteiro, *Os Jesuítas e o Ensino Médio*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2011.

1693 José Carlos Vilhena Mesquita, “O ensino universitário antes das reformas pombalinas”, em *História*, nº 52, fevereiro 1983, p. 79.

1694 O sistema de ensino escolástico assentava em abstrações estereis e disputas argumentativas repletas de subtilezas intelectuais e linguísticas que eram totalmente opostas à simplicidade e clareza das ideias da ciência moderna.

1695 Melchiot Inchofer (pseudónimo de Jules Clément Scotti), *La Monarchie des Solipses*, Amesterdão, 1754, pp. 47–48.

método escolástico e pela repressão das novas teses científicas que, com Bacon, Newton e Kepler¹⁶⁹⁶, se vinham desenvolvendo nas escolas da Europa setentrional¹⁶⁹⁷. Comungava desta opinião o Marquês de Pombal que, no século XVIII, expulsou do país os membros da Companhia de Jesus (1759) e preparou uma profunda reforma no ensino.

Na altura da expulsão, os jesuítas eram tão ricos, poderosos e influentes que provocavam as críticas e a inveja não só da população pobre, mas também das outras ordens religiosas e do clero secular¹⁶⁹⁸. O seu ensino, dominante em todo o território nacional incluindo as colónias¹⁶⁹⁹, era depreciado por um número crescente de pessoas, e até o seu prestígio intelectual estava longe do que tinha sido no passado. Eram acusados de menosprezar as ténues reformas iniciadas pelos oratorianos¹⁷⁰⁰, a quem D. João V protegia, bem como as novas ciências. O antijesuítismo atingiu o auge, depois do Doutor Joseph de Seabra da Sylva — ou o próprio Marquês de Pombal, com o apoio de Seabra da Silva, de Frei Manuel do Cenáculo e de António Pereira de Figueiredo — ter dado á luz a obra *Dedução Chronologica e Analítica* (1767–1768)¹⁷⁰¹, descrita como sendo constituída por “dois grossos volumes, e o terceiro de *Provas*, excertos e documentos em abono do texto, composição de estilo duro e fastidiosa leitura, abundante

1696 No *Index* português de 1624, *Index auctorum damnatae memoriae*, — considerado a mais abundante recolha de interdições e censuras jamais publicadas em Portugal —, Kepler constava entre os autores proibidos. Apesar disso, existiam obras suas nas bibliotecas portuguesas como, por exemplo, na Biblioteca dos Padres Oratorianos do Porto. A posse e a leitura de obras proibidas eram permitidas em casos e circunstâncias especiais, desde que se possuísse a devida autorização; v. Cristina Maia, *A Livraria da Congregação do Oratório do Porto* (1765), Bibliotheca Portucalensis, II Série, 11–12, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, p. 79.

1697 José Carlos Vilhena Mesquita, “O ensino universitário antes das reformas pombalinas”, em *História*, nº 52, fevereiro 1983, p. 79.

1698 As críticas aos jesuítas vêm de longe. Nos últimos anos do reinado de D. Sebastião, tudo o que de mal acontencia no país — e era muito... — era culpa dos jesuítas! V. Pe. José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique*, União Gráfica, Lisboa, 1942, pp. 94–98.

1699 Domingos Maurício Gomes dos Santos, *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549–1760)*, separata de *Brasilica*, Vol. IX, Coimbra, 1955, pp. 2–37.

1700 J.S. da Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa — Regulamentos Primitivos*, Instituto dos Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra, 1966.

1701 Esta obra foi traduzida para latim pelo Pe. Pereira de Figueiredo que afirmava tê-lo feito “com tanto gosto como trabalho [...], para que dela se pudessem aproveitar todas as Nações”; v. Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 232.

em factos, mal interpretados uns, aleivosos outros, sem autoridade para o imparcial estudo da questão, mas que, aparecendo em plena refrega, ressoaram na Europa com um fragor de mina que estoira, destroçando muralhas¹⁷⁰²...” Outras publicações da época, como a *Relação Abreviada da Republica* (1757)¹⁷⁰³, atribuída ao Marquês de Pombal, o *Retrato dos Jesuitas feito ao natural pelos mais sábios e mais ilustres Catholicos: ou Juizo feito á cerca dos Jesuitas pelos maiores, e mais esclarecidos homens da Igreja, e do Estado* (1761), publicado na Officina de Manuel Rodrigues de Lisboa, a *Origem Infecta da Relaxação da Moral dos Denominados Jesuitas* (1771)¹⁷⁰⁴, o *Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771)¹⁷⁰⁵ — elaborado pela Junta de Providência Literária, escolhida e presidida pelo Marquês¹⁷⁰⁶ — e *Doutrinas da Igreja sacrilegamente offendidas pelas atrocidades da moral jesuitica, que foram expostas no Appendix do Compendio Historico e deduzidas pela mesma ordem numeral do referido Appendix, para servirem de correcção aos abominaveis erros, e execrandas impiedades daquela pertendida Moral, inventada pela Sociedade Jesuitica para a conquista, e destruição de todos os reinos, e Estados Soberanos* (1772) contribuíram igualmente para a difusão da má imagem da Companhia de Jesus^{1707,1708}, não só em

1702 J. Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Liv. Clássica Edit. A.M. Teixeira, 1909, Lisboa, pp. 289–90.

1703 De título completo *Relação Abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias, E da Guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanhoes, e Portuguezes; Formada pelos registos das Secretarias dos dous respectivos Principaes Commissarios, e Plenipotenciarios; e por outros Documentos authenticos*. Esta obra foi publicada em português e traduzida para italiano, francês, alemão e inglês, supondo-se que tenham sido distribuídas cerca de 20 mil cópias; v. Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Editorial Presença, Lisboa, p. 38.

1704 *Origem Infecta da Relaxação da Moral dos Denominados Jesuitas: Manifesto dolo, com que a deduziram da Éthica, e da Metafisica de Aristoteles*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1771.

1705 Marquês de Pombal, Junta de Providência Literária, *Compendio Histórico da Universidade de Coimbra*, José Eduardo Franco e Sara Marques Pereira (coord.), Campo das Letras, Porto, 2008.

1706 Este organismo estatal era constituído por dois inspetores — o Cardeal da Cunha e o Marquês de Pombal — e pelos conselheiros D. Manuel do Cenáculo, José Ricalde Pereira de Castro, José de Seabra da Silva, Francisco Marques Geraldos, Francisco de Lemos Faria, Manuel Pereira da Silva, João Pereira Ramos e João Pereira Ramos de Azevedo.

1707 Cândido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna, Estudos e Documentos*, Publicações da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 232–235.

1708 Títulos e breves descrições de livros, manuscritos e documentos da época podem encontrar-se em *A expulsão dos jesuitas dos Dominios Portugueses — 250º Aniversário*, Catálogo de Exposição, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. São particularmente interessantes os seguinte títulos antijesuíticos que circularam

Portugal mas também no estrangeiro através de traduções em francês¹⁷⁰⁹. Livros que defendiam a posição dos jesuítas como *Sur la destruction des Jesuites de France* (1765) eram de imediato proibidos pela censura pombalina¹⁷¹⁰. Muitos defensores dos jesuítas, como o o já referido Pe. jesuíta António Lopes¹⁷¹¹, consideraram que todas aquelas obras antijesuíticas¹⁷¹² influenciaram a opinião dos contemporâneos, bem como a de importantes historiadores e intelectuais dos séculos XIX e XX, entre os quais, Manuel Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Lino d'Assumpção, Oliveira Martins, Francisco de Borja Garção-Stockler, Pedro José da Cunha, Francisco Gomes Teixeira e António Ferrão¹⁷¹³. Explicar-se-iam assim as manifestações de agressividade contra os jesuítas e de aversão aos seus métodos pedagógicos e conteúdos programáticos, vindas destes homens e de muitos outros,¹⁷¹⁴ incluindo autores estrangeiros¹⁷¹⁵. Os jesuítas acharam exageradas, injustas

manuscritos: *Pontos principais a que se reduzem os abusos com que os Religiosos da Companhia de Jesus tem usurpado os Domínios d'America Portuguesa, e Hespanhola; Relação abreviada dos últimos feitos, e procedimentos dos Religiosos Jesuítas de Portugal, e das intrigas que os mesmos maquinaraõ na Corte de Lisboa, escrita por hum Ministro bem informado da mesma Corte residente em Madrid; Erros impios, e sediciosos, que os Religiosos da Companhia de Jezus ensinaraõ aos Réos Joze Mascarenhas, que foi Duque de Aveiro, e seus socios, e pertenderaõ espalhar nos Povos destes Reinos.*

1709 Claude-Henri Frêches, “Pombal et la Compagnie de Jesus — La Campagne de Pamphlets”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 299–302.

1710 Um edital de D. José declara “por falso, temerario, escandaloso, infame, e sedicioso, o livro intitulado *Sur la destruction de Jesuites de France*, e como tal manda seja lacerado, e queimado pelo executor d'alta Justiça na Praça do Commercio em 23 de fevereiro de 1769”; v. manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, p. 13.

1711 Francisco Rodrigues, “Pombal e os Jesuítas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVII, 1933, pp. 10–25; Domingos Maurício, “Os Jesuítas e o ensino das matemáticas em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XX, 1935, pp. 189–205; António Lopes, “Os jesuítas pioneiros relativamente a Galileu?” em *Brotéria*, Vol. 126, nº 5–6, 1988, pp. 499–518.

1712 A par da propaganda escrita, foram atribuídos aos jesuítas portugueses os mais graves atos e acontecimentos. Todo o mal que ocorria no país e no ultramar tinha a mão do pérfido jesuíta — os distúrbios na província do Paraguai depois da assinatura do Tratado de Madrid de 1750, a revolta dos taberneiros no Porto em 1757 e a tentativa de regicídio em Lisboa em 1758, por exemplo.

1713 António Ferrão, “Ainda Pombal e os Jesuítas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVII, 1933, pp. 198–207.

1714 Sempre que se falava em reformas do ensino secundário, o papel dos jesuítas era sistematica e apaixonadamente discutido. Ver, por exemplo, Mariano de Carvalho, *Discurso parlamentar proferido em sessão de 16 de março de 1883*, edição popular dedicada aos liberais portugueses, Imp. Civilização, Entreparedes, s/d.

1715 No seu livro *Regresso ao Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley, compara os esquemas de doutrinação ou “lavação de cérebro”, dos jesuítas aos utilizados nos centros de formação ideológica dos regimes comunistas que, além das técnicas de doutrinação jesuíticas, utilizavam as mais sofisticadas técnicas pavlovianas; v. Aldous Huxley, *Regresso ao Admirável Mundo Novo*, Edição “Livros do Brasil”, Lisboa, s/d, p. 141. Os jesuítas portugueses, em particular, não terão certamente apreciado essa comparação, até porque manifestavam uma grande aversão aos métodos usados pelo regime comunista; v. “Dezasseis anos depois — Industrialização à força”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, 1934, pp. 101–107.

e infundadas as afirmações que lhes eram hostis ou adversas. Consideraram-se injustiçados e tentaram denunciar todas as tramas e mentiras de que, em sua opinião, tinham sido vítimas¹⁷¹⁶.

O poder regulador e controlador dos jesuítas sobre a sociedade, os dirigentes políticos, a educação e a ciência — impedindo a criatividade e favorecendo a estabilidade — foi expresso de forma elegante e sucinta por Pinheiro Chagas. Para este escritor, jornalista e político, esse poder foi a razão fundamental da decadência das nações onde os jesuítas se instalaram¹⁷¹⁷. A propósito do sistema de ensino jesuítico, Teófilo Braga exprimiu-se, em 1880, nestes termos:¹⁷¹⁸

Aos corpos docentes do estado, [a Igreja] oppõe uma milícia disciplinada, os jesuítas, que desde o século XVI trabalham com os seus implacáveis methodos pedagogicos, com a sua aliciação secreta das intelligencias noveis, para desviarem a corrente scientifica do espirito moderno para a dirigirem para a theologia.

Na época em que Pinheiro Chagas e Teófilo Braga (Fig. 45) publicitavam as suas opiniões, algumas das mais importantes escolas privadas continuavam a ser dirigidas por jesuítas, e os seus métodos pedagógicos eram até copiados por outras ordens religiosas¹⁷¹⁹. O próprio ensino laico era influenciado pelo seu sistema¹⁷²⁰:

1716 Luiz Gonzaga Cabral, “Influência dos Jesuítas — A Lenda e a História — Introdução de um novo livro”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Sciência-Letras, Vol. III, 1926, pp. 24–47; António Alberto de Andrade, “Luiz António Vernei, crítico e primeiro historiador português da Filosofia”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 421–441; António Alberto de Andrade, “O movimento científico moderno e a filosofia antes de Vernei: séc. XVI e XVII”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 72–82; António Alberto de Andrade, “Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei: século XVIII”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 249–263; J. Pereira Gomes, “Perante novos sistemas e novas descobertas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 378–396; António Alberto de Andrade, “Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 481–496.

1717 Manuel Pinheiro Chagas, *Descobrimientos dos Portuguezes na Africa, Segunda Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em Africa*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 33–39.

1718 Teophilo Braga, “Moral na Sciencia e na Industria”, em *O Positivismo, Revista de Philosophia*, dir. Theophilo Braga e Júlio de Matos, 2º Vol., 1879–1880, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1880, p. 101.

1719 Os méritos do ensino e da pedagogia dos jesuítas podem ler-se em L. Craveiro da Silva, “Os Jesuítas e o ensino secundário. Lição do passado...” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXI, 1940, pp. 476–486.

1720 Emygdio Garcia, “Instrução Secundaria em Portugal II”, em *O Positivismo, Revista de Philosophia*,

No quadro dos estudos, no methodo de ensino, na escolha e adopção de livros, no regímen litterario e disciplina escolar vê-se ainda impresso o dedo dos bispos, do alto clero, das ordens monásticas e especialmente a poderosa influencia dos jesuitas.

No período monárquico que precedeu imediatamente a República, José de Arriaga acusava os jesuítas de dificultarem o ensino das ciências naturais¹⁷²¹, por recearem que elas pusessem em causa não só o criacionismo¹⁷²² mas também a ciência revelada nos livros sagrados¹⁷²³:

Actualmente os jesuitas buscam lançar o descredito sobre as sciencias contemporaneas, como nos princípios do século findo conseguiram lançal-o sobre as sciencias do século XVIII, por meio de uma activa propaganda religiosa. [...]

Os maiores inimigos das theorias de Laplace, Lamarck, Darwin, Haeckel, etc., são exactamente os que sahiram dos collegios jesuiticos.

Antero de Quental tinha feito acusações semelhantes nas suas *Causas da decadência dos povos peninsulares*, e, muitos anos depois, Francisco Gomes Teixeira faria o mesmo no capítulo “Período de decadência e suas causas” da sua *História da Matemática em Portugal*. Muitos liberais e republicanos convenceram-se que os jesuítas constituíam a causa de todos os males de que enfermava a sociedade portuguesa e afirmavam-no em jornais, como *O Jesuita* (Fig. 46) ou *A*

dir. Theophilo Braga e Júlio de Matos, 3º Vol., 1880–1881, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Porto 1881, p. 73.

1721 A acusação de que os jesuítas eram inimigos das ciências naturais era sistematicamente repetida nos períodos de maior atividade antijesuítica, designadamente nos que antecederam as expulsões em 1759, 1834 e 1910; as duas últimas atingiram igualmente todas as ordens religiosas.

1722 Não foram apenas os jesuítas que atacaram o darwinismo por ser contrário ao criacionismo. Todas as ordens religiosas, o clero secular e os cristãos em geral tomaram a mesma posição, pois entendiam que a ciência tinha menos autoridade do que os livros sagrados nos assuntos respeitantes ao ato da criação. Esta atitude era igualmente dominante em alguns meios científicos. Em 1870, a Academia de Ciências de Paris negou a Darwin o estatuto de membro correspondente!

1723 José d'Arriaga, *A Questão Religiosa*, Livraria de Alfredo Barbosa de Pinho Lousada, Porto, 1905, p. 44.



Fig. 45 Teófilo Braga (*Arte & Vida*, nº 8, 1905)



Fig. 46 A figura sinistra do jesuíta (*O Jesuíta, folha semanal*, 4 abril 1877).

Paródia (Fig. 47) e em folhetos¹⁷²⁴, discursos¹⁷²⁵ ou poemas¹⁷²⁶. Em 1881, por exemplo, a Associação Liberal Portuense organizou um comício antijesuítico no Teatro de S. João no Porto onde falou o brilhante orador Alexandre Braga (1829–1895)¹⁷²⁷ (Fig. 48) e que teve um grande eco nos jornais portuenses¹⁷²⁸. Em *O Antonio Maria*, o jornal de humor político de Lisboa, editado e dirigido por Rafael Bordalo Pinheiro, publicou-se o seguinte¹⁷²⁹:

Alexandre Braga, o ilustre poeta e advogado portuense, abriu contra os jesuitas na cidade do Porto a era da eloquência. Ha uma era que nos parece util abrir immediatamente depois d'essa, em honra d'esses illustres hospedes. Referimo-nos á era da perseguição. Ahi está a chave para essa

1724 Pe. Senna Freitas, *Representação dirigida aos poderes publicos do paiz contra os jesuitas*, Porto, 1881.

1725 Eram vulgares os discursos antijesuíticos de liberais, tanto no parlamento como nos comícios. V., por exemplo, Alexandre Braga, *Discurso pronunciado no comicio anti-jesuítico, realizado no theatro de S. João a 17 de abril de 1881*, Typographia Occidental, Porto, 1881; Mariano de Carvalho, *Discurso Parlamentar proferido na sessão de 16 de março de 1883*, edição popular, dedicada aos liberais portugueses, Imp. Civilização, Entreparedes, Lisboa, 1883, pp. 10–14; Alexandre Braga, *Discurso pronunciado no comicio anti-jesuítico realizado no Theatro de Recreios a 7 de setembro de 1885*, Porto, 1855; M. Borges Grainha, *A Questão Religiosa e a Liberdade atravez da Historia*, Conferência feita na Associação Academica do Porto, Imprensa Gratidão, Braga, 1893.

1726 Guilherme Braga, *Os Falsos Apostolos*, Typographia Lusitana, Porto, 1871. Desta obra foi publicada a segunda edição, em 1895, com um estudo crítico antijesuítico de Heliodoro Salgado; ver ainda Oliveira Passos, *Opusculo em Verso contra os Padres-Jesuitas*, Nova edição, 1901, Porto.

1727 Também o Dr. Alexandre Braga Filho (1871–1921) tinha extraordinárias qualidades oratórias que já se manifestavam em Coimbra, quando chefiava o grupo de estudantes republicanos contra o grupo dos monárquicos liderado pelo estudante de medicina António Caetano Abreu Freire (Egas Moniz), no polémico caso do convite que a Academia pretendia fazer a Mouzinho de Albuquerque após a prisão do Gungunhana; v. Belisário Pimenta, “Páginas Guardadas: III”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 28, 14 junho 1959, p. 231. De Alexandre Braga Filho se afirmou em 1898, a propósito da sua estreia no foro, ter revelado “poderosas qualidades de orador, discursando com rara eloquência e sempre em frase primorosa e elegantíssima, além de pôr em evidência valiosos predicados de jurisperito pela forma brilhante como conduziu a defesa, paracendo mais um experimentado, que um advogado que iniciava a sua carreira.” O réu foi absolvido e o advogado felicitado por magistrados, colegas e pessoas que assistiam à sua estreia. Em 1909, Alexandre Braga continuava a maravilhar o país depois de, num julgamento em Lisboa, “em audiências sucessivas e pelo espaço de dez horas, haver arrebatado o tribunal e o numeroso público com as suas extraordinárias ilustração e eloquência”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripetro*, V Série, Ano IV, nº 6, outubro 1948, p. 142; *Idem*, Ano XV, nº 7, novembro 1959, p. 222.

1728 Alexandre Braga, *Discurso pronunciado no comicio anti-jesuítico realizado no theatro de S. João a 17 de abril de 1881*, Typographia Occidental, Porto, 1881; Azevedo Ramos, “Alexandre Braga no comicio anti-jesuítico do Theatro de S. João”, em *Gazeta Illustrada: O Atencu*, nº 26, 23 abril, 1881, p. 210. Posteriormente, em 1885, Alexandre Braga pronunciará em Lisboa, no Teatro de Recreios, um outro discurso antijesuítico; v. Alexandre Braga, *Discurso pronunciado no comicio anti-jesuítico realizado no Theatro de Recreios a 7 de setembro de 1885*, Typographia Occidental, Porto, 1885.

1729 “O Meeting do Porto contra os Jesuitas — Alexandre Braga, Orador”, em *O Antonio Maria*, 21 abril 1881, pp. 124–125.

A PARODIA

N.º 69 - LISBOA 8 DE MAIO

2 ANOS 1901

<p>PREÇO DA ASSIGNATURA (PAGAMENTO AVANÇADO)</p> <p>1.º Anos - 100 réis 2.º Anos - 100 réis 3.º Anos - 100 réis</p> <p>Subscrição por 6 meses - 50 réis Subscrição por 3 meses - 25 réis</p> <p>Publicado em Lisboa, na Rua da Mouraria, n.º 111, em casa de D. João de Castro, na loja n.º 111.</p> <p>Director - CARLOS BRAGA</p>	<p>Publica-se de quater-feiras</p> <p>CARTEIRAS DE RAFAEL BORGELLO PINHEIRO</p> <p>M. GUSTAVO BORGELLO PINHEIRO</p> <p>Redacção - RUA DO GEMIGIO LUTIANO, n.º 47</p>	<p>Administrador - SEBASTIÃO EDDES</p> <p>Administrador - RUA DO GEMIGIO LUTIANO, n.º 47</p> <p>Impressão - ALVARADO LOPES</p> <p>Impressão - RUA DO GEMIGIO LUTIANO, n.º 47</p> <p>Preço avulso 20 réis</p> <p>Um mês avulso de 100 réis</p>
--	---	--

OS INFINITAMENTE PEQUENOS



Os dois flagellos de Portugal
Página offerecida aos leitores de JORNAL LUTIANO

Fig. 47 Caricatura antijesuítica (*Parodia*, 8 maio 1901).

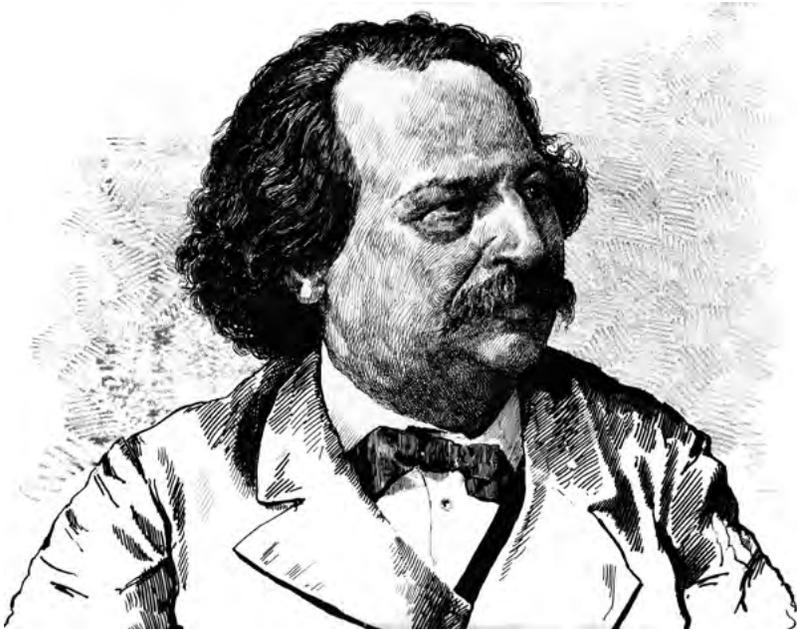


Fig. 48 Alexandre Braga, o famoso advogado portuense conhecido pelas suas posições anticlericais (desenho de Rafael Bordalo Pinheiro, *O Antonio Maria*, 21 abril 1881).

ceremonia. Elles não querem só rhetorica, querem martyrio. Dêem-lh'ô.

Em 13 de julho de 1901 instalava-se nesta cidade a Comissão Central Anti-Jesuítica do Porto, onde desempenharam cargos José Joaquim Marques Marinho, Xavier Esteves, Marcos Guedes, Azevedo de Albuquerque e Guedes de Oliveira¹⁷³⁰. Em 1910, num período de forte contestação ao ensino religioso nas escolas¹⁷³¹, afirmava-se o seguinte¹⁷³²:

Para os regimes de mentira, jesuíticos, opressivos e, como o nosso, inimigos irredutíveis das fulgurações da sciencia, o ideal seria um pòvo que renunciasse a si proprio, massa amorpha, obscurecido, brutalizado por preconceitos grosseiros; sem brios, sem iniciativas viris, indiferente a tudo; um povo sem sensibilidade moral, quasi sem sensibilidade physica, pastoso, incapaz de cóleras sublimes e tremendas que possam perturbar os grandes festins dos que o esmagam e ameaçar derrocada d'alto a baixo. [...] E se nós não temos sido bem isto, não nos tem faltado muito...

Tomás Vieira dos Santos — professor, maçónico e autor destas afirmações — acrescentava que “em algumas escolas ainda, phenomenos admiraveis da Naturêsa são explicados attribuindo-os á intervenção de factores sobrenaturaes¹⁷³³”!... A falta de educação cívica e a corrupção na sociedade portuguesa^{1734,1735} eram, na opinião do

1730 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 3, julho 1951, p. 69.

1731 Affonso Vargas, “O ensino religioso na escola primária”, em *Revista de Educação Genal e Technica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos)*, Série I, nº 2, janeiro 1912, Centro Typ. Colonial, Lisboa, 1911, pp. 130–133.

1732 Thomás Vieira dos Santos, *Ao Congresso Nacional: Considerações sobre o problema educativo*, O Gremio Liberdade, Typographia Liberty, Lisboa, 1910, p. 5.

1733 *Idem*, p. 11.

1734 Fernando Pereira Marques, *Sobre as causas do atraso nacional*, Coisas de Ler, Lisboa, 2010, pp. 340–351.

1735 Houve algumas tentativas louváveis para travar a corrupção em Portugal. Uma das primeiras medidas tomadas em 1863 por Vicente Ferrer Neto Paiva, Reitor recém-eleito da Universidade de Coimbra, foi a de proibir “os empregados da Polícia Académica, bedéis, contínuos, archeiros, e outros funcionários de receber gorjetas, espórtulas, ou gratificações de estudantes, sob pena de demissão imediata!...” V. Manuel Augusto

pedagogo João de Barros, expressa em 1916, subprodutos da educação jesuítica¹⁷³⁶:

Não há, com efeito, uma concepção do dever cívico e patriótico na educação familiar portuguesa. Há a concepção, herdada de três séculos de pedagogia jesuítica e de oitenta anos de governos de anarquia constitucional, de que tudo se obtem por favor, se consegue por amizade, se alcança pela corrupção! Esta falta de educação cívica — manifesta-se, como é bem de ver, em todas as modalidades de educação caseira...

Em 1926, o historiador e político José Timoteo da Silva Bastos (1852–1939) atribuía à Inquisição e aos jesuítas a responsabilidade pelo atraso português e comentava a propósito da educação¹⁷³⁷:

A *Razão* era uma espécie de pômo vedado, e os Jesuítas souberam desviar habilmente os alunos dessa perigosa sereia. Abdição da idéa e da vontade, lógica vã, filosofia vã ou frívola, balofa, toda construída sôbre pontas de agulhas tal era o sistema de educação, da nova milícia, sistema hábil, completo. Admirar-nos-emos então da vacuidade mental, conjugada com a frouxidão ou ausência de carácter, ainda hoje bem visíveis na grande massa dos Portugueses?

Em 1973, Silva Dias, escrevia que toda a ação educativa dos jesuítas se orientava para salvaguardar as “perenidades” culturais da Idade Média e acrescentava¹⁷³⁸:

A ânsia experimentalista que emanava da empresa ultramarina foi, juntamente com a busca metodológica e a demanda do conhecimento positivo, um dos grandes excluídos da

Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 201.

1736 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, pp. 35–36.

1737 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sôbre a Compreensão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 23.

1738 J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Universidade de Coimbra, 1973, pp. 348, 355.

sistematização inaciana. E isso distanciou-nos, alheou-nos mesmo, de um caminho principal do pensamento europeu evoluído.

Do lado oposto a estes críticos, existiu igualmente um movimento, suportado tanto por jesuítas como por civis¹⁷³⁹, que negava qualquer responsabilidade dos homens da Companhia no atraso nacional¹⁷⁴⁰. Armando Botelho considerava que o movimento antijesuítico tivera origem nas “Universidades dos diversos paizes, que tinham monopolizado a instrução publica” e que fora motivado por razões que descreve desta forma¹⁷⁴¹:

Ao verem-se humilhados pela Companhia de Jesus concitaram contra ella a animadversão geral, inventando intrigas e calumnias que a virtude exemplar dos jesuitas, o seu despreendimento pelas riquezas mundanas e os maravilhosos resultados do seu ensino, destruíam pela base. [...] É claro que tendo os jesuítas em cada Universidade e em cada uma das outras ordens religiosas um bando de inimigos rancorosos e irreconciliáveis, não podiam deixar de ser por elles calumniados sempre que para isso se offerecesse ensejo. [...] É aos jesuítas que a humanidade deve principalmente o estado de illustração em que se encontra. A elles se deve a instrução que se vai diffundindo por todas as classes; a eles se devem as mais importantes descobertas em todos os ramos da sciencia; a elles se deve finalmente todo o movimento scientifico da Europa no presente seculo. [...] Em Portugal mesmo, grandes e valiosissimos serviços foram prestados por esse benefico instituto [a Companhia de Jesus] ás sciencias e ás artes [...].

1739 Armando Botelho, *A defeza dos jesuítas por um liberal, refutação ao discurso do Snr. Dr. Alexandre Braga*, Livraria Portuense de Clavel & C.^{ia}, Editores, Porto, 1881; M. Scotton de Bassano, *Os Jesuítas*, 2ª edição portuguesa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1888.

1740 O mesmo se passa a nível internacional. Vários autores, como George Bishop e o jesuíta Joseph MacDonnell, têm-se esforçado por mostrar que os jesuítas tiveram um papel relevante no desenvolvimento da ciência moderna; v. Geoge Bishop, *Jesuit Pioneers of Modern Science and Mathematics*, Gujarat Sahitya Prakash, Gujarat, India, 2005; Joseph MacDonnell, *Jesuit Geometers*, Institute of Jesuit Sources, St. Louis, EUA, 1989.

1741 Armando Botelho, *A defeza dos jesuítas por um liberal, refutação ao discurso do Snr. Dr. Alexandre Braga*, Livraria Portuense de Clavel & C.^{ia}, Editores, Porto, 1881, pp. 18, 20, 22, 30.

Armando Botelho negou a influência jesuítica na decadência do nosso país com o argumento que esta começara antes da chegada da Companhia em 1540¹⁷⁴². Muitos jesuítas europeus, como Paul Doncoeur (1880–1961), não se pouparam a esforços para elevar o prestígio dos jesuítas e valorizar o seu papel no desenvolvimento da civilização europeia¹⁷⁴³. O padre jesuíta João Pereira Gomes (1917–2002)¹⁷⁴⁴ publicou, nos anos 1940, um conjunto de artigos na *Brotéria* onde defendeu a ideia de que os jesuítas não foram os responsáveis pelo atraso científico nacional mas, pelo contrário, foram eles que evitaram um maior descalabro. Valorizava-se a tradicional educação jesuítica¹⁷⁴⁵ e desafiavam-se os detratores para que provassem, com estatísticas, se a educação, que muitos militares, magistrados, políticos negociantes e industriais tinham recebido nos colégios jesuítas, “lhes inutilizou a capacidade de iniciativa ou o uso justo da liberdade¹⁷⁴⁶”.

Efetivamente, nunca saberemos se o ensino em Portugal sem a intervenção dos jesuítas teria sido melhor. Dado, porém, o estado de ignorância e fanatismo religioso em que a nação se encontrava, a hipótese de que, sem eles, o ensino teria sido pior faz algum sentido. Os jesuítas tiveram uma significativa presença em França, Itália, Inglaterra e noutros países europeus, e nem por isso impediram o desenvolvimento da ciência moderna, muito pelo contrário, em certos países ajudaram a divulgá-la, competindo mesmo com escolas protestantes mais bem apetrechadas para o ensino da nova ciência. O padre jesuíta Paulo Durão (1893–1977) usava o mesmo argumento e perguntava: se o método pedagógico jesuíta foi adverso à ciência moderna em Portugal, porque razão o não foi noutros países como na França ou na Alemanha¹⁷⁴⁷?

1742 Outros autores portugueses e estrangeiros assim o pensaram; v. Paulo Durão, “O seicentismo literário”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIV, 1932, pp. 82–83.

1743 Paul Doncoeur, *Que é um Jesuíta? Origem — Acção — Segrêdo*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1939.

1744 *Jesuítas, Ciência & Cultura no Portugal Moderno, Obra Selecta de Pe. João Pereira Gomes*, Henrique Leitão e José Eduardo Franco (org.), Esfera do Caos Editores, Lisboa, 2012, pp. 9–25.

1745 A. Rocha, “Os colégios dos Jesuítas e a pedagogia da liberdade”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 294–302.

1746 *Idem*, p. 302.

1747 Paulo Durão, “A crítica de... certos críticos”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIV, 1932, pp. 137–138.

Durante o século XVII — quando na Península Ibérica o fanatismo contra-reformista dificultava o desenvolvimento das ciências, mesmo daquelas que não interferiam nos dogmas ou preceitos religiosos —, os jesuítas tentaram em Espanha manter vivo o ensino da Matemática, da Astronomia¹⁷⁴⁸ e das ciências militares, lutando inclusivamente contra a oposição de instituições espanholas¹⁷⁴⁹. No Novo Mundo, segundo a opinião do Pe. Domingos Maurício, foi muito relevante o papel dos jesuítas no desenvolvimento das ciências exatas, humanas e sociais¹⁷⁵⁰. Na senda dos artigos daquele jesuíta, Luís de Pina publicou em 1936, na revista *Brotéria*, o artigo *Os Homens da Igreja na Ciência Nacional*¹⁷⁵¹ onde faz a apologia do trabalho dos padres e particularmente dos jesuítas, no desenvolvimento da ciência nacional dos séculos XVI, XVII e XVIII¹⁷⁵². Citando o jesuíta Pe. Francisco Rodrigues, frisava, no entanto, que o missionário “estimava e promovia as ciências, mas, precisamente como apóstolo, não via nelas mais merecimentos que o de um meio capaz de o ajudar na realização da sua empresa¹⁷⁵³”. No fim do seu artigo, Luís de Pina conclui¹⁷⁵⁴:

O que dissemos já mostra, todavia, a importância da tarefa que os Homens da Igreja cumpriram no Campo das Ciências, voluntariamente, sacrificadamente, humildemente! [...] Mesmo que fossem pobres essas contribuições que os Padres trouxeram à *Ciência do seu tempo*, não são por isso menos para estimar: *as pedras ensossas metem-se nos alicerces para grandes edifícios*¹⁷⁵⁵.

1748 A astronomia foi uma das áreas científicas em que os jesuítas mais se distinguiram; v. Navarro Neumann, “Jesuítas Astrónomos”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, pp. 423–436.

1749 Victor Navarro Brotons, “Los jesuítas y la enseñanza y difusión de los saberes y prácticas científicas en la España del siglo XVII”, em *Jesuítas, Ensino e Ciência (séc. XVI–XVIII)*, coord. Luís Miguel Carolino, Carlos Ziller Camenietzki, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2005.

1750 Domingos Maurício Gomes dos Santos, *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549–1760)*, separata de *Brasília*, Vol. IX, Coimbra, 1955, pp. 48–51; Domingos Maurício, “Os Jesuítas e o ensino das matemáticas em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, vol. XX, 1935, 1935, pp. 189–205.

1751 Luiz de Pina, *Os Homens da Igreja na Ciência Nacional*, separata da *Brotéria*, Vol. XXIII, Fasc. 2–3, agosto–setembro 1936.

1752 D.M., “Ecos e Comentários: II. — A actividade intelectual dos Jesuítas portugueses, do século XVI ao século XVIII”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXI, 1940, pp. 522–533.

1753 Luiz de Pina, *Os Homens da Igreja na Ciência Nacional*, separata da *Brotéria*, Vol. XXIII, Fasc. 2–3, agosto–setembro 1936, p. 4.

1754 *Idem*, p. 23.

1755 Citação de *Histoire de la Médecine* de Castiglioni.

No dealbar do século XX, o movimento antirreligioso atingiu tais proporções em Portugal¹⁷⁵⁶ que culminou com uma nova expulsão de todas as ordens religiosas, em 8 de outubro de 1910, três dias após a implantação da República¹⁷⁵⁷. Na sequência desta decisão, ocorreu uma grande perturbação no sistema de ensino, tal como acontecera quando da expulsão dos jesuítas em 1759 e da expulsão de todas as ordens religiosas em 1834¹⁷⁵⁸. As condições para o desenvolvimento da ciência estavam de novo comprometidas...

A história dos jesuítas em Portugal, que preenche as páginas de muitos volumes publicados, é uma verdadeira odisseia. As várias expulsões a que foram sujeitos revelam não só as situações de rutura político-social que à sua volta se criaram mas também a resiliência dos

1756 É muito elevado o número de livros e folhetos originalmente escritos em português ou traduzidos para a nossa língua, com conteúdos antirreligiosos, anticlericais ou antijesuítas, publicados depois da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e principalmente na última metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, como por exemplo: *A Guarda Avançada do Cordão Sanitário Contra a Peste Jesuítica*, Typographia da Rua Formosa, nº 243, Porto, 1846; *Cordão Sanitário Contra a Peste Jesuítica*, Typographia da Rua Formosa, nº 243, Porto, 1846; Alexandre Herculano, *Ao Partido Liberal Portuguez, a Associação Popular Promotora de Educação do Sexo Feminino*, Imprensa União-Typographica, Lisboa, 1858; Alves de Moraes, *Morte à morte, estudo sobre educação popular*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1869; *Os Jesuítas: A revelação da sua doutrina*, versão do Francez, Imprensa de Silva, Lisboa, 1856; Silva Pinto, *Os Jesuítas, Cartas ao Bispo do Porto*, 3ª ed., Typographia Occidental, Porto, 1880; Teixeira Bastos, *Os Jesuítas*, António Furtado (ed.), Lisboa, 1880; M. Borges Grainha, *A Questão Religiosa e a Liberdade através da Historia*, conferência feita na Associação Académica do Porto, Imprensa Gratidão, Braga, 1893; José Caldas, *Os Jesuítas e a sua influencia na actual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*, Livraria Chardron, Porto, 1901; Heliodoro Salgado, *Religião e Ciencia, Conferencias de critica religiosa, realizadas na sala da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa, em 22 e 24 de abril e 2 de junho de 1903, (A proposito das conferencias religiosas effectuadas na Igreja dos Martyres por dois professores de Campolide)*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1903; Um Presbytero Portuguez [Joaquim dos Santos Figueiredo], *Cartas Abertas ao Clero Catolico-Romano*, Bibliotheca “Antonio Maria Candal”, III Série, Opúsculo I, Typographia Mendonça (a vapor), Porto, 1911; Tomás da Fonseca, *As Congregações e o Ensino*, “Lymen” — Empresa Internacional Editora, Lisboa, Porto, Coimbra, 1924. Eram igualmente comuns folhetos com poemas antijesuíticos; v. José Augusto de Castro, *Queremos Luz! — Abaixo o jesuitismo e viva a Liberdade!*, Imprensa de Libanio da Silva, Lisboa, 1901. Houve também livros que defenderam o clero e particularmente os jesuítas; ver, por exemplo, Paulo Féval, *Jesuítas!*, trad. Padre Senna Freitas, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, de Eugenio Chardron, Braga, 1878; Armando Botelho, *A Defeza dos Jesuítas por um Liberal — Refutação ao discurso do Sr. Dr. Alexandre Braga*, Livraria Portuense de Clavel & Cª, Editores, Porto, 1881; M. Scotton de Bassano, *Os Jesuítas*, 2ª ed. portuguesa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1888; Francisco António da Silva Vigário e Mattos, *O Padre e Alguns Artigos sobre o Padre*, Casa Editora Imprensa Civilização, Porto, 1903; Francisco Rodrigues, *Os Jesuítas e a Monita Secreta*, Tipographia Pontificia no Instituto Pio IX, Roma, 1921.

1757 É de salientar que esta política anticlerical não era exclusiva de Portugal. Em França — um país que era uma referência política e cultural dos republicanos portugueses —, os jesuítas tinham sido expulsos em 1880 e 1901, e o princípio de separação da Igreja e do Estado tinha sido estabelecido em 1905.

1758 A expulsão e extinção das Ordens Religiosas em 1834 foi ordenada por Joaquim António de Aguiar (“O Mata-Frades”). Dois anos antes, Mouzinho da Silveira tinha suprimido os conventos e as colegiadas nos Açores.

homens da Companhia. No decreto de expulsão de 3 de setembro de 1759, o rei D. José proibiu “sob penna de morte a todo e cada um dos meus subditos de ter correspondência verbal ou escrita com esta Sociedade ou com qualquer dos seus membros^{1759,1760}”. Os jesuítas foram expulsos de Espanha em 1767, e de Parma em 1768. Em França, a Companhia foi dissolvida em 1764, mas os seus membros não chegaram a receber ordem de expulsão. Finalmente, o Papa dissolveu a Companhia em 1773. Estima-se que, antes da desagregação desta instituição, o número de colégios jesuítas rondaria os 700, e que o número total de alunos seria cerca de 200 mil. A Companhia foi restaurada por Pio VII em 1814. No reinado de D. Miguel, os jesuítas foram convidados a regressar a Portugal, chegando a Lisboa em 13 de agosto de 1829¹⁷⁶¹, mas voltaram a ser expulsos em 1834¹⁷⁶². Mais tarde regressaram, e a República expulsou-os de novo em 1910 juntamente com todas as outras ordens religiosas. O Provincial da Companhia de Jesus em Portugal publicou um protesto, escrito em Tuy e datado de 20 de dezembro desse ano, em que relata os maus tratos, a que os seus religiosos foram submetidos durante a expulsão¹⁷⁶³, e a “ignominiosa” expropriação de todos os bens da Companhia¹⁷⁶⁴:

Em nome da liberdade arrebatam-nos tudo, despojam-nos de tudo. Apoderam-se das nossas propriedades e das nossas casas [...]. Juntamente com os edifícios e as terras, apropriaram-se do recheio das nossas casas, nas quaes havia collecções

1759 *Estampa e caricatura política estrangeira sobre Portugal — A doação Rau*, Museu Nacional de Arte Antiga, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000, p. 65.

1760 *Ley d'El Rey D. Jozé I. por que be por bem exterminar, proscriver, e mandar expulsar dos seus Reinos, e Dominios, os Regulares da Companhia denominada de Jezus, e prohibir que com elles se tenha qualquer comunicação verbal, ou por escrito pelos justissimos, e urgentissimos motivos na dita Ley declarados, e debaixo das penas nella declaradas*; v. manuscrito da época em *Catálogo de Livros Raros e Esgotados sobre as Cidades do Porto e Gaia*, Livraria Manuel Ferreira, Porto, 2014, p. 12.

1761 Henrique de Campos Ferreira Lima, “O restabelecimento dos Jesuítas em Portugal no reinado de D. Miguel I”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVII, 1943, pp. 113–125.

1762 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 158, 196.

1763 Com prefácio do Pe. Gonzaga Cabral, saíu à luz uma obra sobre este tema de Luís Gonzaga de Azevedo intitulada *Proscritos* 1ª Parte, 2 volumes (1911) e 2ª Parte (1914).

1764 P. Luiz Gonzaga Cabral, *Ao Meu Paiz, protesto justificativo a propósito da expulsão dos meus religiosos*, A. M. D. G., 1925, pp. 4–5.

científicas de primeira ordem, como os museus, gabinetes e laboratorios dos Collégios de Campolide e S. Fiel, onde, por espaço de mais de 50 annos, o subsidio mensal dos nossos alumnos, a generosidade de amigos inspirada pela sua dedicação e apreço pessoal para connosco, e o trabalho intelligente amavel e desinteressado dos Padres e Irmãos haviam conseguido reunir um material de estudo que por todos estes títulos era nosso e só nosso¹⁷⁶⁵. As bibliotecas colleccionadas durante meio século pelos mesmos processos, as rouparias [...] e até os aposentos particulares [...]; tudo isto foi num momento declarado pertença do Estado; e nós espoliados summária e arbitrariamente, expulsos das nossas habitações, fomos levados entre soldados e populares armados, expostos ás vaias e aos insultos de uma plebe, amotinada de longa data pelas calumnias da mais repugnante imprensa.

Para o Pe. Gonzaga Cabral, a pior das humilhações para os seus religiosos foi o terem sido tratados como criminosos¹⁷⁶⁶:

Mas antes da partida para o exilio, estava ainda reservada ás victimas a mais cruel humilhação. Anciãos veneraveis, sabios eminentes respeitados dentro e fora da Patria, religiosos admirados pela sua virtude, jovens — alguns d’elles quasi creanças — em cuja physionomia se reflectia a innocencia, passaram um a um no posto anthropometrico, foram descriptos, photographados, minuciosamente medidos até ás falanges dos dedos, como criminosos celebres, para apparecerem depois nos jornaes os seus retratos com a tableta numerica dos infamados.

1765 Sobre os museus escolares e os métodos de ensino dos colégios jesuítas leia-se Maria de Fátima Pinto de Meneses, “Museus e Ensino em Portugal — Os Museus Escolares dos Colégios Jesuítas”, em *Estudos de Castelo Branco, revista cultural*, Nova Série, nº 5, junho 2006, pp. 163–188; *Idem*, nº 6, julho 2007, pp. 175–210.

1766 P. Luiz Gonzaga Cabral, *Ao Meu Paiz, protesto justificativo a propósito da expulsão dos meus religiosos*, A. M. D. G., 1925, p. 8.

O confisco do espólio científico da *Brotéria* que incluía livros, instrumentos e coleções despertou uma grande repulsa nacional e internacional. O Pe. Joaquim da Silva Tavares¹⁷⁶⁷, diretor da referida revista e membro da Academia das Ciências de Lisboa¹⁷⁶⁸, só veio a receber em 1927 a sua preciosa coleção científica de cecídias bem como o micrótomato, de que existiam apenas dois exemplares em Portugal, no ano da expulsão¹⁷⁶⁹. Dezassete anos passados, pôde continuar os estudos em que se tinha distinguido¹⁷⁷⁰.

A participação de jesuítas portugueses no Congresso Luso-Espanhol das duas Associações Ibéricas para o Progresso das Ciências em 1921, no Porto, foi considerada ilegal pelo jornal *O Século*. Não houve outros jornais que levantassem esta questão, nem o governo português pôs qualquer impedimento à entrada dos jesuítas no país, mas os comentários d'*O Século* foram suficientes para que um dos padres visados reagisse asperamente, negando que tivesse cometido qualquer ilegalidade por ter entrado no país¹⁷⁷¹.

O regresso dos jesuítas a Portugal viria a ocorrer no período do Estado Novo, discreta e paulatinamente, com a complacência do regime ao qual os padres se mostraram reconhecidos, caucionando as políticas de Salazar¹⁷⁷² e fazendo até a sua apologia¹⁷⁷³ numa cruzada comum contra a comunismo internacionalista¹⁷⁷⁴.

1767 H. Silva Louro, *P: Joaquim da Silva Tavares: uma glória da ciência e modelo de sacerdotes*, Évora, 1978.

1768 Após a morte do Pe. Silva Tavares, a sua figura foi lembrada numa sessão da Academia; v. Domingos Maurício, "O fundador da Brotéria na Academia", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 449-455.

1769 Serafim Leite, "J.S. Tavares", em *Brotéria*, Série Mensal Fé — Ciências — Letras, Vol. XIII, 1931, pp. 276-279.

1770 *Idem*, pp. 281-288.

1771 J.S. Tavares, "Depois de 11 anos de exílio. Algumas impressões de um excursionista", em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XIX, Fasc. VI, novembro 1921, pp. 277-286.

1772 José Eduardo Franco, "O Mito dos Jesuítas Além do Tempo do Mito: no Período do Estado Novo e do Regime Democrático", em *Lusitana Sacra*, 2ª Série, 16, 2004, p. 416.

1773 Mariano Pinho, "No Estado Novo", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 291-304; Mariano Pinho, "O Capitalismo no Estado Novo", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 357-366; J. da Costa Lima, "Milagre de esforço", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 42-51; R.S. de Lamadrid, "Como entende Salazar a justiça social", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVII, Lisboa, 1938, pp. 41-51; "O pensamento de Salazar — Defesa nacional", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, pp. 370-386; "As directrizes de Salazar", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVI, 1943, pp. 571-587.

1774 "Os Algemados", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 192-196; "Com o sangue dos Lavradores", em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 248-252; "Sob o sinal da Cruz", em *Bro-*

Insucesso Educativo no Século XX

No século XX, a generalização do ensino laico às crianças e adolescentes em Portugal não eliminou a ignorância nem o desinteresse generalizado pela ciência. António Joaquim Ferreira da Silva, o famoso químico portuense, era de opinião — já antes expressa por Alexandre Herculano — que a causa principal do atraso científico português resultava da nossa educação escolar ter sempre sido quase exclusivamente retórica e literária¹⁷⁷⁵, defendendo que era necessário “fazer sair o ensino da senda acanhada e estreita dos livros, e estudar a natureza em si mesma¹⁷⁷⁶”. As reformas do Marquês de Pombal (1772), de Rodrigo da Fonseca (1835) e de Passos Manuel (1836), fundador dos liceus, tinham por objetivo eliminar esta deficiência. No entanto, como já referimos, o seu sucesso foi muito limitado devido à mentalidade conservadora dominante, à instabilidade político-social¹⁷⁷⁷ e à falta de financiamento

téria, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 191–195; Neves Monteiro, “O Cavalo de Troia em Genebra” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, pp. 213–220; ..., “Sonho e realidade”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XX, 1935, pp. 121–130; ..., “Planos sangrentos”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XX, Lisboa, 1935, pp. 417–425; ..., “Planos sangrentos — O estado moral do exército soviético”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 22–30; J. da Costa Lima, “A cultura da iniquidade”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 161–170; J. da Costa Lima, “A paz comunista”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 293–301; J. da Costa Lima, “Descalabros soviéticos”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, pp. 277–285; Frederico Muckermann, “À volta do processo dos Trotskistas”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 439–448; J. da Costa Lima, “A Arte no comunismo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, pp. 128–137; Chaves de Almeida, “A falência do comunismo perante as realidades”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIV, 1937, pp. 325–336; Riba Leça, “A situação religiosa da Rússia”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 444–461, 522–540; Gomes dos Santos, “O perigo comunista nas Colónias da África portuguesa”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVII, 1938, pp. 86–98; ..., “A situação profissional do operário russo”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIX, 1939, pp. 75–85, 167–178; “«O ataque a fundo» do ateísmo soviético”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIII, 1941, pp. 343–345; Joaquim Ferreira Leão, “Concepção do homem na filosofia comunista”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 142–154. Não deixa de ser inquietante que a par do ataque ao comunismo ateu não tenham surgido na *Brotéria* artigos condenando as ações nazis contra o catolicismo, nos países ocupados durante a II Guerra Mundial como foi o caso da Polónia; v. *A Perseguição Feita à Igreja Católica na Polónia Ocupada pelos Alemães*, pref. do Cardeal Hinsley, Serviços de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, Lisboa, Burns Oates, Londres, 1941.

1775 A.J. Ferreira da Silva, *A importância e dignidade da ciência e as exigências da cultura científica*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1911, p. 14.

1776 Hernani Monteiro, “Recordando uma homenagem célebre”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 11, março 1958, p. 328.

1777 Nos 15 anos que mediam entre 1836 e 1851, ocorreram 17 revoluções. Um ministério que durasse 12 a 14 meses era considerado longo!... De acordo com a opinião do teólogo e historiador católico alemão Ignaz von Doellinger, expressa em 1878, “a causa d’isso está na empregomania, na avidez de honras e distinções, que em Portugal é mais forte do que em qualquer outro país”; v. Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Histórico de Alexandre Herculano*, Herculano na Alemanha, Empreza da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, p. 29.

adequado¹⁷⁷⁸. Por dificuldades de implementação, as reformas posteriores — de 1844, 1872¹⁷⁷⁹, 1880¹⁷⁸⁰, 1886¹⁷⁸¹, 1888¹⁷⁸², 1892, 1895¹⁷⁸³ e 1905¹⁷⁸⁴ — tiveram igualmente resultados pouco animadores.

No discurso dos políticos portugueses da Primeira República, a educação era apresentada como uma prioridade nacional, mas todo o ambicioso programa elaborado com esse objetivo esbarrou com dificuldades financeiras¹⁷⁸⁵ endémicas, depressões económicas e a miséria social¹⁷⁸⁶. Na sequência da I Guerra Mundial, os países beligerantes chegaram à conclusão que, para realizar e sustentar o trabalho da reconstrução europeia, era necessário reformar a educação, estendendo-a a todas

1778 Foram sempre muito reduzidas as verbas para criar laboratórios e bibliotecas, pagar a docentes, técnicos e pessoal de apoio, estimular o intercâmbio científico, conceder bolsas, atribuir prémios e promover a divulgação científica. Sem estas condições, não se podem formar indivíduos científica e tecnicamente competentes nem estabelecer uma cultura científica a nível nacional. Os défices crónicos de Portugal causaram ao longo da nossa história constrangimentos vários à política nacional, sendo até apontados como a causa principal da queda do nosso império; v. Fortunato de Almeida, “Causas da decadência do império português”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 4, 1925, pp. 367–414.

1779 O decreto de 23 de setembro de 1872 alterou o plano e o regime dos liceus nacionais.

1780 As leis de 14 de junho e 14 de outubro de 1880 criaram nos liceus os cursos de ciências e de letras com os respetivos diplomas, ficando desde então estabelecido que o diploma de letras era necessário para se poder ingressar no Curso Superior de Letras de Lisboa; v. F. Adolpho Coelho, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Mémoire, Exposition Universelle de 1900, Section Portugaise, Aillaud & Cie., Paris – Lisbonne, 1900, pp. 59–60.

1781 *Instrução Publica – Lei, Regulamento e Programmas do Ensino Secundario conforme os ultimos documentos publicados nos «Diarios do Governo» de 31 de julho, 30 de agosto e 23 de novembro d’este anno*, Imprensa Moderna, Lisboa, 1886. Na reforma de 1886, o professor de desenho era remunerado com um salário inferior ao dos outros professores liceais o que levou Luciano Pereira da Silva a lembrar e a criticar esse facto em 1903, ano em que tal situação discriminatória ainda persistia; v. Luciano A. Pereira da Silva, *Instrução Secundária, Discurso proferido na sessão de 13 de Janeiro de 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903, p. 10.

1782 “Instrução Secundária”, em *Revista Popular de Conhecimentos Uteis*, Ano I, nº 29, Lisboa, 16 dezembro 1888, pp. 225–226.

1783 A avaliação desta reforma pode ler-se em “Trabalhos officiaes sobre a reforma de 1895 ordenados pelas portarias de 20 de setembro de 1897 e 27 de junho de 1898” em *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, Ano IV, Fasc. I–VI, janeiro–junho 1905, pp. 1–349. A esta “Reforma de Instrução secundária” atribuiu João de Barros resultados “inteiramente deploráveis”; v. João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, p. 45.

1784 Esta reforma foi precedida de um extenso estudo elaborado pela Direcção Geral de Instrução Pública com a colaboração de muitos intervenientes; v. “1. Projecto de reforma da instrução secundaria elaborado pela Direcção Geral de Instrução Publica e apresentado ao Ex.^{mo} Ministro do Reino em 8 de outubro de 1904”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, Ano IV, Fasc. VII–XII, julho–dezembro 1905, pp. 1–280.

1785 A falta de dinheiro para a satisfação de necessidades sociais básicas, como por exemplo a educação, foi sempre um argumento no discurso político, apenas revelando a pouca importância dada a tais necessidades; v. Emílio Costa, “O Círculo Vicioso da Instrução Pública”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 1, 15 janeiro 1913, pp. 2–3.

1786 Rogério Fernandes, “História das Inovações Educativas (1875–1936)”, em *A História da Educação em Espanha e Portugal*, ed. A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Española de Historia de la Educación, Lisboa, 1993, p. 167.

as classes sociais e tornando-a obrigatória, universal e gratuita, uma ideia que não era nova em Portugal.

A obrigatoriedade e gratuidade do ensino para crianças dos sete aos quinze anos foram decretadas na reforma da instrução pública de Costa Cabral, de 20 de setembro de 1844, mas a sua implementação efetiva foi lenta, apesar das leis de 1850, 1851 e 1868, da legislação de Saldanha em 1870, e do empenho de particulares em financiarem algumas escolas¹⁷⁸⁷. Por negligência ou por necessidade, muitas famílias opuseram-se a que os seus filhos frequentassem a escola, apesar da ameaça de penalizações e multas. Para além de preconceitos existentes em alguns meios sociais contra a alfabetização, havia necessidades familiares que os filhos habitualmente preenchiam com o seu trabalho. Os menores tinham que trabalhar no campo ou na fábrica para complementar o rendimento familiar, embora desde o final do século XIX existissem leis de regulamentação do trabalho infantil que determinavam que os menores só podiam começar a trabalhar na indústria aos 12 anos¹⁷⁸⁸. Alexandre Herculano, que defendia a obrigatoriedade escolar, referia ainda um outro argumento em desfavor da alfabetização: “a posse do primeiro grau de ensino dava-lhes [ao artífice e ao camponês] o direito a serem chamados aos júris dos tribunais; mas tal direito, com a sua imperiosa força de obrigação, redundava, ao ser exercido, em prejuízo, pois os dias de um julgamento eram dias perdidos para o amanhã da terra¹⁷⁸⁹”. Os lavradores receavam que os filhos abandonassem a agricultura depois de terem estudado, colocando assim em causa o esforço que os pais tinham feito para a criação da casa agrícola. Apesar de todos os esforços realizados pelas autoridades para promover a alfabetização, os problemas do incomprimento da obrigatoriedade e do abandono escolares mantiveram-se durante décadas¹⁷⁹⁰. Em 1916, o

1787 Em 1973, Veiga Simão, o último Ministro da Educação do Estado Novo, passou a escolaridade obrigatória dos 6 para os 8 anos. Só em 2013 começou a vigorar em Portugal a escolaridade obrigatória de 12 anos.

1788 António de Amaral Pyrrait, “Trabalho dos menores em Portugal”, em *Brotéria*, série mensal, vol. XXIII, 1936, pp. 135–140.

1789 J. Sousa Mendes, “Notas sobre o ensino em Portugal no século XIX: Castilho e o ensino popular (conclusão)” em *Vértice, revista de cultura e arte*, vol. XI, nº 95, julho 1951, pp. 330–331.

1790 Rogério Fernandes, “Génese e Consolidação do Sistema Educativo Nacional (1820–1910)”, em *O Sistema de Ensino em Portugal, séculos XIX–XX*, coord. Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp. 40–41.

pedagogo João de Barros afirmava que “o sistema de obrigatoriedade do ensino por meio de multas e de vexames às famílias - não dá resultado, nem entre nós o poderia dar, certo é que o nosso carácter e o feitio da nossa gente, e ainda a falta de meios do nosso povo, inteiramente repelem essa brutalidade despótica¹⁷⁹¹”. Mais tarde recorreu-se à propaganda para tentar conseguir os mesmos objetivos. Em 1929, surgiu um cartaz da Federação dos Amigos da Escola Primária do Porto, da autoria do caricaturista e maquetista António Cruz Caldas, alertando para a necessidade da alfabetização em Portugal, com a legenda “Um homem sem instrução é um cego: mandai os vossos filhos á escola.” Com a legenda mais simplificada “mandai os vossos filhos á escola”, surgiu igualmente um selo datado de 1929 e 1930 (Fig. 49). Não só a obrigatoriedade mas até a gratuidade da educação escolar constituíam motivos de polémicas e divergências. Com argumentos de eficácia, ainda se duvidava em 1895 do benefício da gratuidade do ensino¹⁷⁹²:

Até o ensino gratuito, que toda a gente acha muito justo, deu terríveis resultados na practica. Quando eram os paes que tinham de pagar as mensalidades nos collegios ou casas particulares, não se esqueciam de vigiar assiduamente os filhos, fazendo-os frequentar regularmente. Mas hoje nas aulas publicas o alumno falta constantemente, sob o menor pretexto, e a fiscalização é nulla por parte das familias, que, não lhes *doendo*, se desinteressam dos filhos, que parecem mandar para a eschola só para se desembaraçarem deles em casa. A gratuidade matou a assiduidade das aulas.

Em 1921, Aarão de Lacerda (1890–1947) afirmava que “a escola primária portuguesa entristece ao pensarmos nela”; “dos liceus e colégios, nós sabemos bem o que por aí vai de triste e lamentável¹⁷⁹³”.

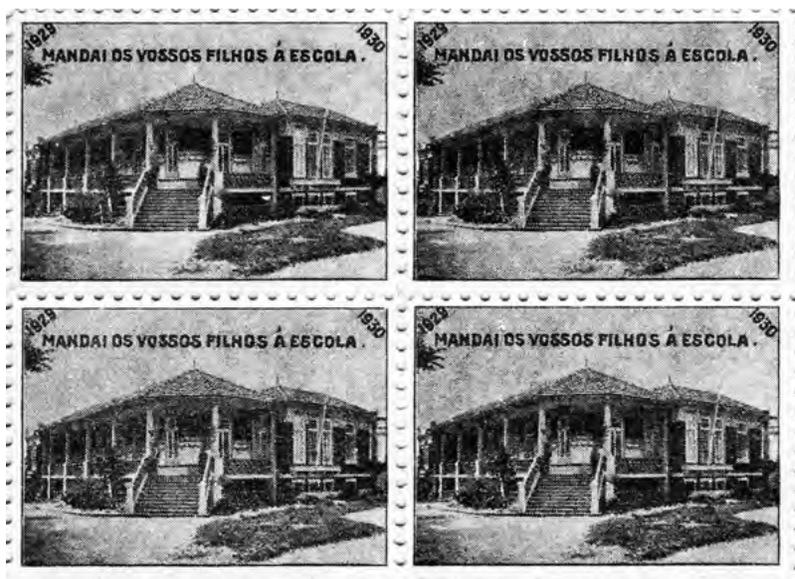
1791 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, p. 74.

1792 A. Coelho, “O mal que todos deploram”, em *Revista dos Lyceus*, Ano IV, nº 12, maio 1895, p. 516.

1793 Aarão de Lacerda, *Para uma Finalidade da Educação no Actual Instante*, 2ª ed., Livraria e Imprensa Civilização e Livraria Nacional e Estrangeira, Porto, 1922, pp. 33–34.



(a)



(b)

Fig. 49 Objetos publicitários de promoção do ensino básico: (a) cartaz (originalmente colorido) com a frase “*Um homem sem instrução é um cego — mandai os vossos filhos á escola*”, (b) selos com a legenda “*mandai os vossos filhbs á escola.*”

Na opinião de um professor primário, com uma experiência pedagógica de 20 anos, o ensino primário em 1934 era mau¹⁷⁹⁴:

É duro mas é necessário confessar isto: a criança sai da escola de instrução primária desprovida, a bem dizer, daquela bagagem de conhecimentos e aptidões necessárias ao acesso, sem dificuldades de maior, a mais vastos estudos ou à vida prática, quero dizer, à aprendizagem do mister em que há-de ganhar a vida. [...] A carta de exame não indica que a criança esteja habilitada para ingressar no ensino secundário ou na oficina. Noutros tempo — bons tempos esses! — a criança frequentava a escola para aprender; e quando já sabia, ia fazer exame. Hoje, não. A criança vai à escola, única e exclusivamente para fazer exame. E fá-lo. E vem de lá distinta, mas sem aprender o que precisava de saber.

A má qualidade do ensino secundário nas primeiras décadas do regime republicano era muito notada quando os alunos entravam na universidade. Diogo Pacheco de Amorim afirmava em 1923 que “apesar do saber, do tino e boa vontade de muitos dos seus mestres, de tal modo está organizado o ensino nos liceus, que os alunos saem de lá sem saber nada de nada, como se constata todos os anos nesta [Universidade de Coimbra] e noutras Universidades¹⁷⁹⁵”. Nesse mesmo ano, Ricardo Jorge exprimia uma opinião semelhante¹⁷⁹⁶:

A má qualidade do ensino secundário nas primeiras décadas do regime republicano era muito notada quando os alunos entravam na universidade. Diogo Pacheco de Amorim afirmava em 1923 que “apesar do saber, do tino e boa vontade de muitos dos seus mestres, de tal modo está organizado o ensino nos liceus, que os alunos saem de lá sem saber nada de nada, como se constata todos os anos nesta [Universidade de Coimbra] e noutras Universidades¹⁷⁹⁷”. Nesse mesmo ano, Ricardo Jorge exprimia uma opinião semelhante¹⁷⁹⁸:

1794 M.P. Baptista, “Orientação pedagógica” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, p. 254.

1795 Diogo Pacheco D’Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 19.

1796 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, p. 78.

1797 Diogo Pacheco D’Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 19.

1798 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, p. 78.

Estou no caso de fazer a comparação entre o discípulo liceal de hoje em dia e o de ha mais de meio seculo. Tenho a impressão que sabem menos, e, o que peor é, trazem menor capacidade de saber.

Apesar de alguns esforços realizados pelo Estado Novo para melhorar o ensino secundário, Orlando Ribeiro escrevia em 1949¹⁷⁹⁹:

O estudante traz quase sempre do liceu uma preparação deficiente: não lhe despertaram curiosidades, não o ensinaram a exprimir-se, não o orientaram no sentido do trabalho pessoal, da iniciativa e da reflexão. O ideal da maioria é o ensino mnemónico, a absorção passiva da *sebenta*, a preparação apressada do exame, para que a matéria, revista de fresco, seja guardada um momento na memória e relegada, depois das provas, ao domínio das recordações inúteis. [...]

Do meu ponto de vista de professor universitário, o estudo da língua como instrumento de expressão afigura-se como o principal objectivo do ensino liceal. [...]

Outro fim do liceu é criar hábitos e métodos de reflexão e sacudir a mole passividade do nosso estudante, despertando nele a curiosidade entusiástica de conhecer.

Para além das deficiências do ensino científico, que se revelavam nos conteúdos informativos e metodológicos, a preparação ideológica dada à juventude era controlada pela Mocidade Portuguesa¹⁸⁰⁰, organização instituída em 1936¹⁸⁰¹ que tinha por objetivo moldar as mentes dos adolescentes e jovens de acordo com os valores do Estado Novo¹⁸⁰². De acordo com a propaganda governamental da época, na Mocidade Portuguesa, defensora de “valores nacionais”, “foi enquadrada tôda a

1799 Orlando Ribeiro, *A Universidade e o Espírito Científico*, Lisboa, 1949, pp. 24–27.

1800 A história desta instituição pode ler-se em Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa, breve história de uma organização salazarista*, Terra Livre, Lisboa, 1976.

1801 Decreto-Lei nº 26611 de 19 de maio de 1936.

1802 Esta reforma parece ter agradado à Igreja católica conforme transparece em artigos de opinião publicados na época; v. Riba Leça, “A reforma do ensino liceal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXIII, 1936, pp. 429–438.

Juventude, com o objectivo de desenvolver a sua capacidade física, a sua saúde mental e a sua consciência cívica, preparando-a para a vida e para a eventualidade de criar gestores nacionais¹⁸⁰³”. Com a organização estatal da Mocidade, o movimento escoteiro livre ou escotismo — criado em 1907 por Sir Baden Powell e em pleno desenvolvimento internacional — foi imediatamente marginalizado em Portugal, onde tinha entrado em 1913 através da Associação dos Escoteiros de Portugal. A Mocidade Portuguesa foi precedida por uma outra organização juvenil a Acção Escolar Vanguarda (A.E.V.), criada em 1933¹⁸⁰⁴. Esta organização — apoiada por António Ferro, diretor do recém-criado SPN (Serviço de Propaganda Nacional) — tinha uma orientação claramente fascista, mas teve uma vida curta. O jornal da A.E.V. chamava-se *Avante*, ironicamente o mesmo nome do já existente jornal do Partido Comunista Português¹⁸⁰⁵. O 1º Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa realizou-se em Lisboa, de 21 a 28 de maio de 1939. Este acontecimento deu oportunidade à revista jesuíta *Brotéria* de elogiar a orientação cristã, “tão definitivamente marcada”, da Mocidade Portuguesa¹⁸⁰⁶. Em 1967, ainda se justificava esta organização “com a função de impulsionar as atividades circum-escolares e de estimular os ideais educativos, espirituais e patrióticos da juventude¹⁸⁰⁷”.

Não só os programas, a organização dos estudos e as condições de trabalho nas escolas têm influência no desempenho escolar dos alunos. A saúde, a educação e a vida familiar têm certamente um papel importante, visto que podem afetar a predisposição do aluno para o trabalho, para a indiferença ou para a preguiça. Nos jardins-escolas João de Deus era dada uma importância considerável à higiene e “não apenas porque a higiene e a medicina andem hoje, por todo o mundo

1803 *A Revolução Nacional: 20 anos de Grandes Realizações (28 de maio de 1926 a 28 de maio de 1945)*, Edições SNI, Lisboa, p. 29.

1804 António Costa Pinto, Nuno Afonso Ribeiro, *A Acção Escolar Vanguarda, 1933–1936: A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo*, Lisboa, 1980.

1805 O *Avante*, o órgão central do Partido Comunista, começou a publicar-se em 1931 e continua a publicar-se ainda hoje.

1806 D.M., “1º Congresso da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Realizado em Lisboa de 21 a 28 de maio de 1939. Discursos. Teses. Discussões e Conclusões”, (recensão) em *Brotéria*, revista mensal, Vol. XXXII, 1941, pp. 236–237.

1807 *Alguns Elementos sobre a Cultura Portuguesa*, Secretariado Nacional da Informação, 1967, p. 11.

culto, de braço dado com a educação¹⁸⁰⁸. O médico escolar José de Paiva Boléo (1900–1976) publicou em 1948 o texto de uma conferência sobre as “Causas de insucesso escolar¹⁸⁰⁹” no ensino liceal, que tinha proferido na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no Clube dos Fenianos, no Porto. Nesta conferência, começou por referir as causas apontadas por “espíritos simplistas¹⁸¹⁰”:

Têm notas negativas porque os rapazes de hoje não estudam nada. São os desportos, o cinema, as leituras romanescas ou policiais, as diversões, tudo a afastar os rapazes do estudo. Os estudantes de hoje são cábulas, são preguiçosos.

Apresentou, em seguida, as causas apontadas por “alguns mais pessimistas¹⁸¹¹”:

Há um abastardamento da raça, provocado pelas guerras e pela crise de alimentação, que têm a sua repercussão no estudo. Como hão-de estudar, se os rapazes são mal alimentados?

José da Paiva Boléo discordava sobretudo dos primeiros e comentava¹⁸¹²:

Alunos cábulas, alunos preguiçosos! Como é fácil este rótulo, mas injusto ou impreciso! Podemos até afirmar que, na nossa opinião, não há alunos preguiçosos.

Procurando encontrar as verdadeiras causas do insucesso escolar, Paiva Boléo começou por relatar algumas doenças físicas que detetara em grande número de estudantes (defeitos visuais não corrigidos,¹⁸¹³ perturbações glandulares, infeções das mais variadas),

1808 José Lopes Dias, *A Higiene nos Jardins-Escolas João de Deus*, separata do *Jornal do Médico*, 1947, p. 13.

1809 O insucesso escolar foi sempre uma consequência do nosso ineficaz sistema de ensino. Em 1871–72, apenas 6,5% dos alunos e 5,9% das alunas que frequentavam o ensino primário terminaram com aprovação no final do ano; v. Teresa Pinto, *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista: A Escola Damião de Góis em Alenquer*, Edições Colibri, Lisboa, 2000, p. 38.

1810 José de Paiva Boléo, “Causas de insucesso escolar” em *A Medicina Contemporânea*, Ano LXVI, nº 6, junho 1948, Lisboa, p. 218.

1811 *Idem*, *Ibidem*.

1812 *Idem*, p. 219.

1813 Um estudo de 1907 detetou uma percentagem de 21,4% de míopes nos alunos dos três liceus de Lisboa

doenças do espírito (prática dos vícios sexuais, técnicas de estudo deficientes, alterações psicológicas) e muitas deficiências nas instalações escolares (iluminação deficiente, mobiliário inapropriado e desconfortável). Em sua opinião, estas situações eram causas mais que suficientes para um fraco desempenho escolar.

Detetou ainda outros fatores, tais como o mau ambiente familiar — a obsessão dos pais pelo diploma dos filhos, menosprezo pela educação séria, tirania e violência — ou o facto de uma percentagem significativa de alunos “frequentar os liceus por engano” — “os pais desejariam que eles fossem doutores; mas eles desejam ser comerciantes, industriais, técnicos, agricultores, artistas¹⁸¹⁴...” Esta pressão dos pais sobre os filhos é antiga em Portugal. No século XVIII, foi comentada e condenada por Bento Morganti, no seu jornal *O Anonymo*¹⁸¹⁵:

Acham-se soldados mais apaixonados por Minerva que inclinados a Marte, encontram-se muitos que professam as letras com uma grande propensão para a milícia. E que fruto se pode esperar que faça qualquer destes em sua respectiva profissão, quando neles se acha violento e violentado o espírito? Talvez porque o pai experimentou os descómodos de uma campanha, quer que o filho, no sossego dos estudos, fuja dos perigos da guerra; e, porque encontrou outro que, no sossego dos estudos, não conseguiu toda a comodidade que esperava lhe resultasse da sua aplicação, quer que o filho encontre melhor fortuna no penoso exercício das armas; quando nem para uma nem para outra parte os conduz e guia a sua inclinação própria. [...] É mais fácil de se adquirir uma subsistência honesta pelo caminho que dirige uma inclinação livre, do que pelos atalhos por donde se quer levar uma inclinação violentada.

que “funcionavam em velhos casarões muito longe de obedecerem às condições de higiene, de luz e de conforto.” Em 1928, depois de terem sido melhoradas significativamente as condições de trabalho dos alunos, a percentagem reduzia-se para 12,27%; v. Mário Moutinho, “Profilaxia da Cegueira”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1936, pp. 291–292.

1814 José de Paiva Boléo, “Causas de insucesso escolar” em *A Medicina Contemporânea*, Ano LXVI, nº 6, junho 1948, Lisboa, p. 225.

1815 “Sobre as profissões”, em Marie-Helene Piwnik, *O Anónimo, journal portugais du XVIII^e siècle (1752–1754)*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, pp. 211–212.

A questão das carreiras falhadas preocupava os educadores mais conscienciosos como foi o caso do professor Luís Carrisso, a quem “doía fundo que nada se fizesse de sistemático e sério para evitar as carreiras falhadas, porque lhe custava sentir o sacrifício duma mocidade entregue a profissões impostas por razões de família ou de fortuna, por errado cálculo de tendências, quando não por toleima ou diletantismo; o rapaz das médicas que devia ser mecânico, o de leis que tinha vocação para as belas-artes, o das letras que estava a matar para fazer pílulas¹⁸¹⁶...”

Paiva Boléo, reconhecendo não ser um especialista em programas de estudo, defende, no entanto, que o ensino deve ser menos intensivo e mais personalizado¹⁸¹⁷:

Em lugar de mais aulas, seria preferível turmas mais pequenas. O rendimento escolar seria muito maior. A redução das férias afigura-se-me mesmo uma medida antipedagógica.

Entende ainda que “a dispersão de espírito, o saltitar dum assunto para outro, o estudo a correr, apressado, de «chauffage», só para alcançar a menor nota possível, para passar, além de não ilustrar a inteligência e desenvolver as faculdades mentais, exerce sobre o psiquismo do aluno um traumatismo pernicioso¹⁸¹⁸”. Depois de uma análise bastante minuciosa apresenta um conjunto de “remédios contra o mal¹⁸¹⁹”: implementar um serviço eficaz de medicina escolar¹⁸²⁰; incutir nos

1816 António Macedo, *Da Academia do meu tempo aos estudantes de amanhã*, Livraria Internacional, Porto, 1945, p. 26.

1817 José de Paiva Boléo, “Causas de insucesso escolar” em *A Medicina Contemporânea*, Ano LXVI, nº 6, junho 1948, Lisboa, p. 226.

1818 *Idem*, pp. 227–228.

1819 *Idem*, pp. 228–231.

1820 A higiene escolar fazia parte das preocupações de alguns médicos portugueses desde, pelo menos, o último quartel do século XIX; v. Emygdio Pereira da Cruz, *Higiene das Escolas*, Dissertação Inaugural, Escola Médica do Porto, Typographia Occidental, Porto, 1879; Lopes Martins, *A evolução do ensino da higiene na Escola do Porto nos últimos cem anos*, I Centenário da Régia Escola de Cirurgia do Porto, Tipografia Marques, Porto, 1925. Num Congresso de Higiene Escolar em Londres, realizado em agosto de 1907, participaram, em representação de Portugal, os doutores Costa Sacadura e José Guilherme Pacheco de Miranda; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 3, julho 1957, p. 94. O papel do médico escolar como responsável pela higiene das escolas e pela saúde dos alunos era discutido entre os educadores; v. Ladislau Piçarra, “Higiene Escolar — O Papel do Médico Escolar”, em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 3, 15 fevereiro 1913, pp. 26–27. Em 1936, havia no programa curricular dos liceus uma cadeira de higiene com exame obrigatório; v. Fernando de Castro Pires de Lima, *Introdução a um*

alunos meios de auto-suficiência e independência, bem como o espírito nórdico do *fair-play*, do *humour* e do *self-control*; e, finalmente, tentar cortar pela raiz “a aspiração máxima dos portugueses de serem empregados do Estado, para depois se queixarem, e com razão, do patrão que lhes paga mal¹⁸²¹”.

Entretanto, a propaganda do regime de Salazar não se cansava de celebrar as melhorias conseguidas nos vários graus de ensino — uma tendência que já se observava nos anos que precederam o Estado Novo (Fig. 50) —, o que correspondia parcialmente à verdade¹⁸²² embora se pudessem sempre discutir os méritos ou deméritos desses números¹⁸²³. Em 1958, o orçamento para o Ministério da Educação Nacional era de 690 900 contos, enquanto os encargos portugueses com a NATO representavam 2 389 000¹⁸²⁴. Em 1966, Costa Pimpão, diretor da Faculdade de Letras de Coimbra, depois de apresentar dados estatísticos sobre a elevada frequência escolar revelando que “o Estado defronta uma situação culturalmente explosiva”, afirmava o seguinte¹⁸²⁵:

Demonstrado fica, parece-me, que a ascensão quantitativa à cultura pela instrução, nestes últimos quarenta anos, se verificou em todos os sectores em escala digna de atenção e que o exame dos números que traduzem o aumento populacional

Curso de Higiene Escolar, conferência proferida no salão nobre do Clube Fenianos Portugueses, em 2 de abril de 1936, p. 13. Apesar destes progressos no sistema escolar, em 1945 afirmava-se que “na construção das nossas escolas primárias nota-se mais a preocupação da arquitectura do que da higiene”; v. José Crespo, *A Higiene na Escola Primária*, 2ª edição ilustrada, edição do autor, depositário: a Bolsa do Livro, Lisboa, 1945, p. 16.

1821 José de Paiva Boléo, “Causas de insucesso escolar” em *A Medicina Contemporânea*, Ano LXVI, nº 6, junho 1948, Lisboa, p. 229.

1822 Rui Grácio, *Perspectivas Futuras*, coord. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 688.

1823 No que respeita ao insucesso escolar, um cálculo feito para o ano 1958–59 revelava que dos alunos que se matriculavam nos liceus apenas cerca de 50% completava o curso; dos que se matriculavam nas escolas técnicas esse número era de apenas 33%. Para tão grande insucesso, apontavam-se como causas, no primeiro caso: maus, excessivos e difíceis programas, professores incompetentes e exames deploráveis; no segundo caso, a causa principal seria a má situação socioeconómica das famílias; v. Delfim Santos, “Saúde Mental na Escola”, em *Obras Completas, III: Do Homem Da Cultura*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 239–240.

1824 Victor de Sá, *Sociedade e Cultura*, Livraria Victor, Centro Cultural do Minho, Braga, 1958, p. 23, nota 3.

1825 Costa Pimpão, “Panorama da Cultura Portuguesa”, em *Celebrar o Passado Construir o Futuro*, Ciclo de Conferências Promovido pela Comissão Executiva do 40º Aniversário da Revolução Nacional, Vol. II, Lisboa, 1966, p. 17.

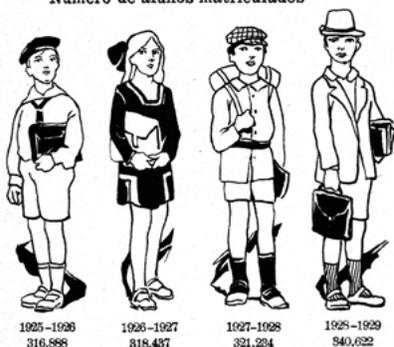
REPÚBLICA PORTUGUESA
 DIRECÇÃO GERAL de ESTATÍSTICA

XIII

INSTRUÇÃO

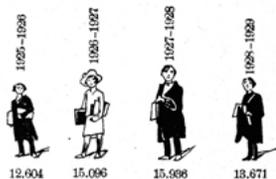
Instrução Primária

Número de alunos matriculados



Instrução Secundária

Número de alunos matriculados nos liceus



Ensino Técnico

Número de alunos matriculados nas escolas de ensino comercial e industrial



Escolas oficiais de ensino primário elementar existentes

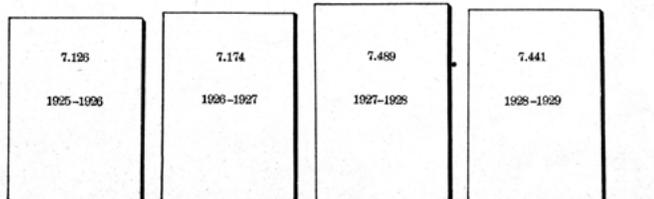


Fig. 50 Folha informativa sobre a educação em Portugal, referente aos períodos do Regime Militar (1926-1928) e da Ditadura Nacional (1928-1933) que precedeu o Estado Novo (colecção particular).

não chega para a justificar. Aquela afirmação de Ramalho Ortigão, em 1883, de que o nosso povo não sente a necessidade de aprender já perdeu bastante do seu fundamento, embora não se possa considerar de todo eliminada.

Até 1974, o ensino secundário manteve-se imutável nas suas grandezas e misérias. A partir da Revolução de Abril, sofreu reformas constantes, não conseguindo ainda atingir uma situação de estabilidade nem de qualidade reconhecida por todos. A Lei de Bases do Sistema Educativo, que abrange todos os graus de ensino e que, de acordo com a Constituição de 1975, é da competência da Assembleia da República, foi aprovada apenas em 1986¹⁸²⁶. No final de 2011, promoveu-se uma nova reforma com o objetivo de dar às ciências fundamentais e à experimentação a importância que tinham perdido ao longo de décadas, mas — dada a deterioração das condições de ensino, com professores desmotivados e cortes financeiros constantes — tais objetivos nunca foram suficientemente conseguidos. O empenho de muitos professores tem conseguido resultados educativos muito interessantes em algumas escolas portuguesas, mas tais resultados não se podem ainda generalizar a todo o país.

Exíguo Mecenato Educativo

O Estado português teve sempre grandes dificuldades em financiar o ensino oficial, e os donativos privados para apoio do ensino e da educação, embora pontualmente existentes, nunca atingiram valores realmente significativos no panorama nacional.

Os primeiros casos de mecenato educativo em Portugal surgiram no século XV. Rómulo de Carvalho afirma que nesse século algumas pessoas abastadas tinham a benemérita preocupação de promover os estudos e auxiliar estudantes pobres com os seus “catedais.” Por um documento de 1407, sabe-se que D. Mem Peres de Oliveira, deão da Sé de Évora, legou dinheiro para estudantes pobres e livros para os Estudos Gerais de Lisboa¹⁸²⁷. Como protetor da Universidade,

1826 Eurico Lemos Pires, *Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários*, Edições ASA, Porto, 1987.

1827 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p. 117.

provavelmente desde 1431¹⁸²⁸, o Infante D. Henrique aumentou os rendimentos dos Estudos Gerais ao anexar-lhes, com autorização papal, uma igreja de cada arcebispado e bispado. Forneceu ainda melhores instalações à Universidade e influenciou a reforma universitária de 1431¹⁸²⁹ no sentido de uma melhor formação académica na matemática, astrologia (astronomia), geometria, desenho, cartografia e meteorologia¹⁸³⁰, tendo em vista as aplicações destes conhecimentos nas explorações marítimas¹⁸³¹. Determinou lugares e horas para as lições e ordenou que fosse pintado um Galeno na aula de Medicina e um Aristóteles na de Filosofia¹⁸³². Segundo Joaquim de Carvalho, “D. Henrique fez uma verdadeira reforma universitária, porque, conservando as cátedras existentes, completou o ensino das artes liberais e criou o da filosofia natural e moral, ou por outras palavras, da filosofia de Aristóteles¹⁸³³”. O ensino do *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música) só adquiriu um caráter oficial com a reforma de D. Henrique, embora não existam documentos que demonstrem que o seu ensino se tenha iniciado de imediato¹⁸³⁴. Segundo alguns historiadores, o ensino da cadeira de Matemática na Universidade teve início nesta altura por ordem do Infante¹⁸³⁵, mas não há documentos conhecidos que provem que tal

1828 Para uma visão pormenorizada do papel do Infante D. Henrique como protetor da Universidade, v. A. Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Coleção Henriquina, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

1829 É desta data a promulgação dos primeiros Estatutos da Universidade. Uma descrição detalhada pode ler-se em Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Período Medieval”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922-1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, pp. 179–181.

1830 As cadeiras criadas na reforma do Infante D. Henrique foram a Retórica, a Aritmética, a Geometria e a Astrologia; v. A. Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Coleção Henriquina, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, pp. 66–67.

1831 Luís C. Nozes Tavares, *O Infante D. Henrique e os descobrimentos, sua prioridade, a protecção à Universidade, o “Príncipe do Mar” e a Igreja, algumas conclusões*, Edições Nozes Tavares, Braga, 1960, pp. 27–28.

1832 Luís de Pina, *Medicina e Médicos na História da Filosofia em Portugal*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto, 1955, p. 23.

1833 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Período Medieval”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922-1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 178.

1834 *Idem, ibidem*.

1835 António Ribeiro dos Santos, “Memórias Históricas Sobre Alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliários em Portugal, ou nas Conquistas”, em *Memórias de Literatura Portuguesa*, Vol. VIII, Academia Real de Sciencias de Lisboa, Officina da mesma Academia, Lisboa, 1812, pp. 152–153.

tenha efetivamente acontecido¹⁸³⁶. Através dos dízimos da ilha da Madeira, D. Henrique pagava ao lente da cadeira Prima de Teologia — cujo ensino era até então da responsabilidade única de escolas dos dominicanos e franciscanos — e deixou, em testamento, um fundo para que se continuasse esse pagamento¹⁸³⁷. Sob o protetorado do Infante, a Universidade de Lisboa alcançou um estatuto e uma organização que nunca antes tinha atingido. Por estas ações, D. Henrique pode incluir-se no reduzido número de mecenas que promoveram o ensino universitário.

Neste mesmo grupo de mecenas, pode figurar um contemporâneo do Infante, o Doutor Diego Afonso (Diogo Afonso de Mangancha)¹⁸³⁸ que, em 1447, deixou por testamento um legado para o estabelecimento de um colégio para universitários, mas impondo ao mesmo tempo um regulamento muito detalhado¹⁸³⁹. Justifica-se a transcrição parcial deste documento, pois através dele poderemos avaliar as condições reais de funcionamento de um colégio universitário no século XV¹⁸⁴⁰:

Eu ho Doutor Diego Affonso fazendo meu testamento [...] declaro Que Beranqua [Branca] Annes [primeira mulher, falecida] em seu testamento me leixou seus beens, com condiçom

1836 Marquez de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 77; José Maria Rodrigues, “O Infante D. Henrique e a Universidade”, em *O Infante D. Henrique, numero comemorativo do quinto centenário do seu nascimento*, Instituto de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, pp. 7–14.

1837 A. Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Coleção Henriquina, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, pp. 68–69; Luís C. Nozes Tavares, *O Infante D. Henrique e os descobrimentos, sua prioridade, a protecção à Universidade, o “Príncipe do Mar” e a Igreja, algumas conclusões*, Edições Nozes Tavares, Braga, 1960, p. 30; Marquez de Souza Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique, Primeira Conferência, Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, p. 84.

1838 Diogo Afonso de Mangancha foi um jurista famoso, mestre de Artes, lente de Decretais e embaixador régio.

1839 José Marques, “Livrarias de Mão”, em *Da Memória do Mundo*, Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, pp. 81–82.

1840 João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*, tomo II, Typographia da Academia das Ciências de Lisboa, 1810–1811, pp. 259–262; A. Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Coleção Henriquina, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, pp. 74–76.

que eu ffezese ho que ella comigo ffalara: ho que ella comigo, e eu com ella ffalamos, e acordamos asy he, que todos nossos beens ffosem estatuidos, e hordenados pêra hum Colegio, ffeito nas nossas cassas da morada da beira de Ssam Jorge, em nas quaes se recebessem dez Escolares proves de todo, e quatro Servidores, sem nunca teer azemella, nem besta, avendo pela renda dos dictos beens duas tavolas ao dia, sem outra consooada, nem cama, nem all, que nom for veguilia, e quando o ffor, huma tavola, e a noyte consoadada: e que os meus livros se posesem em huma Livraria per cadeas, dentro nas ditas cassas; e que todos os dias que nom lerem hum Capellam dos des huma Missa na dita Cappela, e todolos outros Escolares estem a ella, e a offiçiem, se ssoubere, e horem por nossas almas e de *Maria Dias* [segunda mulher] &c. Porem eu asy ho mando, convem a saber, que nas dictas cassas se hordenem dez camaras, e em ellas se armem dez leitos de madeira, e dez estudos, affora a ssalla, e cozinha, e despensa, e adega, e celeiro, pera pam e azeite, e a cassa pera dormirem os servidores: a estrebaria se alugue: E hy sejam recebidos a primeira vez dez Escolares jaa Gramaticos, e pasantes dez e seis annos; pêro se fforem Ssaçardotes, ainda que não sejam Gramaticos, e aprendam Gramatica, reçebanos per enliçom, sem ffrugito d'Oniversidade, e de Maria Diaz, sem Rey, nem Arcebispo, nem outro poderoso: e desses dez seja hum Reitor do Collegio, e receba toda a renda per ho Mordomo, e per ho Escrivvão, que seja houtro dos dez, e logo ho ffaçam ssaber aos oyto, que escrepvam também: a primeira vacaçom de cada mês de conta a todos, e nas outras vezes ho Colegio enleja hum, e a Oniversidade outro, os quaes se se provarem a enliçom nom valha: e quando algum houver de ser recebido primeiro traga a cama sua, em que ouver de dormir, e a leve quando se ffor; pero leixe a melhor peça que teuer pera ho Colegio: e se hy morrer, ho Colegio lhe ffaça a despessa da doença, e de enterramento, e aja pera si quanto hy tiver seu: e ainda ante que seja recebido jure cumprir sempre ordenaçõs e boons costumes do Colegio, e sempre lhe seer ffavoravel, e proveitoso, e qualquer estado que venha, e que per sua morte leixe alguma coussa ao Colegio: E cada Escollar começante Gramatica, e per

consequinte nas outras Ciencias, possa estar dez anos e ho que ja ffor Gramatico sete, e o que ja leixa a Logica cinco, e mais nom: e se alguum se lançar a ffolgar, sem continuar o estudo, à vista da Oniversidade e Colegio, seja lançado fora delle, sem nunca ja mais tornar: e ho que ffor Doutor, ou Mestre, ainda que seu tempo nom seja acabado, vase dy a cinco messees. Neste Colegio nunca possam seer recebidos ricus, barrigueiros, tafuys, bevedos, volteirus, guagos, nem doutros maaos costumes, peitudos, e de narizes tortos, buchechudos, que teem rossmaninhos nos rostos, ainda que sejam boons. Ho mantimento seja per esta guisa, no alqueire de pam se ffaçam vinte rações de poo de toda ffarinha, e nunca mais, e à messa se ponha a cada hum, quer seja moço, quer homem, huma raçom, e nunca mais, e ho que ssobejar a huns possam comer hos outros, a quem minguar, nem guarde algum ho que lhe ssobegar; mas ho mordomo apanhe a derradeira todo, e leve à despensa, e semelhante sse ffaça do vinho, que a cada hum ponham em sua pinta, ffeita por esta medida, mea canada de vinho meado de agua: da pytança, asy carne, como pescado, a despessa se ffaça per tal guissa, que nunca passe vinte reis cada dia, e se reparta per higual a grande, e a pequeno, Escolar, e servidor. Ho asentamento da messa seja como cada hum vier, ssalvo que ho Reitor tenha sempre a cabeceira, e diguase oraçom hordenada à entrada, e ssayda, com comemoraçam de nossas allmas: e ho Colegio proveeraa de mesas, banquos, cadeiras, mantees, pratees, escudellas, ssalsynhas, talhas, e panellas, espetos, greelhas, cuitelos de cozinha, e todos outros atavios cummuns. Os Servidores ssom estes, hum que seja Moordomo, e tenha as chaves dadega, e pom, e vinho, e carne, e lenha, e de todas as outras coussas, as quaes proveera por mandado do Reitor aos do Colégio, e alhuur nunca, reçoendoas, e distribuindoas per escripto: Outro Servidor seja o Conprador e Cozenheiro: Outro levador, acarregador da agua, e varredor, e levador das çuguidades à ribeira cumuys, e particulares: e estes tomem por ssoldada, pêro se alguus quigerem bem servir por tres annos, ssem ssoldada, possam di endiante ser espeitantes na primeira vagua de Sscolar, se nellas cabee, como susso dicto he.

E outros espeitantes nunca possam seer feitos per Papaa, nem Rey, nem Oniversidade, nem Colegio, nem per outra qualquer gissa que seja. Quando contenderem os de meu devido, ou os de Brranqua Annes, ou os de Maria Diaz, minha segunda molher, com outros, estes precedam, e antre sy estêm a emliçom, sse neles cabe, como dicto he. Pero Rui de Valldees, meu filho natural, possa ser no dicto Colegio, com seu Ayoo, aambos em huma Câmara, sete annos, recebendo ambos raçom do dicto Colegio, e Camaa e candeas, e de suas moredeas, e beens, se vestam, e calcem &c. e o al se lhe ponha em deosyto, e com esses duos nom pasem dez Escolares. E todo ho que ssobegar cada ano das rendes deste Colegio se ponha em deposito por escrito, pera repartimento das cassas e quarnimento dellas, e dos posissooes, e cassas dellas, e se tanto creçer o deosyto do Colegio, pera comprrar posysooes, e acrescentar Escollares. Os Reitores da Oniversidade possam tomar a conta ao Colegio, e costrangeer o Reitor delle, que comprem bem, e fulmine as posissooes, e acresçente nos Escolares, como susso dicto he.

O regulamento prossegue com a descrição dos bens do casal doador: herdades que abasteceriam o colégio com produtos agrícolas (pão, azeite e vinho)¹⁸⁴¹; pinhais que forneceriam madeiras e lenha; casas que podiam ser vendidas ou trocadas para aumentar as instalações do colégio; dinheiro e roupas para as camas; livros e apetrechos variadas. O resto dos bens que o testador possuía seriam repartidos, em partes iguais, entre si e a sua segunda mulher e o que a si pertencesse seria distribuído pelos herdeiros designados da maneira que indicava. Não é certo que o colégio tivesse efetivamente funcionado, mas, em 1459, as casas do doador foram substituídas por uma capela e todos os bens incorporados na Universidade¹⁸⁴².

1841 O vinho fazia parte integrante da alimentação dos portugueses, ao ponto de se ter afirmado que “foi bebendo vinho e comendo carne que se tornou forte a lusitana gente, resistência física indispensável para a gloriosa campanha da Índia, o sonho mais alto do sonho português!” v. Fernando de Castro Pires de Lima, “O Vinho na Terapêutica”, em *Quarto Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo IX, 8ª Secção: Ciências Médicas e Biológicas*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1944, p. 292. Os malefícios e benefícios do vinho, tal como eram avaliados no século XVIII por Bento Morganti, podem ler-se em “Utilidades do Vinho”, em Marie-Helène Piwnik, *O Anónimo, journal portugais du XVIII^e siècle*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979, pp. 429–436.

1842 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar–Cactano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p. 119.

Quatrocentos anos depois deste episódio, surgiram mais exemplos de mecenas mas, desta vez, para benefício do ensino básico. Desde 1847 António Feliciano de Castilho¹⁸⁴³ dedicou-se à promoção do ensino primário¹⁸⁴⁴, tendo proposto um método de ensino das primeiras letras, conhecido como “Methodo Portuguez-Castilho para o ensino rapido e aprasivel do ler, escrever, e bem falar¹⁸⁴⁵”, ou “método de leitura e escrita repentina¹⁸⁴⁶” que teve, no entanto, bastantes críticos¹⁸⁴⁷. A Academia de Ciências de Lisboa, da qual Castilho era sócio, deu um parecer desfavorável sobre o novo método, o que naturalmente desagradou ao autor¹⁸⁴⁸. Castilho difundiu a ideia de que a fundação de escolas primárias, para além de ser um dever do governo, era também uma obra de caridade, tão meritória como a fundação de asilos ou as doações à Misericórdia ou aos hospitais¹⁸⁴⁹. Foi Presidente da Associação Promotora da Educação Popular, que foi fundada em 1856¹⁸⁵⁰ e apoiava o funcionamento de algumas escolas primárias em Lisboa, estabelecidas com doações de benfeitores¹⁸⁵¹. Ao ter conhecimento que um certo capitalista tinha legado uma

1843 Thomaz Ribeiro, *Elogio Historico de Antonio Feliciano de Castilho, Visconde de Castilho*, Typographia da Academia de Ciencias, Lisboa, 1877.

1844 A. Forjaz, “Instrução Primária”, em *O Instituto, jornal scientifico e litterario*, Vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1853, pp. 217–219.

1845 António Feliciano de Castilho, *Methodo Portuguez-Castilho*, Obras Completas de A.F. de Castilho, 3 Vols., Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, Lisboa, 1908.

1846 Para “dar início à propaganda do seu método”, Castilho chegou ao Porto a 30 de agosto de 1854. O curso que iniciou no dia seguinte, destinado a professores primários, teve lugar na sede da Associação Industrial Portuense com a participação de 80 assistentes, alguns deles representantes da cultura portuense, mas nem um só era professor primário!... V. “Efemérides Portuenses”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 4, agosto 1953, p. 113; *idem*, nº 5, setembro 1953, p. 132.

1847 “Discurso preliminar da 4ª edição do methodo portuguez” em *O Instituto, jornal scientifico e litterario*, Vol. VI, 15 maio 1857, nº 4, pp. 38–40; A. F. de Castilho, “Discurso preliminar da 4ª edição do methodo portuguez Castilho” em *O Instituto, jornal scientifico e litterario*, Vol. VI, 15 agosto 1857, nº 10, pp. 109–115.

1848 A.F. Castilho, “Guerra ás primeiras letras”, em *A Semana*, Vol. II, nº 5, fevereiro 1851, pp. 53–55; *Idem*, nº 7, fevereiro 1851, pp. 77–79.

1849 Em todas as civilizações, criaram-se e mantiveram-se hospitais para o tratamento dos mais pobres e desprotegidos, por solidariedade ou caridade, mas também como defesa contra a propagação de doenças; v. Jorge Ramos, “A Ideia e a Criação do Hospital”, em *Cultura: Educação Popular, revista portuguesa de educação popular*, Ano III, nº 18, novembro/dezembro 1958, pp. 14–16.

1850 Julio de Castilho, “Memorias de Castilho”, em *O Instituto, revista scientifica e litteraria*, Vol. 49º, 1902, pp. 626–632.

1851 J.M. do Casal Ribeiro, A.F. de Castilho, *Cartas sobre as Escolas Populares*, a Beneficio das Escolas da Associação Promotora da Educação Popular mandou imprimir Manuel José Mendes, Typographia Universal, Lisboa, 1859.

elevada soma de dinheiro para obras de misericórdia, deslocou-se com os seus alunos ao palácio da respetiva viúva, solicitando-lhe que nesse legado fossem incluídas as escolas populares. Para seu desgosto, o pedido não foi atendido¹⁸⁵². É de referir que, nesta época, se criticavam os políticos por não se interessarem pela implementação do ensino básico. Em *O Jornal do Porto* de 1859 propriedade do cirurgião médico e deputado, Jozé Barboza Leão (1818–1888), pode ler-se¹⁸⁵³:

Infelizmente em Portugal, por via de regra, tanto maior é a importancia das couzas, tanto menor é a consideração que merecem dos poderes publicos; e com relação á instrucção primaria força é confessar, que se tem realizado esta triste verdade, que nos peza dizer. Os nossos estadistas tão cheios de ambição, tão avidos de gloria, ainda não souberão comprehender até hoje, que um dos monumentos mais grandiozos e indestructiveis que podião elevar á memoria das suas admnistrações, era a fundação de muitas e boas escolas de ensino primario, que ha tanto tempo em vão pedimos!

O governo e muitas instituições interessaram-se pelo novo método pedagógico de Castilho¹⁸⁵⁴ e surgiram alguns legados destinados à construção de escolas¹⁸⁵⁵, sendo de salientar o de 144 contos, deixado em testamento pelo Conde de Ferreira¹⁸⁵⁶ para a construção

1852 J. Sousa Mendes, “Notas sobre o ensino em Portugal no século XIX: Castilho e o ensino popular (conclusão)” em *Vértice*, Vol. XI, nº 95, julho 1951, pp. 332–333 (nota 51).

1853 “Instrucção primaria do sexo masculino”, em *O Jornal do Porto*, 1º Ano, 26 maio 1859, p. 1.

1854 “Rapport sur l’oeuvre de l’éducation populaire en Portugal”, em *Revista de Educação Geral e Technica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos)*, Série I, nº 2, janeiro 1912, Centro Typ. Colonial, Lisboa, 1911, pp. 140–145.

1855 Em 1872, Antonio José Fernandes Guimarães e Justino José Fernandes concederam ao município de Lisboa um donativo em dinheiro para a construção de uma escola primária constituída por 4 salas de aulas e habitações para 4 professores, na condição do governo contribuir com outro tanto e o município de Lisboa ceder o terreno; v. João Antunes de Guimarães, *Projecto de Lei “Casal da Escola”*, 1941 (manuscrito).

1856 O Conde de Ferreira, Joaquim Ferreira dos Santos, faleceu em 1866. O hospital que tem o seu nome foi criado no Porto, nesse mesmo ano, e inaugurado em 1883. Em 24 de março de 1904 foi inaugurada a sua estátua, obra do escultor Soares dos Reis, no jardim do hospital. O Conde de Ferreira angariou a sua enorme fortuna com o negócio da escravatura; v. Jorge Capela, *Conde de Ferreira & Cia*, Afródite, Porto, 2012; “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 11, março 1954, p. 351.

de 120 escolas^{1857,1858}. É de referir ainda a criação no Porto de uma escola industrial e duas primárias, tendo sido uma destas equipada com uma biblioteca, as quais foram financiadas pelo industrial Luís Ferreira de Sousa Cruz, conhecido como “O Cruz do Ouro” por ter sido o fundador, em 1864, da importante empresa industrial Fundação do Ouro na mesma cidade¹⁸⁵⁹. Como referimos previamente, o legado Alves Nobre, estabelecido em 1891, destinava-se principalmente a suportar a educação de 12 pensionistas pobres durante toda a sua formação, incluindo os estudos na Escola Médica, e somente o que restasse poderia ser usado para melhorar as condições de ensino e da investigação. Outros legados para o apoio escolar a necessitados foram surgindo pontualmente em várias localidades portuguesas por iniciativa de beneméritos locais¹⁸⁶⁰, mas o panorama mecenático geral era pouco animador¹⁸⁶¹. Numa carta dirigida a Luise Ey, Trindade Coelho afirmava em 1902¹⁸⁶²:

Ainda só houve um filantropo que fez da instrução objecto da sua filantropia *post mortem*: foi o Conde de Ferreira! O nosso

1857 Luís de Albuquerque, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, textos Vértice, Coimbra, pp. 226–227.

1858 Afirma-se que este legado se deve ao entusiasmo com que o Conde de Ferreira recebeu o decreto de 1866, da autoria de João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens (1824–1895), onde se estabeleciam as condições higiénicas a que deveriam obedecer as construções escolares; v. Ângelo Vaz, *Saúde Escolar e Avigoramento da Raça e Clínica Escolar*, Edição do Autor, Tip. da Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 9.

1859 Por este ato de benemerência, foi oferecida a Souza Cruz a Comenda da Conceição que rejeitou, porque “nem era riqueza que merecesse tanto, nem industrial que tão pouco valesse”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 4, agosto 1953, p. 126.

1860 F. Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, p. 24, nota 17; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 252–253; Alexandre M. Flores, António José Gomes: o Homem e o Industrial, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1991, pp. 89–95.

1861 Comparando com o que se passava em Inglaterra, por exemplo, o mecenato educativo português do século XIX era simplesmente ridículo. Em 1842, as duas universidades britânicas de Cambridge e Oxford gastavam um milhão de libras esterlinas por ano, enquanto as 21 universidades alemãs dispendiam entre 150 a 200 mil, e a instrução pública em França, entre 600 a 700 mil. Todo o orçamento das duas universidades britânicas provinha “de muitos legados que ha mais de seis seculos teem sido acumulados nestes dous estabelecimentos.” Tal era o despesismo destas universidades, que havia vozes a reclamar que o Estado deveria retirar-lhes algumas centenas de milhares de libras para promover a deficiente educação elementar do país; v. “Philosophia-Educação das Universidades da Alemanha e do Ensino Universitario da Europa, (British Scientific Repository)”, em *Revista Litteraria*, tomo 8º, 6º Ano, Porto, 1842, pp. 256–257.

1862 Viale Moutinho, “19 cartas inéditas de Trindade Coelho”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 11, abril–junho 1986, p. 47.

brasileiro é estúpido¹⁸⁶³, e quando quer *fazer figura* lembra-se da *Misericórdia* do Porto, ou doutra confraria ou irmandade religiosa, — e nem por sombras lhe passa pela cabeça a instrução!

A propósito de Campos Tavares — um raro benemérito que tinha deixado toda a sua fortuna à Associação das Escolas Móveis para que se acabasse com a analfabetismo no seu concelho¹⁸⁶⁴ —, Thomaz da Fonseca afirmava¹⁸⁶⁵:

Portugal é um paiz de indiferentes. Ou melhor, é um paiz de egoistas, que só cuidam e só se interessam por aquillo que possa trazer resultados immediatos, para poderem gosar ainda em vida, e no dia seguinte, quando não possa ser logo no momento. Não se leva a cabo uma obra altruista, um projecto de interesse colectivo, se essa obra, esse projecto não interessar, não der gozo aos que o executam ou mandam executar.

Perante a escassez de mecenas que apoiassem significativamente a educação pública, os políticos portugueses perceberam, no período final do regime monárquico, que era necessário criar condições que estimulassem o mecenato educativo. Em 1902 publicou-se o “regulamento para a arrecadação e emprego de donativos escolares¹⁸⁶⁶” assinado pelo chefe do governo Ernesto Hintze Ribeiro (1849–1907) (Fig. 51). Até março de 1905 tinham já sido recebidos donativos e legados a favor da instrução primária — incluindo dinheiro, propriedades, terrenos, materiais e serviço braçal — no valor de quase 310 contos de réis¹⁸⁶⁷. Em 1907, João Franco publicou um

1863 Este preconceito desenvolveu-se durante o período romântico em Portugal, mas naturalmente não correspondia à realidade; v. A. de Magalhães Basto, “Faça-se justiça ao ‘Brasileiro’ que o Romantismo tanto caluniou”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 8, dezembro 1958, pp. 225–228.

1864 “A Questão Campos Tavares”, em *A Instrução do Povo*, Ano III, 2ª Série, nº 2, janeiro–março 1909, Associação das Escolas Moveis, Lisboa, pp. 39–40.

1865 Thomaz da Fonseca, “Um Amigo do Povo”, em *A Instrução do Povo*, Ano III, 2ª Série, nº 2, janeiro–março 1909, Associação das Escolas Moveis, Lisboa, p. 37.

1866 “Regulamento para a arrecadação e emprego de donativos escolares. — Decreto de 20 de fevereiro de 1902”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, Ano IV, Fasc. I–VI, janeiro–junho 1905, pp. 351–363.

1867 “Donativos e legados a favor da instrução primaria, recebidos ou em via de recebimento desde 20 de

decreto que dava autonomia administrativa e pedagógica às escolas superiores, podendo assim receber doações, mas, alguns anos mais tarde, Agostinho de Campos comentava com algum desapontamento¹⁸⁶⁸:

Já lá vão nove anos bem contados, e não me consta nem creio que qualquer das nossas universidades, faculdades e altas escolas haja colhido de mortos ou de vivos (a não ser do estado, que é um morto-vivo muito pelintra) o mais coçado vintém de esmola e de incitamento.

Durante a primeira República, o mecenato educativo continuou em crise, e assim se manteve até aos nossos dias¹⁸⁶⁹. Houve, no entanto, algumas raras e honrosas exceções, como foi o caso de D. Francisca Barbosa de Andrade, que deixou, em testamento, um legado destinado à fundação de uma instituição de utilidade pública. Surgiu assim, em 1925, pela ação do Provedor da Assistência Lino Gameiro¹⁸⁷⁰, o Instituto de Orientação Profissional (I.O.P.) “Maria Luiza Barbosa de Carvalho”, nome de uma parente da referida benemérita¹⁸⁷¹. Foi seu primeiro diretor Faria de Vasconcelos (1880-1939), que foi também professor de pedagogia da Escola Normal Superior de Lisboa e realizou um interessante trabalho educativo, tendo sempre defendido as vantagens da escolha profissional baseada em critérios científicos¹⁸⁷². Em 1936, Alfredo de Ataíde, naturalista de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, elogiava a atividade do Instituto, divulgada regularmente através do *Boletim do*

fevereiro de 1902 até 31 de março de 1905”, em *Boletim da Direcção Geral da Instrução Publica*, Ano III, Fasc. IV-VI, abril-junho 1904, pp. 435-441.

1868 Agostinho de Campos, *Educar na Família, na Escola e na Vida*, 2ª ed., Livraria Aillaud & Bertrand, 1919, p. 347.

1869 Não serão feitas referências aos muitos prémios escolares — legados principalmente por professores após a sua aposentação ou morte — que eram destinados aos alunos que mais se distinguissem em determinadas disciplinas. Ainda hoje existem prémios deste tipo nas universidades portuguesas.

1870 Fernando Falcão Machado, *Mecenas*, separata da *Revista Labor*, nº 274, Lusitânia, Aveiro, 1969, p. 15.

1871 O Instituto de Orientação Profissional foi estabelecido pelos Decretos nº 10.986, de 31 de junho, e nº 11.176, de 24 de outubro, ambos de 1925, com base no referido legado à Provedoria da Assistência.

1872 Faria de Vasconcelos, “Como se escolhe uma profissão”, em *O Noticias Ilustrado*, Ano III, Série II, nº 138, 1 fevereiro 1931, pp. 20-22; Faria de Vasconcelos, “A Obra do Instituto de Orientação Profissional de Lisboa”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (1ª Série)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1933, pp. 35-52; Faria de Vasconcelos, *A escolha da carreira para os nossos filhos*, Lisboa, 1936.

*I.O.P.*¹⁸⁷³ Apesar de bem publicitada, a atividade do I.O.P. não era devidamente reconhecida pelo público em geral, nem sequer por pessoas instruídas, que manifestavam um grande “cepticismo a respeito da Psicotecnia¹⁸⁷⁴” ou Psicologia Experimental — uma técnica já muito difundida no estrangeiro¹⁸⁷⁵. Enquanto em Portugal apenas se contava “um laboratório psicotécnico para sete milhões de pessoas”, noutros países existiam às centenas^{1876,1877}. Em 1937, faziam-se no I.O.P. exames psicotécnicos aos internados da Tutoria Central da Infância de Lisboa, a alunos da 4ª classe das escolas primárias sob requisição dos respetivos diretores, aos pilotos da aviação naval e aos telemetristas. A seleção para profissões com exigências especiais não era, porém, obrigatória¹⁸⁷⁸.

A Fundação Calouste Gulbenkian foi a instituição privada que mais apoio mecenático deu à educação, tendo apoiado muitos estudantes através de bolsas de estudo nas áreas das Artes e das Ciências. A primeira categoria de bolsas destinava-se a alunos dos 2º e 3º ciclos liceais e de cursos médios e superiores, permitindo que muitos adolescentes e jovens tivessem a oportunidade de continuar os seus estudos¹⁸⁷⁹. A segunda categoria de bolsas destinava-se a estudos de pós-graduação: mestrados e doutoramentos¹⁸⁸⁰. A Fundação Calouste

1873 No 1º número do *Boletim* anunciava-se que o objetivo essencial desta publicação era “tornar conhecidos do público os fins que temos em vista, os métodos que empregamos para os alcançar e os resultados que conseguimos”; v. “Algumas palavras”, em *Boletim do Instituto de Orientação Profissional “Maria Luísa Barbosa de Carvalho”*; Ano I, nº 1, abril 1928, p. 1.

1874 Alfredo Ataíde, “A valorização da máquina humana”, Conferência proferida no salão nobre do Clube Fenianos Portuenses em 12 de junho de 1936, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª Série)*, Imprensa Social, Pôrto, 1942, pp. 82–83.

1875 A. Rocha, “Orientação profissional”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXVI, 1943, pp. 57–67.

1876 Alfredo Ataíde, “A valorização da máquina humana”, Conferência proferida no salão nobre do Clube Fenianos Portuenses em 12 de junho de 1936, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª Série)*, Imprensa Social, Pôrto, 1942, p. 84.

1877 Um resumo da história do movimento da Orientação Profissional pode ler-se em Rui Carrington da Costa, *Subsídios para a história do movimento da Orientação Profissional. Sua introdução no nosso país*, separata do *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, nº 7, Lisboa, 1946.

1878 Maximino Correia, “Valor médico e social da psicologia”, Conferência proferida no salão nobre do Clube Fenianos Portuenses em 12 de março de 1937, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª Série)*, Imprensa Social, Pôrto, 1942, pp. 447–448.

1879 O leitor não estaria certamente a ler este livro se o autor não tivesse beneficiado de uma destas bolsas durante vários anos.

1880 Jorge C.G. Calado, “Ciência”, em *Fundação Calouste Gulbenkian: Cinquenta Anos (1956–2006)*, Vol.

Gulbenkian apoiou ainda o ensino de outras formas, desde a publicação de revistas culturais e de livros didáticos e de referência a preços reduzidos a ações de promoção cultural no meio universitário e ações de estímulo à leitura entre os jovens, particularmente através das suas famosas bibliotecas itinerantes¹⁸⁸¹, criadas em 1957 sob a direção do escritor António José Branquinho da Fonseca (1905–1974)¹⁸⁸² (Fig. 52), cujas carrinhas fechadas percorriam as zonas mais remotas do país emprestando livros gratuitamente. Vinte e cinco anos mais tarde, as bibliotecas da Gulbenkian, móveis em número perto de 60 e fixas em mais de 180, serviam 60% da população portuguesa emprestando por ano mais de 4 milhões e 273 mil livros, a mais de 1,43 milhões de leitores¹⁸⁸³. Foi através destas bibliotecas que muitos jovens e adultos tiveram a oportunidade de ler livros diferentes dos escolares e que muitos deles ganharam o gosto pela leitura para o resto da vida. Este serviço manteve-se durante décadas, até ser integrado num serviço nacional bastante menos eficiente, que acabou por ser extinto em 2002.

Problemas na Universidade

No último quartel do século XVI, havia duas universidades em Portugal¹⁸⁸⁴ — uma em Coimbra e a outra em Évora¹⁸⁸⁵. Depois

II, coord. António Barreto, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007, pp. 121–125; António Névoa e Jorge Ramos do Ó, “Educação”, em *Idem*, pp. 23–33.

1881 António Névoa e Jorge Ramos do Ó, “Educação”, em *Idem*, pp. 33–69.

1882 Sobre a atividade cultural de Branquinho da Fonseca, v. *Boletim Cultural*, VI Série, nº 1, janeiro 1984, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, Fundação Calouste Gulbenkian.

1883 *Comemoração dos 25 anos das Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian* (folheto/cartaz), Beira Douro, s/d (1983).

1884 Esta situação manteve-se até ao encerramento da Universidade de Évora, em 1759, quando os jesuítas que a dirigiam foram expulsos de Portugal. De acordo com um manuscrito de 1722, além das duas universidades em Portugal, havia, nesta época, em “Hespanha trinta, e cinco. França 27. Alemanha inferior, e superior 30. Italia 23. Sicília duas. Inglaterra 3. Escócia duas. Irlanda huma. Índia oriental huã em Goa sojeita aos PP. da Comp^a. Em Mexico no novo mundo huã”; v. Simão da Costa Moutozo, *Exercício Curioso: Em que se contem varias, e graves noticias*, 1722, f. 182 b (manuscrito, coleção particular).

1885 D. Manuel I teve um plano para criar colégios universitários noutras cidades para além da Universidade de Coimbra: Lisboa (1508), Braga (1509), Guimarães (1512) e Évora (1520). Em Guimarães funcionou regularmente o Colégio da Costa de 1537 a 1550; apenas Évora acabou por ter a sua universidade já no tempo do cardeal D. Henrique; v. A. Moreira de Sá, *A Universidade de Guimarães no século XVI (1537-1550)*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.



Fig. 51 Hintze Ribeiro, político português do final da monarquia que, por diversas vezes, dirigiu o governo nacional (*A Paródia*, 11 julho 1900).



Fig. 52 Branquinho da Fonseca (Auto-retrato de 1932, *Porta de Minerva*, 1947).

de um período de alguma rejuvenescência e internacionalização^{1886,1887} promovidas por D. João III, a Universidade de Coimbra foi atacada pela febre inquisitorial e contra-reformista. Transformou-se na imagem da decadência do próprio país, oferecendo cursos tradicionais numa perspectiva pedagógica e científica medieval. A Universidade de Évora¹⁸⁸⁸ — fundada pelo cardeal D. Henrique em 1559 e entregue aos jesuítas¹⁸⁸⁹ — teve a proteção do cardeal, arcebispo da cidade¹⁸⁹⁰, e do próprio rei. Inicialmente, destinava-se a completar a formação dos religiosos, estando-lhes apenas vedado o ensino de Medicina, Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canónico. O seu plano de estudos compreendia um curso de primeiras letras (ler e escrever); sete classes de Latim e Retórica; um curso escolástico de Artes (Dialéctica, Lógica, Física, Ética, Metafísica, *Parvia Naturalia* e *De Anima*); três cátedras de Teologia, duas de Filosofia tomista, uma de Sagrada Escritura e duas de “Casos de Consciência” — uma oferta educativa que pouco se alterou durante dois séculos.

Segundo a opinião de Arnaldo Veiga Pires, perante os programas curriculares e educativos das duas universidades¹⁸⁹¹:

A nossa juventude era forçada a renunciar ao contacto fecundo com a natureza, à observação, à pesquisa, à experiência, para se entregar aos jogos silogísticos, a verbalismos esterelizantes da lógica e da metafísica. A verdade científica passou a ser estabelecida sobre argumentos, e não pelo convívio e estudo directo dos fenómenos das coisas. «O saber da experiência feito» transformou-se na vacuidade pedantesca do silogismo.

1886 Sobre os salários dos professores universitários, v. o interessante escrito do cardeal Cerejeira (M. Gonçalves Cerejeira), *Notas históricas sobre Ordenados dos Lentes da Universidade*, separata da revista *Biblos*, Vol. II, nº 12, Vol. III, nº 1, Oficinas da “Coimbra Editora, Lda.”, Coimbra, 1927, pp. 31–32.

1887 Aos professores estrangeiros, a Universidade pagava salários entre os mais elevados da Europa. Os alunos que se inscreviam na Universidade eram tantos que até se notava a falta de soldados. Por esta razão, as Cortes chegaram a pedir o encerramento temporário da Universidade; v. *idem*, p. 32.

1888 José Maria de Queirós Veloso, *A Universidade de Évora, Elementos para a sua História*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1949.

1889 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 66.

1890 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Século XVI”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, pp. 323, 324, 326.

1891 Arnaldo Cândido Veiga Pires, *A Ciência como Factor da História Portuguesa*, Edição do Rotary Club do Porto, Imprensa Social, Porto, 1959, p. 7.

Formados em universidades deste nível, e sem academias onde se cultivasse uma ciência mais desempoeirada, os portugueses, mesmo se o quisessem, não poderiam estar preparados para criar nem para receber sequer a ciência moderna. Não admira que estudos tão desinteressantes e inúteis tenham desviado a juventude portuguesa dos verdadeiros objetivos da formação universitária. Segundo Joaquim de Carvalho, os alunos da Universidade de Évora pertenciam à “classe bem-nascida, cobiçosa de uns títulos académicos, prodigamente dispensados, cuja fácil conquista se obtinha mais com a aparência do saber, que com o saber¹⁸⁹²”. Ávidos de ocupar os lugares burocráticos do Estado ou da Igreja, formaram-se, em Évora, entre 250 a 400 doutores por década, no período entre 1660 e 1717.

Em 1760, dez anos após a morte de D. João V, a percentagem de jovens universitários portugueses ultrapassava a de países como a Inglaterra. No ano letivo de 1765–1766 atingia-se na Universidade de Coimbra o número máximo de alunos inscritos em todo o passado da Universidade, totalizando 4629. No quinquénio de 1764 a 1769, houve 20 453 alunos matriculados, sendo de longe a Faculdade de Cânones a mais frequentada, com 16 398 alunos¹⁸⁹³. Como esta força intelectual não criou desenvolvimento no país, é natural concluir-se que a universidade estaria a formar parasitas¹⁸⁹⁴ em vez de homens que promovessem o desenvolvimento social. Nesta época, José Anastácio da Cunha (1744–1787) escrevia o seguinte¹⁸⁹⁵:

E a Universidade, perguntareis, que fazia durante cerca de três séculos depois de quinhentos? — Nada. Então toda a Europa era bárbara; quanto a nós, éramos ainda mais ignorantes que os restantes.

1892 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Século XVI”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 328.

1893 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 146.

1894 Graça Almeida Rodrigues, “Um Inquérito Novo às Velhas Universidades”, em *História*, nº 16, fevereiro 1980, pp. 45–52.

1895 José Anastácio da Cunha, *Notícias Literárias de Portugal 1780*, trad. Joel Serrão, Seara Nova, Lisboa, 1966, p. 55.

De acordo com algumas opiniões, os estatutos tiveram sempre uma grande influência no desempenho da Universidade de Coimbra. Comparando os estatutos de D. João III com os filipinos — decretados por Filipe I em 1597 e inspirados, segundo se diz, pelos jesuítas —, José de Arriaga (1848–1921), irmão de 1º Presidente da República Portuguesa Manuel de Arriaga (1840–1917)¹⁸⁹⁶, concluiu, em 1905, o seguinte¹⁸⁹⁷:

Enquanto a primeira [reforma de D. João III] divulgou os conhecimentos que levantaram o Portugal do mestre d’Aviz e de D. João II, a segunda [de Filipe I] procurou fazê-los esquecer, e converter o paiz em uma nação de servís e escravos, de supersticiosos, ignorantes, crédulos e beatos. [...]

A Universidade de Coimbra dos jesuítas matou todo esse Portugal que na Historia deixou paginas tão illustres e prestou grandes benefícios á humanidade e á civilização.

Os nobres portugueses abandonaram a espada pelo rosario; os navegadores fugiram dos mares para andarem penitentes nas igrejas; os paços reaes fecharam-se aos saraus litterarios e artisticos, dominando n’elles a mais profunda tristeza, e indiferença absoluta pelas sciencias, letras e bellas-artes. Os homens da corte beata abandonaram esses velhos costumes para se entregarem a rezas, a missas cantadas, a procissões e festas de igreja, a jejuns e penitencias.

A organização administrativa e as metodologias pedagógicas estabelecidas pelos estatutos filipinos teriam, assim, uma responsabilidade direta no estado de decadência universitária e científica de Portugal¹⁸⁹⁸. Era também esta a opinião de Joaquim de Carvalho¹⁸⁹⁹:

1896 Manuel de Arriaga foi reitor da Universidade de Coimbra entre 1905 e 1911, antes de ser eleito como o primeiro Presidente da República Portuguesa. Tinha uma posição anticlerical relativamente moderada.

1897 José d’Arriaga, *A Questão Religiosa*, Livraria de Alfredo Barbosa de Pinho Lousada, Porto, 1905, pp. 35–36.

1898 A verdade é que a maioria das universidades europeias do século XVI e XVII tinham um ensino tradicional muito semelhante ao que se praticava em Coimbra. Na verdade, a ciência moderna do século XVII nasceu e desenvolveu-se sobretudo fora das universidades; v. José Carlos Vilhena Mesquita, “O ensino universitário antes das reformas pombalinas”, em *História*, nº 52, fevereiro 1983, pp. 80–83.

1899 Joaquim de Carvalho, “Instituições de Cultura — Século XVI”, em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. III, II — *História da Cultura (1922–1948)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, pp. 322–323.

O século XVII é unanimemente considerado um século de decadência universitária entre nós, e como causas apontam-se em geral a decadência política da Nação, a excessiva influência eclesiástica e a competição dos jesuítas. Sem contestar o alcance destas razões, parece-nos no entanto que a decadência resultou principalmente da própria organização universitária e dos métodos de ensino. [...]

Com tais métodos de ensino e planos de estudo a originalidade tornou-se aberração e a renovação de ideias, heresia; e porque a vigência dos estatutos filipo-joaninos se prolongou integralmente até à reforma pombalina, a vida universitária oferece o espectáculo de inércia e da carência de ideias científicas.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra¹⁹⁰⁰ foi delineada na sequência dos estudos da Junta de Providencia Literária, criada em 1770 e cujo objetivo principal era examinar as causas que levaram à decadência da Universidade — onde continuava a ser enorme a influência de Aristóteles na Filosofia e de Hipócrates e Galeno na Medicina —, e seguidamente propor as necessárias medidas corretivas. A Junta chegou à conclusão de que a decadência resultava sobretudo da influência maléfica do ensino jesuíta, sugerindo que se fizesse uma reestruturação, que o Marquês efetivamente implementou e impôs autoritariamente¹⁹⁰¹. Há quem pense que a Reforma, mais do que a obra de um homem, foi a obra de uma geração, pois que “o que ela proclama, não é um sentimento de inimizade, mas uma vitória do racionalismo oitocentista sobre uma Escolástica envelhecida e inútil¹⁹⁰²”.

1900 Foram criadas a Faculdade de Matemática e a de Filosofia, mantendo-se a de Teologia, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina.

1901 D. José promulgou os novos estatutos da Universidade por Carta de Roboração de 28 de agosto de 1772, e, em 25 de setembro, mandava suspender a antiga legislação universitária. O Marquês encontrava-se desde 22 de setembro em Coimbra com poderes de vice-rei, para garantir que a mudança ocorreria com toda a normalidade. Aí permaneceu até 24 de outubro; v. “Notícias sobre a Reforma da Universidade feita pelo Senhor Rei D. José I”, em *Museu Litterario, Util e Divertido*, nº IV, Impressão Regia, Lisboa, 1833, pp. 116–128; J.M. de Abreu, “Diário. Do que se passou na Universidade de Coimbra, quando a ella veiu para a sua nova fundação o Marquez de Pombal, como Logar Tenente e Plenipotenciario d’el Rei D. José I., em setembro do anno de 1772”, em *O Instituto, jornal scientifico e litterario*, Vol. I, 1853, pp. 110–113, 121–125; Fortunato de Almeida, “O Marquês de Pombal em Coimbra”, em *O Instituto, revista scientifica e litteraria*, Vol. 64º, nº 5, maio 1917, pp. 227–231; Carlos Jaca, “Pombal e a Universidade: Diário de Visita do Marquês a Coimbra”, em *História*, nº 92, junho 1986, pp. 70–82.

1902 Luís Albuquerque, *As Ciências Exatas na Reforma Pombalina do Ensino Superior*, separata dos n.ºs 52, 53 e 54 de *Vértice*, p. 22.

O Marquês de Pombal decretou novos estatutos para a Universidade em 1772 e tentou introduzir no ensino a modernidade que reconhecidamente lhe faltava. Além das mudanças nas faculdades já existentes — como, por exemplo, a introdução oficial dos métodos de Boerhaave na Medicina —, a reforma criou a Faculdade de Matemática¹⁹⁰³ e a Faculdade de Filosofia^{1904,1905}, tendo ainda lançado as bases para o estabelecimento de institutos anexos: Laboratório Químico, Gabinete de Física Experimental, Jardim Botânico, Museu de História Natural, Observatório Astronómico e Teatro Anatómico, cujo objetivo era promover o ensino experimental¹⁹⁰⁶, como se fazia, aliás, nos países europeus mais evoluídos¹⁹⁰⁷. Além destas alterações na Universidade, a reforma induziu mudanças no ensino ministrado nos colégios das ordens religiosas que permaneceram em Portugal após a expulsão dos jesuítas. Em 1774, os frades da Ordem Terceira de S. Francisco solicitavam a D. José a aprovação do novo plano de estudos dos seus cursos filosófico e teológico, de acordo com as novas orientações dos estatutos da Universidade¹⁹⁰⁸. El-rei congratulava-se com o facto de

1903 Enquanto os lentes não publicavam em latim as suas lições — como era exigido pelos Estatutos de 1772 —, foram adotadas para a Faculdade de Matemática as seguintes obras: *Elementos* de Euclides, *Compêndio de Cálculo* de Bezout, *Mecânica* de Marie e *Compêndio de Astronomia* de La Caille; v. Rómulo de Carvalho, “Sobre os compêndios universitários exigidos pela Reforma Pombalina”, em *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, nº 9, 1963, Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, p. 947.

1904 Susana Boloto e Décio Martins, “A Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra: O antes e o depois de República”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, p. 1385–1390.

1905 Para a Faculdade de Filosofia foram adotadas as seguintes obras: *Compêndio de Lógica, de Metafísica e de Ética* de Genovesi, *História Natural de Linneu* e *Compêndio de Física Experimental* de Musschenbroeck; v. Rómulo de Carvalho, “Sobre os compêndios universitários exigidos pela Reforma Pombalina”, em *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, nº 9, 1963, Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, p. 947. Em 1791, foi eliminada a cadeira de Filosofia Racional e Moral na Faculdade de Filosofia; v. Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 168.

1906 Miguel Arthur, “O Ensino Prático na Reforma de Pombal”, em *Revista Científica*, Livraria Universal de Magalhães & Moniz — Editores, Porto, 1882, pp. 253–263.

1907 O movimento europeu de renovação universitária tinha já sido iniciado no princípio do século XVIII, tendo-se reconhecido que as universidades deveriam fazer investigação científica — uma atividade que era realizada tradicionalmente nas academias das ciências. A Universidade de Göttingen (1734), na qual se integraram uma biblioteca, um hospital e um jardim botânico, foi o primeiro exemplo deste tipo de escolas superiores. Seguiram-se-lhe, durante o século XIX, as universidades de Berlim, Breslau, Bona e outras, por toda a Europa. Este modelo orientado para a investigação científica, que o Marquês tentou instalar em Coimbra, não se desenvolveu verdadeiramente entre nós antes de meados do século XX.

1908 *Alvará, por que Vossa magestade há por bem approvar, e confirmar o Plano de Estudos, ordenado para os Religiosos da Terceira Ordem da Penitência; na forma que nelle se declara*, 5 de janeiro de 1774. Segue-se o referido plano de estudos, intitulado *Metbodo, pelo qual se bão de observar litteralmente na Provincia da Ordem Terceira de S. Francisco nas disposições dos Cursos Filosofico, e Theologico, como se acham determinados*

o “Ministro Provincial, e Definitorio dos Religiosos da Terceira Ordem da Penitencia” desejar “promover na sua Congregação aquelles bons estudos, com que se adquirem as luzes da verdadeira sciencia¹⁹⁰⁹”.

Apesar do ímpeto reformista do Marquês de Pombal, as mudanças acabaram por ser lentas e muito limitadas, em alguns casos, e inexistentes noutros. Por isso, no princípio do século XIX, começaram a surgir novas críticas de vários quadrantes contra o persistente atraso do ensino universitário português^{1910,1911}. Os estatutos pombalinos da Universidade mantiveram-se, porém, quase incólumes, tendo sofrido apenas ligeiras modificações¹⁹¹². A ausência de reformas não se deveu, porém, à falta de homens competentes para a fazer, como comprova o comentário do presidente norte-americano Thomas Jefferson sobre o abade José Correia da Serra¹⁹¹³:

A aprovação que fez o snr. Corrêa da Serra do plano e princípios da nossa universidade [Universidade de Filadélfia], me lisongeia mais do que a de todos os outros elogiadores; porque nenhum outro se póde comparar com elle em sciencia e em comprehensiva extensão de luzes.

Amorim Ferreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, afirmava em 1960 que Jefferson teria ainda dito que Correia da Serra era “talvez o homem mais culto do mundo, não só em livros, mas também nos homens e nas coisas¹⁹¹⁴”.

nos Estatutos da Universidade de Coimbra com proporção aos estudos, exercicios, e economia daustal da mesma ordem, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1774.

1909 *Idem*, p. 1.

1910 Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984, pp. 23–25.

1911 São variadas as razões que explicam este relativo insucesso da Reforma Pombalina. Entre elas encontram-se certamente a falta de meios financeiros e a má vontade ou inércia de muitos intervenientes ligados à política, religião e própria universidade.

1912 Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984, p. 35.

1913 Julio Mattos, *José Corrêa da Serra, Plutarcho Portuguez*, Vol. I, Julio Costa, Emilio Biel e C^ª, Porto, 1881, p. 70.

1914 *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXXII, maio a junho 1960, p. 138.

Com as reformas liberais do século XIX — inspiradas no modelo napoleónico e ignorando totalmente o movimento reformista alemão —, a universidade manteve a sua má tradição pedagógica e adquiriu os defeitos do centralismo^{1915,1916}. Em meados do século XIX, como afirmou Teófilo Braga, “o meio académico era esterilizante: os lentes, como o Neiva, o Ruas, o Paes, o D. Frederico, Mexia, Padre Carvalho, Joaquim dos Reis, Bernardino Carneiro, representavam a tradição viva do pedantismo das Universidades da Idade Média na sua gravidade doutoral¹⁹¹⁷”. Perante a importância crescente das ciências básicas — como as ciências naturais, a química e a física — e a necessidade de apoiar o desenvolvimento industrial, a Faculdade de Filosofia tentou introduzir alguma modernização no seu ensino, adotando o modelo alemão a partir da segunda metade do século XIX. Estes esforços de renovação não foram, porém, suficientemente atendidos pelos governos¹⁹¹⁸, e por isso não alcançaram os resultados desejados¹⁹¹⁹. Em 1884, Ricardo Jorge, depois de resumir os passos que era necessário implementar para se conseguir uma formação médica adequada de base científica, acrescentava¹⁹²⁰:

Que o vastissimo corpo das outras sciencias, das mathematicas á sociologia, evoluta d’um modo correlato, — que nos gabinetes de physica os instrumentos passem de simples amostras

1915 José de Matos Sobral Cid, “Oração de Sapiência do ano lectivo 1907–1908 na Universidade de Coimbra”, em *Obras Completas de José de Matos Sobral Cid*, Vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 299–328.

1916 Contra o centralismo de tradição francesa manifestava-se frontalmente Alexandre Herculano, um historiador fortemente influenciado pela cultura alemã. Lamentava que, em Portugal, a vida local e política estivesse moribunda e que a autonomia municipal se tivesse atrofiado, e comentava: “o povo, em vez de se ajudar a si proprio, espera e receia tudo do governo, tudo lhe pede, até o impossível, amaldiçoando-o depois”; v. Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, *Elogio Historico de Alexandre Herculano*, Herculano na Alemanha, Empresa da Historia de Portugal, de Schaefer, Porto, 1910, pp. 30–31.

1917 Theophilo Braga, *João de Deus, esboço biográfico*, Portugal-Brasil Sociedade Editora, Lisboa, s/d., p. 12

1918 Isabel Malaquias e Vitor Bonifácio, “À procura da modernização — dinâmicas no ensino e investigação em Física na Universidade de Coimbra (1856–1876)”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1049–1060.

1919 Embora teoricamente houvesse bastantes saídas profissionais para os alunos que completassem o curso de Filosofia, no qual se estudavam as ciência naturais e exatas, na prática isso não acontecia devido ao atraso do país. Talvez por essa razão o número de alunos fosse sempre bastante reduzido, embora superior ao da Faculdade de Matemática; v. Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880–1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, pp. 65–67.

1920 Maximiano Lemos, *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 1º Ano, 1883, Deposito Geral: Campos & Godinho, Porto, 1884, p. v.

a machinas d'investigação, e nos laboratorios de chimica não repousem a balança e a retorta, — que a historia natural saia do circulo esteril d'amador curioso, e se porfie em explorações serias de geologia, mineralogia, botanica e zoologia, — que a biologia se installe, criando-se gabinetes e trabalhos d'anatomia e physiologia comparadas, — que emfim os estudos sociaes, economicos e philosophicos, devidamente orientados e potentes, assumam o papel dirigente e subordinador que lhes cabe, — e estará fundada de facto e de direito a sciencia portugueza.

E, mais à frente, afirmava¹⁹²¹:

O ensino practico, as lições de cousas, todos esses bellos methodos de pedagogia moderna — practica intuitiva ratificada pela analyse psychologica positiva da theoria do conhecimento — tudo isso é entre nós descurado da maneira mais barbara e vergonhosa. Todo esse conjunto brilhante de condições adequadas á boa e facil transmissão do saber, chega a despresar-se até á ultima — demonstrações, experiencias, observações, projecções e até schemas e figuras na lousa. [...] E depois de tanto progredir na sciencia e na technica didactica — incommoda dizel-o — a escolastica, enthronisada entre nós pelo jesuitismo, é ainda o fundo do ensino, e sobre a cathedra adeja ainda a roupeta negra dos mestres da Companhia.

Agostinho de Campos relata a sua experiência como estudante de Coimbra entre 1887 e 1891, destacando o ambiente social fechado da cidade e a pouca preparação que os estudantes adquiriam para a vida que os esperava após terminarem o curso¹⁹²²:

Tinha a impressão [quando acabei o curso] de não saber nada que merecesse em paga um pão e uma sardinha... E todavia a Universidade aprovou-me sempre e sem discrepância — *nemine discrepante* — ao fim de cada um dos

1921 *Idem*, p. xi.

1922 Agostinho de Campos, *Universidade e Educação*, conferência feita no C.A.D.C. aos 29 de março de 1936, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1936, p. 14.

cinco anos em que cursei. Crítica fácil: A culpa não fôra minha! Que universidade era essa, que em cinco anos não conseguira fazer de um aluno regular nada mais que um tímido e um desasado?! No entanto, ao mesmo tempo que formara este advogado falhadíssimo, a Universidade produzira outros [...] que brilharam e ainda brilham no fôro. Afinal a culpa era minha!... Assim o tive por entendido e certo.

Em 1894, um professor de Teologia da Universidade de Coimbra referia-se à preparação dos estudantes no final dos seus cursos nestes termos¹⁹²³:

Ah! Senhores, é uma dôr d'alma ver que a juventude, que deverá sahir sempre das escolhas com o espirito cheio de vigor, com a inteligencia preparada para novas e mais avançadas especulações scientificas, com o coração desanuviado e prompto para as mais generosas dedicações, por vezes sahe daqui pouco menos que balda de todas essas preciosidades e adoraveis qualidades.

Até ao século XX, a Universidade continuou a ser acusada de dar uma preparação deficiente aos seus alunos e de ser um dos setores mais estáticos e conservadores do sistema de ensino em Portugal¹⁹²⁴.

Com a implantação da República, o ensino superior sofreu uma profunda reforma e foram criadas duas novas Universidades, em Lisboa e no Porto. Alguns anos passados sobre esta reforma, a Universidade de Coimbra manifestava ainda uma atitude reacionária e antirrepublicana¹⁹²⁵ (Fig. 53). Favoreciam esta situação os escândalos

1923 Francisco Martins, *Religião e Ciencia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1894, p. 26.

1924 Rogério Fernandes, "História das Inovações Educativas (1875–1936)", em *A História da Educação em Espanha e Portugal*, ed. A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Española de Historia de la Educación, Lisboa, 1993, p. 165.

1925 A resistência aos ideais da República talvez tenha sido a causa do afastamento de funcionários universitários por motivos políticos que ocorreu em 1915 e atingiu José Caetano Lobo de Ávila e Silva Lino, Rui Enes Ulrich, Manuel da Costa Alemão e outros. O mesmo motivo poderá justificar a suspensão de quatro professores de Direito em 1918. Na sequência do fracasso da insurgência monárquica de 1919, quatro professores simpatizantes da monarquia foram suspensos por serem considerados inimigos das instituições republicanas: Magalhães Colaço, Carneiro Pacheco, Fezas Vital e António de Oliveira Salazar!... Após a realização de uma sindicância à Universidade de Coimbra, nada se provou contra estes professores, pelo que foram readmitidos ao serviço. Todos eles publicaram em sua defesa um folheto a que deram o mesmo



Fig. 53 “Teimosia Universitária” (*O Seculo Comico*, 31 março 1919).

e a instabilidade social, que os monárquicos tentavam politicamente aproveitar¹⁹²⁶. Em 1919, surgiram intensas polémicas¹⁹²⁷ e acontecimentos políticos de alguma gravidade¹⁹²⁸ que levaram o governo a extinguir a Faculdade de Letras¹⁹²⁹ criada na reforma republicana e herdeira da estrutura e do corpo docente da extinta Faculdade de Teologia. Durante o período da ditadura (1926–1932) instalada em 28 de maio de 1926, a maioria do corpo docente da Universidade de Coimbra, politicamente conservadora, aderiu com naturalidade ao novo regime. Os estudantes, pelo contrário, realizaram várias lutas manifestando-se contra o novo sistema político¹⁹³⁰. A posição dos professores de Coimbra foi severamente criticada por um conjunto de jovens intelectuais que se encontravam muito ligados ao movimento da Seara Nova¹⁹³¹ e fundaram a “Renovação Democrática.” A controvérsia chegou a adquirir carácter insultuoso.

A Renovação Democrática foi organizada em 1932, em Lisboa, por um grupo de jovens como Delfim Santos, Adolfo Casais Monteiro, Domingos Monteiro, Eduardo Salgueiro, Pedro Veiga e António Alvim, liderados por Álvaro Ribeiro — vários deles condiscípulos na

título *A minha resposta*; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 308–309, 313, 314; António de Oliveira Salazar, *A minha resposta*, Tipografia França Amado, Coimbra, 1919; Domingos Fesas Vital, *A minha resposta*, Tipografia França Amado, Coimbra, 1919; João Maria Tello de Magalhães Collaço, *A minha resposta*, Tipografia França Amado, Coimbra, 1919; António Faria Carneiro Pacheco, *A minha resposta*, Tipografia França Amado, Coimbra, 1919.

1926 *A Obra da República (separata do jornal A Monarquia de 6 de outubro de 1919)*, Tip. Soares & Guedes Ltd., Lisboa, 1919.

1927 Orlando Marçal, *A Questão Universitária*, Livraria Central-Editora, Lisboa, 1919.

1928 Aurélio Castro, *Infâmias!...*, Tipografia Abreu, Porto, 1920.

1929 Num manifesto o Senado da Universidade rejeitou as acusações de que a Faculdade de Letras era alvo e exigiu desagravo; v. *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Tipografia França Amado, Coimbra, 1919; Fernando Mendonça Fava, *Leonardo Coimbra e a I República, Percurso Político e Social de um Filósofo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, pp. 82–84.

1930 Cristina Faria, *As Lutas Studentis contra a Ditadura Militar (1926–1932)*, Edições Colibri, Lisboa, 2000; *A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra (folheto estudantil republicano)*, Coimbra, 1930.

1931 Nesta altura, o grupo da Seara Nova tinha iniciado a sua ação política e social contra a 1ª República e, mais tarde, tomou posições contra o Estado Novo. Deste grupo fizeram parte Raul Proença, António Sérgio, Teixeira Gomes, Emílio Costa e outros; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 324.

Faculdade de Letras do Porto, encerrada em 1928¹⁹³² —, que refletiam sobre a democracia e a sua organização prática numa época em que já se antevia a institucionalização do Estado Novo¹⁹³³. Assumia-se como um “grupo de propaganda dos ideais democráticos e das instituições que os devem servir.” Os seus adversários apresentavam-na como “um alfobre de pobres diabos [...] chafarica que se soltou da órbita dos bonzos da *Seara Nova*.” Os jovens da Renovação Democrática eram tratados como “meninos”, “catraios”, “malcriados”, e “ignorantes como não há outros” e deles se dizia: “Chegaram ontem à vida, e ainda de cueiros mal amanhados, de chupeta na boca, barrigudos e bambos, desatam a dar sentenças, a traçar directrizes, a julgar homens e sistemas, tomados duma fedúncia que causa hilaridade...” Contra os professores da Universidade de Coimbra, surgiram algumas brochuras da Renovação Democrática, como *O Suicídio dos Catedráticos de Coimbra* (1933), de Eduardo Salgueiro, ou *A Crise da Universidade* (1933), de Lobo Vilela. De imediato, saíram a lume folhetos de defesa e contra-ataque como, por exemplo, *O Problema Universitário em Portugal*¹⁹³⁴, da Editorial Vanguarda, conotada ao Estado Novo. Neste folheto, reconhecia-se a necessidade de reformar a Universidade, mas pugnava-se por uma reforma feita como lá fora, por pessoas competentes, e não como se tentava fazer em Portugal, onde “todo o zaragateiro mais ou menos jornalista se considera capaz de o tentar, discutir e... resolver.” E acrescentava-se¹⁹³⁵:

O problema universitário é muito complexo, e a solução que se lhe dá é condicionada pelo ponto de vista ideológico em que nos coloquemos. Num país como o nosso, profundamente

1932 Sobre o ambiente pedagógico na Faculdade de Letras do Porto, muito participativo entre estudantes e professores (Leonardo Coimbra, Teixeira Rego, Aarão de Lacerda, Newton de Macedo e Luís Cardim), v. Delfim Santos, “Na Primeira Reunião dos Antigos Alunos da Faculdade de Letras do Porto”, em *Obras Completas, III: Do Homem Da Cultura*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 59–63.

1933 Grupo Renovação Democrática, *A Organização da Democracia — Manifesto Político*, Editorial R.D. [Renovação Democrática], 1933.

1934 Este opúsculo foi elogiado pela revista jesuíta *Brotéria*; v. “Bibliografia. I. Portuguesa. O problema universitário em Portugal”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XIX, 1934, p. 53.

1935 *O Problema Universitário em Portugal*, Editorial Vanguarda, Sociedade Industrial de Tipografia Lda., Lisboa, 1934, p. 6.

e largamente anarquizado pelo choque das opiniões mais disparatadas e das paixões mais excessivas, onde todos nós andamos fora dos nossos logares, pois somos tudo, e só nas horas vagas somos da nossa profissão; num país assim, não há maneira de dar solução eficaz ao problema universitário [...].

Nesta perspetiva “vanguardista”, apregoava-se ainda a necessidade de orientar as universidades para o serviço da Nação¹⁹³⁶:

A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que pôr as suas actividades, todas as suas canceiras, ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo, ela tem que ser nacionalista e não internacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática. Tem que ser uma Universidade nova, com horizontes novos, porque é dentro do Estado Novo que actua, e para servir a Nação, através dele.

Instalado e robustecido o Estado Novo, a Renovação Democrática foi dissolvida em 1934¹⁹³⁷ sem conseguir concretizar os ideais democráticos expressos no seu manifesto político¹⁹³⁸ nem realizar a publicação da sua projetada revista, *Rebelião*, da qual se programava a publicação de dez números — que constituiriam a 1ª série, intitulada *As negações* —, contra o cristianismo, o nacionalismo, a burguesia, o comunismo, o liberalismo, o academismo, o militarismo, a universidade velha, e números sobre a família e sobre a propriedade¹⁹³⁹.

O Decreto de 13 de maio de 1935, assinado pelo Ministro da Instrução Eusébio Tamagnini, professor da Faculdade de Ciências da

1936 *Idem*, p. 12.

1937 *Idem*, pp. 20–21; Orlando Vitorino, “Alvaro Ribeiro”, em *Nova Renascença*, Vol. 3, nº 9, outono 1982 e inverno 1983, pp. 27–32; *Número especial dedicado a Alvaro Ribeiro*, Nova Renascença, inverno 1993, Vol. 13, nº 48; Jorge Rivera, “Ciência e Universidade no ideário da ‘Renovação Democrática (1932–1934)’ Sumário”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, p. 1370.

1938 Grupo Renovação Democrática, *A Organização da Democracia — Manifesto Político*, Editorial R.D. [Renovação Democrática], 1933.

1939 *Idem*, p. 4.

Universidade de Coimbra, iniciou, de forma sistemática, o saneamento político dos serviços públicos de ensino, incluindo as Universidades. Com base neste decreto, foram afastados homens que realizavam investigação científica com alguma qualidade: Abel Salazar (fisiologista), Rodrigues Lapa (filólogo), Sílvio Lima (psicólogo) e Aurélio Quintanilha (biólogo).

As razões para estes saneamentos poderão encontrar-se nas atitudes desempoeiradas ou pouco conformistas dos visados, as quais obviamente não agradavam aos homens do Estado Novo. Aurélio Quintanilha¹⁹⁴⁰, por exemplo, tinha criado um grande mal-estar na Universidade de Coimbra, depois de ter afirmado, em 1933, numa conferência em Lisboa sobre o ensino superior, que “a Universidade não produz [...] porque o recrutamento dos elementos novos é feito pelos velhos, que seleccionam, à sua imagem e semelhança, pessoas com a mesma mentalidade e que não sejam elementos perturbadores.” Estas afirmações foram consideradas insultuosas pelo Senado e foram-lhe pedidos esclarecimentos que não foram considerados satisfatórios. Reuniu-se uma Assembleia Geral a 6 de maio para tratar do assunto, na qual Aurélio Quintanilha tentou clarificar o seu ponto de vista, afirmando que nunca fora sua intenção ofender a Universidade, o que serenou os ânimos e levou à aceitação das suas explicações. A reunião seguinte da Assembleia Geral, em 30 maio, destinada a aprovar a ata da reunião anterior, não foi, porém, pacífica, porque Aurélio Quintanilha recusou aceitar o conteúdo da ata, exigindo ter acesso aos documentos sobre os quais ela tinha sido redigida. Estes acontecimentos terão influenciado o seu afastamento do serviço e a aposentação forçada em 1935¹⁹⁴¹. O posterior e já referido decreto de 15 de julho de 1947, assinado pelo ministro Fernando Andrade Pires de Lima, acabou por dar um golpe profundo na atividade científica portuguesa ao sanear das universidades algumas das mais relevantes

1940 Aurélio Quintanilha, já como catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra, obteve formação complementar em Berlim durante três anos (1928–1931), com um apoio financeiro inicial bastante magro da sua Faculdade. Posteriormente, a sua situação financeira melhorou porque, além de bolseiro, era leitor de Português na universidade; v. “Relatório do Dr. Aurélio Quintanilha dirigido à Junta de Educação Nacional”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. II, nº 3, 1932, Universidade de Coimbra, pp. 181–184.

1941 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 349–351.

figuras da ciência nacional. O corpo docente universitário ficou mais pobre, mais incapacitado e mais receoso de promover as ações inovadoras que dele se esperariam. Resumindo, pelas mais variadas razões, nem a velha nem as novas universidades portuguesas conseguiram acompanhar, durante várias décadas do século XX, o desenvolvimento científico das universidades europeias.

Na década de 1940 iniciou-se a construção da cidade universitária de Coimbra¹⁹⁴², concebida, no seu plano geral, por Salazar. Este projeto foi posto em prática pelo ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco¹⁹⁴³. Desde então, as condições de trabalho melhoraram significativamente mas, em 1962, a Faculdade de Ciências continuava a clamar por reformas que lhe permitissem cumprir a sua missão de ensinar e investigar¹⁹⁴⁴. Devido à rigidez curricular imposta pelos sucessivos governos dirigidos por Salazar, observava-se, nesta época, uma total desadequação das matérias curriculares, uma situação que era urgente alterar. Perante “o progresso científico de colossal amplitude” entretanto observado no estrangeiro, “progresso a que os nossos legisladores têm resistido com espantosa obstinação”, reclamavam-se condições materiais, infraestruturais e humanas para realizar investigação científica¹⁹⁴⁵:

É urgente a reforma das Faculdades de Ciências, é urgente a adopção de providências com o intuito de aproveitar todos os valores nascidos em terra portuguesa de aquém ou de além-mar. E a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra julga-se no dever de repetir mais uma vez este apelo e muito respeitosa-mente o dirige ao magnífico Reitor, a quem pede que se digne transmiti-lo ao governo da Nação.

Estas aspirações reformistas eram exteriorizadas pelos universitários e por individualidades ligadas à investigação científica, à a

1942 *Idem*, pp. 363–364.

1943 Maximino Correia, *Ao Serviço da Universidade de Coimbra, 1939–1960*, Acta Universitatis Conimbricensis, Por Ordem da Universidade, 1963, pp. 131–132.

1944 *Relatório da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra 1961–1962*, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1962, pp. XL–XLV.

1945 *Idem*, p. XLV.

tividade intelectual, aos meios políticos da oposição¹⁹⁴⁶, à análise¹⁹⁴⁷ e à reforma geral¹⁹⁴⁸ da universidade¹⁹⁴⁹. Publicaram-se trabalhos detalhados e profundos sobre a desejada reforma¹⁹⁵⁰, mas a reforma das Faculdades de Ciências que permitia uma maior liberdade curricular¹⁹⁵¹ só chegaria em 1971 por decreto assinado pelo Ministro da Educação, Veiga Simão, durante o governo marcelista¹⁹⁵². Em 1973, foi estabelecida pelo mesmo ministro uma reforma mais geral para a universidade¹⁹⁵³, seguindo, aliás, com uma década de atraso, o movimento reformista universitário internacional¹⁹⁵⁴. A revolução de 25 de abril de 1974 deu um novo vigor a esta reforma e introduziu-lhe um elemento novo — a gestão democrática. Para além das licenciaturas e doutoramentos, as universidades portuguesas começaram a oferecer o grau de mestre a partir de 1980. Surgiram universidades privadas¹⁹⁵⁵ que complementaram a

1946 José Valle de Figueiredo, *Reforma Universitária e Política Académica*, Coleção Futuro-Hoje, Livraria Sampedro Editora, Lisboa, 1972, p. 5.

1947 *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969.

1948 João Porto, *Alguns problemas da Universidade de hoje*, Oração de Sapiência em 16 de outubro de 1940, separata de *Biblos*, Coimbra, 1941; J.M. da Cruz Pontes, *Alguns Problemas Actuais da Universidade Portuguesa*, Coimbra, 1969; J.P. Miller Guerra, A. Sedas Nunes, “A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, pp. 427–471; Ário de Azevedo, “Diagnóstico da Universidade Actual”, em *Seara Nova*, nº 1513, novembro 1971, pp. 5–8.

1949 Estas propostas assentavam num conjunto de ideias ou princípios gerais sobre o papel da universidade, que se foram estabelecendo na sociedade moderna do pós-guerra. Cruz Malpique resumiu-os no capítulo “Universidade e Cultura” em Cruz Malpique, *Uma Filosofia da Cultura — Aspectos Pedagógicos*, Livraria Ofir, Porto, 1962, pp. 186–192.

1950 J. Andrade e Silva, “A Reforma das Faculdades de Ciências e a Licenciatura em Física”, em *Seara Nova*, Ano XXXVII, nº 1367, setembro 1959, pp. 275–277, 285. Ao longo de vários números da *Seara Nova* foram publicados por Sant’Ana Dionísio diversos artigos intitulados “Acerca da Projectada Reforma das Faculdades de Ciências.” As ideias de Sant’Ana Dionísio podem ler-se em José Sant’Ana Dionísio, *Reforma das Faculdades de Ciências (Reflexões e Subsídios)*, Seara Nova, Lisboa, 1960.

1951 De acordo com o nº 2 do Artº 2º do referido Decreto-Lei nº 443/71, de 23 de outubro, “os alunos poderão inscrever-se em quaisquer outras disciplinas dos planos de estudo de bacharelatos diferentes do seu, desde que as considerem convenientes para a sua formação cultural e científica e desde que respeitem as normas estabelecidas por este diploma” — uma liberdade impensável alguns anos antes!... No Artº 18, abria-se a possibilidade do “funcionamento de cursos de línguas vivas e seminários ou ciclos de conferências sobre assuntos de cultura geral.” Abandonava-se assim o princípio da uniformidade na formação dos alunos e abria-se a porta às especializações.

1952 Decreto-Lei nº 443/71, de 23 de outubro de 1971.

1953 Stephen R. Stoer, “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou ‘disfarce humanista’”, em *Análise Social*, Vol. XIX, (77–78–79), n.º 3º, 4º e 5º, 1983, pp. 793–822.

1954 Xavier Pintado, *A Universidade e o Ultramar*, Lisboa, 1962, pp. 3–5.

1955 Em 1916, o pedagogo e poeta João de Barros entendia que o ensino universitário deveria estar fora

falta de resposta à enorme procura educativa. Posteriormente, foi implementada a nível europeu a reforma resultante do processo de Bolonha aprovado em Portugal em 1999, com a criação de licenciaturas mais curtas, mestrados e doutoramentos, levando à internacionalização do ensino universitário português. Presentemente, é consensual que o ensino universitário público apresenta uma boa qualidade, apesar das persistentes dificuldades organizativas e financeiras.

Inadaptação do Ensino Universitário e Inconformismo dos Estudantes

A formação de quadros, para o Estado e a Igreja, além dos médicos para tratar as doenças das pessoas era o objetivo da universidade medieval e assim se manteve em Portugal até praticamente ao século XX. No âmbito da reforma republicana, o objetivo da Universidade era formar pessoas com competências para o exercício de uma profissão liberal e para a investigação científica. Por isso, os professores universitários começaram a ter a obrigação não só de ensinar como também de investigar. Até ao último quartel do século XX — se acreditarmos nas afirmações de alguns analistas dessa época —, a universidade nunca esteve perto de cumprir nem uma nem outra destas suas competências¹⁹⁵⁶. Em 1932, Adriano Gonçalves da Cunha — assistente na Universidade de Lisboa e investigador no Instituto Rocha Cabral — apontava como uma das causas do “pequeno desenvolvimento da investigação científica entre nós” a orientação “seguida por muitas Escolas superiores do país”, cujo “ensino fradesco, catedrático, sintetizado pelo erróneo conceito de *magister dixit*, impede o professor de *descer* até ao aluno e este de *subir* até àquê¹⁹⁵⁷”. E acrescentava¹⁹⁵⁸:

da alçada do Estado. A razão era simples: “é um ensino que não serve a maioria dos cidadãos — e que pode viver à custa dos seus próprios rendimentos, assim como aumentá-los, sem que este aumento fira as classes menos ricas: — devia possuir autonomia completa, absoluta, mais ainda do que já possui”; v. João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, p. 126.

1956 Em 1960, apenas 1,2% da população ativa empregada tinha um curso superior. A frequência dos cursos de Engenharia e de Ciências Sociais e Económicas era notoriamente baixa.

1957 Adriano Gonçalves da Cunha, “A investigação científica em Portugal, no passado, no presente e no futuro, II.” em *A Terra, Revista de Sismologia e Geofísica*, nº 2, janeiro 1932, dir. Raúl de Miranda, Coimbra, p. 50.

1958 *Idem, Ibidem*.

O estreito critério da *sebenta*, livresco, anti-educativo e retórico, obriga o aluno ao servilismo intelectual, impede-lhe o desenvolvimento do raciocínio, corta-lhe as azas do pensamento. Há professores — e alguns conheci eu na minha carreira académica — que exigem a repetição *ipsis verbis* das definições e conceitos expostos nas aulas, como se o estudante fôsse uma simples grafonola tocando, com agulha já romba, o estafado disco da preleção magistral. E se o aluno tenta expôr por palavras suas ou apresentar uma idêa nova — não sabe, é atrevido, fica reprovado. Por isso o estudante, regra geral, estuda para passar, que não para saber; isso virá depois, na vida prática, tendo então a lutar contra a falta de orientação prática dos seus estudos.

No *Horizonte*, semanário cultural dirigido por Joel Serrão, enquanto ainda era estudante na Faculdade de Letras de Lisboa, pode ler-se o seguinte texto assinado por João Junior¹⁹⁵⁹:

Em Lisboa há milhares de estudantes mas não há *academia*. Há duas Universidades mas não existe *espírito universitário*. A *praxe*, a veneranda e medieval *praxe*, não tem servidores. A tradicional *queima das fitas* não tem significado. Os estudantes vivem separados, em ruas diferentes, em bairros diferentes. Não mantemos uma *conveniência académica*. Uma única instituição os une, os solidariza, os enlaça: a *Sebenta*. Só ela consegue êsse milagre admirável de os unir.

Alimento comum em Coimbra, em Lisboa e no Pôrto, a *Sebenta* é para os estudantes portugueses o traço de união indispensável, ao que parece, insubstituível.

Numerosos jovens, sedentos e inexperientes, lamentam-se da escravidão ao texto respeitabilíssimo que permanece inalterável pelos anos e pelos séculos. Descarada revolta essa. A *Sebenta*, na sua fixidez, é um símbolo.

1959 João Junior, "Ponto de Mira", em *Horizonte*, Ano I, nº 2, 2ª Série, 8 de março 1942, Lisboa, p. 1.

Em 1962, Teixeira Pinto, engenheiro civil e professor da Universidade do Porto, afirmava o seguinte¹⁹⁶⁰:

A Universidade funciona entre nós, de um modo geral, não como excitador, como centro dinamizador e criador de ciência e cultura, mas como simples transmissor de conhecimentos, nem sempre atualizados. Estamos tradicionalmente habituados a uma instrução toda livresca, toda desligada das realidades e das necessidades mais prementes. O nosso ensino consiste, de um modo geral, em sobrecarregar a memória dos estudantes de receitas que, uma vez utilizadas nos exames, são para deitar fora.

Procuraram-se as causas desta deficiência nos maus programas curriculares, bem como na má preparação e reduzida experiência dos professores.

Em 1916, Alfredo Bensaúde — organizador do Instituto Superior Técnico e seu primeiro diretor, entre 1911 e 1920¹⁹⁶¹ — achava que a investigação científica não deveria ser a componente mais importante na formação de um engenheiro, porque a atividade científica não se harmonizava com o baixo nível técnico-científico da indústria portuguesa. Depois de se queixar da qualidade deplorável do ensino universitário português, sugeria o reforço do ensino da matemática e da física nos cursos de engenharia, comentando que “o ensino racional das ciências matemáticas e físicas e dos seus métodos, vale não só por si, mas pelo desenvolvimento que dá às faculdades e à disciplina mental do aluno¹⁹⁶²”. E acrescentava¹⁹⁶³:

Entre nós sofrem as escolas de inúmeros inconvenientes resultantes da exagerada admiração que temos pelas flores da

1960 A. Teixeira Pinto, *O Ensino da Engenharia e o Progresso da Nação*, Comunicação 35, Congresso do Ensino de Engenharia, Lisboa, 1962, p. 5.

1961 Alfredo Bensaúde, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, ed. fac-similada, Empresa Nacional, Lisboa, 1922 (aliás 2003).

1962 Alfredo Bensaúde, *O Instituto Superior Técnico e o Desenvolvimento da Indústria Nacional*, separata da *Águia* (n.º 61–63), Typografia da Renascença Portuguesa, Porto, 1917, p. 7.

1963 *Idem*, p. 9.

retórica, resto persistente de influências arcaicas que já desapareceram nos países adiantados, mas que nós conservamos religiosamente; dá-se aos faladores¹⁹⁶⁴ a preferência sobre outros que podem muito bem possuir as qualidades essenciais do professor que se não avaliam por discursos. Assim se explica, em parte, que havendo há tantos anos catedras de química e física no país, Portugal importe físicos e químicos.

A defesa de um reforço do ensino da física e da química ouvia-se igualmente noutras escolas, como foi o caso da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Perante a ausência destas disciplinas no curso de medicina, o professor e cardiologista Eduardo Coelho afirmava em 1961 o seguinte¹⁹⁶⁵:

A matemática e a física são as ciências de mais nobreza no nosso tempo. É preciso orientar os estudantes desde o aprendizado liceal — uma grande maioria deles — no caminho do cultivo dessas ciências, em profundidade, para que a Universidade e o País possam realizar a missão que lhes é devida, dentro das preocupações que a técnica actual e a rota do mundo nos impõe.

Poderia aplicar-se aqui a máxima que corria, havia já algumas décadas: “Dize-me o que pensas da matemática, e dir-te-ei a filosofia que professas¹⁹⁶⁶”.

Para além de ser necessário proceder a uma melhor adaptação dos conteúdos programáticos, reconhecia-se que alguns melhoramentos poderiam ser igualmente introduzidos ao nível da preparação dos professores. Alfredo Bensaúde achava indispensável que um professor

1964 Nas palavras de Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão (1798–1874), “nós os Potuguezes, e em geral os habitantes do meio-dia, somos naturalmente *falladores*, quase sem termo nem limite: ou por natureza e influencia do clima, ou por força do habito, que é uma segunda natureza, ou pelo exemplo, que nos vem transmitido dos nossos maiores, e que involuntaria e irresistivelmente vamos mantendo e propagando para as gerações futuras”; v. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, *O Uso e o Abuso da Imprensa*, Typ. do Panorama, Lisboa, 1850, p. 35.

1965 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, p. 102.

1966 “A Filosofia Científica no Congresso de Descartes”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXVI, 1938, p. 217.

de engenharia vivesse, ou pelo menos tivesse vivido, no meio industrial para poder transmitir aos seus alunos os conhecimentos práticos e os valores próprios da indústria. Apesar de contestada por alguns setores, que achavam que esta solução prejudicava a investigação, a opinião de Alfredo Bensaúde foi, durante décadas, bastante consensual entre os professores de engenharia. Só há bem pouco tempo (poucas décadas) se começou a valorizar nas nossas escolas de engenharia a atividade de investigação científica e tecnológica, realizada por docentes em regime de tempo integral.

Para garantir uma boa formação científica dos estudantes, Eduardo Coelho defendia que era “preciso criar um ambiente universitário que desenvolva as faculdades mestras dos alunos, a iniciativa, a imaginação, o espírito crítico, a curiosidade científica, e ao mesmo tempo a vontade e a persistência no trabalho¹⁹⁶⁷”. Na boa tradição do século XIX, a universidade republicana continuava a transmitir uma cultura claramente livresca mas pouco científica. Em 1933 e 1946, António Lobo Vilela — depois de apresentar a sua concepção de formação científica “que é a compreensão do mecanismo do saber, a cultura dos métodos [...], a discussão dos problemas fundamentais [...], a evolução dos conceitos, das hipóteses, das teorias, relacionada com os fatores que a condicionaram” — concluía¹⁹⁶⁸:

Ora é exactamente disto que o ensino universitário não se ocupa; e por isso mesmo não corresponde às exigências da cultura viva, dinâmica e orgânica. O aspecto de ciência estagnada e definitiva que oferece, longe de estimular a actividade criadora, fadiga e entedia, além dos inconvenientes que resultam da pulverização do saber. [...]

Em resumo: A Universidade portuguesa é um cadáver sobre o qual pairam, como simulacros de espírito, os fogos-fátuos da sua decomposição.

1967 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, p. 151.

1968 A. Lobo Vilela, *Questões Pedagógicas (Reforma do ensino)*, Cadernos da “Seara Nova”, Secção de Estudos Pedagógicos, Lisboa, 1944, pp. 17–18.

Na Universidade, não era pedido parecer aos alunos sobre os assuntos educativos que lhes diziam diretamente respeito. Não se permitia sequer que exprimissem livremente as suas opiniões e proibiam-se as manifestações públicas onde ousassem fazer reivindicações. Em vários períodos do século XX, houve, por isso, lutas estudantis que pugnavam pelo direito à liberdade de expressão e por um ensino diferente e de melhor qualidade. A primeira ocorreu ainda antes da implantação da República, conduzindo à chamada “Questão Académica de 1907.” Os estudantes queixavam-se que a Universidade ainda funcionava como nos tempos da Reforma Pombalina (1772), sem que os ventos do progresso, que varreram o século XIX, tivessem tido sobre ela qualquer efeito benéfico. Os juramentos religiosos nas praxes académicas mantinham-se desde há séculos, a prepotência dos lentes continuava a subjugar a vida académica e as matérias ensinadas eram cada vez mais inúteis.

A proclamada injusta reprovação, por unanimidade, nos atos de doutoramento, do licenciado em direito José Eugénio Ferreira — aparentemente por causa do “seu feitio independente” que “nunca em baixezas rastejara ante a cátedra¹⁹⁶⁹” — causou nos estudantes de Coimbra uma forte reação de descontentamento.¹⁹⁷⁰ Este acontecimento, ocorrido a 1 de março de 1907, foi a gota de água que originou as manifestações estudantis tanto contra os lentes (particularmente os de Direito) como contra o próprio sistema de ensino. A primeira manifestação surgiu mal os estudantes souberam da reprovação do José Ferreira e, de imediato, as reformas radicais se tornaram palavras de ordem. Esta manifestação, espontânea, percorreu a cidade e continuou pela “Estrada da Beira” até à residência do “injustiçado.” O visado discursou, exigiu reformas imediatas para a Universidade e, rapidamente, se transformou em herói estudantil e paladino da “moderna tendência do ensino¹⁹⁷¹”. Nessa

1969 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d'um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1907, pp. 95–96.

1970 Pinto Quartim, “A greve académica de Coimbra de 1907: uma página da História da Academia”, em *Ver e Creer*, nº 45, janeiro 1949, pp. 3–9.

1971 Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d'um estudante expulso)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1907, p. 102.

mesma noite, a reunião dos estudantes — que se transformou em Assembleia Geral — continuou no Ginásio, e nela se decidiu organizar uma manifestação de protesto a ter lugar no dia seguinte dentro das instalações da Universidade. Os lentes, que entravam para dar as suas aulas, foram brindados com “*Fora! Fora!*” e, muito provavelmente, com outros “mimos” menos inocentes e decentes.

Perante estes inéditos e graves acontecimentos, a Universidade interrompeu as aulas e pouco depois encerrou-as oficialmente. Os estudantes foram obrigados a deixar a cidade e a manterem-se afastados, fora de um perímetro de alguns quilómetros. Decidiram então dirigir-se a Lisboa com o objetivo de ouvir, a 11 de março, uma conferência de Teófilo Braga no Ateneu Comercial¹⁹⁷². Na opinião dos estudantes, este ilustre académico teria sido igualmente injustiçado pelos outros lentes. Da capital, regressaram às suas terras, dado que, por ordem da Universidade, não podiam voltar a Coimbra. Mesmo assim, alguns tentaram furar o cerco; foram seguidos, presos e, encarcerados durante alguns dias, sendo tratados como autênticos malfeitores.

Os acontecimentos de contestação estudantil rapidamente se politizaram. Constituiu-se um Comité Revolucionário Académico de que faziam parte estudantes que, mais tarde, ficaram famosos¹⁹⁷³: Ramada Curto¹⁹⁷⁴ (Fig. 54), António Granjo, Bissaia Barreto e Alfredo Pimenta¹⁹⁷⁵. Outras escolas superiores se alvoroçaram, tendo-se

1972 O Ateneu Comercial de Lisboa foi estabelecido em 1880. Para um melhor conhecimento da história desta instituição, v. J.A. Ferreira dos Santos, *Os 125 Anos do Ateneu Comercial de Lisboa*, Sete Caminhos, Lisboa, 2008. O seu homónimo do Porto teve os estatutos aprovados em 1884, e as suas origens vêm da *Sociedade Nova Euterpe* — fundada por António Bernardino Alves da Costa e Manuel José Alves de Azevedo, entre outros, em 29 de agosto de 1869, e inaugurada a 3 de outubro do mesmo ano. Em 12 de janeiro de 1885, o Ateneu português foi instalado em edifício próprio, o mesmo que ainda hoje ocupa; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 243; Allyrio de Mello, “No tricentenário de Camões”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano III, n.º 7, novembro 1947, p. 154; “Efemérides Portugueses”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VI, n.º 9, janeiro 1951, p. 209. Desde 1891, O Ateneu Comercial do Porto editou um *Boletim* onde se debatiam a reestruturação da educação e assuntos relativos às atividades económicas e sociais; v. Augusto Santos Silva, “O Porto em Busca da Renascença (1880–1911)”, em *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n.º 17, 1997, p. 52.

1973 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 278–279.

1974 Ramada Curto, “Confissão dum advogado que escreve nas ‘férias’”, em *Ver e Crer*, n.º 48, abril 1949, pp. 3–11.

1975 Alfredo Pimenta, católico e monárquico, não aceitou a posição dos bispos portugueses de submissão à



Fig. 54 Ramada Curto (*Maria Rita*, 21 janeiro 1933).

realizado comícios e greves estudantis no Porto¹⁹⁷⁶ e em Lisboa, durante o período de suspensão de aulas em Coimbra¹⁹⁷⁷. É muito significativo o que se passou no Porto. Depois de várias ações estudantis de solidariedade durante o mês de março de 1907¹⁹⁷⁸, os estudantes da Politécnica e do Liceu Central iniciaram uma greve de protesto no dia 4 de abril em solidariedade com os estudantes de Coimbra, “começando a dar bastante que fazer às autoridades policiais”... No dia 9, votaram a favor da greve de protesto a Escola Médico-Cirúrgica, as escolas de Farmácia, Belas-Artes e Elementar de Comércio e os liceus que ainda não tinham aulas. No dia seguinte, aderiram à greve as escolas Normais, a Escola Infante D. Henrique, a Escola Faria Guimarães e o Liceu Passos Manuel. No dia 12, por iniciativa dos pais dos respectivos alunos, as escolas primárias paralisaram. A greve transformava-se assim numa greve geral de todos os estudantes portugueses¹⁹⁷⁹. Por causa deste generalizado movimento de protesto, o Ministro do Reino mandou encerrar, no dia 14, a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica. No dia 17, os proprietários dos cafés do Porto foram notificados pela polícia de que não deviam permitir que os estudantes discutissem dentro dos seus estabelecimentos assuntos relacionados com a greve académica¹⁹⁸⁰! Esta insólita ordem policial deu azo a comentários azedos e muito humor... No dia 25, os estudantes da Escola

República, pelo que se estabeleceu uma acesa polémica entre ele e o Bispo de Bragança e Miranda; v. Alfredo Pimenta, *A República Portuguesa em Face da Igreja Católica e a Política do Centro Católico*, Edição da Acção Realista Portuguesa, Livraria Portugal-Brasil, Lisboa, 1925; Alfredo Pimenta, *A Política do Centro Católico e a minha resposta ao Senhor Bispo de Bragança e Miranda*, Edição da Acção Realista Portuguesa, Livraria Portugal-Brasil, Lisboa, 1925.

1976 Amadeu Sales, “O último Curso do 5º ano da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Notas de um contemporâneo (conclusão)”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XV, nº 8, dezembro 1959, pp. 229–231.

1977 Alfredo Ribeiro dos Santos, *História Literária do Porto através das suas publicações literárias*, Edições Afrontamento, 2009, pp. 163–164.

1978 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 11, março 1957, pp. 347–350.

1979 Esta greve teve um significado ainda maior sabendo-se que, anos antes, tinha havido confrontos entre os estudantes de Coimbra e do Porto a propósito das atuações da tuna universitária nesta cidade, e desentendimentos entre os estudantes dos vários estabelecimentos de ensino portugueses; v. “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VIII, nº 10, fevereiro 1953, p. 313–314

1980 No Porto, havia nesta época estranhas ordens da Polícia!... Quem conhece o modo de falar dos tripeiros estranhará que o Comissário Geral da Polícia tivesse determinado no dia 30 de setembro de 1908 que fossem presos todos aqueles que proferissem na via pública “palavras obscenas ou injuriosas” e rigorosamente punidos os agentes que não dessem cumprimento fiel àquela determinação!... Se a ordem fosse cumprida, algum português escaparia aos calabouços?!... V. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 5, setembro 1958, p. 159.

Médico-Cirúrgica exigiram, em manifesto, a reorganização dos programas de ensino, “tornando-os mais modernos e mais úteis¹⁹⁸¹”.

Entretanto, os processos disciplinares contra os estudantes de Coimbra que tinham sido mais ativos decorriam aceleradamente e, como consequência, alguns deles foram expulsos da Universidade por períodos que chegaram a atingir dois anos¹⁹⁸². Foi o caso do anarquista Campos Lima, que nos conta as peripécias desta luta estudantil no livro *A Questão da Universidade (Depoimento d’um estudante expulso)*, saído à luz em 21 de maio de 1907¹⁹⁸³. No Porto organizava-se entretanto um grupo denominado “estudantes intransigentes” que fundaram o semanário *Azorrague*, dirigido por Amadeu da Encarnação, e promoveram a realização de um Congresso Académico em 12 de junho¹⁹⁸⁴.

Na sequência dos acontecimentos em Coimbra, o jovem republicano Bernardino Machado, lente da Faculdade de Filosofia, demitiu-se do cargo em 17 de abril, data em que foi deferido o pedido de demissão do próprio Reitor, António dos Santos Viegas (1837–1914)^{1985,1986}. A Universidade foi reaberta a 23 de maio para a realização de exames. A grande maioria dos estudantes apareceu aos exames, e o vetusto e contestado sistema de ensino manteve-se firme como sempre. Só a República o conseguiu derrubar: o parlamento e o governo, onde pontificavam muitos ex-alunos de Coimbra, criaram duas novas universidades — a de Lisboa e a do Porto, contra a vontade dos lentes de Coimbra, naturalmente!...

Terminada a Primeira República, as primeiras agitações estudantis, na sequência das reformas do ministro Alfredo de Magalhães e do seu sucessor, o engenheiro Duarte Pacheco, começaram em 1928,

1981 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 12, abril 1957, pp. 372–375.

1982 *Idem*, p. 372.

1983 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 1, maio 1957, pp. 29–30.

1984 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 2, junho 1957, pp. 58–59.

1985 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 278.

1986 Santos Viegas frequentou os famosos cursos de Física de Jamin, em Paris, trabalhou com o reconhecido astrónomo Pe. Angelo Secchi e conviveu com Regnault, Helmholtz, Lord Kelvin e Becquerel. Um resumo biográfico de Santos Viegas pode ler-se em Anselmo Ferraz de Carvalho, “Professor António dos Santos Viegas”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VI, nº 3, 1937, Universidade de Coimbra, pp. 231–236.

reunindo as três universidades do país¹⁹⁸⁷, repetiram-se no ano de 1931 e de novo em 1945. Para além das reivindicações de carácter estudantil, havia motivos de carácter político e ideológico, incitados pelo Partido Comunista Português, que vivia na clandestinidade, e pela Igreja Católica, através da Juventude Universitária Católica (JUC). No Congresso da JUC de 1953, os estudantes universitários queixavam-se de a universidade lhes dar “uma vaga «eruditura»” que era inútil “para a vida exigente e responsável da profissão”, em vez de uma “verdadeira e verídica ‘formatura’ .” Reclamavam ainda “a liberdade de poderem ser verdadeira e dignamente estudantes, para mostrarem o que valem ao serviço da Nação¹⁹⁸⁸”.

Em 1956, a publicação de um decreto que reduzia a autonomia das associações universitárias causou fortes protestos no meio estudantil. O decreto acabou por ser suspenso devido à pressão da Câmara Corporativa, órgão consultivo do governo e da Assembleia Nacional. Porém, a forte repressão política, que tinha sido exercida nas três décadas que se seguiram a 1930, impediu que vingasse qualquer ideia de mudança na universidade portuguesa. Todo o poder se mantinha nas mãos dos catedráticos e dos diretores das faculdades. Na década de 1960, embora esta situação continuasse imutável, ressurgiu alguma contestação ruidosa, promovida pelas Associações Académicas¹⁹⁸⁹ e outros organismos estudantis. Em consequência, a Universidade começou a sobressaltar-se¹⁹⁹⁰ e formaram-se movimentos estudantis com novas reivindicações escolares, políticas e sociais.

A primeira vaga de contestação surgiu em 1962¹⁹⁹¹. Iniciada

1987 Amaral Guimarães (UP), Antonio Alvim (UP), Jaime Afreixo (UC), José dos Reis (UC), Luiz Navarro Soeiro (UL), Manuel Rocheta (UL), *Carta Aberta dos Estudantes das Universidades Portuguezas ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Instrução*, Lisboa, 24 maio 1928, Americana-Tipografia, Lisboa.

1988 Delfim Santos, “Congresso da J.U.C.”, em *Obras Completas, III: Do Homem Da Cultura*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 127–128.

1989 Carlos M. Candal, *Em Defesa das Associações Académicas*, edição do autor, 1962; Daniel Ricardo, “Há 20 anos, A Crise Académica de 62 (2) — A radicalização do conflito”, em *História*, nº 43, maio 1982, pp. 64–86.

1990 António Brotas, *Ensino Superior e Projecto de Sociedade*, coord. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, pp. 623–624.

1991 Inocêncio Galvão Teles, *Actividades estudantis: seu lado negativo e seu lado positivo*, Oficinas Gráficas de Albano Tomás dos Anjos, Lisboa, 1966; Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo, Coimbra 1962*, Minerva Editora, Coimbra, 1996; Álvaro Garrido, “A Universidade e o Estado Novo: De ‘corporação orgânica’ do regime a território de dissidência social”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, junho 2008, pp. 133–153.

em Lisboa devido à proibição do Dia dos Estudantes¹⁹⁹², passou depois para o Porto e Coimbra e acabou com a expulsão de centenas de estudantes das três universidades portuguesas, a demissão do reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, três meses de greve e a prisão de 1500 estudantes¹⁹⁹³. Em 1965 ressurgiram mais agitações estudantis¹⁹⁹⁴ que terminaram com a detenção de cerca de meia centena de estudantes pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a exclusão de outros tantos de todas as universidades do país e mais de uma centena de alunos suspensos¹⁹⁹⁵. No total foram castigados 181 estudantes universitários em Lisboa¹⁹⁹⁶. Os estudantes exigiam mais fácil acesso à universidade e melhoria da qualidade do ensino. Queriam ver resolvidos vários problemas circum-escolares relativos a direitos e atividades sociais e à organização de instituições associativas e culturais. Exigiam que o governo deixasse de encarar “a Universidade e as Associações de Estudantes como inimigos que é necessário combater a todo o transe e até à exaustão”, e apelavam à anulação das penas que tinham sido “injustamente” impostas a muitos estudantes¹⁹⁹⁷. Em 1969, por influência do movimento estudantil francês de maio de 1968, ocorreu forte agitação nos meios académicos nacionais¹⁹⁹⁸. Os estudantes manifestavam-se contra a guerra colonial e a ditadura, e a favor do amor livre, influenciados pela nova cultura “hippie.” Eram

1992 O dia do estudante, a 25 de novembro, tinha sido estabelecido em 1959 pelo anterior Ministro da Educação Nacional Leite Pinto!... V. Carlos M. Candal, *Em Defesa das Associações Académicas*, edição do autor, 1962, p. 118. Em 1962, por ordem do governo foi proibida a comemoração desse dia, programada para 24 de março com colóquios e um jantar de confraternização. Para prevenir a sua realização o governo mandou encerrar a Cantina Universitária e ordenou à polícia de choque que invadisse a Cidade Universitária. A descrição dos acontecimentos foi feita por um comunicado policopiado dirigido aos estudantes pelo Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses em 26 de Março de 1962; v. *Comunicado Distribuído pelo Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses*, Lisboa, 26 março 1962 (texto policopiado, coleção particular).

1993 *Carta dos estudantes expulsos à universidade, amnistia para os estudantes expulsos*, março 1966 (folheto anónimo), p. 10.

1994 Inocêncio Galvão Teles, *Actividades estudantis: seu lado negativo e seu lado positivo*, Oficinas Gráficas de Albano Tomás dos Anjos, Lisboa, 1966.

1995 Para conhecer a ação dos movimentos estudantis no período de 1965 a 1971, v. Rui Namorado, *Movimento Estudantil e Política Educacional*, Nosso Tempo — Estudos, 1972.

1996 *Carta dos estudantes expulsos à universidade, amnistia para os estudantes expulsos*, março 1966 (folheto anónimo), pp. 17–20.

1997 *Idem*, pp. 2–13.

1998 “Coimbra 68–69: um pouco de história”, em *Estudos — Revista de universitários católicos*, Ano XL-VII, Fasc. III a VII, n.ºs 475–479, 1969, pp. 105–183.

frequentemente presos e julgados por distribuírem panfletos subversivos contra o regime ou contra a guerra colonial, por convocarem reuniões proibidas ou pertencerem ao Partido Comunista Português¹⁹⁹⁹. O ambiente nas universidades tornara-se de tal forma contestatário que era impossível manter tudo na mesma, apesar dos discursos dos membros do governo que apelavam à responsabilidade das universidades a fim de manterem a ordem que — nas suas palavras — a nação desejava²⁰⁰⁰. Apelos à mudança chegavam de todos os setores intelectuais²⁰⁰¹ e a reforma realizada em 1973 pelo ministro José Veiga Simão (1929–2014) tornou-se inevitável²⁰⁰².

O Estado Novo procurou impor às instituições universitárias, aos estudantes e aos professores uma postura apática e resignada, totalmente contrária ao espírito científico. Os resultados do II Inquérito Geral à Universidade, promovido no ano letivo 1963–64 pela juventude católica²⁰⁰³, mostraram que²⁰⁰⁴:

A imagem da Universidade com maior relevo no espírito dos estudantes é a de uma instituição mais ajustada para a transmissão de uma cultura de tendência humanística, permitindo a formação de «uma cultura superior» e a preparação dos dirigentes da colectividade nacional, do que para a preparação profissional, e ainda menos para o desenvolvimento da investigação científica.

1999 António Monteiro Taborda et al., *Estudantes de Coimbra no Plenário (Peças de um Processo)*, Bezerro d'Ouro 3, Afrontamento, Porto, 1973.

2000 “Uma apreciação serena do problema universitário”, em *Opinião*, boletim quinzenal, III Série, nº 17, novembro 1972, pp. 2–4.

2001 A Revista católica *Estudos — Revista de universitários católicos*, dedicou em 1969 um volume (Fasc. III a VII, nºs 475–479) de 226 páginas à crise académica de 1968–1969, apresentando análises e propostas para melhorar o ensino universitário português; v. “Coimbra 1969: Para uma análise crítica”, em *Estudos — Revista de universitários católicos*, Ano XLVII, Fasc. III a VII, nºs 475–479, 1969, pp. 105–183.

2002 António Brotas, *Ensino Superior e Projecto de Sociedade*, coord. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 625.

2003 O primeiro inquérito realizou-se no ano letivo de 1952–53.

2004 *Situação e Opinião dos Universitários — Inquérito promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, CODES, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, SCRL, Lisboa, 1967, p. 438.

Nestas condições, dificilmente os estudantes poderiam interessar-se pela ciência e ter gosto pelas disciplinas de caráter científico. Mesmo aqueles que se sentiam inclinados para o estudo das ciências exatas não encontravam um ambiente favorável para acalentarem a sua vocação. Acabavam por enveredar pelos cursos de humanidades, que mais facilmente lhes abriam portas para a obtenção de um emprego²⁰⁰⁵.

Podemos afirmar-se que a função do ensino universitário de preparar futuros cientistas nunca foi cumprida nas universidades portuguesas durante grande parte do século XX, embora, desde a segunda metade desse século, se reconhecesse quase unanimemente que a investigação deveria ser uma função essencial da universidade e que tanto os laboratórios de investigação independentes como a universidade retirariam vantagens de uma estreita colaboração²⁰⁰⁶. Em 1966, o então apenas professor de física Veiga Simão²⁰⁰⁷ afirmava que as universidades se mantinham numa posição quase estática relativamente ao desenvolvimento científico, “de modo que não se encontram em condições de formar, em quantidade e qualidade, os graduados necessários ao funcionamento adequado daqueles Institutos [de investigação] que, salvo raras exceções, também não têm podido, por essa razão, cumprir a missão para que foram criados²⁰⁰⁸”. Ao ingressarem nas instituições de investigação, os recém-licenciados apresentavam-se com uma preparação escolar suficiente, mas faltava-lhes a componente de iniciação à investigação científica. Por causa desta deficiência, tinham que passar por um período de treino que durava entre um e dois anos, antes de poderem começar o trabalho de investigação conducente a uma tese.

2005 Em 1970, a distribuição dos alunos universitários pelos vários cursos mostrava a existência de uma grande percentagem “nos ramos de Letras, Ciências Exactas e Naturais e de Direito”, em comparação com “as Ciências Económicas e Sociais” e “as Ciências relativas à Agricultura.” Adérito Sedas Nunes pensava que “uma tal estrutura da população estudantil” não era “a mais adequada às necessidades de um desenvolvimento mais ou menos internamente sustentado”; v. A. Sedas Nunes, *A Situação Universitária Portuguesa*, Coleção Horizonte 11, Livros Horizonte, Lisboa, 1971.

2006 Manuel Corrêa de Barros, *Problemas da Universidade*, Porto, 1969, pp. 21–28.

2007 De 1970 a 1974 foi ministro da educação nacional.

2008 José Veiga Simão, “O Incentivo à Investigação Científica”, em *Celebrar o Passado e Construir o Futuro*, Ciclo de Conferências Promovido pela Comissão Executiva do 40º Aniversário da Revolução Nacional, Vol. I, Lisboa, 1966, p. 284.

Nesta época, Sedas Nunes pugnava por uma reforma universitária que contribuísse para “o desenvolvimento económico, para a criação científica e cultural, para a transformação social inclusivamente”, mas que não correspondesse “a uma visão exclusivamente utilitária e tecnicista”, com a qual não concordava²⁰⁰⁹. O movimento de contestação estudantil do final dos anos 60 e princípios de 70 parecia, no entanto, querer condicionar num determinado sentido a reforma que todos os portugueses desejavam²⁰¹⁰, mais ou menos informe ou com contornos socioculturais já bem estabelecidos. Em 1969, o economista Alfredo de Sousa (1931–1994) clamava pela necessidade urgente de se fazer a democratização do ensino superior²⁰¹¹. Referindo-se à universidade desta época, Silva Dias afirmava que ela “é um produto anacrónico que não reflecte adequadamente, nem nos fins, nem nas estruturas e esquemas, as necessidades sociais atuais²⁰¹²”. E acrescentava²⁰¹³:

E não parece que a renovação deva processar-se — pelo menos que deva processar-se simplesmente — à luz da problemática sócio-económica do capitalismo fabril e tecnocrático. Seria a modelação da universidade pelos critérios de uma teoria do desenvolvimento. Esgotava os seus objectivos nos de uma escola sem rosto humano: uma escola para a investigação científico-natural e tecnológica e para a formação de tecnocratas integrados na realidade social existente. [...]

Este é um dos riscos mais iminentes — e mais odiosos — que pesa sobre a “reforma” da universidade. Em geral, tecnocratas e maxiburgueses não têm fé católica, e modelam ostensivamente a sua conduta por valores anticristãos.

2009 A. Sedas Nunes, *O Problema Social da Universidade — Para uma Reforma Universitária de Fundo*, Coimbra, 1970, p. 14.

2010 J.S. da Silva Dias, *A Reforma da Universidade e os seus Problemas*, Lisboa, 1971; A. Fernandes da Fonseca, *A Reforma da Universidade — Análise das suas motivações — Algumas das suas perspectivas*, Edição do Autor, Tipografia do Carvalhido, Porto, 1970.

2011 Alfredo de Sousa, “A evolução da sociedade portuguesa e a ‘classe dos diplomados’”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, pp. 187–203.

2012 J.S. da Silva Dias, *A Reforma da Universidade e os seus Problemas*, Lisboa, 1971, p. 14.

2013 *Idem*, pp. 14–15.

Não considerando sequer a discutível questão dos valores cristãos, Silva Dias tinha razões para estar preocupado sobre o futuro desenvolvimento da Universidade. Com as reformas e orientações políticas das últimas décadas, as componentes tecnocrática e economicista ganharam uma importância excessiva na vida das universidades portuguesas, em prejuízo de uma educação global.

Atualmente, no âmbito da reforma de Bolonha, exige-se que um aluno de doutoramento, possuindo já um curso de mestrado²⁰¹⁴, frequente unidades curriculares adicionais antes de iniciar o seu trabalho de tese. Aceita-se que os alunos possam ter, no fim do mestrado, uma preparação teórica incompleta, mas em contrapartida espera-se que tenham alguma experiência de iniciação à investigação científica.

Com apenas três anos curriculares, as licenciaturas atuais proporcionam uma preparação muito incompleta aos estudantes. O sistema de ensino superior tem produzido muitos licenciados²⁰¹⁵, mas a qualidade média é reconhecidamente baixa. Impõe-se um esforço de toda a sociedade no sentido de melhorar essa qualidade, mesmo que seja necessário sacrificar expectativas das famílias, frequentemente mal fundamentadas, sobre o futuro profissional dos seus filhos. Ao contrário do que possa pensar uma mente economicista, o ensino superior não é do exclusivo interesse dos estudantes, mas de toda a sociedade. Quanto mais qualificada for a educação dos jovens, maiores serão as perspetivas do desenvolvimento das nações a que pertencem²⁰¹⁶.

Falta de Cultura no Ensino Universitário

A função educativa bicéfala da Universidade, que tinha o ojetivo de formar simultaneamente profissionais liberais e cientistas, foi dissecada por vários analistas. No início da década de 1920, o pensador espanhol Ortega y Gasset chamava a atenção para a dificuldade intrínseca da sua implementação e defendia que deveria haver uma

2014 O mestrado de Bolonha é equivalente aos dois últimos anos da antiga licenciatura de cinco anos; o mestrado integrado de cinco anos é equivalente à antiga licenciatura de 5 anos.

2015 Em 2010, o número de licenciados em Portugal ultrapassou pela primeira vez o número de analfabetos, o que representou uma situação nova e muito encorajadora.

2016 Num relatório relativamente recente da OCDE recomendava-se a Portugal que limitasse o número de doutoramentos. Embora esta proposta possa interessar à globalização, não é certamente favorável aos interesses nacionais.

separação entre a formação profissional e a científica,²⁰¹⁷ para que uma não prejudicasse a outra. Na opinião de Ortega y Gasset, a Universidade deveria formar homens com uma forte cultura geral²⁰¹⁸. Por isso defe dia a criação de faculdades de cultura.

As ideias de Ortega y Gasset tiveram algum eco em Portugal, mas para a sua implementação surgiram dificuldades relacionadas com a definição da importância relativa a atribuir às várias componentes da formação universitária: profissional, científica e cultural, bem como à forma prática de as concretizar. Eduardo Coelho,²⁰¹⁹ entendia que deveriam existir disciplinas de outras faculdades que os alunos pudessem frequentar, opcional ou obrigatoriamente, com o objetivo de aumentar a sua cultura geral. Diogo Pacheco de Amorim, professor de matemática em Coimbra e membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1947, defendia que, para além da existência de faculdades cobrindo todas as áreas do conhecimento humano, incluindo a teologia, as universidades deveriam ter infraestruturas culturais como, por exemplo, um teatro académico. Na opinião de Émile Planchard (1905–1990), pedagogo belga radicado em Portugal, deveria existir no meio universitário uma atmosfera cultural muito forte, para que a cultura pudessem desenvolver-se e transbordar para o exterior²⁰²⁰ através de estruturas parauniversitárias, apoiadas pela Universidade mas com autonomia própria²⁰²¹. António Quadros, um dos mais ativos elementos do movimento filosófico-cultural denominado “57”,²⁰²² lamentava que as

2017 Diogo Pacheco d'Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, pp. 31–36.

2018 *Idem*, p. 37.

2019 Eduardo Coelho, *Da Problemática da Universidade, o seu sentido ecuménico e nacional*, Lisboa, 1961, pp. 22–25.

2020 Diogo Pacheco d'Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 44.

2021 E. Planchard, “L’Université, école de formation professionnelle”, em *O Instituto, revista científica e literária*, Vol. 115, 1953, p. 339.

2022 O movimento 57, surgido em 1957, iniciou em junho desse ano e terminou em 1962 a publicação de um jornal, dirigido por António Quadros e intitulado nos dois primeiros números como *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, que tinha entre os seus redatores: Avelino Abrantes, Afonso Botelho, Afonso Cautela, Azinhal Abelho, José Antunes Ferreira, Fernando Morgado, Ernesto Palma, António Quadros, Rui Carvalho dos Santos, Francisco Sottomayor, António Telmo, Orlando Vitorino, Luís Zuzarte, Natércia Freire, Azinhal Abelho. O jornal *57* considerava-se “uma publicação independente”, “principalmente escrito e colaborado por novos, [...] seja por escritores da geração de 50, seja, em maioria, por escritores mais jovens ainda, desconhecidos do nosso público cultural”; v. “Manifesto de 57”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 1, maio 1957, p. 2. Este movimento podia “ser considerado, senão como um continuador” da Renascença, “pelo menos como um movimento que procura com bases actuais retomar o testemunho entregue por um Leonardo, um Pascoaes, ou um Pessoa, iniciando uma caminhada que está ainda no seu princípio”;

universidades portuguesas formassem apenas “técnicos diplomados” mas não “homens”, faltando-lhes “horizontes culturais que lhe[s] alarguem o âmbito da inteligência para fora do campo restrito da sua especialidade²⁰²³” — “a Universidade forma advogados, engenheiros e médicos, mas não forma almas, não forma espíritos, não forma homens²⁰²⁴”. Para alterar este estado de coisas, propunha que se criassem disciplinas culturais²⁰²⁵:

Concretamente: é necessário, como condição prévia a qualquer futura reforma, que os programas de estudo das Faculdades e Institutos Superiores do país, incluam disciplinas de formação cultural e espiritual, que equilibrem a exclusiva especialização, pondo os futuros técnicos em contacto com os problemas e os temas da filosofia, da poesia, da arte ou da ciência.

Como alternativa a curto prazo, propunha que se criasse em cada uma das universidades nacionais um *Instituto Central de Cultura Superior*²⁰²⁶.

As propostas de Ortega y Gasset²⁰²⁷ e de António Quadros de se fundarem faculdades ou institutos de cultura não se concretizaram em nenhuma das universidades portuguesas, mas foram sendo criadas condições e infraestruturas para melhorar a cultura estudantil. Na Universidade de Coimbra, por exemplo, os estudantes usufruíam de atividades

v. “A primeira adesão ao 57”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 2, agosto 1957, p. 20. Contra este movimento se manifestaram, logo após a publicação do 1º número do *57*, os padres jesuítas Gustavo de Almeida e Dias de Magalhães, bem como o crítico literário João Gaspar Simões, que, por sua vez, foram apelidados de conformistas pelos redatores do *57*; v. “57 e a Reacção dos Conformistas”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 2, agosto 1957, pp. 2–3.

2023 Manuel Gama, *O movimento 57 na cultura portuguesa*, Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1991, p. 77.

2024 António Quadros, “Para além da crise da Universidade”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 2, agosto 1957, p. 17.

2025 Manuel Gama, *O movimento 57 na cultura portuguesa*, Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1991, p. 78.

2026 António Quadros, “Para além da crise da Universidade”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 2, agosto 1957, p. 17.

2027 Além de Ortega e Gasset outros pensadores propuseram soluções para elevar o nível cultural da formação técnica dada nas universidades: Leonardo Coimbra, Gabriel Marcel, Karl Jasper, Benedetto Croce, Robert Maynard Hutchins; v. António Quadros, “Para além da crise da Universidade”, em *57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, Ano I, nº 2, agosto 1957, p. 17.

culturais extracurriculares, algumas dos quais vinham do século XIX²⁰²⁸. Na década de 1930, estavam muito atuantes em Coimbra o Orfeão Académico, “belo instrumento de cultura artística, de disciplina e solidariedade”, que tinha sido fundado em 1880²⁰²⁹, “instituições académicas de assistência e solidariedade cívica”, “conferências de professores promovidas por estudantes”, “campos de jogos físicos: bola-pé, ténis, e não sei se outros mais”, “chás dançantes, torneios de jogos físicos, e outros pretextos para encontro e aproximação sociável dos dois sexos”, “cursos de férias e conferências regulares de extensão universitária, onde se teem versado os mais variados assuntos de arte, literatura, história, filosofia, e que aliás nem sempre vejo tão concorridas de estudantes quanto seria desejável²⁰³⁰”. Semelhantes atividades, incluindo orfeões²⁰³¹ e teatros²⁰³², foram sendo criadas nas outras universidades portuguesas, seguindo aliás a prática das universidades estrangeiras. Apesar da melhoria das condições

2028 Da iniciativa dos estudantes de Coimbra é de referir o primeiro clube de xadrez em Portugal, fundado em 1877; v. S., “Um clube de xadrez há 80 anos”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 10, 28 fevereiro 1958, pp. 298–299.

2029 O Orfeão Académico de Coimbra foi fundado por João Marcelino Arroio, que viria a doutorar-se em Direito quatro anos depois e, no ano seguinte, seria nomeado professor catedrático. Era irmão de José Diogo Arroio, que foi lente de Química na Academia Politécnica do Porto; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 257. A Tuna Académica teve uma atividade regular desde 1888, mas antes desta data tinha havido grupos musicais organizados na Academia coimbrã; v. S., “Quem foi a «primeira avó» da Tuna Académica de Coimbra?” em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 5, 16 outubro 1957, pp. 142–143. As bodas de diamante (75 anos) do Orfeão Académico de Coimbra foram celebradas em 1955 com várias iniciativas e foram publicados artigos sobre a história do Orfeão em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 12, 15 abril 1958. Foi ainda publicado um livro onde se relata a história do Orfeão e as atividades realizadas durante as comemorações; v. Manuel Ayres Falcão Machado, *Comemoração das Bodas de Diamante do Orfeon Académico de Coimbra*, Coimbra, 1956.

2030 Agostinho de Campos, *Universidade e Educação, conferência feita no C.A.D.C. aos 29 de março de 1936*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1936, pp. 18–20.

2031 O Orfeão Académico do Porto surgiu em 6 de março de 1912 por iniciativa de um grupo de estudantes do ensino liceal e superior, tendo logo recebido a simpatia da classe intelectual portuense. Em 14 de maio, Leonardo Coimbra deu uma conferência integrada no programa artístico-cultural da nova instituição. O Orfeão e a Tuna do Porto tiveram períodos de altos e baixos, tendo-se destacado a década de 1920 como um dos períodos de maior sucesso musical, nomeadamente em terras de Espanha; v. Rebelo Bonito, “Vida Académica do Porto: Do Orfeão Académico ao Orfeão Universitário (1912–1937)”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 3, março 1962, p. 84–87; *Idem*, nº 4, abril 1962, pp. 112–115; “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 5, maio 1962, p. 157; Luciano Alegre de Magalhães, “O Orfeão e Tuna Académicos do Porto”, em *Porto Académico*, número único comemorativo do 1º Centenário da Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica, abril 1937, pp. 15–16.

2032 Hernâni Monteiro, *Considerações acerca do Teatro Universitário do Porto*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XII, Fasc. 1–2, Edições Marânus, Porto, 1949.

culturais, havia, ainda em 1952, a percepção de que a cultura dos estudantes universitários era muito limitada. Num editorial da revista de divulgação científica e cultural, *Átomo*, escrevia-se²⁰³³:

Abandonado aos seus próprios recursos, deformado pelo ensino anterior, o estudante universitário, que ainda hoje estuda pela arcaica sebenta, sai em grande contingente da Universidade com uns conhecimentos, nem sempre muito vastos, da sua especialidade, e quase nada mais. É esta a triste situação que ainda se não resolveu integralmente. O sentido humanista do ensino universitário perde-se assim, dando-nos em vez de autênticos homens cultos uns monstruzinhos com uns conhecimentos mais que restritos.

Atualmente algumas atividades culturais continuam vivas no meio universitário, mas não houve uma evolução tão positiva quanto seria desejável. Embora exista a possibilidade de os alunos poderem optar no seu programa de estudos por disciplinas de natureza cultural — uma facilidade introduzida pela recente reforma de Bolonha —, não é claro que manifestem um maior interesse por estas disciplinas do que por aquelas que constituem o núcleo duro dos cursos que escolheram, e que é, em ambos os casos, normalmente baixo.

Mau Desempenho dos Professores Universitários e Condições de Trabalho Deficientes

Sobrecarregados pelas obrigações de ensinar e investigar que a reforma republicana lhes impôs, os professores universitários começaram a ser responsabilizados tanto pela má qualidade do ensino como pelo atraso científico nacional. As críticas começaram na década de 1920, e atingiram não só os professores como também as condições de trabalho, as leis, os estatutos, os regulamentos, e as próprias instituições universitárias.

2033 “Editorial — A necessidade de elevar o nível cultural do universitário”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 53, 30 maio 1952, p. 3.

Na Oração de Sapiência da abertura solene da Universidade de Coimbra do ano 1923–24, o professor e político Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976) reconhecia que se atribuía à incompetência científica, pedagógica e cívica dos professores a insuficiência do ensino universitário²⁰³⁴:

Diz-se que as Universidade portuguesas estão falhando a todas as missões [ensinar, produzir e orientar], porque nem se honram com o ensino que ministram, nem se ilustram com obras que não publicam, nem se nobilitam, ocupando o lugar que lhes compete, de supremos árbitros de opinião nacional.

Em 1926, era severamente criticada a atitude calculista e oportunista dos professores²⁰³⁵:

O professorado não foi nem é um sacerdócio: é apenas o ganha pão de hoje, talvez a fortuna amanhã. Em Portugal, por isso não há invenções, nem elevadas locubrações: há interesses e apetites; e não poucas revoluções se têm feito na nossa terra para a obtenção de empregos públicos.

Delfim Santos (1907–1966), com a coragem dos seus 26 anos, fazia afirmações muito violentas contra os professores universitários²⁰³⁶:

As nossas três universidades estão recheadas de homens sem probidade intelectual, sem carácter e sem a menor capacidade para o trabalho remunerado pelo Estado e exigido pela sociedade. Dizer que temos professores plagiários e ignorantes — é dizer uma verdade sem novidade nenhuma. Dizer que, em cada faculdade universitária, há meia dúzia de professores que possuem as virtudes raras da seriedade e da contemporaneidade é ser excessivamente generoso.

2034 Diogo Pacheco D'Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 15.

2035 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 233–234.

2036 Delfim Santos, “Linha Geral da Nova Universidade” em *Obras Completas II: Da Filosofia, Do Homem*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 377.

O autor destas duras palavras²⁰³⁷ achava mesmo que a extinção da Universidade era uma necessidade urgente que muito valorizaria a nossa cultura! Enterrada a velha Universidade, estava convencido que ressurgiria uma nova, sem os defeitos da precedente²⁰³⁸.

Na opinião de Eduardo Coelho, a decadência da universidade portuguesa que se observava na década de 1930 era devida a três fatores, diretamente ligados ao corpo docente²⁰³⁹:

1) o sistema de selecção dos candidatos para provisão da cátedra e o ensino universitário; 2) o conceito da propriedade definitiva da cátedra; 3) a falta de ambiente científico.

Estes fatores — segundo o autor — conduziam ao comodismo e à desatualização, não estimulando a investigação indispensável num ensino de qualidade, pois “o investigador é o único capaz de educar, isto é, de ensinar a exercer a observação e a crítica no exame dos fenómenos²⁰⁴⁰”. Advogava, pois, que se tomassem medidas apropriadas para os eliminar.

Sant’Anna Dionísio não tinha em grande apreço os professores universitários ibéricos que se dedicavam à ciência, pois entendia que, por detrás dessa nobre atividade, havia interesses alheios ao espírito científico. Em 1941, afirmava o seguinte²⁰⁴¹:

Normalmente, no homem de ciência ibérico o esforço intelectual nasce e desenvolve-se, como uma forma de *bovarismo*²⁰⁴², sob a pressão de ambições de circunstância,

2037 Delfim Santos considera um exemplo de incompetência a lição de sapiência “Apologia da Ciência: a resolução dos problemas metafísicos”, proferida no ano letivo 1932–33 por um professor de Física e Química que não nomeia mas que facilmente se identifica como sendo Abílio Augusto da Silva Barreiro. Segundo o testemunho de quem foi seu aluno (José Maria Moreira de Araújo), Abílio Barreiro era efetivamente incompetente, mas já o mesmo se não pode dizer dos seus muitos colegas da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto dessa época. Por isso, a generalização feita por Delfim Santos não parece ser justa.

2038 Delfim Santos, “Linha Geral da Nova Universidade”, em *Obras Completas II: Da Filosofia, Do Homem*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 379.

2039 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, pp. 37–54.

2040 *Idem*, p. 38.

2041 Sant’Anna Dionísio, *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Cadernos da Seara Nova, 1941, pp. 36–37.

2042 Por “bovarismo” entende-se um conjunto de sentimentos, atitudes ou convicções irrealistas sobre as

em regra sob o estímulo do ingresso em uma universidade. [...]

A ciência nos círculos universitários hispânicos, bastante mais do que em outros meios, é um ganha-pão ou um aparato mundano: não é uma sincera e discreta preocupação do espírito.

Sant'Anna Dionísio talvez tenha sido demasiado injusto para aqueles professores portugueses que, em condições tão difíceis, ainda conseguiam fazer alguma investigação científica de razoável qualidade.

O estatuto dos professores universitários foi apontado, até à segunda metade da década de 1980, como uma das causas que explicaria muitas das deficiências do nosso ensino superior. Era acusado de não criar as mínimas condições para a realização da investigação científica e não ser suficientemente exigente na avaliação da qualidade pedagógica. Para melhorá-lo, foram sugeridas várias alterações que abrangiam o regime de contratação, a valorização profissional da atividade científica, o aumento de salários, a imposição do regime de exclusividade e a criação de uma carreira científica autónoma.

Em 1911, o famoso químico portuense Ferreira da Silva achava que “o nosso professorado superior está miseravelmente retribuído, e sem nenhuns estímulos para o trabalho²⁰⁴³”. Em 1923, Abel Salazar entendia que deveria haver uma separação na categoria, e uma diferença no vencimento, entre os professores da universidade que apenas ensinavam e aqueles que trabalhavam também na investigação científica²⁰⁴⁴. Em 1924, concordando com a opinião do seu colega António de Sousa Júnior (1871–1936) — bacteriologista, higienista, ex-ministro da Instrução Pública e professor de várias cadeiras médicas —, Abel Salazar reconhecia a necessidade de criar uma “carreira científica”, regime que ainda não existia oficialmente em Portugal²⁰⁴⁵. Alguns docentes investigadores recebiam pelo seu trabalho de investigação um complemento

nossas reais qualidades ou capacidades — auto-imagem e autoconsideração deturpadas, pretensão de ser o que realmente se não é.

2043 A.J. Ferreira da Silva, “A Importância e Dignidade da Ciência e as Exigências da Cultura Científica”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. VI, nº 4, 1911, p. 213.

2044 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 70.

2045 *Idem*, p. 80.

salarial muito reduzido, mas outros, que não eram docentes, realizavam trabalho de investigação sem qualquer remuneração. Era o caso de uma fiel colaboradora de Abel Salazar, a médica Adelaide Estrada (1898–1979), cujo trabalho científico, realizado durante duas décadas, nunca foi remunerado. Só em 1941, esta senhora conseguiu obter uma bolsa de investigação. Em 1929, Joaquim Alberto Pires de Lima reconhecia a existência de apenas um pequeno número de professores universitários que faziam ciência e sugeria que lhes fossem dadas pelo menos as condições mínimas de trabalho²⁰⁴⁶:

Por circunstâncias de vária natureza, são infelizmente pouco numerosos os professores portugueses que podem e querem produzir ciência. O Estado deve procurar saber quais êles são e cercá-los de um carinhoso ambiente. Já que não se atreve a pagar-lhes o que êles merecem, ao menos forneça-lhes os meios para êles produzirem tudo quanto o permita a sua capacidade.

Perante as condições de trabalho e as expectativas irrealistas que se criavam sobre o papel da universidade e o trabalho dos professores, Américo Pires de Lima concluía que “por pouco não se exige que em cada professor universitário se albergue o espírito de Pasteur²⁰⁴⁷ ou de Claude Bernard, de Koch ou de Ehrlich²⁰⁴⁸”.

As já referidas más condições de trabalho dos professores do ensino superior eram reconhecidas por Pedro José da Cunha (1867–1945), matemático da Universidade de Lisboa, ao afirmar, em 1940²⁰⁴⁹:

2046 J.A. Pires de Lima, *Fora da Aula*, Araújo & Sobrinho, Suc.^{ca}, Porto, 1929, p. 299.

2047 À morte de Pasteur, a Universidade de Coimbra, por proposta de Manuel da Costa Alemão, transmitiu um voto de pesar ao Instituto Pasteur, ao Instituto de França e à viúva; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 270. A verba que se juntou no Porto, em 1897, como contribuição para uma estátua de Pasteur a erigir em Paris atingiu o montante de 1115,65 francos, que correspondia a cerca de 300\$000 réis; v. “Aconteceu há cinquenta anos...”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano III, n.º 7, novembro 1947, p. 164.

2048 Américo Pires de Lima, “A Universidade e as colónias”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XIX, nº 2, 1934, p. 107.

2049 Pedro José da Cunha, “O Cálculo infinitesimal e a Escola Politécnica de Lisboa”, em *Congresso do Mundo Português*, Publicações, XII Volume, Comissão Executiva dos Centenários, Secção de Congressos, 1940, p. 78.

As circunstâncias actuais, em vez de facilitarem aos professores de ensino superior o entregarem-se a trabalhos de investigação, põem-nos na realidade em condições de lhes ser quasi impossível orientarem nesse sentido parte da sua actividade. No ramo, de que nos temos ocupado [Matemática], o número de professores está reduzidíssimo, muito abaixo até do que a lei preceitua; os cursos, que têm de reger, são excessivamente numerosos; os trabalhos práticos e as provas escritas, que têm de apreciar e classificar, contam-se às centenas. Cumpridas as suas fatigantes e por vêzes fastidiosas obrigações docentes, não ficam ao professor universitário, quaisquer que sejam as suas faculdades inventivas, nem disposição nem tempo, nem tranquilidade de espírito para ainda fazer alguma coisa que valha no campo da investigação.

A verdade é que a atividade científica, consumidora de tempo e de energia, não era financeiramente compensadora, mesmo para aqueles que dela pretendessem hipoteticamente tirar benefícios estranhos ao espírito científico, como afirmava Sant'Anna Dionísio. Os professores universitários que, estatutariamente, tinham a obrigação de investigar, tinham salários tão baixos que se viam forçados a exercer outras atividades, secundarizando até a sua atividade docente. Em 1946, Manuel Valadares (1904–1982) descrevia muito bem esta situação, contrastando-a com a dos professores universitários estrangeiros²⁰⁵⁰:

Enquanto em França, em Inglaterra, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, na Suécia, na Dinamarca, na Holanda, na Bélgica, na Suíça, enfim, em todos os países onde se procura que a Universidade seja um instrumento ao serviço da Nação, o professor universitário é um homem que vive exclusivamente do seu ofício de professor, o jovem licenciado português recorda-se que os professores que teve eram, em geral, homens de muitos afazeres que quase se tinha a impres-

2050 Manuel Valadares, "Notas à margem da vida universitária portuguesa: I – O Professor Universitário", em *Mundo Literário*, nº 9, 6 julho 1946, pp. 11, 16.

são que, entre as suas muitas profissões, eles *também* tinham a de professores da universidade.

[Em Portugal] tantas vezes a cátedra não serve senão como um trampolim cómodo para o pseudo-professor se instalar onde possa auferir proventos e honrarias que satisfazem muito mais os seus interesses e a sua vaidade do que o simples cumprimento da sua missão de universitário.

Uma alternativa que parecia viável para a melhoria salarial dos professores era exigir-lhes dedicação exclusiva. Manuel Valadares entendia que os professores universitários deveriam dedicar-se unicamente à sua profissão para poderem realizar investigação, tal como se fazia no estrangeiro²⁰⁵¹. Nessa época, havia quem defendesse a implementação de um sistema opcional entre dedicação exclusiva ou tempo parcial. Esta solução bipartida não agradava a Manuel Valadares por entender que “ao país não interessa resolver a situação de alguns homens, interessa possuir uma Universidade eficiente²⁰⁵²”, e concluía:

Em resumo, se o país deseja que a Universidade desempenhe no seu progresso cultural e económico o papel que as Universidades realizam nos outros países, terá que incluir na reforma universitária o princípio fundamental de que o professor universitário não poderá desempenhar qualquer outra função remunerada. Manifestamente que a europeização da nossa universidade exige ainda muitas outras condições, mas enquanto este princípio não for estabelecido, e sejam quais forem as reformas promulgadas, a universidade portuguesa continuará a ser o que é actualmente.

Uma solução deste tipo implicaria um importante esforço financeiro para o Estado português, que não estava em condições de o fazer — portanto, tudo ficou como antes, incluindo os salários baixos e as más

2051 Este movimento em favor do regime de exclusividade existia também na Argentina, que tinha problemas semelhantes aos nossos; v. A.P.G., “O ‘Full-Time na Universidade’”, em *Mundo Literário*, nº 28, 16 novembro 1946, p. 10.

2052 Manuel Valadares, “Notas à margem da vida universitária portuguesa: I – O Professor Universitário”, em *Mundo Literário*, nº 9, 6 julho 1946, p. 16.

condições de trabalho. Se alguma investigação ainda se fazia na década de 1950, era devido ao sacrifício de alguns abnegados docentes e investigadores²⁰⁵³:

Com os actuais ordenados, têm razão os que procuram por fora, noutras actividades parauniversitárias ou completamente extra-universitárias, obter os meios para que suas famílias saiam de uma triste mediania aflitiva de pequenos burgueses. Os que o não fazem, são os sacrificados da investigação ou do professorado, talvez alguns também os ingénuos ou inadaptáveis a outras tarefas, mas a que ninguém agradecerá.

Durante décadas, nada foi feito para alterar o estatuto profissional dos professores universitários. A grande maioria continuava a não ter tempo nem disponibilidade para se ocupar e conviver com os seus alunos nem para se dedicar à investigação científica, como reconheciam em geral os responsáveis pela gestão universitária, incluindo o reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano²⁰⁵⁴. Embora se reconhecesse o valor pedagógico do convívio entre professores e alunos, a verdade é que, com poucas exceções²⁰⁵⁵, praticamente não existia nas universidades portuguesas. Os alunos culpavam os professores de indisponibilidade permanente e os professores acusavam os alunos de desinteresse pelos estudos e pelas discussões académicas²⁰⁵⁶.

Já nem se falava na extensão universitária que alguns, como Américo Pires de Lima, consideravam constituir, juntamente com o ensino e a investigação, os três pilares da atividade do professor²⁰⁵⁷.

2053 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 59.

2054 A. Câmara, *Responsabilidade Social da Universidade*, Tese apresentada no 1º Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, Lisboa, 1953, pp. 9–11.

2055 Francisco Pereira de Moura, Carlos Antunes Filipe, “Uma experiência de colaboração professores—alunos”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, pp. 222–237.

2056 J.M. da Cruz Pontes, *Alguns Problemas Actuais da Universidade Portuguesa*, Coimbra, 1969, pp. 21–22.

2057 A ideia da extensão universitária, como fazendo parte da tríplice missão de uma universidade, tinha já sido defendida em 1913 pelo professor universitário Silva Teles; v. J. Silva Correia, “Extensão Universitária”,

Pires de Lima — para quem os portugueses eram “incomparavelmente mais pobres de bom senso e de cultura do que do vil metal²⁰⁵⁸” — achava mesmo que a falta de cultura ou, pior, a perversão da cultura do público em geral²⁰⁵⁹ se devia à inoperância dos professores universitários²⁰⁶⁰. Estes repartiam-se pela escola e pela empresa, prejudicando uma e outra. Assim o afirmava Egídio Namorado em 1975²⁰⁶¹:

De facto, caindo inevitavelmente em trabalho de rotina e assoberbado por tarefas muitas vezes afastadas da sua preparação profissional, o esperançoso professor ou investigador, dividindo-se por várias actividades, deixará mais tarde ou mais cedo de estar actualizado no seu domínio de especialização e tornar-se-á um peso morto para a escola que abandonou e para a empresa que estará necessitada de sangue novo.

Uma medida que entretanto terá contribuído para o crescimento da atividade científica universitária foi a lei, decretada em 1941, que obrigava os segundos assistentes a doutorarem-se dentro de um determinado período de tempo²⁰⁶². Manuel Antunes atribuía a esta lei os aspetos positivos que, em sua opinião, estavam a verificar-se nas faculdades de ciências do país: “o aumento de volume de doutoramentos realizados, e a cuidadosa preparação das teses²⁰⁶³”. Em consequência desta atividade e devido a alguma melhoria nas condições de trabalho, Teles Antunes reconhecia haver uma atividade científica crescente nas

em *Educação, Revista Quinzenal de Pedagogia*, 1º Ano, 1ª Série, nº 12, 30 junho 1913, pp. 142–143.

2058 Américo Pires de Lima, *A Cultura do Farmacêutico (sua importância social e nacional)*, oração de sapiência, Araújo & Sobrinho, Suc.ªs, Porto, p. 20.

2059 “Editorial — Necessidade da cultura”, em *Atomo, ciência e técnica para todos*, Ano V, nº 51, 30 março 1952, p. 3.

2060 Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (Discursos, Conferências, etc.)*, Imprensa Nacional, Limitada, Porto, 1950, p. 5.

2061 Egídio Namorado, “A Ciência e a Técnica na vida dos homens”, em *Vértice*, Vol. XXXV, nº 376–377, maio–junho 1975, Coimbra, p. 341.

2062 Este regime foi estabelecido pelos Decretos-Lei nº 31.658, de 21 de novembro 1941, e nº 35.964, de 20 de novembro de 1946, tendo sido determinado, neste último, o prazo máximo de 6 anos para a realização do doutoramento.

2063 Manuel Teles Antunes, “A Universidade e a Cultura”, em *Mundo Literário*, nº 3, 25 maio 1946, p. 10.

referidas faculdades. Entendia, porém, que estas mudanças não se refletiam nem na preparação dos estudantes nem na postura das classes mais instruídas, pois “o sentimento de impotência perante os problemas, de falta de coragem para os encarar, continua a ser o apanágio das nossas elites²⁰⁶⁴”. Em 1961, Eduardo Coelho, defendia a ideia de investigadores-professores e da profissionalização dos investigadores, apresentando como exemplo os casos da França, que possuía, em 1957, três mil investigadores profissionais — um número, aliás, considerado insuficiente pelos franceses —, e o da Alemanha Ocidental, com dois mil e duzentos investigadores espalhados pelos quarenta institutos²⁰⁶⁵ da Max Planck Gesellschaft²⁰⁶⁶.

A situação dos professores universitários alterou-se radicalmente com a publicação do primeiro estatuto da carreira docente universitária (ECDU) em 13 de novembro de 1979, que introduzia a possibilidade de escolha pela dedicação exclusiva. É unanimemente reconhecida a importância deste estatuto para a melhoria da qualidade do corpo docente universitário e das condições de trabalho nas universidades. Com pequenas alterações feitas ao longo dos anos, o ECDU foi atualizado em 2009, tendo conservado, no entanto, os pressupostos e a estrutura da versão original.

Má Preparação Básica e Pouca Motivação dos Estudantes

Para além da elevada qualidade e muita dedicação dos professores, é necessário haver suficiente qualidade no corpo docente para que o ensino universitário seja eficaz e possa cumprir a sua missão. Em todas as épocas foram inúmeras as queixas sobre a preparação e a qualidade dos estudantes que entravam na universidade. Este não era, porém, o único, nem talvez o mais grave, problema.

2064 *Idem, ibidem.*

2065 Nesta época havia em Portugal dois institutos com algum prestígio: O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, reconhecido internacionalmente, e o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária. O Laboratório Nacional de Física Nuclear ainda estava em fase de criação.

2066 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, pp. 83–84; Eduardo Coelho, *Da Problemática da Universidade, o seu sentido ecuménico e nacional*, Lisboa, 1961, p. 31.

Muito mais preocupantes eram a formação mental deficiente e a falta de motivação para o estudo que a maioria deles demonstrava. Na opinião de Teófilo Braga, em meados do século XIX, “entre os estudantes, as aspirações intellectuaes estavam suppridas pela monomania anachronica da *valentia*, e as praxes das *troças* escolares, as antigas *investidas* do seculo XVIII, estavam no auge do vigor, e o calão conimbricense de odio ao *futrica*, de andar á lebre, dar-se à *cabula*, exprimia a realidade da vida académica²⁰⁶⁷”.

Sob a liderança do professor de Medicina António Augusto da Costa Simões (1819–1903) (Fig. 55) e do professor de Física António dos Santos Viegas (1837–1914), foi realizado um esforço pedagógico na Universidade de Coimbra muito centrado no acompanhamento dos alunos com vista ao seu aproveitamento escolar — uma prática que nem no estrangeiro se fazia. Em 1881, Costa Simões afirmava²⁰⁶⁸:

Em França, na Bélgica, por toda a Alemanha e outros estados de semelhantes instituições universitárias, ninguém se importa com o aproveitamento do estudante, em todo o ano lectivo. Deixam cada aluno entregue a si, completamente abandonado. Entre nós, pelo contrário, o professor vai conhecendo, de dia a dia, o aproveitamento e aptidão dos seus discípulos; evita, por este meio, que se descuidem demasiadamente; e, no fim do ano lectivo, tem a melhor das bases para um verdadeiro julgamento. Este sistema português, que eu desejo que se mantenha em futuras reformas, creio que está merecendo favorável acolhimento dos novos professores e alunos; embora o considerem um tanto oposto às condições de liberdade, que todos desejamos, nas diversas manifestações da nossa inteligência.

Costa Simões, muito querido e respeitado pelos seus alunos²⁰⁶⁹, valorizava o “sistema português”, mas a verdade é que esta orientação

2067 Theophilo Braga, *João de Deus, esboço biográfico*, Portugal-Brasil Sociedade Editora, Lisboa, s/d., p. 12.

2068 Anselmo Ferraz de Carvalho, “Professor António dos Santos Viegas”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VI, nº 3, 1937, Universidade de Coimbra, p. 234.

2069 Maximiano Lemos, *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 1º Ano, 1883, Deposito Geral: Campos & Godinho, Porto, 1884, pp. 126–128.

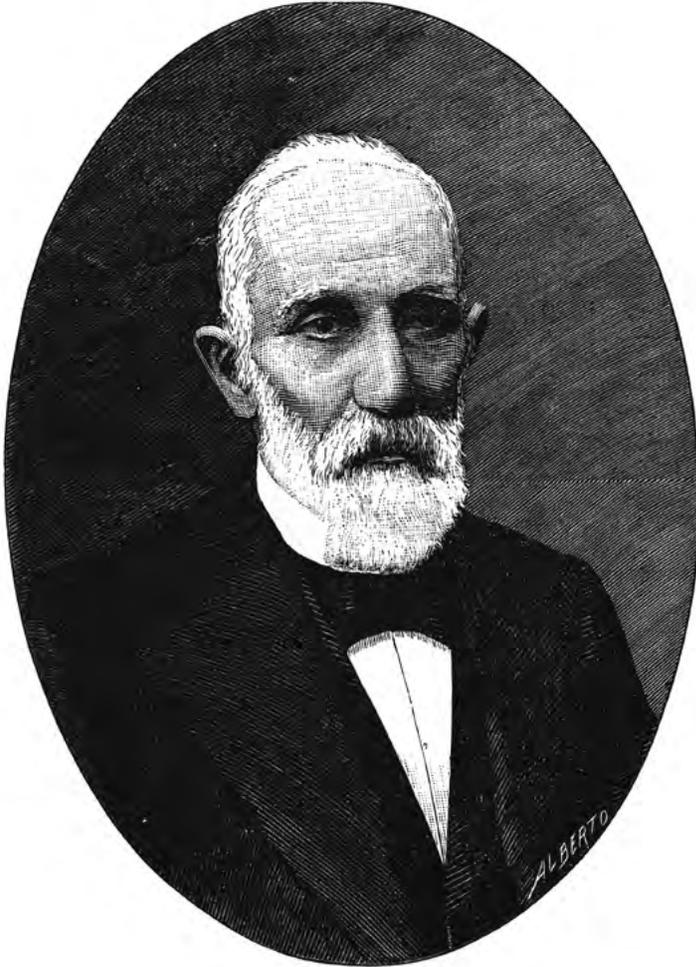


Fig. 55 António Augusto da Costa Simões (*O Occidente*, 10 dezembro 1903).

pedagógica, maculada com algum paternalismo, não desenvolvia nos alunos nem o espírito de liberdade nem o sentido de responsabilidade.

No liceu, as matérias curriculares — segundo algumas opiniões — estavam pedagogicamente tão mal organizadas que pouco delas se deveria esperar para a correta formação dos alunos. Em 1924, o médico portuense António Joaquim de Oliveira Castro afirmava²⁰⁷⁰:

Infelizmente, a miscellanea de conhecimentos de que se compõe o mosaico das materias de instrucção, hoje ministrada nos cursos lyceaes, é de tal maneira complexa e retalhada que, em vez de o seu estudo levar ao afazimento da precisão e da regularidade, e ao amor da inteireza e da perseverança, tende antes a costumar o espirito á indisciplina, avezando-o a contentar-se com o «pouco mais ou menos», que tão contrário é ao progresso científico.

Em 1927, Eusébio Tamagnini reconhecia que os alunos chegavam ao ensino superior mal preparados cientificamente. Segundo este professor, as sucessivas reformas “tinham deixado à margem a questão fundamental — o *espírito do ensino*²⁰⁷¹”. Para além dos factos científicos era necessário transmitir aos alunos o método científico; os alunos deveriam ser colocados na atitude de investigadores científicos; deveriam ser habituados “a descobrir e a deduzir causas, classificações ou generalizações, por processos indutivos”; deveria dar-se-lhes “incentivo e oportunidade para aplicação dos seus novos conhecimentos a uma multidão de outros casos²⁰⁷²”. Em 1940, num relatório interno dirigido ao reitor da sua universidade, o diretor da Faculdade de Ciências de Coimbra, João Pereira Dias, confessava o descontentamento dos professores com a falta de rendimento

2070 António Joaquim de Oliveira Castro, *A Felicidade no Século XX*, Porto, 1924, pp. 64–65.

2071 E. Tamagnini, “O estudo das sciências na educação secundária”, em *Arquivo Pedagógico*, Vol. I, nº 1, março 1927, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 71–72.

2072 *Idem*, pp. 73-79.

escolar e, de entre várias razões, apontava as seguintes²⁰⁷³: “má preparação dos alunos, quer se olhe à sua formação, quer à sua informação, agravada por uma má selecção”; “pequena assiduidade dos alunos” e realização de “exames em outubro”, desmotivando o estudo no período normal²⁰⁷⁴.

Diogo Pacheco de Amorim, que considerava boa a qualidade do ensino universitário da matemática, atribuía as reprovações, mais comuns nesta disciplina, à má preparação dos alunos que chegavam dos liceus²⁰⁷⁵. Por outro lado, parecia não haver maneira de estimular o interesse dos alunos recém-chegados, nem daqueles que estavam há mais tempo na universidade.

As causas da má preparação dos alunos que chegavam à universidade não eram totalmente claras mas uma das que se apontavam era uma deficiente preparação dos próprios professores liceais. O físico português Armando Gibert descreveu em 1946 a forma exemplar como a Suíça resolveu um caso de insucesso escolar universitário. Uma das escolas de engenharia mais conceituadas na época, a Escola Politécnica de Zurique, constatou, a certa altura, que os alunos apresentavam mau aproveitamento escolar. Numa primeira tentativa, pensou resolver este problema contratando professores estrangeiros. Implementada esta solução, verificou-se que os alunos continuavam a apresentar aproveitamento escolar insuficiente. Uma análise mais profunda levou à conclusão de que o problema estaria na deficiente preparação científica dos alunos quando entravam na Escola Politécnica. Uma comissão analisou o estado do ensino secundário, confirmando o que se previra.

2073 João Pereira Dias, “Relatório apresentado ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Director da Faculdade de Ciências (1939–1940)”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VIII, nº 2, 1939–40, Universidade de Coimbra, pp. 149–152.

2074 Para além destas razões ligadas ao corpo discente, João Pereira Dias apontava outras, de natureza funcional e administrativa: “falta de compêndios organizados expressamente para os cursos professados na Faculdade”; “imperfeição do quadro de procedências dos estudos professados nas Faculdades de Ciências”; “imperfeição do regime de estágio imposto aos alunos dos últimos anos de alguns cursos”; “insuficiência do quadro de pessoal docente auxiliar (assistentes e chefes de trabalhos)”; “influência do material didáctico”; “falta de salas apropriadas a trabalhos de laboratório”; v. João Pereira Dias, “Relatório apresentado ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Director da Faculdade de Ciências (1939–1940)”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VIII, nº 2, 1939–40, Universidade de Coimbra, pp. 152–155.

2075 Diogo Pacheco D’Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 15.

Nem os programas nem a falta de profissionalismo dos professores foram acusados por esta situação; o problema estava na deficiente preparação dos professores!... Perante este diagnóstico, o governo suíço decidiu criar, na própria Escola Politécnica, a chamada Secção IX, com o objetivo de oferecer formação conveniente em matemática e física aos professores do ensino secundário. Passados alguns anos, poucos eram os professores liceais destas disciplinas que não estavam doutorados. Como consequência, quase todos os alunos que entravam na Escola Politécnica concluíam satisfatoriamente os estudos²⁰⁷⁶. O problema do insucesso escolar desta escola universitária simplesmente desapareceu.

Pelos estatutos de 1911, os alunos universitários eram dispensados da frequência das aulas teóricas, sendo apenas obrigados a assistir às aulas práticas²⁰⁷⁷. Na década de 1930, os alunos de Coimbra combinavam entre si a distribuição de presenças nas aulas “fugindo ao sacrifício da frequência, que é suprida por apressadas leituras de livros ou *sebentas*.” Num relatório do diretor da Faculdade de Ciências referente ao ano 1939–1940 ressalta a divergência pedagógica então existente entre os professores sobre a obrigatoriedade de frequência escolar. Argumentavam uns que era uma necessidade urgente implementá-la, enquanto outros achavam que os seus benefícios eram ilusórios²⁰⁷⁸. Um dos argumentos invocados para justificar a falta às aulas teóricas assentava numa prática pedagógica generalizada que apenas exigia aos alunos que reproduzissem no exame aquilo que o professor lhes tinha transmitido nas aulas e que estava impresso na sebenta ou nos manuais. Este argumento era utilizado numa crítica ao artigo

2076 Armando Gibert, “O Ensino da Física em Zurich”, em *Mundo Literário*, nº 24, 19 outubro 1946, p. 10.

2077 Para além desta orientação, “proscrescia-se o uso de compêndios e proibia-se a prática da chamada diária”; v. Diogo Pacheco D’Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 23. No século XVIII, porém, as coisas tinham sido bem diferentes. Quando D. João V morreu e seu filho D. José foi aclamado rei, um decreto de 1750 concedia muito excepcionalmente “aos estudantes matriculados na Universidade, a seu pedido, dispensa da frequência das aulas durante um ano lectivo.” Esta dispensa excepcional apenas se justificava pelo extraordinário acontecimento que era a morte do rei; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 142.

2078 Anselmo Ferraz de Carvalho, “Professor António dos Santos Viegas”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VI, nº 3, 1937, Universidade de Coimbra, p. 234; João Pereira Dias, “Relatório apresentado ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Director da Faculdade de Ciências (1939–1940)”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. VIII, nº 2, 1939–40, Universidade de Coimbra, p. 151.

de Álvaro Machado, *Estudo da física médica na actual organização universitária*, publicado no *Jornal dos medicos e pharmaceuticos*, em que este professor de Física defendia a obrigatoriedade de assistência às aulas teóricas. O crítico citava um professor francês de Montpellier que defendia a liberdade de faltar, com o argumento de que “n’uma hora de leitura aproveita-se mais do que com muitas horas de ensino de cathedra²⁰⁷⁹”. Pelo facto de não frequentarem as aulas teóricas²⁰⁸⁰ — comentava Pacheco Amorim em 1951 —, nunca os alunos conseguiam interiorizar o conteúdo das disciplinas nem obter uma verdadeira formação científica²⁰⁸¹:

Nos nossos cursos, quem pensa, quem fala, quem tira conclusões, quem relaciona as doutrinas, quem as sintetiza, quem resolve os problemas, quem discute as hipóteses, quem tudo faz e desfaz, é o mestre. O estudante não fala, ouve; não pensa, vê pensar. Na economia das aulas, o aluno entra apenas como parte integrante do mobiliário indispensável ao seu funcionamento. Nada mais.

Com esta deficiente formação, perguntava-se que confiança se poderia ter nos futuros dirigentes do país. A resposta tinha já sido dada quarenta anos antes por Ricardo Jorge, quando afirmou que, para o país, “o grande mal, o maior mal, não é o analfabetismo, é o iletrismo das classes dirigentes, é o iletrismo dos próprios órgãos da opinião e das próprias classes diplomadas”.²⁰⁸²

No final da década de 1950 — época em que aumentou a frequência do ensino universitário — recebeu-se uma diminuição da

2079 “Dr. Alvaro Machado — Estudo da física medica na actual organização universitária”, em *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Vol. IX, 9º Ano, 1913, pp. 358–360.

2080 No sistema universitário português ainda hoje se mantém a prática de “não ir às aulas teóricas.” Como a prática do ensino livresco já foi há muito tempo banida dos cursos universitários modernos, a falta sistemática às aulas ditas “teóricas” — já que às outras a frequência é obrigatória — é reconhecidamente prejudicial à boa formação dos alunos e não tem qualquer justificação no ensino de qualidade que atualmente se faz na maioria das universidades portuguesas. Noutros países, a falta às aulas, tanto teóricas como práticas ou experimentais, não é sequer admissível e quando ocorre deve ser justificada.

2081 Diogo Pacheco d’Amorim, *Da Cultura Geral do Universitário*, Coimbra, 1951, p. 25.

2082 Ricardo Jorge, *A proposito de Pasteur*, Portugália Editora, Lisboa, 1923, pp. 77–78.

qualidade do ensino, um fenómeno esperável com a massificação²⁰⁸³. No entanto, o que aconteceu foi o aumento exagerado do número de reprovações²⁰⁸⁴ em determinadas cadeiras. Em 1962, Manuel Corrêa de Barros (1904–1991), professor da Faculdade de Engenharia do Porto, entendia que as causas deste insucesso escolar não eram os professores, mas sim as condições de trabalho e os planos de estudo, em muitos casos, antiquados. Os alunos teriam também alguma responsabilidade pelo “abandono das aulas teóricas conjugado com um estudo feito à última hora, por textos de lições muitas vezes mal recolhidos e velhos de vários anos²⁰⁸⁵”. Corrêa de Barros teve o cuidado de apresentar e explicar minuciosamente aos estudantes o que considerava ser o melhor método de estudo²⁰⁸⁶, mas, apesar do seu esforço, os maus hábitos e os insucessos continuaram.

Passados cerca de oitenta anos sobre os comentários de Pacheco Amorim e de sessenta sobre os conselhos de Corrêa de Barros, verifica-se ainda que muitos alunos universitários continuam desmotivados e não têm hábitos de estudo. Neste grupo incluem-se, naturalmente, aqueles que chegaram às universidades com uma preparação básica deficiente, mal sabendo escrever em bom português e incapazes de fazer cálculos matemáticos básicos, o que necessariamente conduz a um desempenho académico medíocre.

Ambiente Estudantil Propício à Irresponsabilidade e à Ignorância

Dada a posição social dos alunos universitários, esperar-se-ia que fossem agentes dinamizadores da sociedade e assumissem uma

2083 Um estudo estatístico detalhado da população universitária no final da década de 1960 pode ler-se em A. Sedas Nunes, “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, pp. 7–97.

2084 A eficiência do ensino superior em Portugal foi sempre muito baixa. Na década de 1960, um período de algum desenvolvimento global do país, apenas 1/3 dos alunos que entravam na Universidade concluíam o curso, o que nos colocava em penúltimo lugar entre 16 países da OCDE, mas à frente da Áustria! V. A. Sedas Nunes, “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, p. 67.

2085 Manuel Corrêa de Barros, *Problemas da Universidade*, Porto, 1969, p. 10.

2086 *Idem*, pp. 15–19.

importante quota de responsabilidade na promoção do desenvolvimento científico e cultural do país. A história do movimento estudantil tem mostrado, porém, que tais expectativas foram muitas vezes goradas. Embora tenha havido, em todas as épocas, estudantes conscienciosos das suas obrigações estudantis e cívicas²⁰⁸⁷, a grande maioria limitou-se a estudar o mínimo para passar de ano, e alguns optaram pelos prazeres da vida urbana, alheando-se tantas vezes dos nobres objetivos que os deviam nor-tear²⁰⁸⁸.

De um modo geral, pode afirmar-se sem exagero que, em todos os tempos, foi má a imagem dos estudantes universitários portugueses. Talvez seja injusta esta apreciação, porque certamente muitos deles tiveram um comportamento responsável, estudando e cumprindo os seus deveres cívicos²⁰⁸⁹. Porém, como noutras situações, basta o condenável exemplo de alguns para que a má fama se generalize a todos.

Boémias, desordens e desacatos

Inúmeros relatos históricos referem que o estudante universitário era boémio e zaragateiro, e que o estudo era a sua última preocupação²⁰⁹⁰. Quando a Universidade, ou o Estudo Geral, ainda se encontrava em Lisboa, surgiram “graves dissensões e escândalos” entre os estudantes e os habitantes da cidade, pelo que o rei D. Dinis decidiu, em 1308, transferir a Universidade para Coimbra^{2091,2092}. Nos

2087 Por exemplo, várias revistas literárias e científicas foram fundadas e dirigidas por estudantes universitários.

2088 Opiniões populares, muito variadas e contraditórias, sobre os estudantes universitários portugueses até à década de 1930 podem ler-se em F. Falcão Machado, “Moços do Estudo”, em *Feira da Ladra*, tomo V, 1933, pp. 42–61.

2089 Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880–1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, p. 166.

2090 No resto da Europa, o comportamento dos estudantes também não era exemplar, muito pelo contrário; v. Docteur Cabanès, *Moeurs Intimes du Passé (quatrième série), La Vie d'Étudiant*, Albin Michel Editeur, Paris, 1949; Léo Moulin, *A Vida Quotidiana dos Estudantes na Idade Média*, Edição “Livros do Brasil”, Lisboa, 1994; E. Lagrange, *Les Écoles au Moyen Age*, A.-N. Lebègue & Cie, Editeurs, Bruxelas, s/d; “Philosophia-Educação das Universidades da Alemanha e do Ensino Universitário da Europa, (British Scientific Repository)”, em *Revista Litteraria*, tomo 8º, 6º Ano, Porto, 1842, pp. 232–265; A. Mazuy, “Types et Caracteres Anciens: L'Écolier (XIV^e siècle)” em *Le Magasin Universel*, tomo 7, 1839–1840, Paris, p. 334.

2091 M. Gonçalves Cerejeira, *Notas históricas sobre Ordenados dos Lentes da Universidade*, separata da revista *Biblos*, Vol. II, nº 12, Vol. III, nº 1, Oficinas da “Coimbra Editora”, Lda., Coimbra, 1927, p. 8.

2092 A universidade regressou a Lisboa em 1338 e voltou a Coimbra em 1354 para regressar de novo a Lisboa em 1377 antes de se estabelecer definitivamente em Coimbra, em 1537.

estatutos manuelinos estabelece-se que “nenhum estudante entre nas escolas com armas ofensivas, e o que o contrário fizer, perca as armas, metade para o bedel e metade para o guarda das escolas²⁰⁹³”. Quando a Universidade regressou definitivamente a Coimbra, o rei D. João III determinou por alvará proibir o uso do punhal pelos estudantes (Fig. 56). No alvará de 20 de julho de 1539, afirma-se “que alguns estudantes dessa Universidade não resguardando o que cumpre a serviço de Deus e meu e à honestidade de suas pessoas andam de noite com armas fazendo músicas e outros actos não muito honestos por essa cidade do que se segue escândalo aos cidadãos e moradores²⁰⁹⁴”. Na verdade, “Coimbra deixara de saber o que era paz, ordem e sossego desde que lá se instalara a Universidade.” A desordem estendia-se às próprias aulas, pois “alguns estudantes — segundo o que se pode ler no alvará real de 23 de setembro de 1539 — não *esguardando* o que cumpre a seu hábito e à honra desses estudos, por algumas leves causas que os a isso movem, estando nas Escolas ouvindo os lentes pateiam com os pés e batem com os tinteiros²⁰⁹⁵...” Um alvará de 4 de maio de 1633 censurava os estudantes de Coimbra por frequentarem “com grande devassidão” os mosteiros de religiosas da cidade e dos arredores²⁰⁹⁶. Uma provisão de 1656 mandava punir os estudantes que andassem armados, ou fossem jogadores; outra, de 1671, aplicava castigos aos que andassem embuçados. O uso de capas sobre a cabeça — muitas vezes úteis para encobrir um delito — foi proibido em 1674 pelo regente D. Pedro²⁰⁹⁷. Cerca de 1690, o reitor Rui de Moura Teles²⁰⁹⁸ causou

2093 António Correia, “Subsídios para o estudo do traje dos estudantes de Coimbra”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 2, 1 julho 1957, p. 13.

2094 *Idem, Ibidem*.

2095 A. de Magalhães Basto, “Um Breve Apontamento para a história do Ensino Humanístico do Porto”, em *Sivdivm Generale*, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Vol. IV, 1957, Porto, pp. 186–187. Na opinião de Magalhães Basto, o receio dos burgueses do Porto de que as mesmas desordens ocorressem na sua cidade impediu durante décadas o estabelecimento do ensino público que os jesuítas queriam instalar na cidade com a criação de um colégio.

2096 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 100.

2097 António Correia, “Subsídios para o estudo do traje dos estudantes de Coimbra”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 2, 1 julho 1957, p. 14.

2098 Ruy de Moura Teles foi Reitor da Universidade de Coimbra entre 1690 e 1694.



(a)



(b)

Fig. 56 Estudantes dos séculos: (a) XVI; (b) XVIII e XIX (*Rua Larga*, 16 outubro/1 novembro 1957).

uma grande agitação na Universidade ao tentar introduzir uma maior disciplina na vida estudantil, proibindo certos luxos e limitando os períodos de matrícula. Acabou por ser alcunhado de “Rei Mourro²⁰⁹⁹”... Durante o reitorado de Pedro Sanches Farinha de Baena, entre 1719 e 1722, formou-se em Coimbra um bando de estudantes conhecido como o “Rancho da Carqueja”, que causou desordens e cometeu assassínios e atrocidades contra a população. Para impedir tais atos de banditismo, foi necessária a intervenção de uma força militar que prendeu 31 estudantes em 20 de fevereiro de 1721. Entre os presos encontravam-se filhos de grandes senhores e alguns eclesiásticos. “O chefe do bando, Francisco Jorge Aires, foi executado, outros morreram na cadeia e os restantes foram degredados”; o poeta D. Manuel Alexandre da Costa foi indultado, acabando a sua vida como alto dignitário da Igreja²¹⁰⁰. A 9 de fevereiro de 1757, houve desordens causadas pelos estudantes por ocasião das matrículas; o reitor foi insultado, as portas da sala das matrículas foram forçadas e as janelas apedrejadas, tendo sido ameaçado de morte quem as guardava. A intervenção militar levou à deportação para a Índia de quatro estudantes²¹⁰¹. No seu livro *Método para aprender e estudar Medicina* (1763), António Ribeiro Sanches recomenda um conjunto de medidas para controlar a vida, os costumes e o estudo dos estudantes, afirmando que conheceu “muitos que se levantavam somente da cama para jantar, estando de boa saúde; outros passando dia e noite a tocar instrumentos músicos, a jogar as cartas, e fazer versos.” E continuava: “não havia noite de Inverno sem outeiros, mesmo diante dos Clérigos [Colégios?] de S. Pedro e S. Paulo: rondavam armados de noite, como se a Universidade estivesse sitiada pelo inimigo²¹⁰²”. Em 1792, registou-se tal indisciplina e mau comportamento entre os estudantes — com insultos constantes aos moradores da cidade

2099 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 125.

2100 *Idem*, p. 136.

2101 *Idem*, p. 142.

2102 Luís de Pina, *Salus Universitatis*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto, 1956, p. 23.

e aos próprios mestres — que foi necessário enviar uma Carta Régia ao reitor, pedindo-lhe que tomasse as medidas apropriadas: expulsão da Universidade ou castigos ainda mais severos²¹⁰³. A opinião pública a respeito dos estudantes era tão má que o autor da *Arte de Furtar*²¹⁰⁴ os inclui entre os responsáveis da degradação social e da corrupção que grassava, no século XVIII, em Portugal²¹⁰⁵:

Como ha de haver no mundo, que se tolére, e permita provarem cursos em Coimbra mais de hum cento de Estudantes todos os annos, sem pôrem pé na Universidade? Andaõ na sua terra matando caens, e escrevem a seu tempo ao amigo, que os approveem lá na matricula, representando suas figuras, e nomes: e daqui vem as sentenças lastimosas, que cada dia vemos dar a Julgadores, que não sabem, qual he a sua mão direita, mais que para embolçarem com ella espor-tulas, e ordenados, como se foraõ Bartholos, e Covas-Rubias. Daqui matarem Medicos milhares de homens, e pagarem-se, como se foraõ Avicenas, e Galenos. E a graça, ou mayor desgraça he, que nem o diabo, que lhes ensinou estes enredos, lhes saberá dar remédio, salvo for levando-os a todos, que he o que pretende.

O início do século XIX continuou agitado em Coimbra. Logo em 1801, ocorreu mais um distúrbio que envolveu estudantes e milícias. No relatório deste caso, o reitor D. Francisco de Lemos manifestou à rainha a sua posição contra a existência das “casas de botequins, de

2103 Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 169.

2104 Embora nas várias edições da *Arte de Furtar* o Pe. António Vieira apareça como autor, os estudiosos entendem que isso não corresponde à realidade. Em 1940, a verdadeira autoria da obra foi atribuída ao padre jesuíta Manuel da Costa (1601–1667) por um outro jesuíta, o Pe. Francisco Rodrigues; v. Francisco Rodrigues, *O Autor da Arte de Furtar; Resolução de um antigo problema*, memória apresentada no Congresso do Mundo Português em 10 de julho de 1940, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1941. Os argumentos apresentados foram convincentes e por isso a conclusão foi bastante bem recebida pela maioria dos especialistas. Porém, Joaquim Ferreira defendia que o verdadeiro autor fora D. Francisco Manuel de Melo, pelo que se estabeleceu entre os dois homens uma acesa polémica, atingindo mesmo a violência verbal; v. Joaquim Ferreira, *D. Francisco Manuel de Melo escreveu a “Arte de Furtar”*, separata de *O Instituto*, Vol. 100, 1942; Francisco Rodrigues, “O Padre Manuel da Costa, Autor da Arte de Furtar”, em *Brotéria*, Vol. XXXVIII, 1944, pp. 506–520; Joaquim Ferreira, *M. Costa & Cª ou a “Arte de Furtar”*, Editorial Argus, Porto, 1945.

2105 Pe. Antonio Vieira [nome falso], *A Arte de Furtar*, Amesterdão, 1744, pp. 271–272.

bilhar e de pasto” que contribuíam para a perversão dos costumes dos estudantes, para os excessos de “vinho e de licores” e para a proliferação de “mulheres públicas.” Em 1803, foi tal o comportamento insultuoso de um aluno — insatisfeito com a classificação do seu doutoramento — que a Universidade decidiu anular-lhe o registo, retirar-lhe o grau e dar-lhe três dias para abandonar a cidade, não podendo nunca mais a ela regressar²¹⁰⁶. Nesse mesmo ano, um “rancho” ou “súcia” de estudantes vadios e libertinos concentraram-se à noite numa determinada casa e, “tomados pelo vinho”, infestaram a cidade, cometendo violências, vandalizando e destruindo de forma muito bem organizada. Dezoito deles acabaram na prisão²¹⁰⁷.

Um dos maiores atentados realizados em Portugal no século XIX — assim o afirma Francisco Augusto Martins de Carvalho (1844–1921) — foi praticado por treze estudantes de Coimbra que assassinaram os lentes Jerónimo Joaquim de Figueiredo e Mateus de Sousa Coutinho, em 18 de março de 1828, quando se dirigiam de Coimbra para Lisboa com o objetivo de felicitar o regente D. Miguel. Estes estudantes faziam parte de uma sociedade secreta que se chamava *Dividignos* e terão sido designados por esta associação para realizar o ato. Nove deles foram presos pouco depois do crime, enviados a Lisboa e enforcados em 20 de junho do mesmo ano. Um outro foi posteriormente preso e igualmente enforcado, em 9 de julho²¹⁰⁸. Os outros três conseguiram fugir²¹⁰⁹.

Em 1838, grupos de estudantes percorreram de noite as ruas da cidade “com toques de tambor, foguetes e alaridos, pedindo tumultuariamente feriados proibidos pela lei e pondo em susto os habitantes da cidade.” A desordem estendeu-se à zona da Universidade; os estudantes foram reprimidos e a Universidade

2106 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 175.

2107 *Idem, ibidem*.

2108 *Sentença proferida em relação contra os estudantes da Universidade de Coimbra, que commeterão o horrroso attentado, de assassinaem os lentes da mesma Universidade, proximo de Condeixa*, Typographia Patriótica, Lisboa, 1828.

2109 Francisco Augusto Martins de Cravalho, *Algumas Horas na Minba Livraria*, Imprensa Academica, Coimbra, 1910, p. 121–124.

encerrada. Em 1839, foi promulgado o primeiro regulamento da Polícia Académica, cujo exercício competia aos lentes e demais corpo administrativo da Universidade²¹¹⁰. Este regulamento foi mais tarde severamente criticado como “uma compilação rude e ingesta d’inepcias e despropósitos disciplinares²¹¹¹”. Em 1841, a paz entre estudantes e habitantes da cidade (os “futricas”) foi de novo ameaçada. Ocorreram motins de estudantes e houve insultos ao Administrador Geral do Conselho dentro da sua própria casa²¹¹².

Na segunda metade do século XIX, a indisciplina estudantil não diminuiu, e ocorreram mais distúrbios²¹¹³. Na noite de Natal de 1852 registaram-se desacatos causados por estudantes na Igreja das Religiosas de Santa Teresa.²¹¹⁴ No carnaval de 1854 ocorreram desordens entre estudantes e “futricas” que estiveram na origem da decisão de 600 estudantes se dirigirem a pé a Lisboa, para pedirem a transferência da Universidade para outra cidade. Ao chegarem a Tomar, as autoridades convenceram-nos a não prosseguir a marcha, tendo ficado acordado que apenas dois elementos da comissão organizadora continuariam o percurso até Lisboa, onde efetivamente falaram com o governo e se apresentaram às Câmaras. Como resultado de tudo isto, “foram demitidos o reitor, governador civil e demais autoridades e não se marcaram faltas até à Páscoa.” Os estudantes dirigiram-se então para Coimbra, “onde dias depois, faziam entrada triunfal, atroando os ares com o hino académico²¹¹⁵”. Deste movimento, conhecido como a *Tomarada*, nasceu a Liga Académica, uma sociedade secreta que zelava pela independência da Academia relativamente à cidade,

2110 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 204–205.

2111 José Leite Monteiro, *O Ultramontanismo na Instrução Pública em Portugal*, Coimbra, 1863, pp. 67–73.

2112 À época, este mau ambiente universitário existia noutros países europeus como, por exemplo, na Alemanha; v. “Philosophia-Educação das Universidades da Alemanha e do Ensino Universitario da Europa (British Scientific Repository)”, em *Revista Litteraria*, tomo 8º, 6º Ano, Porto, 1842, pp. 232–237.

2113 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 208–210.

2114 *Idem*, p. 217.

2115 “Um episódio da vida académica de António Girão”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 10, fevereiro 1956, p. 312; Júlio Ferreira Girão, *Esboço Biográfico de António Luís Ferreira Girão*, Porto, 1902, p. 40.

e as desordens continuaram²¹¹⁶... Em 1864, surgiu uma nova crise académica na sequência do protesto estudantil contra o incumprimento de uma suposta promessa do governo (a dispensa de exames!...). A *Rolinada*, nome por que ficou conhecida, levou à saída de 800 estudantes de Coimbra para o Porto, ao encerramento da Universidade e à demissão do reitor Vicente Ferrer Neto Paiva (1798–1886). Neste movimento esteve envolvido ativamente o então finalista de direito Antero de Quental²¹¹⁷, que mais tarde viria a distinguir-se como o ideólogo do grupo Geração de 70. Antero e seus amigos trouxeram à Academia a discussão de valores culturais e científicos mas, no início do século XX, todo o esforço desta geração se tinha esfumado no esquecimento e “reinava a blague”, como então se dizia²¹¹⁸. Em 1911, quando era reitor Daniel de Matos, houve movimentos estudantis que causaram distúrbios na cidade e protestos dos vereadores camarários, que se prolongaram por 1912. Em 1913, ocorreram desordens entre estudantes, polícias e os militares durante a agitação denominada “Roubo do boné” ou “Olha o boné”, o que levou os estudantes a abandonarem de novo a cidade durante alguns meses²¹¹⁹. Em 1914, surgiu um novo conflito entre os estudantes e a população, quando um estudante foi atingido por um tiro durante uma zaragata no Café Montanha²¹²⁰. Alguns estudantes foram presos, e a Universidade encerrou mais uma vez²¹²¹.

As desordens estudantis não foram exclusivas de Coimbra. Ocorreram igualmente na Academia Politécnica do Porto²¹²². O carnaval de 1897 foi aqui particularmente quente, pois durante vários

2116 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 218–219.

2117 Sant’Anna Dionísio, “A sinceridade política de Antero de Quental”, em *Seara Nova*, Ano XXVIII, nº 1113, 7 maio 1949, p. 188.

2118 Alfredo Pimenta, *Os despeitos da Academia*, Typ. de Lima & Irmão, Coimbra, 1903.

2119 António Correia, “O roubo do boné”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 1, 10 junho 1957, pp. 16–20

2120 *Idem*, p. 20.

2121 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 308.

2122 Em 1858, os estudantes da Politécnica decidiram pedir ao governo autorização para usar traje académico (capa e batina) da mesma forma que se usava em Coimbra; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripiceiro*, V Série, Ano XIV, nº 7, novembro 1958, p. 196.

dias os estudantes incomodaram a população da cidade com brincadeiras carnavalescas inapropriadas, tendo ocorrido mesmo a intervenção da polícia, de que resultaram cabeças partidas de ambos os lados. No dia 24 de fevereiro, Francisco Gomes Teixeira, diretor da Academia, solicitou a presença da polícia em frente do edifício para impedir que os estudantes, que faziam algazarras e quebravam vidros, deixassem de perturbar o bom funcionamento das aulas. Desconhecendo tal pedido, os estudantes manifestaram-se contra a presença policial e provocaram os agentes, que reagiram invadindo a escola e batendo a torto e a direito. No rescaldo da confusão, foi encerrada a Academia, os estudantes pediram a demissão de Gomes Teixeira e exigiram o castigo dos policiais invasores, particularmente dos que tinham usado pistolas²¹²³. Realizado um inquérito e lidas as conclusões, o Governador Civil mandou arquivar o processo no dia 6 de março²¹²⁴. Gomes Teixeira deixou, voluntariamente, o cargo de diretor, entregando-o ao professor mais antigo Adriano de Paiva, Conde de Campo Belo.²¹²⁵ Alguns anos passados, em 15 de março de 1900, os lentes da Academia ofereceram, no Palácio de Cristal, um grande banquete de homenagem “ao sábio matemático, dr. Gomes Teixeira²¹²⁶” e, em 8 de maio de 1900, foi-lhe feita na Câmara dos Pares uma homenagem, por iniciativa do doutor Gonçalo Almeida Garret que fez também o discurso. O orador realçou as qualidades do homenageado que tinha acabado de receber um prémio da Academia Real das Ciências de Madrid e declarou ser-lhe muito grato lembrar, “para honra do meu partido²¹²⁷ e do governo, que ainda não lhe foi deferida a solicitada exoneração, e creio que não haverá ministro que lh’a conceda²¹²⁸”. Em agosto, o ilustre matemático era convidado pelo governo a reassumir as suas funções à frente da Academia Politécnica²¹²⁹, o que viria a aceitar.

2123 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano II, nº 10, fevereiro 1947, p. 234.

2124 “Aconteceu há cinquenta anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano II, nº 11, março 1947, p. 259.

2125 A auto-exoneração de Gomes Teixeira não foi aceite pelo governo.

2126 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano V, nº 11, março 1950, p. 261.

2127 Refere-se ao Partido Progressista, rival do Partido Regenerador no qual militava Gomes Teixeira, tendo sido eleito através deste partido deputado e vereador da Câmara Municipal do Porto.

2128 Gonçalo de Almeida Garret, *Homenagem da Camara dos Dignos Pares do Reino ao Doutor Gomes Teixeira*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p. 5.

2129 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VI, nº 4, agosto 1950, p. 94.

Nos primeiros anos do século XX, foram frequentes os desentendimentos entre os estudantes da academia portuense e a polícia por causa das festividades do carnaval, das festas dos caloiros ou das manifestações de protesto político que os estudantes promoviam com frequência e que, muitas vezes, granjeavam o apoio popular. Estas lutas levavam, ocasionalmente, ao encerramentos dos edifícios escolares da Academia Politécnica e do Instituto ou da Escola Médica. Em 1902, a crise da dívida pública e as medidas de austeridade impostas pelo governo levaram a protestos e greves estudantis nacionais contra o “convénio”, imposto pelos credores²¹³⁰, e a “venda da Pátria ao estrangeiro²¹³¹”, com a inevitável intervenção policial. Por meio de um aviso, colocado a 3 de fevereiro de 1904 no átrio do edifício da Academia Politécnica, Gomes Teixeira exortava os estudantes a evitarem os excessos das brincadeiras carnavalescas que pudessem prejudicar o bom nome da Academia²¹³². Os protestos contra a concessão do monopólio dos tabacos²¹³³ em maio de 1905, conhecidos como “a campanha do charuto”, causaram uma grande perturbação na cidade do Porto²¹³⁴. Houve jornais que foram encerrados, e os protestos estudantis estenderam-se à Politécnica, ao Instituto Industrial e Comercial, Liceu, Escola Normal, Escola de Belas-Artes e Escola Infante D. Henrique e ainda à população. A invasão policial da Politécnica — a que não

2130 Foram feitos muitos protestos contra o “convénio”, que hoje se chamaria “memorando”... A 20 de março de 1902, os estudantes do Porto “protestaram veementemente, em cortejo que, depois de percorrer várias ruas da cidade, se dirigiu à redação do jornal ‘O Norte’ [órgão do partido republicano] contra o projectado convénio com os credores externos. O cortejo académico foi dissolvido pela polícia, na Rua de Santa Catarina. Três estudantes presos, libertados horas depois.” A 6 de maio do mesmo ano, a Associação Industrial Portuense enviou a D. Carlos uma nova e enérgica representação contra o convénio, cujas cláusulas eram, na opinião desta Associação, “a causa da ruína dos mais poderosos factores da riqueza pública” e consequentemente “do desaparecimento da própria nacionalidade.” v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 11, março 1952, p. 261; *Idem*, Ano VIII, nº 1, maio 1952, p. 27.

2131 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 10, fevereiro 1952, p. 235; *Idem*, Ano VII, nº 12, abril 1952, pp. 286–287; *Idem*, Ano VIII, nº 1, maio 1952, pp. 27–28.

2132 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, nº 10, fevereiro 1954, p. 316.

2133 J.P. Pimenta de Castro, *O Tesouro e o contracto dos tabacos*, Typographia Minerva, Famalicão, 1905. Na opinião de Rodolpho Guimarães, este notável estudo passou despercebido à imprensa periódica da época e ao grande público; v. Rodolpho Guimarães, “Les Mathématiques en Portugal”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 56º, nº 3, março 1909, pp. 101–102.

2134 É de referir que as manifestações ou greves pláticas não faziam parte da tradição estudantil portuense; v. “O aluno mais antigo da Academia Politécnica” em *Porto Académico*, número único comemorativo do 1º Centenário da Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica, abril 1937, p. 8.

escapou uma aula de química em pleno funcionamento — criou um novo incidente entre esta escola, o seu diretor, a polícia e o governo civil²¹³⁵. As manifestações contra o “contrato do tabaco” continuaram na academia portuense em 19 de fevereiro de 1906, sendo presos alguns estudantes do Instituto e da Escola Elementar de Comércio²¹³⁶.

As desordens não eram a única manifestação de que algo estaria mal no mundo estudantil português. O desinteresse geral pela cultura foi uma realidade da história universitária. As motivações nobres e os ideais superiores não moldavam as atitudes e as ações da maioria dos estudantes universitários, mas houve, felizmente, algumas raras exceções que merecem ser referidas.

Atos meritórios de alguns estudantes

Apesar dos muitos desvarios, houve sempre atos de grande sensibilidade social realizados pelos estudantes de Coimbra, como, por exemplo, o apoio social aos mais pobres, a organização de festas nas cadeias, a distribuição de esmolas aos presos e o resgate dos mesmos²¹³⁷. A Confraria da Caridade dos Escolares e Professores, denominada de Nossa Senhora da Luz — fundada ou, pelo menos, remodelada pelo Infante D. Henrique — ajudava estudantes necessitados com as esmolas de lentes e alunos²¹³⁸. No século XVI funcionava um hospital na Universidade para os estudantes necessitados, financiado pela Confraria, com a assistência gratuita de um médico que também devia tratar qualquer outro estudante pobre da Universidade ou do Colégio de S. Paulo²¹³⁹.

Por volta de 1780, fundou-se em Coimbra a Sociedade de Celas, uma associação científica de estudantes, embuída do espírito

2135 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 1, maio 1955, pp. 29–31.

2136 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 10, fevereiro 1956, p. 317.

2137 São relatados vários atos semelhantes em Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.

2138 Luís de Pina, *Salus Universitatis*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto, 1956, p. 28.

2139 “O primeiro médico escolar no século XVI, pelo Dr. Lopes Dias” (resumo) em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXV, 1942, p. 228.

da Reforma Pombalina, cujos sócios, trabalhando em “diferentes ramos da filosofia”, tinham como objetivo serem úteis à pátria. Por iniciativa desta sociedade, foram apresentadas comunicações sobre vários assuntos, incluindo a “tinturaria de lãs”, o comércio e a agricultura. Na sequência da formatura e conseqüente saída de estudantes influentes, como Manuel Joaquim Henriques de Paiva, bem como da oposição antirreformista surgida após a queda do Marquês de Pombal, a Sociedade de Celas terminou as suas atividades, resumindo-se, assim, a sua vida a dois curtos anos²¹⁴⁰. Foi uma iniciativa dos estudantes a criação da Nova Academia Dramática que originaria O Instituto e a Sociedade Filantrópico-Académica, mais conhecida simplesmente como Filantrópica, idealizada e concretizada por Feliciano Augusto de Brito Correia em 1850²¹⁴¹. Os estatutos desta Sociedade foram aprovados por decreto de 1852 e neles se definia a missão de apoiar socialmente os estudantes liceais e universitários, pobres ou doentes — uma prática académica que já vinha aliás do tempo de D. João III ou mesmo de D. Afonso V.²¹⁴² Tal era o mérito desta associação, que D. Pedro V aceitou ser seu protetor em 1857²¹⁴³. O professor de Botânica Júlio Henriques serviu como presidente efetivo da Filantrópica durante 16 anos, de 1894 a 1910.

Em 1901 foi fundado por estudantes da Universidade de Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC)²¹⁴⁴, como reação ao movimento antirreligioso da época. Extinto pela República e reaberto em 1912, o CADC chegou a ter 500 estudantes associados no início da década de 1930. Nesta altura, esta associação

2140 A.J. Soares, “Teve carácter científico a primeira associação de estudantes de Coimbra” em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 7, 25 novembro 1957, pp. 211–213.

2141 Um resumo histórico desta sociedade pode ler-se em H. Teixeira Bastos, “Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra”, em *O Instituto*, Vol. 70, 1923, pp. 7–26.

2142 A. da Rocha Brito, “Notas e Documentos”, em *Cursos e Conferências*, Vol. I, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, pp. 144–146.

2143 H. Teixeira Bastos, “Sociedade Philantropico-Academica de Coimbra” em *O Instituto, jornal científico e litterario*, Vol. VI, 15 janeiro 1858, nº 20, pp. 243–244; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 223.

2144 Luís Lopes de Melo, *O Centro Académico de Democracia Cristã (C. A. D. C.) — História Breve*, Separata do número especial do *Correio de Coimbra* comemorativo das bodas de ouro do C. A. D. C., Coimbra, 1951.

tinha preocupações de natureza recreativa, desportiva, benemérita e cultural, e tinha o apoio de lentes de Coimbra e de figuras públicas nacionais²¹⁴⁵.

Noutros locais ocorreram iniciativas de carácter social semelhantes às de Coimbra. Em 1880, ano do centenário de Camões, os estudantes do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa fundaram — misturando intuítos beneméritos com a apologética republicana — a Associação Camoniana de José Victorino Damásio²¹⁴⁶, que também se designou como Associação Filantrópico-Académica José Victorino Damásio²¹⁴⁷.

No que diz respeito a iniciativas culturais houve igualmente bons exemplos nos meios estudantis. Em 1839 surgiu em Lisboa um grupo de estudantes com preocupações de natureza cultural fora do âmbito dos seus estudos. Organizou uma sociedade académica, a Escolástico-Filomática (1839–1846), cujo órgão era o *Cosmorama Literário*. Faziam parte desta sociedade estudantes de cursos técnico-científicos das Escolas Superiores de Lisboa (Escola do Exército e Politécnica), como Latino Coelho, Andrade Corvo, Ribeiro de Sá, ou da Escola Médico-Cirúrgica, como Tomás de Carvalho ou Magalhães Coutinho²¹⁴⁸. Naquele mesmo ano, surgia em Coimbra o movimento cultural da “geração nova” ligado à já referida Academia Dramática.

No último quartel do século XIX — um período de grande entusiasmo universal em torno da ciência — houve alguns embora poucos estudantes portugueses que se interessaram pela sua divulgação. Uma das poucas revistas de divulgação publicadas por estudantes foi *O Pantheon, Revista Quinzenal de Sciencias e Lettras*, do Porto, dirigida por José Leite de Vasconcelos e Mont’Alverne de Sequeira (1859–1950), quando frequentavam a Escola Médico-Cirúrgica.

2145 Carta de Luiz Moreira de Sá e Costa ao Conde de Maфра, Coimbra, 8 de março 1932.

2146 Associação Camoneana “José Victorino Damásio”, *Estatutos da Associação Camoneana “José Victorino Damásio”*, Tipografia Minerva Central, Lisboa, 1892; Associação Camoneana “José Victorino Damásio”, *Relatório de 1912–1913; apêndice: história e estatística*, Lisboa, 1914.

2147 *A Associação Victorino Damásio*, em Bernardino Machado, *Homenagens*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1902, pp. 83–84.

2148 Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Editorial Presença, Lisboa, 1985, p. 180.

Destinada ao público académico, esta revista teve, porém, uma vida efémera, tendo-se publicado de novembro de 1880 a outubro de 1881. No 24º e último número, o diretor-proprietário Mont'Alverne de Sequeira queixava-se do facto de terem sido “os estudantes portuenses, nossos colegas, os assassinos d’esta revista, e os culpados de não termos alargado mais a area dos nossos desejos para o desenvolvimento d’esta modestissima publicação.” Por falta de interesse, não a assinavam e o projeto faliu. Acusava-os ainda “da modorra que os inibe de fazer outra coisa, que não seja decorar os livros da aula.” Apesar do entusiasmo que a ciência despertava em toda a parte, o desinteresse científico-cultural da grande maioria dos alunos da Escola Médico-Cirúrgica e de outras escolas era uma realidade. Nas escolas portuguesas dominava a “mentalidade da sebenta”, embora com honrosas exceções²¹⁴⁹, o que impedia o alargamento do horizonte cultural da maioria dos estudantes²¹⁵⁰.

As condições favoráveis à atividade cultural também não existiam. Ao relembrar a sua experiência de estudante, iniciada em 1926, António Macedo descreve a vida boémia coimbrã e pergunta²¹⁵¹:

Que fazer mais ou de melhor se tudo faltava aqui: galerias de arte e museus, salas de música, de festas ou de canto; recintos para exposições, concertos, palestras ou conferências;

2149 É de referir que, no século XIX, alguns estudantes universitários portugueses foram responsáveis pelo lançamento de bastantes revistas culturais e científicas, tendo contribuído de forma ativa para o incremento da cultura universitária e nacional. No século XX, a atividade redatorial das associações de estudantes universitários foi bastante diversificada, tendo tido alguma relevância sobretudo no meio estudantil. Um estudo sobre a imprensa estudantil na Universidade de Lisboa, no período de 1945 a 1967, pode ler-se em Vitor Ferreira, A. Sedas Nunes, “O ‘meio universitário’ em Portugal: subsídios para a análise sociológica da sua estrutura e evolução no período 1945–1967”, em *A Universidade na Vida Portuguesa*, A. Sedas Nunes (org.), Vol. II, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1969, pp. 238–307.

2150 Em 1916, surgiu na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto uma revista estudantil, a *Revista dos Estudantes da Universidade do Porto*, que tinha por objetivo melhorar o nível cultural académico “arquivando as indagações pessoais dos alunos, promovendo a sua formação estética e aproximando-os, pela vulgarização e crítica, do movimento científico português.” Declarava-se ainda o “desdem pelas tentativas de impôr ao ensino das Universidades um molde estritamente utilitário. As Universidades não sam escolas profissionais — sam escolas de *humanidades*, nucleos de cultura”; v. “Apresentação”, em *Revista dos Estudantes da Universidade do Porto*, Ano I, nº 1, janeiro 1916, Typografia da “Renascença Portuguesa”, Porto, p. 1.

2151 António Macedo, *Da Academia do meu tempo aos estudantes de amanhã*, Livraria Internacional, Porto, 1945, pp. 11–12.

campos de jogos, ginástica e piscinas; postos de rádio-emissão, teatros e cinemas — de finalidade educativa; bibliotecas, jornais e revistas — de informação geral ou técnica; institutos culturais, artísticos e de investigação científica; gabinetes de trabalho, parques de repouso, centros de recreio, etc., etc.? E como conservar o corpo são e limpo, se a formação física se confinava no pontapé à bola e não havia balneários, lavandarias, postos de higiene e assistência profilática, dispensários clínicos?

Em 1933 os estudantes dos cursos de Biologia e Geologia da Faculdade de Ciências do Porto fundaram a Associação da Filosofia Natural que se destinava “ao desenvolvimento da cultura científica dos seus associados, a fazer nascer o interesse pela investigação e a aproximar tanto quanto possível os professores aos alunos²¹⁵²”. Segundo a opinião da respetiva Direção, a necessidade da existência desta Associação fazia-se sentir há muito²¹⁵³:

Dum modo geral os alunos universitários preocupam-se simplesmente com preparar-se para satisfazerem os interrogatórios de exames, procurando apenas nos livros e um pouco nos laboratórios, os conhecimentos que os programas obrigam a possuir. O trabalho científico a que se dedicam é feito com o único fim de possuírem um curso. Não são impelidos á pesquisa científica pelo desejo de agradáveis sensações, ou pela aspiração de conhecer mais e melhor as coisas e fenómenos do Mundo que nos cerca. Dêste modo, a ligeira bagagem científica de que se munem é alijada a maior parte das vezes logo após a realização dos exames.

Em geral a sebenta era ainda a fonte única de todo o conhecimento dos alunos universitários. Em 1947, o estudante Vidal Caldas Nogueira lamentava ter “forçosamente de sacrificar o seu gosto pela lei-

2152 A Direção, “A Associação da Filosofia Natural”, em *Trabalhos dos Alunos da Associação da Filosofia Natural (dos alunos da Faculdade de Ciências)*, Vol. I, Fasc. 1º, Porto, 1934, p. 5.

2153 *Idem, ibidem.*

tura e pela especulação, só para atender fanaticamente ao império da sebenta²¹⁵⁴”. Sobre o ambiente cultural existente nas escolas, o mesmo estudante comentava²¹⁵⁵:

É desprimoroso, inconcebível até, que ao entrarmos num estabelecimento de ensino, quer secundário, quer superior, oiçamos nos intervalos das aulas renitentes controvérsias sobre os desafios de futebol ou sobre a vida pública e privada dos jogadores. Vê-se que a conversa fútil sobre o desporto emocional vibra na alma do estudante e de todos os jovens. Vê-se que a emoção criada pelo desporto contagia até os que têm obrigação de viver mais do espírito do que da sensação banal excitada pelo jogo da bola.

Nesta época, não havia condições culturais nem físicas, para se estudar nas instalações universitárias, fora das aulas. Os alunos iam às escolas superiores apenas para assistir às lições e quase só às obrigatórias. Entre eles a discussão intelectual era muito limitada. As instalações escolares não eram adequadas ao convívio cultural e o regime político era avesso a concentrações. O estudo fazia-se em casa ou no “café”, isoladamente ou na melhor das hipóteses com um ou dois amigos. Vidal Nogueira descreve desta forma o ambiente académico no Porto a meio do século XX²¹⁵⁶:

Os estudantes do Porto, todos dispersos, rivalizando por vezes os de estabelecimentos de ensino diferentes, desconhecendo-se até os da própria turma ou ano, constituem uma existência indefinida, apartada do movimento citadino. Carecem de vida comunicativa, da sã atmosfera social, indispensáveis à sua sólida formação do espírito. Ou têm vida de cela, limitada portanto à solidão quase misantrópica de quatro paredes sombrias, vivendo fora do contacto íntimo com professores e colegas, ou

2154 Vidal Caldas Nogueira, *O Estado da Cultura e do Civismo Português*, Edições Nelita, Porto, 1948, p. 12.

2155 *Idem*, pp. 17–18.

2156 *Idem*, pp. 30–31.

fazem vida de ‘café,’ onde estudam para fazer ‘exame.’ É característico do Porto o estudo no café. É já vício dos estudantes.

Ao relembrar o seu tempo de estudante, Joaquim Alberto Pires de Lima afirmava, em 1948, que nessa altura “havia realmente muitos rapazes que sacrificavam a Vénus e a Baco, ou que passavam as noites na batota, a estafar a mesada”, mas havia também “os melhores alunos” que quando tinham “uns tostões no bolso, iam à noite ao teatro, receber lições dos grandes clássicos.” E acrescentava: “não se falava ainda, felizmente, na brutalidade do futebol, nem no cinema²¹⁵⁷”.

É natural que os defeitos e vícios da sociedade portuguesa se manifestem no seio das universidades. Não se poderia esperar dos estudantes portugueses que se comportassem como os estudantes norte-americanos que, para poderem pagar os seus estudos, exerciam simultaneamente “um mister humilde, que entre nós (ou em qualquer país da Europa) seria considerado aviltante”, como serventes de mesa “em clubes ou em *boarding houses*”, “cobradores de casas comerciais, bilheteiros de teatro, acendedores de candeeiros, *chasseurs* de hotéis²¹⁵⁸”.

Conduta superficial, pouco estudo, diplomas e empregos

Em pleno século XX, muitas atitudes dos estudantes portugueses mostravam ainda muita superficialidade e pouca maturidade. Em 1952, Américo Pires de Lima, Diretor do Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio,²¹⁵⁹ opinava desta forma sobre a atitude de alguns jovens, seus discípulos:²¹⁶⁰

Nota-se uma verdadeira psicose entre alguns jovens. Dir-se-ia que estão sinceramente convencidos de que o mundo nasceu com eles, para eles, e não sei se, até, por obra e graça

2157 J.A. Pires de Lima, “Como se divertiam os rapazes do meu tempo”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, n.º 7, novembro 1948, p. 153.

2158 Ruy Mayer, “Páginas para serem meditadas: O estudante norte-americano”, em *Scara Nova*, Ano IX, n.º 212, 3 julho 1930, p. 306.

2159 Américo Pires de Lima, “O Prof. Gonçalo Sampaio, Elogio Histórico”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XXIII, n.º 1, 1938, pp. 5–18.

2160 Américo Pires de Lima, *Regresso à Natureza*, Porto, 1952, pp. 8–9.

deles. Tudo quanto os antepassados pensaram e produziram é velho e relho,^[2161] bafiento e inútil, se não terrivelmente prejudicial para a sua felicidade. Particularmente o século XIX seria o grande responsável pelas tragédias do século XX.

Embora esta opinião revele a existência de algum inconformismo na juventude desta época, Américo Pires de Lima entendia, com base na sua experiência de professor, que esse inconformismo era mais uma manifestação de ignorância e superficialidade do que a vontade genuína de melhorar o mundo. Numa palestra de recepção aos novos alunos da Universidade, em 1955, Luís de Pina falava na saúde e salvação da Universidade e apresentava um “compromisso escolar” com 32 pontos, que o bom estudante deveria cumprir²¹⁶². Era uma lista de propósitos que iam do respeito pelos mestres e colegas à obrigação de estudar, passando pelas preocupações culturais e valores éticos.

A atitude dos estudantes perante o estudo sempre causou alguma perplexidade aos mais velhos com maior sentido de responsabilidade. Em 1957, José Antunes Serra reprovava o modo “facilitista” com que os estudantes encaravam os seus estudos:²¹⁶³

Cada vez é menor o número dos [estudantes] que procuram «saber» e não apenas «passar»; a mocidade está descrente dos valores espirituais; só lhe interessa, a par das atividades próprias da idade, obter um diploma para se instalar na vida o mais prosperamente possível.

Os estudantes não ambicionavam sequer uma boa preparação profissional. O único objetivo era o “canudo”, e a esperança associada de encontrar um lugar bem remunerado — mas este problema já vinha de longe. Em 1858, o rei D. Pedro V, que a si próprio se

2161 “Velho e relho” é uma expressão utilizada para significar “muito velho.”

2162 Luís de Pina, *Salus Universitatis*, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto), Porto, 1956, pp. 34–38.

2163 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nível de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, pp. 57, 66 nota(1).

cognominava “Amigo dos que trabalham²¹⁶⁴”, recomendava aos alunos da Escola Politécnica de Lisboa: “não fecheis os livros e não vos lembreis dos diplomas que da escola levais; aquelles valem sempre, estes uma vez só; aquelles instruem, estes muitas vezes iludem²¹⁶⁵”. Em 1884, afirmava-se sobre a maioria dos alunos de medicina em Portugal²¹⁶⁶:

A pejar os bancos das eschololas medicas, affluem, na grande maioria, os cubiçosos d’um diploma facil que os habilite a mercadejar com uma profissão, ás vezes, rendosa; inferiores a aprendizes d’officio, deslisam d’anno para anno ao longo do curso, graças á benevolencia do jury e ao *savoir-faire*, sem disvelo d’applicação, sem cultura d’espírito, massa cretina e inepta onde toscamente se modela um medico de partido.

Em 1914, o capitão Correia dos Santos, professor assistente da Universidade de Lisboa e do Colégio Militar, afirmava que “em Portugal, em regra, o alumno só quer a carta do curso, para alcançar colocação em qualquer lugar do Estado e pouco sente a falta de conhecimentos²¹⁶⁷”. João de Barros escrevia em 1916, referindo-se ao “fetichismo pelo diploma²¹⁶⁸”:

Não conheço vinte pessoas que tenham dado aos seus filhos a noção de que se estuda para saber, de que se trabalha para aprender. Em Portugal — trabalha-se para obter o diploma. Mais nada.

Em 1934, entre as reformas a longo prazo que Agostinho de Campos considerava necessárias, encontrava-se a “reforma da mentalidade nacional, que procura as escolas, não com vista à educação e ao saber, mas

2164 Xavier da Cunha, “Homenagem Posthuma ao Visconde Julio de Castilho”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 6, junho 1919, p. 273.

2165 *Palavras de D. Pedro V*, Typographia Lisbonense, Lisboa, 1870, p. 101.

2166 Maximiano Lemos, *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal*, 1º Ano, 1883, Deposito Geral: Campos & Godinho, Porto, 1884, p. iv.

2167 Capitão Correia dos Santos, *Uma Viagem de Estudo*, Instrução, Lisboa, 1914, pp. 182–183.

2168 João de Barros, *Educação Republicana*, Livraria Aillaud & Bertrand Paris, Lisboa, 1916, p. 37.

quási exclusivamente no empenho de obter diplomas, como chaves do futuro material de cada um²¹⁶⁹. Os estudantes não seguiam os conselhos que Cruz Malpique tão bem expôs numa revista de cultura geral da última metade da década de 1940²¹⁷⁰: levantar cedo e cedo erguer, preparar as lições metódica e inteligentemente, não alimentar a presunção de fazer impecavelmente os trabalhos escolares à primeira, fazer leituras à margem dos trabalhos escolares, saber conversar e respeitar as opiniões alheias, procurar pôr um corpo sã ao serviço de uma alma sã. Ferreira de Macedo, professor liceal e universitário e fundador da Universidade Popular Portuguesa, afirmava que tinha concluído da sua experiência docente serem os alunos mais interessados em aprender aqueles que assistiam à suas “lições populares de vulgarização científica” e acrescentava²¹⁷¹:

Afora raras exceções, os estudantes do ensino oficial teem, sobretudo, a preocupação dos exames; o seu ideal é o diploma que lhes há-de dar um lugar rendoso na sociedade. Para ser inteiramente justo, devo dizer que muitos dêsses alunos (os melhores moralmente) procedem assim, porque a organização oficial do ensino os leva para essa atitude.

Na segunda metade do século XX, ex-alunos de Coimbra lembravam-se com saudade da “Coimbra antiga”, “de seus poetas e dos seus boémios, das suas alegrias e das suas anedotas” e também de “toda essa ciência grave, decorativa e pitoresca, em que a gente aprendia a não estudar e a não precisar de saber²¹⁷²”...

A oferta de trabalho para os jovens saídos da universidade foi sempre bastante limitada em Portugal. Em 1820, afirmava-se que a média anual de 200 alunos que saíam formados da Universidade de

2169 Agostinho de Campos, *O Império e a Educação*, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 25.

2170 Cruz Malpique, “24 horas na vida dum estudante”, em *Ver e Crer*, nº 41, setembro 1948, pp. 3–8.

2171 A.A. Ferreira de Macedo, *A Educação do Povo*, Seara Nova, 1945, p. 24.

2172 Augusto de Castro, “Nossa Senhora da Alegria”, em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 28, 14 junho 1959, p. 235.

Coimbra era um número demasiado elevado²¹⁷³. Um século mais tarde, Aurélio Quintanilha afirmava²¹⁷⁴:

Todos estamos de acôrdo em que produzimos um excesso de diplomados que não encontra depois na vida prática possibilidade de colocação nem processo limpo de angariar o pão de cada dia. Tal excesso de bachareis, cauterizado desde longa data pelos mais lúcidos espíritos da nossa grei, é certamente uma das causas profundas do estado de desordem em que o país tem vivido, pela disputa feroz pelo emprego público entre os possuidores de um inútil canudo de bacharel, que muitas vezes os não habilita senão para digerir pacatamente as sopas comidas à sombra do orçamento.

Em 1929, no período da crise económica e financeira dos EUA, as dificuldades de emprego dos jovens engenheiros portugueses eram muito preocupantes — não pelo excesso de engenheiros, mas pela escassez de indústrias que precisavam dos seus serviços, uma situação que continuou por largos anos²¹⁷⁵. O “proletariado intelectual” — assim se denominava o numeroso grupo de jovens com cursos superiores completos e incompletos sem trabalho condigno — constituía não só um fenómeno natural da evolução mas também um problema conjuntural²¹⁷⁶. Os engenheiros que conseguiam arranjar emprego realizavam funções burocráticas em repartições públicas²¹⁷⁷, desperdiçando ingloriamente as suas competências técnicas. Para tentar travar este fenómeno, restringiu-se o acesso aos cursos superiores com a criação

2173 Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, tomo 2, Chez Rey et Gravier, Librairies, Paris, 1822, p. 44.

2174 A. Quintanilha, “O problema do nosso ensino superior”, em *Seara Nova*, Ano XII, nº 331, 9 fevereiro 1933, Lisboa, p. 291.

2175 Francisco Dias, “Haverá engenheiros a mais em Portugal?”, em *Sol*, nº 220, 21 maio 1949, Lisboa, pp. 1, 8; Eliseu Resso, “Haverá engenheiros a mais em Portugal?”, em *Sol*, nº 228, 16 julho 1949, Lisboa, pp. 1, 11; Francisco Dias, “Haverá engenheiros a mais em Portugal?”, em *Sol*, nº 234, 27 agosto 1949, Lisboa, pp. 1, 10.

2176 Emílio Costa, *O Destino do Proletariado Intelectual*, Seara Nova, Lisboa, 1935.

2177 Victor de Sá, *Sociedade e Cultura*, Livraria Victor, Centro Cultural do Minho, Braga, 1958, pp. 22–23.

do *numerus clausus* — uma solução inibidora para um país precário, industrial e agricolamente atrasado, como era Portugal²¹⁷⁸.

Os mais velhos preocupavam-se com a escassez de empregos, e não compreendiam certas atitudes dos jovens perante as oportunidades profissionais que lhes surgiam. José Antunes Serra criticava, em particular, a postura interesseira dos jovens logo no início de uma carreira científica²¹⁷⁹:

É trágico que a mocidade agora parece estar perdendo a capacidade de sacrifício que tinham os seus pais. Certamente devido aos exemplos que observam no ambiente, é frequente os jovens caírem no mais triste mercantilismo, querendo logo de entrada ordenados elevados. O autor destas palavras quase só tem encontrado assistentes com tal interesse ou necessidade de dinheiro que não conseguem sacrificar uns anos à aquisição de cultura com fracos ordenados. Esta é, sem dúvida, a sua pior experiência em contacto com gente moça. Para se ter pleno direito a uma remuneração decente há primeiro que mostrar valor, e isso leva alguns anos...

Esta postura dos estudantes na década de 1950 era a demonstração da total erosão dos ideais românticos que, nas últimas décadas do século XIX, tinham atraído a juventude para a ciência. Traduzia uma postura de superficialidade e facilitismo que atingiu a juventude do pós-guerra e era o produto de profundas transformações sociais que então ocorriam.

Reduzido interesse pela cultura

No início da segunda metade do século XX, constatava-se que, em geral, continuava a ser muito reduzido o interesse dos estudantes universitários pelas questões culturais fora do âmbito dos

2178 A. Chaves de Almeida, “Política Escolar Ultramarina”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXII, 1936, pp. 50–51.

2179 J.A. Serra, *Cultura Científica e Nivel de Vida*, Artigo de Divulgação nº 7, Instituto Botânico de Lisboa, 1957, p. 66, nota (1).

seus estudos. Em 1961, os educadores mostravam-se bastante preocupados com as atitudes reveladas pela juventude²¹⁸⁰:

Hoje, o estudante toma, em regra, um contacto muito superficial com os problemas culturais. Quer uma vida fácil, não sabe vencer dificuldades. Falta-lhe o espírito de sacrifício. [...] O cinema parece dar-lhes tudo o que a literatura contém e tudo o que a sua mente necessita. [...] A mocidade deve procurar na arte e na poesia a fonte da imaginação criadora da ciência.

De acordo com as conclusões de um inquérito — o já referido II Inquérito Geral à Universidade — promovido em 1964 pela juventude católica²¹⁸¹:

O grau de cultura expresso pelos índices de conhecimento cultural observados nos [estudantes] universitários não pode ser considerado satisfatório, sendo manifesto que as suas aspirações intelectuais se situam numa mediania pouco exigente [...].

Os interesses culturais da maioria dos universitários revelam uma tendência para apreender e sobrevalorizar os aspectos puramente lúdicos ou recreativos de cultura [...].

O cinema revela-se o espectáculo preferido da maioria, tendo-se observado que alguns aspectos essenciais da cultura cinematográfica parecem estender-se já a grande número de estudantes.

Pode argumentar-se que esta avaliação negativa não é totalmente justa, porque a cultura universitária tem sempre uma componente inovadora que ainda não está integrada na cultura da geração anterior. O exemplo do cinema é paradigmático. O “cinematógrafo” foi durante muito tempo considerado um meio de degenerescência do espírito,

2180 Eduardo Coelho, *Temas Universitários — Cultura, Ensino e Investigação*, Ática, Lisboa, 1965, pp. 104, 108.

2181 *Situação e Opinião dos Universitários — Inquérito promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, CODES, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, SCRL, Lisboa, 1967, pp. 440–441.

de instigação à preguiça, de desintegração psicológica e de ruína moral²¹⁸². Em 1929 afirmava-se que “o cinema, tal qual existe e funciona, além de religiosa e artisticamente falando ser muitas vezes funesto, regra geral é, psicológica, social²¹⁸³ e moralmente²¹⁸⁴ falando, abominável²¹⁸⁵.” A difusão das perversões sexuais e de outras imoralidades²¹⁸⁶ eram atribuídas ao cinema pelos meios literários católicos, nas décadas de 1930 e 1940²¹⁸⁷, pelo que não admira que o cinéfilo fosse considerado um indivíduo “exótico” (Fig. 57). Os meios cultos portugueses desvalorizavam por seu lado o filme de produção americana²¹⁸⁸, considerando-o submetido a “um cego servilismo, aos interesses de grupos, ou *trusts*, de forma que a principal função que o caracteriza é a da distração, do mero passa-tempo, do esquecimento, ante uma visão atormentada e bem cheia de contrastes e de luta²¹⁸⁹”. Ao contrário do cinema, a literatura americana era, no entanto, louvada e reconhecida como verdadeira fonte de cultura²¹⁹⁰. Atualmente, a imagem do cinema mudou. Tal como nas outras atividades lúdicas e culturais, tudo se pode ver no cinema: do ótimo ao péssimo, passando pelo bom e menos mau. Ninguém duvida, porém, que o cinema pode ser um importante meio

2182 As estatísticas referentes à delinquência juvenil contemplavam a rubrica dos “frequentadores do mau cinematógrafo” que representavam 30% dos menores delinquentes em 1926; v. Serafim Leite, “Proteção Moral e Jurídica à Infância”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Sciência-Letras, Vol. XIII, 1931, p. 141.

2183 Abílio Martins, “Cinema e educação social”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 192–203.

2184 Estabeleceram-se na Igreja princípios gerais para a avaliação do grau de imoralidade dos filmes; v. G.S., “Cinematógrafo e consciência” em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIII, 1941, pp. 202–204. Em 1936, na sequência da encíclica *Vigilanti cura* do Papa Pio XI, o *Novidades*, o jornal oficial da Igreja portuguesa, começou a fazer uma campanha a favor da censura dos filmes. Pelo decreto-lei nº 38.964 de 1952 foi introduzido em Portugal o sistema de classificação dos filmes por idades — menores (6 a 12 anos) e adultos, um assunto que continuou a ser discutido pelos especialistas; v. Alves Costa, “O Cinema e os Menores”, em *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ano 2, nº 18, setembro 1953, pp. 1, 8.

2185 “O cinema e o adulto”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Sciência-Letras, Vol. IX, 1929, p. 332.

2186 “O cinema e a saúde moral da juventude, pelo Dr. J.A. da Cruz Neves”, (recensão) em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 454–455.

2187 “Cinematógrafo e Acção Católica”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, p. 279; Riba Leça, “Alguns problemas da nacionalização do filme”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 93–105; Costa Lima, “Américo Cotez Pinto, *Os Perigos da Castidade*”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXX, 1940, pp. 364–365.

2188 C. Pina, “Como conhecer um Povo”, em *Vértice*, Vol. IV, nº 46, maio 1947, pp. 78–80.

2189 *Idem*, p. 78.

2190 *Idem*, p. 80.



Fig. 57 O Cinéfilo (*Maria Rita*, 25 fevereiro 1933).

cultural, embora não deixe de ser igualmente verdade que muitos frequentadores dos cinemas são pessoas pouco cultas.

Com base num inquérito publicado num jornal semanário²¹⁹¹ em 1998, concluía-se que 85% dos estudantes universitários portugueses consumiam o seu tempo livre a ouvir rádio; 63,2% a ver montras de lojas e 86% a ver televisão. Uma minoria de 12,1% via exposições e visitava museus. Uma grande maioria de 93,3% não gostava de desenhar nem pintar. Escrever poesia e prosa era para 93,1% uma espécie de capricho de mau gosto. Finalmente, só 35,9% gostavam de ler livros, mas o conteúdo destas leituras nem sequer era revelado. Segundo o referido jornal, esta conjuntura cultural traduzia a realidade da nossa sociedade. Os filhos de pais cultos, constituindo uma minoria, apreciavam em geral a cultura; os outros não. Noutras palavras, a frequência universitária em nada alterava os hábitos culturais dos estudantes. Não se podia ter uma prova mais clara da incompetência da universidade portuguesa em fomentar bons hábitos culturais e do limitado desejo dos alunos em adquiri-los e cultivá-los!...

Presentemente, os estudantes utilizam os meios digitais de formação e entretenimento (internet, jogos e plataformas sociais) para preencher o seu tempo livre nem sempre da forma mais útil para a sua formação académica e cultural. Sempre que há uma inovação tecnológica que, em princípio, pode melhorar o nível cultural das pessoas, acontece que é preferencial e sistematicamente, explorada para satisfazer necessidades de natureza lúdica, aparentemente mais urgentes ou apetecidas.

2191 Jornal *Expresso*, 7 março 1998.

VI. CAUSAS ASSOCIADAS AO SISTEMA CIENTÍFICO

Fora do ensino superior, podem encontrar-se em todo o mundo vários tipos de instituições diretamente envolvidas com a ciência. Algumas são constituídas por profissionais que se consagram à produção científica de uma forma planificada e organizada. É o caso dos centros e dos institutos de investigação. Outras congregam membros amadores ou profissionais que se concentram principalmente em atividades de divulgação e promoção. É o caso de academias, associações e sociedades amadoras. Há ainda organizações de caráter nacional e internacional que unem as instituições anteriores, promovendo eventos científicos com o objetivo de difundir o conhecimento.

Em Portugal existiram todos estes tipos de instituições, mas diversos fatores impediram que elas tivessem tido uma influência significativa no panorama científico nacional. Há apenas algumas décadas, começaram os institutos e centros de investigação autónomos das universidades a ter um peso significativo na atividade científica nacional.

Debilidade dos Centros e Institutos de Investigação

A debilidade das instituições científicas portuguesas que se dedicaram profissionalmente à investigação científica nos séculos XIX e XX resultou fundamentalmente das deficiências de financiamento. O número reduzido de investigadores e técnicos, bem como a falta de instalações, equipamentos e bibliotecas, sempre limitaram as condições de trabalho nessas instituições. Sem estes meios, os cientistas portugueses nunca podiam atingir os níveis científicos dos seus colegas estrangeiros que usufruíam de melhores condições de trabalho. A sua deficiente preparação influenciava necessariamente de forma negativa a formação das elites. Em 1883, José Eduardo Gomes, colaborador da *Revista de Estudos Livres* caracterizada por uma orientação ideológica positivista, expôs de forma clara esta situação²¹⁹²:

O homem de sciencias é como o pequeno crystal, que introduzido n'um liquido com certas condições physicas e chímicas dá a este liquido um movimento, originando a sua transformação em crystaes, que se agrupam em roda do primeiro. É d'este homem que carecemos; é preciso, que appareça, que seja como o centro regulador de todas as actividades. Não pôde ser, embora distincto, um simples observador nem mesmo um experimentador, porque a falta de meios, como bons laboratorios e museus, que entre nós se nota, não os deixa formarem-se, e faltando-lhes o estímulo, por uma serie de difficuldades que não estão preparados para vencer, estacionam e formam então o nosso pequenino sabio — simples e incompletissimo

2192 J. Eduardo Gomes, "A Philosophia Technologica", em *Revista de Estudos Livres*, tomo I, nº 3, 1883–1884, pp. 125–126.

diccionario, do que se lá sabe fóra — ficam meio materialistas nos ramos que estudaram, meio theologos nos que nunca souberam, ou então são espiritos indisciplinados, ás vezes pedantes quando não são immoraes, e é d'esta massa, que se formam os professores, juizes, advogados, estadistas, jornalistas, etc.

Em 1 de novembro de 1909, realizou-se no Palácio de Cristal do Porto um banquete de homenagem a Ferreira da Silva, conselheiro e professor de Química, para celebrar a sua atividade científica, muito reconhecida tanto a nível nacional como internacional²¹⁹³. Tinham passado três anos após a inesperada extinção do Laboratório Químico Municipal²¹⁹⁴, do qual Ferreira da Silva tinha sido fundador e diretor²¹⁹⁵. Alberto de Aguiar encorajava os homenageantes a tudo fazerem para “desarreigar do espirito dos nossos homens publicos, até dos mais cultos, a falsa noção de que Portugal não póde ser um centro scientifico e da convicção em que parece estarem de que são avultadas as somas que destinam ao custeio dos poucos laboratorios do paiz,

2193 Esta não foi a primeira vez nem a última que Ferreira da Silva foi homenageado. Em 26 de junho de 1901, tinha sido distinguido pelos seus colegas da Academia Politécnica com um jantar no Palácio de Cristal do Porto. Em 18 de julho de 1907, a iniciativa da homenagem pertencera a “numerosos químicos nacionais e estrangeiros a que se associaram alguns dos melhores nomes da ciência e do ensino superior nacionais”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 2, junho 1951, p. 46; *Idem*, Ano XIII, nº 3, julho 1957, p. 92; Em 29 de outubro de 1909 — ao regressar de Paris, onde tinha representado Portugal no congresso internacional para a manutenção da pureza dos géneros alimentícios —, Ferreira da Silva foi recebido na Estação de S. Bento com “uma calorosa recepção por parte dos seus numerosos amigos e admiradores.” Três dias depois, era homenageado por colegas da Faculdade de Farmácia, amigos e admiradores, com mais um banquete no Palácio de Cristal; v. *Homenagem*, Typ. Artes & Letras, Porto, 1910; “Discurso d’agradecimento proferido pelo Prof. A. J. Ferreira da Silva no jantar que lhe foi oferecido em 1 de novembro no Palácio de Crystal, por um grupo dos seus colegas e admiradores”, em *Revista de Chimica Pura e Applicada*, Vol. V, 5º Ano, 1909, pp. 418–423; “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XV, nº 6, outubro 1959, p. 192; *Idem*, nº 7, novembro 1959, p. 220. Outra homenagem foi organizada no 69º aniversário de nascimento de Ferreira da Silva em 28 de julho de 1922; v. Hernani Monteiro, “Recordando uma homenagem célebre”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 11, março 1958, pp. 325–329.

2194 Contra a extinção do Laboratório, decretada pela Câmara Municipal, manifestaram-se instituições e sociedades científicas nacionais e estrangeiras, escolas de ensino superior, instituições ligadas ao comércio e à indústria e diversas individualidades. Em 3 de maio de 1907, a Academia Real das Ciências de Lisboa aprovou por aclamação um voto de repúdio pela extinção, e duas semanas depois em Assembleia Geral aprovou um voto de pesar; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 1, maio 1957, pp. 27–30.

2195 Foi na presidência camarária de Correia de Barros que o Laboratório Químico Municipal foi criado, à imagem do Laboratório Municipal de Paris; v. Meyerson, “Le Laboratoire Municipal”, em *Magasin Pittoresque*, Ano 58, Série II, tomo 8º, 1890, pp. 334–336. A Câmara aprovou o seu encerramento por proposta do dr. Correia Pacheco no dia 26 de abril de 1907; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 12, abril 1957, p. 375.

sommas, que arrancadas á custa d'esforços, são ridiculas ao lado das que dispendem paizes mais pequenos do que o nosso²¹⁹⁶".

O Laboratório Químico Municipal do Porto tinha realizado um trabalho notável no controlo da qualidade do leite que se bebia na cidade²¹⁹⁷ e que causava muitas desinterias e mortes de crianças.²¹⁹⁸ Após o encerramento deste Laboratório, foi criado o "Lactário Municipal", inaugurado em 24 de junho de 1912, para fazer as análises do leite. Era dirigido pelo Dr. Júlio Cardoso, e as análises eram executadas por um estudante de nome Júlio Cardoso Júnior²¹⁹⁹!...

Nos anos e décadas seguintes, os problemas com a qualidade do leite não desapareceram, porém. Américo Pires de Lima foi um dos primeiros médicos a chamar a atenção da correlação entre a má qualidade do leite e a mortalidade infantil, que, nesse tempo, atingia 25% das crianças no primeiro ano de vida. Vendia-se "leite com 750 milhões de bactérias por centímetro cúbico, ou sejam alguns 35 milhões em cada gota²²⁰⁰!" A Liga Portuguesa de Profilaxia Social, sediada no Porto, alertou a opinião pública para a má qualidade do leite distribuído na cidade²²⁰¹ e no resto do país bem como para a necessidade de se

2196 *Homenagem*, Typ. "Artes & Lettras", Porto, 1910, pp. XXXVIII-XXXIX.

2197 Em 1900, por decreto nº 14 de setembro, e nos anos imediatos, foi criada legislação sobre a qualidade do leite, onde se estabeleciam as instruções regulamentares técnicas referentes aos exames do leite, as quais, passados alguns anos, foram analisadas por uma comissão técnica com vista ao seu melhoramento; v. Hugo Mastbaum, "O limite da gordura dos leites", em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Vol. II, 2º Ano, 1906, pp. 51-60; "Os methodos officiaes da analyse de leite em Portugal e a Commissão technica dos methodos chimico-analyticos", em *Revista de Química Pura e Aplicada*, II Série, II Ano, n.º 8-9, agosto-dezembro 1917, pp. 303-323. A análise de outros produtos alimentares produzidos no norte de Portugal era feita desde 1906 no Laboratorio de Hygiene do Porto, que sucedeu nessa tarefa ao Laboratório Chimico-Agricola do Porto; v. "Laboratorio de Hygiene do Porto", em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Vol. II, 2º Ano, 1906, p. 77.

2198 A falsificação do leite e o uso de aditivos conservantes prejudiciais à saúde era um problema universal que existia também em França e que se tentava combater, utilizando os novos meios de análise colocados à disposição pelas ciências físico-químicas; v. H. C., "Nouvelle falsification du lait", em *La Nature*, 2º Sem. 1896, pp. 347-348; "Science appliquéé — Chimie — Le controle du lait", em *Supplément de La Nature*, 36º Ano, 1º Sem., nº 1811, 8 fevereiro 1908, p. 75.

2199 "Aconteceu há 50 anos", em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 6, junho 1962, p. 191.

2200 Américo Pires de Lima, *O valor social do leite*, Porto, 1940; "O drama dos precursores", em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (discursos, conferências, etc.)*, Imprensa Nacional, Limitada, Porto, 1950, pp. 417-419; "Ainda o Problema do Leite", em Américo Pires de Lima, *Intus et Extra (Discursos, Conferências, etc.)*, Imprensa Nacional, Limitada, Porto, 1950, pp. 193-206; Américo Pires de Lima, *Prêgar no Deserto...*, Tipografia Sequeira, Limitada, Porto, 1931, pp. 17-40, 215-236.

2201 Para se conhecerem as condições de produção e distribuição de leite na cidade do Porto nos anos de 1930, em comparação com o que se passava noutros países, v. Eugénio Tropa, "Bases de Abastecimento de Leite à Cidade do Pôrto", em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 185-217.

estabelecerem normas de higiene que contribuissem para a melhoria da saúde das populações, principalmente das crianças, o que em parte conseguiu²²⁰². A temática do leite entrava na programação das suas conferências²²⁰³. Em 1946, defendia-se a importância da investigação científica em lactologia bem como a criação de um Instituto Português de Investigação Leiteira “que poderia servir simultaneamente à preparação universitária dos estudantes, à assistência à produção e à indústria, ao fabrico do produtos essenciais à manufactura de lacticínios (fermentos, coalhos) e, na medida das possibilidades, à pura investigação²²⁰⁴”.

Nesta época, a investigação científica em geral ainda não se encontrava suficientemente desenvolvida no país, principalmente por falta de recursos financeiros e humanos. Como já foi referido, a política governamental de apoio à ciência em Portugal tinha-se iniciado apenas em 1929, com a criação da Junta de Educação Nacional (JEN). Os primeiros investimentos desta instituição foram canalizados para a formação de cientistas através da atribuição de bolsas no país e, sobretudo, no estrangeiro. A JEN tinha igualmente a intenção de subsidiar com complementos de vencimentos a atividade científica dos professores — aliás, como se fazia noutros países — mas, por falta de verbas, tal propósito não foi inicialmente concretizado²²⁰⁵. O esforço da JEN era reconhecido, mas também considerado insuficiente em face do grande atraso em que se encontrava a ciência nacional. Luís de Pina afirmava em 1931²²⁰⁶:

Torna-se urgente e é de extrêma justiça que o Estado auxilie o mais largamente possível a ciência portuguesa, sincera,

2202 Cândido Henrique Gil da Costa, António Emílio de Magalhães, “À Guisa de Prólogo”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (5ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1942, pp. 29–33.

2203 Artur de Figueiroa Rego, “A Produção e a Higiene do Leite Alimentar”, em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (6ª série)*, Imprensa Social, Porto, 1947, pp. 243–302.

2204 Fernando Vieira de Sá, “A investigação científica em lactologia”, em *Vértice*, Vol. II, Fasc. 7, maio 1946, pp. 148–149.

2205 A. Celestino da Costa, *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, 1939, p. 5.

2206 *Relatórios das Viagens de Estudo dos Bolseiros Luís de Pina, Álvaro Rodrigues, Sousa Pereira*, Junta de Educação Nacional, Porto, 1931, p. 45.

honestas, frutuosa. Parte da glória dum país, sem dúvida alguma, é aquela que dimana dos laboratórios, dos arquivos, das bibliotecas onde vivem e se estiolam, tam desprotegidos como morrem, os homens de investigação, que só para a investigação existem.

Em 1932, foram contemplados com magros subsídios da JEN alguns serviços da Universidade do Porto: Instituto de Anatomia, Instituto de Histologia, Laboratório de Medicina Operatória, Laboratório de Anatomia Patológica, Instituto de Zoologia e Instituto de Antropologia²²⁰⁷. Porém, Abel Salazar, professor na Faculdade de Medicina do Porto, queixava-se no ano seguinte que não podia publicar “mais de quatro ou cinco notas anuais, o que representa cerca de 1 500\$00 em separatas” porque “juntando a isso as outras despesas, lá vai a verba²²⁰⁸” do Instituto²²⁰⁹, e confidenciava, por isso, a Celestino da Costa²²¹⁰:

Eu cá estou sempre na brecha mas torturado cada vez mais com as dificuldades de verbas para manter o labor do Instituto. Temos uma série de trabalhos prontos sem lhes poder dar saída.

O apoio que a JEN concedia a centros de estudo, incluindo o orçamento para publicações científicas, era pontual e reduzido, totalizando, até 1934, o montante global de 980 850\$00²²¹¹. Com este magro financiamento, não era de admirar que a qualidade do trabalho

2207 Adriano Rodrigues, *A Universidade do Pôrto: actividade científica, acção social, aspirações, missão na vida nacional*, maio 1933, Porto, p. 15.

2208 O primeiro subsídio, no valor de 2 500\$00, que Abel Salazar recebeu da JEN remonta a 1932; no ano seguinte foi-lhe atribuída uma verba de 5 000\$00, mas em 1934 já não teve qualquer apoio, muito provavelmente, devido à má vontade do governo, que decretaria o seu saneamento político em maio de 1935; v. *VII Relatório dos trabalhos efectuados em 1931-1932*, Junta de Educação Nacional, Coimbra, 1935, p. 257; *XII Relatório dos trabalhos efectuados em 1933-1934*, Junta de Educação Nacional, Coimbra, 1935, pp. 194-195.

2209 O instituto dirigido por Abel Salazar denominava-se Instituto de Histologia e de Embriologia da Faculdade de Medicina do Porto.

2210 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Grádiva, Lisboa, 2006, p. 141.

2211 *XII Relatório dos trabalhos efectuados em 1933-1934*, Junta de Educação Nacional, Coimbra, 1935, pp. 194-195.

científico nas universidades e nas instituições delas dependentes fosse de reduzida qualidade. António Eduardo Lobo Vilela (1902–1966) escrevia em 1933 que havia “na Universidade a estulta pretensão de fazer ciência”, e que a estultícia provinha “de se tratar de uma simples pretensão e não de uma realidade²²¹²”. Muito poucas exceções pareciam contrariar esta visão pessimista de Lobo Vilela. A propósito da publicação realizada pela casa editora parisiense Masson & C.^{ie} de dois volumes de autores portugueses — um dos quais da autoria de Egas Moniz — e de uma monografia sobre epidemiologia acabada de publicar por Ricardo Jorge, escrevia-se no *Portugal Médico* o seguinte²²¹³:

Poucas vezes, infelizmente, a medicina portuguesa apresenta ao mundo científico trabalhos de larga envergadura. Ultimamente, porém, algumas obras foram publicadas no estrangeiro, que dão renome a Portugal. [...] O «Portugal Médico» congratula-se com estes êxitos, consoladores para o nosso patriotismo.

Em 1941, trabalhando em condições melhoradas num laboratório da Faculdade de Farmácia — o Centro de Estudos Microscópicos da Universidade do Porto²²¹⁴, a que chamava carinhosamente “o Bicudo”, por estar localizado numa zona angulosa do edifício —, Abel Salazar ironizava²²¹⁵:

Uma coisa pitoresca: consegui o empréstimo ao Bicudo de um microscópio a troco de desenhos e pinturas. Para alguma coisa havia de servir a bonecada!

2212 A. Lobo Vilela, *A Crise da Universidade*, Cadernos de Cultura Democratista, Renovação Democrática, Figueira da Foz, 1933, p. 19.

2213 A. Garrett, *Trabalhos científicos portugueses*, Portugal Médico, Vol. XVI, nº 2, fevereiro 1932, p. XVII.

2214 O Centro de Estudos Microscópicos na Faculdade de Farmácia do Porto, confiado a Abel Salazar, foi financiado pelo IAC. Durante algum tempo continuou a guerra da Faculdade de Medicina e da Reitoria contra o Centro e o seu diretor. Durante as eleições de 1945, Abel Salazar declarou-se militante ativo do Movimento de União Democrática (MUD). Como retaliação governamental, o seu “Bicudo” deixou de ter verbas para funcionar, e no ano seguinte Abel Salazar faleceu.

2215 Abel Salazar, *96 Cartas a Celestino da Costa*, ed. António Coimbra, Gradiva, Lisboa, 2006, p. 227.

Com este procedimento pouco ortodoxo, o centro tinha, em 1943, três microscópios, dois dos quais — os melhores — eram emprestados. Tinha ainda um micrómetro e vários materiais de vidraria e corantes, também emprestados. “Em suma”, queixava-se Abel Salazar, “o pouco que há não é do Centro²²¹⁶...” As dificuldades de Abel Salazar não eram raras nem sequer invulgares. Com orçamentos tão reduzidos, os centros de investigação tinham de usar os estratagemas mais imaginativos para poderem trabalhar.

Durante os primeiros 22 anos, de 1929 a 1951, o Estado português tinha gasto para apoiar a investigação científica o montante de 34 mil contos, dos quais 20 mil tinham sido dedicados a subsidiar três missões geográficas africanas em 1950!... Em Espanha, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas tinha gasto em 10 anos 290 milhões de pesetas²²¹⁷, que correspondiam, feitos os ajustes cambiais, a cerca de 150 mil contos. O problema do reduzido financiamento destinado à investigação científica portuguesa preocupava todos os que entendiam ser a ciência a fonte de progresso nacional²²¹⁸. Arnaldo Veiga Pires afirmava em 1959²²¹⁹:

Infelizmente, a carência de institutos de investigação e a indigência dos laboratórios universitários diminuem a possibilidade de progresso rápido na vida nacional.

Nos anos de 1960, uma época em que a universidade ainda era cientificamente pouco ativa, Veiga Simão dava uma grande importância à sua ligação aos institutos de investigação científica. Na opinião deste

2216 *Idem*, p. 251.

2217 Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p. 65.

2218 Em 1957, o engenheiro Manuel Rocha declarava que, para se definir uma estratégia científica para Portugal, era necessário que houvesse o “reconhecimento de que a melhoria das condições de vida do Homem está directamente dependente da ciência e da técnica, isto é, da aplicação do intelecto à resolução dos seus problemas.” Perante esta afirmação, pode concluir-se que tal reconhecimento não seria à época consensual na sociedade portuguesa; v. Manuel Rocha, *A Investigação e a Indústria*, Comunicações Apresentadas ao II Congresso da Indústria Portuguesa, Lisboa 1957, Memória nº 115, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1958, p. 8.

2219 Arnaldo Cândido Veiga Pires, *A Ciência como Factor da História Portuguesa*, Edição do Rotary Club do Porto, Imprensa Social, Porto, 1959, p. 12.

físico, futuro ministro da Educação Nacional²²²⁰, com tal ligação beneficiariam as universidades, que recebiam apoio para os seus programas de pós-graduação, e as instituições de investigação, que teriam um universo maior para recrutamento de investigadores²²²¹.

Em 1969, Cruz Malpique, professor de filosofia do Liceu Alexandre Herculano, do Porto, ao escrever sobre Egas Moniz, propunha um forte investimento na ciência nacional e para o justificar apresentava argumentos sólidos e muito atuais²²²²:

Em ciência todas as despesas não são demais. Os gastos que se fazem com a investigação científica — ainda que sejam astronómicos — são os únicos que não empobrecem um país. Pelo contrário: são da força de o enriquecerem. Precisamente quando um país se encontra em ruína, é que não se deve ser unhas de fome nos orçamentos relativos à ciência. Para quê? Para sair da ruína em que se atolou.

De certa forma, Cruz Malpique glosava o próprio Egas Moniz que escreveu²²²³:

A melhor, a mais alta actividade dum povo civilizado é o desenvolvimento e o progresso da ciência. A América assim o considera. É a sua maior riqueza. No seu orçamento não regateia recursos aos seus estabelecimentos científicos. E intenta obter, para a sua direcção, os melhores valores, procurando-os onde os há, dando-lhes as indispensáveis condições para uma vida regular e utilizando-os, ao máximo, na movimentação da sua prosperidade cultural.

2220 Veiga Simão tomou posse como ministro da Educação Nacional em 1970, sucedendo a José Hermano Saraiva. O seu pensamento político sobre a educação pode ler-se em José Veiga Simão, *Educação ... Caminhos para a Liberdade (três anos de governo)*, coord. Rita Pinto Leite, Publicações CIREP — Centro de Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1973.

2221 José Veiga Simão, “O Incentivo à Investigação Científica”, em *Celebrar o Passado e Construir o Futuro*, Ciclo de Conferências Promovido pela Comissão Executiva do 40º Aniversário da Revolução Nacional, Vol. I, Lisboa, 1966, p. 286.

2222 Cruz Malpique, *Egas Moniz: Um paradigma como professor-investigador universitário, considerações marginais*, Aveiro, 1969, p. 27, nota 3.

2223 *Idem*, p. 23.

Os depoimentos apresentados mostram bem as dificuldades com que viviam as instituições de investigação científica ligadas às universidades portuguesas. As mesmas dificuldades afetavam os laboratórios independentes criados pelo Estado Novo. Para além das dificuldades organizativas e os desfavoráveis contextos sociais, foi sobretudo o deficiente financiamento que impediu entre nós o desenvolvimento da ciência. Da parte dos governos e da sociedade civil, não houve a visão de que a ciência e a tecnologia eram a base indispensável do desenvolvimento nacional. Nem os bons exemplos que chegavam do estrangeiro serviram para alterar esta visão provinciana. Perante as suas incapacidades e limitações, Portugal parecia estar satisfeito e completamente resignado ao seu estado de subdesenvolvimento.

Debilidade das Academias, Sociedades e Associações Científicas

Durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII, surgiram em Portugal várias academias²²²⁴ — instituições amadoras onde se reuniam os sócios para discutir os programas e os resultados dos seus estudos²²²⁵. No entanto, o movimento académico português deste período não valorizou a ciência, tendo-se focalizado nos temas literários, históricos e, em menor escala, nos assuntos médicos²²²⁶. Já tinham passado sete anos após a reforma pombalina da Universidade (1772) quando surgiu a primeira academia científica em Portugal, a Real Academia das Ciências de Lisboa (1779). Em 1849, surgiu outra associação científica, o Instituto de Coimbra. Em 1875, formou-se em Lisboa a Sociedade de Geografia de Lisboa, que ainda hoje existe, e, em 1907, a Academia de Ciências de Portugal, que sobreviveu cerca de três décadas. Apareceram ainda algumas so-

2224 A Academia dos Singulares, uma academia literária fundada em 1628, é considerada a primeira academia portuguesa.

2225 É oportuno aqui referir que foram fundadas no território brasileiro, entre 1724 e 1786, academias que se propunham estudar a história, literatura, agricultura e medicina locais; v. Augusto da Silva Carvalho, “As Academias Científicas do Brasil no século XVIII”, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, tomo II, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1939, pp. 349–377; Artur Moreira de Sá, *Contribuição dos Portugueses para o Desenvolvimento Científico do Brasil*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XV, 2ª Série, nº 1, Lisboa, 1949, p. 12.

2226 Augusto da Silva Carvalho, *O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil, História das Sociedades Médicas Portuguesas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

ciudades e associações, tanto de amadores como de profissionais, que tinham por objetivo a promoção de determinadas áreas científicas ou tecnológicas: a Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica (1789), a Associação Marítima e Colonial (1839)²²²⁷, a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1835), a Associação dos Arqueólogos (que começou por se chamar Associação dos Arquitectos Civis Portugueses em 1863), a Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880), a Sociedade de Instrução do Porto (1880)²²²⁸, a Sociedade Broteriana (1880) e a Sociedade Carlos Ribeiro (1888), bem como outras mais profissionalizadas como a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (1907) e sociedades médicas, farmacêuticas, agronómicas e veterinárias, assim como sociedades de matemática, química e física. Organizaram-se museus de história natural ligados às escolas de ensino superior e procurou-se renovar os museus da Universidade de Coimbra²²²⁹. O trabalho individual de alguns cientistas e a organização de algumas expedições permitiram o aumento significativo de diversas coleções de história natural, nomeadamente vindas do ultramar português, mas, por falta de condições, muitas delas se perderam ou se deterioraram²²³⁰.

2227 *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) — 100 Anos de História*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983, p. 21.

2228 José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, tomo XV, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1887, pp. 186–194; *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 4 Vols., Typographia Ocidental, Porto, 1881–1884; Manuel Vaz Guedes, “Conferências Científicas de Azevedo Albuquerque”, em *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XXIII, nº 4, abril 2004, pp. 115–118.

2229 Existiram também museus organizados por iniciativa de colecionadores particulares ou de municípios, sendo estes mais tarde apoiados pela 1ª República e pelo Estado Novo; v. José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian Coleccionador*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969; Henrique Coutinho Gouveia, “Museus de Coimbra — Da I Exposição Distrital à Organização do Museu Machado de Castro”, em *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, nº 9, Coimbra, 1979, pp. 21–47; Paula M. M. Leite Santos, *Um colecionador do Porto romântico, João Allen (1781–1848)*, Imprensa Portuguesa, Porto, 2005; Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos Santos, *Aspectos da Museologia em Portugal no Século XIX — Lisboa*, Lisboa, 1970; Gonçalves Guimarães, *Museus Locais Públicos e Privados: Tradição e Inovação — Análise de um Século da Museologia de Vila Nova de Gaia*, separata do nº especial da *Revista Africana*, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Universidade Portualense, Porto, 1998; Ana Delicado, *A Musealização da Ciência em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa, 2009, pp. 259–264, 265–272, 273–280.

2230 João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, 1958, pp. 17–23.

As referidas associações, embora conseguissem introduzir alguma dinâmica científica entre os seus membros, não tiveram, de uma forma geral, a capacidade de criar no país um ambiente suficientemente favorável à ciência, sobretudo por falta de meios financeiros²²³¹. O seu impacto no meio cultural e político português foi por isso bastante limitado. Muitas delas acabaram por se extinguir antes do início do século XX. Em 1909, António Aurélio da Costa Ferreira (1879–1922) — médico, antropólogo, professor e pedagogo de renome — afirmava²²³²:

Se os governos andassem mais perto das academias, não claudicariam tanto, como claudicam, nem seriam, como são, responsáveis por tantos erros e por tantas faltas. [...] Nas nações mais adiantadas, as academias teem uma alta função política, na melhor acepção do termo, e é preciso que hoje suceda o mesmo entre nós.

Após a implantação da República, alguns académicos queixavam-se que os governos continuavam a não dar às academias científicas — Academia das Ciências de Lisboa e Academia das Ciências de Portugal — os meios para que elas pudessem realizar a sua atividade. O Estado Novo condicionou a primeira aos objetivos políticos do regime e atrofiou a segunda até à extinção. O regime democrático saído do 25 de abril menosprezou a velha Academia das Ciências de Lisboa, arredando-a do processo de modernização científica do País.

Desde o início do movimento científico moderno, de imediato se reconheceu que a cooperação internacional era um dos pilares do desenvolvimento da ciência²²³³. Após a I Guerra Mundial

2231 Os reduzidos meios financeiros não permitiam concretizar os objetivos culturais e científicos destas sociedades. Na opinião do 2º Visconde de Santarém, expressa em 1835, este era um problema comum a outras instituições congêneres europeias, nomeadamente em França, mas que não existia na Inglaterra; v. 2º Visconde de Santarém, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, pp. 107–108.

2232 António Aurélio da Costa Ferreira, “A Academia e o Municipalismo”, em *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo III, Coimbra, 1915, pp. 385–386.

2233 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 32–42.

(1914–1918), essa cooperação foi organizada em novos moldes com base em Uniões e Conselhos Internacionais de Uniões Científicas. Foi o caso das Matemáticas, Astronomia, Geodesia e Geofísica. Portugal integrou essas instituições através dos cientistas mais ativos da época, tendo sido organizados no nosso país — para além dos congressos luso-espanhóis das Associações para o Progresso das Ciências, que abordaremos mais adiante — alguns congressos internacionais. Os congressos de Medicina e das suas especialidades foram igualmente acarinhadas em Portugal. Em 1930 realizou-se em Lisboa o XIII Congresso internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas, onde estiveram “as maiores sumidades da medicina da especialidade.” “As sessões decorreram com o maior interêsse, tendo os congressistas estrangeiros participado de numerosas e brilhantes recepções a festas dadas em sua honra. No Maxim’s realizou-se um banquete oferecido aos Congressistas, em que as senhoras puzeram uma nota dominante de extremada elegância²²³⁴”. A 5ª Assembleia Geral da União Internacional Geodésica e Geofísica, realizou-se em Lisboa e Coimbra, em setembro de 1933²²³⁵, com a presença de delegados de 37 “países civilizados²²³⁶”. Além das matérias científicas, estas reuniões cultivavam as relações pessoais, sociais e políticas, contando geralmente com a presença das mais altas autoridades do país nas sessões de abertura e encerramento²²³⁷. Eram verdadeiros acontecimentos nacionais. Nesta reunião de Lisboa²²³⁸ estiveram presentes, por exemplo, o Presidente

2234 “Congresso internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas”, em *O Notícias Ilustrado*, Ano III, Série II, nº 124, 26 outubro 1930, p. 16.

2235 “União Internacional Geodésica e Geofísica: Quinta Assembleia Geral em Lisboa, de 14 a 24 de setembro e em Coimbra a 25, de 1933”, em *A Terra, Revista de Sismologia e Geofísica*, nº 10, julho 1933, dir. Raúl de Miranda, Coimbra, pp. 27–32.

2236 F.M. da Costa Lobo, “Relatório da Quinta Assembleia Geral”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V, nº 2, 1935, Universidade de Coimbra, pp. 105–128.

2237 Cem anos antes, os congressos científicos eram severamente censurados pelos membros do Instituto de França, a mais conceituada instituição científica de França, como sendo “uma collecção de extravagâncias e de charlatanias”; v. 2º Visconde de Santarem, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e annotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 113.

2238 Ainda no período monárquico, ocorreu em Lisboa o XV Congresso Internacional de Medicina (19–26 de abril de 1906), que foi detalhadamente preparado e publicitado muito antes do seu início; v. Alfredo Luiz Lopes, “O Congresso Internacional de Medicina de Lisboa”, em *Serões*, 2ª Série, Vol. 2, nº 9, março 1906, pp. 216–226. A sessão inaugural foi presidida pelo rei D. Carlos, acompanhado pela rainha D. Amélia e pela rainha-mãe Maria Pia. Participaram na sua organização Costa Alemão e Miguel

da República e os Ministros da Instrução Pública, do Comércio e da Marinha, além de outras relevantes figuras civis e militares²²³⁹, tendo-se realizado excursões a várias zonas do país: Bussaco, Curia, Lamego, Régua, Porto e, finalmente, a Coimbra onde decorreu a sessão de encerramento²²⁴⁰. Dos nossos hóspedes não faltaram discursos onde se “faziam as mais distintas referências aos actos heroicos dos nossos antepassados, às qualidades que caracterizam a nossa raça e às belezas e encantos da nossa terra²²⁴¹”.

Em 1934, um outro importante congresso, o III Congresso Internacional da História da Ciência²²⁴², presidido pelo famoso George Sarton²²⁴³, em substituição do presidente Karl Sudhoff²²⁴⁴, teve lugar em Portugal: Lisboa, Porto e Coimbra, com passeios por Sintra e Estoril, Nazaré e Caldas da Rainha. Tal como o anterior, contou com o apoio oficial e patrocínio do Presidente da República, Óscar Carmona. No Comité de Honra surgia o nome muito respeitado de

Bombarda, que foram condecorados pelo rei com a grande cruz da Ordem de S. Tiago. Chamaram a atenção de alguns participantes as comunicações de Oliveira Luzes (médico em Lisboa, especialista em diatermia, raios ultra-violetas e massagens) sobre tuberculose e do dr. José Maria de Aguiar sobre doenças tropicais. Conforme noticiaram os jornais portugueses da época, só do Porto havia 42 médicos participantes, muitos dos quais estiveram presentes na inauguração da estátua do médico português Manuel Bento de Sousa, no edifício da Escola Médica de Lisboa; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XI, nº 12, abril 1956, p. 374. O programa social do Congresso incluiu uma tourada em Vila Franca, um piquenique nos jardins da residência dos viscondes de Monserrate em Sintra, uma matiné dançante oferecida pela Câmara de Lisboa, visitas a estabelecimentos científicos, filantrópicos e administrativos e outros acontecimentos de interesse turístico e social; v. Suarez de Mendoza, “Le XV^e Congrès International de Medicine”, em *Selecta Magazine*, nº 1, 1 junho 1906, pp. 80–84; “Travaux des Sections” em *Porto Médico*, 3^o Ano, nº 4, abril 1906, pp. 98–135; *Ilustração Portuguesa*, 2^a Série, 30 de abril 1906, pp. 289–320; Rui Manuel Pinto Costa, *Luta contra o Cancro e Oncologia em Portugal*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010, pp. 183–184.

2239 É de referir que noutros países os congressos científicos eram igualmente muito valorizados pelos dirigentes políticos. Tomás de Melo Breyner relata a pompa e circunstância com que foi inaugurado e decorreu o I. Congresso Nacional de Medicina de Madrid que contou com a presença do rei D. Afonso XIII; v. Thomaz de Mello Breyner, *I. Congresso Nacional de Medicina de Madrid*, separata da *Medicina Contemporanea*, Lisboa, 1919.

2240 F.M. da Costa Lobo, “Relatório da Quinta Assembleia Geral”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V, nº 2, 1935, Universidade de Coimbra, p. 111.

2241 *Idem*, p. 120.

2242 *III^e Congrès International d’Histoire des Sciences — Actes, Conférences et Communications*, Lisboa, 1936.

2243 Armando Cortesão, “George Sarton (Nota Biográfica)”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XXII, 1953, Universidade de Coimbra, pp. 5–15.

2244 Arlindo Camilo Monteiro, “Vida Científica em Portugal e no Estrangeiro — Comemorações e Homagens — Íncrito Mestre da História da Medicina: o Prof. Karl Sudhoff”, em *Petrus Nonius*, Vol. II, Fasc. 4, 1940, Lisboa, pp. 285–296.

António de Oliveira Salazar. Regressado aos EUA, Sarton escreveu em 1935 um pequeno artigo na *ISIS* sobre os tríplices de Nuno Gonçalves onde comentava que tinha aprendido muito na visita que fizera a Portugal, “mas muito pouco de história da ciência²²⁴⁵...” Noutras palavras, de novidades científicas pouco ou nada tivera o congresso²²⁴⁶. Na disputa pela localização do Congresso, o Grupo Espanhol da Academia Internacional da História das Ciências pugnara para que o Congresso se não realizasse em Portugal, concedendo apenas que aqui se realizasse a sessão de encerramento e uma excursão²²⁴⁷...

O XX Congresso Internacional de Zoologia de 1935 ocorreu em Lisboa e teve igualmente o Alto Patrocínio do General Carmona. Oliveira Salazar fez parte da Presidência de Honra, juntamente com alguns ministros, bem como os reitores das universidades portuguesas, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o presidente do Gabinete de Educação Nacional, Augusto Celestino da Costa. O Presidente do Congresso foi Arthur Ricardo Jorge. Houve um especial cuidado na preparação e realização de atividades sociais, incluindo até uma sessão cinematográfica oferecida pelo Secretariado da Propaganda Nacional no cinema Tivoli, com a projecção do filme “Gado Bravo”, a que se seguiu uma recepção no Município de Lisboa. O presidente do Comité Internacional Permanente dos Congressos de Zoologia, o doutor Caullery, agradeceu a recepção e exaltou os “encantos de Portugal e de Lisboa.” No último dia do congresso às 21h. serviu-se o jantar de encerramento em pequenas mesas, “sem qualquer tipo de etiqueta”, tendo-se desenrolado “numa atmosfera de simpatia e de cordialidade internacional.” Terminado o congresso,

2245 George Sarton, “Preface to volume XXIV: Nuno Gonçalves”, em *ISIS*, Vol. 24, nº 1, dezembro 1935, pp. 7–14.

2246 Muito do atraso que havia na investigação da História da Ciência devia-se ao facto de não haver um ensino independente e organizado nesta área do saber. Nesta época, existia o Instituto de História das Matemáticas no Porto dirigido por Gomes Teixeira e cadeiras ou cursos de História da Medicina nas Faculdades de Medicina. Publicavam-se artigos sobre a História da Ciência em revistas da Academia das Ciências de Lisboa e de *O Instituto de Coimbra*; v. Luís de Pina, “Elementos para a História das Ciências no Império Português Ultramarino”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 333–334.

2247 J. Martins da Silva Marques, “IIIº Congresso Internacional de História das Ciências”, em *Etnos*, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Vol. I, 1935, p. 315.

houve ainda excursões organizadas a várias localidades do país (Caldas da Rainha, Alcobça, Batalha, Leiria, Pombal; Coimbra; Braga; Porto) que ocuparam os congressistas durante mais quatro dias²²⁴⁸.

Alguma penúria científica revelou o Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa de 1940, integrado no Congresso do Mundo Português e realizado em Coimbra na altura das Comemoração do Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. Entre os dias 17 e 23 de novembro, este Congresso mereceu notícias detalhadas nos jornais diários, incluindo *O Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto*, pressagiando um grande acontecimento científico. Porém, as Actas do Congresso²²⁴⁹ mostram a pouca qualidade do trabalho científico nacional e, ao mesmo tempo, a mentalidade provinciana com que o poder político encarava a ciência²²⁵⁰. Em 1941, Celestino da Costa dava conta do mal que se dizia dos Congressos: “pelo pouco tempo dado às sessões de estudo e por vezes do exagero de tempo consagrado aos banquetes, aos bailes e aos passeios.” Celestino da Costa achava, no entanto, que os banquetes e passeios, que escandalizavam “tão boas almas”, serviam também para “proporcionar excelentes ocasiões de se travar conhecimento e estabelecer sólidas amizades” entre os sábios, “para os quais o isolamento constitui um dos maiores perigos da sua carreira²²⁵¹”.

Nos anos subsequentes à II Guerra Mundial continuaram a realizar-se congressos internacionais em Lisboa, como o III Congresso dos Médicos Católicos entre 17 e 23 de junho de 1947²²⁵² que “constituiu uma notável afirmação de fé cristã.” Dezasseis países enviaram

2248 *XII^e Congrès International de Zoologie, tenu à Lisbonne du 15 au 21 Septembre 1935, Compte Rendu*, Casa Portuguesa, Lisboa, 1936, pp. 121–132.

2249 *Discursos e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa (VIII Congresso) Tomo I, I Secção e II Secção, I Parte*, Congresso do Mundo Português, Vol. XII, Lisboa, 1940.

2250 Fernando Gil, “A Física em Portugal à volta do ‘Annus Mirabilis’”, em *Gazeta de Matemática*, janeiro 2006, nº 150, pp. 4–11.

2251 A. Celestino da Costa, “Intercâmbio Científico”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais Lisboa 1941*, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, p. 12.

2252 *Actas do Congresso Internacional dos Médicos Católicos em Lisboa (Portugal), Acção Médica*, Ano XII, nºs 45 a 48, julho 1947 a julho 1948.

delegações a este congresso e treze enviaram cartas de solidariedade. O número de participantes atingiu os 550 dos quais 150 eram estrangeiros. A sessão inaugural foi presidida pelo Presidente da República Portuguesa, Marechal Carmona. Coimbra e Fátima foram lugares visitados pelos congressistas; o primeiro para comemorar a fundação no século XII da primeira escola médica do país, no mosteiro de Santa Cruz, e o segundo para a realização do última sessão do congresso e a consagração de todos os participantes ao Imaculado Coração de Maria! De regresso a Lisboa houve um passeio de barco no Tejo e a Autoridade do Porto de Lisboa ofereceu um almoço. Um *Te Deum* na Catedral, durante a tarde, e um banquete num hotel do Estoril, à noite, encerraram o congresso “numa atmosfera da mais íntima camaradagem²²⁵³”.

Destes congressos internacionais realizados em Portugal ficaram para a ciência os contactos pessoais estabelecidos entre cientistas portugueses e estrangeiros, que poderão ter permitido alguma colaboração científica, e as atas que ainda hoje podemos consultar permitindo-nos avaliar a qualidade da ciência feita em Portugal comparada com a dos cientistas estrangeiros que nos visitaram.

Academia das Ciências de Lisboa

A Real Academia das Ciências de Lisboa²²⁵⁴ foi fundada no reinado de D. Maria I, em 24 de dezembro de 1779, por sugestão de Domingos Vandelli²²⁵⁵. A iniciativa final foi do tio da rainha, Duque de Lafões²²⁵⁶ (Fig. 58) — um homem “de espírito um pouco afectado

2253 “Chronique du Congrès — Summary”, em *Actas do Congresso Internacional dos Médicos Católicos em Lisboa (Portugal), Acção Médica*, Ano XII, nºs 45 a 48, julho 1947 a julho 1948, pp. 990–991.

2254 J. Pinto Peixoto, “A Ciência em Portugal e a Academia das Ciências de Lisboa”, em *Colóquio/Ciências, Revista de Cultura Científica*, nº 19, abril 1997, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 71–84; José Vitorino de Pina Martins, “Academia das Ciências de Lisboa: Um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo”, em *Colóquio/Ciências, Revista de Cultura Científica*, nº 19, abril 1997, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 85–90.

2255 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 164.

2256 Em 1792, era Presidente Perpétuo da Academia “O Duque D. João Carlos de Bragança e Sousa, Duque de Alafões, Graõ Cruz Alfêres da Ordem de Christo, Marechal General junto á Real Pessoa de Sua Magestade, e conselheiro de Guerra, ao Grillo”; v. *Almanach para o Anno de M. DCC. XCII.*, Off. da Academia Real das Sciencias, Lisboa, p. 457.



Fig. 58 Duque de Lafões (*Arquivo Pictresco*, 1866).

e frívolo²²⁵⁷”, que aos 70 anos casou com uma Marialva de 15²²⁵⁸ — o qual tinha em mente este projeto havia vários anos²²⁵⁹. Entre outros fins, a Academia — que adotou a divisa “se não é útil o que fazemos, é louca a glória” — tinha por objetivo relacionar a Universidade com a investigação científica e económica²²⁶⁰, sendo constituída, inicialmente, por três secções, dedicadas, respetivamente, às Ciências Naturais, às Matemáticas e à Literatura. O projeto pedagógico, que estava também na mente dos fundadores e no plano dos estatutos²²⁶¹ da Academia, foi concretizado com o estabelecimento de um Museu de História Natural e a abertura de aulas na última década do século XVIII²²⁶². Na Academia das Ciências de Lisboa foram integrados os membros sobreviventes da Academia da História, fundada em 1720, os da Sociedade dos Ocultos, fundada em 1747, e os da Arcádia Olissiponense, fundada em 1756²²⁶³, o que explica a elevada quantidade e qualidade de trabalhos históricos e literários que na Academia das Ciências foram sendo publicados²²⁶⁴. Nesta Academia, as Letras continuaram associadas às Ciências, até hoje. O académico brasileiro Gilberto Freyre comentava em 1967²²⁶⁵:

2257 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 62.

2258 José Gentil da Silva, “A Situação Feminina em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII”, em *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, p. 149.

2259 Um estudo sobre as causas externas e internas que levaram à criação da Academia das Ciências de Lisboa pode ler-se em António Ferrão, *A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e económico da segunda metade do século XVIII*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

2260 Segundo Pereira Forjaz, “desde o nascimento da Academia das Ciências de Lisboa, três temas se tornaram predilectos em suas sessões — Camões, o ultramar português e a economia nacional”; v. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 39, Fasc. III, junho–julho 1967, p. 165. Não deixa de ser curioso que na mesma altura se tenha fundado em Ponte de Lima a Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público, inspirada em sociedades com objetivos semelhantes que apareceram na Galiza e noutras regiões espanholas, as Sociedades Patrióticas Ilustradas. O Visconde de Barbacena chegou a considerá-la concorrente à Academia Real das Ciências; v. Luís A. de Oliveira Ramos, *Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII — Princípios do Século XIX)*, Braga, 1977, pp. 9–12.

2261 Rómulo de Carvalho, *A Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos Séculos XVIII e XIX*, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1981.

2262 *Idem*, pp. 21–22.

2263 Rodolpho Guimarães, “Les Mathématiques en Portugal”, em *O Instituto, revista científica e litteraria*, Vol. 51^o, p. 566.

2264 António Ferrão, *Os Estudos Históricos na Academia das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.

2265 *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 39, Fasc. IV, agosto–dezembro 1967, p. 222.

A Academia das Ciências de Lisboa, sendo das Ciências, é também de Letras. Aqui não se faz sentir aquele divórcio entre as duas culturas, a científica e a humanística, há pouco denunciado com veemência pelo ao mesmo tempo cientista e escritor inglês C. P. Snow. Ao contrário: nesta Casa essas duas culturas vêem, há quase dois séculos, completando-se.

Com os estatutos publicados²²⁶⁶, a nova Academia realizou a sua primeira sessão a 4 de julho de 1780. No ano seguinte, a rainha concedeu-lhe o privilégio, realmente excepcional, de poder “imprimir, sem dependência alguma das Censuras dos tribunais, as suas obras; e bem assim o privilégio exclusivo de 10 anos para todas elas²²⁶⁷”. Concedeu-lhe ainda o título “Real” em 1783²²⁶⁸. No que respeita à censura, D. Maria I seguiu o mesmo procedimento de seu avô D. João V para com a Academia Real da História Portuguesa²²⁶⁹, fundada em 1720²²⁷⁰, mas o intendente Pina Manique (1733–1805)²²⁷¹ tentaria mais tarde limitar essa liberdade de que gozavam os académicos²²⁷². Segundo Júlio de Matos²²⁷³:

A importação de livros francezes que em larga escala fazia a Academia, os jornaes e as cartas de França com destino ao

2266 *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros socios da Academia das Sciencias de Lisboa, com beneplacito de sua Magestade*, Regia Officina Typografica, 1780.

2267 Pereira Forjaz, *Entre duas Rainhas*, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1960, p. 5.

2268 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 164.

2269 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 187–188.

2270 O objetivo desta Academia era “estudar e escrever a história eclesiástica e a história destes Reinos e suas conquistas”; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 136.

2271 Eduardo de Noronha, *Pina Manique, O Intendente de antes quebrar*, Livraria Civilização, Porto, 1923; José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004; Laurinda Abreu, *Pina Manique, Um Reformador no Portugal das Luzes*, Gradiva, 2013.

2272 José Timoteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 280–281.

2273 Julio Mattos, “José Corrêa da Serra”, em *Plutarcho Portuguez*, Vol. I, Julio Costa, Emilio Biel e C^ª, Porto, 1881, p. 69.

duque de Lafões e a Corrêa da Serra, traziam excitado o Intendente. Por isso elle mandava espiar; reinava a perseguição, ora surda, ora declarada, mas sempre terrível, desapiedada sempre.

Para tentar evitar que as ideias revolucionárias e maçónicas²²⁷⁴, vindas de França, se difundissem em Portugal, o intendente vigiava todos²²⁷⁵ e particularmente aqueles que tinham contactos no estrangeiro²²⁷⁶. Entre eles encontravam-se o Duque de Lafões, Correia da Serra²²⁷⁷ e Domingos Vandelli, que eram maçons e tinham sido os promotores da Academia das Ciências²²⁷⁸. Esta Academia tornar-se-ia assim a primeira organização paramaçónica em Portugal²²⁷⁹. Não deixa de ser irónico que os próprios filhos do intendente²²⁸⁰ se tenham

2274 Só a partir de 1800 a maçonaria adotou uma postura antirreligiosa e claramente contrária ao poder absoluto dos monarcas, tornando-se assim o gérmen do liberalismo.

2275 Era atenta a vigilância que os comissários da polícia do Intendente exerciam sobre as atividades que pudessem destabilizar a vida social por parte de todos, incluindo os religiosos. Numa carta dirigida ao Provincial Fr. José de Santa Angela de Fulgino, Pina Manique previne-o que passara ordens aos seus comissários da polícia para “desembaraçar os ajuntamentos nos Cafés (permitidos somente para tomar alguma refeição, ou refresco) para que faça conduzir em Custodia a hum dos Camarotes da cadeia a qualquer Religiozo que for encontrado nos Theatros publicos, nas cazas de pasto, Bilhar, e passeio publico, onde ficão sentados entretoendo-se em conversações pouco decorozas a seu carater, e habito, e que por huma carta civil avize ao Prelado maior, ou a quem estiver prezedindo ao Convento a que o tal religiozo pertencer. Roga que se nos Conventos de Lisboa, Coimbra, e Porto, houver alguns subditos de conhecida relaxação, os faça transportar a Conventos ermos, com recomendação aos Prelados locaes para corrigirem, até darem provas de reforma.” (*Manuscrito do século XVIII sobre variadíssimos assuntos remetidos para as ordenações*, Livraria Manuel Ferreira, Porto).

2276 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, pp. 81–82.

2277 O Duque de Lafões, D. João de Bragança, dizia que Correia da Serra era um “elefante científico e litterario”; v. Marquez de Resende, *Pintura de um Outeiro Nocturno e um Sarau Musical ás Portas de Lisboa no fim do Século Passado*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868, p. 6. Segundo o testemunho do 2º Visconde de Santarém, Correia da Serra não se dava à maçada de assistir às sessões das academias científicas parisienses e o barão de Walckenaer, Charles Athanase (1771–1852), teria afirmado que esse ilustre botânico português “não só era um dos mais celebres naturalistas do seu tempo, mas que era um homem de salão, que a sua conversação era admirável, mas que era muito *preguiçoso*”; v. 2º Visconde de Santarém, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 215. Sobre os trabalhos científicos de Correia da Serra, v. Julio A. Henriques, *J. F. Correa da Serra*, separata de *Brotéria*, Série Botânica, Vol. XVI, Fasc. III, 1918.

2278 Eram maçónicos vários fundadores das academias científicas na Europa e em particular no Reino Unido; v. Robert Lomas, *Freemasonry and the Birth of Modern Science*, Barnes & Noble, Nova Iorque, 2002.

2279 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 64.

2280 Um dos filhos do intendente, o 1º visconde de Manique do Intendente, Pedro António de Pina Manique Nogueira Matos de Andrada (1773–1839) casou com D. Maria da Glória da Cunha Menezes. Quis que o seu casamento tivesse grandeza, pompa e magnificência e encomendou a sua organização a António Marrare, um famoso botequineiro italiano. A festa de casamento foi muito elogiada por todos os convidados e pelo noivo. Porém, quando chegou a conta para pagar o Barão recusou fazê-lo por achar excessivo o

inscrito numa loja maçónica três anos depois da morte do pai²²⁸¹!... Contra a maçonaria²²⁸², lutava em força toda a hierarquia eclesiástica, que se aliou à causa miguelista por considerar que os constitucionais eram todos maçónicos e hereges²²⁸³. A este respeito, é paradigmático o “Sermão de Nossa Senhora da Graça”, pregado em 1830 no Real Colégio dos Órfãos da cidade do Porto pelo cônego regular D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria que, como muitos outros clérigos²²⁸⁴, era miguelista assumido²²⁸⁵. Referindo-se ao Porto, o pregador proclamava “que nenhuma outra Cidade abunda tanto nesta casta de gente [pedreiros-livres] proporcionalmente ao numero de seus habitantes²²⁸⁶”. A certa altura desabafava²²⁸⁷:

valor faturado. O processo foi para tribunal. A decisão final do juiz chegou dez anos depois. António Marrare recebeu apenas parte do valor solicitado. A fidalguia portuguesa, muito propensa para extravagâncias e luxos, tinha sempre dificuldades em honrar os compromissos financeiros; v. João Jardim de Vilhena, “O casamento do Barão de Manique”, em *Feira da Ladra*, tomo V, 1933, pp. 93–98. Num discurso lido na Câmara dos Deputados a 10 de março de 1867, Faria Barboza afirmou que tinha ouvido “a um distinto fidalgo da côrte que o fidalgo que não gastava o dobro do que tinha de rendimento, não era verdadeiro fidalgo”; v. O.D.E.C., *Aos “botins” passados, presentes e futuros*, folheto anónimo com o discurso de Faria Barboza, p. 9.

2281 José Norton, *Pina Manique, Fundador da Casa Pia*, Bertrand Editora, Chiado, Lisboa, 2004, p. 87.

2282 Diz-se que o *Clube dos Doze*, constituído, no final do século XVIII em Coimbra, por membros de origem brasileira, designados depreciativamente por *mazombos*, era uma loja maçónica. A tradição maçónica brasileira terá sido iniciada por estes *mazombos* e desenvolvida no Brasil colonial no início da século XIX. Em 1820, foi fundada em Coimbra a loja maçónica que funcionava junto ao Arco de Almedina. Desapareceu em 1823, com a queda do liberalismo. Só em 1834, na sequência da queda do absolutismo, surgiria uma nova loja maçónica em Coimbra. A Maçonaria foi proibida pelo Estado Novo em 1937, sendo de novo permitida após a revolução de abril em 1974; v. Mario Behring, “O Alvará de 30 de março”, em *Kósmos*, Ano III, nº 8, agosto 1906, Rio de Janeiro; Mario Behring, “Uma Sociedade Secreta”, em *Kósmos*, Ano IV, nº 1, janeiro 1907, Rio de Janeiro; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 183, 356.

2283 É de referir que era ilegal desde 1818 pertencer a sociedades secretas em Portugal. A lei de 1818 dava como castigo a pena de morte. Em 1823 essa pena foi alterada pelo degredo para as colónias. Todos os funcionários públicos tinham que declarar por escrito que não pertenciam a sociedades ilegais; v. João Jardim de Vilhena, “Compromisso de Brotero”, em *Feira da Ladra*, tomo II, 1930, pp. 171–172.

2284 A Igreja pôs-se ao lado de D. Miguel durante as lutas liberais, na esperança de poder recuperar alguma da antiga influência social que temia definitivamente perder com o estabelecimento do regime constitucional de D. Pedro IV.

2285 D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria, *Oração Gratulatória recitada na Sé Cathedral de Coimbra em a solemnidade que fizeram celebrar os nobres academicos realistas pelo feliz regresso de sua magestade o Muito Alto e Poderoso Senbor D. Miguel I, no dia natalicio de S.M. a Imperatriz Rainha, no qual pelos esforços dos mesmos nobre e sempre leaes academicos se fez pelo Clero, Nobreza e Povo a desejada aclamação e tão excelso principe*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1828.

2286 D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria, *Sermão de Nossa Senhora da Graça Padroeira do Real Collegio dos Orfaos da Cidade do Porto*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1830, p. 24, nota 47.

2287 *Idem*, p. 15.

Essa casta de ímpios, que formigão por toda a parte, ensinão, que a Religião é um *fantasma*, seus Ministros a *escoria da Sociedade*, a Moral Christã invenção do *Fanatismo*, o Culto Religioso *prejuizos da Superstição*: é preciso destruir estas maximas do Inferno, ensinando-os desde os mais tenros annos a respeitar a Igreja, seu Chefe, seus Ministros. [...] Ensinai-lhes tambem que a chamada igualdade Maçonica é um sophisma ridiculo para enganar o povo ignorante. Mostrai-lhes, que supposto os homens seião iguaes na sua origem, por descenderem todos d'um Pai commum, por terem todos a mesma natureza, com tudo, estabelecidos em sociedade, é impossivel terem os mesmos talentos, os mesmos interesses, a mesma industria, a mesma força; ha de haver sujeição, obediencia, respeito; ha de haver gradações do poder, de riquezas, de merecimentos, e por isso ha de haver desigualdade.

A criação da Academia das Ciências de Lisboa foi muito tardia — um atraso de 100 anos relativamente às primeiras academias europeias²²⁸⁸. Na altura do seu estabelecimento, existiam na Europa mais de 200 academias devotadas à ciência e à tecnologia. Antes da Revolução Francesa (1789), havia em França 25 academias²²⁸⁹ que estimulavam a investigação científica e difundiam a ciência através das suas publicações²²⁹⁰. Acompanhada por outras iniciativas, como a fundação de instituições de ensino e museus, a criação da Academia foi um passo decisivo para a promoção da ciência²²⁹¹ e também das letras²²⁹² em Portugal. Algumas iniciativas posteriores orientaram-se no mesmo

2288 Poderá estranhar-se o facto de o Marquês de Pombal não ter criado nenhuma academia científica, mas é bom lembrar que o ambiente de discussão livre que nelas se vivia não era da sua particular predileção.

2289 O número de sociedades científicas e literárias em França cresceu muito no século XIX, afrouxando o rigor na seleção dos membros e sacrificando a qualidade dos trabalhos. Esta situação ameaçava a credibilidade de instituições como o Instituto de França, pelo que começaram a surgir vozes que criticavam tal estado de coisas; v. 2º Visconde de Santarém, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, pp. 123, 153–154.

2290 Lewis Pyenson e Susan Sheets-Pyenson, *Servants of Nature*, W.W. Norton & Company, Nova Iorque, 1999, p. 90.

2291 Luís de Pina, *A Ciência em Portugal (Bosquejo Histórico)*, separata do livro *Portugal*, Lisboa, 1946, p. 290.

2292 João Palma-Ferreira, “Apontamentos sobre José Cornide e o Fim do Século XVIII Português”, em *Revista da Biblioteca Nacional*, Vol. 2, nº 2, julho–dezembro 1982, pp. 244–245.

sentido. Em 1791, por exemplo, estabeleceu-se na Academia de Ciências de Lisboa a nomeação de um sócio como guarda-mor da livraria, museu etc., “com a obrigação de fazer annualmente demonstrações de historia natural e physica experimental no museu e gabinete da mesma academia²²⁹³”.

Durante as invasões francesas, a Academia viveu dias agitados, com Junot a exigir a sua presidência e ameaçando-a de extinção e de confisco da biblioteca, com transporte já agendado para França, sob a supervisão de Geoffroy Saint-Hilaire. O plenário dos sócios dividia-se entre dois partidos: o francês, liderado pelo Conde de Ega, e o inglês, oportunisticamente calado. Junot acabou por ser eleito sócio honorário, uma distinção que aceitou com relutância²²⁹⁴, mas não teve tempo de concretizar os seus intentos acabando por fugir, humilhado, para a sua terra²²⁹⁵.

Após a revolução liberal de 1820, o papel da Academia das Ciências foi discutido nas Cortes a propósito da aprovação do orçamento. O deputado, magistrado e jurisconsulto Manuel Borges Carneiro (1774–1833) era um crítico acérrimo da atividade da Academia, pois entendia que o trabalho por ela realizado e a própria ciência, em geral, eram inúteis e, portanto, uma tal instituição não deveria ser financiada pelo Estado²²⁹⁶:

Do que precisamos em Portugal é de comércio, lavoura e indústria; de ciência e sábios temos um exército capaz de devorar todos os frutos das classes produtoras. Fazem-se tantos elogios às ciências e aos livros, porque são os sábios quem escrevem; se escrevessem os lavradores, e artistas, eles louvariam com melhores razões as classes produtoras, à custa das quais

2293 *Annuario da Academia Polytechnica do Porto, Anno Lectivo de 1883–1884*, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, Porto, 1884, p. 28.

2294 “Junot e a Academia das Ciências”, em *Boletim da Segunda Classe*, Vol. XIX, 1924–1925, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 191–192.

2295 A. Pereira Forjaz, “Legenda dourada”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXXVI, outubro–dezembro 1964, Academia de Ciências de Lisboa, 1964, pp. 519–520.

2296 Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984, p. 52.

se sustentam muitos ociosos com o nome de sábios, dos quais nenhum proveito vem à sociedade. E que ciências são estas com que se gasta tanto dinheiro e tantos encómios? Se chamamos ciências ao conhecimento da verdade, e entendemos por verdade aquilo que é conforme às leis eternas e imutáveis da natureza e do mundo, teremos de dizer, que essas chamadas ciências, principalmente as positivas, não são mais do que fábulas, erros, invenções, pataratas inventadas pelos déspotas e pelos fanáticos segundo as vistas dos seus interesses, para melhor manterem suas paixões e caprichos a custo do povo sincero, sem sombra alguma de utilidade geral.

Apesar de haver um deputado da Nação que pensava que a ciência era inútil, houve felizmente muitos outros que pensavam o contrário, e que a Academia das Ciências deveria continuar a ser financiada. Alguns deles opinavam, no entanto, que ela deveria ser regulada por diferentes estatutos, de modo a torná-la menos elitista e mais próxima da realidade e das necessidades do país. De alguma forma, propunham uma transformação semelhante à que se passara com a Academia de Paris, que, depois da Revolução, foi extinta e originou o Instituto de França²²⁹⁷. Depois de intensas discussões, a Academia das Ciências não foi extinta nem reestruturada, mas o seu orçamento ficou reduzido a metade²²⁹⁸!...

Apanhada no meio da instabilidade política e da guerra civil (1832–1834) entre miguelistas e constitucionalistas, “a Academia órfã d’uma parte de seus Membros, agrilhoados em masmorras, desterrados e dispersos, caminhava lentamente por uma inanição gradual á sua total dissolução; e posto que dava ainda alguns signaes de vida, acodia de vez em quando com accidentes tão mortaes, que desbaratavão toda a esperança de remédio²²⁹⁹”. Em 1856, Latino Coelho historiava a vida da Academia das Ciências de Lisboa nestes termos²³⁰⁰:

2297 Antonio Bernardino Pereira do Lago, *Cinco Annos d’Imigração na Inglaterra, na Belgica e na França*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1834, pp. 178–179.

2298 Pereira Forjaz, *Entre duas Rainhas*, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1960, p. 14.

2299 Joaquim José da Costa de Macedo, *Discurso lido em 15 de maio de 1838 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typografia da mesma Academia, Lisboa, 1838, pp. 9–10.

2300 *Discurso recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 19 de novembro de*

A antiga Academia [fundada por D. Maria I] correra a fortuna de todas as demais instituições que havia concebido e vivificado o regime da velha monarquia [absoluta]. Tivera esplendido o berço, e fôra-lhe a infância auspiciosa, precoce a adolescência, e, por um milagre de robustez excepcional, chegara em poucos anos á sua madura virilidade. Mas todos estes prodígios vieram a parar em que esta respeitável corporação perdeu bem cedo as forças com que se annunciára vigorosa, e a debilidade senil, que a acommetteu n'um lethargo de muitos annos, esteve presagiando que a illustre companhia a que presidira, cheio de entusiasmo e de esperança, o celebrado Duque de Lafões, ia bem depressa apagar no esquecimento a luz, frouxa e expirante, do seu antigo vigor intellectual.

O relançamento da Academia ocorreria apenas em 1834, no tempo de D. Maria II (Fig. 59), que era bisneta de D. Maria I. A rainha reorganizou-a com os novos estatutos de 1834, deu-lhe um edificio próprio, aumentou o seu espólio museológico, bibliotecário e instrumental, e dotou-a de meios financeiros (seis contos de réis) para que pudesse realizar a sua missão²³⁰¹. Foi decidido instalá-la no “edificio do extinto Convento de Nossa Senhora de Jesus da Terceira Ordem da Penitencia”, onde “estava o Museu d’Historia Natural, Medalhas, e Pinturas, colligido pelo Pe. Me. Fr. José Mayne”, sendo a livraria daquele convento “composta de obras compradas pelo mesmo Pe. Mayne.” Ficou decidido que, para além do Museu Maynense, a Biblioteca do Convento seria administrada pela Academia e “se franqueassem todos ao publico em beneficio das Letras.” Em 1836, D. Maria II decretou que o Museu da Ajuda fosse incorporado no Museu da Academia, “ficando debaixo da sua inspecção scientifica e económica o Jardim Botânico da Ajuda²³⁰².” Como refere Pereira Forjaz²³⁰³:

1856 pelo presidente da 1ª classe, seivindo de vice-presidente da Academia, José Maria Grande e Relatório dos trabalhos da mesma Academia pelo secretario geral interino José Maria Latino Coelho, Typographia da Academia, Lisboa, 1856, pp. 8–9.

2301 Joaquim José da Costa de Macedo, *Discurso lido em 15 de maio de 1838 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typografia da mesma Academia, Lisboa, 1838.

2302 *Idem*, pp. 11–13.

2303 Pereira Forjaz, *Entre duas Rainhas*, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1960, p. 16.



Fig. 59 D. Maria II (*O Occidente*, 10 janeiro 1903).

A Academia esquecia-se, porém do piedoso Pe. Mayne (1723–1792), que até o povo respeitava e louvava e lhe tinha dado tudo quanto possuía e era muito: alienava os seus prédios, vendia os seus quadros, oferecia as suas colecções, emprestava as suas salas, só com prejuízo seu (ao menos quando perdia salas era com sua audiência!). Só respeitou os livros!

A propósito da meritória ação das duas rainhas Marias — uma fundadora, a outra reformadora —, comentava-se em 1838 que “a historia de Portugal, já fértil em acontecimentos extraordinarios, apresenta á Europa espantada o facto unico nos annaes das Nações de serem as Rainhas destes Reinos as mais decididas, e mais firmes Protectoras das Letras²³⁰⁴”. Em resposta a um discurso do secretário perpétuo da Academia em missão de agradecimento pelas mercês régias concedidas à Academia, a rainha D. Maria II afirmou²³⁰⁵:

Aceito com particular satisfação as expressões, que a Academia acaba de dirigir-me; e Posso dizer, que as Mereço pela efficaz Protecção que Desejo dar á academia, e ao progresso das sciencias, e das Letras, a que ella tem feito relevantes serviços, e de que depende em grande parte a prosperidade dos Estados. O exemplo da Minha Augusta Bisavó será sempre poderoso motivo para Eu ter em especial consideração a Academia que Ella fundou, e para aspirar á mesma Gloria, que por esse Titulo tão justamente adquiriu.

À Academia foram ainda dados “vários instrumentos de Physica, e varios productos d’Historia Natural, que havia no Deposito das Livrarias dos Conventos extinctos²³⁰⁶”. As relações com academias congêneres europeias foram então retomadas, deixando a Academia de ser “aquelle corpo caduco, sumido n’um canto da Europa, ignoto ou desestimado²³⁰⁷”.

2304 Joaquim José da Costa de Macedo, *Discurso lido em 15 de maio de 1838 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typografia da mesma Academia, Lisboa, 1838, p. 42.

2305 *Idem*, pp. 42–43.

2306 *Idem*, p. 14.

2307 *Idem*, p. 18.

Esta nova fase da sua vida, apoiada pela corte²³⁰⁸, parece ter originado “tantos e tão variados estímulos” que “não podião deixar de despertar a Academia do lethargo em que jazia, nem de accender em cada um de seus Membros o fogo do engenho, avivando o ardor quasi extincto com que outr’hora cultivavão as Sciencias, que parecião ter abandonado²³⁰⁹”. A Academia fez consultadoria técnica sobre temas de interesse público²³¹⁰, oferecendo pareceres sobre “assumptos, que dependião de noções scientificas para se resolverem com o devido conhecimento de causa²³¹¹”. Aparentemente, este trabalho foi realizado com tanta competência “que mereceu não só a aprovação de Sua Magestade, mas até elogios publicos feitos no Seu Real Nome, e impressos no Diario do Governo²³¹²”. Na Assembleia de 18 de julho de 1849, a Academia, como administradora do legado do Pe. José Mayne, resolveu “abrir um Curso elementar de Historia Natural accomodado a todas as inteligencias, precedido dos principios geraes de Physica, e de Chimica indispensaveis para o conveniente aproveitamento dos Ouvintes”, tendo sido aprovado o respetivo programa²³¹³. Em 13 de dezembro de 1851, foram modificados os estatutos que vinham de 15 de abril de 1840, e em 1852 foi aprovado um Regulamento. A Academia empenhou-se então em tentar melhorar a forma de administração do Museu Nacional de Lisboa, que há muitos anos dele estava incumbida, e cujas coleções se encontravam numa “lastimosa condição”, bem como no revigoroamento do Instituto Maynense.²³¹⁴ Em

2308 Estatutariamente, os presidentes da Academia tinham que ser membros da Casa Real Portuguesa. Neste período foram presidentes os príncipes D. Augusto e D. Fernando — que foram, respetivamente, o primeiro e o segundo maridos de D. Maria II —, tendo ambos contribuído para o prestígio e desenvolvimento da Academia; v. *Idem*.

2309 *Idem*, p. 21.

2310 Por volta de 1836, o governo solicitou à Academia um plano para a redução das doenças venéreas, facto que foi jocosamente comentado pelo 2º Visconde de Santarém; v. 2º Visconde de Santarém, *Inéditos (Miscellanea)*, colligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas e trazidos á publicidade pelo 3º Visconde de Santarém, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1914, p. 162.

2311 Joaquim José de Costa de Macedo, *Discurso lido em 15 de maio de 1838 na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typografia da mesma Academia, Lisboa, 1838, p. 28.

2312 *Idem*, p. 32.

2313 *Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I, Typographia da mesma Academia, Lisboa, 1849, p. 253.

2314 *Discurso recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 19 de novembro de 1856 pelo presidente da 1ª classe, sevindo de vice-presidente da Academia, José Maria Grande e Relatório dos trabalhos da mesma Academia pelo secretario geral interino José Maria Latino Coelho*, Typographia da Academia, Lisboa, 1856, pp. 10–11, 13.

1855, recebia do governo 5 800\$000, que correspondia a pouco mais de 2,2% do gasto total com o ensino superior²³¹⁵. Apesar de todas estas alterações positivas, parece que a Academia não era capaz de despertar a confiança e o respeito da juventude coimbrã de 1860, liderada por Antero de Quental²³¹⁶ que afirmava²³¹⁷:

Não é a nossa divertida Academia das Sciencias que resolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos factos e das idéas. É o Instituto da França, é a Academia scientifica de Berlim, são as escolas de philosophia, de historia, de mathematica, de physica, de biologia, de todas as sciencias de todas as artes, em França, Inglaterra, em Allemanha.

No período de 1861 a 1880, a Academia Real das Ciências de Lisboa cresceu em número de sócios e aumentou para o dobro as ligações com sociedades estrangeiras. Parece que as atividades educativas tomaram igualmente um novo fôlego neste período. Em 1863, publicava-se um livro com o título *Princípios de physica, chimica e introdução á historia natural dos três reinos, Lições ordenadas segundo o curso professado no instituto Maynense*, redigido pelo professor da cadeira Francisco Pereira de Figueiredo²³¹⁸. Surgiram umas notas manuscritas policopiadas atribuídas a Figueiredo, datadas de 1869 e intituladas *Princípios de Physica e Chimica e Introdução à Historia Natural dos tres Reinos*, subdivididas nos livros: *Physica*, *Chimica*, sendo porém os outros livros — *Zoologia*, *Botânica* e *Geologia* — encabeçados

2315 José Maria de Abreu, *Almanak de Instrução Publica em Portugal*, 1º Ano, 1857, Imprensa da Universidade, Coimbra, p. 192.

2316 Antero de Quental e Eça de Queirós pertenciam à Sociedade do Raio, uma associação secreta de estudantes muito descontentes com a organização da Universidade e cujo objetivo imediato era a demissão do Reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto (Visconde de S. Jerónimo). Conseguiram-no após o boicote da sessão de entrega de prémios de 8 de dezembro de 1862; v. José Leite Monteiro, *O ultramontanismo na instrução publica de Portugal, reflexões a proposito da manifestação academica do dia 8 de dezembro de 1862*, Coimbra, 1863. Depois da demissão do Reitor, a referida sociedade transformou-se em sociedade maçónica; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 232–233. Um estudo sobre a vida estudantil de Antero de Quental em Coimbra pode ler-se em Mário Brandão, *Antero de Quental, estudante: documentos*, Universidade de Coimbra, 1957.

2317 Julio de Castilho, *O Senhor Antonio Feliciano de Castilho e o Senhor Anthero de Quental*, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, 1865, p. 32.

2318 João José da Sousa Telles, *Anuario Portuguez científico, litterario e artistico (1863)*, Typographia Universal, Lisboa, 1864, pp. 272–273.

pelo título *Introdução à Historia Natural dos tres Reinos*. Na página frontal dos vários livros surge a indicação: “Lições ordenadas segundo o curso professado no Instituto Maynense, e conforme programma seguido no Lyceo Nacional de Lisboa.”

Apesar desta significativa actividade da Academia, continuavam a surgir algumas críticas devidas ao seu carater elitista²³¹⁹:

A Academia Real das Sciencias precisa d’uma reforma profunda, a que devem prestar iniciativa alguns dos seus membros illustrados. Se tem em vista propagar a instrucção, não deve nobilitar com o seu diploma os que necessitam d’ella. Não deve ser fidalga, abrindo as portas por tradições de nomes, mas sim por merecimentos proprios, tanto aos que teem avós nobres na parentella como aos que só encontram os mais infimos peões na genealogia.

Segundo o mesmo crítico, o trabalho dos académicos era de pouca qualidade²³²⁰:

O atrazo das nossas sciencias e da litteratura tem causa importante na decadencia e na ignorancia que preside aos estabelecimentos honorificos; na facção que penetrou onde nunca deveria ter entrado, e na nulidade e insignificancia que levam de vencida o merito real. Assim, se o estrangeiro nos avaliasse pelos trabalhos academicos, seria uma vergonha o nosso desenvolvimento. Se nós levassemos aos grandes centros civilizados algumas preciosidades que conhecemos, obras de socios effectivos e correspondentes da Academia Real, receberiamos um diploma de povo barbaro, na primeira idade da sua infancia, ou no ultimo grau da sua decadencia intellectual.

Apesar de todas estas críticas, o prestígio nacional e internacional da Academia das Ciências parecia continuar a melhorar em 1880. O

2319 Sergio de Castro, “A Instrucção e as Academias Officiaes”, em *A Evolução, Revista de Sciencias, Litteraturas e Artes*, 1º Ano, Vol. 1, nº 5, 1878, p. 35.

2320 *Idem, Ibidem*.

número de sócios elevava-se a 240, e o número de academias, sociedades e outros estabelecimentos científicos com que se correspondia atingia 254. Entre elas contavam-se instituições não só europeias mas também americanas²³²¹.

Em 1904, Virgílio Machado, recém-eleito Presidente da Primeira Classe (Ciências) da Academia, afirmava a propósito da utilidade das Academias²³²²:

A sciencia augusta, soberana, magestosa, se tem o seu berço nos laboratorios ou no gabinete dos philosophos, tem os seus templos e os seus santuarios nas escolas e nas Academias. [...] Ora ás Academias consignaram-se como attributos fundamentaes a cultura, a propagação e o adiantamento das sciencias; [...] póde ainda competir ás Academias um papel importante e fecundo no culto da religião scientifica, exaltando o seu valor e zelando a sua dignidade. [...] Não é nobre, pouca utilidade tem, chega mesmo a ser digna de justificados reparos, a frouxa actividade das Academias, em geral, que se limitam á simples tarefa de registrar, nos seus annaes, a descripção de algum novo invento ou descoberta, a enumeração de alguma lei ou principio scientifico recentemente demonstrados.

Ao terminar a sua intervenção, sugeria que a Academia das Ciências devia realizar atividades de divulgação e de promoção da ciência, pois assim se poderia “levantar o prestígio da nossa primeira corporação científica²³²³”. Trindade Coelho tinha uma posição muito crítica pois achava que a Academia estava convertida “numa confraria de vaidosos inúteis, e, na maior parte... inéditos²³²⁴!”

2321 Ana Cardoso de Matos, “Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX”, *Scripta Nova — Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, nº 69 (29), 1 agosto 2000.

2322 *Actas das Sessões da Primeira Classe*, Vol. I, 1899–1901, Academia Real das Ciências, Tipografia da Academia, Lisboa, 1908, pp. 155–156.

2323 *Idem*, pp. 156–157.

2324 Viale Moutinho, “19 cartas inéditas de Trindade Coelho”, em *Prelo, Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, nº 11, abril–junho 1986, p. 49.

Em 1931, por iniciativa de Moses Bensabat Amzalak, foi criado o Instituto de Altos Estudos, anexo à Academia, com o objetivo de promover entre os seus membros a investigação científica e o conhecimento dos resultados dos trabalhos realizados no país. Organizou cursos livres de ensino “post-universitário” cobrindo todos os ramos de conhecimento, os quais foram professados por sócios ou convidados entre os meses de novembro e março. Era uma espécie de complemento cultural pós-universitário. Pela lista de oradores propostos por Moses Amzalak para o primeiro curso livre, podemos reconhecer as figuras mais proeminentes, que na época havia em Portugal nos vários ramos do saber: Melo e Simas (astrónomo), Pedro José da Cunha (matemático), Aureliano de Mira Fernandes (matemático), Anselmo Ferraz de Carvalho (geofísico), António Augusto Mendes Correia (antropólogo), Manuel Moreira Júnior (obstetra), José Alberto Pereira de Azevedo Nunes (médico e político), Sabino Coelho (cirurgião), Gomes Teixeira (matemático), Júlio Dantas (escritor), Eugénio de Castro (escritor), Joaquim de Carvalho (historiador da cultura), José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães (jurista), Pedro Pita (jurista), Martinho Nobre de Melo (jurista), Bento Carqueja (economista), Francisco António Correia (economista), Queiroz Veloso (historiador), António Ferrão (historiador), José Augusto Ferreira (historiador eclesiástico), Fidelino de Figueiredo (crítico), José de Figueiredo (crítico de arte), Quirino da Fonseca (arqueólogo naval), Laranjo Coelho (historiógrafo), José Leite de Vasconcelos (filólogo, etnógrafo) e João da Silva Correia (escritor)²³²⁵. Ao longo dos anos, muitos estrangeiros, incluindo Prémios Nobel, foram convidados para proferir conferências sobre os mais variados temas, conforme se pode constatar no *Boletim da Academia das Ciências*, que era publicado de forma regular. Organizou-se a Biblioteca de Altos Estudos, onde as lições dadas no Instituto passariam a ser publicadas²³²⁶.

2325 “Epítome indicativo do programa de trabalhos do Instituto de Altos Estudos durante o ano académico de 1931–1932, lido pelo Sr. dr. Moses Bensabat Amzalak”, em *Sessão Inaugural do Instituto de Altos Estudos*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, pp. 28–34.

2326 *Sessão Inaugural do Instituto de Altos Estudos*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, pp. 9–10.

Com esta iniciativa a Academia tentava abrir-se à sociedade civil, contribuindo com meios e competências para a expansão da alta cultura. Nas palavras do seu impulsionador, o Instituto pretendia ser “um templo de ciência e para a ciência”²³²⁷. Apesar deste “espírito renovador”²³²⁸, a Academia iria ser objeto, nos anos seguintes, de severas críticas de um grupo de intelectuais ligados ao movimento da *Seara Nova*, que a acusavam de nada produzir e de se manter à margem dos movimentos científicos e literários modernos²³²⁹.

Seguindo o exemplo das outras academias congéneres, a Academia de Ciências de Lisboa publicou as suas memórias²³³⁰: *Memórias de Agricultura* (1788–1791)²³³¹, *Memórias Económicas* (1789–1815)²³³², *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1797–1918), saídas de forma descontinuada, e *Memórias da Academia, Classe de Ciências* (a partir de 1936). A Academia produziu outras publicações periódicas, como as *Ephemerides Nauticas* (1788–1824); os *Annaes das Sciencias e Lettras da Academia Real das Sciencias* (1857–1859) com duas séries, uma da secção das *Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, e outra da secção das *Mathematicas, Physicas, Historico-Naturais, e Medicas*; o *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e*

2327 “Epítome indicativo do programa de trabalhos do Instituto de Altos Estudos durante o ano académico de 1931–1932, lido pelo Sr. dr. Moses Bensabat Amzalak”, em *Sessão Inaugural do Instituto de Altos Estudos*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, p. 27.

2328 Assim se referia a esta iniciativa Júlio Dantas, Presidente da Academia, na sessão inaugural do Instituto em 5 de dezembro de 1931; v. *Sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, p. 16.

2329 Agostinho da Silva, *Elogio da Academia por Agostinho da Silva escrevente e copista e outros que tais*, Polémicas e Sátiras, Porto, s/d (1932).

2330 Nos primeiros estatutos, afirmava-se o seguinte: “a Academia tem declarado, que não serão incluídas nas suas Memórias senão cousas novas ou aperfeiçoadas de maneira, que interessem ao Público”; v. *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros socios da Academia das Sciencias de Lisboa, com beneplacito de sua Magestade*, Regia Officina Typografica, 1780, p. 14, nota 1).

2331 Foram colaboradores nestas memórias autores como Joaquim Bonifácio de Andrade, o abade Correia da Serra, Felix Avelar Brotero, Sebastião Mendo Trigoso, Lacerda Lobo, Rebelo da Fonseca, Vandeli, Coelho de Seabra e outros; v. José Guerreiro Murta, *Educação Científica*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, s/d (c. 1931), p. 202.

2332 Foram colaboradores nestas memórias autores como: o Pe. João Loureiro, Domingos Vandelli, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, João da Silva Feijó, Tomás António de Vila Nova de Portugal, Alexandre António das Neves Portugal, Lacerda Lobo, Azeredo Coutinho, Mendo Trigoso, José Verissimo Alves da Silva, José Bonifácio de Andrade e Silva e o 2º Visconde de Balsemão; v. António Ferrão, *As Causas “Ideais” da Conflagração*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918, p. 16.

Naturais (1866–1927), constituído por 3 séries, onde publicaram trabalhos os principais cientistas portugueses das áreas das ciências exatas e naturais²³³³. Apoiou ainda a publicação de muitas obras isoladas por serem consideradas meritorias e relevantes para a ciência. A sua tipografia, que tantas obras tinha editado, foi extinta com a implantação da República em 1910. Desde então, a Academia teve de recorrer a serviços externos para imprimir as suas revistas e as obras que patrocinava. Os 36 volumes de memórias científicas (além das memórias de letras e económicas) que publicara no primeiro centenário da sua existência reduziram-se a 25 volumes nos 100 anos seguintes²³³⁴...

Ao longo da sua história, a Academia das Ciências teve uma vida bastante instável e uma atividade muito irregular. Foi perturbada pelas invasões francesas, pelas lutas entre constitucionalistas e absolutistas, pela guerra civil e pela instabilidade criada pelo movimento republicano.²³³⁵ Foi condicionada pelo regime do Estado Novo²³³⁶ e votada ao ostracismo pelo regime democrático instaurado no 25 de abril de 1974. Poderá afirmar-se que nunca pôde verdadeiramente realizar os nobres objetivos que se propunha nem responder às expectativas dos seus membros fundadores ou dos portugueses em geral. Num discurso de encerramento do colóquio *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, realizado pela Academia em 1989 e integrado nas comemoração do seu bicentenário, Dias Agudo lembrava, a propósito do pouco incentivo oficial dada à Academia, uma frase pronunciada por Fidelino Figueiredo em 1915: “houve em Portugal governos e parlamentares que embaraçaram e vexaram como inimigos os homens de estudo e lançaram na penúria a academia portuguesa²³³⁷”.

2333 Um resumo da atividade editorial da Academia das Ciências de Lisboa pode ler-se em J.S. Tavares, “O labor científico da Academia das Ciências de Lisboa (1779–1929)”, em *Brotéria*, Série Mensal, Fé — Ciências — Letras, Vol. X, 1930, pp. 88–95.

2334 “Discurso proferido pelo Prof. Doutor F.R. Dias Agudo na Sessão Solene de Encerramento deste Colóquio,” em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, Vol. I, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 37.

2335 O mesmo aconteceu na Universidade de Coimbra; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.

2336 O Orçamento Geral do Estado para 1974 atribuiu à Academia 1 795 300\$00, correspondente a um acréscimo de 10% relativamente ao ano anterior.

2337 “Discurso proferido pelo Prof. Doutor F.R. Dias Agudo na Sessão Solene de Encerramento deste Colóquio”, em *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX*, Publicações do II Centenário

Instituto de Coimbra

O Instituto de Coimbra²³³⁸ foi estabelecido em 1852²³³⁹ com sócios que saíram da Nova Academia Dramática, depois de o projecto de estatutos, redigido por Luiz José de Vasconcelos Azevedo Silva Carvajal, ter sido assinado em 16 de março de 1851 por uma comissão^{2340,2341}. Reunia ainda académicos da Universidade e de outras escolas de ensino superior, assim como sócios da Academia das Ciências e do Conservatório Real de Lisboa. O Instituto de Coimbra, cujos estatutos foram aprovados pelos sócios em 1852²³⁴², incumbia-se dos trabalhos literários e artísticos da Academia Dramática, vocacionada para o teatro, mas expandia os seus interesses a outras áreas. O relator apresentou o projeto destes estatutos com as seguintes palavras²³⁴³:

Senhores! Ficar estacionário no meio do progresso geral é retrogradar. O mundo todo se agita em torno de nós: nunca a humanidade impelida pela necessidade do saber fêz tão nobres esforços, como hoje, no caminho da inteligência. As sociedades científicas, literárias e artísticas, que com diferentes nomes e organização tanto se multiplicam, provam não só esta

da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 40–41.

2338 António José Fontoura Leonardo, *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, tese de doutoramento, Departamento de Física e Centro de Física Computacional, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp. 22–27, 34–41; Anselmo Ferraz da Carvalho, “No Primeiro Centenário do Instituto de Coimbra”, em *O Instituto, revista científica e literária*, Número Comemorativo do 1º Centenário do Instituto de Coimbra, Vol. 115, 1953, pp. i–iii.

2339 Foi aprovado oficialmente por portaria de 5 de setembro de 1853.

2340 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 203–204.

2341 Em 3 de novembro de 1887, a Academia Dramática de Coimbra recebeu novos estatutos, passando a ser designada como Associação Académica de Coimbra; v. S., “Como surgiu a Associação Académica?” em *Rua Larga, revista dos antigos estudantes de Coimbra*, nº 7, 25 novembro 1957, pp. 214–216. O Estado Novo regulamentou as associações académicas em 1932, obrigando a uma revisão dos Estatutos, o que levou à extinção da Associação Académica do Porto; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 347–348.

2342 “Estatutos do Instituto de Coimbra”, em *O Instituto, jornal científico e litterario*, Vol. I, 1853, pp. 397–399. A aprovação oficial dos estatutos foi feita apenas em 1859!... Foram reformados em 1860, 1882, 1922 e 1938; v. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 216.

2343 *Estatutos do Instituto de Coimbra*, Coimbra, 1938, p. 6.

tendência da nossa época, senão também que a associação é geralmente olhada como o melhor meio de a satisfazer.

A promoção das ciências, belas-lettras e belas-artes era o grande objetivo d'O Instituto. Os trabalhos eram enquadrados em três classes: Ciências Físico-Matemáticas, Ciências Morais e Sociais, Literatura e Belas-Artes, imitando a estrutura inicial do Institut de France (1795). O Instituto organizou ou colaborou em conferências e cursos, encontros científicos e pedagógicos, congressos nacionais e internacionais e sessões de cultura científica, literária e artística²³⁴⁴.

O primeiro número do seu órgão *O Instituto, jornal científico e litterario*²³⁴⁵, com uma periodicidade geralmente mensal (Fig. 60), foi publicado em 1853, com uma introdução de António Pereira Forjaz datada de 15 de março de 1852²³⁴⁶, e o último volume anual saiu em 1981²³⁴⁷, tendo havido uma interrupção na publicação de 1866 a 1871. Perante as primeiras reações à publicação, Pereira Forjaz escrevia em 1853 nas páginas deste órgão o seguinte²³⁴⁸:

O Instituto-jornal, condemnado por uns, porque é por extremo científico, e por outros porque o não é bastante, vencerá o destino fatal dos jornaes de Coimbra; prosseguirá, ou terminará sua carreira?

O Instituto venceu o seu “destino fatal” e nele foram dados a lume relevantes artigos científicos e artigos de divulgação nas várias áreas da ciência.²³⁴⁹ Este jornal tem uma particular importância para a história

2344 Licínia Ferreira, “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1281–1283.

2345 António José Fontoura Leonardo, *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, tese de doutoramento, Departamento de Física e Centro de Física Computacional, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp. 27–34.

2346 José Maria de Abreu, *Almanak da Instrução Publica em Portugal (1858) segundo anno*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1857, p. 211.

2347 No final do século XIX, o “jornal” passou a designar-se “revista.” *O Instituto* encontra-se disponível em formato digital na Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra.

2348 A. Forjaz, “O 1º d'outubro”, em *O Instituto, jornal científico e litterario*, Vol. I, 1853, p. 202.

2349 Licínia Ferreira, “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1279–1281.

O INSTITUTO,

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO.

VOLUME PRIMEIRO.



COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1853.

Fig. 60 O jornal científico *O Instituto*.

da instrução pública em Portugal, uma vez que desde 1853 publicou ao longo de 50 volumes (50 anos) os relatórios elaborados pelo Conselho Superior de Instrução Pública e as listas de professores nomeados em todo o país para os ensinos primário, secundário e superior, o que constituía um “Boletim oficial” com “uma numeração, rosto e índice próprios”²³⁵⁰. Esta foi a condição imposta pelo Estado para permitir a utilização das instalações do Colégio de S. Paulo para as suas sessões e subsidiar totalmente a publicação de *O Instituto* na Imprensa da Universidade²³⁵¹.

A atividade impressora na Universidade de Coimbra iniciou-se em 1759 com o equipamento confiscado aos jesuítas após a expulsão destes; foi desenvolvida na Reforma Pombalina de 1772 e regulamentada com a criação da Real Imprensa da Universidade de Coimbra em 1790 por D. Maria I. A imprensa foi encerrada por decreto do regime salazarista de 30 de junho de 1934²³⁵², quando era seu diretor Joaquim de Carvalho, professor muito prestigiado da Faculdade de Letras e um grande homem de cultura²³⁵³. A extinção da Imprensa da Universidade foi uma iniciativa do próprio Oliveira Salazar, que pretendeu que todos os ministros — incluindo o ministro da Instrução Pública, o professor da Universidade do Porto Alexandre Alberto de Sousa Pinto — assinassem o referido decreto. Sousa Pinto recusou e pediu de imediato a demissão²³⁵⁴. Salazar assinou duas vezes — como presidente do Conselho de Ministros e como Ministro Interino da Instrução Pública...²³⁵⁵ Para o encerramento foram apontadas razões de natureza económica, mas nos meios desafetos ao

2350 *Regulamento do Jornal do Instituto de Coimbra, aprovado em sessão da direcção de 10 de março de 1861*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

2351 Portaria de 5 de setembro de 1853.

2352 José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra: Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, tomo II, Coimbra, 1943, pp. 26–75.

2353 J.V. Pina Martins (org.), *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, 9 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1978–1997.

2354 Sousa Pinto tomou posse como ministro em 24 de julho de 1933 e terminou o seu mandato em 29 de junho de 1934, um dia antes de ser publicado o referido decreto.

2355 Informação amavelmente fornecida pelo Prof. José Maria Moreira Araújo da Universidade do Porto, que conheceu o Prof. Sousa Pinto e a sua família.

regime acreditava-se em razões políticas²³⁵⁶. Em 1980, afirmava-se que este encerramento tinha causado “à bibliografia portuguesa danos irreparáveis” e que tinha sido “uma medida catastrófica para a cultura nacional²³⁵⁷”. A Imprensa da Universidade de Coimbra só viria a retomar as suas atividades em 1988, mantendo-se atualmente muito ativa.

Em 1873, com origem na Classe de Literatura e Belas-Artes, surgiu no Instituto de Coimbra a Secção de Arqueologia, com uma vertente museológica, impulsionada por Bernardino Machado, seu presidente e professor de Antropologia, uma cadeira criada em 1885 na Universidade²³⁵⁸. Esta Secção, destinada ao “estudo da arqueologia geral e da especial do reino de Portugal, e bem assim o desenvolvimento e propagação dos conhecimentos desta parte das ciências históricas²³⁵⁹”, revelou uma grande atividade, desenvolveu a craniometria, muito em voga nessa época, iniciou escavações em Conímbriga e constituiu um espólio — denominado Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra²³⁶⁰ — que constituiu o embrião do Museu Nacional Machado de Castro, criado em 1911 e instalado no antigo Paço Episcopal de Coimbra²³⁶¹.

Depois de algumas reformas dos estatutos em 1859, 1882, 1922, 1938 e 1967 — que, no entanto, não lhe alteraram os objetivos nem a divisão orgânica — o Instituto de Coimbra terminou a sua existência em 1982. O seu património bibliográfico e documental,

2356 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 352.

2357 José V. de Pina Martins, “Jorge Peixoto (1920–1977) — A lição da sua Vida”, prefácio ao livro de Jorge Peixoto, *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1980, p. XIII.

2358 Nas recém-fundadas Universidades de Lisboa e do Porto, esta cadeira foi criada em 1911. Desde então, os estudos arqueológicos, antropológicos e etnológicos desenvolveram-se consideravelmente em todo o país; v. Eusébio Tamagnini, “L’Antropologie au Portugal”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. XV, 1946, Universidade de Coimbra, pp. 77–82.

2359 Licínia Ferreira, “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, p. 1278.

2360 Publicaram-se catálogos dos objetos deste Museu referentes aos períodos de 1773–1777 e 1877–1883 (suplemento 1º). O Museu ganhou dimensão e, em 1896, mudou-se para novas instalações; v. R.P., “O Museu do Instituto de Coimbra”, em *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*, Sociedade Carlos Ribeiro, Vol. IV, Typographia Occidental, Porto, 1896, pp. 209–210.

2361 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 301.

que foi mais tarde integrado na Biblioteca da Universidade de Coimbra, é constituído por cerca de 15 mil monografias, 15 mil volumes de revistas científicas e culturais de pelo menos 19 países, bem como um interessante número de manuscritos²³⁶².

O Instituto de Coimbra, através dos artigos científicos do seu jornal/revista, das suas sessões e das conferências de carácter científico que organizou com a colaboração dos professores da universidade e cientistas estrangeiros, contribuiu para a produção, divulgação e promoção da ciência durante 130 anos, de 1952 a 1981²³⁶³. Não sendo uma instituição de investigação como as que havia na Europa e que hoje conhecemos em Portugal, teve o mérito de divulgar a ciência que se fazia em Portugal e no estrangeiro. A revista *O Instituto* serviu para atualizar cientificamente os meios intelectuais portugueses com artigos de autores nacionais e também de autores estrangeiros, complementando a literatura científica que chegava a Portugal proveniente dos principais países produtores de ciência, em particular, a França, a Inglaterra e a Alemanha. A ação do Instituto de Coimbra foi importante ao servir de veículo de transmissão científica e cultural da Universidade de Coimbra, com a qual existia uma parceria privilegiada. O Instituto de Coimbra teve ligações a outras instituições nacionais como a Sociedade de Geografia de Lisboa e várias instituições científicas estrangeiras. Curiosamente, as relações com a Academia das Ciências de Lisboa nunca foram boas.

Entre os sócios do Instituto contaram-se ilustres personalidades nacionais, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Bernardino Machado, Ricardo Jorge, Eugénio de Castro, António

2362 Sobre a história, atividades e importância cultural do Instituto de Coimbra, v. Licínia Ferreira, “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 1274–1286; António José Leonardo, Décio Ruivo Martins, Carlos Fiolhais, “O Instituto de Coimbra e a Ciência na Universidade de Coimbra”, em *História da Ciência na Universidade de Coimbra: 1772–1933*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 1–47; António José Fontoura Leonardo, *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, tese de doutoramento, Departamento de Física e Centro de Física Computacional, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

2363 António José Leonardo, Décio Ruivo Martins, Carlos Fiolhais, “O Instituto de Coimbra e a Ciência na Universidade de Coimbra”, em *História da Ciência na Universidade de Coimbra: 1772–1933*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 1–47.

Egas Moniz, Reinaldo dos Santos, Sidónio Pais, Sílvio Lima e Vitorino Nemésio, e também alguns ilustres estrangeiros, como o escritor espanhol Miguel de Unamuno e o astrónomo inglês Frank Dyson entre outros²³⁶⁴.

Academia de Ciências de Portugal

Fundada em 16 de abril de 1907²³⁶⁵ por iniciativa de António Cabreira (1868–1953)²³⁶⁶, a Academia de Ciências de Portugal — conhecida entre os críticos por “Academia do Sr. Antonio Cabreira” — teve como “vogais” fundadores um grupo de quarenta e três intelectuais, vinte e quatro dos quais eram sócios da Academia de Ciências de Lisboa²³⁶⁷. São eloquentes as palavras de Cabreira²³⁶⁸:

A Academia de Ciências de Portugal, congregando sábios e artistas, sob um impulso reformador, foi o remate lógico da renascença intelectual que se está operando na sociedade portuguesa; surgiu como farol rutilante nas trevas em que se debatia a nossa nacionalidade, mercê de um desvio na sua evolução histórica. Por isso, serve a Ciência com a devoção de um sacerdócio; mas a Ciência integral e ampla que ilumina os cérebros, fortalece os corações e retempera as almas.

Por ele sabemos que alguns “inimigos da Academia” afirmaram que ela surgira devido a um incidente que teria ocorrido entre Cabreira

2364 António José Fontoura Leonardo, *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, tese de doutoramento, Departamento de Física e Centro de Física Computacional, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp. 150–151.

2365 A Academia de Ciências de Portugal ficou definitivamente instituída em 7 de novembro de 1907, sendo presidida por Teófilo Braga e tendo nos seus quadros os portugueses Sousa Viterbo, Azevedo de Albuquerque, Agostinho Fortes, Ferreira da Silva e Sampaio Bruno; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIII, nº 7, novembro 1957, p. 220.

2366 Emilio Augusto Vecchi, *Antonio Cabreira — Notícia Succinta da sua Vida e Obras*, edição do autor, Typographia Bayard, Lisboa, 1907; Artur do Nascimento Nunes, Pedro Lapa, *Notas Bio-Bibliográficas de Antonio Cabreira*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.

2367 *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 501.

2368 António Cabreira, “Discurso proferido na abertura do Congresso Municipalista do Porto em 18 de junho de 1910”, em *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo III, Coimbra, 1915, p. 389.

e a Academia de Ciências de Lisboa²³⁶⁹. Cabreira viu rejeitado um artigo²³⁷⁰ intitulado “Corpos poligonae”, que submetera ao *Jornal da Academia* e, sentindo-se afrontado, publicou um folheto manifestando a sua discordância e atacando injuriosamente a própria Academia!... Em reunião da Primeira Secção, da qual Cabreira era sócio correspondente, todos os membros votaram a favor da sua expulsão, com a exceção de Schiappa Monteiro que votou contra.²³⁷¹ Cabreira negava que a criação da Academia de Ciências de Portugal estivesse ligada com estes acontecimentos²³⁷² e afirmava que as duas academias se justificavam porque desempenhavam um papel complementar na ciência portuguesa.

Foi muito controversa a figura deste homem que tinha muitos interesses intelectuais, particularmente a matemática, da qual se julgava um dos mais eminentes cultores²³⁷³. Os seus méritos eram reconhecidos por muitos admiradores²³⁷⁴, mas foram contestados e ridicularizados numa publicação académica²³⁷⁵ por Carlos Teixeira, um

2369 António Cabreira, que era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e publicava com alguma regularidade no *Jornal de Ciências Mathematicas, Physicas e Naturaes*, fez a sua última publicação neste periódico em 1902. Embora tivesse deixado de publicar, continuou a apresentar comunicações à Academia das Ciências de Lisboa.

2370 A rejeição foi baseada num parecer desfavorável do astrónomo César Augusto de Campos Rodrigues (1836–1919) diretor do Observatório Astronómico de Lisboa. Sobre a personalidade e trabalho científico de Campos Rodrigues, v. Gago Coutinho, “Campos Rodrigues, marinheiro”, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1937, pp. 263–273; Jaime Aurélio Wills de Araújo, “O Almirante Campos Rodrigues como Engenheiro Hidrógrafo”, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1937, pp. 275–291; Manuel Peres, “Campos Rodrigues, astrónomo”, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1937, pp. 293–301.

2371 *Actas das Sessões da Primeira Classe*, Vol. I, 1899–1901, Academia Real das Ciências, Tipografia da Academia, Lisboa, 1908, pp. 158–168. Em sessões posteriores da Primeira Secção, Schiappa Monteiro continuou a defender as posições de António Cabreira e a atacar o parecer de Campos Rodrigues; v. *Actas das Sessões da Primeira Classe*, Vol. I, 1899–1901, Academia Real das Ciências, Tipografia da Academia, Lisboa, 1908, pp. 193–194, 196.

2372 *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, pp. 500–501.

2373 Enquanto Secretário da Secção das Matemáticas da Sociedade de Geografia de Lisboa publicou algumas memórias originais sob o título *Sur La Géométrie des Courbes Transcendantes* no Boletim da mesma Sociedade (15ª Série, nº 11, 1896). Mais tarde publicou uma *Solução exacta da quadratura do círculo por meio de régua e de compasso* (1941). Ora os matemáticos já há muito tempo tinham provado ser impossível existir tal solução!

2374 *Homenagem a Antonio Cabreira — Publicação comemorativa das suas bôdas de prata académicas*, Instituto Antonio Cabreira, Tipografia Eco Mundial, Lisboa, 1922.

2375 Carlos Teixeira, “A Academia de Sciencias de Portugal I — O Snr. Antonio Cabreira”, em *Revista dos Estudantes da Universidade do Porto*, Ano I, nº 1, janeiro 1916, Typografia da “Renascença Portuguesa”, Porto, pp. 21–31.

estudante de matemática do Porto que viria a licenciar-se em matemática com 18 valores em 1919²³⁷⁶. Mais tarde, o Pe. José Maria Rodrigues (1857–1942)²³⁷⁷, professor da Faculdade de Letras de Lisboa²³⁷⁸ insurgiu-se contra os pretensos relevantes serviços da Academia de Ciências de Portugal, o que motivou uma resposta de António Cabreira publicada em *A Pedra d'Escândalo* (1924)²³⁷⁹.

Desde a sua fundação, a Academia de Ciências de Portugal teve como presidente Teófilo Braga e como secretário António Cabreira, tomando ambos o título de “vitalícios” a partir da implantação da República. A Academia foi oficializada por decreto de 26 de outubro de 1910²³⁸⁰. O zelo que Teófilo Braga devotou a esta nova Academia não terá sido estranho ao despeito que sentia por não ter sido reeleito como Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa em 1910.

Para além dos temas científicos e artísticos — que cobriam uma vasta área de assuntos desde a matemática às ciências exactas e naturais, literatura, arte e caligrafia — a Academia passou também a ocupar-se de temas políticos logo após a implantação da República. A atividade normal da Academia era bastante intensa, com sessões quinzenais²³⁸¹, algumas das quais foram abertas ao público. Na sessão de 12 de julho de 1912, surgiu uma proposta de António Cabreira para se considerarem como Institutos Anexos à Academia o Instituto Teofilano e o Instituto Superior de Cursos Públicos. Esta proposta foi aprovada nessa mesma sessão, com uma justificada abstenção de

2376 *Faculdade de Ciências do Porto, 1762–1803–1837–1911*, Tipografia Bloco Gráfico, Limitada, Porto, 1969, p. 378.

2377 Domingos Maurício dos Santos, “Mortos ilustres: O Dr. José Maria Rodrigues”, em *Bratéria*, Série Mensal, Vol. XXXIV, 1942, pp. 429–445; Jacinto do Prado Coelho, *Elogio Histórico de José Maria Rodrigues*, separata das *Memórias*, Classe de Letras, tomo VII, Lisboa 1963.

2378 Sendo ainda estudante de Teologia, José Maria Rodrigues tivera com Camilo Castelo Branco uma acesa polémica histórico-teológica e linguística; v. *Questão da Sebenta* (9 folhetos), Livraria de Ernesto Chardron, Porto, Livraria de J. Diogo Pires (n.º VIII), 1883. Muito mais tarde, entre 1929 e 1934, teve outra polémica com Gago Coutinho, sobre a interpretação da dupla rota de Vasco da Gama descrita nos *Lusíadas*, que deu origem igualmente à publicação de vários folhetos.

2379 António Cabreira, *A Pedra d'Escândalo ou Etiologia e cautério duma avariose moral*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1924.

2380 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 290.

2381 A mobilidade dos membros desta Academia dependia muito do carro elétrico. Quando houve uma greve de elétricos em Lisboa, a sessão realizou-se num edifício emprestado...

Teófilo Braga. A Academia possuía também um Museu, cujo espólio provinha de doações²³⁸², bem como outros institutos anexos: o Instituto António Cabreira, o Instituto de Trabalhos Sociais, o Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes, o Instituto Arqueológico do Algarve, o Instituto Histórico-Arqueológico do Alentejo, o Instituto Histórico do Minho²³⁸³ e o Instituto Etnológico da Beira-Viséu. Quando Portugal entrou na I Guerra Mundial, a Academia criou a Comissão de Inventos de Guerra, “constituída por muitos dos mais ilustres oficiais do exercito e da armada e pelos nossos quimicos mais abalizadas, e que, devotamente, tem exercido o seu nobilissimo mistér²³⁸⁴”.

Como escreveu António Cabreira, no espaço de 4 anos — entre 16 de março de 1907 e 28 de abril de 1911 — foram apresentadas “130 comunicações importantes sobres sciências matemáticas, biológicas e jurídicas, sobre pedagogia, história, arte etc²³⁸⁵”. Na comemoração do 5º aniversário, tinham-se realizado, de acordo com o relato de António Cabreira: “sessões científicas, 98; memórias originais, 70; comunicações orais sôbre factos e interpretações novas, 93; conferências, 20. Total dos trabalhos 183.” No encerramento do ano académico de 1911–12 em 30 de julho de 1912, António Cabreira contabilizava para esse ano 58 comunicações²³⁸⁶. Para além da quantidade, apregoava-se a grande qualidade das comunicações, que os críticos, aliás,

2382 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, pp. 517–518.

2383 Cláudio Basto, que foi com Pedro Vitorino diretor da revista *Lusa* de Viana do Castelo, e um dos primeiros sócios do Instituto Histórico do Minho cedo se desvinculou desta instituição com severas críticas. Quando o seu nome apareceu na imprensa como diretor do referido Instituto reagiu violentamente afirmando que não tinha “*quaisquer responsabilidades na orientação nem na vida dessa coisa, — nem quero que ninguém tal suponha*” e acrescentava: “O chamado Instituto Histórico do Minho tem vindo, dia a dia, tombando num ridículo cada vez mais ignóbil, entre as crudelíssimas troças da gente de Viana-do-Castelo que o conhece, sem ser através das longas e insistentes notícias laudatórias que éle próprio, Instituto, faz publicar a seu respeito nos jornais. Á sua inicial incompetência e inutilidade ajuntou-se uma charlatanice, tam barulhenta como vazia, — na pacóvia crença de que as pessoas e as agremiações valem não *pelo que produzem*, mas sim pelos elogios com que *se enfeitam* ou com que, *a pedido seu*, as enfeitam !!!” V. “Res et Verba — Instituto Histórico do Minho”, em *Lusa*, Vol. IV, n.º 57 a 60, janeiro a dezembro 1921, p. 50.

2384 António Ferrão, *As Causas “Ideais” da Conflagração e a função pedagógica das academias científicas após a Guerra*, Série: O Ensino depois da Guerra, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918, p. 85.

2385 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 497.

2386 *Idem*, p. 549.

desvalorizavam. Promovia-se no estrangeiro o prestígio da Academia convidando para membros cientistas internacionais de reconhecido valor. Na reunião da Academia de 7 de fevereiro de 1911, foi decidido convidar Branly e Madame Curie para integrarem a Academia²³⁸⁷, e na reunião de 7 de março lia-se uma carta de Madame Curie em que ela manifestava o desejo de ser membro. Para relator foi escolhido José Júlio Rodrigues. Eduardo Branly enviou os seus trabalhos à Academia, tendo sido descritos na sessão de 21 de março pelo Pe. Himalaya, que afirmava ter sido seu aluno²³⁸⁸. Na sessão de 18 de abril de 1911, a secção de Cosmologia deu parecer favorável à candidatura de Madame Curie como correspondente estrangeira. Eduardo Bradley agradecia por carta, lida a 9 de maio de 1911, a sua eleição como membro correspondente²³⁸⁹. Quando foi atribuído o prémio Nobel de 1911 a Madame Curie, a Academia felicitou-a por carta, tendo ela agradecido da mesma forma²³⁹⁰.

De acordo com os “inimigos da Academia” — palavras de António Cabreira —, esta instituição só publicava folhetos que faziam a apologia do seu secretário²³⁹¹. António Cabreira contestava estas afirmações apresentando a lista de “importantes figuras” da ciência cujas memórias e comunicações²³⁹² tinham sido publicadas nas atas²³⁹³, mas a verdade é que os “inimigos” tinham suficiente razão. António Cabreira adorava receber e fazer o elogio fácil, e a qualidade de muitas comunicações era, de facto, medíocre²³⁹⁴. Apesar de não ter tido

2387 *Idem*, p. 331.

2388 *Idem*, p. 353.

2389 *Idem*, p. 384.

2390 *Idem*, p. 472.

2391 *Idem*, p. 505.

2392 As memórias desta academia, bem como os resumos das suas inúmeras sessões, foram publicadas entre 1908 e 1920 num conjunto de 10 tomos (1ª Série) intitulados *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, da responsabilidade editorial de António Cabreira.

2393 António Cabreira, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 505.

2394 Entre os vogais da Academia de Ciências de Portugal era comum elogiar trabalhos de companheiros sem nenhum mérito — uma atitude prejudicial ao saudável desenvolvimento da ciência. Numa atitude oposta, Joaquim de Vasconcelos nem sequer evitava criticar o trabalho dos próprios amigos por considerar que, desta forma, fazia um serviço ao país, onde “a peste do elogio-mútuco maculou os caracteres, perverteu

qualquer impacto no desenvolvimento da ciência portuguesa, esta Academia teve o mérito de divulgar e valorizar a ciência, tentando colocá-la no centro das atenções dos cidadãos e dirigentes políticos. Numa portaria de 25 de outubro de 1915, reconhecia-se e consagrava-se a importância do trabalho realizado pela Academia de Ciências de Portugal²³⁹⁵:

Revelando um acentuado valor educativo e patriótico, de par com devotado interesse pelo progredir da instrução nacional, o trabalho levado a efeito, desde vários anos já, pela Academia de Ciências de Portugal, e que ela tem evidenciado, realizando conferências de vulgarização científica, publicando monografias sobre variados temas de utilização prática, e zelando delicadamente, em estudos de reivindicação histórica para a nação, o bom nome da Pátria: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que à Academia de Ciências de Portugal seja dado público testemunho de louvor pela forma distinta como tem sido efectivada a sua missão social.

Era ministro da Instrução Pública João Lopes da Silva Martins Júnior, no governo de João de Chagas e José de Castro, que durou apenas 199 dias — entre 15 de maio e 29 de novembro de 1915!

Em 1925, a Academia de Ciências de Portugal passou a denominar-se Instituto de Portugal, tendo a sua atividade praticamente cessado durante a ditadura militar iniciada em 1926. Acabou por se extinguir no Estado Novo, muito provavelmente por falta de apoio das novas autoridades devido à pouca simpatia que estas nutriam pelos homens da I República ou simplesmente por reconhecerem o pouco mérito ou a inutilidade da instituição.

as letras e desvirtuou a ciência”; v. Mário de Sampaio Ribeiro, *Processo e História de uma Atoarda: O Retrato de Damião de Góes por Alberto Dürer*, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1943, p. 9.

2395 “Consagração da Academia”, em *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, 1ª Série, tomo IV, Coimbra, 1916, p. 147.

Sociedade de Geografia de Lisboa

A Sociedade de Geografia de Lisboa surgiu em 1875, impulsionada pelo movimento internacional de exploração científica de África²³⁹⁶. Este movimento era liderado pela Sociedade de Geografia de Paris (1821)²³⁹⁷, pela Sociedade de Geografia de Berlim (1827) e pela Sociedade de Geografia de Londres (1830). Nessa altura, a coberto da exploração científica de África, a Inglaterra, a França e a Alemanha, países fortemente industrializados, tentavam estabelecer interesses de natureza comercial, económica e até colonial na expectativa que este continente servisse para o fornecimento de matérias primas e escoamento dos seus produtos industriais. Era na África que residia “pelo consenso de todos a reserva do futuro na ordem da abundância e da riqueza, e dos mil interesses sociaes que lhes andam anexos²³⁹⁸”. Portugal, como país colonizador, tinha que usar dos mesmos meios para não diminuir a importância da sua posição nesse continente. Foi humilhante para o país que o rei belga Leopoldo II tivesse convocado para Bruxelas, em 1876, uma conferência geográfica sobre África com fins científicos e humanitários e nem sequer tivesse convidado Portugal para participar, como potência colonial que era. Queixaram-se alguns patriotas de que a razão de tal discriminação era sermos um país pequeno, mas a Bélgica não era maior que Portugal²³⁹⁹! A verdadeira causa desta afronta deve procurar-se na nossa incapacidade colonizadora, tão claramente manifestada no quase absoluto abandono em que se encontravam as nossas colónias²⁴⁰⁰

2396 Manuel Pinheiro Chagas, *Descobrimientos dos Portuguezes na África, Segunda Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 3–5.

2397 “La Sociéte de Géographie de Paris”, em *Magasin Pittoresque*, Ano 53, Série II, tomo 3º, 1885, pp. 334–338.

2398 José Maria da Ponte Horta, *Politica de Portugal na Africa, Quarta Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África (1877–1880)*, Typographia da Academia, Lisboa, 1892, p. 168.

2399 José Maria da Ponte Horta, *Ultramar: Theorias na Metropole, Praticas na Africa, Terceira Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em África*, Typographia da Academia, Lisboa, 1877, pp. 7–9.

2400 José Maria da Ponte Horta, *Politica de Portugal na Africa, Quarta Conferência, Conferencias Celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portuguezes em*

e na inexistência de projetos de exploração científica ou mesmo económica.

A Sociedade de Geografia de Lisboa²⁴⁰¹ foi fundada por um grupo de amigos — de que fazia parte Filipe Folque, o primeiro diretor do Instituto Geográfico²⁴⁰² (1864) — liderados por Luciano Cordeiro, e teve, desde logo, um grande apoio, tanto nacional como internacional²⁴⁰³. Embora sendo uma associação privada, pretendia dedicar-se exclusivamente à defesa dos interesses públicos. Não foi, por isso, difícil ver os seus estatutos oficialmente aprovados em 29 de janeiro de 1876. Na opinião de António Ferrão²⁴⁰⁴:

A fundação da Sociedade de Geografia não obedeceu assim a um simples capricho ou à fantasia de um grupo de portugueses de elite. O seu aparecimento foi condicionado pela ingente necessidade de pugnar pelo progresso das nossas colónias e pela convivência de colaborar intensivamente com as outras instituições científicas nacionais e estrangeiras no avanço das ciências geográficas.

No final de 1881, houve uma tentativa de constituição duradoura de uma “secção filial” da Sociedade de Geografia no Porto, da qual foi Presidente o Visconde de Villar d’Allen e Secretário o Prof. Joaquim de Azevedo Albuquerque. Este acabou por demitir-se porque a secção não teria tido o desenvolvimento esperado. Quando já era Presidente da Sociedade de Instrução do Porto, Azevedo de Albuquerque propôs, em 1884, que a secção da Sociedade de Geografia fosse incorporada na Sociedade de Instrução, o que foi aprovado pelo Conselho Científico daquela sociedade²⁴⁰⁵.

África (1877-1880), Typographia da Academia, Lisboa, 1892, p. 180.

2401 “Uma Instituição uma História: Sociedade de Geografia de Lisboa”, em *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP), n.º 7-8, março-junho 1987, pp. 132-144.

2402 *Instituto Geográfico e Cadastral, Notice Historique*, Oficinas Gráficas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1933, pp. 25-33.

2403 *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) — 100 Anos de História*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983, p. 22.

2404 *Idem*, p. 21.

2405 “Extracto do archivo”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 4º Ano, nº 7, 1 julho 1884, p. 293.

A Sociedade de Geografia de Lisboa propunha-se realizar um conjunto de iniciativas de promoção das ciências geográficas em sentido lato e subsidiar projetos e viagens de exploração científica. A colaboração com instituições estrangeiras congêneres era um dos seus principais objetivos. Para além dos seus fundadores, podiam fazer parte da Sociedade “os individuos que tivessem dado provas de estudo assiduo e conhecimento especial das sciencias geographicas e correlativas, ou contribuido para o progresso das mesmas²⁴⁰⁶”. De acordo com os seus interesses e competências, os membros eram agrupados em secções e comissões especializadas.

Em 1876, o governo criou a Comissão Central Permanente de Geografia, que trabalhou em estreita colaboração com a Sociedade de Geografia, e facilitou financiamentos de projetos para garantir a defesa das políticas coloniais de Portugal. Os interesses e objetivos científicos das duas instituições eram semelhantes — o “progressivo desenvolvimento e aperfeiçoamento da geografia, da história etnológica, da arqueologia, da antropologia e das ciências naturais em relação ao território português, mormente das possessões do ultramar²⁴⁰⁷” —, e os homens que as constituíam eram os mesmos. Por decreto de 1880, a Comissão de Geografia foi integrada no seio da Sociedade de Geografia, com a designação de Comissão Central de Cartografia, não sem antes organizar a Expedição de Brito Capelo²⁴⁰⁸, Roberto Ivens²⁴⁰⁹ (Fig. 61) e Serpa

2406 José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, tomo XV, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1887, p. 182.

2407 *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) — 100 Anos de História*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983, p. 22.

2408 A. Capello Jalles, “Almirante João de Brito Capello, 1831–1901”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 25, 30 janeiro 1950, p. 8; Maria Amália Capello Moraes, “As Grandes Figuras da Ciência: Almirante Hermenegildo de Brito Capelo 1841–1917”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 36, 30 dezembro 1950, p. 10.

2409 “Passou este mês o centenário do nascimento de Roberto Ivens o grande explorador científico português”, em *Átomo, ciência e técnica para todos*, Ano III, nº 30, 30 junho 1950, p. 3; João H. Anglin, “Roberto Ivens no 1º centenário do seu nascimento”, *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal*, Vol. XXXIX, nº 147, julho 1950, pp. 9–18. Os relatos das viagens de H. Capelo e R. Ivens foram publicados em Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, *De Angola à Contra-Costa, Descrição de uma viagem a través do continente africano compreendendo narrativas diversas, aventuras e importantes descobertas entre as quaes figuram a das origens do Lualaba, caminho entre as duas costas, visita ás terras da Garanganja, Katanga e ao curso do Luapula, bem como a descida do Zambeze, do Choa ao oceano*, 2 vols., Imprensa Nacional. Lisboa, 1886; *Idem, De Benquella às Terras de Láca. Descrição de uma Viagem na Africa Central e Occidental, compreendendo as narrações, aventuras e estudos importantes sobre as cabeceiras dos Rios Cu-nene, Cu-bango, Lu-ando, Cu-anza e Cu-ango, e de grande parte do curso dos dois ultimos; alem da descoberta dos Rios Hambá, Cauali, Sussa e Cu-gbo, e larga notícia sobre as terras de Quiteca N’bungo, Sosso, Futa e Láca. Expedição organizada nos annos de 1877–1880*, 2 vols., Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.

Pinto²⁴¹⁰ (Fig. 62), que ocorreu entre 1877 e 1879, seguindo este último explorador um percurso diferente. A meio desta expedição conjunta com evidente interesse para a política nacional, o rei D. Luiz aceitou ser protetor real da Sociedade de Geografia. Em 1880, a Sociedade apresentou ao governo um programa de ação a desenvolver nas colónias, em que se propunha a organização de um curso de estudos — sugerido pela primeira vez em 1878 — “especialmente destinado a preparar o funcionalismo ultramarino”, e se recomendava “que se procedesse á organização da instrução publica em Africa, desenvolvendo a instrução primaria e a profissional, e estabelecendo missões com este destino, de séde fixa ou periodicamente mudavel²⁴¹¹”. Em 1883, alteraram-se os estatutos e instituiu-se a Comissão de Cartografia²⁴¹², que começou a desenvolver uma grande atividade, designadamente na elaboração de cartas geográficas de todas as colónias²⁴¹³ e na delimitação de fronteiras²⁴¹⁴.

Se um dos objetivos políticos da Sociedade de Geografia de Lisboa era o de travar as ambições das outras nações colonizadoras,²⁴¹⁵ então esse objetivo não foi conseguido. Em 11 de janeiro de 1890, chegava a Lisboa um ultimato inglês e, em 20 de agosto, o governo português viu-se obrigado a assinar com Inglaterra um tratado humilhante, claramente desfavorável aos interesses nacionais em África²⁴¹⁶. Dada a nossa antiga aliança com a Inglaterra²⁴¹⁷, o ultimato despertou

2410 Abbé Durand, “Un Explorateur de L’Afrique Australe”, em *Le Monde de la Science et de L’Industrie*, 2º Ano, nº 9, 14 setembro, 1879, pp. 130–131.

2411 José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, tomo XV, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1887, p. 185.

2412 Esta Comissão de Cartografia foi extinta em 1936 para dar origem à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGC), mais tarde Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical (1979) e depois Instituto de Investigação Científica Tropical (1982).

2413 *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) — 100 Anos de História*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983, pp. 47–85.

2414 Ana Cristina Roque, “Ciência versus colonialismo: a definição da fronteira sul de Moçambique nos finais do século XIX e a sua importância actual”, em *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências*, Coimbra, 2011, pp. 405–422.

2415 Na imprensa estrangeira desta época fazia-se uma propaganda concertada contra Portugal — recorrendo até à caricatura — para desvalorizar os direitos coloniais portugueses; v. *Estampa e caricatura política estrangeira sobre Portugal — A doação Rau*, Museu Nacional de Arte Antiga, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000, pp. 113–124.

2416 *Texto do Tratado entre Portugal e a Inglaterra celebrado aos 20 de agosto de 1890*, O Commercio do Porto, Typographia do Commercio do Porto, Porto, 1890.

2417 Armando Vieira de Castro, “A Aliança Inglesa”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXI, 1935, pp. 242–256.



Fig. 61 Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens, dois dos membros da 1ª expedição africana oficialmente organizada por Portugal (*O Occidente*, 10 fevereiro 1898).



Fig. 62 Serpa Pinto (*Le Monde de la Science et de L'Industrie*, 1879, p. 131).

na sociedade portuguesa um forte sentimento nacionalista²⁴¹⁸, particularmente entre os jovens. Agostinho de Campos, estudante em Coimbra nessa época, escreveu²⁴¹⁹.

A mim e aos meus companheiros mais próximos nunca nos interessou a política, até aquela hora, trágica e redentora ao mesmo tempo para a Nação e as suas responsabilidades de colonizadora, em que o *ultimatum* britânico veio despertar a chicote os nossos corações de vinte anos. Então fizemo-nos todos políticos, e republicanos quási todos. Esvaímo-nos, é claro, em gritos histéricos de desespero e impotência.

Numa análise ao conteúdo do tratado com a Inglaterra publicada em 10 de setembro no jornal *O Comércio do Porto*, o articulista concluía “ahí fica exposta, a traços largos, a dura sentença imposta a Portugal pela sua antiga aliada, como triste recompensa de valiosas dadas e de serviços conhecidos.” Na sequência do descontentamento popular que resultou deste tratado, ocorreram de imediato alguns movimentos de desgosto na Academia conimbricense^{2420,2421}, e mais tarde deflagrou no Porto a revolta republicana de 31 de janeiro de 1891. Os alunos dos liceus de Beja e Castelo Branco aprovaram uma moção solicitando a dispensa do exame de Inglês a quem faltasse apenas essa disciplina para completar o curso. A moção foi enviada aos estudantes do liceu de Lisboa para que também a aprovassem — o que não fizeram — e a apresentassem ao rei. Comentava-se na *Revista dos Lyceus* que fora correta a atitude dos estudantes lisboetas “porque, não

2418 Em sinal de protesto, o conde de Resende devolveu ao governo britânico uma condecoração que, por feitos em campanha, a Inglaterra tinha atribuído a seu pai, o então felecido general visconde de Beire; v. “Efemérides portuenses”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XII, nº 9, janeiro 1957, p. 259.

2419 Agostinho de Campos, *Universidade e Educação*, conferência feita no C.A.D.C. aos 29 de março de 1936, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1936, p. 12.

2420 Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 265; Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880–1926): Contributo para a sua História*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2002, pp. 467–471.

2421 Os estudantes de Coimbra receberam a solidariedade do famoso Cesare Lombroso numa carta que lhes dirigiu datada de 12 de março de 1890, e do diretor do jornal republicano francês *Le National* em carta de 12 de maio de 1890.

atendendo já ás necessidades do commercio, devemos imitar os alemães, que estudam a língua dos francezes e a dos russos, porque são esses os seus inimigos; e cada um necessita saber o que pensam e fazem os seus inimigos²⁴²²”.

A Sociedade de Geografia adaptou-se aos novos tempos, e a sua Assembleia Geral aprovou novos estatutos em 1895, presidindo à mesa o vice-presidente em exercício Adolpho Ferreira Loureiro e tendo como secretários Luciano Cordeiro e Ernesto de Vasconcellos²⁴²³. Em 1894, a revolta dos negros em Moçambique, que chegou a atingir a própria capital, obrigou ao envio de uma expedição militar que obteve uma moralizadora vitória em Marracuene. No ano seguinte, à frente de um esquadrão de cavalaria, Joaquim Augusto Mousinho da Albuquerque organizou o ataque aos rebeldes e, depois de muita persistência e heroicidade, conseguiu restaurar a autoridade portuguesa em toda a colónia e afrouxar as reivindicações de potências rivais. Os seus feitos encheram de orgulho patriótico toda a nação, sendo recebido em toda a parte como um herói nacional²⁴²⁴. O seu suicídio, ocorrido em 8 de janeiro de 1902, causou uma grande consternação em todo o país.

Durante o século XX, a Sociedade de Geografia esteve envolvida diretamente em trabalhos de exploração de recursos naturais, de etnografia e, naturalmente, de geografia, que permitiram realizar um valioso levantamento cartográfico e hidrográfico das colónias. Nas últimas décadas do século, a Sociedade organizou igualmente importantes conferências, colóquios e exposições²⁴²⁵.

Com cerca de 145 anos, a Sociedade de Geografia de Lisboa acumulou um importante património histórico e cultural que está depositado no Museu Histórico e Etnográfico e na sua biblioteca, cujo acervo bibliográfico inclui cerca de 230 mil títulos e muitos e

2422 “Resolução sensata dos estudantes do Lyceu de Lisboa”, em *Revista dos Lyceus*, Vol. 1, 1891, pp. 40–41.

2423 Sociedade de Geographia de Lisboa, *Estatuto Geral Approvado pela assembleia geral em sessão de 3 de junho e sancionado por alvará de 3 de julho de 1895*, nova edição, Centro Tipografico Colonial, Lisboa, 1918.

2424 A sua visita ao Porto em janeiro de 1898 foi um acontecimento muito mediatizado; v. N.S., “Mousinho de Albuquerque no Porto”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano III, n.º 10, fevereiro 1948, pp. 229–234.

2425 “Uma Instituição uma História: Sociedade de Geografia de Lisboa”, em *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP), n.º 7–8, março–junho 1987, pp. 141–144.

importantes documentos. Nas páginas do *Boletim* — iniciado em 1876 e ainda hoje publicado — encontram-se importantes trabalhos de sócios e colaboradores. A Sociedade de Geografia de Lisboa teve ao longo da sua existência uma atividade continuada de bastante sucesso. Para isso terá contribuído o reconhecimento da sua importância para a defesa do interesse nacional, o que mostra que outras instituições de carácter científico poderiam ter apresentado o mesmo sucesso se idêntica importância lhes tivesse sido reconhecida. No caso da Sociedade de Geografia de Lisboa, os interesses políticos coincidiram, ou pelo menos não chocaram, com os interesses científicos.

Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências

A Associação Portuguesa para a Progresso das Ciências nasceu na sequência de um movimento internacional de reconhecimento da importância das ciências e da necessidade do seu desenvolvimento, que ganhou maior impacto no segundo quartel do século XIX. Em 1822 surgiu na Alemanha a primeira associação, com esta denominação genérica, dotada de um cunho fortemente nacionalista, que tinha por objetivo realizar encontros anuais em cidades diferentes entre cientistas alemães, mas para os quais eram também admitidos cientistas estrangeiros. A sua primeira reunião ocorreu nesse ano em Leipzig. Nos anos seguintes sucederam-se reuniões em Halle, Wurtzburgo, Frankfort, Dresden e, já com aprovação e apoio governamental, em Munique em 1827.

Em 1831, foi fundada em York a associação britânica, The British Association for the Advancement of Science (BAAS), como reacção a determinadas atitudes mais conservadoras da Royal Society. No documento em que se definiram os objetivos e regras pode ler-se que a associação contempla: “não interferir com o terreno ocupado por outras instituições”, “dar um impulso mais forte e uma direcção mais sistemática à investigação científica”, “promover o relacionamento dos que cultivam a ciência em diferentes partes do Império Britânico entre si e com os filósofos estrangeiros” e “obter uma maior atenção para os objectivos da ciência e tentar remover quaisquer impedimentos de natureza pública que impeçam o seu

progresso²⁴²⁶”. Em 1842, o Observatório Meteorológico de Kew, onde também se faziam observações astronómicas, foi colocado pela rainha britânica à disposição da Associação com o objetivo de se tornar num observatório de referência, não só na Grã-Bretanha mas também na Europa²⁴²⁷. Nesse ano, o congresso da Associação realizou-se em Manchester, onde também se realizaria o de 1861. Em 1873, o congresso realizou-se em Bradford e deveria ter sido presidido por James Prescott Joule (1818–1889). No entanto, devido ao seu precário estado de saúde declinou a presidência. Alexander Williamson (1824–1904) tomou o seu lugar e abriu o congresso falando da “teoria atômica”, do “espírito científico na química e a sua ação sobre a inteligência” e do progresso das ciências na sua relação com o Estado e a instrução nacional.²⁴²⁸ Da teoria atômica falou também um confessado atomista, o físico James Clerk Maxwell (1831–1879)²⁴²⁹. Em 1874, o 44º congresso ocorreu em Belfast, o centro industrial da Irlanda. Foi presidido pelo físico John Tyndall (1820–1893) que abriu os trabalhos com um discurso sobre a evolução histórica das ideias científicas²⁴³⁰. Em 1875, o 45º congresso realizou-se em Bristol. Em 1884, a associação reuniu-se em Montreal no Canadá. Em 1885, o congresso ocorreu em Aberdeen na Escócia e, dada a grande quantidade de artigos, as sessões tiveram que começar no sábado, um facto quase sem precedentes na história da sociedade²⁴³¹. Em 1886, o congresso realizou-se em Birmingham e, em 1887, de novo em Manchester²⁴³². Em 1888, 1889, 1890 e 1893

2426 *Report of the Forty-second Meeting of the British Association for the Advancement of Science held at Brighton in August 1872*, John Murray, Londres, 1873, p. xvii.

2427 “Les Observatoires Privés d’Angleterre: I. Observatoire de Kew”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 6, 9 agosto 1873, p. 121.

2428 A.W. Williamson, “Association Britanique pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Bradford” em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 14, 4 outubro 1873, pp. 313–326.

2429 Clerk Maxwell, “Les molécules des corps”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 6, 18 outubro 1873, pp. 361–368.

2430 Jhon Tyndall, “L’évolution historique des idées scientifique”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 4º Ano, nº 12, 19 setembro 1874, p. 508.

2431 “Associations for the Advancement of Science. British”, em *Appleton’s Annual Cyclopaedia and Register of Important Events on the year 1885*, New Series, Vol. X, Whole Series, Vol. XXV, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1886, p. 46–47.

2432 “L’Association Britannique pour L’Avancement des Sciences”, em *La Nature*, 15º Ano, 2º Sem., nº

realizaram-se, respetivamente, em Bath, Newcastle, Leeds e Nottingham. Em 1897, o lugar escolhido para o congresso foi Toronto, no Canadá. Em 1960, a British Association for the Advancement of Science orientou os seus esforços para a divulgação pública da ciência, organizando reuniões e conferências para o público em geral e atividades específicas para a juventude com a colaboração de grupos regionais, universidades e escolas²⁴³³.

The American Association for the Advancement of Science (AAAS) foi fundada em 1848, em Boston, por 461 homens de ciência, na sua maioria geólogos e naturalistas, e iniciou de imediato as suas atividades, tendo-se realizado o 1º congresso nesse ano em Filadélfia. Eram passados 25 anos quando, em 1873, se realizou a sua 22ª sessão anual, em Portland, onde ficou estabelecido que a próxima sessão de 1874 seria em Hartford (Connecticut), como aliás aconteceu. Em Portland, os congressistas tiveram a oportunidade de fazer várias excursões facilitadas pela “graciosa liberalidade de diversas companhias de caminho de ferro que ofereceram a passagem gratuita²⁴³⁴”. Em 1875, foi a vez de Detroit (Michigan), onde o número de presenças foi inferior ao de Hartford, apesar de Detroit ter sido considerado um lugar mais central. No entanto, o número de trabalhos enviado foi o mais elevado de sempre o que levou a que se fizesse uma escolha mais selecionada para discussão em sessões públicas.²⁴³⁵ Em 1884, o 33º encontro anual realizou-se em Filadélfia, com a participação de membros da Associação britânica que tinham participado na sua reunião anual em Montreal. Em 1885, o 34º encontro ocorreu em Ann Arbor, Michigan, onde estiveram presentes 364 membros e o número de artigos atingiu os 174. Decidiu-se que o encontro de 1886 teria lugar em Buffalo, no Estado de Nova Iorque²⁴³⁶. Em 1897,

746, 17 setembro 1887, pp. 254–255.

2433 “La ‘British Association for the Advancement of Science’”, em *Endeavour*, Vol. XIX, nº 73, janeiro 1960, pp. 25–26.

2434 “Association Américaine pour l’Avancement des Sciences — Le congrès de Portland”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 41, 11 abril 1874, p. 970.

2435 “Association Américaine pour l’Avancement des Sciences — Le congrès de Détroit (Michigan)”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 5º Ano, nº 32, 5 fevereiro 1876, p. 134.

2436 “Associations for the Advancement of Science. American”, em *Appleton’s Annual Cyclopaedia and*

o congresso realizou-se em Detroit e decidiu-se para Boston o congresso de 1898²⁴³⁷. A terceira reunião ocorrida em Filadélfia coincidiu com a 54ª e aconteceu em 1904. Assim continuou a atividade congressista de The American Association for the Advancement of Science²⁴³⁸. Ainda hoje mantém uma intensa atividade de promoção e divulgação da ciência, nomeadamente através da sua famosa revista científica *Science*.

A associação francesa congénere, Association Française pour l'Avancement des Sciences (AFAS) foi criada apenas em 1872 por um significativo número de famosos cientistas franceses, como Claude Bernard, Paul Broca, De Quatrefages, Louis Pasteur, Adolphe Wurtz e o português Carlos d'Almeida²⁴³⁹. Nas palavras de Adolphe Cartaz (1847–1920), este grupo “de sábios e patriotas, tinham a pátria por alvo, a ciência por meio, o passado por lição, o futuro por esperança²⁴⁴⁰”. Apesar de ter iniciado logo a sua atividade, esta associação só foi formalizada por um decreto de 1886 do ministro da Instrução Pública Jules Grévy, que fundia, nesta nova entidade, a Association Française criada em 1871 e uma outra organização denominada Association Scientifique de France, que tinha sido fundada em 1864 por Le Verrier, o descobridor do planeta Neptuno²⁴⁴¹. O primeiro congresso da Associação unificada teve lugar em Bordéus em 1872, e nele participou o arquiteto português, Joaquim Possidónio Narciso da

Register of Important Events on the year 1885, New Series, Vol. X, Whole Series, Vol. XXV, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1886, p. 44-46.

2437 “Congrès — Association américaine pour l'avancement des sciences”, em *Revue Encyclopédique Larousse*, 7º Ano, nº 218, 6 novembro 1897, p. 948.

2438 Raymond L. Taylor, “A Short History of AAAS Meetings in Philadelphia”, em *Science*, Vol. 138, nº 3540, 2 novembro 1962; Sally Gregory Kohlstedt, Michael M. Sokal, Bruce V. Lewenstein, *The Establishment of Science in America: 150 Years of the American Association for the Advancement of Science*, Rutgers University Press, 1999.

2439 Terá sido Wurtz a ter a ideia de criar a Associação em 1871, tendo reunido em sua casa para discutir o assunto Delaunay, Claude Bernard, Decaisne e Lacaze-Duthiers; v. H. de Lacaze-Duthiers, “La Méthode en Zoologie”, em *Association Française pour l'Avancement des Sciences*, 18.ª Session, 1ª Parte, Paris, 1889, p. 202.

2440 A. Cartaz, “L'Association française pour l'avancement des sciences à Bordeaux — 24.ª Session. — Août 1895”, em *La Nature*, 23º Ano, 2º Sem., nº 1159, 17 agosto 1895, p. 190.

2441 *Conférences de Paris, Compte Rendu de la 19^{ème} session, Première Partie*, Association Française pour l'Avancement des Sciences, Secrétariat de l'Association, Paris, 1890, p. ii.

Silva (1806-1896)²⁴⁴² (Fig. 63), que também era arqueólogo e anti-quário, com uma comunicação sobre o saneamento da cidade de Lisboa²⁴⁴³.

O segundo congresso realizou-se em agosto de 1873, em Lyon. A sessão de inauguração foi aberta por De Quatrefages que falou sobre “o século da ciência – o ensino científico²⁴⁴⁴”. Em agosto de 1874 realizou-se o 3º congresso em Lille e contou com mais participantes que nos congressos anteriores. Foram convidados vários cientistas estrangeiros entre os quais “da Silva” de Lisboa, certamente, o referido arquiteto. Um outro cientista de origem portuguesa, o químico Roberto Duarte Silva (1837-1889) que trabalhava em Paris,²⁴⁴⁵ apresentou neste congresso uma comunicação sobre o “diisopropyle²⁴⁴⁶”, na secção de química²⁴⁴⁷. Em 1875, foi a vez de Nantes receber o

2442 A. Chervin, “Discurso de Abertura”, em *Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, pp. 32–33.

2443 Júlio de Castilho, *Elogio Histórico do Architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Tipographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, maio 1897; “Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806–1896)”, em Rocha Peixoto, *Obras*, Vol. III, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1975, pp. 411–412.

2444 De Quatrefages, “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 8, 23 agosto 1873, pp. 169–172; “Le Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 9, 30 agosto 1873, pp. 193–194; C. M. Gariel, “Association Française pour l’Avancement des Sciences — L’Association française à Bordeaux et à Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 9, 30 agosto 1873, pp. 194–196; “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 10, 6 setembro 1873, pp. 217–240; Girard de Rialle, “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 11, 13 setembro 1873, pp. 254–263; Émile Alglave, “Un Voyage Scientifique à Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 12, 20 setembro 1873, pp. 265–274; “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 12, 20 setembro 1873, pp. 277–281; “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 14, 4 outubro 1873, pp. 326–331; “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lyon”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 23, 6 dezembro 1873, pp. 541–545; “Association Française pour l’Avancement des Sciences. Trisième session (1874)”, em *L’Année Scientifique et Industrielle*, ed. Louis Figuier, Ano 18º, 1874, Paris, 1875, pp. 475–484.

2445 A sua morte foi referida em 1889 por A. Fournier na 18ª sessão da Association Française pour l’Avancement des Sciences nestes termos: “O sr. Silva, professor na Escola Central, que presidiu à Secção de Química num dos nossos últimos congressos, era também um sábio muito distinto; nascido nas ilhas de Cabo Verde, de carácter muito aventureiro, encontrava-se estabelecido como farmacêutico na China no momento da chegada àquele país do corpo expedicionário francês. Faltavam-nos medicamentos indispensáveis; ele — que à época ainda não era cidadão francês e que nada nos devia — mostrou-se de um tal desprendimento que conquistou para sempre a estima e amizade dos médicos militares que tiveram a honra de estabelecer relações com este homem honesto, que se tornou mais tarde um sábio eminente”; v. A. Fournier, “L’Association Française en 1888-1889”, em *Association Française pour l’Avancement des Sciences, 18.ª Session*, 1ª Parte, Paris, 1889, p. 217.

2446 E. A., “Le Congrès de L’Association Française à Lille”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 4º Ano, nº 6, 8 agosto 1874, pp. 141–144.

2447 “Association Française pour l’Avancement des Sciences — Congrès de Lille”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 4º Ano, nº 13, 26 setembro 1874, p. 299.

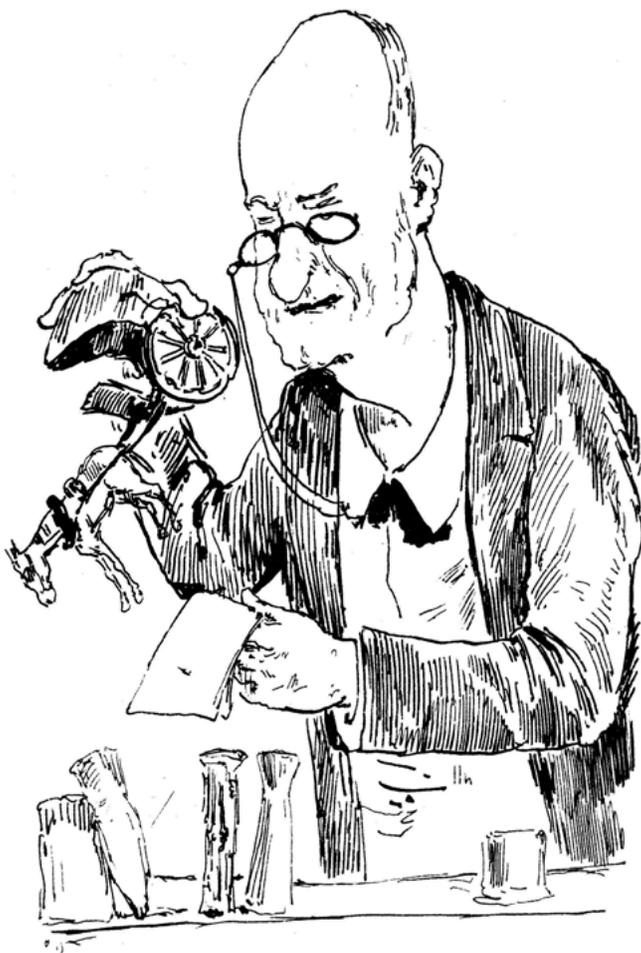


Fig. 63 Joaquim Possidónio da Silva (caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, *Antonio Maria*, 30 setembro 1880).

congresso; em 1876, Clermont-Ferrand e, em 1877, Le Havre. Em 1878, o congresso realizou-se durante o mês de agosto em Paris²⁴⁴⁸ e os participantes tiveram uma redução de 50% nos preços das viagens de combóio²⁴⁴⁹! Em 1879 foi em Montpellier; em 1880, foi a vez da cidade de Reims; em 1881, Argel; em 1882, La Rochelle; em 1883, Rouen. Em 1884, a 13ª sessão do congresso realizou-se em Blois²⁴⁵⁰. Os participantes depositaram uma coroa de flores aos pés da estátua de Denis Papin²⁴⁵¹. Em 1885, realizou-se em Grenoble; em 1886, em Nancy²⁴⁵²; em 1887, em Toulouse²⁴⁵³. Em 1888, foi a vez de Oran, o porto mais importante da Argélia francesa, o que deu aos congressistas a oportunidade de visitar em excursão vários locais, entre os quais Kef-el-Dohor e Tougourt, onde se encontravam instalados, respetivamente, um poste e uma torre da rede de telégrafos óticos. Com tristeza, puderam ainda verificar a desertificação que estava a ocorrer no oásis de Sidi-Rached e noutros, apesar do esforço dos homens para o impedir²⁴⁵⁴. O congresso seguinte ocorreu em Paris, em 1889, ano do centenário de Revolução Francesa comemorado com uma famosa Exposição Universal onde se inaugurou a Torre Eiffel. No primeiro andar desta torre teve lugar o banquete de encerramento²⁴⁵⁵. Em 1890,

2448 “Association française pour l’avancement des sciences”, em *La Nature*, 6º Ano, 2º Sem., nº 272, 17 agosto 1878, p. 190; *Idem*, nº 273, 24 agosto 1878, p. 194; Stanislas Meunier, “Association française pour l’avancement des sciences”, em *La Nature*, 6º Ano, 2º Sem., nº 274, 31 agosto 1878, pp. 222–224; *Idem*, nº 275, 7 setembro 1878, pp. 231–236; *Idem*, nº 276, 14 setembro 1878, pp. 250–253.

2449 “Association française pour l’avancement des sciences”, em *La Nature*, 6º Ano, 2º Sem., nº 267, 13 julho 1878, p. 111.

2450 “L’Association française pour l’avancement des sciences: session de Blois, 1884”, em *La Nature*, 12º Ano, 2º Sem., nº 589, 15 setembro 1884, p. 234; *Idem*, nº 5891, 27 setembro 1884, pp. 257–258.

2451 *Idem*, p. 258.

2452 “L’Association française pour l’avancement des sciences”, em *La Nature*, 14º Ano, 1º Sem., nº 691, 28 agosto 1886, p. 194.

2453 “L’Association française pour l’avancement des sciences: congrès de Toulouse (Septembre 1887)”, em *La Nature*, 15º Ano, 2º Sem., nº 748, 1 outubro 1887, p. 274.

2454 C.M. Gariel, “L’Association française en Algérie, Les excursions. — L’Oued Rir”, em *La Nature*, 16º Ano, 2º Sem., nº 784, 9 junho 1888, pp. 23–26; C.M. Gariel, “L’Association française en Algérie, L’Oued Rir. — Tougourt”, em *La Nature*, 16º Ano, 2º Sem., nº 786, 23 junho 1888, pp. 51–54.

2455 “L’Association française pour l’avancement des sciences — session de Paris 1889” em *La Nature*, 17º Ano, 2º Sem., nº 846, 17 agosto 1889, p. 190; A. Fournier, “L’Association Française en 1888-1889”, em *Association Française pour l’Avancement des Sciences, 18.ª Session, 1ª Parte*, Paris, 1889, pp. 217–222.

realizou-se o 19º congresso em Limoges, sob a presidência de Alfred Cornu. No decorrer da sessão, a 11 de agosto, foi inaugurada a estátua do ilustre químico e físico Gay-Lussac²⁴⁵⁶. Em 1891, ocorreu em Marselha e em 1892 em Pau. O 22º congresso de 1893 teve lugar em Besançon e o 23º em Caen no ano seguinte. Em 1895 ocorreu em Bordéus. Em 1896, o 25º congresso teve lugar em Tunis²⁴⁵⁷ e foi acompanhado de muitas atividades sociais, turísticas e culturais²⁴⁵⁸. Em 1897 e 1898 ocorreram em Saint-Étienne e Nantes, respetivamente. Em 1899 foi a vez de Bolonha do Mar, onde se reuniu o 28º congresso²⁴⁵⁹. Os dois seguintes ocorreram em Paris (1900) e Ajaccio (1901). O 32º realizou-se em 1902 em Montauban, onde se juntaram perto de 300 membros da Associação. Para além das questões científicas reconhecia-se que estes encontros tinham a vantagem de dar a conhecer as belezas pitorescas e artísticas do país²⁴⁶⁰. Em 1903 o congresso ocorreu em Argel; em 1904 em Grenoble e em 1905 em Cherbourg. Em 1906, realizou-se o 35º congresso em Lyon, no qual as secções de Medicina, Eletricidade Médica e Radiologia revelaram ter tido a maior atividade.²⁴⁶¹ Seguiram-se congressos em Reims (1907), Clermont-Ferrand (1908), Lille (1909), Toulouse (1910), Dijon (1911), Nimes (1912), Tunis (1913), Le Havre (1914). De 1915 a 1919 não houve congressos na sequência da guerra; em Estrasburgo realizou-se o de 1920 e em Rouen o de 1921. Em 1924, o 1º congresso da Associação fora do território francês realizou-se em Liège (Bélgica), seguindo o modelo luso-espanhol²⁴⁶², e nele participou

2456 “Association française pour l’avancement des sciences — Dix-neuvième session de 7 au 14 août 1890 — Congrès de Limoges”, em *La Nature*, 18º Ano, 2º Sem., nº 898, 16 agosto 1890, p. 171; “La statue de Gay-Lussac à Limoges”, em *La Nature*, 18º Ano, 2º Sem., nº 903, 20 setembro 1890, pp. 241–243.

2457 Gaston Tissandier, “Association française pour l’avancement des sciences — Congrès de Carthage (Tunis 1896)”, em *La Nature*, 1º Sem. 1896, pp. 258–259; A. Cartaz, “Association française pour l’avancement des sciences — Congrès de Carthage (Tunis 1896)”, em *La Nature*, 1º Sem. 1896, p. 298.

2458 Albert Tissandier, “Correspondance — Congrès de Carthage — Tiurnée en Tunisie”, em *La Nature*, 1º Sem. 1896, pp. 303–304, 310–311, 351–352, 363–364.

2459 Henri de Parville, “L’Association Française pour L’Avancement des Sciences”, em *La Nature*, 27º Ano, 2º Sem., nº 1379, 28 outubro 1899, pp. 337–339.

2460 A. Cartaz, “L’Association Française pour L’Avancement des Sciences”, em *La Nature*, 30º Ano, 2º Sem., nº 1526, 23 agosto 1902, p. 190.

2461 J. Belot, “35º Congrès pour l’Avancement des Sciences, Lyon, 2-9 août 1906”, em *Le Radium*, 3º Ano, nº 8, agosto 1906, pp. 242–244.

2462 Le Colonel Perrier, “Discurso do Representante da Associação Francesa para o Avanço das Ciências”, em *O Instituto, revista científica e literaria*, 4ª Série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 5, 1925, p. 584.

como convidado o padre jesuíta e arqueólogo português Eugénio Jalhay (1891–1950)²⁴⁶³. Seguiram-se outros congressos fora da França continental, dois em Argel, dois em Tunis, um em Oran e outro num país estrangeiro em Constantinopla. Em 1934, o 58º Congresso realizou-se em Rabat²⁴⁶⁴. Em 1957, o congresso realizou-se de 16 a 21 de julho em Périgueux²⁴⁶⁵. Os sucessivos congressos anuais ocorreram regularmente até ao início do século XXI.

A *Società Italiana per il Progresso delle Scienze* foi fundada em 1906 por iniciativa de Volterra, o mesmo homem que em 1922 criaria em Roma o Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR). No entanto, houve tentativas de criação de uma tal sociedade desde 1873²⁴⁶⁶. A Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, fundada em 1908 pelo estadista Segismundo Moret, tinha por objetivo realizar congressos de dois em dois anos em diferentes cidades espanholas. De acordo com os seus estatutos²⁴⁶⁷, a associação “organiza congressos, conferências e concursos, promove a fundação de instituições de ensino, favorece a comunicação intelectual entre o país e as classes associadas e auxilia na medida dos seus recursos os trabalhos e estudos de investigação²⁴⁶⁸”. Os congressos eram regulados por um *Reglamento de los Congresos*²⁴⁶⁹. A Asociación realizou o primeiro dos seus congressos nesse mesmo ano em Saragoça²⁴⁷⁰, e só bastante mais tarde, em 1936, começou a publicar os seus anais, *Las Ciencias*, uma revista trimestral.

2463 Eugénio Jalhay, “O Congresso da Associação Francesa para o Progresso das Ciências”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XXII, Fasc. VI, novembro 1924, pp. 274–276.

2464 L.J., “Congrès du Maroc de l’Association Française pour l’Avancement des Sciences”, em *Revue Scientifique*, *Revue Rose Illustrée*, Ano 72º, nº 14, 28 julho 1934, pp. 474–475.

2465 “Congrès annuel de l’Association Française pour l’avancement des Science”, em *l’Astronomie*, Ano 71º, abril 1957, pp. 170–171.

2466 G. De Mortillet, “Congrès des Savants Italiens: Session de Rome”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 3º Ano, nº 24, 13 dezembro 1873, p. 564.

2467 “Estatutos da Associação hespanhola para o progresso das ciencias” em *Revista de Química Pura e Aplicada*, Vol. V, 5º Ano, 1909, pp. 29–32; *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, *Congreso de Oporto*, Jiménez y Molina, Impresores, Madrid, 1921, pp. 21–27.

2468 Aarão Ferreira de Lacerda, “Congresso de Sevilha”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XII, nº 3, 1918, p. 129.

2469 *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, *Congreso de Oporto*, Jiménez y Molina, Impresores, Madrid, 1921, pp. 29–34.

2470 Elena Ausejo, “La Asociación Española para el Progreso de las Ciencias en el Centenario de su creación”, em *Revista Complutense de Educación*, Vol. 19, nº 2, 2008, pp. 295–310.

O movimento das associações para o progresso da ciência chegou também à América do Sul: Argentina e Brasil. Embora com algum atraso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 1948 em São Paulo com um número inicial de 265 sócios. Cientistas, técnicos, profissionais e amigos da ciência, estudantes e pessoas com outros interesses mas que acreditavam na importância da ciência associaram-se ao longo dos anos a esta sociedade em todos os estados do brasileiros. Com objectivos semelhantes aos das associações congéneres, a SBPC realizou as suas reuniões anuais, fez publicações, organizou conferências públicas de divulgação, cobrindo todas as áreas científicas, e cursos intensivos, tendo ainda apresentado propostas aos governos brasileiros para a promoção da ciência²⁴⁷¹. Durante os 20 anos de ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1984, a SBPC manifestou-se contra a perseguição policial feita a professores, investigadores e estudantes e contra a interferência do poder político nos sistemas educativo e científico brasileiros. Presentemente, continua a cumprir os seus objetivos de promoção da ciência. Em 2019, realizou-se, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a 71ª reunião anual desta sociedade.

Por iniciativa de Francisco Costa Lobo^{2472,2473}, a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências foi fundada em 1917 pelos reitores e diretores das universidades, faculdades e outras escolas superiores e pelos presidentes de sociedades científicas portuguesas²⁴⁷⁴. A nova associação teve como primeiro presidente o matemático Gomes Teixeira, escolhido, certamente, pelo seu enorme prestígio, nacional e internacional. No início da década de 1940, os estatutos foram reformulados e a associação passou a ser uma federação de vinte e cinco

2471 “SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”, em *Cadernos SBPC*, nº 7, 2004, pp. 52–57.

2472 O professor de Coimbra, Francisco Miranda da Costa Lobo era desde 1911 participante ativo nos congressos da Associação Espanhola para o Progresso da Ciência, tendo sido o único estrangeiro presente na qualidade de convidado no Congresso de Granada (1911). Foi ainda o único português presente nos congressos seguintes, em Madrid (1913) e em Valladolid (1915). Neste último estiveram presentes 14 jesuítas espanhóis bem como um jesuíta proscrito de Portugal, Affonso Luisier, como representante da revista jesuíta *Brotéria*; v. J.S. Tavares, “Os Jesuítas hespanhoes e a ciência”, em *Brotéria*, Revista Luso-Brasileira, Vol. XIV, Série de Vulgarização Científica, 1916, p. 55.

2473 Diogo Pacheco de Amorim, “Elogio histórico dos doutores Francisco de Miranda da Costa Lobo e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo”, em *O Instituto*, Vol. 117º, 1955, pp. 1–24.

2474 “Congresso Científico do Porto, Notícia pelo Secretário Geral”, *Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, p. 6.

sociedades científicas que tinha por objetivo “o fomento da cultura nacional, principalmente nas suas manifestações científicas²⁴⁷⁵”. Propunha-se organizar congressos, conferências e concursos, procurando ainda impulsionar a investigação científica. Nos congressos, as áreas científicas distribuíam-se por secções²⁴⁷⁶: 1ª Ciências Matemáticas; 2ª Astronomia, Geodesia, Geofísica e Geografia; 3ª Física e Química; 4ª Ciências Naturais; 5ª Ciências Sociais; 6ª Ciências Filosóficas e Teológicas; 7ª Ciências Históricas e Filológicas; 8ª Ciências Médicas e Biológicas; 9ª Engenharia, Arquitetura e outras ciências aplicadas.

No congresso de 1956, realizado em Coimbra, quando o número de sociedades federadas era já de 34²⁴⁷⁷, falava-se numa revisão da classificação das ciências devido aos “múltiplos inconvenientes que a actual tem suscitado²⁴⁷⁸”. A utilidade destes congressos era unanimemente reconhecida, “mesmo que por circunstâncias particulares não tivesse havido produção suficiente de trabalhos de investigação.” Seriam sempre úteis “as conferência realizadas por mestres eminentes”, “as festas que tanto favorecem o estreitamento de laços de estima”, e ainda “as exposições de material científico²⁴⁷⁹”.

A Associação Portuguesa para o Progresso da Ciência participou em congressos organizados pela sua congénere espanhola: em 1917, no 6º congresso em Sevilha²⁴⁸⁰, onde estiveram 18 portugueses²⁴⁸¹, e em 1919, no 7º congresso em

2475 *Estatutos da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Casa Portuguesa, Lisboa, s/d, pp. 5, 14.

2476 *Idem*, p. 14.

2477 *Programa do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Coimbra, 1-5 junho 1956, Imprensa Portuguesa, Porto, 1956.

2478 Abílio Fernandes, “Discurso de encerramento”, em *XXIII Congresso Luso-Espanhol, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1956, p. 222.

2479 Aarão Ferreira de Lacerda, “Congresso de Sevilha”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XII, nº 3, 1918, p. 131.

2480 “Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, realizado em Sevilha de 6 a 11 de maio de 1917”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 64, nº 6, junho 1917, pp. 275-297; Aarão Ferreira de Lacerda, “Congresso de Sevilha”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XII, nº 3, 1918, pp. 129-217.

2481 Para além de ter contribuído para o estreitamento de relações científicas, este congresso, que abriu com a presença do rei Afonso XIII, teve uma importância política significativa. Afonso XIII visitaria Portugal em 1930 e seria agraciado com o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra; v. Aarão Ferreira de Lacerda, “Congresso de Sevilha”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XII, nº 3, 1918, pp. 138-141; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores, para uma História da Instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 342.

Bilbau^{2482,2483}. Neste congresso decidiu-se que o seguinte, de realização conjunta por ambas as sociedades, se realizasse em Portugal em 1921²⁴⁸⁴. O congresso teve lugar em junho desse ano no Porto²⁴⁸⁵, em atenção ao facto de aí residir o Presidente da Associação, Gomes Teixeira. Bento Carqueja conseguiu apoios nos meios industriais, financeiros e comerciais da cidade, bem como na Câmara Municipal, Associação Comercial e empresas da imprensa diária. A sessão inaugural realizou-se no Teatro S. João, com a presença do Presidente da República António José de Almeida, que, com outros membros do governo, se deslocou expressamente ao Porto. Da parte espanhola, esteve presente o Ministro da Instrução Pública, D. Francisco Aparício. Tal foi o entusiasmo político em torno do congresso do Porto que, dois dias depois do seu encerramento, o Presidente da República enviava a Gomes Teixeira um telegrama felicitando-o “por ter sido o inspirador e a alma de um dos mais importantes factos históricos que nos últimos tempos se têm praticado na Península²⁴⁸⁶”. No discurso de encerramento, Gomes Teixeira, já com 70 anos, entregava a organização dos futuros congressos em Portugal “nas mãos dos homens novos”, pois que, pela sua parte, já “velho e cansado”, pensava que este seria o último ato da sua vida pública²⁴⁸⁷. Ao referir-se ao congresso do Porto, Gomes Teixeira afirmava, em 1922, no discurso

2482 Os anteriores congressos tinham sido realizados em Saragoça (1908), Valência (1909), Granada (1911), Madrid (1913) e Valladolid (1915); v. Aarão Ferreira de Lacerda, “Congresso de Sevilha”, em *Anaes Científicas da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XII, nº 3, 1918, p. 129.

2483 “Congresso de Bilbao, promovido pela “Asociación Española para el Progreso de las Ciencias”, de 7 a 12 de setembro de 1919”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 66, nº 10, outubro 1919, pp. 497–560.

2484 Teria sido o astrónomo jesuíta espanhol Ricardo Cirera Salse a sugerir a Costa Lobo a realização de congressos conjuntos luso-espanhóis; v. J. S. Tavares, “Congresso científico Luso-Espanhol (Coimbra, 14 a 19–6–1925)”, em *Brotéria*, Série II, Vol. I, 1925, p. 355, nota (1).

2485 Um resumo das atividades deste congresso pode ler-se em: J.S. Tavares, “O Congresso Científico Luso-Espanhol”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XIX, Fasc. IV, julho 1921, p. 196; J.S. Tavares, “O Congresso Científico do Pôrto (26–VI a 1–VII–1921)”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XIX, Fasc. V, setembro 1921, pp. 226–235; J.S. Tavares, “A Feira do Pôrto organizada por ocasião do Congresso Científico”, em *Brotéria*, Série de Vulgarização Científica, Vol. XIX, Fasc. V, setembro 1921, p. 235. Sobre a contribuição dos matemáticos portugueses e espanhóis para este congresso, ver Liliana Leitão Bernardo, *O Primeiro Congresso Português para o Progresso das Ciências*, tese de mestrado, Universidade de Aveiro, 2006.

2486 “Congresso Científico do Porto, Notícia pelo Secretário Geral”, em *Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, p. 14.

2487 Gomes Teixeira, “Discurso de Encerramento”, em *Sessões Plenárias, Primeiro Congresso, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922, pp. 160–161.

de agradecimento do seu doutoramento *honoris causa*²⁴⁸⁸ na Universidade de Madrid²⁴⁸⁹:

Não foi este congresso, que ha-de ficar na Historia da Sciencia peninsular, uma simples assembleia de homens de estudo que se cumprimentam cerimoniosamente. Foi uma festa de confraternização, cheia de vida, calor e alegria, em que novos e velhos, mestres e discípulos, conviveram na mais perfeita igualdade e harmonia; foi uma festa notável, como lá disse, pela grande parte que n'ella tomou o coração.

Quando na sessão inaugural d'este Congresso os presidentes das associações hespanhola e portugueza que o promoveram se abraçaram comovidos pelo brilho da cerimonia, a emoção na assembleia foi tão intensa e os applausos tão calorosos, que se reconheceu que este abraço não era apenas um sinal de affecto de dois velhos amigos: significava, sim, a confraternização de dois povos no campo da Sciencia.

Apesar de muitas manifestações de regozijo por este congresso, surgiram igualmente algumas reticências que transpareceram no *Jornal de Ciências Naturais*²⁴⁹⁰ expressas desta forma²⁴⁹¹:

O Congresso fez-se num ambiente de elogios e entusiasmos que quási impediram de julgar, de facto, da sua importância e real significação scientifica. [...]

2488 O seu doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Madrid teve uma forte repercussão nos meios científicos e civis ibéricos. O padrinho do doutorando, D. Luiz Octavio de Toledo, sintetizou numa frase o sentimento do claustro da Universidade de Madrid e de todos os claustros das universidades espanholas para com o afilhado: “Em ti mentalidade ilustre da terra irmã, não quero honrar sómente os teus meritos extraordinarios, vejo tambem personificado em teu glorioso nome quantos na sciencia, litteratura, arte, em todas as manifestações de cultura, honram a tua patria e a todos os uno a mim em fraternal abraço espiritual.” No dia seguinte à cerimonia, o laureado e seus acompanhantes portugueses tiveram o privilegio de serem recebidos por sua majestade El-Rei D. Afonso XIII; v. Bento Carqueja, *Doutoramento «honoris causa» do Prof. Francisco Gomes Teixeira na Universidade Central de Madrid*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923, pp. 14, 30.

2489 *Idem*, pp. 22–23.

2490 O *Jornal de Ciências Naturais*, revista trimestral de vulgarização publicada em Lisboa pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, teve como director Marck Athias e como secretário Alfredo Ramalho. Contavam-se entre os seus colaboradores principais: A. Celestino da Costa, A.A. da Costa Ferreira, Joaquim Fontes, Ferreira de Mira e P. Roberto Chaves.

2491 A.R., “Movimento científico: congresso luso-espanhol para o progresso das sciências”, em *Jornal de Ciências Naturais*, Ano I, n.º 3–4, julho–dezembro 1921, pp. 60–61.

A concorrência ao Congresso não foi muito considerável, nem por parte de espanhóis nem de portugueses.

Entre as razões apontadas para este desinteresse, especificava-se o facto de ter havido da parte da organização “um certo propósito de fazer predominar os institutos portuenses, com manifesto prejuízo para o bom êxito do empreendimento.” Concluía-se então:

O Congresso deixou a impressão geral de que o nosso país carece absolutamente de dar corpo, bases sólidas, aos estudos científicos, antes de se abalançar a manifestações internacionais um tanto espectaculosas. A modéstia do nosso meio científico, para não lhe chamar insuficiência, não encontra em Congressos como o do Porto o estímulo de que precisa. [...] Não enveredemos pelo carreiro fácil, mas nocivo aos próprios interesses da Pátria, da ficção de tudo, desde os sábios à Ciência, como se a vida científica de uma nação não passasse de uma obra scenografica.

A partir deste congresso realizado no Porto (o 1º português, 8º espanhol e 1º luso-espanhol), sob a organização de Gomes Teixeira, as duas associações colaboraram na realização e participação dos congressos seguintes²⁴⁹².

Em 1923, o 9º congresso da Associação espanhola realizou-se na cidade de Salamanca²⁴⁹³, e em 1925 realizou-se o segundo em Portugal, mais concretamente em Coimbra sob a direcção de Costa Lobo²⁴⁹⁴. Em 1927, o congresso ocorreu em Cádiz²⁴⁹⁵, onde se verificou o maior

2492 É interessante referir que a Associação Industrial Portuense, em colaboração com outras associações comerciais e industriais, realizou uma Exposição no Palácio de Cristal que foi inaugurada em 26 de junho de 1921 de modo a coincidir com a data do Congresso Luso-Espanhol; v. Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *Associação Industrial Portuense — Para a história do associativismo empresarial*, Associação Industrial Portuense, Câmara do Comércio e Indústria, Edições ASA, Porto, 1996, p. 147.

2493 “Congresso de Ciências”, em *O Instituto*, Vol. 70, 1923, pp. 289–290.

2494 “Notícia do Congresso de Coimbra”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª Série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 5, 1925, pp. 508–645; J. S. Tavares, “Congresso científico Luso-Espanhol (Coimbra, 14 a 19–6–1925)”, em *Brotéria*, Série II, Vol. I, 1925, pp. 355–368.

2495 J.S. Tavares, “O Congresso das associações Espanhola e Portuguesa para o progresso das Ciências, celebrado em Cádiz, desde 1 a 7 de maio”, em *Brotéria*, Série Mensal Fé-Sciência-Letras, Vol. V, 1927, pp. 21–31.

número de participantes portugueses em congressos realizados em Espanha com 250 inscrições²⁴⁹⁶. O congresso seguinte realizou-se em 1929 na cidade de Barcelona. O terceiro ocorrido em solo nacional teve lugar em Lisboa no mês de maio de 1932, depois de estar previsto para junho de 1931²⁴⁹⁷. Foi de novo no Porto que se realizou, em 1942, o quarto congresso da associação portuguesa, conjuntamente com o 17º da associação espanhola²⁴⁹⁸. Este foi precedido pelo congresso realizado em Saragoça em 1940, de forma a coincidir com as festas centenárias de Nossa Senhora do Pilar desta cidade²⁴⁹⁹, e foi seguido, em 1944, pelo Congresso de Córdoba²⁵⁰⁰. No discurso de encerramento do congresso de 1942 no Porto, o Vice-Presidente da associação portuguesa, Anselmo Ferraz de Carvalho,²⁵⁰¹ congratulava-se com o sucesso do acontecimento mas interrogava-se sobre as razões da ausência de algumas personalidades²⁵⁰²:

Vieram muitos, mas muitas faltas se notam. Em geral, quem não aparece esquece. E oxalá não seja consequência da crise formidável que desvaira o mundo a apatia actual de tantos que se entregavam com exclusiva devoção ao seu labor científico.

2496 J.S. Tavares sugeriu que tal participação se deveu “ao passeio que estava anunciado a Marrocos, região outrora regada com o sangue dos portugueses, de cujas heroicas façanhas ainda hoje conservam os árabes honrosa memória”, v. *Idem*, p. 23.

2497 “Relatórios apresentados pelo director da Faculdade de Ciências F.M. da Costa Lóbo relativos aos anos de 1930–31, 1931–32, 1932–33”, em *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IV, nº 2, 1934, Universidade de Coimbra, p. 141.

2498 A Associação Espanhola para o Progresso das Ciências completava 34 anos de existência e tinha conseguido realizar todos os seus congressos bianuais ininterruptamente.

2499 A.D., “XVI Congresso da Associação para o Progresso das Ciências”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXII, 1941, pp. 457–458; D.M., “A representação portuguesa no XVI Congresso da Associação para o Progresso das Ciências”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXII, 1941, p. 692.

2500 Domingos Maurício, “O Congresso de Córdoba”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXXIX, 1944, pp. 515–537.

2501 Anselmo Ferraz de Carvalho era sócio da Academia das Ciências de Lisboa e faleceu em 1971. O seu elogio histórico foi feito por Carrington da Costa; v. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. 43, Fasc. III, agosto–dezembro 1971, pp. 229–237.

2502 Anselmo Ferraz de Carvalho, “Discurso na Sessão de Encerramento do Congresso”, em *Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1943, pp. 47–48.

Estávamos em 1942. A Espanha estava já liberta de uma cruel²⁵⁰³ Guerra Civil (1936–1939), a II Guerra Mundial continuava a destruir a Europa, e os dois países ibéricos usufruíam dos benefícios das pazes franquista e salazarista²⁵⁰⁴. Prevista para outubro de 1946, a reunião conjunta das duas associações ibéricas realizou-se em abril de 1947 em San Sebastian, onde os ministros da educação dos dois países estiveram representados por Armando Tavares, reitor da Universidade do Porto (Portugal) e pelo barão de Benasque (Espanha)²⁵⁰⁵.

Em 1950, o 13º congresso da Associação Portuguesa para o Progresso da Ciência realizou-se no Instituto Superior Técnico em Lisboa, quando era seu diretor o Eng. Belard da Fonseca, juntamente com o 20º congresso da Associação espanhola homónima. A contribuição da ciência para o decurso e desfecho da guerra foi um tema recorrente em algumas intervenções. Apesar de reconhecerem que a ciência tinha contribuído, através do desenvolvimento de armas, para a destruição da Europa, os oradores esforçaram-se por valorizar também os seus aspetos benéficos²⁵⁰⁶.

Em 1956, o 23º²⁵⁰⁷ congresso luso-espanhol realizou-se em Coimbra, tendo-se levantado bastantes críticas ao carácter demasiado geral deste tipo de congressos que abarcavam todas as ciências, desde as matemáticas às ciências morais e políticas, passando pela química e pela etnografia. O então Ministro da Educação Nacional

2503 ***, “A perseguição anti-religiosa na Espanha comunista”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 125–133; “Carta colectiva dos Bispos espanhóis aos Bispos de todo o mundo sobre a guerra em Espanha”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XXV, 1937, pp. 293–316.

2504 A influência científica da Alemanha em Espanha, que já existia antes da guerra civil, manteve-se depois de terminadas as hostilidades e mesmo durante a II Guerra Mundial. Em Madrid, publicava-se a revista mensal *Investigación y Progreso*, onde a maioria dos artigos eram de autores alemães. Esta revista era distribuída em Portugal e oferecida gratuitamente pelo Instituto de Cultura Alemã. Em 1942, em plena guerra, o Instituto Alemão de Cultura em Madrid anunciava o reinício da publicação do seu *Boletín Bibliográfico* que fora interrompida em 1936; v. “Crónica — Boletín Bibliográfico”, em *Investigación y Progreso*, Ano XIII, n.ºs 5–6, maio–junho 1942, p. 192. Tanto a Alemanha como a Inglaterra tentavam exercer a sua influência cultural nos países ibéricos. Em Lisboa, foi inaugurado o Instituto Britânico em novembro de 1938; v. *Instituto Britânico em Portugal*, Publicações do Instituto Britânico em Portugal, Lisboa, 1940.

2505 Severiano Tavares, “O XIX Congresso Internacional das Ciências”, em *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo III, Fasc. 1, janeiro-março 1947, pp. 268–276.

2506 José Gascón y Marin, “Discurso Inaugural”, em *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências de 1950, Tomo I*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1951, p. 8.

2507 De acordo com a numeração espanhola.

Francisco Leite Pinto, embora reconhecendo o interesse de congressos mais especializados, continuava a defender a existência de congressos ecléticos, mais generalistas²⁵⁰⁸. Em 1962 realizou-se o 26º congresso luso-espanhol no Porto²⁵⁰⁹, o 27º em Bilbao, em 1964²⁵¹⁰, e o 29º, em 1970, teve lugar em Lisboa²⁵¹¹. Em 1972 o congresso ocorreu em Múrcia. Depois da revolução de 25 de abril de 1974, parece não ter havido mais congressos luso-espanhóis, e a própria Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências encerrou aparentemente as suas atividades.

Como referia o Secretário Geral da Associação Espanhola para o Progresso da Ciência, no discurso de encerramento do Congresso Luso-Espanhol de Coimbra em 1925, “nem a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências nem as equivalentes espanhola ou estrangeiras terão influenciado de forma decisiva nos avanços que vem realizando a humanidade desde que se fundaram estas Associações²⁵¹²”. No entanto, através dos seus congressos, estabeleceram laços pessoais e profissionais entre cientistas e desta forma contribuíram para a divulgação e a universalização da ciência²⁵¹³. A contribuição da ciência para o bom entendimento e a paz entre povos — através da colaboração internacional estimulada pelas associações científicas — é uma inegável realidade e se mais não se tem

2508 Francisco Leite Pinto, “Discurso da Sessão Inaugural”, em *XXIII Congresso Luso-Espanhol, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo I*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1956, pp. 37–39.

2509 M. C., “Notícia do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto 1962)”, em *Revista de Guimarães*, Vol. LXXII, n.º 1-2, janeiro-junho 1962, pp. 239–250.

2510 M. C., “XXVII Congresso luso-espanhol para o Progresso das Ciências (*Bilbao, 20–24 de julho de 1964*)”, em *Revista de Guimarães*, Vol. LXXIV, n.º 3–4, julho-dezembro 1964, pp. 360–366.

2511 Provavelmente, terá sido este o último congresso da Associação em Portugal.

2512 “Discurso do Secretário Geral da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, Ex.º Senhor Ricardo Garcia Mercet”, em *O Instituto: revista científica e literaria*, 4ª série, 1º Ano, Vol. 72º, nº 5, 1925, pp. 605–606.

2513 As reuniões da Associação Sul-Africana para o Avanço das Ciências (“South Africa Association for the Advancement of Science, S²A³⁷”) chegaram a realizar-se de dez em dez anos em Moçambique, embora a participação dos cientistas portugueses fosse diminuta, comparada com a dos cientistas sul-africanos e rodesianos. No congresso de 1968, quando já estavam bem estabelecidos em Lourenço Marques os Estudos Gerais Universitários de Moçambique dirigidos por Veiga Simão, o número de participantes portugueses excedeu o das outras nacionalidades, o que constituiu um assinalável êxito; v. “Nota Preliminar”, em *Teses de Autores Portugueses Apresentadas ao 66º Congresso anual da associação Sul-Africana para o avanço das Ciências*, 1º Vol., *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Ano 41, nº 172, janeiro a março 1972, Lourenço Marques, p. 6.

conseguido deve-se ao egoísmo e à cobiça das nações. Ao comentar o mesmo congresso de Coimbra, o naturalista e padre jesuíta Joaquim da Silva Tavares (1866–1931) atribuía igualmente aos congressos um elevado valor sócio-político nacional²⁵¹⁴:

Uma reunião desta ordem, ainda que dure tão poucos dias, não pode deixar de soerguer o espírito nacional, hoje tão abatido, e de servir de traço de união entre as diversas classes da sociedade. É que um congresso dêste género a todos claramente mostra, inclusivamente aos Ministros que assistiram, que, acima das mesquinhas questões de política que tanto dividem e separam a família portuguesa, outros assumptos mais nobres e de ordem mais elevada, quais são as variadas sciências, a história e a litteratura, ocupam os espíritos superiores. Nas mesmas bancadas do Congresso, tanto nas sessões solennes, como nas sessões particulares das Secções, fraternizando entre si, sentavam-se republicanos e monárchicos, leigos de tôdas as classes, padres e religiosos.

De acordo com o Pe. Silva Tavares, as distintas posições sociais e as divergências políticas ou religiosas — que tantas vezes dificultam o bom funcionamento da vida comunitária de um país — podiam igualmente ser atenuadas pelo saudável convívio proporcionado pela ciência.

Outras Sociedades e Associações

Em 5 de junho de 1880, um grupo de jornalistas portuenses decidiu lançar as bases da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, para cuja presidência convidaram Oliveira Martins²⁵¹⁵. A 11 de julho foram aprovados os seus Estatutos e eleitos os nomes para os vários cargos. Os primeiros temas postos à discussão e análise referiam-se ao

2514 J. S. Tavares, “Congresso científico Luso-Espanhol (Coimbra, 14 a 19–6–1925)”, em *Brotéria*, Série II, Vol. I, 1925, pp. 367–368.

2515 Alberto Moreira, “A Sociedade de Geografia Comercial do Porto”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 5, maio 1962, pp. 145–148.

comércio com o ultramar português e com o Brasil e à indústria nacional. Vários artigos foram publicados sobre estes temas no *Jornal de Viagens*. No fim desse ano, a Sociedade já tinha granjeado a atenção de muitas entidades nacionais e estrangeiras. A 4 de fevereiro de 1881, o seu 1º Secretário, Emídio de Oliveira, principal mentor da sociedade, apresentou uma comunicação propondo que toda a costa marítima portuguesa fosse devidamente iluminada, evitando-se desta forma os recorrentes naufrágios, que se verificavam principalmente no inverno. A Sociedade publicou regularmente o seu *Boletim* entre 1880 e 1885, mas os anos seguintes não foram particularmente propícios. Depois de um período de desentendimentos internos, a Sociedade de Geografia Comercial do Porto continuou a exercer alguma atividade, mas não com o fulgor que a tinha caracterizado, acabando por se extinguir em 1888²⁵¹⁶. Os 13 volumes de notas manuscritas de Silva Porto sobre as suas viagens de exploração em África no período de 1846 a 1889, que o autor doara à Sociedade, foram depositados na Biblioteca Pública Municipal do Porto²⁵¹⁷.

Em 1880, cento e quarenta e quatro sócios fundavam a Sociedade de Instrução do Porto²⁵¹⁸. A proposta inicial, do naturalista Isaac Newton²⁵¹⁹, era criar uma Sociedade que promovesse o estudo das Ciências Naturais. No entanto, após várias reuniões, decidiu-se alargar o seu âmbito a todas as áreas do conhecimento, com o fim de “derrear uma sólida educação liberal por todo o país²⁵²⁰”. A Sociedade definia-se como “uma reunião de todos os indivíduos, quer nacionaes,

2516 Maria Teresa Alves da Costa Filipe Cirne Barros Cardoso, *Perspectivas do colonialismo nacional: A Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880-1888)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999.

2517 J. Pereira de Sampaio (Bruno), “A Bibliotheca Publica do Porto: IV Conclusão”, em *Serões*, Vol. IV, 2ª Série, nº 20, Ferreira e Oliveira Lda., Editores, Lisboa, 1907, p. 154.

2518 Hernâni Monteiro, “O Palácio de Cristal e a Sociedade de Instrução do Porto”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VII, nº 9, janeiro 1952, pp. 197-200.

2519 Isaac Newton (não confundir com o famoso inglês) era pai de Francisco Newton, também naturalista, cujo casamento com D. Bienvenue Anahory foi anunciado nos jornais portugueses no dia 13 de agosto de 1908; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, nº 4, agosto 1958, p. 123. Francisco Newton faleceu em Matosinhos em 9 de dezembro de 1909. Estudou a fauna e flora das colónias portuguesas por conta do governo, tendo várias das suas coleções de história natural enriquecido o Museu da Academia Politécnica do Porto; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano XV, nº 8, dezembro 1959, p. 252; Joaquim Duarte Silva, *Francisco Newton, Explorador Naturalista*, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

2520 José Fructuoso Ayres de Gouveia Osório, “Discurso Annual do Presidente da Sociedade d’Instrução do Porto”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1º Ano, 1 julho 1881, nº 7, pp. 111-112.

quer estrangeiros, de ambos os sexos²⁵²¹, que queiram concorrer para o progresso da instrução publica em geral e em especial para a instrução publica do paiz.” O objetivo estabelecido era o de “promover immediatamente a instrução dos socios nos diferentes ramos das sciencias, mediamente a diffusão das sciencias em geral, e determinadamente aperfeiçoar e desenvolver os methodos pedagogicos, contribuindo d’este modo, quanto possa, para o aperfeiçoamento das sciencias e para as suas applicações ao bem estar da humanidade²⁵²²”. Em 1882, havia já 337 sócios e, em 1883, 400. É de referir que Camilo Castelo Branco foi proposto como sócio de mérito, tendo aceite essa honra numa interessante carta dirigida ao Presidente em 22 de junho de 1884²⁵²³. O órgão editorial da Sociedade era a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (1881–1884), uma publicação mensal²⁵²⁴ com a qual colaboraram, entre outros, o historiador de arte e crítico Joaquim de Vasconcelos²⁵²⁵ e sua mulher, a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos, o naturalista Isaac Newton e o químico Ferreira da Silva que foi presidente da Secção de Ciências Fisiológico-Naturais. Muitos dos colaboradores pertenciam ao Conselho Científico que, em 1884, era constituído por 70 elementos. No primeiro número da revista os membros da Redação afirmavam que a Sociedade promoveria “a diffusão de todos os conhecimentos para elevar o nivel intellectual ao par do dos povos mais bem dotados²⁵²⁶”. No âmbito das suas atividades foram realizadas exposições (de modelos de gesso, de história natural, de camélias, de pedagogia froebeliana²⁵²⁷, de indústrias caseiras, de

2521 A votação para sócia de D. Gabriella Aillaud de Faria Teixeira Machado foi feita de forma diferente da habitual. Por respeito à referida senhora, a votação realizou-se por aclamação e não por escrutínio seacreto; v. “Extracto do archivo”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 4º Ano, nº 4, 1 abril 1884, p. 134.

2522 *Estatutos da Sociedade de Instrução do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1880, p. 7.

2523 “Extracto do archivo”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 4º Ano, nº 7, 1 julho 1884, p. 306.

2524 Custava 1\$200 réis para sócios e 2\$250 réis para não sócios.

2525 Em carta de 1909, Joaquim de Vasconcelos afirmava ao amigo José Queiroz ter-se arrependido “há muito, de haver pegado na penna... Este publico de Portugal quer o que eu não lhe sei dar. Há 39 annos que escrevo para elle e ainda não consegui entendel-o”; v. “Correspondência inédita de Joaquim de Vasconcelos para José Queiroz”, em *Museu*, Vol. V, nº 12, abril 1949, p. 155.

2526 *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1º Ano, 1 janeiro 1881, nº 1, p. 2.

2527 Segundo o método de Froebel, deveria dar-se aos objetos de jogo da primeira infância as forma e as configurações capazes de proporcionar às crianças uma boa instrução; v. Dr. Z..., “La méthode Froebel”, em *La Nature*, 14º Ano, 1º Sem., nº 655, 19 dezembro 1885, pp. 47–48. De acordo com Henry Wiener, “as ocupações ordinárias adotadas por Froebel e pelos que seguem o seu método são: a jardinagem, para dar às crianças uma

cerâmica nacional, de tecidos nacionais, de ourivesaria e joalheria nacional, de marcenaria e artes correlativas), várias conferências públicas que depois eram publicadas na *Revista*²⁵²⁸ e celebrações dos centenários de Frederico Froebel²⁵²⁹ e do Marquês de Pombal. No princípio de 1882, a Sociedade possuía um Gabinete de Leitura, “talvez o primeiro do paiz, com 150 jornaes e revistas nacionaes e estrangeiras”, uma Biblioteca “com cerca de 800 volumes” e um “Museu de instrução, já muito valioso”, mas carecia de uma nova casa onde pudesse bem realizar as suas funções estatutárias²⁵³⁰. Um ano depois, o número de volumes da Biblioteca atingia o milhar²⁵³¹, e o de revistas 170. A Sociedade ajudou a fundar a escola de desenho da Fábrica de Cerâmica das Devezas que era “uma das mais legítimas glórias que esta Sociedade tem conquistado²⁵³²”, e onde o escultor Teixeira Lopes ensinava. Por falta de espaço, as coleções da Sociedade encontravam-se dispersas entre uma sala do Palácio Real do Porto (Palácio dos Carrancas, atualmente Museu Soares dos Reis)²⁵³³, emprestada pelo Rei, e as casas de vários sócios. Com a contribuição mensal de 300 reis paga por cada sócio, não era possível adquirir novas instalações, pelo que foi enviado um apelo ao Parlamento, divulgado pela imprensa, solicitando um terreno para construção da sede.²⁵³⁴

ideia das funções da natureza e dar-lhes a conhecer as plantas mais comuns; os exercícios de ginástica; diversos jogos, exigindo um movimento contínuo, muitas vezes acompanhados por pequenas canções; construções em madeira graças a figuras essenciais da geometria no espaço; exercícios de desenho graças a pequenas paus a que se juntam ervilhas secas inchadas em água; desenhos em ardósias; por outro lado, as crianças exercitam-se a recortar diversos objetos em papel colorido, a entrançar e a costurar, todos os exercícios destinados a fortificar o corpo e a treinar o olhar instantâneo, a segurança da mão e o sentido plástico”; v. Henry Wiener, “L’instruction primaire en Autriche”, em *La Revue Scientifique*, 2ª Série, 4º Ano, nº 35, 27 fevereiro 1875, p. 821.

2528 José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osorio, “Discurso Annual do Presidente da Sociedade de Instrução do Porto”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2º Ano, nº 3, 1 março 1882, pp. 91–94, 132–145; “Exposições”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 3, 1 março 1883, pp. 139–141.

2529 J.J. Rodrigues de Freitas, *Frederico Froebel*, Sociedade de Instrução — Editora, Porto, 1882.

2530 “Documentos enviados ao Parlamento e á Imprensa do Paiz”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 3, 1 março 1883, p. 137.

2531 Apesar da biblioteca crescer a um bom ritmo, os sócios queixavam-se de que não existiam livros na área do conhecimento que mais interessava à sociedade — a instrução; v. “Extracto do archivo”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 4º Ano, nº 4, 1 abril 1884, p. 149.

2532 “Discurso Annual do Presidente”, em *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 3º Ano, nº 9, 1 setembro 1883, p. 416.

2533 “O Palácio das (sic) Carrancas será o Futuro Museu”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, nº 7, novembro 1948, pp. 163–164.

2534 “Circular á Comissão de Construção da Casa da Sociedade”, em *Revista da Sociedade de Instrução*

A Sociedade de Instrução do Porto teve períodos de alguma agitação interna. O seu primeiro Presidente foi José Fructuoso Aires Gouveia Osório. Em fevereiro de 1884, o secretário-geral da Assembleia Geral, Joaquim de Vasconcelos, pediu a demissão, sendo substituído por António Luiz de Teixeira Machado. Após a demissão, Vasconcelos denunciava a existência de algum mal-estar na Sociedade ao afirmar²⁵³⁵:

Há seis meses, desde fins de agosto do anno passado, que no seio da Sociedade de Instrucção entrou a discordia. Há seis meses que se manifestam (sic) uma série de phenomenos muito singulares que eu observei, a principio, com indulgencia, mas que, depois de me parecerem dignos de reparo e, por ultimo, indo as cousas a peiorar, dignos da minha condenação.

Nessa época, o próprio Joaquim de Vasconcelos parecia passar por um período difícil, ao ponto de levar o Presidente da Sociedade a proferir afirmações com algum azedume²⁵³⁶:

Há quatro mezes, que tanto é o tempo durante o qual tenho exercido as funcções de Presidente, que não faço outra coisa que não seja exercer as funcções pouco brilhantes e, infelizmente, pouco fructíferas de juiz de paz. A necessidade de gastar a minha actividade no exercicio de taes funcções proveio do modo porque o snr. Vasconcellos via as coisas, e isso é um producto da sensibilidade psychologica, e o resultado de uma nevrose, como diria um positivista. O snr. Vasconcellos avalia mal as acções e as intenções dos outros membros da Sociedade, cabe-me o dever de o declarar.

Após estas declarações foram solicitados a Joaquim de Vasconcelos objetos da Sociedade que estavam em sua posse. A troca

do Porto, 2º Ano, nº 3, 1 março 1882, p. 146.

2535 “Extracto do archivo”, em *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto*, 4º Ano, nº 3, 1 março 1884, p. 109.

2536 *Idem, ibidem*.

de correspondência entre Vasconcelos e a direção levou, em março de 1884, ao pedido de demissão do Vice-Presidente em exercício (Joaquim Albuquerque) e do Secretário-Geral (Teixeira Machado). Após um ofício de Vasconcelos que a própria Assembleia Geral considerou “inconveniente” e que nem sequer foi admitido para discussão²⁵³⁷, também o Presidente da Sociedade, José Frutuoso Ayres de Gouveia Osório, pediu a demissão. Embora instado para que reconsiderasse a sua decisão, manteve o seu pedido, pelo que, em 16 de abril de 1884, o Vice-Presidente Joaquim de Azevedo Albuquerque (1839–1912)²⁵³⁸ foi eleito Presidente. Para Vice-Presidente foi escolhido Adolpho da Cunha Pimentel, mantendo-se como Secretário-Geral Antonio Luiz de Teixeira Machado. O último número da *Revista* da sociedade — criticada por apresentar artigos pouco interessantes, ter poucos colaboradores e sair de forma irregular — foi publicado em 1 de dezembro de 1884, e a Sociedade extinguiu-se em 1889. A comemoração no Porto do 5º centenário do nascimento do Infante D. Henrique foi uma das iniciativas da Sociedade de Instrução que ficou por concluir. A última ação da Sociedade referente ao centenário henriquino ocorreu a 3 de abril de 1889 no salão de Gil Vicente do Palácio de Cristal. Satisfazendo ao requerimento de Eduardo Sequeira, Francisco Patrício e Fernando Maia, a Câmara do Porto assumiu a direção das comemorações henriquinas²⁵³⁹, tendo nomeado uma comissão²⁵⁴⁰ que

2537 *Idem*, p. 121.

2538 Ficaram famosas as três conferências proferidas por Azevedo Albuquerque em 1884 e 1885 sobre *A Máquina e o Mundo*. O orador recebeu o aplauso entusiasmado da ilustre assistência; v. Manuel Vaz Guedes, “Conferências Científicas de Azevedo Albuquerque”, em *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XXIII, nº 4, abril 2004, pp. 115–118. Nos jornais portugueses da época chegou a afirmar-se, incorretamente, que o Engº Azevedo de Albuquerque tinha sido o introdutor da filosofia positiva em Portugal; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 1, janeiro 1962, p. 30. Em dezembro de 1898, Azevedo Albuquerque presidiu a um comício promovido pela Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, onde foram aprovadas propostas para a fundação de uma Liga Internacional contra o jesuitismo e a promoção de um movimento para que o governo executasse as leis antijesuítas do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar (“O Mata Frades”); v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, n.º 8, dezembro 1948, p. 188. No dia 3 ou 4 de março de 1912 foi organizado um cortejo ao cemitério onde jazia o corpo de Azevedo de Albuquerque, falecido a 21 de janeiro, para homenagear a sua memória. Nele participaram muitas instituições portuguesas e numerosos populares, o que mostra o apreço que por ele tinha toda a cidade; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, VI Série, Ano II, nº 3, março 1962, p. 92.

2539 Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique no Porto*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1894, pp. 2–3.

2540 Esta comissão foi instalada em 27 de novembro de 1896, sendo constituída por Bento Carqueja,

preparou e realizou um programa rico e diversificado²⁵⁴¹. Em 1894, o rei D. Carlos, lançou a primeira pedra do monumento ao Infante, da autoria do escultor Tomás Costa²⁵⁴², o qual, depois de muitos atrasos e protestos feitos pela Comissão Henriquina²⁵⁴³, foi inaugurado a 19 de outubro de 1900²⁵⁴⁴. A ereção deste monumento fazia parte de um grandioso programa que tinha sido cuidadosamente preparado pela Sociedade de Instrução do Porto, mas que não pôde concretizar²⁵⁴⁵.

Com os estatutos aprovados pelo Governo Civil do Porto em 2 de agosto de 1888, fundava-se na cidade invicta “uma associação científica denominada Carlos Ribeiro”, cujos membros fundadores foram: António Augusto da Rocha Peixoto (Fig. 64), Júlio de Matos (1856–1922), Basílio Teles (1856–1923), Artur Augusto da Fonseca Cardoso (1865–1912), Alfredo Xavier Pinheiro (1863–1889), João Baptista Barreira (1866–1961) e Ricardo Severo da Fonseca Costa (1869–1940)²⁵⁴⁶.

O inspirador desta associação foi o famoso geólogo Carlos Ribeiro (1813–1882)²⁵⁴⁷ (Fig. 65). Segundo Léon Paul Choffat

Conde de Samodães, Costa e Almeida, Araújo Silva, Augusto Luso, Henrique Kendall, Eduardo Sequeira, Fernando Maia, Pe. Francisco Patrício, Rodrigues Laranjeira, João Carlos Machado, e presidida por Wenceslau de Lima e João Baptista de Lima Júnior, como presidentes da Câmara. Foi extinta em 15 de maio de 1902; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano VIII, nº 1, maio 1952, p. 28.

2541 Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique no Porto*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1894, pp. 31–310.

2542 Para se ter a certeza da qualidade e exequibilidade do monumento proposto pelo escultor Tomás Costa, foram consultados, em Paris, três famosos escultores, que se pronunciaram favoravelmente, tendo afirmado que “não só a concepção como a execução da parte escultórica do monumento muito honravam aquele artista e a arte portuguesa”; v. “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano II, nº 12, abril 1947, p. 284. Consultou-se ainda uma comissão nacional para apreciar a obra sob o ponto de vista de rigor histórico; “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, n.º 8, dezembro 1948, p. 188.

2543 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano V, nº 9, janeiro 1950, p. 213.

2544 “Inauguração do Monumento ao Infante D. Henrique”, em *O Occidente*, vol. XXIII, Ano 23º, nº 786, 30 outubro 1900, pp. 237–240.

2545 Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique no Porto*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1894, pp. 7–30.

2546 Sociedade Carlos Ribeiro (Propaganda das Sciencias Naturaes e Sociaes em Portugal), *Estatutos approvados pelo Governo Civil (2 de agosto de 1888)*, Typographia Occidental, Porto, 1888; “A Sociedade Carlos Ribeiro”, em Rocha Peixoto, *Obras*, Vol. III, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1975, pp. 276–280, 345–365, 381.

2547 Pedro de Aguiar, *Os Generais José Vitorino Damásio e Carlos Ribeiro*, Tip. Empresa Guedes, Lda., Porto, 1941, pp. 21–31; A. Pereira Forjaz, “A Geologia Portuguesa e os seus Fundadores: I. Carlos Ribeiro (1813–1882), II. Nery Delgado (1835–1908), III. Paulo Choffat (1849–1910)”, em *Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto*, Vol. XIV, nº 1, 1920, pp. 33–36; Joaquim Filipe Nery Delgado, *Elogio*



Fig. 64 Rocha Peixoto cerca de 1909 (Desenho de António Carneiro, 1915).



Fig. 65 Carlos Ribeiro (Joaquim Filipe Nery Delgado, *Elogio Histórico do General Carlos Ribeiro*, 1905).

(1849–1919)²⁵⁴⁸, “Carlos Ribeiro deve ser considerado discípulo de Sharpe²⁵⁴⁹... mas o discípulo foi rapidamente muito além do mestre no conhecimento da geologia portuguesa²⁵⁵⁰” — uma afirmação transcrita por Rui de Serpa Pinto, um promissor arqueólogo e paleontólogo, falecido com apenas 25 anos²⁵⁵¹. Camilo Castelo Branco escreveu sobre Carlos Ribeiro elogiando o seu valor como geólogo, mas também como antropólogo e arqueólogo capaz de discutir com os grandes sábios mundiais²⁵⁵².

Na verdade, em 1872, Carlos Ribeiro participou, por convite, na IV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas em Bruxelas, onde apresentou a sua teoria sobre a existência de um homem terciário português com base na descoberta de pedras lascadas em terrenos supostamente terciários. Os seus estudos foram “recebidos globalmente com cepticismo, levantando-se dúvidas ou sobre a autenticidade das peças apresentadas, ou mesmo, em alternativa ou cumulativamente, sobre a idade dos próprios terrenos, que para alguns poderiam ser mais recentes do que julgava Carlos Ribeiro²⁵⁵³”, isto é, do período quaternário. Carlos Ribeiro participou também na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia, realizado em Lisboa em 1880, onde apresentou a comunicação *L’Homme tertiaire en Portugal* onde continuou a

Historico do General Carlos Ribeiro, Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905; Ricardo Severo, “Carlos Ribeiro”, em *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, Vol. V, nº 20, 1898, pp. 153–177.

2548 O geólogo suíço Léon Paul Choffat (1849-1819) foi convidado por Carlos Ribeiro para fazer estudos paleontológicos em Portugal e aqui permaneceu até à sua morte prosseguindo uma carreira científica e académica de 40 anos; v. Pedro M. Callapez, “Os Nossos Avós — Dr. Léon Paul Choffat (1849–1919)”, em *Boletim da Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia*, nº 21, dezembro 2003, pp. 36–37; Rogério Rocha, José Kullberg, “Paul Léon Choffat, Uma vida dedicada à ciência”, em *Paul Choffat na Geologia portuguesa*, eds. R. Bordalo da Rocha, J. Pais, J.C. Kullberg, M.L. Ribeiro, Universidade Nova de Lisboa e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa, 2008, pp. 23–44.

2549 Daniel Sharpe (1806–1856) foi um geólogo inglês com o qual Carlos Ribeiro se correspondeu de forma regular sobre assuntos de geologia.

2550 R. de Serpa Pinto, “Daniel Sharpe e a Geologia Portuguesa”, em *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. XVII, nº 4, 1932, p. 13.

2551 Eugénio Jalhay, “Dr. Rui Serpa Pinto”, em *Brotéria*, Série Mensal, Vol. XVIII, 1934, pp. 90–100.

2552 Camilo Castelo Branco, *O General Carlos Ribeiro (Recordações da Mocidade)*, Livraria Chardron, Porto, 1906.

2553 João Luís Cardoso, “As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o ‘homem terciário’: resultados e consequências na época e para além dela”, em *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 8, 1999/2000, p. 39.

defender a existência do homem terciário miocénico português. Durante este congresso, uma comissão de congressistas especialistas, organizada por Capellini da Universidade de Bolonha, visitou o local dos achados. Embora tivesse considerado que um dos sílices poderia ter sido trabalhado, a comissão pôs em dúvida que o terreno fosse da época terciária, contrariando assim a tese de Carlos Ribeiro e do seu colaborador Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835–1908) conhecido simplesmente por Nery Delgado. Já no século XX, veio a demonstrar-se que os éólitos do terreno terciário eram de origem natural e havia éólitos trabalhados num depósito superior, do período quaternário²⁵⁵⁴.

Como bom romancista, Camilo Castelo Branco fala ainda da primeira mulher pouco recomendável por quem Carlos Ribeiro se apaixonou, quando, já primeiro tenente, seguia o curso da Academia Politécnica do Porto²⁵⁵⁵. Mais tarde, Carlos Ribeiro viria a casar com uma irmã do lente José Victorino Damásio, com o qual estabeleceu uma sólida amizade²⁵⁵⁶. Em atividades militares, estudos geológicos²⁵⁵⁷ e mineiros, trabalhos de engenharia civil e cargos ministeriais, Carlos Ribeiro atingiu uma elevada reputação²⁵⁵⁸. A Associação dos Engenheiros Cíveis de Portugal — da qual Carlos Ribeiro fora Presidente por duas vezes — fez-lhe o elogio histórico vinte e dois anos depois do seu falecimento. Segundo Nery Delgado — seu colaborador durante décadas, sucessor e autor do elogio — a iniciativa foi uma merecida homenagem “porque foram os seus maiores méritos os de engenheiro²⁵⁵⁹”.

2554 *Idem*, pp. 42–44, 49–51.

2555 Camilo Castelo Branco, *O General Carlos Ribeiro (Recordações da Mocidade)*, Livraria Chardron, Porto, 1906.

2556 Joaquim Filipe Nery Delgado, *Elogio Histórico do General Carlos Ribeiro*, Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905, p. 11.

2557 F. Moutinho de Almeida, A. Barros e Carvalhosa, “Breve História dos Serviços Geológicos em Portugal”, em *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Serviços Geológicos, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Secretaria de Estado da Indústria e Energia, Ministério da Economia, Lisboa, 1974, pp. 239–265.

2558 Joaquim Filipe Nery Delgado, *Elogio Histórico do General Carlos Ribeiro*, Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

2559 Joaquim Filipe Nery Delgado, *Elogio Histórico do General Carlos Ribeiro*, Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

A Sociedade Carlos Ribeiro tinha por “intuito principal o estudo das sciencias naturaes e sociaes, elucidando sobretudo as questões que possam interessar o espirito do paiz.” Para cumprir este objetivo, propunha-se promover “conferencias publicas”, fazer “publicações periodicas ou avulsas”, organizar “museus e exposições em harmonia com os seus recursos financeiros e os meios de trabalho dos seus associados.” A Sociedade estava dividida nas seguintes secções: 1ª secção – Geologia e Paleontologia²⁵⁶⁰, 2ª secção – Zoologia e Botânica, 3ª secção – Antropologia e Paleontologia, 4ª secção – Etnologia²⁵⁶¹. O seu órgão era a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, que se publicou de 1889 a 1898, e tinha como diretores Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Wenceslau de Lima²⁵⁶². Nela colaboraram homens como Adolfo Coelho, Alberto Sampaio, Basílio Teles, Júlio de Matos, Leite de Vasconcelos, Martins Sarmiento²⁵⁶³, Wenceslau de Lima e Teófilo Braga, entre outros, tanto portugueses como estrangeiros. Em 1898, a biblioteca da Sociedade possuía já 400 volumes²⁵⁶⁴.

Nas palavras de Cruz Malpique, a Sociedade Carlos Ribeiro tinha o propósito de “arrancar Portugal da apagada e vil tristeza” promovendo: (a) publicações em arqueologia, antropologia, etnologia, zoologia, botânica e geologia, (b) a investigação e o desenvolvimento de tecnologias para a utilização industrial dos produtos naturais portugueses e (c) estabelecimentos e institutos científicos de todos os

2560 Sobre a atividade paleontológica da Sociedade Carlos Ribeiro e do seu patrono, v. A. Sousa Tóres, “Actividade paleontológica em Portugal”, em *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, Lisboa 1941, Livro I: Relato do Congresso — Sessões Plenárias — Secção Pedagógica, Publicação Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 120–133.

2561 Sociedade Carlos Ribeiro (Propaganda das Sciencias Naturaes e Sociaes em Portugal), *Estatutos aprovados pelo Governo Civil (2 de agosto de 1888)*, Typographia Occidental, Porto, 1888.

2562 J. Carrington da Costa, “Vida e Obra de Venceslau de Lima”, em *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. XXX, maio a julho 1958, pp. 229–251.

2563 Os jovens fundadores da Sociedade Carlos Ribeiro encontraram em Martins Sarmiento um colaborador e um conselheiro muito competente e experiente, a quem muito respeitavam; v. Mário Cardozo, *Martins Sarmiento e os Homens da Portugalia, à memória de Rocha Peixoto*, separata do *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Vol. 5, nº 2, Póvoa de Varzim, 1966. Após a morte de Martins Sarmiento, ocorrida em agosto de 1899, consagraram-lhe um número especial da *Revista de Guimarães*; v. *Revista de Guimarães, Número Especial, consagrado à memória de Francisco Martins Sarmiento*, Typ. Silva Teixeira, Porto, 1900.

2564 Fernando Augusto Rodrigues Coimbra, “Ricardo Severo e o Desenvolvimento da Arqueologia no Porto”, em *Portugalia*, Nova Série, Vols. XIII–XIV, 1992–93, p. 309.

gêneros²⁵⁶⁵. Em 1898, com a dispersão do núcleo fundador, a Sociedade Carlos Ribeiro extinguiu-se no dia 12 de outubro e a *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes* suspendeu publicação, tendo ao todo saído vinte fascículos em cinco volumes. No último fascículo, Rocha Peixoto publicou “uma curiosa história da referida colectividade, desde o seu aguerrido aparecimento à ingloriosa morte^{2566,2567}”. Em 1899, Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso lançavam uma nova revista a que chamaram *Portvgália*, que viria a ter uma importância científica e cultural muito maior do que a sua predecessora, e que foi publicada até 1908. No dia 1 de setembro de 1903 receberam um caloroso louvor em portaria ministerial “pela brilhantíssima maneira como a referida publicação vem contribuindo para um melhor conhecimento do povo português e da sua história²⁵⁶⁸”.

Em Portugal surgiram muitas outras associações com objetivos educativos e culturais no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, como as Universidade Livres e Populares²⁵⁶⁹. Todas elas contribuíram de forma mais ou menos direta para o aumento da cultura científica nacional embora tivessem fracassado, em grande parte, no objetivo de educar a classe operária. Ligadas a ideologias políticas ou projetos sociais, a grande maioria acabou por definhar por morte natural, ou morte assistida pelos novos ventos que se levantaram com o Estado Novo. Por falta de liberdade política, durante os quase 50 anos deste regime, o livre associativismo cultural desapareceu praticamente em Portugal.

2565 Cruz Malpique, *Rocha Peixoto: o seu magistério de cariz demófilo*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 31, 1987, p. 4.

2566 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IV, n.º 6, outubro 1948, p. 142.

2567 Rocha Peixoto, “A Sociedade Carlos Ribeiro — Notula historica”, em *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*, Vol. V, nº 20, 1898, pp. 178–204.

2568 “Aconteceu há 50 anos”, em *O Tripeiro*, V Série, Ano IX, n.º 5, setembro 1953, p. 156.

2569 Luís Miguel Bernardo, *Cultura Científica em Portugal — Uma Perspectiva Histórica*, U.Porto Editorial, Universidade do Porto, 2013, pp. 168–173.

VII. CONCLUSÃO

A ciência moderna, surgida no século XVII, foi durante séculos considerada em Portugal uma atividade inútil, perigosa, culturalmente indesejável ou economicamente desinteressante. Mesmo assim, houve sempre alguns portugueses que manifestaram a opinião de que ela poderia ser uma fonte de progresso nacional. No século XVIII, o ministro absolutista Marquês de Pombal afirmava, num alvará de 1759, que “da cultura das sciencias depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio dellas a Religião, e a Justiça na sua pureza e igualdade²⁵⁷⁰”. No século XIX, o austero Alexandre Herculano

2570 *Alvara, por que V. Magestade ha por bem reparar os Estudos das Linguas Latina, Grega e Hebraica...*, publicado em 7 de julho de 1759, Lisboa, citado em Jorge C.G. Calado, “Ciência”, em *Fundação Calouste Gulbenkian: Cinquenta Anos (1956–2006)*, Vol. II, coord. António Barreto, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007, p. 188.

declarava que “o paiz devia erguer-se na base do trabalho, da morigeração e da ciência²⁵⁷¹”. Em 1905, tendo como referência a época de ouro dos Descobrimentos, o republicano Bernardino Machado dizia que “tempo virá em que o nosso paiz volte a ter originalidade, e, com ella, a usufruir da força e prestígio antigo²⁵⁷²”. Em 1945, o geólogo Carlos Teixeira (1910–1982)²⁵⁷³ afirmava que “o nível intelectual de um Povo avalia-se pelo trabalho das suas universidades, pela categoria dos seus investigadores, pelas realizações dos seus técnicos, pela importância das descobertas científicas que é capaz de levar a cabo²⁵⁷⁴”.

Apesar destas opiniões e do esforço realizado por muitos outros portugueses para a promoção da ciência — através de iniciativas de carácter cívico e político, publicação de livros, realização de conferências e investigação científica — a atividade científica não foi suficientemente valorizada em Portugal até ao último quartel do século XX. A importância da ciência e da tecnologia para a nação portuguesa foi reconhecida oficialmente apenas em 1988, quando os deputados da Assembleia da República aprovaram uma “lei da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” colocando tais atividades entre as prioridades nacionais.

Se descontarmos o período de cerca de 100 anos da expansão marítima — durante o qual os portugueses estiveram na vanguarda dos conhecimentos da época e mostraram ser capazes de romper com modelos tradicionais da cultura medieval —, o atraso científico dominou toda a nossa história. Durante o século XVII, os nossos antepassados preferiram manter-se enquadrados no paradigma da ciência medieval e desinteressaram-se pela ciência moderna. Sem os objetivos mobilizadores dos séculos XV e XVI, instalou-se entre os portugueses a indiferença e a apatia para com ela, por não sentirem

2571 Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, Vol. III, Fundação Luso-Americana-Público, Lisboa, 2006, p. 62.

2572 Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, Typographia F. França Amado, 1905, p. 44.

2573 Francisco Gonçalves, “Notícia bio-bibliográfica sobre Carlos Teixeira (1910–1982)”, em *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, Vol. XXII, 1984–1985, pp. 85–90.

2574 Carlos Teixeira, “A Universidade e a Investigação Científica”, em *O Interesse Nacional da Investigação Científica: palestras lidas ao microfone de Rádio Clube Lusitânia*, Porto, 1945, pp. 6–7.

que fosse necessária e começaram até a achá-la inútil ou perigosa. Nas últimas décadas do século XVIII, quando já eram claras as vantagens da ciência para a vida nacional, esta foi finalmente adotada em Portugal através da Reforma Pombalina, mas, por razões sociais e religiosas, o país preferiu não optar, de uma forma clara e determinada, pelo desenvolvimento científico. No século XIX e durante a maior parte do século XX, não se investiu seriamente no conhecimento científico-tecnológico, e o nosso atraso científico bem como o atraso económico-social persistiram.

A busca de causas para justificar o atraso da ciência em Portugal ocupou alguns dos nossos melhores pensadores desde o século XVIII até aos nossos dias. Muitas foram as vias exploradas, e diversas foram também as conclusões. Neste livro, analisámos com algum detalhe as causas que foram sendo apresentadas por diferentes autores, mas fácil é concluir que a falta de vontade da nação — manifestada pelo pouco investimento na educação e na ciência — foi um fator relevante, se não mesmo crucial, para explicar tal atraso. Não foram as nossas características endógenas ou exógenas, os condicionalismos geopolíticos ou os fatores económico-financeiros que impediram a nossa marcha para o progresso e, em particular, para o progresso científico. Não foi a incapacidade intelectual que nos limitou, mas o desinteresse. Mesmo que existisse na generalidade dos portugueses uma predisposição endémica adversa à ciência, haveria sempre uma elite, suficientemente numerosa e inteligente, para levar avante um projeto científico coletivo, se este fosse desejado. Como comentava Agostinho de Campos em 1934, “se houve um tempo em que, no domínio da técnica, estivemos à frente da Europa e pudemos ministrar-lhe especialistas para a navegação atlântica [...] e hoje somos inteiramente colonizados pela técnica estrangeira — resultará isto de que a nossa inteligência decaíu, ou antes da falta de exercício lógico e sequente da nossa vontade²⁵⁷⁵?” O que nos faltou foi um desiderato nacional, devidamente estimulado e orientado pela classe dirigente que, salvo raras exceções, sempre manifestou bastante incompetência e pouca clarividência. A maioria dos nossos governantes não valorizou a

2575 Agostinho de Campos, *O Império e a Educação: conferência*, 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 29.

ciência nem a tecnologia e os poucos que o fizeram não conseguiram executar as suas ideias e orientações políticas.

A presença indispensável da ciência no progresso das nações é hoje amplamente reconhecido e os governos de muitos países têm colocado a investigação científica no topo das prioridades dos seus programas políticos. Com o investimento em ciência vêm o aumento do número de postos de trabalho, o desenvolvimento de indústrias e serviços, a criação de produtos inovadores, o aumento de exportações de bens de elevado valor acrescentado e, finalmente, o bem geral dos indivíduos e das nações. Há países em que as despesas com a investigação científica são consideradas investimento estrutural no cálculo do produto interno bruto. É o que acontece nos EUA, no Canadá e na Austrália²⁵⁷⁶. No futuro, a ciência representará uma infraestrutura social que os Estados terão de manter e constantemente renovar se quiserem manter um nível elevado de progresso económico-social.

Neste livro, foram expostos e discutidos os defeitos, reais ou imaginários, atribuídos aos portugueses bem como os condicionamentos de vária natureza para justificar a incapacidade de realizar determinadas tarefas como, por exemplo, a investigação científica. A história mostra que os portugueses têm muitos defeitos mas também suficientes qualidades e capacidades que lhes permitem tudo fazer, se quiserem. Já em 1503, o rei de Cochim dizia aos seus súbditos, na presença de Duarte Pacheco, que “nom ha cousa no mundo que os Portugueses nom fação se quiserem²⁵⁷⁷”. Segundo Jaime Cortesão (1884–1960), “o segredo deste *maravilhoso* facto só pode entender-se, quando nos lembramos que os portugueses durante um século se haviam educado na escola do método, do exame crítico, das mais arrojadas iniciativas e da luta quotidiana com o mar²⁵⁷⁸”.

Depois de 1974 — com o estabelecimento da liberdade e da democracia em Portugal — a opinião pública portuguesa começou a

2576 Sobre a atitude australiana da primeira metade do século XX relativamente ao desenvolvimento industrial baseado na ciência, v. Guy B. Gresford, “Scientific Aspects of Australia’s Industrial Development”, em *Journal of the Royal Society of Arts*, Vol. XCIII, nº 4687, março 16, 1945, pp. 181–190.

2577 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. 1, Typographia da Academia Real das Ciencias, Lisboa, 1858, p. 424.

2578 Jaime Cortesão, “O papel de Portugal na história da civilização”, em *Scara Nova*, Ano IX, nº 212, 3 julho 1930, p. 312.

ter um papel mais ativo na definição das políticas nacionais. Para que a ciência possa ser entendida pela sociedade como uma condição essencial de progresso cultural, económico e social, é necessário fazer a sua divulgação de forma esclarecida e eficaz. Assim, a população portuguesa entenderá melhor o seu papel e promoverá o seu desenvolvimento. Algumas iniciativas têm sido realizadas nas últimas décadas com esse objetivo, mas têm que ser continuamente prosseguidas e intensificadas.

Desde alguns anos estabeleceu-se em Portugal um clima de otimismo em torno da qualidade da ciência portuguesa, que algumas políticas de austeridade têm seriamente comprometido. Se não for prosseguido o esforço de investimento na ciência, poderemos regressar ao estado de decadência em que vivemos durante séculos. Tal como no passado, continuaremos dependentes do estrangeiro, sem capacidade própria para definir o rumo do nosso desenvolvimento.

Para que a ciência nacional deixe de ser abalada por conjeturas económico-financeiras e para que o nosso país possa ser cientificamente competitivo nas próximas gerações, é necessário introduzir nas políticas de desenvolvimento nacional o paradigma da infraestrutura científica, que outros países mais desenvolvidos há muito adotaram. Para isso, é necessário concretizar de forma sustentada um importante conjunto de programas: promover a ciência através do ensino e da divulgação científica; valorizar a atividade dos cientistas, dando-lhes um estatuto compatível com a importância social do seu trabalho; investir de forma consistente e continuada na investigação pura e aplicada; dar condições de desenvolvimento às instituições dedicadas à investigação científica; apoiar o movimento de internacionalização da ciência nacional; eliminar a sua subalternização face à ciência estrangeira; e criar uma forte ligação da atividade científica à atividade industrial para que os avanços intelectuais se projetem em vantagens económicas.

A definição e a concretização de um projeto de desenvolvimento com objetivos claros e motivadores, com apoio popular baseado no conhecimento científico, poderá conduzir-nos a um processo histórico semelhante ao que vivemos há 500 anos. O mar — que

banha as extensas costas portuguesas de forma tão generosa — pode voltar a ser o inspirador dos sonhos individuais e coletivos dos portugueses. Devem aproveitar-se os nossos recursos naturais, usando os mais modernos conhecimentos científicos e tecnológicos bem como o trabalho persistente e a inteligência, qualidades que nunca nos faltaram apesar das asserções ou insinuações malévolas que estrangeiros nos fizeram ao longo da história. É necessário termos nos governos de Portugal compatriotas competentes, com o saber e a prudência dos nossos mais ilustre avoengos, para que a nação siga na senda do progresso científico que nunca nos foi vedado por qualquer estranho condicionalismo endógeno ou exógeno mas sim pela ausência de vontade e de orientação política.

SOBRE AS CAUSAS DO ATRASO CIENTÍFICO EM PORTUGAL

UMA DIGRESSÃO HISTÓRICA

O atraso científico que se verificou em Portugal desde o século XVII é um facto quase unanimemente reconhecido. Para o explicar, muitos pensadores e analistas, nacionais e estrangeiros, sugeriram as mais variadas causas reais ou imaginárias. Algumas estão ligadas a atributos pessoais, de carácter endógeno ou exógeno; outras a condicionamentos geopolíticos ou a fatores económico-financeiros. Duvidou-se da capacidade intelectual e do engenho dos portugueses; depreciou-se a sua aptidão para o trabalho, perseverança e reflexão; inventaram-se desconformidades entre atividades dependentes da emoção e da razão. Houve quem opinasse, sabiamente, que o atraso se devia ao desinteresse votado à ciência pelos portugueses e seus governantes, o que justificava a iliteracia científica generalizada, a pouca importância atribuída ao saber e o pouco investimento nacional na investigação científica. Da leitura deste livro, que aborda detalhadamente todos estes temas, facilmente se conclui que o atraso científico em Portugal não se deveu a causas inevitáveis ou a um singular e fatal destino, mas apenas a circunstâncias desfavoráveis que poderiam ter sido alteradas pela vontade dos portugueses. Se o progresso económico-social é um objetivo nacional, é indispensável que se reconheça a importância fundamental da ciência e se atribua à investigação científica o justo lugar que deve ocupar entre as infraestruturas nacionais mais reconhecidas e valorizadas.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-35-8



9 789898 974358